

ISSN: 1984-6150

Vol. 7, n. 2, mai./ago. 2015



## Dossiê Gênero e Sexualidade na História

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História  
Belo Horizonte. Departamento de História. FAFICH/UFMG  
[www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista)

## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
v. 7 n. 2, (mai./ago. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História,  
FAFICH/UFMG, 2015.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

## Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

## Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)  
[temporalidades@fafich.ufmg.br](mailto:temporalidades@fafich.ufmg.br)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Setembro/2015

## Expediente

### **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

### **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

### **Departamento de História**

Chefe : Ana Carolina Vimieiro Gomes

### **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

### **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

### **Conselho Editorial**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Gabriel Verdin de Magalhães

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG)

Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UFSB)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virgínia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

### **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul-Valéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

### **Revisão**

Cássio Bruno de Araújo Rocha

Gabriel Verdin de Magalhães

Igor Barbosa Cardoso

Márcio Mota Pereira

Maria Visconti Sales

Rafael Vinícius da Fonseca Pereira

Valdeci da Silva Cunha

### **Diagramação**

Cássio B. de Araújo Rocha/ Valdeci da Silva Cunha

### **Capa**

Valdeci da Silva Cunha/ Júlia Ferreira Veado

Imagem extraída de:

<http://www.queer-arts.org/bacon/bacon.html>

### **Site/Banco de Dados**

Cássio B. de Araújo Rocha/ Valdeci da Silva Cunha

## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e do Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Allyson Bruno Viana (UFC)	Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)
Ama Maria Veiga (UFSC)	Gabriela Nunes Ferreira (UNIFESP)
Ana Maria Colling (UFGD)	Geraldo Magela Pieroni (UTP)
Ana Paula Dutra Bôscaro (UFJF)	Germando Esteves (UNESP)
Ana Paula Wagner (UNICENTRO)	Gilvan Ventura da Silva (UFES)
Anderson Roberti dos Reis (UFMT)	Grayce Mayre Bonfim Souza (UESB)
Andréa Bandeira Silva de Farias (UPE)	Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves (UFF)
Aparecida Maria Nunes (UFA)	Guilherme Queiroz (UNESP)
Augusto da Silva (UFS)	Gustavo Santa Roza Saggese (USP)
Bruno Dallacort Zilli de Jesus (CLAM)	Ideusa Celestino Lopes (UVA)
Carlos Augusto Addor (UFF)	Jaison Castro Silva (IFET – Piau)
Carlos Eduardo Frankiw (USP)	Janine Mello dos Santos (UNB)
Carlos Eduardo Millen Grosso (UFSC)	Jaqueline Souza Gomes de Melo (FARB)
Carlos Francisco da Silva Júnior (University of Hull)	Jezulino Lúcio Mendes Braga (UEMG)
Carlos Oliveira Malaquias (UFSE)	Kátia Augusta Maciel (UFRJ)
Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira (Université Paris Diderot/PARIS 7)	Leandro Alves Teodoro (UNESP)
Cesar Augusto Ferreira de Carvalho (UNESA)	Leandro Duarte Rust (UFMT)
Clara Eliana Cuevas (UFPR)	Leandro Gonçalves de Resende (UFMG)
Claudia Cristina Couto (CND)	Liane Maria Bertucci (Unicamp)
Cláudia Moraes Trindade (UNEB)	Lílian de Cássia Miranda de Gioia (FSA)
Cláudia Pons Cardoso (UNEB)	Luciana Regina Pomari (UEM)
Claudia Piori (UNESPAR)	Luciano Rocha Pinto (UFF)
Cristiano Luis Christillino (UEPB)	Ludmila Gomides Freitas (UNICAMP)
Daniel Barbosa dos Santos (UFAL)	Luis Junior Costa Saraiva (UFPA)
Daniel Caon Alves (UFSC)	Luiz Carlos Gonçalves Lopes (Cefet-MG)
Denise Bastos de Araujo (UFBA)	Luiz Roberto de Barros Mott (UFBA)
Denise Helena Monteiro de Barros Carollo (USP)	Maciel Henrique Carneiro da Silva (IFPE)
Diva do Couto Gontijo Muniz (UNB)	Magdalena Maria de Almeida (UPE)
Eduardo França Paiva (UFMG)	Marcelo Sevybricker Moreira (UFLA)
Elaine Rosa de Souza (Faculdade Drummond)	Marcia Eliane Alves de Souza e Mello (UFAM)
Ernesto Cerveira de Sena (UFMT)	Marcio José Silveira Lima (UFSB)
Fabiana Francisca Macena (UNB)	Marcos Gonçalves (UFPR)
Fabio de Souza Lessa (UFRJ)	Maria Amélia Garcia de Alencar (UFG)
Fausto Alencar Irschlinger (UNIPAR)	Maria Aparecida Prazeres Sanches (UEFS)
Felipe Augusto Barreto Rangel (UEFS)	Maria Clara Caldas (UFMG)
Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva (PUC-RJ)	Maria Cláudia Badan Ribeiro (UNICAMP)
Fernanda Fioravante Kelmer Mathias (UFRJ)	Maria das Graças dos Reis José (UFRJ)
Flavio Vilas Boas Trovao (UFMT)	Maria do Bom Parto Ferreira Burlamaqui Proa (Université Blaise Pascal - Clermont-Ferrand/

UFPE)  
Maria Elizabeth Brea Monteiro (Arquivo Nacional)  
Maria Izabel Barboza de Morais Oliveira (UFMA)  
Maria Rosa Dória Ribeiro (Faculdade Integral Cantareira)  
Marlise Regina Meyrer (UPF)  
Mauricéia Ananias (UFPB)  
Michely Peres de Andrade (UFPE)  
Milton Carlos Costa (USP)  
Murilo Leal Pereira Neto (Unifesp)  
Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)  
Nilsângela Cardoso Lima (UFPI)  
Patrícia Albano Maia (UNISA)  
Patricia Marcondes de Barros (UNISANTOS)  
Rafael Laguardia (UFJF)  
Raíssa Brescia dos Reis (UFMG)  
Renata Brauner Ferreira (UFRJ)  
Renata Rodrigues Brandão (SME-RJ)  
Ricardo Luiz Silveira da Costa (UFES)  
Ricardo Santhiago Corrêa (UNICAMP)  
Rodrigo Ceballos (UFCG)  
Rodrigo Nunes Bentes Monteiro (UFF)  
Rosana Suarez (UNIRIO)  
Rosemere Olimpio de Santana (UFCG)  
Rubens Goyatá Campante (CMJT – TRT/MG)  
Sebastião Pimentel Franco (USP)  
Sérgio Alberto Rizzo Júnior (Mackenzie-SP)  
Sonia Maria de Freitas (SEE-SP)  
Sylvia Costa Couceiro (ANPUH)  
Tânia Maria Gomes da Silva (UNIFAMMA)  
Tatyana de Amaral Maia (PUC-RS)  
Telma Maria Vieira (Unicastelo)  
Tiago Luis Corbisier Matheus (PUC-SP)  
Valderiza Almeida Menezes (UFSC)  
Vanessa Lana (UFV)  
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (UCSAL)  
Vera Lúcia Puga (UFU)  
Violeta Maria de Siqueira Holanda (UNILAB)  
William Andrade de Souza (UNISINOS)

## Sumário

8

Editorial

Cássio Bruno de Araujo Rocha/ Valdeci da Silva Cunha

### Dossiê: Gênero e Sexualidade na História

19

Apresentação

Profa. Dra. Margareth Rago

26

**Gênero, corpo e sexualidade: as narrativas de processos-crime na Fortaleza do século XX/** Gender, body and sexuality: the narratives of criminal records in the Fortaleza of the twentieth century

Idalina M. Almeida de Freitas

46

**Pobreza, criminalidade e questões de gênero na “Cidade Verde”/** Poverty, crime and gender issues in “Green City”

Camila Melo Silveira da Silva

73

**História e gênero nas ruas: representações do feminino nas nomeações de logradouros em Londrina – PR /** History and gender in the streets: female representations in appointments of thoroughfares in Londrina – PR

Bruno Sanches Mariante da Silva

**101**

**Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)/** Places of fun and repression: police violence against homosexuals in Brazil (1978-1981)

Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso

**129**

**A geração de 70: sobre expressões do amor na sociedade de 1970 no Brasil/** The generation of 70: about expressions of love in 1970's society in Brazil

Luís Felipe Gonçalves do Nascimento

**148**

**A dissolução da identidade em corpos complexos: Para além do binarismo masculino/feminino/** The dissolution of identity in complex bodies: Beyond the binarism male/female

Ederson Luís Silveira

**176**

**As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947)/** Gender issues within the Communist Party of Brazil –PCB (1928-1947)

Alane Sousa Ferreira; Marcelo da Silva Lins

**191**

**Garçonizando-se: o fazer-se melindrosa/** Garçonizando-se: the make-up flapper

Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro

**218**

**História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no hospital psiquiátrico de Juquery sob o prisma do gênero (1936-1951)** / History, sexuality and madness: the psychosurgery in the Hospital of Juquery through a gender bias (1936-1951)

Eliza Teixeira de Toledo

**239**

**Famílias de vidro: representações de gênero e papéis sociais em retratos de família em negativos de vidro (1910-1940)** / Glass family: gender representations and social roles in family portraits on glass negatives (1910-1940)

Francieli Lunelli Santos

**260**

**El honor como estrategia simbólica de reproducción social en la sociedad venezolana de los siglos XVIII y XIX** / The honor as symbolic strategy of social reproduction in Venezuelan society of the eighteenth and nineteenth centuries

Jhoana Gregoria Prada Merchán

**285 A questão da identidade da “mulher” e a necessidade de um “feminismo negro”** / The question of the identity of the “woman” and a “black feminism”

Vera Tatiana dos Reis Monteiro Gomes

**306**

**Cartas ao órgão de censura, na década de 1970: uma análise a partir das categorias de recepção e gênero** / Letters to the censorship body, in the 1970s: an analysis from the categories of reception and gender

Thiago de Sales Silva

**327**

**Evidências de masculinidades na educação salesiana em Juazeiro do Norte – Ceará (1939-1942)** / Evidence of masculinities in salesian education in Juazeiro do Norte - Ceará (1939-1942)

Cícero Edinaldo dos Santos

**346**

**Movimento LGBT, a memória de um espaço – tempo – humano** / LGBT movement, the memory of a space - time – human

Mariana Quadros Gimenez

## Entrevista

**368**

**Entrevista com a professora e pesquisadora Sarug Dagir Ribeiro (UFOP), por Revista Temporalidades**

Cássio Bruno de Araujo Rocha; Valdeci da Silva Cunha

## Artigos Livres

**380**

**Nietzsche, pensador crítico da ciência e da história na modernidade** / Nietzsche critical thinker of science and history in modernity

Raylane Marques Sousa

**394**

**Raymundo Faoro e seus contemporâneos: as apropriações de *Os donos do poder* na imprensa e as oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970** / Raymundo Faoro and his contemporaries: the appropriations of *Os donos do poder* on the press and the oppositions to the military dictatorship in the mid-1970s

Gabriel Amato Bruno de Lima

**410**

**História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico** / Teacher education of history in Brazil colony and empire: a historical

Márden de Pádua Ribeiro

**435**

**Portugal em África: o governo do Comissário-Régio Antônio Ennes em Moçambique e seu discurso colonial (1895 – 1896)** / Portugal in Africa: the government-Regal Commissioner Antonio Ennes in Mozambique and its colonial discourse (1895 - 1896)

Thiago Henrique Sampaio

**449**

**O Império do Brasil e os Estados do Rio da Prata diante da Farroupilha (1835 – 1845)** / The Empire of Brazil and the River Plate States in the face of the Farroupilha (1835 – 1845)

William Zolinger Fujii

**470**

**Senhores de poucos escravos: análise de uma área periférica – Alto do Termo da Borda do Campo /MG, século XIX** / Lords of few slaves: analysis of a peripheral area – Alto do Termo da Borda do Campo /MG, XIX century

Ana Paula Dutra Bôscaro

**495**

**O tratamento pedagógico do patrimônio cultural nos livros didáticos de História Regional e as premissas para o ensino de história nos anos iniciais** / The pedagogical treatment of cultural heritage in textbooks of Regional History and the premises for the teaching of history in the early years

Danielle da Silva Ferreira; Marta Margarida de Andrade Lima; Maria Ângela de Faria Grillo

**515**

**História e Psicologia Analítica: da objetividade à subjetividade e os modos de sentir do homem e da sociedade/ LGBT History and Analytical Psychology: from the objectivity to subjectivity and the feeling modes of the man and of the society**

Amanda Muniz Oliveira; Joanna Ribeiro Nogueira; Rodolpho Alexandre Santos Melo Bastos

**538**

**Iconologia e iconografia no estudo da arte paleocristã/ Iconology and iconography in the study of paleochristian art**

Cláudio Monteiro Duarte

**561**

**Sobreviver e se organizar: a classe trabalhadora e os movimentos contra a carestia no Rio de Janeiro (1913-1917)/ Survive and organize: the working class and the movements against famine in Rio de Janeiro (1913-1917)**

Kaio César Goulart Alves

**584**

**“O homem forte, todo o mundo tem por pátria”: a construção do homem mundanus em Antônio Vieira/ "The strong man, has the country the entire world ": the construction of mundanus human in Antônio Vieira**

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo

**606**

**A epidemia de gripe espanhola de 1918 na “Metrópole do Café”: a partir do diálogo entre Washington Luís e Altino Arantes/ The Spanish flu epidemic of 1918 at the “Metropole do Café”: from the dialogue between Washington Luís and Altino Arantes**

Leandro Carvalho Damacena Neto; Lara Alexandra Tavares da Costa

## Resenhas

**632**

**CAMPOS, Adalgisa Arantes. As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2013. 248 p**

Anne Elise Reis da Paixão

## Editorial

O conselho editorial da Temporalidades, revista discente do programa de pós-graduação em História da UFMG, tem o prazer de publicar o segundo número do seu sétimo volume, configurando sua 17ª edição.

Dando continuidade à prática iniciada na edição passada, trazemos um número com quantidade expressiva de contribuições (tanto para o dossiê, como para a seção de artigos livres), o que, nos parece, reflete uma pujança da produção historiográfica de pós-graduandos e graduandos no Brasil. Dessa forma, o presente número é composto por 17 artigos para o dossiê temático, 1 entrevista, 12 artigos para a seção livre e 1 resenha.

Acreditamos que a grande quantidade de textos aptos à publicação em um periódico acadêmico expressa os objetivos fundamentais da Revista Temporalidades. Sendo uma publicação discente, a revista objetiva contribuir para a divulgação dos trabalhos de pesquisadores iniciantes ou aprendizes – sejam eles graduandos ou pós-graduandos –, ajudando também a aprimorar estes trabalhos através do cultivo da prática da revisão por pares – um modo fundamental de avanço da pesquisa histórica. No entanto, não queremos com isso sinalizar que a Temporalidades está fechada a textos de pesquisadores já estabelecidos ou consagrados. Ao contrário, acreditamos que o recebimento e a publicação de trabalhos de professores atestam a qualidade do trabalho desenvolvido até aqui pelos editores que nos antecederam – ao qual tentamos fazer justiça com este novo número.

A qualidade dos textos publicados neste número comprova, e é preciso dizê-lo com coragem, que a manutenção de certas hierarquias acadêmicas e de saber nem sempre se coaduna a práticas de pesquisa histórica autônomas e críticas. Os textos que ora apresentamos têm em comum – para além da óbvia diversidade de objetos e problemas específicos – a inventividade crítica no trato com a historiografia e com a teoria. Nesse sentido, demonstram como o conhecimento histórico, se ele pretende ter alguma razão social e política que o justifique para além dos muros da academia, necessariamente funda no presente seu olhar sobre os homens, mulheres e demais pessoas não-binárias do passado.

Não é por outra razão que os textos publicados neste número são prenes de vida, ainda que de vidas tão violentamente marcadas, disciplinadas e violentadas no ontem. Ainda que tal observação possa parecer um truísmo, retomamos aqui algumas considerações do historiador francês de Marc Bloch, em seu livro *Apologia da história: ou o ofício do historiador*, sobre o tempo e os modos de fazer do historiador:

O presente e o passado se interpenetram. A tal ponto que seus elos, quanto à prática do ofício de historiador, são de sentido duplo. Se, para quem quer compreender mesmo o presente, a ignorância do passado deve ser funesta, a recíproca – embora não se esteja sempre tão nitidamente alertado – não é menos verdadeira.<sup>1</sup>

Assim, o conhecimento do passado e do presente imbricam-se na leitura dos textos ora publicados. Sentimento que, aliás, esteve por trás de todo o trabalho de produção mobilizado por nós do conselho editorial e, acreditamos, dos pareceristas convidados. Se desejamos produzir e divulgar um trabalho historiográfico fértil de implicações para a reflexão sobre nosso tumultuado presente, não desejamos fazê-lo às custas das boas regras do rigor acadêmico e da pesquisa. E, neste sentido, como em outros, a contribuição dos e das pareceristas foi de suma importância.

Como bem ressaltou a professora Regina Horta Duarte, em seu último editorial para a revista *Varia Historia*, o/a parecerista tem um trabalho crucial para o funcionamento não só das publicações para as quais contribuem, mas para o conhecimento histórico mais amplamente. Há que se ressaltar a gentileza de profissionais que aceitam realizar um trabalho não só não remunerado, mas cujos frutos ficam normalmente obscurecidos. Pois, se é verdade que as observações e análises de pareceristas proporcionam o amadurecimento dos textos dos autores (seja pela proposição de diálogo com certa bibliografia, seja pelo nuançar das questões postas no texto), é também verdadeiro que estas contribuições não se evidenciam no texto final, que aparece todo como um trabalho solitário do autor ou autora. A importância das análises dos pareceristas permanece um segredo compartilhado por autor, editor e parecerista. Não obstante tudo isto, os/as pareceristas exercem o papel fundamental de tribunal informal do conhecimento histórico. Ao analisar e avaliar os textos recebidos,

---

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 65, nota 28.

têm uma opinião fundamental no seu aceite ou não para a publicação em determinado periódico.<sup>2</sup> Portanto, cabe aqui um agradecimento sincero às professoras e aos professores pareceristas para este número.

Como sinalizado acima, a presente edição compõe-se de um grande número de textos, o que é um passo a mais que damos, como Conselho Editorial, no sentido de ampliar o legado deixado pelos conselheiros das gestões anteriores. Esperamos, com isso, contribuir para a consolidação da Temporalidades como um importante veículo para a divulgação dos trabalhos de jovens historiadoras e historiadores. É neste sentido que, pela primeira vez, organizamos um evento acadêmico para marcar o lançamento de um número da revista. Pretendendo uma maior divulgação do periódico no meio acadêmico de Minas Gerais, transcendendo, inclusive, as barreiras disciplinares. Realizaremos, no dia 06 de outubro de 2015, uma mesa-redonda para debater questões levantadas pelo dossiê temático da presente edição. Compondo-a, teremos a honra de receber a professora Luzia Margareth Rago, da Unicamp, referência nos estudos históricos das mulheres, do feminismo, do gênero e da sexualidade – que também nos agraciou com a apresentação do dossiê -, pela professora e artista Sarug Dagir Ribeiro, da UFOP, pesquisadora nas áreas de letras, literatura e psicologia, tendo sido entrevistada para o dossiê, e pela pesquisadora Eliza Teixeira de Toledo, doutoranda em História das Ciências e da Saúde pelo COC-Fiocruz, autora de um dos artigos componentes do dossiê.

É igualmente com vistas à ampliação do escopo compreendido pela Temporalidades que apresentamos o dossiê temático *Gênero e sexualidade na História*. Fugindo um pouco à tradição de dossiês alinhados às linhas de pesquisa que compõem o Programa de Pós-graduação em História da UFMG, o presente dossiê defini-se pela transdisciplinaridade, ao reunir artigos que transitam pelas dimensões culturais, políticas, científicas e teóricas transversais às investigações históricas sobre o gênero e a sexualidade. Partimos de um desejo por textos que as abordassem de modo inovador e em ruptura com o binarismo típico da

---

<sup>2</sup> DUARTE, Regina Horta. Editorial: o “tribunal de recursos” da lógica histórica. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, maio-agosto 2015. Captado em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752015000200321&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000200321&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 14 set. 2015.

heterossexualidade compulsória tão marcante do pensamento ocidental. Nesse sentido, podemos dizer que a composição do dossiê foi bastante satisfatória.

O dossiê temático inicia-se com uma estimulante apresentação da professora Margareth Rago (UNICAMP) – também organizadora do mesmo. Referência na área de estudos da história das mulheres, das relações de gênero e da sexualidade no Brasil, Rago encontra-se em posição estratégica para fazer um balanço do campo, pensar suas perspectivas futuras e articular ambas as instâncias aos artigos aqui publicados. Aproveitamos o momento para, mais uma vez, lhe agradecer pela gentileza em aceitar nosso convite para organizar o dossiê e por tê-lo feito brilhantemente.

O primeiro artigo do dossiê temático intitula-se *Gênero, corpo e sexualidade: as narrativas de processos-crime na Fortaleza do século XX*, de autoria de Idalina M. Almeida de Freitas. A autora busca compreender de que maneira se deu a influência de determinados discursos e práticas na construção histórica dos gêneros, dos corpos e da sexualidade na Fortaleza - CE do início do século XX por meio da análise das narrativas contidas nos processos criminais desta localidade.

Em seguida, temos o artigo *Pobreza, criminalidade e questões de gênero na “Cidade Verde”*, de Camila Melo Silveira da Silva. Em seu texto, a autora traz à luz as representações sociais sobre as mulheres pobres de Teresina - PI envolvidas em crimes entre os anos 1890 e 1920. Usando um variado corpo documental, Camila Melo Silveira da Silva articula práticas jurídica-policiais vigentes no referido recorte temporal da cidade, a questões sobre o “ser mulher”, poder, pobreza e feminilidades desviantes.

Com o artigo *História e gênero nas ruas: representações do feminino nas nomeações de logradouros em Londrina – PR*, o autor Bruno Sanches Mariante da Silva, pressupondo que, ao se nomear ruas e praças de uma cidade, está se dotando de significação aquele elemento urbano, ao passo que, celebra-se, concomitantemente, aquele acontecimento ou personagem ali representado, investiga os logradouros batizados com nomes de mulheres, visando discernir quais as representações de gênero que foram criadas e explicitadas no espaço urbano.

O artigo *Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)*, do autor Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso, analisa as formas de violência contra aqueles que se comportam fora da norma heterossexual vigente na sociedade Brasileira. Para

tanto, o autor investiga as ações policiais no período de declínio da ditadura militar no Brasil, mais especificamente de 1978 a 1981, ano de circulação do primeiro jornal feito por homossexuais a circular nacionalmente no país e que serviu como fonte privilegiada para esta análise.

Em sequência, o autor Luís Felipe Gonçalves do Nascimento, em seu artigo *A geração de 70: sobre expressões do amor na sociedade de 1970 no Brasil*, investiga as subjetivações amorosas da geração de 1970 a partir da poesia marginal. A partir de uma contextualização histórica do tema do amor no Ocidente e da conjuntura brasileira na década de 1970, o autor estuda a poesia de Ricardo de Carvalho Duarte (Chacal) e Ana Cristina César como forma de ilustrar a mentalidade da geração marginal, expressa na poética da década de 70.

No texto *A dissolução da identidade em corpos complexos: Para além do binarismo masculino/feminino*, o autor Ederson Luís Silveira se interroga sobre como ocorrem as subjetivações de gênero enquanto *locus* de indício dos processos de formação de identidades a partir da (des)identificação social, entendendo que a (des)construção da identidade está associada aos cuidados e às representações do corpo a partir da subjetividade. Como corpo documental, o autor usa sequências discursivas extraídas de entrevistas com o cartunista Laerte Coutinho veiculadas em meios midiáticos, mostrando como as identidades na pós-modernidade não podem ser mais vistas como fixas, imutáveis e homogêneas.

Alane Sousa Ferreira escreveu o artigo *As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947)*, em que analisa as posições e deliberações do Partido Comunista do Brasil (PCB) com relação às mulheres, assim como as iniciativas do PCB em criar organizações femininas, buscando compreender de que maneira as mulheres estavam inseridas nos projetos de transformação da sociedade defendidos pelo Partido entre 1928 e 1947. Usando como fonte principal para a pesquisa o jornal *A Classe Operária*, a autora questiona como o PCB, embora reproduzisse valores vigentes à sociedade, o que o levou a não colocar a organização política das mulheres como central nas suas ações, também desenvolveu atividades que foram precursoras e contribuíram para sua inserção no cenário político do Brasil.

No artigo *Garçonizando-se: o fazer-se melindrosa*, a autora Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro cria o conceito de *garçonização* para compreender o processo pelo qual as mulheres

passavam para tornarem-se melindrosas, podendo desfrutar de novas formas de subjetividade. Este processo é contextualizado pela investigação das transformações sociais e culturais (destacando-se as das relações de gênero) sofridas pela sociedade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Para realizar este estudo, a autora investiga as questões de gênero relacionadas às melindrosas, elaboradas pelo artista J. Carlos na revista ilustrada *Para Todos....* no período de 1920.

No artigo *História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no Hospital Psiquiátrico de Juquery sob o prisma de gênero (1936-1951)*, a autora Eliza Teixeira de Toledo analisa a aplicação de psicocirurgias em pacientes mulheres de 1936 a 1951 no Hospital Psiquiátrico de Juquery situado em Franco da Rocha, São Paulo, problematizando, pelo viés do gênero, a incidência de psicocirurgias nesse público específico. A autora se baseia principalmente na obra *Tratamento cirúrgico de moléstias mentais (leucotomia)* (1951), compilação de artigos sobre a aplicação da leucotomia e suas variações no Hospital de Juquery dirigida pelos médicos Mário Yahn, A. Mattos Pimenta e Afonso Sette Junior.

Com o artigo *Famílias de vidro: representações de gênero e papéis sociais em retratos de família em negativos de vidro (1910-1940)*, a autora Francieli Lunelli Santos tece análises de gênero sobre as representações sociais contidas em retratos de família produzidos entre 1910 a 1940 em Ponta Grossa-PR. A autora observa que, em tais fontes visuais, os gêneros não se destacam por disputas, mas sim pelo apoio que um dá ao outro na representação, de modo que estão excluídos, nos retratos, elementos de desacordo e conflito. A autora conclui que há uma tentativa de destacar a harmonia da família.

O artigo seguinte, com o título *El honor como estrategia simbólica de reproducción social en la sociedad venezolana de los siglos XVIII y XIX*, de autoria de Jhoana Gregoria Prada Merchán, estuda o conceito de honra nas sociedades coloniais e independentes da América hispânica (especialmente a venezuelana), entendendo-o como uma prática simbólica de reprodução social que funcionou como categoria de classificação moral e de mobilidade social. A autora entende que a honra feminina, fundamentada na honra sexual, especialmente, funcionou como garantia de negociação para consolidar alianças e vínculos sociais.

Em *A questão da identidade da “mulher” e a necessidade de um “feminismo negro”*, a autora Vera Tatiana dos Reis Monteiro Gomes aborda a problemática entre igualdade e diferença,

enfocando a necessidade de se abalar posições binárias para o masculino e o feminino e de se rediscutir a política feminista no cenário das identidades em constante desliz. A autora enfatiza ainda a importância de se pensar de maneira articulada a intersecção das variáveis de gênero e raça para atender demandas específicas e potencializar a construção de uma sociedade multirracial e pluricultural.

No artigo *Cartas ao órgão de censura, na década de 1970: uma análise a partir das categorias de recepção e gênero*, o autor Thiago de Sales Silva se debruça sobre cartas encaminhadas ao órgão de censura, a *Divisão de Censura e Diversões Públicas* (DCDP), para compreender o processo de recepção à televisão e, mais particularmente, às telenovelas por parte dos missivistas, em articulação com a categoria de gênero. O autor mostra como as noções de feminino e masculino se tornaram objeto de preocupação, por parte da audiência, tendo em vista modelos de comportamento e conduta apresentados nas narrativas televisivas.

Em *Evidências de masculinidades na educação salesiana em Juazeiro do Norte – Ceará (1939-1942)*, o autor Cícero Edinaldo dos Santos investiga a Educação Salesiana em Juazeiro do Norte, Ceará, no período de 1939 a 1942, focalizando o contínuo processo de generificação dos padres-professores e jovens-alunos. Usando do conceito de masculinidade hegemônica, o autor destaca a inter-relação das masculinidades no âmbito educacional, percebendo-as como categorias históricas, não-homogêneas, inerentes as relações de poder e concluindo que o “ser homem”, era legitimado a partir de normatizações do “fazer”.

O último artigo do dossiê tem o título *Movimento LGBT, a memória de um espaço - tempo – humano* e é de autoria de Mariana Quadros Gimenez. Em seu texto, a autora percorre os caminhos do que considera a memória (um importante elemento para a construção da história) que vem sendo construída pela comunidade LGBT brasileira no século XXI, analisando como esta comunidade logra elaborar uma memória própria de um passado que, historicamente, lhes foi negado e silenciado.

Finalmente, fechamos o dossiê temático com a entrevista com a professora e artista Sarug Dagir Ribeiro (UFOP), em que ela comenta, com sensibilidade intelectual e política, seu processo de transexualização, sua pesquisa de mestrado desenvolvida na Faculdade de Letras da UFMG e as implicações de ambas para seu posicionamento no mundo e na academia. Trazendo um olhar transdisciplinar, uma vez que transitou por áreas como a

psicologia e a literatura, a professora nos concedeu uma entrevista estimulante para pesquisadoras e pesquisadores das temáticas de gênero e sexualidade.

Além do dossiê temático, esta edição também traz uma diversidade de artigos livres que discorrem, sempre de modo rigoroso, crítico e criativo, sobre assuntos de interesse para muitas áreas do saber histórico.

Raylane Marques Sousa, no artigo *Nietzsche, pensador crítico da ciência e da história na modernidade*, discute a crítica do filósofo à ciência e à ciência histórica na modernidade. Partindo da investigação dos problemas que acometem a ciência moderna, salienta alguns dos motivos que levaram Nietzsche a fazer uma apreciação negativa da ciência moderna, assim como da ciência histórica.

No artigo *Raymundo Faoro e seus contemporâneos: as apropriações de Os donos do poder na imprensa e as oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970*, Gabriel Amato Bruno de Lima problematiza o pensamento político de autor reexaminando a sua trajetória. O estudo é pensado a partir da representação do intelectual e jurista Raymundo Faoro e das apropriações da segunda edição de sua obra canônica, lançada em 1975, em que o itinerário político de Faoro é analisado no contexto das oposições ao regime militar em meados dos anos 1970.

Em *História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico*, Márden de Pádua Ribeiro propõe uma pesquisa bibliográfica que visa o resgate histórico da formação de professores do período colonial e imperial do Brasil. Tem como marco temporal a chegada dos jesuítas, em 1549, e indo até a proclamação da República, em 1889. Entre outras questões, coloca-se a pergunta de como teria se consolidado a formação de professores no Brasil, nos períodos mencionados.

*Portugal em África: o governo do Comissário-Régio Antônio Ennes em Moçambique e seu discurso colonial (1895-1896)*, artigo de Thiago Henrique Sampaio tem o objetivo de analisar a administração do comissário-régio Antônio Ennes na colônia de Moçambique. Nesse sentido, acompanhou o pensamento colonial de Ennes para desenvolvimento da província ultramarina no período, destacando que Portugal, historicamente país colonizador, não tinha condições econômicas e nem militares para empregar uma modernização na sua política colonial.

Em *O Império do Brasil e os Estados do Rio da Prata diante da Farroupilba (1835 – 1845)*, William Zolinger Fujii examina as relações do Império do Brasil com os Estados platinos durante a Guerra dos Farrapos, ao chamar a atenção para o impacto da revolta separatista ocorrida na província meridional no tabuleiro da região entre os anos 1835 e 1845. Ao fazê-lo, também se considera as ações dos governos e das facções políticas da região, incluindo as dos próprios farrapos.

Ana Paula Dutra Bôscaro, autora de *Senhores de poucos escravos: análise de uma área periférica – Alto do Termo da Borda do Campo – MG – século XIX*, apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa da análise da composição social dos domicílios presentes no Alto do Termo da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, no século XIX. A partir da análise da Lista Nominativa para o ano de 1831, buscou-se expor as principais características sócio-demográficas destes pequenos proprietários, bem como apresentar algumas particularidades das pequenas escravarias presentes na região.

Em *O tratamento pedagógico do patrimônio cultural nos livros didáticos de História Regional e as premissas para o ensino de história nos anos iniciais*, as pesquisadoras Danielle da Silva Ferreira, Marta Margarida de Andrade Lima e Maria Ângela de Faria Grillo buscaram analisar os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam o ensino de história nos anos iniciais da escolarização básica. Para isso, teve também lugar a problemática da utilização do conhecimento histórico sobre o Patrimônio Cultural como arcabouço epistemológico para fundamentar as práticas educativas nesse nível.

Amanda Muniz Oliveira, Joanna Ribeiro Nogueira e Alexandre Santos Melo Bastos, em *História e Psicologia Analítica: da objetividade à subjetividade e os modos de sentir do homem e da sociedade*, trataram da relação epistemológica entre História e a Psicologia Analítica de Carl G. Jung. Diante disso, buscaram avaliar as estruturas de funcionamento dos dois campos, a fim de evidenciar as diferenças e, principalmente, as similitudes entre eles, discutindo as relações análogas entre a História das Mentalidades e os Arquétipos e Inconsciente Coletivo do pesquisador suíço.

Em *Iconologia e iconografia no estudo da arte paleocristã*, Cláudio Monteiro Duarte propõe um exercício metodológico de aproximação entre duas abordagens da História da arte, a iconologia e a iconografia, aplicando-as a alguns temas e objetos da arte paleocristã, na busca

da elucidação de seu significado. São propostas reflexões sobre a semelhança de um dos esquemas compositivos estudados por Erwin Panofsky com o simbolismo geométrico da Trindade citado por Louis Réau.

*Sobreviver e se organizar: a classe trabalhadora e os movimentos contra a carestia no Rio de Janeiro(1913-1917)* é o título do artigo de Kaio César Goulart Alves que busca compreender o processo de organização da classe trabalhadora do Rio de Janeiro Para tal, por meio do estudo de jornais operários e da grande imprensa do Distrito Federal, o autor analisa a relação existente entre os movimentos contra a carestia, promovidos nos anos de 1913 e 1917, e a propaganda e a formação de associações de tipo sindical.

Em “*O homem forte, todo o mundo tem por pátria*”: a construção do homem mundanus em Antônio Vieira, Gil Eduardo de Albuquerque Macedo ocupa-se da figura de jesuíta português. Envolvido em grandes polêmicas, Vieira é conhecido pela defesa e apologia do Império Português, o que levou o estudo a se dividir em duas correntes: compreensão da construção dos conceitos de homem e mundo vieiriano e sua relação com a tradição profética portuguesa. Um dos homens notáveis da história e cultura lusitana, seu legado pode ser atestado em diversas documentações, tais como cartas, sermões e textos proféticos.

No artigo *A epidemia de gripe espanhola de 1918 na “Metrópole do Café”*: a partir do diálogo entre Washington Luís e Altino, os pesquisadores Leandro Carvalho Damascena Neto e Lara Alexandra Tavares da Costa apresentam um possível diálogo entre o Diário Íntimo de Altino Arantes – naquele momento presidente do Estado de São Paulo – e o Relatório Oficial sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918 no município de São Paulo. O estudo também se valeu do ofício nº 477, expedido pelo Prefeito da Capital Paulista Washington Luís Pereira de Souza, e ressalta algumas obras historiográficas produzidas a respeito da historiografia das doenças.

Por fim, a Temporalidades apresenta uma resenha de Anne Elise Reis da Paixão sobre a obra *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*, publicação referente a tese de doutoramento, em 1994, da Profa. Dra. Adalgisa Campos, junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. O estudo de Adalgisa Campos tem como escopo a análise do culto às “Almas Santas” através de uma rica análise documental, sobretudo iconográfica. Esta fecunda gama documental permite ao leitor uma

abordagem mais ampla sobre o tema, especialmente no tocante à religiosidade. Ao longo do livro, a historiadora coteja a documentação levantada com trabalhos consagrados sobre devoção cristã, com destaque para os estudos dos historiadores Jacques Le Goff e Michel Vovelle.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Cássio Bruno de Araujo Rocha  
Valdeci da Silva Cunha

## \_\_Apresentação

**Margareth Rago**

Professora titular do departamento de História  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

“É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”

Michel Foucault

Não é demais insistir sobre a importância que os estudos do gênero e da sexualidade adquiriram nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, nem é demais destacar que o sucesso dos instigantes trabalhos desenvolvidos nas universidades e em diferentes centros de pesquisa e educação respondem, sem dúvida alguma, a necessidades crescentes suscitadas pelas profundas transformações nos modos de vida, na produção das subjetividades, nas formas da sociabilidade e no imaginário cultural, na contemporaneidade.

Em nosso país, em especial, essas mudanças podem ser facilmente constatadas na maneira pela qual as mulheres se autonomizaram em grande parte, conquistaram o espaço público, questionaram a arraigada “ideologia da domesticidade” e o confinamento na esfera familiar e privada, o que também se evidencia na maneira como têm alcançado importantes postos de direção em várias frentes, demonstrando enorme capacidade criativa e de gestão. Essas transformações também podem ser percebidas nas próprias definições da masculinidade construídas pelos jovens - e não apenas por eles -, que trazem novos modos de existir masculinamente e reinventam a cultura masculina, e ainda, na visibilidade que os grupos gays, lésbicos, transgêneros, entre outros, com suas demandas e inquietações têm adquirido ao longo das últimas décadas, em sua luta para desfazer oposições binárias que cristalizam identidades sexuais e normatizam o comportamento de todos e todas, enfim, em sua luta para viver sem terem de renunciar a si mesmos.

Que já não somos os mesmos e as mesmas é fácil de perceber, especialmente num país onde a sexualidade e o corpo tiveram centralidade na construção da identidade nacional,

desde os inícios da colonização, como bem mostrou o antropólogo Richard Parker, em seu livro *Corpos, Prazeres e Paixões. Cultura sexual no Brasil contemporâneo*, publicado em 1993.

Desde o final da década de sessenta, quando a revolução sexual e a progressiva ascensão do feminismo, em plano internacional, tiveram como efeito a pergunta pela realidade das mulheres e, por conseguinte, pelo seu passado, pelas narrativas e pelos mitos que lhes foram transmitidos sobre seus corpos, sexualidade e desejo, até a entrada da categoria do gênero, no início da década de noventa, uma intensa produção intelectual reconfigurou o cenário dos temas, das teorias e das interpretações pesquisados nas academias, com o respaldo fundamental da Filosofia da Diferença, em especial, com os aportes de filósofos como Foucault, Deleuze, Derrida, entre outros nomes consagrados e da própria epistemologia feminista, já então bastante desenvolvida nos Estados Unidos e na Inglaterra.

No Brasil, em meio à modernização e ao desenvolvimento socioeconômico acelerados, em que pesem o aprofundamento das desigualdades sociais e o fechamento político, abandonavam-se as identidades sexuais tradicionalmente vividas por décadas a fio, (pós)modernizavam-se os comportamentos, as aparências e a moda nas grandes cidades. Nesse contexto, outras explicações e novas interpretações eram buscadas, assim como se fazia urgente o contato com passados perdidos que ajudassem a diagnosticar o presente e a entender como havíamos chegado a ser o que então éramos, querendo ou não. O cotidiano entrava na mira da crítica e a vida era colocada em ponto de interrogação.

A crítica das identidades sexuais colocou-se como uma questão da maior importância nesse momento de desdobramentos da crítica do sujeito e da morte do Homem, demandando inúmeras pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas, linguísticas e literárias, mostrando, ainda, a importância da inter/multi/ transdisciplinaridade para o avanço do pensamento, já que a rígida demarcação das disciplinas, como se constatava, resultava não da evolução do conhecimento em relação a épocas anteriores, mas de relações modernas de saber-poder, deixando de nos ajudar a pensar e a nos entendermos, na atualidade.

Da história das mulheres à história da sexualidade, do corpo, da família, das crianças e da vida privada, a ampliação do campo temático de pesquisa foi muito rápida ou mesmo simultânea, colocando novos desafios teóricos e a exigência de outros conceitos e procedimentos teórico-metodológicos para a produção do conhecimento. Daí a agilidade

com que novas problematizações e operadores foram incorporados, a exemplo da crítica foucaultiana da teoria do reflexo e da noção de discurso como transparência da realidade, ou então sua analítica do poder – entre disciplinas, biopoder, biopolítica, governamentalidade e poder pastoral – que afetaram profundamente e renovaram radicalmente as formas do pensamento contemporâneo.

A crítica do sujeito, da filosofia da representação, do pensamento fundado em oposições binárias, vale dizer, hierárquicas e excludentes, revelou que um novo mundo ou novos mundos só seriam possíveis a partir de outras formas de interpretação, que possibilitassem olhar de outro modo para o diferente, desestigmatizando-o, libertando-o da colonização discursiva e restituindo-o ao seu devido lugar. Definir orientais, negros, ciganos ou indígenas como bárbaros, perceber as mulheres como figuras excessivamente sexualizadas, entre ninfomaníacas e histéricas, ou então, produzir outros “perversos sexuais”, como os homossexuais e as lésbicas apenas provou a violência preconceituosa constitutiva de um modo de pensar que se tornara hegemônico desde o século XIX.

Ora, essas discussões incidiram fundamentalmente sobre a dimensão do poder e do controle exercido sobre os corpos dos indivíduos e das coletividades, subvertendo as definições de suas identidades, evidenciando que a noção de identidade, como bem explicou Foucault, nasce e conecta-se com a sexualidade desde aquele século, em que emergem as cidades grandes e modernas e o fenômeno da multidão com os pânicos referentes. Falar da identidade de um indivíduo, nesse sentido, significava definir e impor sua identidade sexual. Não significava revelar a verdade secreta do indivíduo, como afirmava o discurso hegemônico, mas implicava em sua localização num espaço já definido e demarcado, no qual teria poucas chances de movimento e expansão. Que os avanços nos processos de identificação tenham vindo com os estudos da polícia e da criminologia não é de se espantar.

Assim sendo, na partilha entre hetero/homossexuais evidenciou-se a dimensão do poder, como ato de dominação que atingia toda a humanidade, sem respeitar diferenças de classe, etnia, geração ou outras quaisquer. Todos/as deveriam existir e conduzirem-se a partir dessa ordem normativa expressa nas práticas discursivas construídas pela ciência moderna, especialmente a Medicina, legitimadas pelo Direito e reforçadas pela religião. A dominação assim praticada era naturalizada até mesmo no pensamento crítico de esquerda, para o qual a mudança econômica justificava tudo o mais.

Esses estudos desenvolveram-se intensamente nas décadas seguintes e um novo aporte enriqueceu a área dos estudos da sexualidade com a *Queer Theory*, introduzida no Brasil, no final dos anos noventa. Embora o movimento homossexual já tivesse produzido vários trabalhos discutindo as questões das “minorias”, desde os anos setenta, foi ao longo da década seguinte que nomes como Peter Fry, Edward McRae, Nestor Perlongher e Luiz Mott despontaram com força, impulsionando o campo. E como observa o sociólogo Richard Miskolci, no texto “Gender and Sexuality Studies in Brazil”, apresentado no Department of Women's Studies da Universidade de Michigan em 2008, tendo passado o pânico causado pela epidemia da AIDS, as pesquisas sobre as questões LGBT demandaram a teoria *queer*, com seu forte questionamento da heterossexualidade normativa e o desejo de dissolução das identidades normativas.

Desde então, têm sido inúmeras as produções e as publicações de artigos e livros no país, a exemplo da coleção Annablume Queer (Editora Annablume), dirigida por Miskolci, também coordenador do Quereres – Núcleo de Pesquisas em Diferenças, Gênero e Sexualidade na UFSCAR. Destaco, ainda, sua pioneira leitura *queer* da História do Brasil, publicada no livro *O Desejo da Nação. Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX* (Annablume, 2012). Neste trabalho, Miskolci explora, em narrativas literárias bastante famosas, as formas pelas quais o desejo heterossexual é imposto pedagogicamente no governo das condutas e no adestramento dos corpos masculinos, desde cedo.

É, portanto, nesse quadro de referências conceituais e temáticas que se encontra o **Dossiê Gênero e Sexualidade**, publicado nesse novo número da revista **Temporalidades**, publicação discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Atesta a intensa mutação subjetiva, social, política e intelectual de que estou tratando, comprovando que os estudos de gênero e sexualidade, assim como os chamados “estudos *queer*” ainda têm muito a contribuir, sobretudo no sentido político de desfazer estigmas, ampliar questionamentos, reforçar denúncias, trazer à tona passados silenciados e incitar à produção de modos mais humanizados de vida, ou seja, modos capazes de perceber o outro e respeitá-lo em sua positividade.

Os dezesseis textos aqui reunidos, escritos por alunos/as de pós-graduação, assim como por graduandos de várias universidades do país, para além da entrevista bastante especial com a professora e pesquisadora Sarug Dagir Ribeiro, da UFOP, revelam-se não apenas bem construídos e atualizados, mas também desafiadores dos regimes de verdade

instituídos que definem lugares demarcados e cristalizados por identidades sexuais e definições de gênero impostas a todos/as.

As mulheres aparecem não apenas na figura da vitimização, do sofrimento e da dor que marcam sua história, como mostram os textos que analisam a medicalização do corpo feminino ao lado da criminalização de suas práticas ou das intervenções cirúrgicas em seu corpo. Surgem também como figuras da rebeldia, a exemplo da imagem andrógina da “melindrosa” dos anos vinte e como ativistas capazes de questionar o racismo e o sexismo vigentes e de produzir intensas rupturas, a exemplo das combativas ativistas que construíram o feminismo negro, como a intelectual Lélia Gonzalez, demarcando as especificidades da condição das mulheres negras, num mundo dominado pelos brancos.

Vale lembrar que os homens também aparecem nos textos apresentados, que mostram a historicidade dos modos de sujeição aos códigos morais que, nas escolas, ou em outras instituições, impõem a heterossexualidade como maneira natural e correta de existir. Ao mesmo tempo, a invenção normativa e estigmatizadora do homossexual como figura da anormalidade e da monstruosidade aparece em registros regionais, mostrando que o fenômeno ultrapassou fronteiras geográficas e temporais para muito além do que poderíamos imaginar.

Um dos traços marcantes nesses trabalhos é a maneira como as discussões de gênero e da sexualidade se entrelaçam com a dimensão do poder e da política e o fazem de diferentes modos. É de se notar como desnudam as relações de poder e expõem as formas de estigmatização e exclusão nos processos históricos que analisam, mostrando que o capitalismo se consolidou e se mantém não apenas com a exploração do trabalho e a acumulação do capital, mas também e sobretudo com a construção de um imaginário social e cultural que naturaliza as diferenças sexuais e as desigualdades sociais e instaura um olhar preconceituoso e excludente, de modo a garantir o governo de muitos por outros poucos. Assim, nesse universo restrito, bem mapeado e amplamente controlado, não há lugar para o diferente, para a expressão de espaços heterotópicos da subjetividade, valendo-me da expressão criada por Foucault, em seu texto “Outros espaços”.

A violência e a exclusão são as marcas principais na relação com a diferença que as leituras de gênero e *queer* aqui apresentadas põem a nu, afirmando a dimensão política desses processos de exclusão dos corpos diferentes pelos discursos e práticas da Medicina, desde o

século XIX, que os estigmatizam como irracionais, logo, necessitando ser conduzidos e governados pelos racionais, brancos, heterossexuais, proprietários.

Mas gênero e política também se entrecruzam na maneira como é problematizada a atuação do partido político, no caso o PCB, em relação às mulheres e ao feminismo, ou ainda na recepção do público conservador às novelas televisivas que, no período ditatorial, questionavam modos rígidos e tradicionais de convivência, de organização familiar e de sociabilidade. De modo geral, vale observar que os autores/as também têm o cuidado de não afirmarem um único ponto de vista, como uma verdade acabada e definitiva, pois problematizam as questões que levantam e matizam os aspectos que podem ser percebidos como negativos e os positivos.

Esses artigos denunciam o poder em sua dimensão molecular ou fazem a crítica do partido político e da instituição psiquiátrica, como no Hospital do Juquery de São Paulo, mostrando de maneira abrangente as contribuições para a mobilização e luta femininas, no primeiro caso, a violência constitutiva das práticas médicas sempre vistas na perspectiva da cura e do conhecimento objetivo, no segundo. Assim sendo, esses textos problematizadores evidenciam a importância do conhecimento histórico de dimensões fundamentais da vida humana, antes consideradas secundárias, ou “superestruturais”.

As referências teóricas também unem esses estudos que se valem tanto da filosofia de Foucault, Deleuze, Bakhtin e Bauman, quanto dos estudos feministas e da teoria *queer*, indo do conhecido artigo inaugural de Joan Scott sobre a categoria do gênero, de 1986, ao famoso livro de Judith Butler, *Problemas do Gênero: feminismo e subversão da identidade*, publicado em 1991 e traduzido, no Brasil, em 2003, aos trabalhos de intelectuais brasileiros como Guacira Lopes Louro, Tomás Tadeu da Silva, Margareth Rago, Richard Miskolci e Berenice Bento, entre outros, que desconstróem o sexo biológico e apontam para a construção normativa e simbólica do corpo e a performatividade do gênero.

Para encerrar, gostaria de destacar brevemente a importância e a qualidade da entrevista realizada com a professora e pesquisadora Sarug Dagir Ribeiro, que de maneira sensata e delicada, remete à sua própria experiência de transexualização, atentando para a dimensão difícil, longa e dolorosa de um processo de mutação subjetiva e sexual que envolve todo o entorno social, como se sabe. Não se pode deixar de reconhecer que esse depoimento, para além da capacidade de análise que revela do seu próprio passado, para além de constituir-se como uma “escrita de si”, e não como um relato confessional, já que a professora e artista

se abre ao contato e ao diálogo com o outro, revela uma extrema coragem da verdade, fazendo pensar na *parrésia* dos antigos, como nos mostrou Foucault em suas análises sobre as artes da existência desenvolvidas no mundo greco-romano.

Aos leitores e leitoras, o convite para essas estimulantes e imperdíveis leituras ou viagens, como preferirem!

São Paulo, 7 de setembro de 2015

# Gênero, corpo e sexualidade: as narrativas de processos-crime na Fortaleza do século XX

## Gender, body and sexuality: the narratives of criminal records in the Fortaleza of the twentieth century

Idalina M. Almeida de Freitas

Doutora em História

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

[idaestevam@gmail.com](mailto:idaestevam@gmail.com)

Dossiê

Recebido em: 09/06/2015

Aprovado em: 01/08/2015

**RESUMO:** Atentando para uma escrita da história das relações de gênero, corpo e sexualidade na construção do processo histórico, busca-se compreender de que maneira se deu a influência de determinados discursos e práticas, tendo como eixo central as narrativas de processos criminais na cidade de Fortaleza no início do século XX. No que tange as relações de gênero, lança-se olhares e questionamentos sobre as instituições de poder (medicina, direito, religião) a cerca da interdição, sobretudo a cerca da sexualidade feminina. Os usos dos corpos, nesta análise, efetuam o seu registro como elemento cultural, histórico e político, em suas diversas práticas e representações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Corpo, Sexualidade.

**ABSTRACT:** Attempting to a written history of gender, body and sexuality relations in the construction of the historic process, it seeks to understand the manner that the influence of certain speeches and conducts, having as central axis the narratives of criminal cases in the city of Fortaleza en the early 20<sup>th</sup> century. Regarding gender realtions, it casts it eyes and questions on the power institutions (medicine, law, religion) about the interdiction, specially about the female sexuality. The uses of the body, in this analysis, perform their register as cultural, historic and politic element in its diverse practices and representations.

**KEYWORDS:** Gender, Body, Sexuality

No ano de 1923, na cidade de Fortaleza, a morte da “inglesinha” Edith Davis<sup>1</sup> fez emergir, por meio de discursos médico-jurídicos, um inquérito policial no qual a vida em comum de um casal estrangeiro suscitou um jogo de relações que, por sua vez, traçou o

---

<sup>1</sup> Processo “Edith Davis”. Fortaleza, set. 1923. Material disponível no APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.

nosso primeiro olhar sobre o que poderiam ser as relações de gênero, poder, instituições e saberes nessa sociedade do início do século XX<sup>2</sup>. O marido de Edith, Percy Granville Davis, era engenheiro assistente da The Ceará Tramway Light & Power Co. Ltda., empresa responsável pelos serviços de bonde e eletricidade naquele período. A Light foi uma empresa fornecedora de energia elétrica de capital britânico, que detinha, desde 1912, a concessão pública para a exploração dos serviços de bonde e para a geração e distribuição da eletricidade no município.

A partir dos trabalhos de cronistas e memorialistas do final do século XIX e início do XX, Fortaleza se configurava como uma cidade em construção, regida pelo epíteto da “modernidade”. O crescimento populacional de Fortaleza na passagem do século XIX para o século XX pode ser explicado pelo seu histórico de imigrações<sup>3</sup>. No período de secas prolongadas, como as de 1877, 1889, 1900 e 1915, sertanejos deslocaram-se do interior para a capital. Muitos permaneceram na capital cearense, e não retornaram aos seus locais de origem. Acometidos pela fome e pela falta de oportunidades, tornaram-se mendigos, vadios, meninos de rua, prostitutas, juntando-se aos pobres que a cidade já possuía, aumentando, dessa forma, o número de miseráveis em Fortaleza. Diante desse histórico, pode-se considerar que os sujeitos em Fortaleza não se autotransformavam por completo à luz de uma modernidade.

Segundo o inquérito, na noite de 22 de setembro de 1923, após o jantar, Edith e Percy recolheram-se em seus aposentos. A versão do processo leva a crer que Edith morreu depois de uma “syncope cardíaca”, mas os depoimentos das testemunhas e das pessoas próximas ao casal sugerem que existiu mais do que uma simples morte natural. Depoentes revelaram

---

<sup>2</sup> Os 4 processos-crime aqui analisados compõem algumas temáticas tais como: homicídio e defloração. Foram eleitos a partir de uma pesquisa mais abrangente, dentro do Projeto “Preservar para Conservar, Conservar para Conhecer”, realizado pelo PET-História entre 2003 a 2006, consistiu na organização, catalogação e acondicionamento de uma série documental de 2.581 processos-crime referentes à cidade de Fortaleza do período de 1910-1950, encontrados em precárias condições de conservação e pesquisa. Desenvolvido em conjunto com o APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará, em síntese, é possível dizer que esse projeto contemplou três fases: o conhecimento preliminar do acervo documental (limpeza e elaboração de fichas de pesquisa para leitura e transcrição dos conteúdos fundamentais dos documentos); estudos historiográficos sobre o tema, catalogação e compilação dos dados (momento em que alguns bolsistas iniciaram pesquisas individuais); e a elaboração do Guia de Fontes sobre a História de Fortaleza, por meio dos processos-crime (1910-1950), consistindo em um catálogo disponível para consulta na forma impressa e em CD-ROM.

<sup>3</sup> NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. De acordo com o censo, em 1900, a população local era de 48.369 habitantes. Em 1920, esse número subiu para 78.536 habitantes.

que o casal vivia em constantes brigas e que Percy infligia maus-tratos à sua esposa. Uma “creada” da casa afirmou que, antes daquela trágica madrugada, à tardinha, Edith e Percy voltaram para casa aparentemente bem, jantaram e, em seguida, começaram a brincar, correndo um atrás do outro em volta da mesa.

Percy, em seu depoimento, sobre os maus-tratos à sua esposa, afirmou:

Que absolutamente nunca infligiu maus tratos a sua esposa, apenas como é costume e natural na Inglaterra, o depoente não por instinto de perversidade empurrava sua esposa ou dava-lhe palmadas no rosto ou nas costas, mas isso por brincadeira. Que o facto de haver feito a barba no dia da morte de sua mulher, não tem a significação mal que querem prestar, por quanto, se aqui no Brasil é isto censurável não o é em sua Pátria, onde constitui um hábito de reconhecido asseio e hygiene, e o depoente, seguindo costume de sua Pátria e esperando a visita de patrícios seus, entendeu de barbear-se.

O processo “Percy Davis” sugeriu um cotidiano do casal cheio de nuances e detalhes. A construção da acusação e o posterior desenrolar das investigações revelaram algumas contradições nos discursos das testemunhas, além da confusão entre os médicos e o poder jurídico. Podem ser percebidos enquanto sociabilidades, traçando recortes como classe e gênero.

Do ponto de vista metodológico, para o historiador, os processos podem ser percebidos como representações, ideias acerca de uma realidade, suscitam diversas temáticas, no âmbito da sexualidade/corpo podem eles ser entendidos como parte de dispositivos, que também partiam do crime e das condutas em vida. Nesse caso, o processo, enquanto fonte histórica é uma representação do real, porém não dá conta do que foi por completo essa realidade<sup>4</sup>. Os processos-crime tornaram-se fontes históricas a partir do olhar lançado pelo historiador. Percebe-se que as análises de suas narrativas suscitaram tensões mediadas pela ação do crime, da contravenção, apoiando-se em questões como o uso dos corpos, as sexualidades, os desejos, os papéis sociais construídos e resignificados na complexidade do

---

<sup>4</sup> Convém mencionar que esta pesquisa foi iniciada dentro do Projeto “Preservar para Conservar, Conservar para Conhecer”, realizado pelo PET-História UFC entre 2003 a 2006, consistiu na organização, catalogação e acondicionamento de uma série documental de 2.581 processos-crime referentes à cidade de Fortaleza do período de 1910-1950, encontrados em precárias condições de conservação e pesquisa. Desenvolvido em conjunto com o APEC, em síntese, é possível dizer que esse projeto contemplou três fases: o conhecimento preliminar do acervo documental (limpeza e elaboração de fichas de pesquisa para leitura e transcrição dos conteúdos fundamentais dos documentos); estudos historiográficos sobre o tema, catalogação e compilação dos dados (momento em que alguns bolsistas iniciaram pesquisas individuais); e a elaboração do Guia de Fontes sobre a História de Fortaleza, por meio dos processos-crime (1910-1950), consistindo em um catálogo disponível para consulta na forma impressa e em CD-ROM.

cotidiano. Desse modo, é importante perceber nos sujeitos o diálogo entre ações de poder, resistências e conformidades enriquece e instiga o fazer-se da pesquisa histórica. Mediante as narrativas dos crimes, é possível desvendar alguns elementos dessas tramas.

Para esta análise, a escolha das temáticas homicídio e defloramento se deu a partir da relação que estes temas apresentaram quanto as regras e discursos sobre sexualidade, corpo e violência num contexto histórico específico na cidade de Fortaleza. Frente a quantidade já mencionada de cerca de 2.581 processos-crime catalogados na pesquisa de modo geral, uma parte considerável desse material apresentava os aspectos da sexualidade como norteadores das discussões jurídicas, médicas e morais. Sob esse olhar, embora com um número menor de fontes, as reflexões aqui construídas são fruto de leituras, cruzamentos e percepções a cerca do elemento corpo e sexualidade, não somente como aspecto subjetivo, mas como composição de discurso e prática de poder.

Diversos elementos postos no inquérito, tais como a condição financeira mais favorável, o prestígio social, a origem estrangeira e o idioma do casal, que, de naturalidade inglesa, tinha dificuldade de se comunicar na língua portuguesa, contribuíam para o convívio menos próximo de Edith e Percy com a vizinhança. Contudo, algumas poucas pessoas mantinham laços de amizade mais estreitos com os Davis, embora de maneira oportuna, como a vizinha Maria Zilda, que frequentava a casa da família para “prestar, como costumava fazer, seus serviços à morta”.

No depoimento de Maria da Conceição dos Santos, 24 anos, solteira, cearense, parda, “creada” do casal, a mesma afirmou que os dois viviam em perfeita harmonia e que, naquele dia, logo após o jantar, começaram a brincar, correndo um atrás do outro de forma amistosa. Ela declarou: “[...] começaram a brincar correndo um atrás do outro, rodeando a meza até que a inglesa sentou-se em uma espreguiçadeira e levando a mão ao coração disse para o marido que estava muito cansada conservando-se um pedaço bom de tempo sentada [...]”.

A “creada” do casal revelou, ainda, que, três dias antes da morte da Sra. Davis, notou que ela chorava numa espreguiçadeira, e que seu marido, naquele momento, “puxou-a pelo braço e sentou-a em sua perna [...] levando o dedo [à boca] como que impondo silêncio”. Todavia, ainda que a “creada” participasse da vida do casal, ela, segundo o processo, em alguns momentos, poderia não conseguir diferenciar as suas brigas das suas brincadeiras, já que os padrões tinham uma cultura por ela desconhecida. Além disso, a dificuldade na

compreensão da língua falada naquela casa pode tê-la confundido, o que, aliás, podia ser usado pelos cônjuges como estratégia para manter resguardada a sua “intimidade”.

O caso Edith Davis chama a atenção para a ocorrência de um “excepcional”, quando se pensa em classe e gênero. O engenheiro e a mulher faziam parte de outra parcela da sociedade em Fortaleza, mais abastada; além disso, a diferença também se dava pela nacionalidade, pela língua.

Nos espaços mais periféricos da cidade, os conflitos aconteciam entre familiares ou vizinhos, tornando-se casos de polícia. A própria situação das casas também contribuía para a aproximação. Eram, em sua maioria, bairros periféricos, lugares afastados do centro da cidade, paredes-meias, além de “puxadinhos” no fundo do quintal, propiciando aproximações e trocas de informações sem sequer ser necessário sair do âmbito da labuta diária.

Entretanto, ao mesmo tempo em que tais características podiam fazer com que os vizinhos se ajudassem, também podiam propiciar intervenções nos relacionamentos, tensões entre casais, cenas de ciúmes, brigas por suspeita de traição ou algum tipo de ofensa à honra conjugal e/ou familiar. Pode-se pensar, para além da questão do cotidiano, um aspecto de classe, pois, em sua maioria, eram populares que, perante o discurso, posicionaram-se à margem da sociedade, essas pessoas em grande parte recorriam à justiça a fim de resolverem suas desavenças, é o que pode ser observado frente ao levantamento dos processos-crime pesquisados, muitos deles traziam diversos elementos centrais permeados pela sexualidade, relações de gênero e violência.

Longe de apresentar apenas dados que possam suscitar questões sobre a vivência de tais sujeitos, esses dados, de tão refinados, fragmentos de um todo, reinventam histórias. Desse modo, busca-se sempre o que se quis dizer com o que se havia dito.

Assim, os atestados de miserabilidade são partes componentes nos processos. Neles, encontram-se as declarações oficiais – a maior parte das vítimas, pais ou parentes das mesmas –, apresentando sua condição de miseráveis ou pobres, uma peça importante que compunha um todo no mosaico. Nesse bojo, é possível perceber o discurso jurídico como um dos dispositivos que procuravam promover a higiene social; era um meio de “elevação da consciência” pública. Se um marido, namorado, deflorador ou sedutor programava atitudes

com esta ou aquela mulher, era admissível a absolvição ou até mesmo desconsiderar a sua acusação, recaindo sobre a vítima todo o discurso moral e a culpabilidade, pois ser mulher, resguardar o seu corpo e a sua conduta como dever social. O discurso utilizado, nesse caso, perpassa as noções de circularidade, quando oculta alguns aspectos em detrimento de uma supervalorização de outros.

Nos processos-crime, assim como em fontes de jornais, revistas e almanaques, encontra-se a possibilidade de historicizar as condições de produção de discursos sobre a cidade, os sujeitos. Inscritos numa epistemè<sup>5</sup>, os modos de subjetivação desses discursos no que concerne ao corpo feminino encontram possibilidades de interpretação. A elaboração de discursos sobre mulheres, em particular nos processos, ressaltou determinadas condições de emergência: pela análise de um rol de processos de defloramento e de crimes que envolveram aspectos relacionais entre homens e mulheres, muitas jovens entregavam-se ao sexo sob promessas de casamento, imersas em um cotidiano de trocas, favores, trabalho, festas e sociabilidades. Circunscritas em espaços como subúrbios, o casamento, como possibilidade de resolução pessoal (constituir família ou simplesmente obter uma casa para morar), fez manifestar outra subjetividade corporal.

Tais mulheres podiam facilmente ser entregues aos prazeres da sexualidade e, no limiar da interdição, fugir para o casamento.

O interesse em justificar as atitudes de acusados manifestava-se de acordo com os padrões que a narrativa daquele crime se propusera a mostrar para a sociedade. Nesse compasso, a Medicina adquiria notoriedade e *status* de trabalho científico, granjeando aparatos de pesquisa e elevando a figura do médico. Abandonava-se o vocabulário estrito da Medicina para se alcançar um linguajar que mais se aproximasse da fala policial e dos discursos dos juízes.

Quando o inquérito policial era instaurado, várias ideias surgiam sobre o crime. Médicos, juristas, conhecidos, amigos, vizinhos e parentes discorriam sobre o caso, e selecionavam os fatos e os discursos resultantes do encontro com as regulamentações do Estado. Vale dizer que existia uma complexa estrutura para a elaboração do processo, que

---

<sup>5</sup> Trata-se do que Michel Foucault, em seus trabalhos, associou à “construção de saberes”, que, em uma determinada época, confere legitimidade enquanto saber.

deveria conter a denúncia do promotor de justiça, o interrogatório das testemunhas, as declarações prestadas pelos acusados e as vítimas, além das declarações dos envolvidos diretamente no crime e do reconhecimento visual desses indivíduos, constituindo um mosaico de discursos. Os discursos dos processos assumiram características pedagógicas, lançando sobre a mulher uma sentença moral a respeito do corpo, dos cuidados de si, das relações, da saúde, da busca por uma “normalidade”.

Outros elementos que lançavam mão, desta vez, do recurso visual, eram os exames de idade, as fichas de identificação e os atestados de miserabilidade<sup>6</sup>, os quais também construíam dispositivos de subjetivação<sup>7</sup>. Vale notar que havia uma seleção de fatos que deveriam constar ou não dos autos. O acusado, referido no processo sempre na terceira pessoa, falava mediante outras vozes, ou seja, sua fala era transcrita, interdita de acordo com a interpretação, a orientação daquele que ditava ao escrivão as palavras, os gestos, as condutas e as opiniões que ficariam registradas no processo.

Os juristas estavam como os médicos, imbuídos da missão de formar, científica e socialmente, o cidadão completo, interceptando condutas: trabalhador, homem, branco, jovem, membro de uma família, higienizado, sinônimos de moradia, lazer e corpo saudáveis, por exemplo. O aprofundamento das correlações entre honestidade, moral e bom trabalhador, no meio jurídico, formava um triângulo referencial riquíssimo na sociedade que se desejava formar.

No processo que trouxe Francisca Alves Martins<sup>8</sup>, menor de 17 anos, de cor morena, nascida em Tauhape, iniciou-se um discurso sobre a mesma como moça “recatada e de bons costumes”. Ela há algum tempo, era considerada noiva de Antônio Pedro Mendonça, cearense, solteiro, 29 anos. O moço frequentava sua casa com assiduidade, apresentando provas constantes de dedicação e boas intenções. Antônio Pedro havia “*granjeado a sympattia*” dos familiares da jovem Francisca, ao passo que, merecendo a confiança de todos da casa, no dia 16 de fevereiro, última noite de Carnaval daquele ano de 1926, convidou Francisca e

---

<sup>6</sup> Os atestados ou declarações de pobreza são documentos usados para comprovar que uma pessoa não tem condições de pagar os custos exigidos para ter acesso a alguns serviços, tais como assessoria jurídica, segunda via do RG, entre outros. Não é necessário apresentar nenhum documento junto com a declaração de pobreza, no entanto, garantir que as informações nela presentes são verdadeiras é responsabilidade do declarante.

<sup>7</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de Matos. *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: Edusc, 2005.

<sup>8</sup> Processo “Francisca Alves Martins”. Fortaleza, fev. 1926. Material disponível no APEC.

os seus para uma festa: “Ao chegar a Praça de Pelotas, aproveitando-se da grande aglomeração popular que procurava as diversões do ‘Coney Island Park’, illudiu a vigilância de Petronilla – mãe de Francisca – e levou esta á sua casa, onde com Ella teve relações sexuaes, deflorando-a”.

Observa-se, segundo as páginas do processo, a fala do poder jurídico, na figura do advogado de defesa, alinhando discursos de desqualificação da conduta da vítima. Na condição de “iludida” perante os autos, ao perder de vista sua filha para a companhia de Antônio, o depoimento da mãe de Francisca é posto em dúvida pelo advogado de defesa do acusado, que sugere uma contradição:

Alli, ela diz sem ardoeios, que o denunciado a convidou para uma festa á rua Santa Isabel, e, no entanto, mais adiante um pouco, diz ter ido para o Coney Island Park, armado á Praça de Pelotas... A mentira entra pelos autos, quando ela sabia que a filha e o denunciado destinavam-se a festa na rua Santa Isabel, e contradição pasmosa, assevera que foram para o circo! Qual a razão porque não u elementos importa em se reconhecer a não criminalidade, visto como a existência desses elementos integraliza o delicto.

O artigo 267 do Código Penal de 1890 refere-se ao crime de defloramento, que consistia em deflorar, tirar a virgindade de uma mulher menor de idade, empregando a sedução, o engano ou a fraude<sup>9</sup>. Tal diploma legal se propôs, em tese, a defender a virgindade física (hímen) dessas mulheres. Na transição para o Código de 1940, encontra-se uma divergência no olhar, pois, em uma dada “ruptura”, o último diploma decidiu julgar a virgindade moral, relativizando o estado anatômico, a dor ou o sangramento proveniente (ou não) do ato sexual. No entanto, percebe-se, que esse diálogo/acordo entre a Medicina e o Direito, as delimitações de tempo e as invenções dos dois Códigos em questão ainda assim centraram suas avaliações com base nos componentes cotidianos das ofendidas, bem como nos relatos e nas opiniões que as mesmas apresentaram em seus depoimentos.

Outros mecanismos atestavam ideias mais complexas a respeito da sexualidade feminina, fazendo uma análise do corpo como foco de relações sociais:

---

<sup>9</sup> Foram analisados, em maioria, processos criminais que compreenderam a primeira metade do século XX em Fortaleza. Desse modo, os casos aqui apresentados datam de meados dos anos de 1920 e 1930, período em que o crime de defloramento ainda era submetido ao Código Penal de 1890. Porém, a partir da promulgação do Código Penal de 1940, a caracterização do crime passou de defloramento para sedução. Contudo, para a discussão dos juristas, entre eles Viveiros de Castro e Afrânio Peixoto, as noções de defloramento e sedução trazem elementos subjetivos muito fortes, pois punham a virgindade feminina submetida a “ideias morais”, muito embora, no Código de 1940, esses critérios morais para os julgamentos tenham se tornado mais rígidos.

Além disso, é preciso que a virgem seja recatada, pudorosa. Entretanto, não se compreende que uma virgem vivesse em companhia de meretrizes, seguindo-lhes os passos e os exemplos, com ellas freqüentando festas de caráter suspeito. E, segundo diz a suposta vítima, deixou-se a mesma deflorar em presença de terceira pessoa. [...] É por isso que discordamos da pretendida virgindade de Maria das Dores e ao mesmo tempo negamos qualquer valor probante de idade do exame médico, visto como já acentuamos que essa peça se apoia em meras e inconsistentes presunções.

É possível perceber espaços de delimitação entre a casa e a rua. A honra feminina, ou o “recato”, por sua vez, ligava-se ao exercício de sua sexualidade e ao seu grau de exposição pública. Dentro do discurso, a noção de honra<sup>10</sup> confundia-se com a própria definição de mulher; ou seja, a mulher sem honra não era mulher, transformando-se em outro “ser” qualquer, digno de escárnio e dono de atitudes vergonhosas. O que se costumou chamar de representações, na verdade, para, além disso, constituíra-se em próprios dispositivos<sup>11</sup> para o corpo feminino. Mediante parecer, o processo de Francisca Alves Martins seguiu o curso legal, tendo o Ministério Público pedido a absolvição do acusado, devido à falta de provas. Entretanto, restou indagar se o procedimento feito sobre o denunciado era punível em face da lei, ou se Francisca fora ofendida. Ainda restavam dúvidas...

Maria das Dores de Oliveira<sup>12</sup> vivia no subúrbio de Fortaleza e, juntamente com outras mulheres, protagonizou um envolvimento amoroso que fora parar nas páginas de um processo. O defloramento aconteceu no ano de 1936.

Pelos médicos, foram feitos exames de idade e coletadas muitas informações à base de olhares que, assim como todo o respaldo acadêmico, atestaram características que a definiam como mulher menor de 21 anos:

[...] de constituição forte, temperamento sadio, encontraram seios grandes,

---

<sup>10</sup> CAULFIELD, Sueann, *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

<sup>11</sup> Apropriamo-nos do conceito de dispositivo elaborado por Michel Foucault, e também a partir da reflexão destes dois filósofos, Giorgio Agamben e Gilles Deleuze: “[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo*. Fala proferida em uma das conferências realizadas no Brasil. Brasil, set. 2005). “Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjectivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar uma nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento” (DELEUZE, Gilles. *¿Que és un dispositivo?* In: \_\_\_\_\_. et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 4).

<sup>12</sup> Processo “Maria das Dores de Oliveira”. Fortaleza, 1936. Material disponível no APEC. Grifos nosso.

volumosos, simétricos, com argolas pigmentadas e mamilos salientes, monte de Vênus com cabelos pretos e desenvolvidos, grandes lábios espessos, pigmentados [...] si podem os peritos, de acordo com as observações feitas e em face da impressão do conjunto, da fisionomia, da voz, modo de andar da paciente, precisar a idade aproximada da mesma ou pelo menos afirmar se ela é ou não menor de dezesseis ou de vinte anos [...] e por fim, sim, é menor de vinte e um (21) anos.

Mas o olhar médico era contestado, pois estava baseado em dados imprecisos, e abria “brechas” na lei, aliado à conduta e ao modo de se relacionar da ofendida. Dos autos, consta que Maria das Dores concordou em se relacionar sexualmente com o acusado, justamente pelo fato de o mesmo ter lhe prometido o aluguel de uma casa para morar. O corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado como corpo de sexualidade, sob o efeito de patologia que lhe seria intrínseca. Para o campo das práticas médicas, deve ser legado para uma comunicação orgânica social (regulada) e familiar (funcional).

Compondo a narrativa do caso, afirmou-se que a moça foi à “república” do acusado, acompanhada de sua amiga Altina Bento da Costa, que ali permaneceu até terminar o ato da cópula, retirando-se com a mesma, depois do fato consumado: “Amaro Coelho, o acusado, diz que teve relações sexuais com Maria das Dores, porem que esta já não era mais virgem”<sup>13</sup>.

O Dr. Viveiros de Castro declarava que, quanto à virgindade, toda mulher “recatada” presume-se “honesta”, enquanto não se prova o contrário. O elemento da virgindade também é essencial, “porque se a mulher não era mais virgem, não existe criminalidade”. Nesses casos, a lei tutelava a “presumpção de inocência”, e essa “presumpção” significa que as moças de família, vivendo no recato do lar doméstico, sob a vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos<sup>14</sup>.

As práticas médicas, sobretudo a Medicina Social, no início do século XX, integravam-se com outras disciplinas, inclusive o Direito, e, desse modo, elaboraram um discurso social que, entre outras coisas, agia como planejador urbano. Essa articulação merece ser destacada, pois os mecanismos de desenvolvimento dessa intervenção significaram exercer a apropriação desse corpo<sup>15</sup>.

Na tentativa de se construir uma escrita da história desses olhares, subjetividades,

---

<sup>13</sup> Processo “Maria das Dores de Oliveira”. Fortaleza, 1936. Material disponível no APEC.

<sup>14</sup> Processo “Francisca Alves Martins”. Fortaleza, fev. 1926. Material disponível no APEC.

<sup>15</sup> VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

preconceitos e estranhamentos, registra-se a importância em investigar de que forma influenciaram as ideias a respeito do corpo feminino, por meio dos documentos médicos, sendo resultados do próprio encontro com o poder. Discursos que interditarão e, muitas vezes, aprisionaram mulheres em instituições e saberes.

Crimes movidos por paixões<sup>16</sup> e cometidos em “defesa” da moralização da família tornaram-se visíveis, assim, o Estado passou a criar mecanismos no sentido de limitar essas paixões ditas doentias, bem como sentimentos de ódio, amor e ciúme, os quais, segundo os médicos, podiam ser inerentes ao ímpeto humano de controlar o ambiente, reorganizando-se diante de inovações tecnológicas, estéticas, políticas e sociais. A ideia relativa ao crime merece, ainda, uma análise apurada, levando-se em consideração diversos aspectos da vida cotidiana, como, por exemplo, o lazer e o trabalho.

Como já foi dito, havia uma complexa estrutura para a elaboração do processo, constituindo-se um verdadeiro mosaico de discursos, que abarcava a denúncia do promotor de justiça, o interrogatório das testemunhas, as declarações prestadas pelos acusados e vítimas, além das declarações dos envolvidos diretamente no crime e do reconhecimento visual desses indivíduos. O sistema penal buscou suportes e justificações em teorias do Direito e, mais tarde, durante o século XIX, em um saber psicológico, médico, psiquiátrico. A palavra da lei agora era tutorada por discursos de verdade<sup>17</sup>.

Os processos criminais passaram a contemplar o discurso médico dentro de análises apuradas no laudo pericial e em exames de idade, na tentativa de entender as ações dos corpos, ultrapassando a barreira da vida, adentrando a morte e difundindo ideias morais, de poder e de controle.

No momento em que o crime acontecia e a denúncia se formalizava, os acontecimentos chegavam ao conhecimento da justiça e o inquérito era instaurado. Percebem-se, desse modo, diversas construções acerca da ideia de crime, devido, em um primeiro momento, ao caráter “apaixonado” das ações, porém tendo como elemento central a sexualidade. A representação dos papéis dos envolvidos no crime tomava corpo a partir do

---

<sup>16</sup> Para ler mais sobre os chamados “crimes de paixão”, ver BORELLI, Andréia. *Matei por amor!* As representações do masculino e do feminino nos crimes. São Paulo: Celso Bastos Editor/Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1999.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996.

momento em que se identificavam a vítima, o acusado e as razões para a ocorrência do delito<sup>18</sup>. No entanto, quais os desdobramentos sociais que tais representações criaram na sociedade moderna? Quais tipos de dispositivos para a sexualidade dos corpos femininos surgiu nesse contexto?

Maria das Dores Nunes, conhecida pela vizinhança como Dôra, com 16 anos de idade, possuía ocupação em serviços domésticos, tendo, por vez ou outra, se empregado em casa de família. No âmbito familiar, Maria das Dores vivia em companhia da avó materna, octogenária, no subúrbio da capital, no bairro do Coqueirinho. Essa moça, segundo o processo, teria se envolvido com o negociante de uma pequena taberna, de nome Elpídio Corrêa de Araújo, e consumado o ato sexual com o mesmo. No entanto, embora o fato tivesse sido levado ao conhecimento da justiça, a própria Dôra, tida como “ofendida”, confirmara que “o acusado não lhe prometera casamento, por ser casado, mas que a agradava com presentes”<sup>19</sup>.

O impasse maior no processo, e que traz, por conseguinte, alguns aspectos da vida de Dôra, era sobre quem tinha sido o “primeiro amante” da jovem, o homem que havia “*lhe roubado a inocência*”. Embora, segundo os autos, o defloramento fosse antigo, datado de mais de seis meses, as versões de algumas testemunhas comentavam sobre os outros “casos” de Dôra, e, por isso mesmo, foram três os indiciados como autores do defloramento – “Elpídio Correia de Araújo, Joaquim Soares e um Motorneiro de Bonde”<sup>20</sup>. Uma testemunha, de nome Manoel Gatinho, ao falar sobre o assunto, afirmou: “[...] numas kermesses de Santa Therezinha, tinha levado a ofendida, Maria das Dôres, para a praia, tendo com Ella, nessa ocasião, relações sexuaes: Que, constatou, então, não ser mais Dôra virgem e, indagado desta quem a havia deflorado, ella informou ter sido um Motorneiro de Bonde”.

As opiniões, travestidas de depoimentos que davam conta de uma das subjetividades na conduta amorosa e sexual de Dôra, eram sempre prescritas por terceiras pessoas. O jogo didático imposto pelo processo e a busca por uma verdade foram, nesse caso, um mero fetiche frente as respostas da “vítima”, submetida a diferentes interrogatórios.

No domínio das declarações prestadas pelas testemunhas, houve sempre uma emissão de valores sobre as “festas”, aspecto marcante para quem era

---

<sup>18</sup> CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

<sup>19</sup> Processo “Maria das Dores Nunes”. Fortaleza, 1936. Material disponível no APEC.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. Fortaleza, 1936. Material disponível no APEC.

definida como de conduta duvidosa: [...] dizem as testemunhas que a offendida era encontrada sempre pela rua, às vezes a horas avançadas, e que era assídua frequentadora de sambas, e, como sabemos, as danças de hoje são lúbricas, corpos collados num atrito constante que espicaça a volúpia e desafia a carranca dos moralistas, tudo predispõe para o declínio da moral social e privada, para o desluzimento do pudor, o acoroçoamento dos crimes sexuaes, o predomínio da lascívia, o afrouxamento do convencionalismo que sustenta a felicidade dos lares, a honestidade das famílias e as purezas das donzellas.

Os discursos morais construídos sobre os corpos e suas sexualidades, atentando-se para a percepção de um dispositivo dos corpos femininos, estes, embalados pela “volúpia” do samba foram resultados de práticas sociais oriundas de um saber destinado à vigilância. Na análise desses discursos, a tentativa, num primeiro momento, é desqualificar condutas e, com isso, “educar” a classe pobre, imersa num processo simultâneo que discutiu o sexo, a sexualidade, como centro das políticas de controle racial no Brasil<sup>21</sup>.

A sexualidade como comportamento corporal foi pensada, também, como dispositivo que criou e recriou o corpo feminino. Não teve uma origem; foi inventada, em meio a um contexto – primeira metade do século XX no Brasil –, e dialogou com as tentativas de “higienização” social, almejando, por meio de mecanismos de Estado, disciplinar pobres, mestiços, homens e mulheres e denotando recortes interseccionais.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentabilidade: utilizável no maior número de manobras, podendo servir de apoio, de articulação, às mais variadas estratégias. O dispositivo estrutura-se em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito, e funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Cada vez mais as chamadas instituições totais<sup>22</sup> (prisões, escolas, hospitais, hospícios) deveriam cumprir o papel de normalização do indivíduo, aliadas a tecnologias disciplinares, construindo um adestramento do corpo.

A análise do corpo propriamente não segura apenas os aspectos fisiológicos em si. Vai mais além e discute a sexualidade como algo que pertence ao homem por excelência e

---

<sup>21</sup> FLORES, Maria Bernardete Ramos. A política da beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus, Universidad Autónoma del Estado de México, n. 001, p. 88-109, 2000.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. 20. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

ordena o corpo da mulher inteiramente para a reprodução. Desse modo, os corpos femininos, juntamente com a sexualidade masculina, formaram-se em um todo mais amplo também como estratégias de poder. O corpo feminino, enquanto sujeito histórico, produto do discurso médico-jurídico, constituiu-se a partir do entrelaçamento de saberes científicos, legal e socialmente aceitos como realidades objetivas. Sua função foi justamente inventar um corpo, homogêneo e singular, que se ajustasse ao projeto de governamentalidade<sup>23</sup>.

As estratégias de higienização social tentaram atrelar a vida dos indivíduos à ética no convívio em sociedade e ao cuidado higiênico com o corpo, os gestos, as sexualidades e as vestimentas, legitimando a construção de discursos médicos, num processo principiado em meados do século XIX. As elaborações a respeito do corpo, sobretudo do corpo feminino, adquirem uma historicidade quando se percebe que, no jogo dos dispositivos, fontes como processos criminais, laudos, receitas médicas, relatórios, exames sobre doença e saúde, virgindade e “honestidade” podem situar os sujeitos dentro de suas experiências cotidianas, recuperando alguns traços de suas ações.

Na análise de quem definiu como “comportamentos desviantes”, a estratégia concebe o olhar sobre um corpo feminino ideal, branco, detentor de “civilidade”. Designados pelos saberes da Ciência Médica, tanto quanto na nossa cultura, a masculinidade<sup>24</sup> é representada como o lado da cultura, e a feminilidade como o da natureza. Assim, seja por sua fragilidade e força, ao mesmo tempo, a natureza é percebida como uma poderosa ameaça que se erguerá e absorverá a cultura, a não ser que esta exerça um rígido controle sobre aquela. Nesse sentido, a história do corpo também perpassa as questões e as

---

<sup>23</sup> Sobre o conceito de governamentalidade que usamos no texto, dialogando diretamente com a noção de poder do Estado na vida prática dos sujeitos, Michel Foucault realizou mais completo esclarecimento em uma de suas obras: “O que pretendo fazer nestes próximos anos é uma história da governamentalidade. E com esta palavra quero dizer três coisas: 1 - o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. 2 - a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes. 3 - o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado”.\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 21. Rio de Janeiro: Graal, 2005, p. 291-292.

<sup>24</sup> Sobre as reflexões a respeito de “masculinidades”, ver as seguintes obras de Maria Izilda Santos de Matos: *Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: Edusc, 2005; e *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. São Paulo: Nacional, 2001.

dualidades sobre natureza/cultura<sup>25</sup>.

O perfil de um tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade – homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual – só teria sentido em diálogo com a intervenção médica em cima de uma série de fatos sociais em geral, aqueles relativos ao crime em particular. Os indivíduos que não cumpriam com esses requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficaram de fora da “cidade letrada”, reclusos no âmbito da ilegalidade e submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os excluiu<sup>26</sup>.

A cidade dos discursos médicos e jurídicos dialoga com impressões sobre os primeiros anos do período republicano, bem como com suas estratégias de administração, gerindo a diversidade urbana. Os discursos jurídicos sobre a sexualidade no Brasil, de uma maneira geral, incutem aspectos de uma disciplina burguesa, permeando o cotidiano de tensões<sup>27</sup>.

Dentre os mecanismos, alguns desenvolveram bases de “fichamentos”, por meio dos quais identificar era também um ato de gerir os corpos. O domínio das dimensões do crânio, bem como de seus contornos e protuberâncias, poderia sugerir autores de violências. A medição dos corpos ainda obtém espaço como janelas da alma, mesmo por meio de releituras, vide os exames de idade e as técnicas de identificação, porém, a dificuldade em se encontrar um parâmetro de “normalidade” condicionava a interpretação de exames<sup>28</sup>. Vale notar que o exame médico-legal sempre esteve inserido fortemente em um domínio psiquiátrico, juntamente com a Antropometria, que, em meados do século XIX, teve o seu grande respaldo científico: a ideia de poder deter medidas métricas precisas sobre os indivíduos poderia “singularizar”<sup>29</sup> um suspeito.

---

<sup>25</sup> HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 1-26, 1993.

<sup>26</sup> CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. Captado em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/CastroGomez.rtf>. Acesso em: 24 ago. 2015.

<sup>27</sup> ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>28</sup> FERLA, Luís. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo. São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.

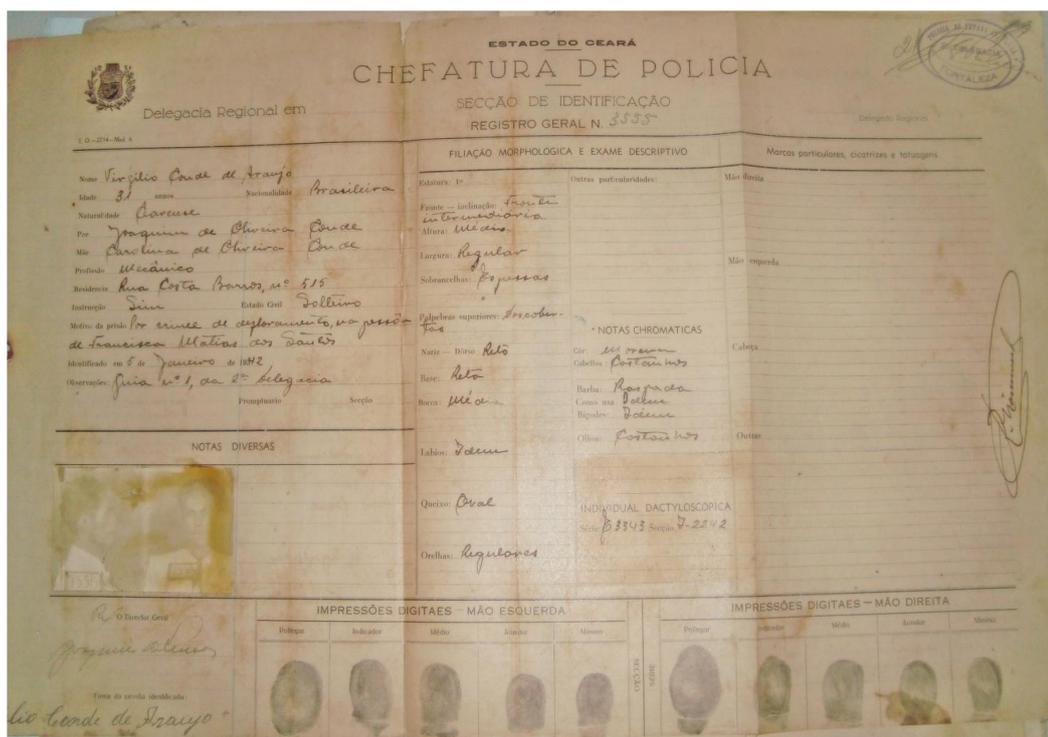
<sup>29</sup> COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. Identificar traços, indícios, suspeitas. In: CORBIN, Alain; \_\_\_\_\_. *História do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008. v. 3 (As mutações do olhar. O século XX), p. 341-361.

As fotografias, dominadas pelas chefaturas de polícia parisiense no século XIX, assim como os raios-X, foram bastante utilizadas ao longo dos anos pelos médicos. Com isso, o processo de identificação, pensado como processo pelo qual se determina a identidade da pessoa, sobretudo de um sujeito elaborado a partir de exames descritivos, também suscitou equívocos mediante o universo de referências dissimuladas ou a diversidade de ângulos. Esse processo pode ser entendido não somente como uma revelação do que estava oculto ou uma espécie de “verdade do sujeito”; trata-se, por sua vez, do aprimoramento de técnicas que buscavam a representação de uma interioridade por meio de propostas visuais ou um dispositivo de representação do corpo<sup>30</sup>.

Os elementos trazidos para o exame descritivo exploram os seguintes itens: Caracterização Sexual, Idade, Sinais Individuais, Sistema Dactiloscópico e Notas Cromáticas. A Caracterização Sexual corresponde a características psíquicas ou comportamentais, podendo apresentar elementos anômalos em formações diversas. A Idade diz respeito ao dia do nascimento. Juntamente com esse tópico, podem ser percebidos elementos como a naturalidade, a nacionalidade, a filiação, a profissão, a instrução, o estado civil, entre outros. Existiam também os exames de idade – no caso de crimes de defloramento, por exemplo, era necessário que a vítima confirmasse a idade inferior a 21 anos. Nesses exames, as informações eram obtidas pelo olhar médico, que confirmava o exame por meio dos seguintes elementos: traços do corpo, fisionomia, voz, modo de andar. O olhar médico ainda pretendia estabelecer uma relação entre o “interior” e o “exterior” da pessoa, e, com isso, talvez apreender indícios criminosos ou vitimais.

---

<sup>30</sup> PRECIADO, Beatriz. *Pornotopia: arquitectura y sexualidad em Playboy durante la guerra fria*. Barcelona: Anagrama, 2010.



Processo “Francisca Matias dos Santos”.

Fonte: Processo “Francisca Matias dos Santos” (1942).

Os Sinais Individuais identificam informações singulares na pessoa, tais como tatuagens, cicatrizes, sinais profissionais etc. Alguns desses sinais, mesmo não identificando tal pessoa, servem para excluí-la. As Notas Cromáticas, por sua vez, expõem as características raciais, ou seja, a cor dos cabelos, a cor da pele, a barba, o bigode, a cor dos olhos etc. Nos processos pesquisados, a “identidade racial” apresentada tem a predominância de um alto número de pardos. O sujeito pardo, como construção de um não negro na sociedade cearense, remonta a construções históricas de abolição da escravatura, da suposta pouca presença de trabalho escravo nessa região do Brasil.

Por meio dos interrogatórios dos réus e das formas médicas e legais de interrogatórios, as autoridades médicas e jurídicas usavam o seu jeito de tratar com os doentes para estabelecer um relacionamento humano com os acusados e persuadi-los a darem respostas completas e honestas.

A formação desse campo médico específico passava por debates e espaços de discussões a respeito da profissão. A questão era premente:

Tudo que se exige desse profissional as representações de sua convivência social arrastam-no a serias despesas, ao lado de custeio forçado da sua vida. É natural que o médico pela natureza mesma da sua profissão, faça caridade: mas tudo tem limite. Em uma capital como a nossa, com magnífico serviço de assistência pública, com hospitais, com os clínicos caridosos que nada recebem, indicando somente a farmácia onde a receita deve ser aviada, por merecer confiança e natural que o médico possa recusar os chamados que lhe não tragam a merecida recompensa.

Cabe perceber a “projeção” adquirida com a profissão, os elementos de convívio social como deveriam ser, sobretudo quando se deparava com uma desigualdade social latente, em que a maioria da população ainda vivia em condições de pobreza.

As análises mesclavam-se numa apreciação complexa da responsabilidade moral e social. Análises de defesa social, como nos debates sobre alcoolismo. Alienistas e estudos sobre a Hipnose demonstravam o domínio do homem e da Ciência sobre a mulher e a natureza, a fim de revelar as necessidades inconscientes do sexo mais frágil e de que forma subjugá-las.

Os estudos sobre a Epilepsia Histórica<sup>31</sup> também desvendaram alguns sintomas, como “contratura”, atitude sedutora, corpos seminus ou nus, braço contorcido, perna esticada. No entanto, esses “sintomas” eram elaborados em cima de posturas e conceitos preconceituosos diante das investigações sobre o corpo feminino, ou seja, uma tentativa de estigmatizar esses corpos pelas ações de loucura.

Os laudos geralmente combinavam aspectos médicos e psiquiátricos, apresentando detalhes sobre os ferimentos, as partes atingidas do corpo, o modo como fora encontrado o cadáver no momento do exame de corpo de delito, além de questionamentos para o preenchimento de quesitos que permitiam o conhecimento mais aprofundado sobre a vítima.

Dessa forma, teorias e discussões direcionadas para esse âmbito são marcadas por atualizações de discursos que acabaram por tornar o Brasil, sobretudo dentro das elaborações médico-jurídicas, um país de doentes que denotavam classe, cor e gênero definidos,

---

<sup>31</sup> Os estudos sobre Epilepsia e Histeria, privilegiando o olhar médico nos séculos XIX e XX, são parte fundamental nas pesquisas sobre Ciência e Preconceito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Ver mais informações em: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-RJ). *Ciência e Preconceito*. Rio de Janeiro, 2012. Captado em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/ciencia preconceito>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

transformados em corpos passíveis de análise e cura, principalmente quando esses sujeitos eram acometidos por sentimentos, ideias e ações perturbadoras de uma ordem estabelecida.

Perceber nos sujeitos o diálogo entre ações de poder, resistências e conformidades enriquece e instiga o fazer-se da pesquisa histórica. Mediante as narrativas dos crimes, é possível desvendar alguns elementos dessas tramas. “Restrita” a certos espaços sociais, percebe-se que a população pobre recorria, muitas vezes, à justiça e aos processos, a fim de resolver suas contendas, e, com isso, não se observava a polícia apenas como aparelho repressor, pois essas pessoas acreditavam e utilizavam-se desse mecanismo. O desafio é captar as tensões paralelamente ao crime e geradas por ele, além dos meios e fins que esses acontecimentos guiaram, ou seja, os sujeitos reinventados pelos discursos jurídicos com ideias de verdade.

Ao se buscar estudar os significados das ações desses sujeitos envolvidos, torna-se imprescindível visualizar o espaço ocupado por eles – o espaço do trabalho, do lazer, das relações sociais –, bem como seus conflitos, circunscrevendo-os imersos num momento de busca pelo “moderno”, o que não diferencia Fortaleza de outras regiões do Brasil. Os sujeitos eram construídos nos discursos<sup>32</sup>, e, desse modo, entende-se que as práticas dos mesmos devem ser dotadas de historicidade, percepção de suas condições e lócus de criação. A representação como forma de conhecer, validar e significar o sujeito tem sido, desde o Colonialismo, uma das principais estratégias doutrinárias de se conceber a alteridade.

As ideias sobre a sexualidade/corpo/gênero, ao longo do século XX, incutem aspectos pedagógicos para adultos, mulheres e crianças, criando novas formações de conhecimentos sobre corpos que produzem e consomem. Quando da exploração das fontes criminais, por meio delas, é possível ter contato com as falas de diversos personagens, todavia, elas exigem cuidados. A mediação oficial, por exemplo, deve ser levada em conta, assim como as possíveis construções elaboradas pelos envolvidos. A percepção acerca dessas problemáticas apresenta-se, sobretudo, a partir da maneira como foram elaborados os processos e de quais sujeitos foram construídos nesses discursos.

A fonte, nesse sentido, passa a constituir outra linguagem de resistência, concessão e

---

<sup>32</sup> Para entender o discurso na prática dos sujeitos, parte-se do que Michel Foucault coloca sobre a questão: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar”. FOUCAULT. *A ordem do discurso*, p. 10.

negociação na vida prática. Os mecanismos de poder que residem em determinadas instituições modernas, também são reconstruídos na subjetivação dos acontecimentos dentro da cidade e nos fornecem possibilidades de perceber na História, relações de gênero e sexualidade.

# Pobreza, criminalidade e questões de gênero na “Cidade Verde”<sup>1</sup>

## Poverty, crime and gender issues in “Green City”

Camila Melo Silveira da Silva  
 Mestranda em História  
 Universidade Federal do Piauí  
[camillynha\\_melo@hotmail.com](mailto:camillynha_melo@hotmail.com)

Recebido em: 08/06/2015  
 Aprovado em: 01/08/2015

**RESUMO:** O artigo apresenta representações sociais que recaíam sobre mulheres pobres de Teresina, capital do estado do Piauí, quando estas se envolviam em crimes, durante os anos 1890 a 1920. Através da observação de livros de registros da cadeia pública com trabalho de Teresina, códigos da secretaria de polícia do Estado do Piauí, legislação estadual e municipal, mensagens governamentais e noticiários de jornais, articulamos práticas jurídica-policiais vigentes no referido recorte temporal da cidade, a questões sobre o “ser mulher”, poder, pobreza e feminilidades desviantes.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mulheres, Pobreza, Criminalidade.

**ABSTRACT:** The article presents social values that fall on poor women in Teresina, Piauí state capital, when they are involved in crimes during the years 1890 to 1920. Through observation of record of public jail with Teresina work, the codices Piauí state police department, state and local laws, and government posts and news from newspapers, articulate legal - police practices existing in that time frame the city, questions about “being a woman”, power, poverty and deviant femininity.

**KEYWORDS:** Women, Poverty, Criminality.

O seguinte trabalho tem como objeto de estudo a mulher. A mulher dos segmentos populares “que une às mazelas de sexo àquelas de classe”<sup>2</sup>. O viés da análise é a *criminalidade* feminina em Teresina, capital do estado do Piauí, de 1890 a 1920, na qual discutimos a forma que mulheres das camadas mais pobres, envolvidas em questões policiais e jurídicas, são

<sup>1</sup> Nome que o poeta Coelho Neto batizou a cidade de Teresina. Cf. SALLES, Maria do Socorro Teixeira Mello. Consciência Ambiental do Teresinense: Determinantes históricos-sociais. Captado em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT14/GT4.PDF>. Acesso em: 13 dez. 2014.

<sup>2</sup> SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

percebidas em um contexto político e social de incentivo à modernização da cidade e dos seus habitantes. Nesse sentido, observar como alguns casos de crimes femininos foram articulados em meios jurídicos, e também na imprensa, nos permite a compreensão dos comportamentos que não condiziam com o padrão desejado, bem como dos hábitos ideais para as mulheres da transição dos séculos XIX e XX na capital piauiense.

Isto posto, cabe, primeiramente, apresentarmos algumas transformações urbano-culturais que “afetaram” os teresinenses e as conseqüentes alterações que papéis de homens e mulheres sofreram nesse período, para então observarmos como mulheres pobres que cometeram crimes foram envolvidas por modelos sociais que ao tempo que as colocavam como o anti-modelo de comportamento, evidenciavam o controle policial a práticas desordeiras da cidade.

### **Teresina nos moldes da civilização**

Como apresentou Higino Cunha<sup>3</sup> em 1918, na revista *Chapada do Corisco*, Teresina, “pobre e modesta camponesa, afastada dos grandes centros da cultura nacional, despida dos atavios das pompas deslumbrantes, vai, no entanto, perlustrando a via do progresso, com passos lentos e insensíveis, mas seguros e confiantes”.<sup>4</sup> Com efeito, o intelectual que participou ativamente nas letras da cidade no final do século XIX e início do século XX, prescrevia em que estado a capital piauiense se encontrava no movimento maior de avanço social que tomava conta do país. Teresina, segundo ele, embora modestamente, buscava alinhar-se aos caminhos da modernização<sup>5</sup> que abrangia o Brasil. Esta dizia respeito às realidades dos países mais ricos e modernizados da Europa, como era o caso da França, onde os grupos dirigentes previam espaços físicos mais salubres e que propiciassem comodidades a seus habitantes, sendo suas condutas sustentadas na boa educação e comportamento nos ambientes privados e, principalmente, nos públicos.

---

<sup>3</sup> Higino Cícero da Cunha. Nasceu em 11 de janeiro de 1858 em São José das Cajazeiras hoje Timon (MA) e faleceu em Teresina em 16 de novembro de 1943. Bacharel em Direito pela faculdade do Recife em 1885. Trabalhou em vários cargos públicos, foi professor do Liceu Piauiense, da Escola Normal e da Faculdade de Direito do Piauí. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

<sup>4</sup> NOVO SURTO. *Chapada do Corisco*, Teresina, ano 1, n. 1, 11 de maio de 1918, p. 2.

<sup>5</sup> O termo modernização é utilizado aqui conforme as reflexões presentes em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*, de Marshall Berman. O termo é colocado pelo autor para designar os processos sociais do século XX que sustentaram as transformações políticas, econômicas e culturais iniciadas no século XIX e que as mantém em um estado de um contínuo “vir a ser”.

Em Teresina, os anseios e expectativas no futuro estavam presentes desde a década de 1880. Entretanto, a efetivação de melhorias estruturais passou alguns anos para sair de vez do papel. Segundo a historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz na sua produção *Os literatos e a república*<sup>6</sup>, até, pelo menos, 1910, “Teresina não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna”.<sup>7</sup> O estudo da autora traz importantes reflexões sobre as características estruturais da cidade no início da república e as medidas políticas e privadas que buscavam contornar os seus “atrasos”. De acordo com ela, serviços como calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto e telefonia, etc., não faziam parte intensiva do cotidiano dos teresinenses, ao menos de maneira satisfatória. Foram após tentativas particulares e públicas de implantação total ou de alguns desses aspectos, nessa primeira década, que relativos melhoramentos na capital foram concretizados.

No ano de 1906 projetos de abastecimento de água e serviço telefônico agraciaram a sociedade teresinense, e em 1914 a luz elétrica alegrava a críticos que assim como o restante da população percebiam a necessidade de iluminação adequada à capital.<sup>8</sup> Quanto à iluminação elétrica, constatou-se que após algumas tentativas privadas de implantação desse sistema não obterem êxito, o serviço foi realizado com certa eficácia por investimentos públicos em 1914; ano em que as luzes da capital alterariam decisivamente os lugares de convivência social dos habitantes.<sup>9</sup> Na verdade, a introdução desses benefícios no cotidiano da população correspondia na real possibilidade de se colocar em prática novos valores culturais de comportamento. Com a concretização de projetos de modernização do espaço físico e estrutural de Teresina, homens e mulheres agiriam conforme os padrões nacionais e europeus do período. Diante desse caminho, o jornal *Piauí*, em 1906 apresentava que:

Apesar da dificuldade em que lutamos, oriundas da falta de meios rápidos de comunicação, vamos, entretanto, passando por uma fase de grandes melhoramentos materiais. [...] Teresina, cidade nova, pois apenas consta 54 anos de sua fundação, já apresenta, entretanto, um aspecto agradável ao visitante.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998a.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. *Os literatos e a República*, p. 26-27.

<sup>8</sup> QUEIROZ, *Os literatos e a República*, p. 29.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_. *Os literatos e a República*, p. 29.

<sup>10</sup> MELHORAMENTOS. *Piauí*, Teresina, ano 16, n. 870, 29 de set. 1906, p. 165.

Segundo o redator, embora com dificuldades de conexão a medidas de desenvolvimento urbano que existiam em outras cidades do país, a capital piauiense com pouco mais de meio século, já proporcionava aspectos físicos que agradavam os visitantes. A renovação urbana possibilitava o reconhecimento do não atraso de Teresina, que se ligaria às novas propostas de urbanização e a sua sociedade estaria inserida nas redefinições dos padrões de civilidade. A necessidade de mais reformas que a capital piauiense deveria passar no início do século XX, não deixava, por outro lado, de ser questionada por cronistas e jornalistas críticos e almejantes das medidas de modernização da urbes. No mesmo ano, 1906, com cerca de vinte e cinco mil habitantes em Teresina, o jornal *A Pátria*, dizia que “muitos melhoramentos reclamava ainda e com urgência”.<sup>11</sup>

A partir dessa primeira década foi realizada a criação de novas ruas, reorganização do mercado público, arborização de várias regiões da cidade, como foi o caso de alguns cemitérios, os benefícios do serviço de água encanada, a construção de novos ambientes urbanos que melhorassem as sociabilidades entre os passantes, como jardins e praças, etc.<sup>12</sup> Além desses anseios havia ainda aqueles que se referiam as condições de higiene e salubridade que envolviam o cotidiano da população.<sup>13</sup> A criação do Posto Sanitário na capital, em 1920, pela Lei nº 983,<sup>14</sup> por exemplo, representou algumas tentativas de combater o aparecimento de endemias e verminoses. Assim, práticas como a criação de animais no centro da cidade, ausência de coleta de lixo urbano, casas de palha em lugares úmidos correspondiam a costumes que deveriam ser extintos dos hábitos da sociedade.

Além de apresentarem aspectos de sujeira e atraso, esses elementos resultavam no aparecimento de doenças endêmicas, como pestes e febres, que causavam a morte de inúmeras pessoas. As transformações materiais que a abrangiam também eram vividas no âmbito cultural, e até com mais intensidade. Sobre esse aspecto, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz no estudo já mencionado, e Pedro Vilarinho Castelo Branco em *Mulheres Plurais*, A

---

<sup>11</sup> RAMPAS. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 16, 15 de fev. 1903, p. 493.

<sup>12</sup> MELHORAMENTOS. *Piauí*, p. 165.

<sup>13</sup> QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 29.

<sup>14</sup> APEPI, Poder Executivo. Leis e decretos do Estado do Piauí de 1920, Lei nº 983. In: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924. Caixa 08.

condição feminina na Primeira República,<sup>15</sup> apresentam com rigor a instauração e/ou reformas de locais que propiciaram sociabilidades novas aos teresinenses do período. Estas se referiam à inserção do cinematógrafo, da valorização das apresentações teatrais que ocorriam com certa frequência desde a criação do Teatro 04 de setembro em 1889, e da construção de locais para passeios públicos. As primeiras apresentações cinematográficas iniciaram aproximadamente no ano de 1901, em que um senhor conhecido por Naumam chegou a cidade com um cinematógrafo<sup>16</sup>.

No início da década de 1920 a capital já possuía três cinemas diários: o América, o Éden Cinema e o Teatro- Cinema Pálace.<sup>17</sup> As primeiras casas de espetáculo, por sua vez, datavam da segunda metade do séc. XIX, pois já em 1858 havia o Teatro de Santa Teresa de propriedade do Presidente da província José de Oliveira Junqueira. Durante a década de 1880 além de algumas casas particulares, funcionaram também o Teatro 24 de Janeiro e o Teatro Concórdia.<sup>18</sup> Com a concretização desses mecanismos de encontro e lazer, valores mais tradicionais de convívio social, remanescentes do período imperial, urgiam por alterações, pois não condiziam mais com a demanda cultural admitida para o período. Uma cidade em que os lazeres correspondiam a festas religiosas e bailes particulares, sendo os encontros sociais resumidos a círculos familiares, não estava mais dentro da vida cultural das grandes capitais do país.

Isto porque os costumes que se ligavam ao mundo tradicional e rural não sustentavam mais os novos padrões de comportamento social vinculado à racionalidade burguesa.<sup>19</sup> Portanto, a criação desses espaços públicos em Teresina simbolizava a introdução de novos hábitos e costumes na sociedade. Sendo assim, os passos da modernização do espaço urbano, mesmo que realizadas em um movimento mais lento do que o vivido em outras grandes cidades brasileiras necessita ser entendido como uma das bases do processo de

---

<sup>15</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

<sup>16</sup> CASTELO BRANCO. *Mulheres Plurais*, p. 58.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *Mulheres Plurais*, p. 59.

<sup>18</sup> QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 34.

<sup>19</sup> CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. *História Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 85-95, mai./ago., 2005b.

disciplinarização<sup>20</sup> dos ambientes sociais da cidade, e por consequência dos seus habitantes. Às ideias de modernização estavam articuladas transformações da cidade, e ao fato de que as condições de vida da população estavam se modificando.

Desse modo, ao incentivar e construir locais para as sociabilidades e o desenvolvimento de modificações urbanas, intelectuais da imprensa e dirigentes políticos preocupavam-se em consolidar novos hábitos aos teresinenses. Na verdade, esses novos costumes estavam inseridos na transformação de uma Teresina tradicional, ligada a características sociais do meio rural, em uma cidade urbana de modos burgueses. Das vozes dos chefes políticos, por exemplo, emergiam vontades cada vez mais intensas de avanço. Em 1910 Antonino Freire da Silva, governador do estado no período, alertava que:

[...] o Piauí de hoje não é mais, absolutamente a atrasada e empobrecida província de 1889 [...]. Resta agora que, por um esforço harmônico, convirjamos as nossas forças para a aceleração da marcha do nosso Estado, em busca das laboriosas conquistas do progresso e da civilização.<sup>21</sup>

Se para o Piauí era proposta a aceleração da marcha a sua principal cidade, Teresina seria a região modelo onde esses elementos de avanço se instaurariam. Nela, o próprio título de capital adquirido em 1852 envolvera-se pelo signo da modernidade, posto que a transferência de sede política do governo de Oeiras para Teresina significou anseios de políticos que objetivavam colocar o estado na órbita das principais interações econômicas e sociais da região e sair de outros domínios, como era o caso da dependência ao estado do Maranhão.<sup>22</sup> A implantação de inovações urbanas ditas modernas simbolizava assim, que a capital seguia os moldes das outras grandes cidades do Brasil.

Além disso, no regime republicano o modelo de família tradicional partira gradualmente, e as normas definidoras dos papéis masculinos e femininos na sociedade alteravam-se intensamente. Assim o foi porque a manifestação da família burguesa<sup>23</sup> que

---

<sup>20</sup> A ideia de disciplinarização tem fundamento nos estudos de Michel Foucault em *Vigiar e punir*. Com base neles, infere-se que ela corresponde ao mecanismo de disciplinar as operações do corpo impondo-lhes uma relação de “docilidade-utilidade”.

<sup>21</sup> PIAUÍ, Governador. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Antônio Freire da Silva. Teresina: Tipografia do Piauí, 1910.

<sup>22</sup> QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 21-22.

<sup>23</sup> A ideia de família burguesa tem sustentação nas discussões feitas por Philippe Aries em *História Social da Criança e da Família*. Nesse estudo a família dos séculos XIX e XX é entendida com uma afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos diferente, algo que não ocorria antes do período moderno. Havia para cada gênero e idade de vida um espaço reservado e uma função social singular.

emergira desde o final do séc. XIX modulava esses papéis para costumes e valores civilizados que demarcavam a distância do contexto tradicional de hábitos ditos atrasados, ligados ao patriarcalismo. As novas diretrizes de modernização repercutiam nas maneiras de se pensar as funções sociais dos habitantes. Para esses ambientes urbanos, como locais de sociabilização, calçamentos e criação de ruas, havia a necessidade da invenção de homens e mulheres. Desenvolvia-se assim o que Norbert Elias considerou como *processo civilizador* dos costumes na discussão feita em *Processo civilizador, Uma história dos costumes*<sup>24</sup>.

Ao analisar alterações, a longo prazo, no controle de emoções de grupos nobres e posteriormente na burguesia de sociedades européias, especialmente na Alemanha e na França, o mencionado pesquisador social concluiu que houve determinadas “mudanças na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”.<sup>25</sup> O que ocorreu foram indicações de alterações nas boas maneiras de indivíduos rumo a uma consolidação e diferenciação dos controles emocionais. Assim, as questões referentes ao comportamento exigiam nova importância dentro do cerco social europeu do período medieval para o moderno. Para o autor, tratados europeus de boas maneiras que reuniam poemas ligados a uma tradição oral (poemas chamados de mnemônicos que tinham a finalidade de ensinar boas maneiras à mesa)<sup>26</sup> ou sobre trabalhos de outros assuntos, simbolizavam além de modificações nas formas de se portar em coletivo, um aumento na coação exercida de uma pessoa sobre outra. De acordo com Norbert Elias:

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente.<sup>27</sup>

Com a diferenciação de modos comportamentais tecidos dentro de grupos cortesãos europeus, o mencionado autor detectou um processo de “individualização das emoções”<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1994, v. I.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*, p. 216.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*, p. 75.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*, p. 91.

<sup>28</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, p. 82.

que acabava provocando uma vigilância mútua e o conseqüente controle interno e externo dos indivíduos uns para com os outros. Tornar-se civilizado significava ter boas maneiras diante do outro, não ser agressivo ou rude com o próximo e principalmente, policiar o próprio comportamento e o dos que estavam a sua volta. Nesse sentido, o contexto de Teresina do final do século XIX e início do XX, com as transformações de hábitos do cotidiano de homens e mulheres, demonstrava que novas formas de existir e de ser civilizado ganhavam espaço, e que, portanto, os que saíam desse caminho configuravam-se como pessoas incivis que necessitavam de correção.

As mudanças de hábito e as novas sociabilidades afetavam intensamente as relações comportamentais dos teresinenses porque além de apresentarem novidades para o “ser” homem e o “ser” mulher, também contribuíam para que a vigilância e controle de más condutas se intensificassem na cidade. É possível perceber em produções de Jônatas Batista<sup>29</sup>, por exemplo, a valorização de ideais de polidez nos comportamentos de homens e mulheres nas suas funções sociais que também sustentavam a máxima da modernização. Em 1910 apontava em uma de suas crônicas o comportamento “incivilizado” de algumas crianças que, em solenidade prestada a visita de Coelho Neto à cidade, avançavam nos bolos e doces antes mesmo de servirem os convidados. Com semelhante comportamento, Teresina ainda estava longe de ser composta por pessoas civilizadas.<sup>30</sup>

Na verdade, o pensamento de Jônatas Batista expresso na referida história marca a redefinição dos papéis de cada membro da família. Assim como a criança, o jovem, o pai, e a mãe passaram a ser vistos e percebidos como sujeitos distintos entre si e dignos de atenção, e, por isso, responsáveis pela manutenção da ordem familiar.<sup>31</sup> Para que uma cidade se tornasse civilizada havia a necessidade de abranger as transformações ditas modernas daquele tempo, mas sem esquecer o ordenamento moral da instituição família, concebida como base de sustentação para o progresso de uma nação civilizada.

O progresso estava articulado a um conjunto de mudanças materiais, mas acima de tudo buscava-se a ordenação da sociedade. O cotidiano dos sujeitos sociais na cidade de Teresina durante o início do século XX

---

<sup>29</sup> Jônatas Batista nasceu em 18 de abril de 1885, em Monsenhor Gil-PI e faleceu em 15 de abril de 1935 em São Paulo. Poeta, teatrólogo, ator e jornalista. Participou ativamente da cultura de Teresina. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras.

<sup>30</sup> BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 117.

<sup>31</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

passava diretamente pelo controle dos costumes, pelo menos, das ações que poderiam ser realizadas em público, e de quais comportamentos eram tidos como aceitáveis ou não.<sup>32</sup>

Assim, ao passo que modos civilizados eram exaltados, aqueles que não os colocavam em exercício eram criticados e, em alguns casos, banidos da convivência social com os demais. Entretanto, se, por um lado, as reformas urbanas da capital do Piauí eram requeridas e exaltadas como características da chegada do progresso, por outro, parte considerável da população não era incluída nesse projeto de modernidade. Isto porque os benefícios resultantes da instalação de serviços básicos e locais de sociabilidades não foram distribuídos de maneira igualitária nos diferentes setores sociais da cidade.<sup>33</sup> Na verdade, as novidades do mundo moderno e as difíceis circunstâncias sociais que envolviam os mais pobres conviviam, nesse período, no mesmo espaço urbano.

A partir dessas condições, as mazelas da pobreza como doenças, a feiura, a miséria, a mendicância, tornavam-se cada vez mais constantes no centro urbano e civilizado da cidade<sup>34</sup> e a relação entre pobreza e criminalidade aparecia como mais um aspecto retratado constantemente nos jornais da época. A imprensa alertava para os “perigos” que os “miseráveis” representavam em notícias de “pequenos” distúrbios a bárbaros homicídios. O mais alarmante, contudo, consistia na expressiva participação feminina na dimensão criminal. Algumas mulheres pobres acabavam subvertendo os códigos de lei demonstrando, por sua vez, mais do que a usurpação das normas. A participação feminina ativa em crimes, além de atitudes “incivis” indicava a maneira que conviviam com o restante da população em locais públicos. Para tanto, é necessário antes que analisemos o modo como alguns desses mais pobres se apropriavam de Teresina.

### **Aspectos da Pobreza em Teresina**

No início do século XX em Teresina, assim como na capital Federal, os anseios por melhoramentos estruturais da cidade caminhavam paralelos a intensa pobreza que flagelava

---

<sup>32</sup> DA COSTA, Francisco Humberto Vaz. *De Relance: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930)*. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2009, p. 30.

<sup>33</sup> SILVA, Camila Melo S. da. *Modernização e redefinição de papéis sociais em Teresina (1890-1920)*. In: *Mulheres pobres e práticas criminais em Teresina entre os anos de 1890-1920*. Monografia – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

<sup>34</sup> QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 30.

a sociedade. Os mais pobres correspondiam a ex escravos, homens e mulheres livres e alguns migrantes<sup>35</sup> que também compunham a sociedade teresinense do período. Para essas pessoas, as mudanças estruturais e culturais da cidade recebiam outros significados. As circunstâncias econômicas e sociais que os envolviam, na maioria das vezes, não permitiam que participassem dos novos meios de sociabilidades de Teresina. Entretanto, muitas dessas pessoas não deixavam de utilizar os espaços que lhes circunscreviam; atribuindo formas próprias que as diferenciavam mais ainda dos habitantes mais ricos.

Os pobres não elegiam as características de sua existência; a pobreza impunha ou exagerava os problemas que enfrentavam. Mas, em sua maneira própria de lidar com esses problemas, construíam um repertório de significados e maneiras de agir que muitas vezes diferia do dos mais ricos.<sup>36</sup>

Nesse mesmo contexto, as diretrizes de disciplina e civilidade em voga para homens e mulheres demarcavam profundamente seus costumes, pois muitas de suas práticas cotidianas inseriam-se dentro dos comportamentos irregulares e a cada atitude desordeira que realizavam a polícia e/ou a justiça era acionada. Assim, com o processo de modificação dos espaços da cidade, práticas cotidianas aparentemente rotineiras de indivíduos pobres chamavam cada vez mais a atenção de intelectuais da imprensa que propunham novos comportamentos culturais para Teresina. Nesse caso, os pobres, que representavam a maioria da população, distinguiram-se por utilizar a capital a partir das suas características culturais de sobrevivência. Seus hábitos, costumes e lazeres expressavam as circunstâncias cotidianas na qual estavam inseridos. Em atividades como o lazer, por exemplo, aproveitavam para esquecer a difícil trajetória que possuíam.

A diversão estava presente no período das festividades religiosas, na saída do trabalho, nas conversas “casuais” com a vizinhança, e nas festas organizadas em suas próprias casas, que apesar da simplicidade, propiciavam “agradáveis” encontros.<sup>37</sup> Por outro lado, esses mesmos indivíduos encontravam-se em moradias de palhas em regiões úmidas e insalubres e empregos ocasionais, autônomos ou subempregos, como os de sapateiros, carregadores de

---

<sup>35</sup> Sobre os migrantes que adentraram no estado do Piauí no final do século XIX, e particularmente na cidade de Teresina, ver os estudos de ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O Poder e a seca no Piauí (1877-1879)*. Teresina: FUFPI, 1991 e *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

<sup>36</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 77.

<sup>37</sup> ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 66-67.

lenhas e canoeiros, vendedores de cereais e frutas, lavadeiras, operárias, costureiras, doceiras, artesãs, etc. Nesse contexto, as ambiguidades que o progresso acarretava eram ainda mais evidentes. Os pobres correspondiam a famílias de migrantes nordestinos atingidos pela seca de 1877-1879 que se dirigiam a Amazônia e os que moravam nos subúrbios em precárias condições de vida, ou que “perambulavam” pelas ruas e praças da cidade.<sup>38</sup> Em 1915, o jornal *Correio de Teresina* chamava a atenção da população, principalmente de governantes políticos, para a situação da pobreza que alastrava a capital.

Teresina, essa interessante capital que pela sua graça e simplicidade foi batizada pelo príncipe dos estilistas brasileiros com o doce nome de “Cidade Verde”, é hoje simplesmente Terra da Fome como o cognominou um dos nossos mais apreciados poetas. Em verdade, é doloroso, horripilante, inacreditável mesmo o estado de calamidade. A nossa cidade iluminada a luz elétrica tem aspecto de um cemitério dia de finados. De dia, então, sob o latejo de um sol terrorista, prenúncio de flagelante seca, as nossas ruas aparecem tristíssimas, desoladas, deixando ver aqui e ali grupos estranhos de figuras exóticas deformadas pela desgraça que mais aparecem bichos ferozes que criaturas humanas.<sup>39</sup>

O estado de calamidade que era retratado na imprensa perturbava profundamente o cenário urbano de Teresina. A menção constante a presença dos migrantes que chegavam, mas não continuavam seus caminhos, auxiliando no aumento populacional, indicava um acréscimo da situação da pobreza na cidade. Para o mencionado jornal o panorama social da capital agravava-se ao ponto de a chamada “Cidade Verde”, como havia sido batizada por “sua graça e simplicidade”, se tornar a “Terra da Fome”. A calamidade maior de acordo com o redator estava na presença de grupos “estranhos” de subalternos atingidos pela fome que eram vistos nas ruas “tristíssimas e desoladas”.

De acordo com os estudos de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, em *Cotidiano e Pobreza*,<sup>40</sup> esses pobres se diferenciavam dos grupos ricos e de classe média tanto pela maneira como se agregavam quanto pelos hábitos que caracterizavam seu cotidiano. Nessa produção, a autora retrata aspectos dos costumes, da cultura e de espaços de sociabilidades que os primeiros mantinham diante da efervescente mudança social que abrangia a capital piauiense. De acordo com suas pesquisas os teresinenses pobres do período:

---

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_, *Cotidiano e pobreza*, p. 21.

<sup>39</sup> IMPRESSÕES. *Correio de Teresina*, p. 45.

<sup>40</sup> ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 21 - 152.

Eram mocinhas humildes, “mulheres do povo”, ébrios, vendedores de frutas, vendedoras de flores, cargueiro d’água, artífices esfarrapados e operários, transportando em animais, lenhas ou pedras.[...] As suas moradias, na maior parte das vezes, “era feita de taipa, cobertas de palhas, com porta de talos de buriti ou carnaúba.”<sup>41</sup>

Como se observa, reuniam-se perfis sociais heterogêneos, que possuíam moradias de construção simples e estavam em profissões menos remuneradas economicamente. Esses indivíduos, de acordo ainda com Maria Mafalda Baldoíno Araujo:

Deslocavam-se cotidianamente pelas ruas do Barroão (Av. José dos Santos e Silva, nos dias atuais); Chapada (Rua Tiradentes); Estrada Nova (Rua Rui Barbosa); Glória (Rua Lizandro Nogueira); Praça da Constituição (Praça Marechal Deodoro da Fonseca) e representavam uma paisagem de desordem.<sup>42</sup>

Não raro, segundo a autora, os governantes e jornalistas expressavam suas insatisfações com a intensificação da pobreza; apresentando os populares como “fatores responsáveis pelas condições miseráveis, como também pela alta incidência de criminalidade em Teresina”.<sup>43</sup> Para o poder público os pobres constituíam-se de desordens morais e epidemias que se propagavam nas ruas da cidade. A mesma Maria Mafalda Baldoíno de Araújo relata que:

O sentimento de medo e pavor fazia-se presente nos habitantes dessa cidade. O espanto, a surpresa e a preocupação não passavam despercebidos à elite teresinense. Havia inquietude nessa classe social, em face de nas ruas de Teresina, transitarem as massas de migrantes nordestinos e, com elas, a miséria e suas manifestações.<sup>44</sup>

Aos subalternos estavam associados padrões de moralidade mais flexíveis, por isso a maneira como agiam no seu cotidiano e o inchaço populacional que provocavam sustentarem ideias de que atrasavam a chegada da modernização em Teresina. As raízes desse dilema estavam na inserção de discursos médicos-higienistas que insistiam na limpeza e no saneamento básico dessas pessoas e das suas moradias. A intenção destes era a de evitar a propagação de doenças e de inserir os “corpos” dentro da perspectiva da saúde e da consequente civilidade.<sup>45</sup> É viável também a amostra de mais algumas notícias de jornais de

---

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *Cotidiano e pobreza*, p. 71.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *Cotidiano e pobreza*, p. 53.

<sup>43</sup> ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 75.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Cotidiano e pobreza*, p. 53.

<sup>45</sup> COSTA, Jurandir Freire. Da família colonial à família colonizada. In: *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Teresina através ainda do trabalho da referida autora. Para se entender como vivia a população pobre e marginalizada nos primórdios da República, o trecho da crônica de um autor anônimo retirada do jornal *O Incentivo* por Maria Mafalda Baldoíno de Araújo é bastante significativo:

Ignorando o ABC, vagando pelas ruas, assobiando, atirando pedras nos transeuntes, quase nu, descalço, sem carinho, sem abrigo[...] roubando ninho de passarinho, dando recado para ganhar de pão, dormindo ao relento exposto as intempéries das estações no adro das Igrejas, passou J... seus quinze anos! Continuou sua vida errante, sem a menor compreensão de seus deveres perante o universo, perante Deus, sem respeitar as mulheres, as crianças, não distinguindo o bom do mau, chegou a idade em que ou trabalha-se ou morre-se a fome! [...] Repelido por todos os lados... porém manietado pela miséria, sem comer, sem abrigo, tendo por comida as raízes das árvores e por teto a casa dos mortos, estendeu-se a mão ao crime! E essa majestade terrível, prima coirmã da miséria, abraçou-o!<sup>46</sup>

Ficava claro que a vivência dos mais pobres na capital piauiense não era fácil. Enquanto a elite política defendia a necessidade de estruturas modernas e condutas moralmente civilizadas, parte da população ainda vivia sob os males do subemprego, da mendicância e de trabalho temporários. Por isso, além de lidarem com a pobreza e os seus consequentes infortúnios, os subalternos “repelido por todos os lados” se tornavam empecilhos do sonhado progresso. Algumas legislações que regulamentavam o município de Teresina iam de encontro a práticas comuns dos “desclassificados” que não eram mais toleradas dentro do espaço urbano. Um forte exemplo era o Código de Posturas de Teresina de 1912 quando no Art. 58 dizia que “dentro da zona urbana não é permitido ter currais nem chiqueiros para criação de gado de qualquer espécie, sendo também proibido conservar tais animais nos quintais, áreas e pátios”<sup>47</sup>, enquanto “era comum a criação de animais domésticos, como por exemplo, galinhas, patos e porcos, que viviam soltos”,<sup>48</sup> nas casas dos pobres.

No art. 100 do mesmo Código a divergência era ainda maior. Segundo este, “é proibido, fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas e praças, a não ser por motivos de necessidade indeclináveis ou para pedir socorro [...], fazer batuques, com toques de tambor,

---

<sup>46</sup> MISÉRIA. *O Incentivo*, Teresina, ano 1, n. 7, mar. de 1893, p. 2. Cf. ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 83.

<sup>47</sup> Ver Código de Posturas da cidade de Teresina, 1912; Art. 58 onde há proibições quanto a conservação de animais em áreas urbanas e em quintais e pátios de casas.

<sup>48</sup> ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 66

cantorias e danças, ou em qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite, dentro da zona urbana”.<sup>49</sup> O que ocorria na prática eram festas em suas casas, apesar da simplicidade delas, onde dançavam pagodes, dobrados e forrós, ao som do tambor, pandeiro, violas e sanfonas<sup>50</sup>, episódios que, com certeza, evidenciavam múltiplas sonoridades. Com esses e outros momentos de encontro, como os ligados aos seus ofícios, muitos desses pobres acabavam ingressando no ambiente policial.

A esse aspecto, possivelmente, estivessem ligados os pedidos de governantes por mais investimentos para cobrir as despesas com o aparelho policial, por conta da maior necessidade de financiamento de “praças” para controlar falta de segurança que atravessava o Estado.<sup>51</sup> Paralelo a isto, encontrava-se também a diminuição de expressões políticas como: “[...] a índole pacífica do povo piauiense que reina em todo o Estado [...]”<sup>52</sup>, quando se referiam a necessidade de mais investimentos para com a segurança pública.

Nesse sentido, a relação pobreza-criminalidade em Teresina, que apareciam como características peculiares de alguns desses indivíduos, também emergia como um ponto alarmante dentro das estratégias, de modernização do espaço urbano. Além de desvios de

---

<sup>49</sup> Ver Código de Posturas da cidade de Teresina, 1912; Artigo. 100, parágrafos 1 a 4, onde prever punição com multas de dez mil réis pessoas que fizessem vozerias, alaridos e gritos nas ruas e praças e proferissem nas ruas e lugares públicos palavras obscenas.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *Cotidiano e pobreza*, p. 63.

<sup>51</sup> Nos relatórios governamentais desse período quando aparecem referências a administração específica da secretaria de polícia do Estado, os respectivos chefes de polícia relatam mais sobre as despesas que tem com o órgão, pessoas que foram recolhidas em todo o Piauí à casa de detenção e seus respectivos motivos, e ainda, a quantidade de praças que se encontram em “termos” como Teresina, Valença, Piripiri, Parnaíba. Nas mensagens do final do século XIX, como por exemplo, as dos anos de 1891 e 1898, aparecem pedidos de mais dinheiro federal para pagar o corpo policial do Piauí. Nelas os dirigentes apresentam a falta de segurança que assombra algumas regiões do estado. Essas mensagens, porém, se referem a todo o Piauí, não há menções a casos específicos, mesmo quando tratam da capital, Teresina. Mas pelo que apresentam alguns dirigentes políticos, ao corpo policial cabia a guarnição da capital e apenas a intervenção nos demais municípios “em casos extraordinários”. Assim, é permissível inferir que a necessidade de mais investimento em praças podia relacionar-se a realidade criminal da própria cidade de Teresina como também a de outros municípios que tinham que enviar-lhes seus criminosos para cumprirem suas penas devido a falta de “forças municipais”. Por exemplo: Piauí. Governador, 1891. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Gabriel Luiz Ferreira. Teresina: Tipografia do Piauí, 1891, p.7; Piauí. Governador, 1898. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Raymundo Arthur Vasconcelos. Teresina: Tipografia do Piauí, 1898, p. 5-6.

<sup>52</sup> Mesmo que alguns dirigentes notifiquem a necessidade mais investimento no corpo policial do estado do Piauí em mensagens governamentais do final do séc. XIX, no ano de 1901, Arlindo Francisco Nogueira, então governador, coloca que precisou reduzir o corpo de segurança, mas com a “índole pacífica do povo piauiense” o governo poderia efetuar essas reduções. Sobre essa passagem ver: Piauí. Governador, 1901. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Teresina: Tipografia do Piauí, 1901, p. 17.

condutas comportamentais no dia a dia, havia uma intensa participação desses indivíduos em delitos mais graves. Clodoaldo Freitas<sup>53</sup>, em artigo sobre Teresina exposto também no trabalho de Maria Mafalda Baldoíno Araújo, alertava que esses indivíduos necessitados de apoio “são geralmente os que depois se lançam desenfreados na carreira do crime e se tornam o flagelo da sociedade”.<sup>54</sup> A relação feita pelo intelectual constatava-se tanto pelas “alterações” à conduta civilizada proposta para os habitantes, quanto pela atuação em casos criminais desses mais carentes de recursos, que eram impossibilitados de resolverem o problema da sobrevivência, pois à época não havia empregos suficientes para todos.

As rotinas que caracterizavam os pobres imprimiam irregularidades<sup>55</sup> que necessitavam ser mudadas, pois com as propostas de moralização iniciadas no século XIX e intensificadas no séc. XX as práticas desses indivíduos eram cada vez mais rejeitadas. A ocorrência de pequenos furtos ou roubos para satisfazer suas penúrias mais básicas, ou mesmo por motivos de brigas e alvoroços corriqueiros quando deixavam o trabalho e se dirigiam aos lazeres noturnos, como pagodes e outras “festanças”, levava-os, então, constantemente a passagem na polícia. Para esses casos as fontes policiais da cidade são fundamentais, pois propiciam verdadeiros panoramas sociais dos principais tipos de “ofensores” que agiam nessas situações. No Arquivo Público do Estado do Piauí podem-se encontrar livros de registros policiais da época que ora apresentam arquivos policiais organizados pelo próprio órgão, como o Livro de Indicações dos Detidos<sup>56</sup> de 1900 a 1926, o de Registro de Inquéritos dos anos de 1919 a 1927<sup>57</sup>, ora códices que reúnem alguns

---

<sup>53</sup> Clodoaldo Severo Conrado Freitas. Nasceu a 07 de setembro de 1855, na cidade de Oeiras e faleceu a 29 de junho de 1924 em Teresina. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1880. Em sua produção literária e historiográfica constam obras sobre a história de Teresina, obras de ficção e crônicas sobre diversos assuntos. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

<sup>54</sup> FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina. *Diário do Piauí*, Teresina, n.88, 16 jun. 1911, p. 1. Cf. ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 83.

<sup>55</sup> As práticas irregulares aqui analisadas se referem às contidas no Art. 208º § 12 do Regulamento da Secretaria de polícia do Estado do Piauí do ano de 1920, disponível no Arquivo Público do Piauí –APEPI- Sessão do Poder Executivo, Assunto: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Caixa 08. Nesse inciso aparecem algumas práticas que levam as pessoas a cadeia. Alguns exemplos são os casos de pessoas que forem encontradas em lugares públicos na prática de jogos proibidos; os que ao perturbarem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, não atenderem a admoestações que lhe forem feitas; os vadios turbulentos, ébrios e prostitutas que ofenderem o decoro ou perturbarem o sossego público.

<sup>56</sup> APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01.

<sup>57</sup> APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01.

documentos avulsos sobre o cotidiano das delegacias e do aparelho policial.<sup>58</sup> Para 8.191 autuações que foram encontradas no livro de Indicações dos Detidos de Teresina entre os anos 1900 a 1926<sup>59</sup>, por exemplo, quando por volta do ano de 1907 a seção “profissão” passou a ser preenchida, destacavam-se os cargos de pedreiros, lavradores, magarefes (açougueiros), nos casos masculinos e lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, etc., às mulheres.

Salvo algumas ocorrências de “artistas”, “negociantes” e alguns militares, esses ofícios consistiam em atividades menos remuneradas e que, possivelmente, não respondiam as suas reais necessidades econômicas. Muitos desses indivíduos não sabiam ler nem escrever e eram detidos por crimes de contravenção, que de acordo com Art. 8º do Código Penal do Brasil de 1890, correspondia ao “fato voluntário punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos”.<sup>60</sup> Nos crimes mais leves apareciam distúrbios, embriaguez, gatunagens e pequenos furtos, sendo os dois primeiros os mais recorrentes nos relatórios de criminalidade da cidade. Sobre esse aspecto é possível perceber como hábitos comuns dos pobres logo os direcionava à cadeia pública. A rotina de se reunirem após o expediente do trabalho em quitandas e bares, ou ainda, em pagodes, forrós e outras festividades, provocavam desordens como o falatório “grosseiro” e “sujo”, expresso em altas vozes.<sup>61</sup>

Nesses encontros “casuais”, ou organizados, nas ruas de Teresina, que simbolizavam momentos de lazer e de “sossego” momentâneos em meio à difícil condição social que se encontravam, distúrbios como brigas e ferimentos de festeiros, ao que tudo indica, eram bastante recorrentes. Os ânimos aflorados e as conseqüentes alterações travadas entre convidados em reuniões de distração apareciam em muitas fontes da imprensa, as policiais e

---

<sup>58</sup> APEPI, Poder Executivo. Petições do chefe de polícia 1881-1890. SPE, Cod. 972, Est. 08, prat. 03.

<sup>59</sup> APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Obs.: No referido livro o número de autuações vai até 9092, mas como há um salto nos registros de 6.099 para 7000, será considerado apenas o número 8.191 casos.

<sup>60</sup> FEDERAL, Senado. Art. 48 do decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. Captado em <http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo> Acesso em: 13 dez. 2014.

<sup>61</sup> GRAHAM. *Proteção e obediência*, p. 78.

judiciais do período.<sup>62</sup> O fato relatado pelo jornal *Correio de Teresina* em 1915 ilustra bem essa configuração:

Na noite de sábado para domingo num animado forró que realizava para bandas da rua da Estrela, houve o diabo a quatorze, um grande rolo do qual resultou o ferimento de Isabel Dias, uma mocinha que não tinha nada com o caso. Quanto mais animada estava a festa deu-se uma forte alteração entre Sr. Manoel Iglesias e o operário Arlindo. O primeiro sacando de um revolver, em plena sala cheia de convidados, desfechou dois tiros contra o segundo, indo um dos projéteis atingir Isabel, abaixo da clavícula esquerda.<sup>63</sup>

Assim como foi o caso de Isabel Dias que acabou sendo vítima de uma “forte alteração entre Manuel Iglesias e o operário Arlindo”, as queixas por brigas, embriaguez, homicídios ou mesmo outras formas de atentados contra a vida, resultantes do contato entre pessoas pobres, eram bastante frequentes nos jornais de Teresina do início do século XX. Neles o espaço da *rua* destacava-se como o principal meio onde se desenvolvia esses conflitos. O panorama da desordem e das más tendências dessas pessoas dentro do âmbito público convergia, então, para as reflexões que Sandra Lauderdale Graham<sup>64</sup> propunha às relações externas ao lar. As dimensões privado e público que atravessavam as interações de criadas (livres ou escravas) e seus patrões no Rio de Janeiro, também eram sentidas com muita intensidade pelos que viviam na pobreza em Teresina no início do século XX. O mundo da *rua* se constituía para esses segmentos, local privilegiado para o desenvolvimento de suas práticas.

Esse meio, entretanto, era constantemente vigiado pela polícia na sua missão de evitar que essas pessoas se manifestassem de maneira perigosa ou nociva aos novos hábitos que se forjavam. Ao aparelho policial cabia prender e conduzir a delegacia pessoas que cometessem crimes, que perturbassem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, que

---

<sup>62</sup> APEPI, Poder Judiciário. 1864-1865; 1896-1898; 1890-1936. Caixa 0079; 0075; 0066. Nessas caixas encontram-se além de processos judiciais de débitos de pessoas para com a Fazenda Pública delitos de pessoas “subalternas” que se desentenderam ou causaram algum tipo de desordem em Teresina em costumes básicos do cotidiano.

<sup>63</sup> TIROS e cacetadas: o que se passou num forró. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 3, n. 118, 17 de mai. 1915, p. 50.

<sup>64</sup> Sandra Lauderdale Graham utiliza os conceitos de rua e lar da produção de Roberto DaMatta, em *O que faz o Brasil, Brasil?* (Rio de Janeiro: Rocco, 1984). Quando se refere as relações ambíguas de senhores e escravas e/ou mulheres livres, que trabalhavam nas suas casas. Os conceitos são utilizados neste trabalho através das reflexões da autora, que reúne as análises de Roberto DaMatta ao contexto social das mulheres pobres e seu trabalho na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1860-1910. GRAHAM. *Proteção e obediência*, p. 26.

transitassem pelas ruas vestidas de modo ofensivo a moral e em outras situações de desvio de conduta.<sup>65</sup> De acordo com jornais da cidade e com as próprias fontes policiais da Secretaria de Polícia do Estado do Piauí do período, os pobres eram os que mais se enquadravam nessas práticas e, por isso, acabavam sendo os mais apreendidos pela polícia. Os autos da Secretaria de Polícia do Estado dos anos de 1890, por exemplo, apresentam o mecanismo policial de guardas notificando o aprisionamento de “baderneiros” que perturbavam a ordem pública por distúrbios.<sup>66</sup> E através da leitura do Livro de Indicações dos Detidos de 1900 a 1926<sup>67</sup> e o dos Registros de Inquéritos de 1919 a 1927<sup>68</sup> é possível entender um pouco dos tipos de crimes mais comuns e, como já foi exposto, as funções sociais que os criminosos possuíam.

Além disso, esses arquivos proporcionam algumas considerações acerca do caminho do aparelho policial na cidade de Teresina. Se ressaltados ambos os referidos livros, observa-se que no primeiro caso, onde são registradas pessoas que por algum motivo fugiam da ordem estabelecida sem que necessitassem responder a processo, entre os anos de 1900 a 1926, ocorrem 8.191 autuações por contravenções, enquanto são abertos apenas 88 inquéritos policiais no período de 1919 a 1927<sup>69</sup>. É importante ressaltar que o recorte temporal que tem o Livro de Registro de Inquéritos não abrange os dados contidos no de Indicações dos Detidos. Entretanto, com o primeiro é possível a leitura dos anos que compreendem o segundo e mesmo assim também há uma desproporcionalidade do número de prisões para a quantidade de processos que delas são gerados, pois nos anos de 1919 até 1926 são registrados 3.984<sup>70</sup> casos de prisões.

A distância dos números apresentados é tão significativa que permite pensar o intenso manejo policial que ocorria para com os populares. De certo, apenas com a leitura dessas fontes policiais não há como dimensionar e classificar seguramente as ocorrências

---

<sup>65</sup> APEPI, Poder Executivo. Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Leis de 1920, Caixa 08.

<sup>66</sup> Alguns documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí apresentam algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez. APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895. Esses documentos, até a finalização do trabalho (Agosto de 2014), estavam sendo reorganizados na sala do Poder Executivo do Arquivo Público do Piauí. Até esse momento eles eram localizados em caixas com assunto de Secretaria de Polícia.

<sup>67</sup> APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01.

<sup>68</sup> APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, p. 01.

<sup>69</sup> APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, p. 01.

<sup>70</sup> APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01, p. 99-147.

criminais de Teresina. Muito menos considerá-las como fontes únicas para explicitar as ações policiais do período. Porém, os dados que esses livros possuem sobre crimes da cidade possibilitam mesmo a formação de verdadeiros quadros sociais, pois apresentam registros policiais que permitem a observação de dados pessoais dos acusados como: o nome, as atividades profissionais, o estado civil, o grau de instrução e os motivos que os levaram as delegacias da capital. Dessa forma, esses arquivos policiais auxiliam na pesquisa principalmente porque “as suas estatísticas refletem bem ou mal uma prática repressiva que tem relação complexa com a criminalidade real”.<sup>71</sup>

Com esses dados é plausível concluir que a partir das diretrizes sociais que a polícia possuía<sup>72</sup> entre os anos de 1890 a 1920 em Teresina, muitas prisões, ou mesmo reclusões temporárias de pessoas que contrariavam a normas de convivência e vivência padrão, foram realizadas com o real intuito de controlar sujeitos que não se enquadravam nas normas de civilidade emergentes. Estas reflexões convergem para o que Boris Fausto coloca em *Crime e Cotidiano*<sup>73</sup> sobre a relação da quantidade de registros policiais de inquéritos e o de processos abertos em um mesmo recorte de tempo:

A enorme defasagem entre o número de pessoas presas e processadas, em alguns anos onde a comparação é possível, revela claramente a significação das prisões como instrumento de controle social, mesmo tendo-se presente que muitas detenções decorrem efetivamente de delitos que deixam de ser objeto de inquérito pela pouca importância, ineficiência ou corrupção do aparelho social, acordos, etc.<sup>74</sup>

Como se observa, a diferença entre o número de pessoas autuadas pela polícia e os que resultavam em aberturas de processos sinalizava principalmente o controle a práticas desordeiras de pobres que aconteciam na cidade, pois pelos perfis sociais dos autuados, os indivíduos mais apreendidos estavam associados à parcela necessitada economicamente da população teresinense. O referido historiador, ao retratar a criminalidade na cidade de São Paulo entre os anos de 1880 e 1924, período em que há a intensa imigração italiana, apresenta

---

<sup>71</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 20.

<sup>72</sup> APEPI, Poder Executivo. Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924. Caixa 08. Na referida caixa encontram-se algumas leis da Secretaria de polícia do Estado que regulamentavam a Força pública do mesmo. O maior exemplo é o regulamento do ano de 1920 que apresenta as funções que cada integrante detinha dentro do órgão e da sociedade.

<sup>73</sup> FAUSTO. *Crime e Cotidiano*, p. 31.

<sup>74</sup> \_\_\_\_\_. *Crime e Cotidiano*, p. 31.

ainda alguns conceitos importantes para o estudo desse aspecto em Teresina. Estes se referem ao *crime* e a *criminalidade*. Segundo o autor, “as duas expressões tem sentido específico, onde criminalidade se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes e crime diz respeito ao fenômeno na sua singularidade [...]”.<sup>75</sup> Entende-se assim, que a *criminalidade* é o aspecto social do *crime* dentro de uma sociedade. É a reunião da relação individual, o fato criminal em si, e da relação social, composta por padrões de comportamento, de representações e valores sociais.

Desse modo, a dimensão *criminalidade* possibilita a apreensão de características sociais que transcendem o desvio da norma penal. Para Teresina, nos anos de 1890 a 1920, o fato de grande parte dos arquivos policiais apresentarem características de pessoas pobres indica que a *criminalidade* da cidade relacionava-se diretamente as suas condutas. Diante de arquivos policiais e casos de crime que apareceram em jornais de Teresina, a *criminalidade* expressava-se partir do choque existente entre forma de viver e conviver em sociedade de alguns pobres e o ideal de comportamento moral tecido para os habitantes da época. Essas fontes indicam assim, que “certas condutas passíveis abstratamente de sanção só se tornavam puníveis quando se referiam aos pobres”.<sup>76</sup> Nesse contexto, às mulheres pobres recaíam maiores repressões. Isto ocorria tanto pela forma como agiam nas *ruas* quanto à inserção mesma no *crime*. Esta será a discussão desenvolvida no próximo tópico.

### **Mulheres pobres e a criminalidade**

As tensões que decorriam no início do século XX das medidas de modernização diante do nível de pobreza em Teresina levavam muitos habitantes pobres a improvisarem seus ritos de sobrevivência. A essas populares, a vida cotidiana guardava mais do que os cuidados com a casa, o esposo e os filhos. A elas estavam relacionadas, por vezes, o peso do mundo do trabalho assalariado que era “formulado” para substituir o trabalho escravo<sup>77</sup>, as moradias insalubres que caracterizavam suas habitações e, principalmente, o não seguimento das regras e deveres morais que sustentavam os desejos de avanço. Muitas saíam de casa para

---

<sup>75</sup> \_\_\_\_\_ . *Crime e Cotidiano*, p. 09.

<sup>76</sup> \_\_\_\_\_ . *Crime e Cotidiano*, p. 18.

<sup>77</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

trabalhar com a finalidade de auxiliar nas despesas das casas, ou ainda, por serem as próprias chefes da família. Para suprir suas necessidades, circulavam no ambiente público em ofícios de lavadeiras, cozinheiras, domésticas, e ainda, se envolviam em relações amorosas que se desviavam do caminho do casamento e da formação da família.

As subalternas tinham de associar, assim, a rotina do trabalho de casa com o externo. Sobre essas e outras circunstâncias sociais que implicavam nas mulheres da transição do século XIX para o XX, as considerações de Rachel Soihet em *Condição feminina e formas de violência*<sup>78</sup> são bastante significativas. Para a autora, às mulheres dos segmentos populares do Rio de Janeiro dos anos de 1890 a 1920 recaíam os males do sexo e de classe social. Assim, as formas de violência que sofriam como “o desconhecimento do corpo, a ignorância sobre sua sexualidade, a exigência da virgindade como símbolo de honra eram algumas das mazelas que as faziam mergulhar no desespero, no crime, na loucura, na prostituição”.<sup>79</sup> Da mesma maneira, se para a figura feminina do referido período em Teresina recaíam intensas pressões sobre a função social que deveriam desempenhar para as pertencentes aos segmentos mais pobres as forças eram ainda maiores. Além disso, como sugere Martha de Abreu Esteves, a maneira que algumas agiam no meio social significava verdadeiras formas de resistência ao padrão de mulher ideal.

[...] a centralização de esforços civilizadores sobre a mulher não possuía diferenças qualitativas de conteúdo entre a mulher pobre ou rica. As duas deveriam ficar atentas aos mesmos perigos. Entretanto, não possuía o mesmo sentido, nem teve a mesma aceitação ou, melhor dizendo, resistência (a mulher pobre não se amoldaria facilmente às novas exigências).<sup>80</sup>

As populares pareciam não ter a “mesma aceitação” dos códigos femininos de boa conduta, e a continuidade de práticas irregulares indicava resistência às normas de civilidade e moralidade em voga; o que aumentava o controle policial sobre suas vivências. Essas medidas estavam dentro da necessidade das classes dominantes de ajustar os subalternos à nova ordem burguesa. Em Teresina, por exemplo, as formas de regulamentação, ou mesmo de coerção de atividades e atitudes de mulheres pobres no meio público, apareciam em

---

<sup>78</sup> Cf. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*.

<sup>79</sup> \_\_\_\_\_, *Condição feminina e formas de violência*, p. 9-10.

<sup>80</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 75.

jornais que autenticavam a moralização dos costumes citadinos. Em 1918, o *Jornal de Notícias* chamava a atenção da polícia para a conduta “barulhenta” de mulheres da Rua Barroso, que não permitiam a vizinhança dormir. Alertava ainda que esse fosse o caso da polícia recomendar que deixassem de ser “menos alegres” e respeitassem mais o sossego público.<sup>81</sup>

Como retratava o periódico, a forma que algumas subalternas ocupavam o ambiente público expressavam costumes que deveriam ser “banidos” do espaço urbano de Teresina. Nesse grupo encontravam-se mulheres doceiras, costureiras e artesãs que trabalhavam em suas casas, ou mesmo as lavadeiras de roupa, e que conseguiam conciliar o trabalho doméstico com as conversas com as vizinhas e o cantarolar.<sup>82</sup> Dessa forma, práticas cotidianas de “abusos” estavam relacionadas também as profissões que muitas exerciam, pois como sugere Raquel Soihet “tais atividades refletiam suas maneiras de pensar e viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida do que aquelas de outras classes sociais, o que se configura com um linguajar “mais solto” maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões, etc.”<sup>83</sup> Nesse sentido, havia a dificuldade dessas mulheres de seguir os princípios de civilidade e moralidade exigidos pela sociedade burguesa da capital mesmo quando ocupavam o ambiente público através do trabalho.

Posturas como aquela relatada no *Jornal de Notícias* apresentavam comportamentos não adaptados ao esperado socialmente e violavam “os estereótipos relativos ao seu sexo”.<sup>84</sup> A imprensa exprimia, na verdade, o desejo das elites de resolverem o problema de hábitos desviantes desses segmentos. Havia mesmo a “construção” da “incivilidade” de populares e a necessidade de reversão desses casos. No ano de 1902, por exemplo, o jornal *A Palavra* trazia o dia a dia da feira da capital:

Existe atualmente em nosso mercado um grupo de mulheres imundas e desocupadas que passam dia e noite a cometer toda a sorte de abusos e a pronunciarem em altas vozes todas as palavras imorais que lhes vem a boca. Outra: Do lado direito do mesmo mercado, junto ao muro, é a latrina de todas as pessoas que ali negociam. [...] Os fiscais do “Conselho Municipal”, ainda não viram tal escândalo, mas um pobre que vem vender, algum molho de feijão, todos correm a ele, e se o “besta não for sabido” paga duas ou três vezes. Se continuar a imoralidade, só voltando o

---

<sup>81</sup> COM A POLÍCIA. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 20, 17 de mar. 1918, p. 76.

<sup>82</sup> ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 63.

<sup>83</sup> SOIHET. *Condição feminina e formas de violência*, p. 24.

<sup>84</sup> \_\_\_\_\_. *Condição feminina e formas de violência*, p. 158.

bacamarte, para sermos respeitados, uma vez que as autoridades competentes não ligam importância. A bem da moralidade pública pedimos providência ao dr. Chefe de polícia.<sup>85</sup>

O conturbado cenário da feira devia-se, em grande escala, aos desvios femininos. Os seus procedimentos “imorais” por “cometerem toda a sorte de abusos” chamavam a atenção e requeriam medidas de modificações e intervenções da polícia, pois atrás da feira moravam muitas famílias que não estavam dispostas a apreciar esses delitos.<sup>86</sup> As pessoas de “boas” famílias não deveriam participar de circunstâncias “desagradáveis” como essas, pois além de não corroborar com o comportamento feminino ideal, também insultavam as mulheres (e os demais membros) que seguiam a linha da moralidade. Os “pedidos” de coerção desse tipo de costume pela polícia, feitos por notas da imprensa, buscavam assim, provocar o afastamento das pessoas de “más tendências” das regidas pela boa moral e educação. Nesses aspectos, o exemplo ocorrido no jornal *O Correio* de 1901, no *Sarau das Petisqueiras* traduzia bem a importância desses distanciamentos para os grupos de elite.

No sábado último teve lugar na casa de comidas denominada, ao que nos parece, Petisqueiras de Relance, um animadíssimo sarau de mulheres alegres. Lá das tantas para tantas, segundo nos informam foi servida uma abundante e variada ceia de pancadaria, regada a sangue. O menu compreendia: socos, bofetadas, cacetadas, etc. e saiu gente até bastante indigesta. Informa-nos ainda que a nota cômica foi esta: O músico de polícia Geraldo, depois da primeira mesa, recitava a celebre poesia de desgraça! Eis tudo que resta... Aos monótonos acordes da orquestra, que tocava a surdina. Quando cortaram lhe o fio da coisa com uma bordoadá. Achamos que a continuação dos “Saraus das Petisqueiras” constitui um atentado a moral porque ali penetram alguns filhos de família e como os outros ficam sujeitos a comer dos novos petiscos.<sup>87</sup>

As famílias ditas “civilizadas” corriam, segundo a notícia, risco de vida e de desmoralização caso “os filhos de família” entrassem em contato com os “pobres imorais”. Havia, então, a necessidade de resguardar os habitantes do *lar* dos perigos que a *rua* propiciava. Esta, principalmente nas horas noturnas, era marcada por “algazarras” onde raramente “não dava um rolo, uma briga, havendo, invariavelmente, dois ou mais feridos.”<sup>88</sup> Como se observa, ao local das ruas estava agregado dimensões culturais que deveriam ser evitadas por aqueles que não pertenciam a ela. Era nesse ambiente, onde podiam ser

---

<sup>85</sup> NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de jun. 1902, p. 2.

<sup>86</sup> \_\_\_\_\_. *A Palavra*, p. 2.

<sup>87</sup> SARAU das petisqueiras: novos petiscos. *O Correio*, Teresina, ano 1, n. 2, 06 de jun. 1901, p. 1.

<sup>88</sup> BATISTA. *Poesia e prosa*, p. 184.

encontrados os subalternos que compartilhavam horas de trabalho, festividades ou mesmo os que nela habitavam, que procedimentos mais imprevisíveis e incíveis se desenvolviam. Existia assim uma desconfiança geral com relação aos pobres que eram observados, classificados e percebidos como perigosos portadores de vício do corpo e da alma, que podiam contaminar toda a sociedade.<sup>89</sup>

Nesse contexto, a constante participação feminina nas alterações públicas de maus comportamentos tornava a situação ainda mais arriscada e quando havia a emergência de outros perfis de mulher os mecanismos de inibição e correção de desordens logo eram acionados. Assim ocorreu com o excesso de ciúme, “célebre monstro dos olhos verdes”, que Ana Maria do Espírito Santo teve ao ser provocada por Leocádia Maria das Virgens. Segundo consta no jornal *A Gazeta* de 1906 a primeira, mulher de José Antônio do Nascimento, por ter sido instigada pela segunda “serviu-se da única arma de que pôde dispor no momento, a água quente que tinha em uma chaleira no fogo, e atirou sobre o rosto da ‘rival’”,<sup>90</sup> sendo em seguida recolhida a detenção.

Para esses acontecimentos havia as chamadas prisões correcionais, que consistiam na punição daqueles que transgrediam a moral pública. A estas detenções motivadas por crimes de “distúrbios” uniam-se as provocadas pelo excesso do álcool, outro elemento presente no cotidiano de alguma dessas mulheres. O ocorrido no dia 10 de setembro, de 1911 entre o casal Felismina Pereira do Nascimento e Alexandre José da Silva, por exemplo, deixa transparecer um pouco do vício a que esses segmentos estavam entregue:

Casados a 27 anos, pouco mais ou menos, viviam Alexandre José da Silva e Felismina Pereira do Nascimento em constante desavenças, sendo frequentes as lutas do casal, lutas em que as vezes entrava a faca, o facão, o cacete e até a taca. Ambos eram trabalhadores, sendo que ela estava há muito empregada na fábrica de fiação desta capital, na tecelagem, onde gozava a fama de boa teceloa, **davam-se, porém, os dois ao vício da embriaguez.** No aludido dia 10, houve uma forte briga de Alexandre com Felismina e depois esta, armada com um machado deu naquele dois grandes golpes na cabeça, produzindo um deles uma fatura exposta da

---

<sup>89</sup> ROCHA, Raquel Caminha. “*Aparta que é briga*”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p. 27.

<sup>90</sup> CIUMADAS com água quente. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 59, jun. 1906, p. 131.

abóbada craniana, que foi a causa-mortis da vítima, a 11 a tarde. [Grifos meus].<sup>91</sup>

Pela forma que o jornal *Piauí* expõe o episódio, nota-se a finalidade de destacar que os dois “davam-se ao vício da embriaguez” para, possivelmente, explicar a motivação do homicídio de Alexandre. Embora fossem trabalhadores, por possuírem vício no álcool e viverem em constantes lutas onde às vezes utilizavam até instrumentos como armas, o desentendimento do dia 10 de setembro teve o final “trágico” que teve. Observa-se que não há menções a características da personalidade de Felismina, a ré do referido caso, nem da vítima, seu marido Alexandre José da Silva. Mas o fato dos dois serem trabalhadores, e de especificamente Felismina na fiação onde trabalhava ter “fama de boa teceloa” indica que, ao menos no seu trabalho, detinha “boas referências”, o que a afastava, talvez, de um perfil desordeiro quando estava no âmbito da profissão e, provavelmente, longe do vício. Dessa maneira, a constante embriaguez dos dois intensificava, ou mesmo influenciava a vida cotidiana que levavam enquanto casal, onde viviam em frequentes “lutas”.

O vício pode ter sido então o principal causador da morte de Alexandre José da Silva, pois mais adiante na mesma notícia o jornal informava que Felismina dissera ter sido maltratada pelo marido, “do que se encontraram vestígios”.<sup>92</sup> Pelo fato do jornal não relatar uma possível causa e destacar, por outro lado, algumas características do casal, pode-se inferir que o crime resultou da convivência complexa que possuíam entre si, que era intensificada pelo alcoolismo que sustentavam. Tratando-se ainda da causa dos delitos cometidos por mulheres no início do séc. XX o *Livro de Indicações dos Detidos 1900- 1926* de Teresina é, novamente, imprescindível. Para o quadro de 8.191 casos de autuações, observa-se a ocorrência de 1.322 casos femininos, o que corresponde a aproximadamente 16,14% do total. Isto para o intervalo de 26 anos (1900- 1926) que corresponde o seu recorte temporal. Desses 16,14% as causas mais recorrentes são os de distúrbios e embriaguez. Nesses registros aparecem 850 casos de distúrbios, 300 de embriaguez, 150 ferimentos, 14 homicídios e 8 ofensas policiais.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> CRIME bárbaro. *Piauí*, Teresina, ano 21, n. 1139, 15 de set. 1911, p. 189.

<sup>92</sup> CRIME bárbaro. *Piauí*, p. 190.

<sup>93</sup> APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Obs: No referido livro, o número de autuações vai até 9092, mas como há um salto nos registros de 6.099 para 7000, será considerado apenas o número 8.191 casos.

Como se observa, as contravenções por distúrbio e por embriaguez lideravam os crimes femininos do período. Possivelmente esse dois tipos de crimes se destacaram com maiores índices de detenções, porque dentro desses conjuntos eram enquadradas as mais variadas atitudes “irregulares” que as mulheres pobres praticavam. Quanto a esse aspecto, infelizmente, não é possível deduzir com muito rigor quais eram as ações das populares que correspondiam a eles, pois no livro citado não há registro direto em forma de exemplos. Contudo, a partir da leitura de documentos avulsos<sup>94</sup> da secretaria de polícia do Piauí referentes às delegacias públicas de Teresina onde guardas de rondas noturnas relatavam aos delegados e chefes de polícia, essa categoria deve estar associada ao regulamento de práticas irregulares contidas no Art. 208º § 12 do Regulamento da Secretaria de polícia do Estado do Piauí do ano de 1920, disponível no Arquivo Público do Piauí. Nesse inciso aparecem circunstâncias como: pessoas que forem encontradas em lugares públicos na prática de jogos proibidos; aquelas que ao perturbarem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, não atenderam a admoestações que lhe forem feitas; os vadios turbulentos, ébrios e prostitutas que ofenderem o decoro ou perturbarem o sossego público.<sup>95</sup>

Assim, a reincidência em crimes de contravenção observados também no *Livro de Indicações dos Detidos de 1900-1926* de Teresina, possivelmente não esteja ligada apenas a tendência de mulheres pobres a persistirem nas mesmas práticas criminais, mas a ações da polícia em controlar suas condutas diante do ideal de comportamento feminino do período. O controle policial que as circunscreviam se associava mais as normas da “nova mulher”, a mulher da família burguesa, do que propriamente as suas práticas criminais. Dessa forma, as mulheres pobres, que muitas vezes ocupavam o ambiente da rua para trabalharem e para desfrutarem de momentos de lazer eram envolvidas por parâmetros sociais que não faziam parte das características cotidianas que vivenciavam.

---

<sup>94</sup> Novamente esses documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí que contém algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez são citados. No primeiro momento foi mencionado para mostrar formas de se processar o aparelho policial da capital; a partir de anotações de rondas noturnas. Agora, eles aparecem para exemplificar um pouco de como são esses acervos. No dia 10 de janeiro de 1891 o delegado de polícia de Teresina no período dizia que “ontem foi preso sob minha ordem, Agostinha Maria da Conceição por distúrbios.” Também em 1891, agora no dia 27 de fevereiro, o mesmo delegado colocava que: “Cidadão, tenho a honra de levar a vosso conhecimento que ontem [...] se deu a soltura de Vicência Maria da Conceição, que estava detida a ordem do delegado a polícia por embriaguez”. APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895.

<sup>95</sup> APEPI, Poder Executivo. Assunto: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Caixa 08.

Para essas mulheres que praticavam crimes, possivelmente, os aspectos de civilidade e moralidade eram outros. Como coloca Martha de Abreu Esteves acerca dos crimes de defloração e estupro que pesquisou, determinadas maneiras de agir de mulheres pobres na cidade mostravam como “entendiam o mundo e como expressavam sua compreensão em seus comportamentos”.<sup>96</sup> Para o contexto de Teresina, é possível afirmar que as mulheres pobres que se envolviam em casos de crimes de contravenção ou mesmo de homicídios, possuíam modos de agir e de conviverem na e em sociedade diferente das mulheres de elite e de classe média.<sup>97</sup> Assim, quando cometiam algum crime respondiam tanto pelo desvio da lei em si quanto pelos precedentes de conduta irregular que mantinham.

---

<sup>96</sup> ESTEVES. *Meninas Perdidas*, p. 120.

<sup>97</sup> Nessa perspectiva, tomamos os estudos de Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, e Linda Nicholson, em *Interpretando o gênero*, quando admitem a necessidade de apresentar como as relações de gênero se constituíram e se configuraram em determinado contexto, dando ênfase a como esses processos se enraizaram e puderam emergir em determinada sociedade.

# História e gênero nas ruas: representações do feminino nas nomeações de logradouros em Londrina – PR

## History and gender in the streets: female representations in appointments of thoroughfares in Londrina – PR

**Bruno Sanches Mariante da Silva**  
Doutorando em História  
Universidade Estadual Paulista  
[bruno\\_sanches1987@hotmail.com](mailto:bruno_sanches1987@hotmail.com)

Recebido em: 12/06/2015  
Aprovado em: 12/08/2015

**RESUMO:** No presente trabalho partimos do pressuposto que ao se nomear ruas e praças de uma cidade está se dotando de significação aquele elemento urbano, ao passo que, celebra-se, concomitantemente, aquele acontecimento ou personagem ali representado. Nosso objetivo é investigar os logradouros que foram batizados com nomes de mulheres. Dessa forma, almeja-se perceber o destaque obtido pelas mulheres no espaço público londrinense. Com isso se quer analisar quem são essas mulheres homenageadas, quais os papéis sociais que se imaginava para elas e, sobretudo, quais as representações de gênero que foram criadas e explicitadas no espaço urbano.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Londrina, Representações.

**ABSTRACT:** In this paper we assume that naming streets and squares of a city is providing symbolic meaning to the urban element chosen, while we celebrate, concomitantly, that event or character represented there. Our goal is to investigate the thoroughfares that were named using women names, therefore, aims to realize the real space occupied by women in public space in Londrina. This way we intend to understand who these honored women are, and what social roles than previously thought for them and, above all, which gender representations that have been created and explicit in the urban space.  
**KEYWORDS:** Gender, Londrina, Representations.

As homenagens são rendidas para glorificar a memória daqueles que contribuíram para as sociedades, tanto em âmbito local como em nível nacional ou internacional. Para isso, tomando apenas o espaço urbano em perspectiva, são erguidos os monumentos e as ruas e praças são (re)nomeadas. Tais suportes da memória têm a função de conduzir a evocação da lembrança, consolidando a(s) memória(s) enquanto viva(s). Nesse sentido, queremos aqui analisar a construção de memória coletiva da cidade de Londrina por meio do batismo de seus logradouros. Especificamente, almejamos investigar as concepções sobre as mulheres e seus papéis sócias que

são expressas em suas biografias anexadas aos processos de nomeação de logradouros que tramitam junto à Câmara de Vereadores.

A memória pode ser definida como a capacidade de conservar certas informações, tanto biológica quanto digitalmente; seja individual ou coletivamente. Partimos do pressuposto da memória coletiva enquanto um constructo social, elaborado e reelaborado pelos poderes sociais conforme as mudanças e rearranjos na sociedade. Jacques Le Goff<sup>1</sup> adverte que tudo o que sobrevive é resultado de escolhas. Em algum dado momento decidiu-se que tal artefato, construção, documento ou informação era merecedor de uma salvaguarda e assim então perdurar para as gerações futuras. Assim o é também com os documentos escritos, que produzidos legam imagens de quem os produziu, o que lhes acarreta a permanência ou não, dependendo do acordo com a representação veiculada. A memória liga-se mais com o presente que com o passado, é com o presente que ela dialoga firmemente. Ao rememorarmos a história de nossos antepassados, por exemplo, o fazemos imbuídos do presente. Dessa maneira é comum que a memória – em seus diversos suportes – seja manipulada, isto é, lembramo-nos apenas de certos fragmentos e narramos unicamente determinados elementos.

A escrita biográfica divide opiniões de historiadores e críticos de literatura, pois é comumente tomada enquanto um gênero impuro, misturando verdade e ficção. Ou melhor, um pressuposto de verdade, na compreensão de François Dosse. Autor de obra sobre as relações de história e biografia, Dosse<sup>2</sup> argumenta que sempre está presente na escrita biográfica um pressuposto de verdade, tendo em vista que ao se propor uma biografia, e não um romance, está por se propor que fatos verídicos sobre tal pessoa serão apresentados, proclamando-se, deste modo, a verdade sobre o biografado. François Dosse argumenta que o gênero biográfico transita invariavelmente entre a vontade de uma verdade consistente e a narrativa ficcional, sendo para ele, portanto, uma “ficção verdadeira”<sup>3</sup>. A ambivalência do gênero reside na necessidade de comprovar os fatos apresentados no texto, revelando um aspecto científico e erudito da escrita, no entanto, traz consigo a narrativa literária, muitas vezes usada como recurso para entreter o público leitor.

A biografia entende-se, portanto, como construída e manipulada. Em face o silêncio dos documentos há a possibilidade de permanecer o silêncio ou o biógrafo vale-se da imaginação para preencher as lacunas. Não é em razão de tal aspecto construído que se preterirá o uso das biografias

---

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Oficial: Casa da Moeda, 1984, p. 95.

<sup>2</sup> DOSSE, François. *El arte de la biografía: entre historia e ficción*, Ciudad de México: U. Iberoamericana, 2007, p. 16.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *El arte de la biografía*, p. 16.

pelos historiadores, pois os documentos que manejamos como fontes de pesquisas, também o são em certas medidas construídos e manipulados como disse Jacques Le Goff<sup>4</sup>.

Há uma conexão clara da biografia com a memória, mas não só no ato de recordar para escrever, mas sim na vontade de legar uma imagem, uma representação de si para as gerações futuras. Le Goff complementa “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”<sup>5</sup>. E “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”<sup>6</sup>. Os monumentos, frutos de escolhas, legam uma imagem da sociedade a posteridade, ligando passado, presente e futuro, assim como as biografias que entre silêncios e ficções constroem e legam imagens dos biografados.

Mas não são somente os monumentos e documentos que se ligam ao poder de perpetuação da memória, também o fazem as biografias, que por sua vez também possuem um caráter construído. Uma preocupação que por vezes ocupa os biógrafos é defender seu personagem da finitude da existência, sobretudo, no que tange ao esquecimento, dando-lhes, portanto, a eternidade das letras. Mais uma vez biografia e memória se aproximam. É na luta contra o esquecimento que são erguidos os monumentos e os nomes são emprestados para o batismo de ruas. Destacando que a partir de 1981, na cidade de Londrina, fez-se obrigatório junto aos projetos de lei que visem nomear logradouros, o anexo de biografia ou currículo do homenageado ou da homenageada. Desse modo, os textos biográficos, que analisaremos em sequência, podem ser tomados como esforços da sociedade presente em legar certa imagem ao futuro de um passado idealizado, mas também, e sobretudo, um esforço daqueles que escreveram tais textos em fixar uma dada imagem do(a) homenageado(a).

Segundo nossa análise, esses textos biográficos são de dois tipos. Um deles é um texto livre, contando a vida dos homenageados, podendo ter sido escrito tanto pelo vereador que propôs o projeto de lei ou por um membro da família que enviou o texto para a proposta de nome de rua. Há, frequentemente, a dúvida quanto à autoria, pois nem sempre ela está expressa nesse tipo de biografia. O outro tipo de texto biográfico é o que vem formatado em um “formulário de proposta para nomenclatura de rua”. Tal formulário foi desenvolvido pelo arquivo da Câmara Municipal e

---

<sup>4</sup> LE GOFF. Documento/Monumento, p. 95.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. Documento/Monumento, p. 95.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. Documento/Monumento, p. 95.

contém campos destinados a serem preenchidos com os dados básicos dos homenageados e traz um campo maior para “dados biográficos”. Com esse formulário exige-se a entrega de cópias do atestado de óbito e da carteira de identidade ou registro de nascimento da pessoa que será homenageada. Ao contrário do outro tipo de texto biográfico, neste está sempre identificado quem é o autor, com o nome por extenso e assinado. Contudo, não nos é possível analisar a autoria dos textos, já que nem todos são assinados e quando o são não saberíamos informar precisamente qual o grau de parentesco (se o há) com o homenageado ou a homenageada.

De qualquer modo, entendemos que esses textos que constam no projeto de lei são frutos do esforço de filhos e filhas, netos e netas, maridos ou esposas em glorificar a memória de seus entes queridos; ou de vereadores tentando mostrar a significância e importância, e, portanto, o mérito dos homenageados em seus projetos. Há, contudo, uma implicação necessária a ser apontada. É preciso que haja não só vontade dos populares em homenagear seus entes queridos e/ou pessoas de destacado apreço na sociedade, mas também é mandatório haver uma articulação entre a família e o vereador, e que este se empenhe na ação, para que aquele nome seja utilizado em uma via ou uma praça, pois por mais meritória que seja a trajetória de vida de qualquer indivíduo, ele ou ela não ganha essa homenagem se não houver ação dos familiares e amigos e participação de um (a) vereador(a), o que está presente no exemplo que se segue, no qual o filho pede ao vereador que homenageie sua mãe:

Prezado Amigo e Vereador Jaci Aguiar,

Venho através desta solicitar ao amigo se possível uma homenagem a minha mãe falecida em Londrina em 1983 homenagem esta com o nome de uma rua ou outra coisa qualquer, tendo em vista que muitos logradouros, ruas, praças e até postos de saúde, tem nome de pessoas que aqui vieram a mais de cinquenta anos aprenderam a gostar desta cidade, quando Londrina não era nada, estava apenas começando, e minha mãe foi uma destas pessoas.<sup>7</sup>

Desse modo, queremos analisar as representações acerca do feminino e das mulheres presentes nesses textos. De que forma as mulheres que são homenageadas com nomes de ruas, avenidas e praças em Londrina foram registradas em seus textos biográficos? E assim, quais discursos sobre quais as formas do feminino e os papéis da mulher na sociedade londrinense são elaborados.

Essa análise constituir-se-á, majoritariamente, por elementos qualitativos extraídos do extenso arcabouço documental. Entretanto, por vezes, nos valeremos de gráficos, tabelas e números estatísticos a fim de corroborar ou apresentar maior precisão e riqueza de detalhes acerca

---

<sup>7</sup> Projeto de Lei nº 68/93 que originou a Lei Municipal nº 5.381/1993. Denomina Rua Alzira Postali Gewehr.

de posições assumidas. Assim, ressaltamos que na cidade de Londrina entre 1950 (quando foi promulgada a primeira lei sobre nomeação de ruas) até 2008 foram batizados 4.692 logradouros, dos quais 3.454 (73,6% do total) receberam nome de pessoas, tanto personalidades internacionais, nacionais ou locais (os 26,4% restante receberam nomes diversos entre nomes de países, estados brasileiros, flores, animais; e a grande sorte de nomenclaturas que compõe a toponímia de uma cidade). Desses 3.454 apenas 699 (20,23%) são nomes de mulheres, a grande maioria (485 – 69,3%) são mulheres locais, pertencentes à região de Londrina. Frente aos números, que já nos revelam uma menor representação das mulheres no espaço urbano, vamos analisar os perfis dessas mulheres homenageadas.

### **Perfis das mulheres biografadas**

Os textos biográficos, como já refletimos, são um conjunto de informações selecionadas a fim de elaborar uma dada imagem do(a) biografado(a). As narrativas que analisamos, em geral textos curtos, foram escritos, preponderantemente, por familiares dos homens e mulheres a serem homenageados(as). Esses textos são, mesmo que modestamente, elogiosos. Estão também manifestados os discursos sobre as mulheres e os papéis e posições sociais associados a elas. Desse modo estamos entendendo que os discursos (em qualquer forma ou manifestação) são representações dos imaginários no qual os autores estão inseridos.

*Mulher* é assunto. Todos falam dela – como é, como deveria ser – e são muitas as representações que envolvem a figura feminina em todas as épocas. Dentre elas há as dominantes, tomadas como modelo e referência, identificáveis com maior clareza em cada período. Algumas persistem no tempo, enquanto outras envelhecem a ponto de provocar riso, estranhamento ou não serem sequer reconhecidas pelas novas gerações.<sup>8</sup>

Tomando em conta que algumas representações sobre as figuras femininas se solidificaram com o tempo, e ao nos depararmos com o conjunto de biografias a serem analisadas percebemos que certos temas eram mais recorrentes nos textos. Alguns desses temas, como pioneirismo e imigração são recorrentes em discursos acerca da ocupação de Londrina e da região norte do Paraná, o que torna as biografias temporal e geograficamente situadas. Outros temas, como religiosidade, casamento, maternidade e atuação profissional, estão comumente presentes em narrativas sobre as vidas de mulheres, pois são entendidos como constituintes do “ser mulher”. E existem alguns tópicos que são concernentes à problemática da nomeação de ruas. Dessa maneira procuramos organizar a nossa escrita seguindo tais temas, trazendo próximos a nós os dados

---

<sup>8</sup> PINSKY, Carla B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria (orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012a, p. 470, grifo da autora.

estatísticos, no entanto, eles não balizam unicamente a pesquisa, uma vez que, há biografias que contemplam mais de um dos acima citados temas.

### **“Adotou como sua verdadeira terra”: As imigrantes em Londrina**

Uma das características mais destacadas da cidade de Londrina tanto em publicações quanto em símbolos é a de que a cidade recebera pessoas de todas as partes do mundo e os acolhera muito bem<sup>9</sup>. Construída ao longo do tempo – tanto por empresas envolvidas no processo de formação da cidade como a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), como pelo poder público, no propósito de divulgar a cidade – essa representação da cidade impregnou o imaginário social local. Dessa forma, uma das temáticas que chamaram nossa atenção foi a presença imigrante nas nomeações de ruas e nas biografias.

Londrina, de fato, recebeu ao longo de sua história grande aporte de imigrantes e de migrantes, porque se desenvolveu a partir de um projeto de venda de lotes rurais e urbanos iniciado em 1929. Havia, é claro, um grande empenho da Companhia de Terras Norte do Paraná em atrair populações interessadas em adquirir seus lotes. A elaboração de representações da região enquanto “terra da promessa” e “lugar onde se pisa em dinheiro” surtiu prestimoso efeito, já que tendo sido largamente divulgadas, elas atraíram um grande volume de migrantes de outros estados brasileiros, dentre eles imigrantes de toda a sorte de países, como podemos perceber na tabela 1.

Por essa tabela podemos perceber trinta diferentes nacionalidades de imigrantes presentes em Londrina no final da década de 1930. É um quadro bastante interessante para tomarmos conta das diversas nacionalidades que se interessaram em construir uma cidade, esse interesse é fruto da profícua propaganda atrativa da Companhia de Terras.

Desse modo nos empenhamos em procurar encontrar essa abundância e diversidade de nacionalidades também nas biografias de mulheres homenageadas com o empréstimo de seus nomes para os logradouros.

De ordem metodológica, é preciso esclarecermos que foram consideradas imigrantes todas aquelas mulheres que em seus textos biográficos foram declaradas como nascidas em outros países e que se transferiram para o Brasil e para Londrina.

---

<sup>9</sup> O Hino da cidade traz expressamente tal referência (Londrina! Cidade de braços abertos A todos os filhos do nosso Brasil! E a todos aqueles de Pátrias distantes[...]), e a bandeira do município de Londrina é um retângulo vermelho com quatro estrelas prateadas, estas dispostas em cruz que representam o Cruzeiro do Sul, assim como os quatro continentes de onde vieram aqueles formaram a cidade.

Nacionalidade	População
Brasileiros	1823
Italianos	611
Japonezes	533
Alleães	510
Hespanhóes	303
Portuguezes	218
Polonezes	193
Ukranianos	172
Húngaros	138
Tchecos-Eslovacos	51
Russos	44
Suíços	34
Austríacos	29
Lithuanos	21
Yoguslavos	15
Rumenos	12
Inglezes	7

Syrios	5
Argentinos	5
Dinamarquezes	3
Norte Americanos	2
Australianos	2
Suecos	2
Francezes	2
Búlgaros	2
Belgas	2
Liechtensteinianos	2
Noruegues	2
Indiano	1
Estoniano	1

Tabela 1: Nacionalidades presentes em Londrina em 1938

No entanto, existem alguns logradouros os quais suspeitamos se tratem de imigrantes ou descendentes, pois os sobrenomes são estrangeiros, mas tratam-se de suspeitas, pois nada consta nas biografias sobre o fato de serem ou não imigrantes. Essa confusão se dá, principalmente, nos nomes de origem japonesa. E com o silêncio das biografias no que tange a esse respeito, não há meios de saber. Assim, os nomes que batizam esses logradouros não foram considerados de imigrantes.

Nossas fontes de pesquisa são, contudo, as leis de nomeação de ruas e as biografias ou currículos adicionados ao processo que se encontram depositados no Arquivo da Câmara Municipal de Londrina. Dessa forma foi possível encontrarmos 46 logradouros batizados com nomes de mulheres imigrantes. O que, no universo de 699 logradouros com nomes de mulheres, representa 6,5%, e, em relação ao total de ruas (4.692) – incluindo logradouros em geral com nomes de homens, animais, países entre outros – esse percentual cai para menos de 1% (0,98%).

Dentre essas 46 mulheres, encontramos 14 nacionalidades diferentes e tentamos uma aproximação com as nacionalidades constantes na tabela 1 já citada, concluindo que 13 delas lá estão referenciadas. Apenas o Líbano não consta na tabela de 1938, e isso se deu devido ao fato de que em 1938 o Líbano ainda não era um país independente e sim uma colônia francesa.



Nacionalidade	1980	1990	2000	Total
Espanha	2	10	3	15
Itália	4	4	1	9
Alemanha	0	5	0	5
Japão	1	2	0	3
Iugoslávia	0	1	1	2
Líbano	0	2	0	2
Portugal	0	2	0	2
Rússia	1	0	1	2
Estados Unidos	0	0	1	1
Hungria	0	1	0	1
Lituânia	0	1	0	1
Polônia	0	1	0	1
Romênia	0	1	0	1
Síria	0	0	1	1
Total	8	30	8	46

Tabela 2: Mulheres imigrantes homenageadas (1981 – 2008)

Surpreendemo-nos ao constatar que a nacionalidade japonesa ocupa o quarto lugar com apenas 3 ruas, o que representa 6,5% do total. A surpresa deu-se em razão de Londrina e o Norte do Paraná serem, notoriamente, conhecidos como uma região de forte presença nipônica, e, face, sobretudo, das diversas colônias por esses imigrantes montadas na região a partir da década de 1930. Os imigrantes japoneses que se mudaram do interior de São Paulo para tentar a vida no norte do Paraná se dedicaram, primeiramente, à agricultura, formando colônias. Cabe pontuar que os primeiros lotes rurais vendidos na cidade de Londrina, no ano de 1930, foram para clientes japoneses, que começaram a formar o que ficaria conhecido como colônia Ikku (em japonês significa primeira) que se destacava pela sua produtividade.

O grupo de mulheres imigrantes que se apresentou numericamente superior nas nomeações de ruas é o composto pelas espanholas, seguidas pelas italianas. Essas, por sua vez, ocupavam a primeira colocação entre os não-brasileiros na tabela com os dados de 1938, já as mulheres espanholas integravam a quarta nacionalidade em maior número na cidade. A nacionalidade japonesa como já apontamos ocupa o quarto lugar em número de ruas. No entanto, em 1938 destacavam-se como o segundo maior número de não-brasileiros residentes em Londrina.

Tendo em vista que a população imigrante era bastante numerosa na cidade, nos questionamos como essa presença grande e importante não repercutiu nas homenagens no espaço urbano, pelo menos no que tange às mulheres? Indagamos também se teriam ou não todos esses imigrantes permanecido em Londrina? Talvez essa seja uma das respostas. Porém é necessário que se diga que a CTNP incentivou o estabelecimento de milhares de pessoas em Londrina, no entanto, não os assegurou tranquilidade. A situação de muitos imigrantes passa por reveses com a eclosão da Segunda Guerra, já que, em razão desta, em 1942 a CTNP é nacionalizada e a situação para os imigrantes no Brasil e, não menos em Londrina, torna-se delicada.

As marcas do período de guerra declarada ficaram mesmo depois da guerra ter terminado. Relatos mostram abusos contra propriedades, prisões arbitrárias e demonstrações de preconceitos em razão da etnia anos depois da guerra acabar. Há um silêncio sobre essa parte da história londrinense. Praças foram construídas em homenagem aos imigrantes ao longo dos anos subsequentes, principalmente aos japoneses, mas esse assunto jamais floresceu, cabendo à historiografia investigar e buscar respostas.

Desse modo entendemos que as mulheres imigrantes teriam sofrido um duplo estigma na hora de serem homenageadas: foram preteridas por serem mulheres e também por serem imigrantes. Os estigmas permaneceram, como já dito, vivos no imaginário social, aquelas concepções de perigo e aversão aos estrangeiros ficam vivas. No entanto, não é algo deliberado e decidido, nas palavras de Bronislaw Baczko “o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais”<sup>10</sup>. Complementa o autor dizendo que é “(...) através dos seus imaginários, [que] uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns (...)”<sup>11</sup>.

No entanto, ao analisarmos as biografias podemos perceber que alguns traços são comuns às mulheres imigrantes com as “brasileiras” em geral. São elementos presentes nas biografias de uma maneira geral, mostrando que o fato de serem menos referenciadas no

---

<sup>10</sup> BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*, vol 5 (Antropos). Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, p. 309.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Imaginação social*, p. 309.

espaço urbano, talvez tenha se dado mais pelo fato de serem mulheres, o que ressalta a perspectiva de Michelle Perrot<sup>12</sup> que nos disse que a esfera pública fora destinada ao homem e à esfera privada às mulheres. Esse argumento de Perrot é reforçado pela análise das biografias que empreendemos, pois lá podemos ver que constantemente as mulheres são homenageadas por, justamente, terem ficado em casa e se dedicado à família, reforçando os papéis de mãe e esposa.

Vejamos um exemplo retirado de uma biografia de uma imigrante japonesa, a Sra. Tsuru Oguido homenageada com uma rua em 1987.

Seu filho Homero Morinobu Oguido, hoje deputado em nosso Estado, eleito por Londrina com elevada margem de votos, foi Vereador por esta Casa e seu presidente.

Exemplo de mãe, acatando a religião Católica, soube transmitir aos seus filhos o mesmo sentimento religioso e o mais importante, o respeito a ela e aos seus semelhantes.

Adotou o Brasil como sua verdadeira pátria e aqui veio a falecer, deixando um rol de amizades muito grande<sup>13</sup>.

É preciso destacar alguns elementos da biografia da Sra. Tsuru Oguido que nos chamaram a atenção. Um deles é a referência a um homem de destaque e importância social reconhecida, no caso trata-se do filho deputado e ex-vereador, mas em outros textos podem aparecer o pai, o marido ou o filho. A presença masculina legitima a nomeação da mulher para o espaço urbano, nesse caso o filho dá significância à mãe, como veremos mais à frente.

Outro elemento presente é a religiosidade, tendo em vista que o pensamento normativo propala que a mulher deve ser religiosa e educar seus filhos na religião, tendo Maria como espelho – casta e devotada. Na biografia de Tsuru Oguido é importante percebemos o destaque que é dado para a conversão religiosa e que a homenageada teria além de acatado a religião católica, transmitido aos filhos, cumprindo seu papel de boa mãe cristã.

Nas biografias das imigrantes, em geral, seus autores achavam mais importante exaltar que elas amavam a pátria brasileira. Em algumas biografias aparece, repetidamente, a dificuldade de assimilação à cultura brasileira, mormente, a língua portuguesa. Vejamos o

---

<sup>12</sup> PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru-São Paulo: Edusc, 2005.

<sup>13</sup> Projeto de Lei 58/87 que gerou a Lei Municipal nº 3.990. Denomina Rua Tsuru Oguido.

exemplo da biografia da imigrante russa Zenaida Popoff, homenageada com uma praça no ano de 2008: “[...] trabalhou muito, passou até fome e entre tantas dificuldades, uma delas foi a língua pois não entendiam nem podiam falar a nossa língua portuguesa”.<sup>14</sup>

Apesar de ela ser homenageada sozinha nessa lei a biografia fora escrita em dados momentos na terceira pessoa do plural expressando que tais fatos remetem a realidade do casal ou da família.

No conjunto dos textos biográficos não há fortemente presente referências à imigração, assim, o que notamos é que há um reforço do pertencer a Londrina. Não importa de onde eles e elas vieram, mas sim o que fizeram na região, de tal modo, por vezes, é citado o esforço para se adaptar não só ao idioma, mas também ao penoso viver em uma região com poucas condições. O que constitui um tema bastante recorrente nas demais biografias.

#### “As agruras de um tempo difícil”

As narrativas sobre quão difíceis eram as condições de vida na Londrina menina, no começo de sua formação são bastante comuns. Essa temática pode ser encontrada em relatos orais, em publicações comemorativas ou memorialistas, e, também, encontramos nas biografias das homenageadas com um nome de rua. Como apontou Arias Neto, “para muitos a rotina estafante do trabalho é o que caracteriza o pioneirismo”<sup>15</sup>, ou seja, é como se o fato de citar as dificuldades vividas validasse contundentemente toda a narrativa e a própria homenagem que o projeto propõe. Alguns desses casos:

Eram muitas as lutas e as dificuldades, pois a cidade estava apenas se iniciando.<sup>16</sup>

Naquela época, essas ruas eram todas sem calçamento e dona Izabel contava a dificuldade que foi mudar do Estado de São Paulo, onde a terra é branca, para uma terra tão vermelha e poeirenta. Ela foi sempre uma mulher muito trabalhadeira, tendo ajudado seu marido a enfrentar com coragem os desafios daquele tempo.<sup>17</sup>

As dificuldades explicitadas nos textos são vastas, mas em geral referem-se às agruras que o ambiente apresentava. Há, uma biografia de uma imigrante espanhola, Sra. Isabel

---

<sup>14</sup> Projeto de lei nº268/2008 que originou a Lei Municipal nº 10.633/2008. Denomina Praça Zenaida Popoff.

<sup>15</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. *História & Ensino*. Revista do Laboratório de Ensino da UEL, nº1, p. 69 -82, 1995, p. 77.

<sup>16</sup> Projeto de lei nº 25/2007 que originou a Lei Municipal nº 10.171. Denomina Rua Amélia Compri Vallim.

<sup>17</sup> Projeto de lei nº 184/2003 que originou a Lei Municipal nº 9.154. Denomina Rua Izabel Ferreira Lopes.

Guilhen Garcia, que nos chamou a atenção, e entendemos que ela também está repleta de elementos que podem ser detectados em outras biografias. O texto nos diz que a homenageada não foi pessoa de destaque social, e sim fora esposa, mãe e avó, ressaltando o papel social tomado como certo para a mulher.

Enfrentando desde cedo dificuldades de todo tipo, dedicou sua vida à família, sempre com disposição para o trabalho, o que serviu de exemplo para os filhos e netos, e embora não tenha sido personalidade de destaque na sociedade londrinense, foi esposa, mãe e avó extremosa, muito amou e foi amada, e por sua bondade e desprendimento, os seus nunca a esquecerão, mormente se puderem ver seu nome dedicado à uma rua da cidade, como homenagem póstuma.

É uma biografia de mulher, provavelmente, de vida e hábitos simples e que não pertencera às camadas abastadas economicamente e de poder. Nesse texto percebemos mais uma vez que a homenageada é exaltada pelas suas qualidades do lar, como esposa, mãe e avó. Há outra fala de um dos herdeiros da homenageada em sua biografia que vale destaque: “[...] vinda pra cá em 1932, tendo participado da primeira Missa celebrada em Londrina, no mesmo local onde se ergue hoje a Catedral Metropolitana.”<sup>18</sup>

Há uma exaltação da participação na Londrina da primeira hora, mas também o destaque para a participação na primeira missa e a questão de sua religiosidade. Indubitavelmente a religião se faz muito presente nas biografias das mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense.

É preciso explicitar que os discursos sobre o pioneirismo não são, necessariamente, consonantes com aqueles sobre a imigração. Tradicionalmente em Londrina entendia-se por pioneiros aqueles que se moveram de outras partes do país ou do mundo e que obtiveram sucesso no “Eldorado Cafeeiro”. Essa elaboração conceitual esteve longamente presente no imaginário londrinense e começou a ser revista por ocasião do cinquentenário da cidade (1984) quando se estabeleceu em lei que o dia 10 de dezembro de 1934 seria um marco temporal do pioneirismo, isto é, foram considerados pioneiros todos e todas que chegaram até essa data limite. Em 2004, por ocasião dos 70 anos da cidade e a construção do “Memorial do Pioneiro”, essa data foi expandida até 1939.

---

<sup>18</sup> Projeto de lei nº177/93 que originou a Lei Municipal nº 5.482/1993. Denomina Rua Izabel Guilhen Garcia.

### “Vocação natural”: maternidade

As mulheres e seus corpos historicamente foram ligadas à reprodução humana, é a naturalização da disposição biológica da mulher para a reprodução<sup>19</sup> e o papel de mãe foi entendido como vocação natural da mulher, que estivera condenada a tal condição. Nos anos 50 – chamados anos dourados – isso ficou mais evidente, tratava-se do esforço de manter a mulher restrita à esfera do privado.

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não seguisse *seus* caminhos estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras fossem felizes<sup>20</sup>.

Consonantemente, vemos uma passagem do *Jornal das Moças* – semanário que circulou na primeira metade do século XX e tratava de “assuntos femininos” – que asseverava que “[...]uma mulher pode e tem o direito de desejar ser uma letrada ou cientista, de saber cozinhar e lavar, mas jamais deve ignorar as funções de mãe” (*Jornal das Moças*, 21.03.1949).

Contudo, as reflexões promovidas por Elisabeth Badinter elucidam que o amor materno como o conhecemos atualmente, é aquisição bem recente<sup>21</sup>. Ao longo do tempo, a mãe tinha mais uma função biológica que afetiva, ficando as crianças ao cargo de amas-de-leite que lhes garantiam a sobrevivência física, o suporte emocional e humanização. A supervalorização da maternidade é acompanhada de uma atribuição, tomada enquanto reconhecimento, de características que seriam indissociáveis às mulheres, como o afeto, a sensibilidade, o cuidado ao próximo.

O amor materno é a origem e o ponto fundamental da criação do espaço sentimentalizado do lar, em cujo interior a família vem se refugiar. A família moderna, portanto, centra-se em torno da mãe que adquire uma importância que jamais tivera. Sua casa, fechada às influências externas,

---

<sup>19</sup> VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

<sup>20</sup> PINSKY, Carla B. *Mulheres dos anos dourados*. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla B. *História das Mulheres no Brasil*, 9ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

<sup>21</sup> BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

passa a constituir o novo “reino” da mulher e a maternidade seu mais almejado desejo<sup>22</sup>.

As mulheres são sempre exaltadas enquanto guardiãs do lar. A devoção de Maria ao filho é lembrada como modelo em diversas biografias. Muitas são exaltadas por exatamente terem se dedicado exclusivamente à maternidade e às lides domésticas, papéis que teriam desempenhado com maestria. Vimos as citações do pensamento normativo, sobretudo da década de 1950 acerca do conceito de feminino e dos papéis sociais que as mulheres deveriam ocupar, no entanto, é preciso que se diga que esses referenciais atravessaram épocas e nas últimas décadas do século XX ainda se manifestavam fortemente.

Mulher ativa, sempre esteve presente nas obras de caridade de sua comunidade, além de ser mãe exemplar e dedicada.<sup>23</sup>

A Sra Benedita Almeida de Oliveira residente em Londrina desde 1966, foi uma dona de casa trabalhadora que se destacou na vida por sua dedicação e seu amor à sua família, criando os seus 6 filhos dentro dos princípios cristãos de moral e ética, valorizando o amor ao próximo, o trabalho honesto e a verdade.<sup>24</sup>

Foi uma mãe exemplar e dedicada.<sup>25</sup>

Trabalhou na roça, criou, educou e casou as cinco filhas.<sup>26</sup>

Natalia Paine nasceu em 1924 em Pederneiras – SP, casou-se com Arridarão Cesário com quem teve 10 filhos. Dedicou-se em tempo integral à criação dos filhos e netos até falecer em 25 de junho de 1976, deixando grande saudade.<sup>27</sup>

Nilza nunca trabalhou fora de casa, e como filha e neta de italianos era uma esposa muito dedicada ao lar e à educação dos filhos.<sup>28</sup>

Desejamos destacar uma frase da biografia da Sra. Nisa Maria Lopes do Carmo que diz que ela foi mãe exemplar e dedicada. Essa sentença é recorrente em inúmeras biografias e denota a dedicação da mulher à atividade que tradicionalmente convencionou-se como naturalmente feminina – a maternidade – e também a função modelar dessa função, ou seja, há o caráter pedagógico. “Exemplar” a quem? Mães exemplares servem de modelos a outras mães e as suas filhas.

---

<sup>22</sup> ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>23</sup> Projeto de lei nº 167/1996. Lei Municipal nº 6.605/1996. Denomina Rua Eliana Maria Tarasconi Peixe.

<sup>24</sup> Projeto de lei nº 454/1999. Lei Municipal nº 7.662/1999. Denomina Rua Benedita Almeida de Oliveira.

<sup>25</sup> Projeto de lei nº 286/1999. Lei Municipal nº 7.869/1999. Denomina Rua Nisa Maria Lopes do Carmo.

<sup>26</sup> Projeto de lei nº 376/1999. Lei Municipal nº 7.943/1999. Denomina Rua Luzia Henrique do Nascimento.

<sup>27</sup> Projeto de lei nº 99/2002. Lei Municipal nº 8.773/2002. Biografia na íntegra. Denomina Rua Natalia Paine.

<sup>28</sup> Projeto de lei nº 205/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.827/2002. Denomina Rua Nilza Edite Rossi Lakoski.

Quanto ao montante de biografias a serem analisadas queremos destacar dois pontos. O primeiro é a existência de biografias demasiadamente curtas e insatisfatórias quanto aos dados biográficos, como vimos na biografia citada de Natalia Paine, transcrita integralmente, ocupando apenas pouco mais de duas linhas. Há descompasso posto, e este é promovido por diferenciações nas relações de gênero, pois nas mesmas leis foram também homenageados alguns homens. Vamos reproduzir uma já citada biografia a fim de comparação. Vejamos o exemplo da diferença:

Arridarão Cesário veio para o Paraná em 1950, indo morar no distrito da Warta, em 1958 mudou-se com a família para Londrina, ingressando no quadro de funcionários da Prefeitura onde trabalhou até se aposentar. Em 1966 foi morar com a família no Conjunto Três Marcos, atual Conjunto das Flores, sendo um dos pioneiros deste Conjunto, onde morou até falecer, deixando uma grande lacuna para seus familiares e amigos.<sup>29</sup>

Natalia Paine nasceu em 1924 em Pederneiras – SP, casou-se com Arridarão Cesário com quem teve 10 filhos. Dedicou-se em tempo integral à criação dos filhos e netos até falecer em 25 de junho de 1976, deixando grande saudade.<sup>30</sup>

Mesmo que diminuta a biografia do Sr. Arridarão Cesário já é consideravelmente maior e mais rica em detalhes do que a contida no mesmo projeto de lei e que se refere à sua esposa, a Sra. Natalia Paine. Tomando única e exclusivamente o texto biográfico como fonte, a pergunta que nos fazemos é, esse senhor foi casado? Fala-se em família e familiares, mas não vemos menção a filhos e esposa no corpo do texto. A confirmação de que fora casado e com filhos só nos é possível pela leitura de uma ficha cadastral, na qual constam dados pessoais e que acompanha a biografia e também pela leitura da biografia de sua esposa já citada. No texto da biografia da esposa há o nome do marido e a quantidade de filhos, mesmo que estas informações também estejam em ficha anexa contendo os dados pessoais da homenageada. Ou seja, a sua biografia que é parca de informações é, ainda por cima, redundante, dando grande destaque ao cônjuge e aos descendentes enquanto a do marido destaca sua atuação profissional. É uma repetição do pensamento normativo que destaca o homem no espaço público.

Embora circule pelas ruas, por conta de obrigações sociais e domésticas, atividades culturais e beneméritos, o lar é seu espaço privilegiado e a domesticidade, sua razão de viver. Satisfeita ou submissa à sua condição,

---

<sup>29</sup> Projeto de lei nº 99/2002 que originou a Lei Municipal nº 8.773/2002.

<sup>30</sup> Projeto de lei nº 99/2002. Lei Municipal nº 8.773/2002. Biografia na íntegra. Denomina Rua Natalia Paine.

não procura mudá-la, mesmo porque sabe que os espaços públicos e o mundo da política são apanágio apenas dos homens. Mantém a virgindade até o casamento e depois de casada é fiel ao marido. Filha obediente, esposa submissa, mãe dedicada, é temente a Deus, virtuosa e recatada. E não faz nada que comprometa essa reputação.<sup>31</sup>

A vida da mulher, pelos padrões normativos esperados, é conformada ao privado, ao lar, em dedicação não só aos filhos, mas também ao marido, essência da família.

### **“Uma vida compartilhada”: casamento e identidade feminina.**

A ênfase no papel do marido e dos filhos na vida da mulher/mãe é consonante a outro que queremos apontar como relevante. Para tal lembramos o trecho de biografia supracitada, a da Sra. Luzia Henrique do Nascimento: “trabalhou na roça, criou, educou e casou as cinco filhas”.<sup>32</sup> Nesse trecho percebemos que há o reforço de um discurso que percorre a grande maioria das biografias femininas, a super valorização do casamento e da necessidade da presença de um esposo. No texto aqui citado vemos que há um destaque para o fato de as cinco filhas – mulheres – terem se casado. A mãe cumpriu sua missão materna, educou, criou e casou as filhas, tirou de si a responsabilidade e passou para o marido, pois não haveria mal maior que permanecer solteira, é a figura da “solteirona” que *“ficou para titia”*.

As solteironas são dignas de pena; mulheres incompletas, que falharam em cumprir a vocação feminina. “Ficar para titia” é algo terrível. Por toda primeira metade do século XX, as celibatárias estão condenadas à abstinência sexual, nada de aventuras sexuais para elas. Devem ainda ser discretas e até um tanto sisudas para evitar as más línguas e contentar a todos que insistem em controlar seus passos. Consideradas uma ameaça aos casamentos constituídos, são temidas pelas “bem casadas” ciosas de seus maridos. A “encalhada” também precisa mostrar-se útil e generosa: cuidar dos pais idosos ou dos sobrinhos e/ou arrumar um emprego “honesto”.<sup>33</sup>

A importância do casamento e da presença do marido perpassa a maioria das biografias. O que nos salta aos olhos na análise é a ênfase dada no companheirismo e abdicação total das mulheres frente às adversidades e necessidades do cônjuge. Esse discurso é bastante recorrente, tendo em vista que Londrina no começo de sua formação era um ambiente inóspito ainda sem os recursos básicos de uma cidade, reforçando o discurso de abdicação e coragem do casal. “Dona Maura veio juntar-se à outras jovens senhoras que

---

<sup>31</sup> PINSKY, C. A era dos modelos rígidos, p. 472.

<sup>32</sup> Projeto de lei nº 376/1999. Lei Municipal nº 7.943/1999. Denomina Rua Luzia Henrique do Nascimento.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. A era dos modelos rígidos, p. 490-491.

assim como ela, acostumadas ao conforto de sua terra natal se dispuseram à junto de seus maridos enfrentar o barro e a falta de recursos de Londrina dos primeiros tempos”.<sup>34</sup>

Apezar [sic] das dificuldades encontradas na adaptação às condições carentes da Londrina de 1946, foi grande incentivadora dos negócios do marido, estimulando-o a investir e a permanecer em caráter definitivo em Londrina.<sup>35</sup>

Sempre acompanhou com muito Sacrifício [sic] o Marido Sr. Carlos Gil.<sup>36</sup>

Foi esposa fiel e dedicada ao marido acompanhando-o em todas as fazes da sua vida, enfrentando os bons e maus momentos sem nunca reclamar. Apoiava integralmente as atividades de seu marido incentivando-o (...)<sup>37</sup>.

Esposa dedicada, mesmo silenciosamente contribuiu para que seu esposo atingisse os objetivos para sua grandesa [sic] e para a grandesa [sic] de sua comunidade.<sup>38</sup>

Esposas devotadas às famílias e aos maridos, cujo papel em suas vidas era central; abdicadas suportaram e incentivaram os maridos à continuidade de seus intentos profissionais, mesmo que para isso fosse necessária uma mudança para um local até então inóspito, onde a vida ainda estava por ser feita. Essas mulheres são representadas como fiéis e incontestes companheiras. A função feminina, analisando essas representações, é, além de mães devotadas e dedicadas, serem esposas fiéis, companheiras e incentivadoras.

Isto é, durante todos estes séculos, a mulher brasileira, de dentro do espaço sentimentalizado do lar, tem dado todo o amparo físico e emocional e até mesmo fornecido soluções práticas nos momentos difíceis e de crise por que passa seu marido; ela é quem o tem restituído à paz e ao equilíbrio, quem tem dado ordem ao seu dia-a-dia e quem tem, por diversas vezes, aumentado sua confiança e auto-estima; também é ela quem tem servido de intermediária, muitas vezes, entre o pai e o(s) filho(s), quem tem atendido às necessidades físicas e emocionais de seus filhos e organizado o seu cotidiano, quem, através da vigilância quase total sobre elas, impedido inclusive que ajam “mal”, os tem encaminhado para o sucesso e a realização profissional.<sup>39</sup>

Elas não escolheram serem mães e esposas. Era algo pressuposto e que lhes cabia viver com isso. Como vimos é secular o processo de construção da mentalidade acerca dos papéis normativos de gênero. É preciso, como na citação, destacar que essas mulheres

---

<sup>34</sup> Projeto de lei nº 536/1995. Lei Municipal nº 6.465/1995. Denomina Rua Maria Maura Rielli Victorelli.

<sup>35</sup> Projeto de lei nº 29/1996. Lei Municipal nº 6.502/1996. Denomina Rua Luiza Donoso Gonzalez.

<sup>36</sup> Projeto de lei nº 62/1998. Lei Municipal nº 7.370/1998. Denomina Rua Francisca Merlos.

<sup>37</sup> Projeto de lei nº 199/2003. Lei Municipal nº 9.157/2003. Denomina Rua Izolina Bacci Nonino.

<sup>38</sup> Projeto de lei nº 125/2005. Lei Municipal nº 9.785/2005. Denomina Rua Olga Biancardi Maurutto.

<sup>39</sup> ROCHA-COUTINHO. *Tecendo por trás dos panos*, p. 155.

adaptadas ao espaço do lar sempre tiveram importância capital para as famílias e para a sociedade em geral. Pensemos no caso de Londrina, era extremamente necessário que essas mulheres cuidassem e aparecessem seus maridos e filhos, pois se vivia em um ambiente ainda bastante inóspito. Foram a ousadia e coragem – características sempre tributadas aos homens – das mulheres que garantiram a sobrevivência e qualidade de vida em terras desconhecidas. Mesmo que excluídas do espaço público e dos poderes majoritários da sociedade, as mulheres fizeram-se, no lar, fundamentais à vida humana, e dignas de homenagens públicas. Desse modo percebemos que a vida da mulher muito se atrelara ao marido e à família. Tanto o é que encontramos algumas leis que no mesmo projeto trata de homenagear o casal, em alguns casos não existe biografia individual, existe apenas a biografia conjunta.

Geraldo Lino de Souza e Maria Pimenta de Souza vieram do Estado de Minas Gerais para o Estado do Paraná no ano de 1939, para trabalharem nas lavouras de café, em 1947 fixara, residência no Patrimônio Regina, Município de Londrina, onde tiveram seus três filhos e ajudaram a formar muitas lavouras de café.<sup>40</sup>

As biografias além de sucintas são conjuntas, retirando a individualidade do(a) homenageado(a) e transformando – o (a) em um conjunto com o cônjuge. Não são raras as biografias que apenas mencionam o nome da esposa e quantos filhos ela gerou. Percebemos, no entanto, que a presença de outras pessoas nas leis ou nas biografias servem para justificar a importância daquela mulher. Nesses casos, geralmente, cita-se a ascendência e/ou descendência como elemento legitimador da nomeação. Em caso das mulheres são bastante comuns as frases como “esposa de” ou “filha de” ou também “mãe de”, tornando-a, então, merecedora do destaque que a nomeação de rua proporciona.

Como esposa do primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Londrina – Ernesto Gonçalves Mendes – teve atuação destacada não só nas atividades sociais, mas também no apoio moral ao marido, que sofreu toda sorte de humilhações e perseguições de algumas autoridades da época.<sup>41</sup>

Ivone Maria Orecelli [sic] de Oliveira nasceu em 18 de junho de 1948, na cidade de Londrina. Filha dos Pioneiros Danilo Orecelli e Giustina Massaro Orecelli. Casou-se com Wilson de Oliveira e teve 4 filhos: Kedyma,

---

<sup>40</sup> Projeto de lei nº 291/1998 que originou a Lei Municipal nº 7.521/1998. Denomina Rua Maria Pimenta de Souza.

<sup>41</sup> Projeto de lei nº 355/1998 que originou a Lei Municipal nº 5.973/1994. Denomina Rua Maria Tito da Motta Mendes.

Karine, Wilson Júnior e Waldemar. Tem 5 netos. Os filhos e netos todos em [sic] Londrinenses. Morreu no dia 8 de março de 1999 em Londrina.<sup>42</sup>

Na segunda biografia – transcrita integralmente – vemos que é tecida uma rede de relações familiares, pois se não fossem os detalhes sobre ascendência e descendência pouco sobraria da biografia da homenageada. Já no primeiro caso há uma participação mais efetiva do personagem representado pelo marido da biografada, há uma descrição de quem era ele, sua função e até as agruras que passou, e sua esposa fiel o acompanhara e suportara.

Percebemos que em inúmeros textos biográficos as relações pessoais, tanto por parentesco ou profissionais, são apresentadas para justificar, validar e aumentar o mérito das homenageadas. No entanto, forma-se um imbróglio, pois, por vezes, os dados biográficos são diminutos e suplantados pelo destaque dado às pessoas “importantes”.

Sobre esses textos, faz-se necessário destacar dois pontos importantes. O primeiro é que as pessoas citadas, em geral, são de destaque na sociedade e que o vínculo das homenageadas com elas se dá por meio de parentesco ou por terem trabalhado com tais pessoas. Outro ponto é que, em geral, as homenageadas são pessoas bastante simples, com pouca educação formal e que ocuparam trabalhos simples, sem grande proeminência social. Desse modo para validar a homenagem, para mostrar aos vereadores que apreciarão o projeto que aquela senhora é merecedora de tal honraria, vinculam-na a ‘personalidades’ de destaque e/ou influência na cidade, como ex-prefeitos e políticos em geral, professores, apresentador de televisão, funcionários públicos entre outros. Assim, quisemos investigar também sobre a ocupação dessas mulheres homenageadas.

### **Trabalho e Ocupação das mulheres**

Ao longo do século XX viu-se uma progressiva inserção feminina nos diversos campos de trabalho, assim decidimos pensar a ocupação dessas mulheres homenageadas. Procuramos nas biografias perceber as profissões/ocupações dessas mulheres. Existe uma grande diversificação, são químicas, engenheiras, jornalistas, médicas, enfermeiras, professoras entre outras. Sendo a recorrência maior para as professoras, de todas as disciplinas e conteúdos, mas há também espaço – e bastante – para as profissões

---

<sup>42</sup> Projeto de lei nº 44/1999 que originou a Lei Municipal nº 7.964/1999. Denomina Rua Ivone Maria Orecelli de Oliveira.

consideradas mais simples como lavadeiras, costureiras, passadeiras, parteiras e cozinheiras. No entanto, a maioria das mulheres homenageadas era do lar ou não tinham profissões declaradas.

Historicamente essas mulheres ocupam um espaço importante, muitas foram daquelas pessoas que acreditaram no sonho de uma vida melhor no norte do Paraná e decidiram migrar, acompanhadas pelas famílias ou não.

Moças pobres, filhas de trabalhadores rurais e urbanos, desqualificados socialmente, mulheres sós, viúvas ou abandonadas pelos maridos com suas filhas e filhos, obrigadas à faina diária da sobrevivência, moças solteiras, empregadas em setores da economia da cidade ou prostituindo-se, integram a extensa categoria de “mulheres comuns”, que se estabeleceram na cidade com suas famílias ou até mesmo solitárias. Enfrentaram os preconceitos provenientes dos preceitos machistas, dos padrões de organização da família, assim como os vários discursos rígidos dos papéis sociais e sexuais.<sup>43</sup>

Essas mulheres categorizadas enquanto “comuns” tinham a necessidade vital de se inserirem nas esferas do trabalho. Rosimeire Castro nos diz que muitas dessas mulheres por não possuírem conhecimento socialmente reconhecido acabaram absorvidas em casas de família para trabalharem como domésticas. “Outras vivenciaram a triste realidade de ser uma ‘mulher mal falada’, mãe solteira e amante, individualizando suas condutas, tendo-as julgadas e até mesmo condenadas pelas vozes masculinas e até mesmo seus pares”<sup>44</sup>, de fato, essas histórias de “insucesso” não estão narradas nas biografias. A inserção feminina no mercado se deu, mesmo que à contragosto de muitos. De todas as camadas sociais as mulheres partiram para às frentes de trabalho.

Se para as classes pobres o trabalho revestia-se de caráter de necessidade, até mesmo de sobrevivência, no caso das classes médias e alta urbanas o achatamento da renda perante as crescentes demandas de consumo; o progressivo interesse pela mão de obra feminina no setor de serviços e a incorporação do valor burguês do trabalho representam alguns dos fatores que teriam contribuído para empurrar as mulheres na direção do trabalho assalariado.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> CASTRO, Rosimeire Angelini. *O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 – 1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1994, p. 191-2.

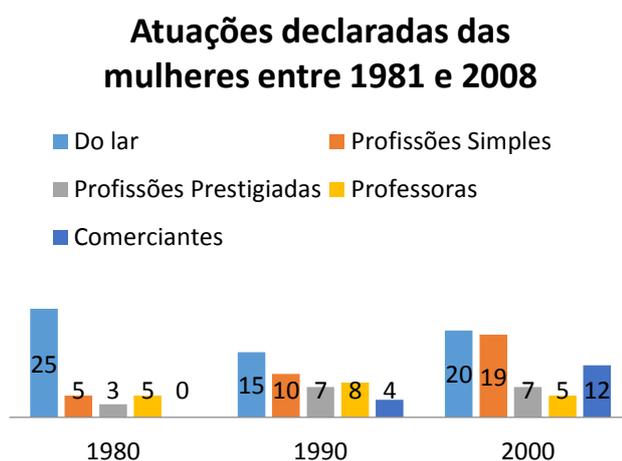
<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *O cotidiano e a cidade*, p. 192.

<sup>45</sup> FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 57.

Desse modo, por conjuntura de fatores as mulheres inseriram-se no mercado de trabalho. Maria Martha Freire que investigou os discursos maternalistas no Brasil nos diz que algumas profissões eram recomendadas como mais apropriadas ao ‘espírito feminino’, dentre essas “(...) destacavam-se as funções de professora, enfermeira e costureira, não consideradas ‘desviantes’, visto que extensões de seus papéis “naturais” de mãe, esposa e dona de casa”<sup>46</sup>. E a autora ressalta que por não exigirem habilidades requeridas e por se tratarem de destrezas ditas naturais da mulher, eram menos remuneradas. No entanto, esse quadro começou a se transformar com a gradativa ampliação da escolaridade feminina, a começar pela alfabetização.

Assim, percebe-se que ao longo do século XX, de um modo ou de outro, viveu-se um processo de maior acesso das mulheres à educação e aos espaços do trabalho, o que foi aos poucos configurando o arquétipo da “mulher independente”. Acusadas de destruírem o lar e prejudicarem os filhos as mulheres ocuparam cargos nas mais diferentes áreas da sociedade. Essa diversificação dos papéis femininos pode ser vista também pelas biografias das mulheres homenageadas no espaço urbano londrinense.

**Gráfico 1:** Atuações declaradas das mulheres entre 1981 e 2008.



<sup>46</sup> . *Mulheres, mães e médicos*, p. 56.

O gráfico 1 nos informa sobre as profissões/ocupações declaradas nas biografias das mulheres homenageadas no período de 1981 a 2008. É preciso destacar que em mais da metade dos textos biográficos em cada década não constava referência sobre a ocupação das homenageadas. Desse modo, é apenas com os dados das biografias que aportavam essa informação que compusemos o gráfico.

É interessante pensarmos que as conquistas do movimento feminista, em âmbito geral, se refletem nas nomeações, sobretudo, nos textos biográficos, tendo em vista que as mulheres com maior acesso à escolaridade ganham também maior destaque no espaço urbano com o passar do tempo. É preciso que expliquemos que entendemos por profissões prestigiadas aquelas que obtêm, tradicionalmente, maior respeito público como profissionais ligados à saúde, à justiça e às comunicações<sup>47</sup>. Já as profissões denominadas simples são aquelas que não requerem formação acadêmica e estão ligadas à prestação de serviços como, cozinheiras, costureiras, padeiras, com elevada predominância dos trabalhos domésticos.

Sobre a definitiva inserção feminina no mercado de trabalho e sua consequente expansão ao longo do século XX, a psicóloga Maria Lúcia Rocha-Coutinho considera que houve uma alteração no eixo norteador das vidas das mulheres assim como um alargamento do campo de atuação. Para Rocha-Coutinho:

O foco da vida da mulher, antes voltado para o outro, para a satisfação das necessidades daqueles à sua volta, desloca-se, então, para seu crescimento e desenvolvimento integral como ser humano. Esta nova ênfase no crescimento pessoal acarretou uma série de mudanças sociais que levaram à necessidade de um planejamento de vida mais individualizado. [...] Atualmente, um número cada vez maior de mulheres de classe média com filhos trabalha fora de casa e podemos dizer que, no momento, as mulheres atuam não apenas nos campos tradicionalmente associados a elas (o magistério primário, por exemplo), mas em todos os campos, inclusive aqueles (a engenharia e a administração, entre outros) que sempre foram vistos como basicamente masculinos<sup>48</sup>.

A autora, no entanto, destaca que há uma discriminação dissimulada à inserção das mulheres, assim como há diferenças em ascensão profissional:

E, hoje em dia, embora muitas pessoas ainda acreditem que as mulheres não são adequadas, com base no seu sexo, para certos tipos de trabalho e

---

<sup>47</sup> Estamos nos valendo das análises de Pierre Bourdieu e o acúmulo de capital social e simbólico a ser manejado no campo social pelos profissionais que são investidos pelo poder simbólico do diploma profissional. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Berthand, 2010.

<sup>48</sup> ROCHA-COUTINHO, *Tecendo por trás dos pano*, p. 117-8.

ainda exista uma discriminação sutil e velada no que diz respeito a contratações, promoções e salários, um número cada vez maior de profissionais reluta em discriminar, pelo menos abertamente, as mulheres com base nestas crenças<sup>49</sup>.

Separamos também algumas biografias que davam destaque para a atuação filantrópica e benemérita das homenageadas. Numericamente não são muitas, mas é interessante percebemos que muitas vezes as ações filantrópicas surgem como forma de valorizar a atuação feminina, ou melhor, para engrandecer a não-atuação profissional das homenageadas, mas seu engajamento social. Rosimeire Castro destacou que as atividades femininas filantrópicas tiveram funções importantes na sociedade londrinense, pois, além de suprir necessidades que os poderes institucionalizados (Companhia de Terras e Prefeitura) não faziam, proporcionou às mulheres um engajamento social e, mormente, uma reflexão sobre a construção de um ‘nós’ feminino<sup>50</sup>.

Herdeira da caridade, representando no Brasil uma ação historicamente vinculada à fé católica, a filantropia representou também o trabalho permitido às mulheres e incentivado pelas revistas femininas como sugestão de reação ao ócio e à frivolidade – comportamentos que adquiriram conotação condenável numa sociedade que almejava ser moderna. A laicização da filantropia, ao esvaziá-la da gratificação espiritual, diferenciou-a da caridade e deslocou seu foco para o bem-comum, o progresso moral e social, reforçando seu vínculo com a sociabilidade. (...) Além de fazer parte da cultura da elite, a filantropia investia-se de caráter cívico, afinado com uma ideologia que lhe atribuía dimensão estratégica na construção da nacionalidade.<sup>51</sup>

A filantropia foi para as mulheres uma experiência de muita relevância, que em muitos casos acabou não só por transformar a sua visão de mundo e as ideias que tinham de si mesmas, daquilo que eram capazes de realizar como até mesmo por inseri-las na vida pública.<sup>52</sup>

Percebemos que há uma conexão entre as homenageadas que são declaradas como filantropas com a organização feminina “Sociedade Damas da Caridade”. Essa sociedade possui grande importância social, sobretudo, entre as mulheres da elite cujos maridos eram membros de destaque da sociedade londrinense. Desse modo, as esposas organizavam-se em

---

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_, *Tecendo por trás dos panos*, p. 117-8.

<sup>50</sup> CASTRO, Rosimeire Angelini. A. *Ecos da memória: uma contribuição à história da vida cotidiana de mulheres no Paraná (1930/1975)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003, p. 333.

<sup>51</sup> FREIRE, *Mulheres, mães e médicos*, p. 67.

<sup>52</sup> CASTRO. *Ecos da memória*, p. 240-277.

prol de dadas instituições a fim de ajudá-las, principalmente, creches, asilos e hospitais, como podemos perceber em algumas biografias:

Em 1949, a família transferiu-se para Porecatu – PR, chamada pelo Eldorado do Norte do Paraná. Ali estabelecidos, Adelina, companheira inseparável de seu esposo, ajuda-o na execução dos negócios e, como “Dama de Caridade”, presta seus serviços à Igreja e à Comunidade, com muita dedicação à caridade. Em 1966, acompanhando o marido e filhos, chega a Londrina, prestando aqui, com a mesma devoção seus trabalhos filantrópicos no Instituto do Câncer Lucila Balalai. Durante vários anos realizou um trabalho espiritual junto aos doentes levando-lhes, também alimento material para suprir-lhe as necessidades, pois todos os que ela atendia eram pessoas de pouco ou nenhum recurso, com o mesmo amor estendeu seus préstimos aos indivíduos do Albergue Noturno: reformava roupas, costurava cobertores, servia sopa, comprava e distribuía pão para os miseráveis que ali estavam<sup>53</sup>.

Como vimos a filantropia esteve incorporada na vida dessas mulheres e/ou nos discursos sobre elas. Por meio das ações filantrópicas elas se engajavam e rompiam o espaço do privado inserindo-se tenazmente no público, dirigindo associações, manejando dinheiro, promovendo ações. Ser “dama de caridade” proporcionava também prestígio social, é por isso que consta enfaticamente nas biografias.

\*\*\*

Foi tomando *gênero* enquanto uma categoria analítica, que nos foi possível perceber as relações de poder entre homens e mulheres, assim como as identidades masculinas e femininas são construções sociais e culturais que impõe aos sexos formas de conduta e prática; que organizamos nossa análise.

O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O “gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado<sup>54</sup>.

Baseados nessa categoria analítica, destacamos que os discursos presentes nos textos biográficos são eivados de relações de gênero assimétricas. Textos estes que foram escritos

---

<sup>53</sup> Projeto de lei nº 381/1995 que originou a Lei Municipal nº 6.361/1995. Denomina Rua Adelina Miola Lopes.

<sup>54</sup> SOHIET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 279.

entre os anos de 1981 e 2008, e mesmo assim são repletos de afirmações que nos conduzem a entender como se pensa o papel da mulher. Em geral, os acontecimentos narrados são passados entre as décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, quando estas mulheres nasceram, casaram-se, tiveram filhos, foram educadas, migraram para Londrina. No entanto, o discurso nos textos é atual.

Algumas passagens de biografias são bastante elucidantes de como os autores (nas décadas finais do século XX e início do XXI), talvez não conscientes, construíram discursos enfatizando determinados papéis e posições considerados apropriadamente femininos.

Sendo filha obediente, sempre acompanhou seu pai e depois seu marido (João Evangelista Gonçalves), na sina de pioneiros, tendo participado do desbravamento de várias regiões do sertão brasileiro [...]<sup>55</sup>

[...] trabalhou como lavadeira, por muito tempo trabalhou nos Bares Colombo e Líder, foi zeladora do prédio Dr. Arcenio Garcia Lopes, tudo que fazia tinha muito amor para ajudar o marido no orçamento do lar e na educação dos filhos.<sup>56</sup>

Maria Lúcia Moreno, por ter que cuidar do pai e irmãos, nunca se casou, se dedicando à família, enquanto esta trabalhava no desmembramento e crescimento de Londrina<sup>57</sup>

Chegou a Londrina em 1974 tornando-se costureira autônoma, ajudando assim seu companheiro a vencer as dificuldades financeiras<sup>58</sup>

Mãe amorosa cumpriu seu papel de educadora de modo integral fazendo de seus filhos pessoas orgulhosas da mãe que tiveram<sup>59</sup>

As relações de gênero são datadas historicamente. Com isso entendemos que as mulheres, cujas vidas foram representadas em forma de texto biográfico, não foram “transgressoras” dos comportamentos e papéis considerados padrão para a época em que viveram. Desse modo, em geral as mulheres dedicavam-se às atividades do lar e do cuidado dos filhos, sendo que nas situações financeiras mais desfavorecidas, muitas trabalhavam para garantir o sustento de sua família. Podemos perceber no texto que homenageia Maria Lúcia Moreno, diz-se que ela teve que cuidar do pai e dos irmãos, tendo em vista que em momento algum de sua biografia é citada sua mãe, assim, entende-se que os homens precisavam de

---

<sup>55</sup> Projeto de Lei nº49/84 que originou a Lei Municipal nº 3.681/84. Denomina Praça Maria Thereza Vieira.

<sup>56</sup> Projeto de Lei nº523/96 que originou a Lei Municipal nº 6.892/96. Denomina Rua Ângela Munhoz Moreno Dona.

<sup>57</sup> Projeto de Lei nº447/99 que originou a Lei Municipal nº 7.993/1999. Denomina Rua Maria Lúcia Moreno.

<sup>58</sup> Projeto de Lei nº 310/02 que originou a Lei Municipal nº 8.935/2002. Denomina Rua Tereza Rampazzo Nalin

<sup>59</sup> Projeto de Lei nº 126/05 que originou a Lei Municipal nº 9.785/05. Denomina Rua Olga Biancardi Maurutto.

uma mulher para os afazeres da casa e, assim, ela abdicou de construir uma família, carreira etc, para cuidar dos seus irmãos e pai. Ou o inverso, por nunca ter se casado acabou cuidando dos parentes, pois lembramos que “a “encalhada” também precisa mostrar-se útil e generosa: cuidar dos pais idosos ou dos sobrinhos e/ou arrumar um emprego “honesto”<sup>60</sup>.

Desse modo, a reprodução desses discursos na contemporaneidade pelos seus descendentes é a ação ratificadora das relações desiguais de gênero. Nos textos biográficos de Ângela Munhoz Moreno Dona e Tereza Rampazzo Nalin percebemos que os autores dos textos entendiam que o homem tinha por função manter financeiramente sua família, afinal ao citarem as ocupações de ambas as homenageadas, eles as engrandeceram, no entanto, disseram tratar-se de “ajuda” ao marido no sustento da casa, ou seja atribuindo menor importância ao trabalho feminino. Carla Pinsky também analisou a utilização do verbo “ajudar”, mas em outro contexto. Segundo a autora a utilização de tal verbo para falar do cuidado do “pai moderno” com a criança “[...] é significativo do quão distante se está no Brasil de uma divisão sexual de trabalho igualitária no cuidado da prole”<sup>61</sup>.

Os dois demais trechos das biografias Maria Thereza Vieira e Olga Biancardi Maurutto, os autores repetem a ideia de um papel determinado para as mulheres, pois sobre a primeira homenageada, chamam-na “filha obediente” que sempre *seguiu* o pai e depois o marido. Imaginamos que Maria Thereza Vieira tenha migrado ao longo do território brasileiro com seu pai e seu marido, mas valer-se da expressão “obediente” é ratificar o comportamento imputado às mulheres no começo do século XX, no qual a elas não cabia opinião tampouco escolha sobre suas vidas. Na biografia de Olga Biancardi Maurutto é destacada sua atuação enquanto dona de casa e mãe, no entanto, atribuíram-lhe tal função como sendo o seu papel. O papel da mulher de ser mãe, não por escolha ou opção, mas por ser seu “lugar no mundo”.

Em verdade, foi nosso propósito com o presente trabalho identificar as representações elaboradas e reproduzidas acerca das mulheres e, para isso, tomamos o espaço urbano como revelador dos imaginários, valendo-nos das homenagens prestadas às mulheres por meio das nomeações de ruas. Queríamos, assim, perceber se o discurso sexista estaria

---

<sup>60</sup> PINSKY, Carla. *A era dos modelos rígidos*, p. 491.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *A era dos modelos rígidos*, p. 532.

presente nas nomeações de ruas e, dessa forma, mostrar como o pensamento normativo atribuía normas e padrões de condutas que foram reforçados nas biografias das homenageadas. Nosso objetivo não foi, precisamente, pormenorizar quem foram essas mulheres, mas sim investigar as imagens que foram construídas a respeito delas, tendo como fonte de análise as suas biografias, necessárias para as nomeações de ruas. Desse modo, procuramos mostrar o processo de construção do silêncio, do esquecimento das mulheres e o não reconhecimento, ou em menor número, de seu trabalho e seus esforços, tanto no lar como fora dele.

Contudo, os discursos elaborados e presentes nos textos biográficos são mantenedores das representações da mulher dependente e essencialmente mãe. Mesmo sobre aquelas mulheres que se destacaram em suas atuações profissionais, é preciso – no entendimento normativo – ratificar que elas foram também boas mães e esposas. Isso tudo dito nos anos finais do século XX e iniciais do século XXI.

## Lugares de diversão e repressão: violência policial contra homossexuais no Brasil (1978-1981)

### Places of fun and repression: police violence against homosexuals in Brazil (1978-1981)

Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso

Mestre em História

Universidade Federal de Uberlândia

[vmariusso@hotmail.com](mailto:vmariusso@hotmail.com)

Recebido em: 17/06/2015

Aprovado em: 25/07/2015

**RESUMO:** Pretendemos por meio deste artigo analisar as formas de violência contra aqueles que se comportam fora da norma heterossexual vigente na sociedade Brasileira. Para isso direcionamos nossas análises para as ações policiais no período de declínio da ditadura militar no Brasil, mais especificamente de 1978 a 1981, ano de circulação do primeiro jornal feito por homossexuais a circular nacionalmente no país e que serviu como fonte privilegiada para esta análise. Gostaríamos de destacar que a motivação para tal pesquisa parte da inquietação em perceber o silêncio perante essa violência, tanto por parte da imprensa, quanto por parte dos estudos historiográficos. Pretendemos assim partir do presente (haja vista a morte de um homossexual a cada vinte seis horas no Brasil e o seu silenciamento), retornar ao jornal *Lampião da Esquina* e perceber por meio de suas representações algumas práticas que nos auxiliam a pensar as permanências e rupturas sobre essas formas de agir que acabam por excluir sujeitos. Analisar a construção histórica que apoiada por determinados discursos, acabam por estabelecer normas sobre o exercício da sexualidade, também é objetivo deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Gay, Sexualidades, História Social.

**ABSTRACT:** We intend through this article to analyze the forms of violence against those who behave outside the prevailing heterosexual norm in Brazilian society. For that we direct our analysis to the police actions in the military dictatorship period of decline in Brazil, more specifically from 1978 to 1981, first newspaper circulation year made by homosexuals to circulate nationally in the country and served as a privileged source for this analysis, *Lampião da Esquina*. We would like to point out that the motivation for such research of the unrest in perceiving the silence before the violence, both by the press, as by the historiographical studies. We intend to from this (witness the death of a homosexual every twenty six hours in Brazil and its silencing), return to the *Lampião da Esquina* newspaper and realize through their representations some practices that help us to think the continuities and ruptures on these ways of acting that end up excluding subjects. Analyze the historical construction supported by certain speeches, end up establishing rules on the exercise of sexuality is also objective of this work.

**KEYWORDS:** Gay Press, Sexualities, Social History.

### De representações e gênero

A ideia de homossexualidade concebida como uma perversão sexual foi construída no fim do século XIX por meio do discurso médico legal, e pouco vem sendo tratada nos estudos historiográficos. Ao fazer um levantamento das pesquisas que tratam do tema *homossexualidade(s)* no campo da história, poucas dissertações e teses direcionadas ao assunto foram encontradas. Além disso, pode-se perceber que há uma violência contra os homossexuais no Brasil e que ela não está presente nas páginas dos periódicos atuais voltados para esses sujeitos.

O modo como a noção de homossexualidade e de sujeito homossexual foram criadas, contribuiu e ainda contribui para a violência contra aqueles que ficariam conhecidos e classificados como “anormais”, ou seja, os que não obedecem às normas construídas pela heteronormatividade (regras e exercícios sobre a heterossexualidade). Entender o tratamento dado a esses sujeitos – e aqui destacam-se os homossexuais – num período marcado por um regime militar<sup>1</sup> no Brasil, torna-se de grande importância para perceber quanto a sociedade brasileira foi e é violenta com aqueles classificados como “perversos”. Concomitantemente, analisar-se-á como esse pensamento foi construído.

---

<sup>1</sup>O termo regime militar e ditadura militar merece uma nota explicativa. Destaquemos que escolhemos trabalhar com tais termos – e não com ditadura-civil-militar – pelo fato dos autores utilizados nos diálogos para a constituição desta pesquisa, utilizarem-se de tais termos e explicitar essa noção sem excluir os “sujeitos civis”, porém destacando a presença dos militares no poder. Por outro lado, há no Brasil atualmente um revisionismo histórico a respeito de tal período, que possibilitou alguns autores adotar o termo ditadura-civil-militar. Não queremos excluir tal discussão, nem tão menos tais autores, porém na busca de analisar o período por meio de um periódico, preferimos também adotar o termo que a fonte de análise se utiliza. Não se trata de fazer *tábua rasa* do período, mas de tentar analisá-lo próximo a maneira que a fonte o representava. Ver, por exemplo: MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “Civil-Militar”?: Controvérsias Historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, n. 27, v. 2, 2012, p. 39-53; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.; FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-50. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; REIS FILHO, Daniel. Arão. Ditadura militar e sociedade: as reconstruções da memória. *Comunicação apresentada no Ciclo de Palestras Pensando 1964*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil. 1 abr. 2004. Banco de dados com dissertações e teses a respeito da ditadura militar no Brasil, ver: <<http://www.documentosrevelados.com.br/depoimentos-torturas-denuncias-ditadura/depoimentos/dissertacoes-e-teses-sobre-a-ditadura-militar/>>.

O diálogo e a construção do texto se deram com aqueles que, de alguma forma, pesquisaram os temas que se acercam do assunto trabalhado, como a História do Brasil, da Imprensa e Imprensa Alternativa, presentes aqui em trabalhos que tiveram o *Lampião da Esquina* como objeto ou fonte; assim como os conceitos de Violência e o tratamento dado às homossexualidades como construção histórico-cultural. Porém, os *Estudos de Gênero*, como categoria de análise histórica capaz de relacionar as homossexualidades com a diversidade de representações que as rodeiam e a noção de *representações* como realidade dada, constituída, que criam sentidos de fatos que levam sujeitos a pensarem e agirem de alguma forma será a base teórica que permeia essa análise.

Teresa de Lauretis aponta que as construções de gênero se dão por meio de diversas tecnologias de gênero, isto é, de discursos institucionais que têm o “poder de controlar o campo de significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero”.<sup>2</sup> As práticas e discursos específicos com suas permissões e limitações direcionadas para homens e mulheres constroem, assim, espaços sociais que fabricam e reforçam a diferença sexual.<sup>3</sup> Essas práticas podem ser observadas por meio do conceito de representações. Com ele pode-se perceber as práticas sociais do período por meio das páginas do jornal *Lampião da Esquina*. O entendimento foi buscado em Roger Chartier, segundo o qual é possível percebê-lo de três modos e que contribuirão no que diz respeito às representações que o jornal criou perante outras representações da sociedade. Assim:

As representações coletivas, que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação representante (indivíduos particulares, instituições e instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade assim afirmada.<sup>4</sup>

Do mesmo modo, o diagnóstico do período que surgiu o jornal *Lampião da Esquina*, bem como a situação da grande imprensa e da imprensa alternativa, representada também por esse periódico, foi realizado não só nas matérias analisadas, mas também pelo diálogo

---

<sup>2</sup> LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 228.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *A tecnologia do gênero*, p. 206.

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

com trabalhos como o de Almerindo Cardoso Simões Junior,<sup>5</sup> com uma das poucas dissertações voltadas diretamente ao jornal *Lampião da Esquina* e Claudio Roberto Silva <sup>6</sup> que traz entrevistas com alguns membros fundadores do periódico no intuito de observar as “falas homossexuais” daquela época.<sup>7</sup>

No que diz respeito à análise da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa histórica, textos como o de Heloisa de Faria Peixoto Cruz e Maria do Rosário do Peixoto;<sup>8</sup> Tania Regina de Luca;<sup>9</sup> assim como contribuições de Marko Synésio Alves Monteiro;<sup>10</sup> Maria Helena Capelato;<sup>11</sup> Áureo Busetto;<sup>12</sup> José Luiz Braga<sup>13</sup> e principalmente, Bruno Souza Leal & Carlos Alberto Carvalho<sup>14</sup> com um trabalho específico de análise da grande imprensa no que diz respeito às matérias que tratam da violência contra homossexuais no Brasil, auxiliam para refletir sobre as formas de olhar para a imprensa e perceber suas representações.

Como se pode perceber, o referencial-teórico se dá por meio do diálogo com aqueles que de alguma forma colaboram para pensar não só períodos ou sujeitos, mas pensá-los por

---

<sup>5</sup> SIMÕES JUNIOR, Almerindo Cardoso. ‘... *E havia um lampião na esquina*’ – Memórias, identidades e discurso homossexual no Brasil do fim da ditadura. (1978-1980). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

<sup>6</sup> SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*. História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo. 1998. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

<sup>7</sup> Cf. MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: (a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade)*. Rio de Janeiro: Record, 2000. (João Silvério Trevisan é um dos fundadores do *Lampião da Esquina* e do primeiro grupo de afirmação homossexual no Brasil, o Grupo Somos-SP). SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>8</sup> CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>>. Acesso: 04/04/2013.

<sup>9</sup> DELUCA, Tania Regina. *A grande imprensa na primeira metade do século*. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.; DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassaneze (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>10</sup> MONTEIRO, Marko Synésio Alves. 2000. 196 f. *Masculinidade em Revista [manuscrito]: um estudo da VÍP Exame, Sui Generis, Homens*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

<sup>11</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo: Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

<sup>12</sup> Busetto, Áureo. *A mídia como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes*. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicolletti (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2008

<sup>13</sup> BRAGA, José Luiz. *Questões metodológicas na leitura de um jornal*. In: PORTO, Sérgio Dayrell & MOUILLAUD, Maurice (Org.). *O jornal: Da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

<sup>14</sup> LEAL, Bruno Souza e CARVALHO, Carlos Alberto. *Jornalismo e Homofobia no Brasil: Mapeamento e reflexões*. São Paulo: Intermeios, 2012.

meio de uma ferramenta de comunicação específica e que cooperam com conceitos e formas de análise da imprensa, imprensa gay e período da ditadura militar no Brasil. Outros autores também colaboraram para a construção da análise proposta neste trabalho. Para tanto, o conceito de violência e suas diversas formas foram fundamentais para construir o exame que se pretende. Assim sendo, autores como Marilena Chauí,<sup>15</sup> Vera Lucia Puga,<sup>16</sup> Jeremo L. Singer,<sup>17</sup> entre outros.<sup>18</sup>

O exame dessa violência pôde ser feito por meio dos estudos de gênero, uma vez que como ferramenta teórica de análise, forneceu um olhar para as relações e construções do que se entende por homem/mulher em uma sociedade. Conforme destacado por Joan Scott:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se refletir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. [...] O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.<sup>19</sup>

Ainda sobre o gênero, é importante destacar que ele também pode ser visto não só com uma categoria sobre um corpo sexuado como destacado por Scott, mas esse próprio

---

<sup>15</sup> CHAUÍ, Marilena – *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 28.

<sup>16</sup> PUGA, Vera Lucia. PUGA, Vera Lucia. *Útero e Loucura: medicina e moralidade. Anos 1942-1959*, em: *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*/Heloisa Pacheco Cardoso, Maria Clara Tomaz Machado, organizadoras. – Uberlândia, EDUFU, 2005, p. 261.

<sup>17</sup> SINGER, Jerome Leonard. *O controle da agressão e da violência: fatores cognitivos e fisiológicos*. São Paulo: USP, 1975.

<sup>18</sup> Cf. SOUZA, Cecília de Mello e. & ADESSE, Leila. *Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005. HAROCHE, Claudine. O outro e o eu na fluidez e desmedida das sociedades contemporâneas. In: NAXARA, Marcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.37-62. ; ANSART-DOULEN, Michèle. A noção de alteridade: do sujeito segundo a razão iluminista à crise de identidade no mundo contemporâneo. In: NAXARA, Marcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Org.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 23-35; KOUBI, Geneviève. Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 529-554. Entre outros.

<sup>19</sup> SCOTT, Joan. *Gender and the politics of History*. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila - New York: Columbia University Press, 1988, p. 3-4.

corpo é também uma construção histórico-cultural segundo Judith Butler.<sup>20</sup> Ou seja, atribui-se sexo ao corpo, desta forma deve-se tomar cuidado em conceber o gênero como um constructo cultural imposto sobre a matéria. Destarte, esses estudos contribuem para ponderar a violência contra os homossexuais como a exclusão daquilo que ameaça a virilidade e a “norma” heterossexual, excluindo tudo aquilo que se entende por feminilidade.

A concretização dos objetivos propostos só foi possível devido à maneira com a qual foram analisadas as fontes. Após fazer o levantamento de todas as matérias do jornal por meio de fichas que possibilitaram verificar também imagens, capas, charges, poemas e anúncios, houve a seleção e classificação daquelas que tratassem de alguma forma o período, a imprensa da época e a violência contra os homossexuais. Desta forma, foi possível avaliar as práticas do período no que tange à repressão sofrida por esses sujeitos.

### **Um pouco do *Lampião da Esquina* (1978-1981)**

A fonte privilegiada que servirá de apoio para a análise proposta – de perceber a violência contra os sujeitos que se comportam fora dos padrões da sexualidade hegemônica (heterossexual) – é o periódico *Lampião da Esquina*, pensado em finais de 1977 e tendo sua primeira publicação em abril de 1978. Criado após tentativa de uma Antologia de Literatura Homossexual Latino Americana proposta por Winston Leyland dono da Revista *Gay Sunshine* de São Francisco na Califórnia, onze jornalistas, intelectuais, artistas etc., deixariam de lado essa ideia e fundariam o *Lampião da Esquina*, jornal feito por e para homossexuais, segundo seus editores.

Assim, o editorial de seu primeiro número era composto por: Aguinaldo Silva (diretor de edição), João Silvério Trevisan, Jean-Claude Bernadet, Peter Fry, Adão Acosta, João Antônio Mascarenhas, Darcy Penteadó, Francisco Bitterncourt, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques e Gasparino Damata. No intuito de abordar não só questões voltadas as homossexualidades, mas também assuntos que abarcavam as mulheres, os negros, os índios, as prostitutas, as travestis, os *michês*, o prazer, o corpo etc. O jornal circulou de abril de 1978

---

<sup>20</sup> BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 153-172, p. 154.

a junho de 1981, sem deixar em nenhum momento de incomodar as classes mais conservadoras da sociedade.

Lembremos que o período que surgiu o jornal foi um momento em que o regime militar iria perdendo sua força e o processo de abertura política ia se consolidando. Entre os anos de 1978 e 1979, por exemplo, revogou-se o AI-5 decretado em dezembro de 1968 pelo presidente Costa e Silva, que dava poder ao presidente da república de fechar desde câmaras de vereadores até o próprio congresso nacional; nomear interventores para qualquer cargo executivo; cassar os direitos políticos de qualquer cidadão; e também suspender o recurso a *habeas-corpus*; além disso, a censura foi suspensa e decretou-se a anistia aos presos políticos.

Entretanto, esse momento não foi menos repressivo quanto se acredita. Desta forma, ao analisar esse período em um jornal feito por e para homossexuais é possível entender que a sociedade da época não estava só preocupada com questões ideológicas, econômicas ou políticas, mas também com aqueles que ameaçavam as normas e valores morais da família tradicional.

### **Polícia e limpeza sexual**

Assim sendo, analisaremos as formas de violência nas ações policiais desse período e que tinham o intuito de “limpar os lugares” onde se encontravam os “pervertidos”, os “vagabundos”, os “perigosos”. Era com esse discurso que a polícia agia constantemente em locais onde se encontravam não só homossexuais, mas todos aqueles que ameaçavam de alguma forma a “moral e os bons costumes” da sociedade brasileira. As matérias publicadas pelo jornal *Lampião da Esquina* como forma de denúncia, nos ajuda a perceber como o Estado, representado aqui pelas ações policiais, agia constantemente de forma violenta com os homossexuais e todos os *outros*. Ou seja, esse tipo de violência acaba sendo do Estado, pois se utiliza dos poderes judiciais e policiais para manter tais atos.

No Brasil, outro discurso pode ser destacado. O discurso psiquiátrico, que mesmo constante contra os homossexuais, nunca chegou a criar instituições especializadas. Porém, no início do século XX foi responsável por uma produção acadêmica que criou sugestões de crescente psiquiatrização da prática homossexual. Em uma tese de 1928, por exemplo, defendida na Faculdade de Medicina de São Paulo, o médico-legista Viriato Fernandes Nunes alertava: “Toda perversão sexual atenta violentamente contra as normas sociais. Esses

criminosos (os pederastas) têm perturbadas as suas funções psíquicas e a sociedade não pode permitir-lhes ‘uma liberdade que eles aproveitariam para prática de novos crimes’.<sup>21</sup>

A interpretação proposta pela medicina – e, em sua esteira, pela psicanálise – a respeito da homossexualidade será, por si só, uma forma de homofobia, já que a diferença nunca é procurada com o objetivo de integrá-la em uma teoria pluralista da sexualidade normal, mas, exatamente o contrário, vai situá-la nas categorias da doença, neurose, perversão ou excentricidade.<sup>22</sup>

Criou-se assim, por parte do discurso médico legal e com o apoio do Estado, que adotava também tal discurso, uma preocupação com a defesa de uma “sociedade sadia”, como dizia João Silvério Trevisan. Para esses profissionais, combater e controlar as homossexualidades era resolver um problema social, sendo “inevitável o intercâmbio da justiça e das ciências com o aparelho policial. De modo que, no Brasil, juntam-se contra as práticas homossexuais vários sistemas de controle e repressão, tornando tênue a fronteira entre a intervenção jurídico-psiquiátrica e a ação da polícia.”<sup>23</sup>

Assim, o início do século XX no Brasil ia sendo marcado pela tentativa da medicina em “servir” a sociedade, contribuindo para mantê-la longe das “anomalias” existentes, muito das vezes criadas pela própria medicina. Um aspecto central a ser destacado sobre as homossexualidades – tratada como uma “inversão sexual” – ao longo dos anos 1920-1930 é “aquele da ‘mistura’ – vista como negativa sob diferentes aspectos – de características ‘masculinas’ e ‘femininas’ e, conseqüentemente, da necessidade de ‘ordenar’ pedagogicamente este campo do comportamento”.<sup>24</sup> Houve um grupo de médicos nesse período que contribuiu para a construção de uma vasta produção sobre a sexualidade.

---

<sup>21</sup> Cf. *As perversões sexuais em medicina legal*, de Viriato Fernandes Nunes, Instituto de Medicina Legal “Oscar Freire”, Faculdade de Medicina de São Paulo, These Inaugural, 1928, p. 26-32. “Considerações gerais sobre o homossexualismo”, de Aldo Sinisgalli. In: *Arquivos da Polícia e Identificação*, Vol. II, nº 1, São Paulo, 1938/1939, p. 292-300.

<sup>22</sup> BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 66-67.

<sup>23</sup> TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* – Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 192.

<sup>24</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 30. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder Pereira. (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*, p. 88-129, p. 89.

Podemos destacar aqui: Leonídio Ribeiro,<sup>25</sup> José Ricardo Pires de Almeida,<sup>26</sup> Francisco Ferraz Macedo,<sup>27</sup> Francisco José Viveiros de Castro,<sup>28</sup> entre outros.

Segundo Carlos Alberto M. Pereira, este grupo de pensadores vinha apontar para outro universo de problemas, contrariando uma visão que apontava para o crime e para a necessidade de punição. “Temas como saúde-doença, normalidade-anormalidade, configuração anatomobiológica-configuração psíquica e assim por diante ganhavam então a dianteira”.<sup>29</sup> Esses médicos transferiram ainda, segundo Pereira, a discussão da homossexualidade – não apenas do direito (ou mesmo da religião e da moral) para a medicina, “mas fundamentalmente, para o interior de um debate específico que ocorre na medicina. Medicina esta que, neste momento, está em boa medida marcada pela psiquiatria”.<sup>30</sup>

Vale ainda salientar o modo específico como esses médicos avaliam tanto seu papel quanto o da medicina e, especialmente, o modo como a definem. Percebe-se claramente, uma enorme valorização, seja do saber médico seja do próprio médico, como dotados de uma capacidade semidivina de objetividade e de acesso à verdade, o que termina por compelir essa “vanguarda autoritário-progressista” ao exercício do “ministério sagrado da medicina”.<sup>31</sup>

Por isso a importância da desnaturalização das categorias sobre os sujeitos “(independente do alto grau de sofisticação e abstração que esta naturalidade possa assumir,

---

<sup>25</sup> Médico, foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1916) e da Faculdade de Medicina de Paris (1918/1919). Além disso lecionou medicina legal na Faculdade de Medicina de Niterói e criminologia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Criou e dirigiu o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, onde reuniu material para suas pesquisas e publicações, sendo uma delas o livro *Homossexualismo e endocrinologia* (1938). Cf. RIBEIRO, Leonídio. *Homossexualismo e Endocrinologia*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938. Este trabalho, segundo o próprio autor, é o resultado da análise de “195 indivíduos (que) se entregava à prática habitual de pederastia passiva e foram detidos e fichados como tais pela Polícia Civil do Rio de Janeiro”. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*.

<sup>26</sup> Cursou medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, após três anos de direito em São Paulo. Foi médico na Campanha do Paraguai, colaborou no *Jornal do Commercio* e é autor de várias peças de teatro (*Mártires da liberdade, O mulato, Tempestades do Coração, O tráfico, A liberdade, A educação*, entre outras). Publicou em 1906 *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões do instinto genital*. Cf. PIRES DE ALMEIDA, João Ricardo. *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro): estudos sobre as perversões do instinto genital*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

<sup>27</sup> Cf. MACEDO, Francisco Ferraz. *Da prostituição em geral, e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: prophylaxia da syphilis*. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1872.

<sup>28</sup> Um dos primeiros a tratar a sexualidade como uma perversão. Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Atentados ao pudor* (estudo sobre as aberrações do instinto sexual). Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães Ed., 1895.

<sup>29</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O direito de curar*, p. 92.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *O direito de curar*, p. 93.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *O direito de curar*, p. 96.

às vezes), bem como a elucidação da história de sua construção<sup>32</sup>. Esses discursos construídos pela medicina e apoiada pelo Estado por meio das ações policiais, por exemplo, criou e cria práticas de exclusão que se apoiam neles como justificativas para tais atos. A ação da polícia pode ser percebida já na primeira edição do *Lampião da Esquina*, no qual apresentou uma reportagem sobre a frequente repressão policial sofrida pelos frequentadores do Cinema Iris, no Rio de Janeiro, que já estavam “acostumados” com a operação chamada de “Sessão Coruja” pelos policiais. Todos os “desocupados” que não tivessem carteira assinada eram levados para o 3º DP: “Seus documentos” - exigiam os agentes da lei, sem sequer exibir suas próprias identificações (os frequentadores do Cinema Iris sabiam reconhecer de longe um policial). E vinham as explicações. Um PM ou bombeiro ouviria: “deixa pra lá, companheiro”. Um comerciante de uma loja próxima ouviria uma frase ríspida, após ter sua carteira profissional (assinada) submetida a longo exame: “Vai para casa, rapaz. Isso não é hora de estar na rua”.<sup>33</sup>

Percebe-se que o direito de ir e vir, o direito de frequentar lugares públicos ou privados, era um direito daqueles que não ameaçavam o *status quo*, até sendo em algumas vezes usufruído por aqueles que foram colocados à margem da sociedade, mas sempre com o risco de serem violentados física ou simbolicamente. Assim, se perde o direito de viver em sociedade devido ao fato de discursos construídos historicamente que atrelaram a imagem dos homossexuais a perversão e a anomalia. Citemos o exemplo da travesti Kioko, que foi notícia no segundo número do jornal.

Kioko passou uma semana na cadeia, sem que ao menos pudesse ser acusada de vadiagem (era costureira por profissão). Após procurar um advogado e entrar com um pedido de *habeas-corpus*, e depois de muito vai e vem o Tribunal de Justiça lhe reconheceu, por unanimidade, o direito de livre-trânsito, considerando que o andar, seja masculino ou feminino, não merecia punição desde que não perturbasse a moral ou a ordem pública. Kioko teve que carregar com ela um salvo-conduto fornecido pela Justiça, garantindo-lhe o direito de passear à vontade: “Exibir um salvo-conduto nada mais é do que o amargo atestado de que nos falta até mesmo o direito de andar”.<sup>34</sup> Percebemos a necessidade que se tem por

---

<sup>32</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O direito de curar*, p. 98.

<sup>33</sup> CINEMA Iris: na última sessão, um filme de terror. *Lampião da Esquina*, n. 0, abril de 1978, p. 9.

<sup>34</sup> TREVISAN, João Silvério. E o direito de ir e vir? *Lampião da Esquina*, n. 1, maio de 1978, p. 9.

parte dos dispositivos de controle em classificar os sujeitos para localizá-los e apontá-los sempre como se estivessem sendo rebaixados, lembrados de sua “mediocridade”, de seus “defeitos” e que por isso será visto sempre como o *outro*.

Quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violentas”. É por isso que a própria linguagem, o meio por excelência da não violência e do reconhecimento mútuo, implica uma violência incondicional. Em outras palavras, é a própria linguagem que impede o nosso desejo para além dos limites convenientes, transformando-o num “desejo que comporta o infinito”, elevando-o a um impulso absoluto que nunca poderá ser satisfeito.<sup>35</sup>

O que devemos tomar cuidado é justamente com essa violência que parece imperceptível por não ser física, que parece “normal” por estar na linguagem, que parece não ofender, mas que quando o físico não dá conta, é por meio dela que alguns são violentados. Podemos novamente perceber esse tipo de violência na terceira edição do jornal, em que publicaria uma carta-denúncia de um leitor do Recife, cidade que muito apareceu nas páginas do jornal, o que contribuiu para percebermos que a violência (e as reportagens) não estava apenas no eixo Rio-São Paulo, onde o jornal era produzido.

A carta tratava de um caso no qual a polícia de Recife teria levado três camburões cheios de frequentadores do Bar Atlântico (em Olinda) sem aceitar quaisquer argumentações ou mesmo a apresentação de documentos. O referido bar tinha dois ambientes, sendo um ao ar livre. As pessoas que foram levadas eram justamente todas aquelas que se encontravam na parte fechada. Houve também quatro prisões no Cantinho da Sé (também em Olinda); o motivo alegado, como sempre, era de suspeita de uso de tóxicos.<sup>36</sup> Os motivos para tais prisões sempre estiveram disfarçados em justificativas apoiadas na Lei. Não se era preso por que era homossexual, mas por que era desempregado, usuário de drogas ou acusado de roubo, essas eram uma das desculpas dadas pela polícia que contribuíam assim para a manutenção do discurso de exclusão desses sujeitos.

---

<sup>35</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 62.

<sup>36</sup> MÁS notícias do Nordeste. *Lampião da Esquina*, n. 2, junho de 1978, p. 3.

Até mesmo o Conselho Internacional da Anistia Internacional durante seu 12º encontro, em 1979, realizado em Louvain, Bélgica, com a presença de 44 países, também decidiu adotar uma posição quanto à repressão aos homossexuais. O *Amnesty International Newsletter*, órgão oficial daquela entidade, dizia sobre a questão da atitude que a organização deveria tomar em relação a pessoas presas por serem homossexuais e decidiu que qualquer um feito prisioneiro por advogar a causa homossexual deveria ser considerado como um prisioneiro de consciência. Nos casos em que a homossexualidade vinha a ser tomada como um pretexto para prender pessoas por suas crenças, a Anistia Internacional poderia adotá-las como prisioneiros de consciência.<sup>37</sup>

O que isso necessariamente que dizer? Que o Conselho definiu o prisioneiro de consciência como qualquer um, “aprisionado, detido ou restringido fisicamente de qualquer modo por razão de suas crenças políticas, religiosas ou outras, ou por razão de sua origem étnica, sexo, cor ou língua, desde que não tenha usado ou advogado a violência”.<sup>38</sup> Para os homossexuais brasileiros, isto significava basicamente o seguinte: cada vez que os camburões da polícia carioca, por exemplo, estacionassem diante do cinema Iris e prendesse indiscriminadamente todos os homossexuais que saiam de lá, o que acontecia com frequência, aos olhos da Anistia Internacional seria uma prisão política. Essa decisão da anistia vinha em boa hora.

Para que se tenha uma ideia: enquanto os vários movimentos brasileiros pela anistia se articulavam numa campanha destinada a arrancar das prisões um grupo de membros de classe média, dezenas de pessoas marginalizadas continuavam a ser executadas, todas as semanas, pelos vários grupos de extermínio da Baixada Fluminense, cuja função era matar pessoas pobres e negras, sem que isso provocasse qualquer tipo de reação nos participantes daqueles movimentos. A questão era, perguntava *Lampião da Esquina*: que atitude costumava adotar os vários movimentos brasileiros pela anistia diante das prisões indiscriminadas de homossexuais? “Parece-nos que nenhuma – a tendência é passar diante do cinema Iris e achar muito natural que lá estejam os ‘camburões’ à espera de suas presas”.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> SILVA, Aguinaldo. Anistia apoia homossexuais. In: *Lampião da Esquina*, n. 19, dezembro de 1979, p. 5.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *Anistia apoia homossexuais*, p. 5.

<sup>39</sup> SILVA, Aguinaldo. *Anistia apoia homossexuais*, p. 5.

Mesmo *Lampião* trazendo essa decisão da Anistia Internacional e apontando-a como um avanço, o mesmo iria contrapor-se a essa “conquista” publicando a carta de Herbert Daniel de Carvalho,<sup>40</sup> um dos exilados que restaram de fora da malha não muito fina da anistia, e que permanecia condenado a ficar longe do seu país. O documento escrito por Herbert deveria ter sido lido em Salvador, durante o Congresso pela Anistia realizado em fins do ano de 1979, mas acabou boicotado. O representante do CBA (Comitê Brasileiro de Anistia) do Ceará recusou-se a lê-lo porque, segundo ele, o signatário era “apenas uma bicha”.<sup>41</sup> *Lampião* denunciava o fato de que ele não apenas deixou de ser anistiado pelo governo, como também ficou de fora da anistia apregoada pelos seus supostos companheiros. As manifestações contra essas ações repressivas do Estado e da polícia também podem ser observadas nas páginas do *Lampião da Esquina*.<sup>42</sup>

As práticas repressivas contra os homossexuais poderiam também ser observadas em outras cidades do Brasil. Brasília, por exemplo, também foi palco de diversas repressões de policiais contra aqueles “desocupados perversos”. Em setembro de 1980 há um caso de que por volta da meia noite, a rodoviária e o Setor de Diversões Sul foram invadidos e tomados pela polícia, que conseguiu, em pouco mais de uma hora, dar uma inesquecível demonstração de força. Era justamente nesta parte da cidade que se reuniam travestis, prostitutas e seus clientes. Além disto, nos fins de semana, todos, passavam por ali: os que apenas iam aos cinemas, os que desfilavam por horas sem fim nas passarelas que ligavam a Asa Sul à Asa Norte, os soldados dos quartéis, os operários da construção civil etc. Todos eles frequentavam as mesmas boates.

---

<sup>40</sup> Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel, foi um escritor, sociólogo, jornalista e guerrilheiro brasileiro, integrante da luta armada contra a ditadura militar brasileira. Um dos poucos integrantes da luta armada a escapar da prisão e das torturas, ele exilou-se em 1974, passando a residir com seu parceiro em Portugal, onde voltou a estudar medicina, e na França, onde exerceu o jornalismo. Herbert Daniel foi o último exilado do regime militar instaurado em 1964 a ser anistiado. Ele voltou ao Brasil em 1981. Militou no Partido dos Trabalhadores (PT), e participou da fundação do Partido Verde com outros dissidentes do PT. Daniel foi também um ativista pela ecologia e direitos dos homossexuais, tendo ele mesmo um relacionamento de vinte anos com o artista gráfico Cláudio Mesquita. Daniel escreveu os livros *Passagem para o Próximo Sonho*, *Meu Corpo Daria um Romance* e *Vida antes da Morte*, entre outros. Ele morreu em 1992, no Rio de Janeiro, vítima de complicações causadas pela AIDS.

<sup>41</sup> SILVA, Aguinaldo. O que é isso, companheiros? *Lampião da Esquina*, n. 22, março de 1980, p. 10.

<sup>42</sup> Cf. RODRIGUES, Dolores. Mulheres e bichas contra a violência. *Lampião da Esquina*, n. 30, novembro de 1980, p. 2.

Assim, quando a polícia começava a chegar muita gente não estranhava, afinal, bastava como sempre, apresentar os documentos e continuar buscando diversão. Desta vez, porém, a coisa mudou de figura e uma batida generalizada que teve o patrocínio do Departamento de Polícia Federal e do Juizado de Menores, fechou todos os bares e uma das boates (Aquarius). Uma das pessoas que ainda conseguiu escapar a tempo descreveu a cena: “havia de tudo, polícia de uniforme, polícia sem uniforme, cassetetes, espingardas e metralhadoras. E aquelas armas todas apontadas para a gente. Se fosse para contar, eu diria que havia mais de 400 policiais cercando o local”.<sup>43</sup> Os militares enquanto estiveram no governo, procuravam construir discursos que legitimasse as suas ações, Eva Lucia Gavron destaca que:

A caça arbitrária aos “opositores”, aos “vagabundos”, estava ancorada na manutenção da ordem e do bem-estar público. Os possíveis traidores, homens ou mulheres, eram todos os transgressores, seja das ordens, seja dos costumes, que se localizam à margem das normas, da disciplina e da hierarquia militar. As ações militares tentavam conter, censurar e punir os movimentos de contestação política vigente, bem como os “delinquentes”, as “prostitutas” e os “menores abandonados”, cujo crescimento se intensificaria na década de 1970. Na transgressão da norma, surgiria o “criminoso”, o “bandido”, o “estuprador”, equiparando-se a um “subversivo”, um sujeito ligado ao caos, à anarquia e à desordem.<sup>44</sup>

Uma das medidas tomadas pelo governo para essas ações de combate a esses sujeitos foi a tentativa de adotar a chamada prisão cautelar, que estabelecia que qualquer pessoa, mediante uma simples suspeita, poderia ser detida por qualquer autoridade policial que tinha o direito de mantê-la presa por até dez dias. *Lampião da Esquina* se posicionou em relação ao assunto publicando três matérias que apresentaremos em seguida. A primeira é publicada no início dos anos 1980, onde Aguinaldo Silva perguntaria: “Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar?” - e apresentaria os interesses de tal lei. Embora o governo negasse sua implantação até a última hora, ficava bem claro, segundo Aguinaldo Silva, que pelas intervenções do Ministro da Justiça, Petrônio Portela, a prisão cautelar adotada da (ainda) ameaçadora Lei de Segurança Nacional, iria se abater sobre os presos comuns, ou,

---

<sup>43</sup> RIBONDI, Alexandre. Pega pra capturar em Brasília. *Lampião da Esquina*, n. 29, outubro de 1980, p. 5.

<sup>44</sup> GAVRON, Eva Lucia. Crimes que circulam, práticas que se multiplicam: Violência Sexual em Florianópolis no período da ditadura militar – Décadas de 1960 e 1970. *Revista Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, p. 257-281, 1. sem. 2007, p. 260. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/184/122>>. Acesso: 23/03/2013.

mais especificamente, sobre os cidadãos comuns, os que não têm acesso às salvaguardas que o sistema oferece aos privilegiados.<sup>45</sup>

A medida seria legalizada por um juiz, ao qual a autoridade coatora se veria na obrigação de comunicar a prisão desde o primeiro instante. O objetivo do comunicado era facultar ao juiz a possibilidade de anular a prisão – se considerasse injusta, podia soltar o preso. Mas basta dar uma olhada nos meios de que dispõe a nossa Justiça para saber que a autoridade policial, com sua suspeita, estará sempre dez dias à frente do juiz, com sua sede de justiça. É claro que esse tipo de prisão não era novidade, ela já era adotada há muito tempo no Brasil; a novidade era a sua legalização.<sup>46</sup>

E o que tinha a ver a prisão cautelar com a homossexualidade? A prisão cautelar era um projeto em estudo pelo governo que, a pretexto de combater a criminalidade, permitiria (se aprovado) à polícia prender, para averiguações qualquer suspeito pelo prazo de 10 dias, desde que o fato fosse comunicado a um juiz. Mas isso já não existia? Sim, mas era ilegal. A prisão por “suspeito” atingiria diretamente os homossexuais e outros sujeitos, como os negros. Por meio de uma avaliação subjetiva, poderia ser preso não apenas qualquer homossexual, mas qualquer negro, qualquer pobre ou qualquer indivíduo que não conseguisse comprovar vínculo empregatício.<sup>47</sup>

Mesmo assim, o governo negava que a prisão cautelar pudesse vir a existir, porém os editores do *Lampião da Esquina* tinham suas desconfianças, dizendo que, mesmo o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel<sup>48</sup> tivesse afastado qualquer possibilidade de o governo adotá-la como instrumento de combate à violência nos grandes centros urbanos, podia-se desconfiar de que não passava de uma artimanha do governo negá-la. Citava o exemplo de uma entrevista do criminalista Virgílio Donnici que tinha dito que durante o governo Faria Lima, quando era Secretário de Segurança do General Brum Negreiros, as estatísticas da Secretaria de Segurança foram manipuladas para dar a impressão de que os índices de criminalidade

---

<sup>45</sup> SILVA, Aguinaldo. Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar? *Lampião da Esquina*, n. 20, janeiro de 1980, p. 13.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. Mas como é mesmo essa nova história de prisão cautelar? p. 13.

<sup>47</sup> RODRIGUES, João Carlos. Uma luta de todas as minorias (da maioria). *Lampião da Esquina*, n. 21, fevereiro de 1980, p. 8.

<sup>48</sup> Ibrahim Abi Ackel foi Ministro da Justiça entre 1980 e 1985 durante o governo de João Figueiredo. Antes disso foi vereador e deputado federal em Minas Gerais pelo ARENA em dois mandatos: 1975-1979/1979-1980.

vinham baixando sensivelmente na Grande Rio. A imprensa, ao simplesmente reproduzir os índices que a SSP (Secretária de Estado da Segurança Pública) lhe apresentava, sem se preocupar em checá-los, “teve grande responsabilidade nesta farsa”. A mesma responsabilidade de que ela tinha naquele momento “ao alardear o crescimento dos índices de criminalidade sem se preocupar com as estatísticas”.<sup>49</sup>

Diferentemente dessa imprensa, o periódico *Lampião da Esquina* explorou de forma expressiva a questão da violência e das arbitrariedades policiais. Além da campanha sistemática contra a proposta de oficialização da prisão cautelar e do apontamento de uma hipocrisia classista da campanha pela anistia ao preso político (geralmente de classe média), que não dava atenção à situação do preso comum (geralmente classe baixa), sujeito aos mesmos maus tratos e injustiças, o jornal construiu o perfil de dois delegados considerados especialmente agressivos: José Wilson Richetti em São Paulo e Geraldo Padilha no Rio.

Daremos atenção a esses dois delegados, devido às suas operações representarem uma característica da polícia daquele período em relação ao tratamento dado ao “vagabundo que transita pelas grandes cidades”. Trevisan ficaria responsável por escrever sobre o delegado de São Paulo. Críticas ferrenhas ao seu modo de agir não faltaram por parte do editor do jornal. José Wilson Richetti tinha sido transferido para a Terceira Seccional (Centro) de São Paulo em maio de 1980, com a fama de se vangloriar por ter, na década passada, expulsado as prostitutas de São Paulo e criado a zona de meretrício em Santos.

Inicialmente, havia apenas reclamações isoladas de anônimas travestis e prostitutas vitimadas pela violência policial que, desde o fim de maio daquele ano, tinha tomado conta de São Paulo, sob pretexto de limpar a cidade de vagabundos, anormais (também conhecidos por homossexuais), decaídas ou mundanas, marginais e desocupados em geral. Como é que se limpa uma cidade de 10 milhões de habitantes, “refúgio dos miseráveis de todo o Brasil,

---

<sup>49</sup> SILVA, Aguinaldo. O Governo diz que não. Mas vem aí a prisão cautelar. *Lampião da Esquina*, n. 21, Fevereiro de 1980, p. 8. \*Hoje existe a Lei nº 12.403/2011 que altera a Lei n. 6.416/77. A prisão cautelar sempre teve uma natureza processual, nos termos da Constituição Federal, da doutrina e consoante Tratados Internacionais dos quais o País faz parte. Ocorre que, tendo em vista situações em que, na prática, ocorria um desvirtuamento do instituto, surgiu a Lei nº 12.403/2011, reafirmando o caráter instrumental do instituto e trazendo ao Juiz mecanismos alternativos às medidas cautelares, bem como a valorização do instituto da fiança. A Lei nº 12.403/2011 trouxe algumas inovações no tocante às prisões cautelares, principalmente quanto à possibilidade de medidas alternativas.

com taxa de desemprego atingindo 8% da população ativa? Fácil: dando serviço para a polícia que, nestes tempos de semi-anistia, é menos solicitada, mas precisa mostrar serviço”.<sup>50</sup>

Richetti cria as Operações Limpeza e Rondão. Montou uma equipe policial e saía pela cidade disposto a limpar não apenas as zonas residenciais, mas, sobretudo, o centro da cidade, atacando regiões como: Bocas do Lixo, Rego Freitas, Av. Ipiranga, Largo do Arouche e Vieira de Carvalho, áreas frequentadas por prostitutas, travestis, *michês*, lésbicas e homossexuais em geral. Portava-se como um herói, convidando um fotógrafo para documentar as operações e alegava apoio total de seus superiores, o secretário de segurança, o desembargador Otávio Gonzaga Jr. e o chefe do Departamento de Polícia da Grande São Paulo, delegado Rubens Liberatori (acusado de deflagrar a famosa Operação Camanducaia que, em outubro de 1974, retirou menores infratores de São Paulo para soltá-los nus no interior de Minas).<sup>51</sup> Um policial tinha dito a um repórter que as operações de limpeza estariam se realizando também a mando do general Milton Tavares, comandante do Segundo Exército.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> TREVISAN, João Silvério. São Paulo: a guerra santa do Dr. Richetti. *Lampião da Esquina*, n. 26 julho de 1980, p. 18.

<sup>51</sup> Operação Camanducaia foi o nome pelo qual ficou o conhecido episódio ocorrido em 19 de outubro de 1974, quando 97 menores de idade supostamente infratores foram transportados por policiais da sede do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC) para as margens da Rodovia Fernão Dias, nas proximidades de Camanducaia (MG), onde acabaram jogados de uma ribanceira após uma sessão de espancamento. O caso foi denunciado pela imprensa e chocou a opinião pública brasileira, tornando-se um dos maiores escândalos de violação de direitos humanos do país. Após a repercussão do caso na mídia, ocorreram três pedidos de apuração do caso solicitados pelo juiz de menores Artur de Oliveira Costa, pelo corregedor geral dos presídios Ricardo Laércio Talli, e pelo secretário de segurança pública Erasmo Dias. Por ordem do secretário de segurança pública, o DEIC abriu uma sindicância do caso, sendo coordenada pelo delegado Rubens Liberatori. Paralelamente as investigações oficiais, a imprensa continuou apurando o caso. Em 13 de dezembro de 1974, o promotor de justiça João Marques da Silva ofereceu denúncia contra quatorze delegados (incluindo Liberatori) e sete policiais, acusados de abuso de autoridade, maus tratos e abandono de menores. O caso nunca foi a julgamento, por conta da suposta interferência das autoridades respaldadas pela ditadura militar. No dia 7 de outubro de 1975, foi concedido por unanimidade, pelas Câmaras Conjuntas Criminais do Tribunal de Justiça de São Paulo, um *habeas corpus* ao delegado Liberatori além de ter sido determinado o arquivamento do caso. Essa decisão inocentou todos os quatorze policiais envolvidos na Operação. Cf. FERREIRA, Carlos Rogé; *Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003; FONTANA, Isabel Cristina Ribeiro da Cunha. *Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo*; São Paulo: Loyola, 1999; MOLICA, Fernando. *50 anos de crimes*; São Paulo, Record, 2007; JUSTO, Carmen Sílvia Sanches. *Meninos Fotógrafos e os Educadores: Viver na Rua e no Projeto Casa*; São Paulo, Editora Unesp, 2003. LOUZEIRO, José; *Pixote - Infância dos Mortos*. São Paulo, Ediouro-Tecnoprint, 1977; MARQUES, João Benedito de Azevedo Marques, et al; *Execuções Sumárias de Menores em São Paulo*; Ordem dos Advogados do Brasil, Departamento Editorial / Comissão de Direitos Humanos, São Paulo, 1993.

<sup>52</sup> TREVISAN, João Silvério. São Paulo, p. 18.

Por conta desta operação, cerca de 1500 pessoas foram presas em uma semana, apenas 0,8% foram indiciadas. Richetti dizia que as rondas estavam dando ótimos resultados, alegando que no centro o número de assaltos tinha diminuído de 30 para 5 por dia. E afirmava que só iria acabar com aquilo quando os comerciantes e as famílias fossem pedir a ele, mesmo porque ele tinha o apoio desses. A imagem da forma repressiva das operações comandadas por Richetti se alastraria quando um sociólogo do prestigioso CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) teria sido preso, ficando três dias desaparecido, por não possuir carteira de trabalho assinada. Até o Comitê Brasileiro de Anistia se manifestou e o jurista Hélio Bicudo entraria com representação judicial contra Richetti e o secretário de segurança, que foram convocados a depor diante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Estadual, onde deputados apresentariam denúncias públicas depois de ouvir depoimento de algumas prostitutas.

Um Ato Público de protesto também foi organizado por grupos homossexuais, negros e feministas que se mobilizaram em conjunto para denunciar a violência das operações. Na noite de 13 de junho de 1980, uma sexta-feira, dia de Santo Antônio, quase mil pessoas teriam se reunido diante do Teatro Municipal, no começo da noite para protestar contra o delegado. Algumas faixas pediam a exoneração de Richetti, assim como protestavam contra a prisão cautelar ali experimentada e exigiam o fim da violência policial, da discriminação racial e a libertação de prostitutas e travestis. Foram lidas várias cartas assinadas pelos diversos grupos organizadores do Ato. De acordo com João Silvério Trevisan, a abertura política encontrava seus bodes-expiatórios:

Cada beijo proibido irá custar uma briga. Não porque a repressão aumentou: trata-se da mesma repressão que se tornou mais explícita. Mas também é certo que, ao invés de conter a violência, a máquina que sustenta o Dr. Richeiti estará apenas retardando o efeito da bomba. Trata-se de um problema de sobrevivência e não de moralidade. Basta ouvir a prostituta Kátia: “Quando posso, dou cobertura para os trombadinhas. Passa um por mim correndo e eu digo: Vai meu filho, que Deus te ajude”.<sup>53</sup>

Um ponto aqui merece ser destacado: existem escritos que apresentam como a relação entre pessoas do mesmo sexo é algo há muito tempo realizado nas sociedades. Desde que foram construídos nomes e classificações a essas relações, por exemplo, o homossexual

---

<sup>53</sup> TREVISAN, João Silvério. São Paulo, p. 18.

perverso e doentio constituído pela medicina, ou o pederasta pecaminoso do discurso religioso, entre outras tantas formas negativas de transformar as homossexualidades em um mal a ser combatido, esses sujeitos foram vistos como constituintes de uma não norma.

Na contemporaneidade isso foi reiterado e mantido desde que a medicina resolveu tentar “dar conta” de salvar a humanidade dos seres “anormais”. Quando João Silvério Trevisan diz que: “Não porque a repressão aumentou: trata-se da mesma repressão que se tornou mais explícita”, o que podemos pensar é que as formas de “medir” essa violência se tornaram mais vastas, houve visibilidade sobre ela. Se a repressão aumentou ou não, talvez não seja a questão, mas que é perceptível olhar para ela de outras tantas formas e locais isso é inegável.

É importante percebermos também como os discursos dentro do jornal eram múltiplos e contraditórios no sentido da diversidade de opiniões. Na dissertação de mestrado de Cláudio Roberto da Silva,<sup>54</sup> na qual faz uma série de entrevistas com colaboradores e editores do jornal *Lampião da Esquina* durante a segunda metade dos anos 1990, Silva constrói por meio das falas dessas pessoas o papel que *Lampião da Esquina* representou enquanto existiu. Ao perguntar sobre o período da ditadura militar e a relação com a repressão contra os homossexuais, duas falas são importantes, tratam do pensamento de colaboradores que escreviam sobre essa violência e acabam por se contradizerem ao olhar para o período após alguns anos.

Dolores Rodriguez (única lésbica a ter um cargo de escritora “fixa” no jornal) iria dizer a Silva que não achava que os homossexuais foram perseguidos. Acreditava que, se houve perseguição, era porque “desde que o mundo é mundo é assim”. E completava dizendo não crer que tenha sido uma posição política assumida e que aquela perseguição era natural da cabeça das pessoas. “Naquele tempo, a ditadura não estava preocupada com os homossexuais. Ela estava preocupada em reprimir a questão política. O preconceito contra o homossexualismo vem neste bojo, pois é inerente às pessoas”.<sup>55</sup> Será? Não é o que percebemos ao analisar as páginas do jornal na qual Dolores escrevia. A repressão existia

---

<sup>54</sup> SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho: História Oral de Vida Política e Homossexualidade no Brasil Contemporâneo*. 1998. 199 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 79.

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. *Reinventando o Sonho*, p. 79.

vinda tanto pela sociedade quanto pelo governo. Quer posição política maior do que pensar em eliminar sujeitos por não aderirem a uma norma criada por outros sujeitos?!

Alexandre Ribondi (colaborador que mandava as notícias de Brasília) complementa Dolores Rodriguez ao afirmar que não havia uma maior perseguição dentro da ditadura brasileira pelo fato do sujeito ser homossexual. E que nessa época, justamente, havia muito culto à androginia. “Não entre a polícia, mas entre os moderninhos! Ser homossexual era algo revolucionário. Havia uma postura de contestação social, como de resto tudo era contestação social naquela época”.<sup>56</sup> A fala de Ribondi, mesmo que em outro contexto e com outras intenções de pesquisa, não condiz com as suas matérias e muito menos com o que foi analisado até agora em relação a violência contra os homossexuais no Brasil do fim dos 1970 e início dos 1980.

Dando continuidade a características dessas ações policiais por meio dos delegados Richetti e Padilha, apresentemos o segundo. A respeito de Deraldo Padilha, o jornalista Antônio Moreira que iria expor suas características. Moreira assemelhava Padilha às atitudes exibicionistas de Richetti e seus propósitos moralistas, dizendo que isso não se configurava em algo novo e sem precedentes nos anais da repressão policial. Citava a polícia do Rio de Janeiro que, segundo ele, se orgulhava também de ter em seu quadro um elemento com as mesmas características e muito estimado pelo Secretário de Segurança e pela cúpula governamental. “Tratava-se do não menos conhecido e lendário Delegado Deraldo Padilha de Oliveira, vulgo Padilha”.<sup>57</sup>

As atividades de Deraldo Padilha tiveram início na década de 50, quando foi aprovado num concurso público da Secretaria de Segurança da Guanabara/RJ. Um de seus primeiros trabalhos de grande repercussão foi acabar com a “malandragem carioca”, prendendo quem andasse de calças com bocas apertadas. Para ele bastava andar com uma roupa desse tipo que era logo preso para averiguações. Na delegacia, Padilha fazia o teste da laranja: jogava uma laranja pela perna da calça do detido. Caso o fruto engasgasse na boca,

---

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. *Reinventando o Sonho*, p. 79.

<sup>57</sup> MOREIRA, Antônio Carlos. Deraldo Padilha: Perfil de um Delegado Exibicionista. *Lampião da Esquina*, n. 26 julho de 1980, p. 19.

não tinha nem conversa e nem explicação, ia direto para cela. Aqui se percebe de forma bem clara como os homossexuais eram tratados e vistos, sendo motivos de chacota e humilhação

Outra de suas atuações, ainda na década de 50, ocorreu no período em que chefiava a Divisão de Meretrício da Delegacia de Costumes e Diversões, onde promoveu várias *blitz* nos bares, hotéis e boates da antiga Lapa. Os policiais invadiam os locais e começavam a bater em todo mundo. As prostitutas e os homossexuais saíam correndo e quem não conseguisse escapar era espancado e levado para a delegacia onde ficava incomunicável e sujeito aos maus tratos do delegado. Toda noite, cerca de 20 a 40 pessoas eram jogadas nos camburões e encaminhadas à cela.<sup>58</sup>

Padilha, segundo Antônio Carlos Moreira, sempre nutriu um profundo ódio pelos homossexuais e ao final de cada ronda, não deixava de pregar seus sermões e conselhos, dizendo para eles que tomassem vergonha na cara, pois aquilo não era vida digna de um homem, etc. Corriam boatos de que, na realidade, o que ele sentia era uma profunda mágoa, pois tinha um filho que era homossexual. Mas isso nunca foi confirmado.

Para tornar seu trabalho “mais divertido”, resolve raspar a cabeça de todos os detidos, instaurando assim a “operação rapa coco”. Padilha intensificava sua perseguição aos homossexuais, principalmente na Galeria Alaska. Fazia sucessivas rondas por Copacabana e prendia centenas de pessoas.<sup>59</sup> No trabalho de Cláudio Roberto Silva, Antônio Carlos Moreira iria dizer que no período ditatorial houve sim uma permanente rejeição da homossexualidade “acomodada na ausência de mecanismos oficiais de repressão, mas presentes em atitudes de variada violência”. E que, a contrapartida, vinha institucionalizada “na forma das perseguições policiais contra aqueles que não seguiram o caminho ‘normal’ (casamento, geração de filhos, constituição da família), referendando o elo quebrado na corrente formadora da sociedade”.<sup>60</sup> Essa repressão policial não se dava apenas no Brasil.<sup>61</sup>

Em São Paulo, após um tempo afastado, Richetti voltava às ruas, só que dessa vez não eram os homossexuais masculinos os alvos procurados, mas sim, as lésbicas. Os policiais

---

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. Deraldo Padilha, p. 19.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. Deraldo Padilha, p. 19.

<sup>60</sup> Cf. SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*.

<sup>61</sup> É interessante observar que *Lamplão* não deixava de expor também notícias de outros países para que pudesse ser percebido que o problema não estava e não se tratava apenas de Brasil. Cf. LEICHT, Anton. Por trás do mictório, um policial. *Lamplão da Esquina*, n. 29, outubro de 1980, p. 4.

invadiram os bares Cachação, Ferro's e Bexiguinha, e as mulheres que lá estavam, incluindo as que possuíam carteira profissional assinada, foram todas detidas, sob o seguinte argumento: “É tudo sapatão”.<sup>62</sup> Isso se dava no dia 15 de novembro de 1980 nas ruas de São Paulo. Segundo panfleto distribuído posteriormente pelos grupos *Terra Maria*, *Ação Lésbica Feminista* e *Eros*, na 4ª delegacia, para onde as detidas foram levadas, foi constatado que os policiais recebiam dinheiro para libertarem as pessoas, sendo que aquelas que não possuíam, lá permaneciam. Em seu panfleto, aqueles três grupos paulistas denunciavam: “Estamos novamente às voltas com a ação violenta da polícia, ação essa que outra vez ficará impune no que diz respeito às autoridades”.<sup>63</sup> Criou-se um certo receio em frequentar lugares frequentados por lésbicas, homossexuais, travestis etc. Luiz Carlos Lacerda que vivenciou essa época, destaca que nessa onda moralista:

Não existia uma perseguição explícita, mas a mesma permitia que as forças policiais perseguissem os homossexuais, anonimamente, nos lugares de pegação! Os homossexuais eram presos, apanhavam e eram torturados. Ninguém tinha coragem de ir para um lugar de pegação, era perigoso! A polícia, a qualquer momento, podia prender o indivíduo, leva-lo para uma delegacia e arrebatá-lo de porrada pelo fato de ser homossexual. O homossexual sempre foi visto de forma pejorativa, como se fosse um prostituto.<sup>64</sup>

Não só os homossexuais sofreram com tais ações, as travestis também foram pessoas que vivenciaram essa forma de violência que tinha o intuito de “limpar” os lugares onde essas pessoas pudessem vir a frequentar. Entendemos que o *Lampião da Esquina* foi um órgão responsável por dar visibilidade a esses sujeitos e as formas de violência e de suas vivências. As travestis foram perseguidas pela máquina policial, que se expandiu a partir de maio de 1980, quando foi desfechada a chamada Operação Rondão em São Paulo, chegando a abandonar o centro da cidade, seguindo para os bairros ou avenidas da Zona Sul.

Não bastassem as perseguições policiais, as travestis sofriam, por exemplo, com pessoas como Carlos Pinezzi Filho, que em novembro de 1980 começou a portar uma espingarda carregada de chumbo e sal grosso, com a qual alvejava as travestis da Zona Sul da cidade de São Paulo. Apelidado pelo jornal *Notícias Populares* com o epíteto de “Jack, o Atirador”, Carlos Pinezzi Filho, 28 anos, ex-vendedor de automóveis (trabalho que

---

<sup>62</sup> TREVISAN, João Silvério. Richetti volta às ruas. *Lampião da Esquina*, n. 31 dezembro de 1980, p. 16.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_. *Richetti volta às ruas*, p. 16.

<sup>64</sup> Cf. Luiz Carlos Lacerda. In: SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*, p. 77.

abandonou, junto com sua casa e a noiva), durante três semanas disseminou o medo e o ódio entre as travestis. Aproximava-se fingindo interesse, dava um rápido sinal de luz com seu carro e quando a travesti ia se oferecer, disparava a espingarda, geralmente apontada para as nádegas ou as pernas da vítima e soltava gostosas gargalhadas enquanto fugia. Ele foi atacado por duas travestis no dia 7 de novembro, e agredido a gilete e cacos de vidro sendo hospitalizado com um corte profundo na testa.<sup>65</sup>

O que mais incomoda é pensar que esses tipos de ações serviam como favores aos órgãos policiais. Reconhecido pelas travestis no Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), dia 27 de novembro, durante toda a sessão, segundo depuseram os primeiros à imprensa, Pinezzi permaneceu sempre ao lado dos policiais, rindo muito e conversando. Orientado pelo advogado, diria depois que jamais sentira ódio de homossexuais, mas indagado se sairia com um travesti, respondeu: “– Sim. Para acertar um tiro de espingarda na cara dele”.<sup>66</sup> Uma das travestis dizia que “o silêncio e a discrição dos militares são elementos-chave para a compreensão da atitude em relação a sexualidade. Os homossexuais poderiam fazer o que quisessem desde que não invadissem a esfera pública”.<sup>67</sup> A frase da travesti expressa muito bem o lugar destinado a elas e aos homossexuais e lésbicas no Brasil, a marginalidade.

A presença de matérias a respeito da violência contra as travestis era constante no jornal, destaquemos mais duas. A primeira trata-se da entrevista com duas travestis e uma advogada que trabalhava em prol dos homossexuais. Perguntadas sobre as ações e prisões da polícia, as travestis Alice e Flávia, afirmaram que foram presas e que, às vezes, saíam de casa em pleno dia com uma sacola para disfarçar que estavam fazendo compras, senão eles as levavam. “Eles não querem nem saber, pegam a gente e mandam para o camburão. Jogam dentro do carro. São todos mal-educados. [...] Eu tenho documento, de ator: mesmo assim eles levam. Mesmo tendo carteira de trabalho”.<sup>68</sup> E continua:

Teve um caso que aconteceu há uma semana, é muito importante; eu ia descendo, e vinham dois caras, um deles passou a mão em mim; eu quis

---

<sup>65</sup> AUGUSTO, Paulo & FUKUSHIMA, Francisco. Na paulicéia, com olhos de lince e pernas e de avestruz. *Lampião da Esquina*, n. 32 janeiro de 1981, p. 5.

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_. *Na paulicéia*, p. 5.

<sup>67</sup> Cf. Luiz Carlos Lacerda. In: SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o Sonho*, p. 77.

<sup>68</sup> DOIS travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco. *Lampião da Esquina*, n. 19 dezembro de 1979, p. 5.

ratear com ele, mas os dois mandaram a gente ficar quieta. Pareciam dois malandros mesmo, não tinham senso de nada. Eu fiz o que eles mandaram, mas aí me entrosei com minhas amigas, e uma delas falou: “É, vamos dar um pau nesses caras, que eles tão muito folgados”. A gente partiu pra cima deles, mas aí um deles puxou um revólver e deu um tiro na gente. Todo o mundo correu, menos eu que fiquei lá, incrementando com eles, chamando eles de malandros, e tal. Dali a pouco veio a Garra; uma amiga minha foi lá e falou pra eles, “olha, esses dois caras estão com um revólver, atiraram na gente”. Pois os dois voaram em cima dela e bateram tanto que a pobre até hoje está no hospital; eram da polícia, também!<sup>69</sup>

Quando não eram presas, essas travestis eram assassinadas como se fossem corpos vagantes pelas ruas, sem memória ou história. Desta forma, o Estado acabava por criar grupos na sociedade brasileira que faziam o papel da polícia, um deles era a imprensa marrom que contribuía para lucrar com manchetes sensacionalistas, além das famílias tradicionais. *Lampião da Esquina* ao criticar o Estado e suas ações por meio da polícia se mostrava muito bem informado. Para isso:

Não só contava com a coordenação editorial de Aguinaldo Silva, então conceituadíssimo repórter policial, mas também com a experiência própria dos membros do Conselho Editorial. Esses foram submetidos a inúmeros vexames durante o inquérito sofrido pelo jornal promovido pelo Departamento de Polícia Federal do Rio de Janeiro que pensava em enquadrá-los por ofensas à moral e ao pudor público. O *Lampião* desempenharia também papel importante na campanha dos grupos homossexuais, feministas e negros de São Paulo contra a Operação Rondão do Delegado Richetti, que pretendia retirar os homossexuais de seus pontos de encontro nas calçadas de certas ruas do centro da cidade.<sup>70</sup>

Por meio do periódico é possível perceber que a polícia não estava apenas preocupada em expulsar as pessoas desses lugares, mas também em fechar esses lugares. No início dos anos de 1981, por exemplo, dezenas de incansáveis *habitués* dos Cinemas São José e Marreco, na Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro, tiveram seus mais recônditos desejos frustrados. Certos de encontrarem os habituais companheiros “de banheiros, os apetitosos rapazes do corredor ou ainda os excitadíssimos senhores da plateia, ficaram decepcionados e sem saber o que fazer ao ver as portas arriadas e um nefasto auto de interdição afixado na entrada dos frequentadíssimos cinemas”.<sup>71</sup> A interdição foi feita pela Divisão de Controle de

---

<sup>69</sup> DOIS travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco. *Lampião da Esquina*, n. 19 dezembro de 1979, p. 5.

<sup>70</sup> MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 76.

<sup>71</sup> MOREIRA, Antônio Carlos. Tiradentes, sublime tentação. *Lampião da Esquina*, n. 36 maio de 1981, p. 12.

Diversões Públicas (DCDP) com a participação do perito Josemar Gonçalves Pinto, proibindo o funcionamento dos cinemas até que fossem cumpridas todas as exigências com relação à segurança, higiene e restauração dos mesmos. O Detetive Humberto de Matos foi taxativo: “Se voltarmos aqui e estiverem exibindo algum filme, todo mundo vai para delegacia”.<sup>72</sup>

O *Lampião da Esquina* apresentaria assim, por meio de seus editores, nas suas 38 edições (mais três extras, que repetiam as reportagens já publicadas), aproximadamente setenta reportagens ligadas à violência contra homossexuais masculinos, lésbicas, travestis e a mulheres. Expondo também a violência na América Latina (Argentina, Chile, México, Cuba), com cerca de treze reportagens. Poucas foram as edições que não trouxeram o assunto violência em suas páginas, destacando-se as edições de número 26, com sete reportagens e a de número 7, com 5 reportagens. Tanto a violência que elimina o sujeito fisicamente quanto aquela de cunho moral e psicológico estiveram presentes nas matérias do jornal, criticando tanto os discursos quanto os atos repressivos.

Desta forma, o jornal *Lampião da Esquina*, ao se apresentar como uma ferramenta da mídia impressa vai ser responsável não só pela visibilidade dada à violência sofrida por pessoas que não se adequavam às normas vigentes da sexualidade, mas também uma ferramenta de denúncia que talvez não estivesse presente em outro órgão da imprensa naquele período. O papel social que o jornal acabou por constituir está além da simples notícia. As matérias, a exposição do assunto e dos acontecimentos no jornal, constrói a ideia de como a repressão vinda de diversas direções estava presente na sociedade brasileira e no Estado que a constituía. Dizer que o governo não se preocupava com as homossexualidades, tendo exemplos de diversas ações que parecessem mais liberais como a visibilidade dos guetos, as próprias manifestações artísticas, etc., é apagar o que se vê nas páginas do *Lampião da Esquina*. As formas da sociedade brasileira, representadas em tantas maneiras repressivas para com aqueles que não seguiam as normas, chamados de marginais, era algo que permanecia, bastava-se ler o *Lampião da Esquina*.

### **Retornamos ao presente....**

---

<sup>72</sup> \_\_\_\_\_. Tiradentes, p. 12.

Atualmente, alguns pontos podem ser destacados em relação à violência contra os homossexuais. Passados 34 anos do fim do *Lampião da Esquina*, podemos perceber que a violência contra os homossexuais no Brasil ainda é um problema. Se usarmos os dados do Grupo Gay da Bahia, por exemplo, observaremos que além da violência ter ficado mais visível, ela aumenta. De 2007 até a primeira semana de dezembro de 2012, o Grupo calcula um total de 1.341 homicídios contra a população LGBTTT, ou seja, uma média de 1,3 homossexuais mortos por dia, e 268,2 por ano.<sup>73</sup>

Dentre esses dados, o Nordeste é a região mais perigosa do país: um homossexual nessa região corre 84% mais riscos de ser assassinado do que no Sul e Sudeste. As vítimas em sua maioria têm entre 20-40 anos. Em termos relativos, os estados mais ameaçadores são Rio Grande do Norte e Alagoas. *Para finalizar, o ano mais violento é 2012.* Nunca antes na história desse país foram assassinados e cometidos tantos crimes homofóbicos, um total de 338, no qual os gays completam 56% dessas mortes com 188 mortos, ou seja, um assassinato a cada 26 horas, e um crescimento de 177% nos últimos sete anos. Em 2012 também foi assassinado brutalmente um jovem heterossexual na Bahia, confundido com gay, por estar abraçado com seu irmão gêmeo. O Brasil ocupa primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo o planeta.<sup>74</sup>

No estado de São Paulo em 2012, devido ao grande número de habitantes, morreram mais homossexuais (45 no total), porém, Alagoas permanece como o estado mais perigoso para os homossexuais (18 no total), com um índice de 5,6 assassinatos por cada milhão de habitantes, sendo que, para toda a população brasileira, o índice é 1,7 vítimas por milhão de brasileiros.<sup>75</sup> Nesse ano de 2012, 8 homossexuais foram queimados no Brasil.

Norbet Elias ao analisar a formação de um processo civilizador, do período correspondente da Idade Média à Moderna (entre os séculos XV e XVIII) em sociedades,

---

<sup>73</sup> Cf. GRUPO Gay da Bahia. Assassinatos de Homossexuais no Brasil. In: *Quem a homotransfobia matou hoje?* 2012. Disponível em: <<http://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/ultimo-relatorio/>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-ano-de-2011>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.

<sup>74</sup> \_\_\_\_\_. Assassinatos de Homossexuais no Brasil.

<sup>75</sup> Destacamos que no estado do Acre, aparentemente, nenhuma morte com característica homofóbica, foi constatada nos últimos dois anos; e que o estado de Minas Gerais, nos últimos dois anos, foram registradas 13 ocorrências, representando assim 0,6 mortes para cada milhão de habitantes.

tanto europeias quanto norte-americanas, observou dentro dos padrões sociais criados nessas sociedades, a figura do “anormal”, elemento importante para observarmos como ela ainda prevalece em relação aos homossexuais atualmente, dessa forma as contribuições de Elias nos ajudam a pensar a formação do “outro” no decorrer da história, assim, ao falar das sociedades passadas, parece falar dos nossos tempos:

Os divertimentos criados pela sociedade para seu prazer materializaram um padrão social de emoções dentro do qual todos os padrões individuais de controle das mesmas, por mais variados que possam ser, estão contidos. Todos os que caírem fora dos limites desse padrão social são considerados “anormais”.<sup>76</sup>

Podemos perceber, a título de exemplo de o que essas noções podem construir, alguns crimes bárbaros contra os homossexuais, que se assemelham com crimes cometidos no Brasil dos anos 1970 e expostos no *Lampião da Esquina*. Um dos crimes mais impactantes, dentre os vários que poderíamos destacar, são: o caso do gay Wilys Vitoriano, negro de 26 anos, que em fevereiro de 2012 foi encontrado morto dentro da casa em que morava, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. Havia manchas de sangue em várias partes da residência. A vítima estava apenas de sunga e apresentava 68 perfurações no corpo, causadas por diferentes objetos cortantes e na parede da casa de um dos vizinhos, apareceu uma pichação com a palavra: VIADOS. Em Alagoas, no município sertanejo de Olivença, com uma população de 10 mil habitantes, uma travesti de 39 anos (Soraia), foi amordaçada, teve pedaços de madeira introduzidos no ânus e o pênis queimado com álcool. “Sobreviveu alguns dias, com muitas dores, exalando odor de podridão, até que foi operada, sendo retirado do intestino grosso um pedaço de madeira de 15 cm, morrendo logo a seguir com infecção generalizada”.<sup>77</sup>

O tratamento dado pela polícia não é muito diferente dos tempos de *Lampião*, destaquemos o caso de Lucas Fortuna de 28 anos, jornalista de Goiânia, ativista gay, morto em 19 de novembro de 2012 por dois assaltantes numa praia na região metropolitana de

---

<sup>76</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: Uma história dos costumes. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 201.

<sup>77</sup> Cf. GRUPO Gay da Bahia. Assassinatos de Homossexuais no Brasil. In: *Quem a homotransfobia matou hoje?* 2012. Disponível em: <<http://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/ultimo-relatorio/>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-ano-de-2011>>; RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.

Recife. Seu corpo com o rosto desfigurado foi encontrado com profundas marcas de espancamento. O Departamento de Homicídios de Pernambuco declarou tratar-se de latrocínio, descartando ódio homofóbico. Presos, os dois assassinos confessaram ter na mesma noite assaltado quatro indivíduos, limitando-se a roubar-lhes o celular. No caso de Lucas, espancaram-no, saltaram em cima de seu corpo e jogaram-no ao mar de um penhasco de dez metros. Porque mataram com tanto ódio apenas o gay? Estes são apenas alguns casos, entre tantos outros, que diariamente ocorrem em nosso país.<sup>78</sup>

As discussões tanto no âmbito acadêmico, quanto no cotidiano dos sujeitos, sobre as (homo)sexualidades no Brasil é algo ainda considerado novo. Porém, as relações entre pessoas do mesmo sexo e a violência contra elas, não. Mesmo assim, podemos observar uma diversidade de produções sobre as homossexualidades, entretanto, poucas desenvolvidas no campo da história.

Caminhando para o fim, esse trabalho partiu do anseio em apontar “o dedo na ferida” daqueles que acabam limpando seus rostos com as mãos cheias de sangue. Incomodamos, voltamos, e pensamos que a construção das homossexualidades serviu para firmar a norma e manter a diferença como sinônimo de desigualdade. Enquanto pensarmos homossexualidade como uma característica “permanente” dos sujeitos, como que se guiassem o seu caráter, continuaremos a matá-los para que os mesmos não ameacem a nossa paz, nossa sexualidade, nossa hipocrisia. Essa pesquisa não se pretende pronta, mas apenas com um ponto final, pois a violência contra os sujeitos que se comportam fora da norma heterossexual está aí, e cabe a nós, não só como pesquisadores, mas como sujeitos, indagar porque tamanho ódio, e buscar formas de construir uma sociedade menos repressora e hostil. Não se trata de “dar voz” aos oprimidos, mas compreender as falas dos grupos sociais na polifonia própria das disputas sociais e de construção/manutenção da memória dos sujeitos no Brasil recente.

---

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. Assassinatos de Homossexuais no Brasil.

## A geração de 70: sobre expressões do amor na sociedade de 1970 no Brasil<sup>1</sup>

### The generation of 70: about expressions of love in 1970's society in Brazil

Luís Felipe Gonçalves do Nascimento

Graduando em História

Universidade Federal da Paraíba

felipe.gcn@hotmail.com

Recebido: 11/05/2015

Aprovado: 23/07/2015

**RESUMO:** Este artigo se dispõe a investigar subjetivações amorosas da geração de 1970 a partir da poesia marginal. Pretende-se aqui entender o contexto em que se desenvolve, no Brasil, o grupo de artistas denominado marginal; e a partir da poesia produzida pelo mesmo, identificar aspectos nas relações afetivas vivenciadas pela sociedade brasileira. Para tanto, foi salutar entender como se desenvolve o ideal de amor dentro da perspectiva ocidental para que fosse possível produzir uma narrativa de tal processo. Em segundo momento, foi de fundamental importância compreender a conjuntura em que se insere o Brasil da década de 70, quando a repressão trazida pelo golpe militar se efetiva. Para ilustrar a mentalidade da geração marginal, expressa na poética da década de 70, estudo dois poetas do período, o primeiro do início do movimento, a saber, Ricardo de Carvalho Duarte (Chacal) e Ana Cristina César. Por fim, como fundamentação teórica, foi demasiado importante entrar em contato com as contribuições trazidas pela história cultural, do século XX, para que ancorado em autores como Michel de Certeau e Roger Chartier fosse possível desenvolver um trabalho historiográfico utilizando como fonte a literatura.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Cultural, Sensibilidade, Amor.

**ABSTRACT:** This article sets out to investigate the loving subjectifications generation 1970 from the marginal poetry. It is intended here understand the context in which it develops, in Brazil, the group of artists called marginal; and from the poetry produced by the same, identify aspects in the emotional relationships experienced by Brazilian society. Therefore, it was salutary understand how it develops the idea of love within the Western perspective for it to be possible to produce a narrative that process. Second time, it was critical to understand the environment in which it operates Brazil from the 70s, when the prosecution brought by the military coup becomes effective. To illustrate the mentality of the marginal generation, expressed in the poetry of the 70's, study two poets of the period, the first beginning of the

<sup>1</sup> Este artigo é resultado do projeto *História e Sensibilidades: Sobre História do Amor na Literatura Marginal No Brasil (1970)* e referente ao plano de trabalho *O amor na História: um exercício de interpretação da poética através de manifestações da literatura marginal (1970)*, inserido na linha de pesquisa: *Estudos e Pesquisas em História do século XX*, Financiado pelo CNPQ, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

movement, namely Ricardo de Carvalho Duarte (Chacal) and Ana Cristina César. Finally, as theoretical foundation, was too important to contact the contributions brought by cultural history of the twentieth century, so anchored on authors such as Michel de Certeau and Roger Chartier was possible to develop a historiographical work using as source literature.

**KEYWORDS:** Cultural History, sensibility, love.

## Introdução

Este artigo se projeta no intuito de entender subjetivações amorosas através da Literatura produzida no Brasil na década de 1970, que recebe a alcunha de Literatura Marginal por se distanciar dos cânones literários que permeavam a poética até então. Desta forma, este estudo está amparado na perspectiva de que a história pode ser desenvolvida a partir das mais variadas fontes, a exemplo: a literatura, a música, o cinema, bem como se lançar em uma busca de compreender os afetos humanos. O estudo dos afetos, da cultura, bem como do contexto social, é fundamental para que a história consiga construir uma narrativa que se empenhe em abranger os ambientes e as formas de manifestação cultural de determinada sociedade.

Na medida em que se desenvolveu este estudo pôde-se compreender formas de percepção de mundo da geração pós-68, que incorporaram uma ruptura com o pensamento que está culturalmente enraizado na tradição de uma sociedade que se formou sob o amparo da cultura judaico-cristã. A produção literária brasileira durante a década de 1970, aquela denominada geração marginal, é tomada como base para entender os resquícios do pensamento antifundamentalista incorporado nos ideais da sociedade da década de 1970. Opto por entender como, no Brasil, durante o período militar, foram desenvolvidos os ideais ligados à sexualidade, ao amor, bem como aos costumes ligados e engendrados na tradição judaico-cristã.

No segundo capítulo da *Apologia da História*<sup>2</sup> Marc Bloch propõe uma problemática ao ofício de historiador que é o fato de este estudioso não conseguir contemplar empiricamente seu objeto de estudo. Posto isto, o autor concebe um mérito de verdade no que é transferido, através, segundo o mesmo, por testemunhas, aos sujeitos que se debruçam

---

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

a uma “reconstrução”, a mais verdadeira possível, do fato ocorrido. Para Bloch, portanto, o passado só pode ser percebido indiretamente, isto é, não por uma relação direta entre sujeito e objeto, mas por um fio, um elo que liga este àquele, o qual Bloch vem a chamar de “testemunho”.

Ponderando acerca da possibilidade de uma contemplação direta entre fato e historiador, o autor defende que por mais próximo que o investigador esteja do fato, estará sempre rodeado por ideias secundárias, pré-formadas: “toda coletânea de coisas vistas é, em boa metade, de coisas vistas por outros”<sup>3</sup>, e desta forma, a proximidade pura e plena entre observador e passado é comprometida.

Nesta perspectiva historiográfica, o que é aqui desenvolvido se fundamenta na tentativa de produzir uma narrativa que seja uma representação da sociedade brasileira da década de 1970, entendendo as manifestações e subjetivações amorosas da mesma a partir da poesia marginal. Para tanto, a poética de Ana Cristina César e de Ricardo de Carvalho Duarte (Chacal) auxiliam a construção de uma produção historiográfica, no sentido de demonstrar e ilustrar a mentalidade da sociedade brasileira do período em questão.

### **Modernidade**

O século XX é cenário de uma série de mudanças nas estruturas da sociedade. Na medida em que analisei o processo desencadeado ao longo deste período observei uma mudança em comportamentos que não se desvelam, por exemplo, na Idade Média. De modo que a modernidade<sup>4</sup> é um campo de florescimento de comportamentos, onde é notória a incorporação de uma nova mentalidade adentrando o contexto social. Desta forma, o estudo aqui apresentado se desenvolve na premissa de que há uma continuidade nos comportamentos humanos, bem como momentos em que se torna evidente o alvorecer de motivações que rompem com o que se está tradicionalmente posto à sociedade. É de fundamental importância destacar rupturas trazidas pelo século XX, como por exemplo, o modo como se processa o ideal de amor ao longo deste século.

---

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. BLOCH, *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, p.70.

<sup>4</sup> Modernidade aqui diz respeito a mudanças socioculturais que podem ser percebidas no limiar do século XX.

A maneira como a sociedade interage com a sexualidade foi, paulatinamente, ganhando novas significações com o aparecimento dos ideais modernos do século XX. Nesta perspectiva, é notório o desenvolvimento de um novo modo de agir no que concerne à maneira de expressar afetos, bem como as formas de que se dispõe para viver a sexualidade ao longo da segunda metade deste período. Considerando este recorte, e seu desdobramento processual, tenta-se aqui fazer uma análise que não se debruce na história factual, para que não se observe os fatos isolados, bem como não se perca no que Marc Bloch denomina de “Ídolo das Origens”<sup>5</sup> para que os fatos não sejam explicados em uma gênese tão distante que se desconecte de sua realidade contextual.

Anthony Giddens concebe a modernidade como uma fase de mutação onde as forças naturais são incorporadas à sociedade. Nestas circunstâncias há uma inter-relação que permeia os aspectos naturais em consonância com o convívio social, que poderíamos conceber como algo criado para conter a natureza instintiva humana; nas palavras do próprio Giddens “A modernidade está associada à socialização do mundo natural”.<sup>6</sup> Há aqui uma clara tentativa por parte deste pensador em estabelecer o mundo moderno como um espaço onde o que é natural deve ser controlado, em prol do desenvolvimento da sociedade.

Baseado na ideia de que a sociedade pós-moderna<sup>7</sup> segue seu curso distante da concretude dos valores outrora vigentes, Zygmunt Bauman elabora a ideia de amor líquido, que se dedica a ser um estudo acerca das relações e componentes da sociedade do mundo em que estamos inseridos. A flexibilidade e a fluidez das relações pós-modernas se mostram como determinantes para que se consiga vislumbrar a moral diluída do mundo presente. A “modernidade Líquida”, portanto, plastifica e relativiza os valores de forma a inseri-los na categoria de mutável, instável, dinâmico, rompendo com os cânones, com os imperativos absolutos que nortearam a humanidade em sua história.

---

<sup>5</sup> Termo usado por Marc Bloch em: *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*.

<sup>6</sup> GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 45.

<sup>7</sup> Os termos modernidade e pós-modernidade são usados para descrever as mudanças perceptíveis no comportamento humano no século XX. Entretanto, os dois autores referenciais, a saber, Zygmunt Bauman e Anthony Giddens mantêm um conflito conceitual, que não é o cerne deste estudo, onde o primeiro concebe o mundo pós-moderno como um novo estágio, um novo paradigma; entretanto, Giddens admite o estágio do que se coloca como pós-moderno como um período de transformação e não de ruptura, por isso, para o mesmo, ainda estaríamos inseridos na modernidade.

Em seu conceito de amor líquido Zygmunt Bauman adverte que a duração eterna do amor está cada vez mais rarefeita. O “até que a morte nos separe” cede lugar a episódios isolados que põem em xeque a noção de que relacionamentos devem ser preservados e mantidos. Esta noção de amor perpétuo é proveniente de um discurso claramente romântico.

Admitindo que os valores são alterados, preservados ou descartados à maneira como os sujeitos se portam dentro de seu contexto, é possível vislumbrar uma demasiada influência do mundo capitalista dentro de nossa representação de amor. Nas palavras de Bauman: “E assim é uma cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados [...]”.<sup>8</sup> De tal forma o sentimento é convertido em mercadoria, em algo que se desvela sem esforço e que garanta a gratificação sem que haja elaboração para justificá-lo.

A velocidade acelerada também se mostra como uma demanda de nossa sociedade. A tendência dos indivíduos em não suportar a espera é cada vez mais notória. Posto isto, a clara necessidade de experimentar o maior número de possibilidades que o mundo líquido nos oferece resulta na quebra dos estereótipos tradicionais. O ritmo que conduz o modo de produção das mercadorias invadiu a consciência das pessoas. O que até pouco tempo deveria se perpetuar como a cultura, as relações, as práticas religiosas, cedem lugar a uma ânsia em experimentar e conhecer o que se mostra como novo.

### **O universo artístico e o golpe de 1964 no Brasil: censura, perseguição e contracultura**

A tomada de poder por parte dos militares, o golpe militar, ocorrida em abril de 1964, transforma a cena política brasileira. Todavia, esta transformação não se limita ao instante em que a ditadura fora instalada. O momento mais caótico se dá quando da divulgação, em 1968, do AI-5 (Ato institucional número 5). Doravante, a repressão aos intelectuais, o processo de censura, os milhares de exilados e as características do que se concebe por uma ditadura começam a vir à tona. A censura que toma forma na ditadura militar, não se

---

<sup>8</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade das relações humanas*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 21.

apresenta como uma metodologia fechada que acompanha o governo durante os seus vinte e um anos de vigência.

A censura provoca um efeito colateral, que ademais, poupa-lhe demasiado trabalho. A partir do momento em que os intelectuais se vêm obrigados a filtrar sua arte, a ter que moldá-la ao meio opressor, surge, mesmo que inconscientemente, uma barreira à criação, que advém da certeza de que sua obra será filtrada, ou melhor, não passará pela censura. Desta forma, percebemos dois filtros que retiram do artista sua liberdade de criação: o primeiro é o externo a ele, e diz respeito à conjuntura em que o criador está inserido. Doravante outro empecilho aparece não mais externo, mas interno, que abrange as faculdades de quem, porventura, se dispunha a criar, a isto se denomina autocensura.

É preciso, portanto, conceber que esta se acirra com a promulgação do AI-5, onde a perseguição toma corpo sob uma forma mais concreta; bem como tomar cuidado com as estatísticas divulgadas no período em questão, onde uma significativa dose de parcialidade rondava parte dos veículos de informação, bem como dos representantes das camadas governamentais. Zuenir Ventura adverte no que concerne ao crédito conferido aos números: “baseados apenas neles, corre-se o risco de, caminhando sobre verdades aritméticas, chegar-se a conclusões enganadoras tanto para a censura quanto para a cultura”.<sup>9</sup>

Em detrimento à aspiração de uma arte mais rebuscada surge a contracultura, que pode ser sintetizada como um caminho alternativo aos anseios daqueles que experimentavam a cultura, no sentido de que esta plateia vivia sob a noção de que a arte deve provir de um processo de elaboração. Este novo caminho escolhido pelos artistas leva a um distanciamento dos problemas mais imediatos e direcionam sua produção a um conteúdo mais individualista; “a contracultura foi outro dos meios de preencher o vazio cultural, aceitando implicitamente as restrições que a situação geral impunha ao debate mais diretamente voltado para a realidade concreta”.<sup>10</sup>

O livro *impressões de viagem*, de Heloísa Buarque de Hollanda, cujo propósito é investigar os desdobramentos da influência literária no processo histórico do Brasil nas

---

<sup>9</sup> GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000, p. 53.

<sup>10</sup> GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa Buarque De; VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em Trânsito*, p.64.

décadas de 1960 e 1970, é dividido em três temas principais, a saber, “a participação engajada, a explosão anárquica do Tropicalismo e seus desdobramentos e a opção vitalista de produção alternativa, conhecida como poesia marginal”.<sup>11</sup> Desta divisão, Heloísa Buarque de Hollanda ressalta que não pretende que se note nesta uma divisão metódica e fechada, visto que estes “movimentos” não se definem “como momentos de ruptura ou mesmo como movimentos claramente definidos”<sup>12</sup>, mas que se possa a partir dela vislumbrar novos debates e ampliar os horizontes do estudo do período em questão.

No início dos anos 60 havia um interesse por parte dos jovens em acreditar em um engajamento intelectual ligado às “formas de militância política”.<sup>13</sup> Nesse âmbito, a produção artística é tomada como algo capaz de promover uma inquietação, no sentido mais concreto do termo, que pudesse contribuir ao desenvolvimento ou melhoramento da sociedade. Esta participação engajada se daria, em larga medida, graças ao novo contexto gerado pelo governo de J.K. e seu consequente plano de modernização.

Neste ideal de modernização acoplou-se a ascensão de grupos, através da entrada maciça de capital estrangeiro, que não conseguem unir-se sob um ideal comum, e que, estando dispersos “mostram-se incapazes de formular uma política autônoma e de fornecer bases próprias para a legitimidade do Estado”.<sup>14</sup> Nessas circunstâncias em que o poder do Estado está descentralizado, a ideologia de um processo revolucionário vem à tona; como exemplos têm-se, em 1962, o aparecimento do anteprojeto do Manifesto do *Centro Popular de Cultura* (CPC), cuja meta era promover um engajamento por parte dos intelectuais na política nacional.

O movimento Tropicalista parte da insatisfação de um grupo de artistas que se mostravam irrequietos com a conjuntura em que se encontrava o Brasil. Soma-se a isto a influência do movimento *hippie* que legitimava e compartilhava a mesma insatisfação, nos Estados Unidos e na Europa, bem como afirma Heloísa de Hollanda “O cinema de Godard, os Beatles, a canção de Bob Dylan”.<sup>15</sup> Desta forma, o movimento Tropicalista despreza a

---

<sup>11</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de Viagem*. CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/1970. São Paulo: Editora brasiliense, 1980, p. 10.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 10.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 15.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 16.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 53.

crença em uma tomada de poder por parte das massas, percebe-se uma demasiada simpatia pelos meios de comunicação; e uma notória inclinação de mostrar-se como moderno, portanto, como nos adverte Heloísa “o Tropicalismo é a expressão de uma crise”.<sup>16</sup>

Estes jovens intelectuais em crise e insatisfeitos se aliam a uma imprensa secular, onde as informações consideradas subversivas circulavam, destaca-se “*Pasquim, Flor do Mal, Bondinho, A Pomba*”<sup>17</sup>. O conteúdo explicitado pelos tropicalistas nesses meios de comunicação demonstra uma preocupação voltada para as chamadas minorias “negros, homossexuais, freaks, marginal de morro, pivete, madame satã, cultos afro-brasileiros e escola de samba”<sup>18</sup>, e não mais um engajamento disposto à revolução como outrora. Desta forma, o tropicalismo é mais próximo do que se concebe como anarquismo do que de um movimento preocupado com as massas.

Do início do Golpe Militar até a promulgação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), as produções que se opunham ao sistema de governo não havia, ainda, de maneira efetiva, sofrido perseguições. Entretanto, a partir do AI-5 os opositores do governo começaram a sofrer severa repressão. Assim como demonstra Heloísa Buarque de Hollanda:

No campo da produção cultural a censura torna-se violentíssima, dificultando e impedindo a circulação das manifestações de caráter crítico. Não mais apenas os militantes são violentamente perseguidos, como professores, intelectuais e artistas passam a ser enquadrados à farta na legislação coercitiva do Estado, sendo obrigados, em muitos casos, a abandonar o país.<sup>19</sup>

Como alternativa à oposição do regime militar ao campo cultural, surge uma arte que disfarça as mensagens consideradas pelo governo como subversivas, a esta manifestação denomina-se arte marginal. É a partir de 1970 que a literatura marginal se mostra nos cenários da arte brasileira; manifestação esta que, para que pudesse circular, gerava “uma espécie de circuito semimarginal de edição e distribuição”.<sup>20</sup> Esta produção à margem do palco principal da elite literária brasileira é passada de mão em mão. Os livretos circulam de maneira a “contaminar” o público. Por fim, convém observar que a literatura marginal aparece como

---

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 55.

<sup>17</sup> HOLLANDA. *Impressões de Viagem*, p. 63.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 66.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Impressões de Viagem*, p. 90-91.

<sup>20</sup> BRITO apud HOLLANDA. *Impressões de Viagem*, p. 97.

um alerta, um despertar, que incitasse à reflexão sobre o sistema vigente. O que reverbera em uma crítica da própria maneira de articulação da linguagem.

### **A Literatura Marginal**

A configuração social e cultural do Brasil a partir de 1970 faz surgir um grupo de artistas que se encarregam de contestar o que se expressa através do suposto avanço causado pelo governo em vigência. Este movimento, que fora adjetivado como marginal, rompia com as pretensões dos precedentes da década de 1960, a exemplo, os engajados cepecistas, e os despreocupados tropicalistas; mas norteava sua visão a partir das manifestações tidas como simplórias e sem importância, nas palavras de Heloísa Buarque de Hollanda, “aqui, não se tratava apenas de poesia com a marca suja da vida. Percebia-se um esforço para agir e viver a definição de um cotidiano especial, descompromissado, desburocratizado e bem humorado”.<sup>21</sup>

A produção feminina é, decerto, quantificada neste processo. Uma produção que se lança como uma ilustração do que se convinha entender por mulher moderna, cujo domínio masculino é posto como arbitrário, bem como as condições sufocantes que o sistema capitalista impõe a essas mulheres. É neste sentido que a literatura feminina produzida na década de 70 vai além do discurso feminista, segundo Heloísa “na busca de igualdade, o discurso que informa as lutas feministas de certa maneira legitima os mitos que sustentam o modo de produção capitalista”.<sup>22</sup>

Desta forma, o movimento feminista não conseguiu se desprender da fatídica regra do consumismo imposta às mulheres. É esta percepção que leva a crer em um transbordamento da literatura feminina de 70, um ir-além do feminismo. Ana Cristina César, em *Cenas de Abril*, nos oferece uma pista para que percebamos o florescimento e influência da mulher na poesia da década de 70, diz a autora: “posso ouvir minha voz feminina: estou cansada de ser homem”.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup>HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Depois do Poemão. In: GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloísa Buarque de; VENTURA, Zuenir. *70/80 Cultura em Trânsito*, p. 186.

<sup>22</sup>\_\_\_\_\_. *70/80 Cultura em Trânsito*, p. 200.

<sup>23</sup>CESAR, Ana Cristina. *Poética*. São Paulo: Companhia das letras, 2013, p. 32.

A marginalidade dos poetas da década de 70 serve como pano de fundo à elaboração de uma poética, dotada de um discurso externo a obra, que coloca tal geração no circuito artístico. Nesta medida, a incorporação de traços que se distanciam do círculo literário acarreta em uma prática dotada de características pertinentes ao discurso artístico. Portanto, a ânsia em se mostrar antiliterário e a força com que o movimento marginal se estabelece, levam-nos a aceitar que o discurso produzido por esta geração vingou, frutificou e rompeu com cânones estipulados pelo circuito literário.

A militância de Ana Cristina não se configura como uma luta no sentido de uma revolução política. Esta autora está direcionada a um propósito que diz respeito a romper com os cânones e limitações de caráter estético impostos à arte. Desta forma, a poética de Ana C. busca romper com a tradição literária vigente na história da poesia do Brasil. Nas palavras de Ítalo Moriconi, quando se adentra no universo lírico desta autora é salutar “compreender que a poesia de Ana se desengaja da militância ortodoxa para engajar-se numa política de linguagem Anti-autoritária”<sup>24</sup>. Esta singularidade, decerto, é um dos motivos da inserção da autora no circuito marginal da década de 1970.

A lógica da poética de Ana Cristina está vinculada à “produção de uma verdade”, remetendo à impossibilidade, no tocante a arte, em representar a realidade de maneira concreta. Esta postura se expressa, por exemplo, na inclinação de entender o autor pela obra, de modo que esta serviria e nasceria apenas como um fruto intrínseco à vida de seu autor. Para Ana Cristina a noção de uma representação é substituída pela de produção, de forma que a arte faz parte da realidade, insere-se nela, porém não se limita a ilustrá-la de maneira fiel.

É sabido que a autora busca romper com as vanguardas. E como maneira alternativa recorre a inserir nos seus poemas fatos cotidianos, comum à massa, escolha estética diretamente ligada à produção dos “marginais”. De acordo com Annita Costa Malufe “nos poemas de Ana C., o dia-a-dia é o lugar por excelência”.<sup>25</sup> Annita tenta chamar atenção para o fato de que, embora o cotidiano seja o ambiente da poesia de Ana Cristina, a autora não se

---

<sup>24</sup> MORICONI, Ítalo. *Ana Cristina César: o sangue de uma poeta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura, 1996, p. 50.

<sup>25</sup> MALUFE, Annita Costa. *Territórios Dispersos: A Poética de Ana Cristina César*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006, p. 23.

limitou a descrever fatos corriqueiros, instantâneos (poema minuto), mas são frutos de uma reflexão, de um detalhamento sobre poesia e literatura.

A autora de *A Teus pés* pressupõe que a literatura se desenvolve em um universo próprio e particular; de modo que a sua organização é pertinente à própria obra, isto é, constrói-se a partir de uma junção de símbolos e significados que pertencem ao próprio sistema interno da mesma, não estando limitada a mera representação do material e empírico. Nesse sentido, a obra atinge um poder de criação de onde emanam representações próprias, o poema “não almeja imitar o mundo”<sup>26</sup>, mas elabora seu próprio universo, “nesse sentido, ao falarmos da poética de Ana C., falamos da palavra viva, palavra que cria realidades”.<sup>27</sup>

Esta criação de realidades, mesmo sendo, na percepção de Ana Cristina, autônoma, é desenvolvida através da incorporação de forças do mundo real ao poema. Desta maneira, em “afectos femininos da escrita”<sup>28</sup>, Annita Costa Malufe discute a possibilidade de formas e trejeitos dentro da poética feminina. A autora de *Territórios Dispersos* nos relata que a problemática se dá em atribuir o caráter representativo à literatura, de modo que esta funcionaria como um reflexo límpido e claro da realidade. Esta posição não só limitaria a poética como a transferiria a um plano de compromisso com o real, com a nossa lógica racionalista. O discurso do poeta, em Ana, nas palavras de Malufe, “é uma fala que não representa, mas apresenta, nos dá as forças do real e inventa novas forças”.<sup>29</sup>

A década de 70, portanto, revela-se como um espaço fértil onde se manifesta uma série de vertentes, de “modelos”, para que se produza a literatura. Devido a esta imensidão de propostas, de correntes que convivem em um espaço-tempo, é estabelecida certa semelhança desta fase com o impacto provocado na arte brasileira pela Semana de Arte Moderna, em 1922. Entretanto, Chico Alvim adverte que os ambientes em que estes dois momentos se engendram são totalmente avessos. Se a Semana de Arte Moderna fora produzida com toda a pompa, riso e euforia que se espera em uma festa, a literatura marginal se desenvolve em meio ao medo da repressão, do exílio “[...] A alegria de 22 era mais clara,

---

<sup>26</sup> MALUFE. *Territórios Dispersos*, p. 42.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *Territórios Dispersos*, p. 48.

<sup>28</sup> Capítulo do livro *Territórios Dispersos*.

<sup>29</sup> MALUFE. *Territórios Dispersos*, p. 90.

mais transparente, surgia num espaço político aberto. Ao passo que a nossa alegria é de natureza fundamentalmente diferente, ela nasce do medo[...]”.<sup>30</sup>

Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, em *26 Poetas Hoje*, A poesia Marginal rompe com o puritanismo acadêmico da maneira mais abrangente que se pode perceber na história da literatura brasileira. Mesmo em comparação com a Semana de Arte Moderna de 1922, o movimento da década de 1970 é sobremaneira diferenciado dos circuitos estabelecidos como regras para se obter uma composição literária.

Entretanto, este desapego ao rigor acadêmico não suplanta a mensagem que se deseja transmitir nessa explosão de “marginalidade”. A comicidade presente nestas composições é, segundo Heloísa Buarque de Hollanda, uma maneira de demonstrar ao leitor que é absolutamente possível ler poesia sem que se possua a “áurea iluminada do poeta”<sup>31</sup>. Assim se pronuncia a autora:

A presença de uma linguagem informal, a primeira vista fácil, leve e engraçada e que fala da experiência vivida contribui ainda para encurtar a distância que separa o poeta e o leitor. Este, por sua vez, não se sente mais oprimido pela obrigação de ser um entendido para se aproximar da poesia.<sup>32</sup>

Em outro momento de *26 Poetas Hoje* Heloísa enfatiza que a literatura marginal traz uma “incorporação poética do coloquial como fator de inovação e ruptura com o discurso nobre acadêmico”.<sup>33</sup>

### Poemas e interpretações<sup>34</sup>

A primeira providência  
é ver se há um cargo  
Se tiver, ele há de querer entrevistá-lo  
Ao meio-dia o candidato estará aqui  
o senhor querendo  
ficarei também para recebê-lo  
O telegrama dizia porque meu nome não fora aprovado  
razões de segurança, denúncia de um amigo

---

<sup>30</sup> ALVIM apud HOLLANDA. *70/80 Cultura em Trânsito*, p. 204.

<sup>31</sup> Esta expressão remete a ideia de que para fazer parte do meio literário o homem, ou mulher, precisaria de uma inspiração quase que divina, que o garantisse a posição elevada em contraposição aos homens comuns.

<sup>32</sup> HOLLANDA, Heloísa Buarque De. *26 Poetas Hoje*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2007, p. 10.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. *26 Poetas Hoje*, p. 11.

<sup>34</sup> Os poemas aqui apresentados foram selecionados e estudados a partir da antologia: HOLLANDA \_\_\_\_\_. *26 Poetas Hoje*.

que virou meu inimigo [...]”<sup>35</sup>

O poema *Postulando* diz respeito à chamada de um indivíduo a um interrogatório, entretanto, como metáfora à comunicação usa-se a imagem de uma suposta candidatura a um cargo, fato que, se ocorrer bem, resultará, segundo o eu-lírico, em uma entrevista. No oitavo verso há a exposição de que o fato ocorrera graças à “denúncia de um amigo”, por “razões de segurança”.

Prestai-me vossas oiças,  
Oh Grandes Monarcas,  
Presidentes da República,  
e outros Chefes Supremos  
Que ditais os destinos da Humanidade  
da magnificência de vossos palácios  
e de vossos austeros gabinetes...<sup>36</sup>

Trata-se de uma crítica aos dirigentes de uma nação, ao poder que se acumula nas mãos de um homem e que, segundo o eu-lírico quando se refere a estes dirigentes “[...] Que ditais os destinos da humanidade/ da magnificência de vossos palácios/ e de vossos austeros gabinetes [...]”. O poema, entretanto, traça uma diferença entre os líderes a ele contemporâneos e os de outrora, como nos antigos totalitarismos. Segundo o poema os primeiros só governam de longe, dando ordem; já os líderes como Napoleão se dirigem, de acordo com o eu-lírico, “A frente da Turma”.

O rebanho trafega com tranqüilidade o caminho:  
é sempre uma surpresa ao rebanho que ele chegue  
ao campo ou ao matadouro.  
Nenhuma raiva  
nenhuma esperança o rebanho leva,  
pouco importa que a flor sucumba aos cascos  
ou ainda que sobreviva.  
Nenhuma pergunta o rebanho não diz:  
até na sede ele é tranqüilo  
até na guerra ele é mudo –  
o rebanho não pronuncia,  
usa a luz mas nunca explica a sua falta  
usa o alimento sem nunca se perguntar.  
Sobre o rebanho o sexo  
que ele nunca explicava  
e as fêmeas cobertas  
recebem a fecundidade sem admiração.  
A morte ele desconhece e a sua vida,

---

<sup>35</sup> ALVIM apud HOLLANDA. 26 *Poetas Hoje*, p. 17.

<sup>36</sup> SALDANHA apud HOLLANDA. 26 *Poetas Hoje*, p. 30.

no rebanho não há companheiros  
há cada corpo em si sem lucidez alguma.

O rebanho não vê a cara dos homens  
aceita o caminho e vai escorrendo  
num andar pesado sobre os campos.<sup>37</sup>

O eu-lírico usa da imagem de um rebanho para demonstrar a moral de um grupo reprimido. Metáfora que diz respeito à condição de incapacidade de olhar crítico, de falta de autonomia, típica de um grupo que se deixa conduzir (rebanho). Segundo o eu-lírico “nenhuma pergunta o rebanho não diz/ até na sede ele é tranquilo/ até na guerra ele é mudo”.

A poesia é a lógica mais simples.  
Isso surpreende  
aos que esperam ser um gato  
drama maior que o meu sapato[...]<sup>38</sup>

O poema *Poeta e Realidade* se mostra como fiel exemplo da proposta dos poetas marginais da década de 70; de maneira que o ar simples e cômico irrompe das entrelinhas, como afirma o eu-lírico “A poesia é a lógica mais simples/ isso surpreende/ Aos que esperam ser um gato/ drama maior que o meu sapato”. Nestes versos, a “aura imaculada” de um poema rico em imagens, cultura e recursos literários é dispensada em detrimento a uma crítica à própria sofisticação artística.

Quem diante do amor  
ousa falar do Inferno?  
Quem diante do Inferno  
ousa falar do Amor?[...].<sup>39</sup>

Isabel Câmara estabelece, a partir do antagonismo presente nas expressões amor e Inferno, a suposta incapacidade por parte dos indivíduos em correlacionar os dois estados de “espírito”. O momento infernal vivido à época do que se conviria denominar Literatura Marginal é, pois, o arcabouço que segundo o eu-lírico impossibilita ou, sendo menos radical, prejudica a expressão do amor em momentos semelhantes ao que se passa quando da escrita de *Manhã de Frio*.

---

<sup>37</sup> CAPINAN apud HOLLANDA. 26 *Poetas Hoje*, p. 77.

<sup>38</sup> HOLLANDA. 26 *Poetas Hoje*, p. 81.

<sup>39</sup> CÂMARA apud HOLLANDA. 26 *Poetas Hoje*, p. 213 -214.

## **Subjetivações amorosas na poética marginal da década de 70: a mudança comportamental**

O ano de 1968 é um divisor de águas no campo cultural. A maneira com que foi vivido demonstra a ansiedade dos que dele participaram em promover uma revolução nas relações estruturais da sociedade. Este sonho em mudanças abarcava o âmbito religioso, sexual e até mesmo a forma com que a humanidade consumia as manifestações artísticas que englobam o abrangente campo cultural. Se a ideia de uma transformação global não fora alcançada, e de fato não foi, tem-se que prestar reconhecimento a este período na virada cultural na mentalidade dos que nele viveram, bem como nas que receberam seu legado por herança.

Segundo Zuenir Ventura, ao se referir à geração de 68 “ela experimentou os limites de todos os horizontes políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos”.<sup>40</sup> Desta forma, é evidente a riqueza deste período, bem como a sua contribuição a uma nova tomada de consciência, de uma revalorização dos valores tradicionais.

Em *A Mais Bela História do Amor*, Dominique Simonnet, desenvolve a ideia de que é característica do amor possuir uma história. Esta perspectiva traz à tona a ideia de que o amor não é um conceito que se fecha em si próprio, que se lança à sociedade de maneira absoluta, imutável. Neste raciocínio, o caráter dinâmico desta capacidade humana autoriza-nos traçar um caminho, uma perspectiva de evolução.<sup>41</sup> Nesta perspectiva, o autor propõe três palavras-chave para nortear a discussão sobre a história do amor, a saber, “sentimento, casamento, sexualidade”.<sup>42</sup> De tal forma, segundo o autor, guiados por estes três conceitos poderíamos traçar um panorama acerca das relações amorosas entre os humanos.

Os poetas marginais, no Brasil, se inserem em um contexto de repressão, tradicionalismos e cânones; e recebem esta alcunha pelo fato de romperem com a tendência romântica e idealista. Há, nos poetas em questão, uma nítida adesão aos novos valores

---

<sup>40</sup> VENTURA, Zuenir. *O Ano que não Terminou*. 3º ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008, p.18.

<sup>41</sup> O termo evolução não está sendo usado no sentido de transitar do pior para o melhor, mas na tentativa de que se perceba uma dinâmica no que se refere ao amor.

<sup>42</sup> SIMONNET, Dominique. *A Mais Bela História do Amor: do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Difel, 2003, p. 09).

apresentados pela geração de 1968, onde o amor, por exemplo, é distanciado do ideal platônico, idealista, e trazido a ser sentido carnal e materialmente.

Na poética do período abordado estão expressos, não como espelho e documento, mas como construção de uma realidade, os ideais feministas, a tomada de consciência e equivalência entre os sexos masculino e feminino, bem como um transbordamento do corpo, da sexualidade, característica demasiadamente presente no comportamento da geração de 68.

Este amor seria, pois, desbundado. E o seria no sentido de não haver nele a predisposição de um cânone ideológico e metafísico. Mas incorporava em si a certeza de que o homem pode ser norteado por um desejo de liberdade, incorporava também, a necessidade latente de rever os fundamentalismos presentes na cultura em que estamos inseridos, cultura esta que diz respeito a ideal puritano causado pelo pensamento judaico-cristão. No poema de Chacal *Primeiro Eu Quero Falar de Amor*, nota-se o despreendimento da consciência amorosa tradicional na década em questão:

Meu amor se esparrama na grama  
Meu amor se esparrama na cama  
Meu amor se espreguiça  
Meu amor deita e rola no planeta<sup>43</sup>

A imagem do planeta terra exposta no poema também faz parte de um livro escrito por Chacal em 1972, a saber, *Preço da Passagem*, e nos remete a uma possibilidade de experimentação ao que a terra nos ofereça. De maneira que ao homem estaria conferida a graça de desfrutar dos bens presentes no seu habitat, diz o eu-lírico no poema *Hóspede do planeta*:

Orlando viajou de balão.  
Atravessou vales, rios e mares. Depois desceu.  
Subiu numa pedra e disse publicamente:  
– De hoje em diante soy hóspede do planeta.  
Por enquanto.  
E mandou seu novo endereço à freguesia.<sup>44</sup>

Este amor, expresso na poesia da década de 70, é embebido na certeza de que apenas o agora nos é palpável e tangível, de modo que não há espaço para projeções; o presente, mais imediato possível, é a norma e regra que corrobora este “espírito” que corrói a geração

---

<sup>43</sup> CHACAL. *Belvedere* [1971 – 2007]. São Paulo. Cosac Naify. Rio de Janeiro: 7 Letras, (Coleção Ás de colete; 18) 2007, p. 349.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Belvedere*, p. 332.

marginal. Como é possível notar no poema *20 Anos Recolhidos* de Chacal, contido no livro *Muito Prazer*, Ricardo:

Chegou a hora de amar desesperadamente  
apaixonadamente  
descontroladamente  
Chegou a hora de mudar o estilo  
de mudar o vestido  
Chegou atrasada como um trem atrasado  
Mas que chega <sup>45</sup>

Como exemplo desta resignificação da moralidade, é notória na geração de 68 a explosão e reconfiguração de alguns comportamentos. A relação conjugal já não repousa sob a tradição cristã, estipulando normas fundantes e sagradas da vida entre homem e mulher. O cunho sexual deste período é notório, transborda ao mundo de maneira agressiva. Abre-se, portanto, a possibilidade de relações extraconjugais, de certa consciência de que o homem pode ser libertar dos limites “caretas” impostos pela moral judaico-cristã<sup>46</sup>. Desta maneira, é possível notar as contingências invadindo os amores essenciais<sup>47</sup>, como forma de justificação a uma possível abertura, de uma ruptura com a tradição; bem como uma ânsia de experimentação, de abranger todos os espaços e dimensões que a vida venha a oferecer. Aparece-se, pois, sob sua forma mais notória, a visão presentista de mundo, de modo que o futuro é apenas uma possibilidade, alhures, bem como o passado já não mais nos diz respeito.

O caráter “libertário” dos novos relacionamentos desencadeados a partir do final década de 1960 traz consigo um imperativo que diz respeito à obrigação de quebra com a tradição judaico-cristã. Neste contexto, o culto ao sexo, a efemeridade das relações são expressões intrinsecamente vinculadas ao meio no qual a comunidade se desenvolve, bem como o ideário que a motiva. O exacerbamento na valorização das questões pertinentes a sexualidade invade o imaginário de tal forma que, no período em questão, percebe-se certa banalização da sexualidade, e uma nova regra é imposta, a de marginalizar tudo, ou qualquer

---

<sup>45</sup> CHACAL. *Belvedere*, p. 357.

<sup>46</sup> É sabido, pelo próprio material disposto, que a história é perpassada por traições, relações homo afetivas, que se distanciam do cânone moral cristão, ignorar isto seria ingenuidade. Entretanto, a geração de 68 tende a encarar este fato de maneira natural, mesmo que sejam conhecidos exemplos em que a prática não obedecia a mentalidade progressista.

<sup>47</sup> As expressões “contingenciais” e “amores essenciais” remetem ao filósofo francês Jean Paul Sartre e sua companheira Simone de Beauvoir; segundo estes, o fato de haver uma relação conjugal não impede relacionamentos terceiros, fórmula que parece não ter sido validada no caso dos dois.

coisa que se assemelhe ao puritanismo e práticas que porventura viessem a impor barreiras ao corpo. Como é possível observar no poema *amor Puro* de Chacal:

Nosso amor puro  
Pulou o muro  
Caiu na vida  
Jamais seremos  
O par romântico  
Que outrora fomos.<sup>48</sup>

O amor mudou, ou, dito de outra forma, o amar mudou. A literatura marginal, produzida no Brasil durante a década de 1970, é perpassada por uma ruptura no tocante aos tradicionalismos de outrora. Como, por exemplo, a “chegada” do que denominamos Idade Moderna que não nos garante pressupor uma era de liberdade sexual; de florescimento dos instintos; ou de exteriorização do que vinha sendo aprisionado pelos clérigos católicos desde ao longo da Idade Média. O Renascimento não garantiu uma libertação dos cárceres morais, no que concerne ao modo de relacionamento entre os indivíduos, mas no contexto em questão este movimento prosseguiu com as normas impostas pela ética cristã. Distantes da igreja, ou não tão distantes assim, os estados modernos também se mostram como repressores dos instintos; firmando a ideia de pureza para que se pudesse manter a ordem. De tal forma, a concepção de uma igualdade e liberdade sexual só se nos apresenta, pelo menos de forma visível, no século XX, de acordo com Jacques Solé “foi preciso esperar até a metade do século XX para que as mentalidades começassem a mudar”.<sup>49</sup>

### **Considerações finais**

O século XX aparece na história como uma passagem que transportaria os seres humanos do inferno do enclausuramento, trazido, grosso modo, pela moral judaico-cristã, ao paraíso da liberdade sonhada e realizada em 1968. Os anos que sucedem a I Guerra Mundial, os quais se denominam anos loucos, já demonstram certa ruptura no que diz respeito à condição de relacionamento entre os indivíduos. Há uma clara separação entre os sexos (homens vão ao campo de batalha, mulheres permanecem em casa, sem o seu parceiro); após a Segunda Guerra e, por conseguinte após a traumática experiência de um fim de mundo, o direcionamento para o presente imediato se torna claro, é preciso viver o agora,

---

<sup>48</sup> CHACAL. *Belvedere*, p. 247.

<sup>49</sup> SOLÉ apud SIMONNET. *A Mais Bela História do Amor*, p. 81.

“a partir de 1945, o hedonismo introduziu-se nos casais legítimos. O *baby boom* foi um de seus efeitos”<sup>50</sup>.

Firmada na ideia de presentismo, a geração de 1970 manifesta demasiada ruptura com os valores tradicionais. Os grupos jovens tomados pela ideia de uma liberdade sexual reivindicam a necessidade de expressar as emoções de maneira a quebrar todos os tabus outrora estabelecidos. De tal forma, o sexo passa a fazer parte da vivência de maneira demasiado visível e descartável. Os jovens quebram os antigos preceitos com o objetivo de que se conseguisse produzir uma sociedade liberta das tradições, dos dogmas amplamente difundidos pela religião; “maio de 68 foi uma Revolução antiautoritária, antitradicionalista, na qual a sexualidade agiu como um farol, como um instrumento de medida da mudança em curso”.<sup>51</sup>

Contudo, para o desenvolvimento deste artigo, foi utilizada a análise da produção poética de apenas dois dos 26 poetas apresentados na antologia de Heloísa Buarque de Hollanda, são eles Ricardo de Carvalho Duarte (Chacal) e Ana Cristina César. A hipótese inicial, que motivou a escrita deste texto, a saber, a possibilidade de novas formas de pensar e viver o amor, a sexualidade, bem como de uma ruptura com a tradição judaico-cristã, milenarmente enraizada na cultura ocidental, se confirma na poesia destes dois autores.

Portanto, o estudo das novas sensibilidades, visualizadas na década de 1970 no Brasil, se abre em um leque de possibilidades várias. No que tange a participação feminina, por exemplo, há uma gigantesca representação marginal sobre este fenômeno. Aqui, a ênfase recai sobre como o grupo alternativo (marginal) idealizou e poetizou uma sociedade libertária. Outra grande contribuição dos marginais, por exemplo, remete a pequenas ironias ao regime militar<sup>52</sup>, de modo que no presente texto, este aspecto aparece apenas como ilustração do que fora o grupo de poetas marginais, o aprofundamento deste indício fica aberto a pesquisas futuras.

---

<sup>50</sup> SOHN apud SIMONNET. *A Mais Bela História do Amor*, p.142.

<sup>51</sup> BRUCKNER apud SIMONNET. *A Mais Bela História do Amor*, p. 149.

<sup>52</sup> Ver poema postulando, de Francisco Alvim.

# A dissolução da identidade em corpos complexos: Para além do binarismo masculino/feminino<sup>1</sup>

## The dissolution of identity in complex bodies: Beyond the binarism male/female

**Ederson Luís Silveira**

Mestrando em Linguística

Universidade Federal de Santa Catarina

ediliteratus@gmail.com

Recebido em: 10/06/2015

Aprovado em: 26/08/2015

**RESUMO:** As identidades na pós-modernidade não podem ser mais vistas como fixas, imutáveis e homogêneas. Dessa forma, a (des)construção da identidade está associada aos cuidados e às representações do corpo a partir da subjetividade. Procuraremos analisar como ocorrem as subjetivações de gênero enquanto *locus* de indício dos processos de formação de identidades a partir da (des)identificação social. Esta pesquisa é documental pelo fato de explorarmos conteúdos (sequências discursivas extraídas de entrevistas com o cartunista Laerte Coutinho veiculadas em meios midiáticos) que ainda não passaram por tratamento analítico específico, tornando-se matéria-prima a partir das quais desenvolveremos as análises propostas. Também será bibliográfica porque serão utilizadas categorias teóricas já exploradas por outros pesquisadores e porque é imprescindível que se faça um levantamento da bibliografia referente à temática estudada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidades, Gênero social, Subjetividades.

**ABSTRACT:** Identities in Postmodernity cannot be more viewed as fixed, immutable and homogenous. In this way, the (not) construction of identity is linked to care and to the representations of the body from the subjectivity. We will analyze how the gender while established online locus of indication of identity formation processes from the (not) social identification. This research is the fact that explore documentary content (interviews broadcast in media circles) that have not yet been through specific analytic treatment, becoming matter – press from which will develop the proposed analysis. Will also be theoretical categories shall be used as bibliographic already explored by other researchers and because it is essential to do a survey of the bibliography on the topic studied.

**KEYWORDS:** Identities, Social genre, Subjectivities.

**No meio do caminho tinha...**

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

A linguística enquanto ciência se permitiu reformular com o passar do tempo para que pudesse possibilitar em seu interior problematizações acerca dos modos de observar o mundo e o objeto de estudo a que se debruçam os pesquisadores da área: a linguagem. Hoje alguns pesquisadores como Moita Lopes<sup>2</sup> defendem o diálogo entre áreas diversas para haja maior leque de possibilidades de observação sobre o objeto a ser estudado. Na aula inaugural do *Collège de France*, Foucault<sup>3</sup> apresenta uma visão interessante sobre a atualização de um enunciado inserido em uma conjuntura social e historicamente situada: o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Sendo assim, as contribuições dos estudos foucaultianos podem ter servido como aparato teórico/metodológico auxiliar de investigação para que pesquisadores pudessem debruçar sobre *corpus* nos quais dos enunciados emergissem posições de sujeito que se afirmassem como sujeitos de determinadas sexualidades. Isso não faz com que todo trabalho seja apenas mais um trabalho sobre Foucault e os estudos da sexualidade, mas que, a partir do retorno de enunciados (muitas vezes já proferidos) se possam promover deslocamentos, rupturas, abordagens e releituras. Desse modo, o presente trabalho se situa neste caminho: o de apresentar como os estudos foucaultianos podem contribuir para pensar a dissolução da identidade na contemporaneidade. É um texto a partir de alguns estudos do pensador francês que segue na direção de pensar com Foucault<sup>4</sup> tornando outros textos possíveis além dos que ele escreveu. Eis o acontecimento de sua volta a partir da provocação que aqui se busca percorrer para lançar luzes aos modos como podem ser percebidos sujeitos e sexualidades na atualidade.

Dessa forma, percebendo aqui a linguagem como espaço de interação<sup>5</sup>, a abordagem arqueológica proposta por Michel Foucault pode servir de aparato metodológico em relação

---

<sup>2</sup> MOITA LOPES, Luís Paulo da. (Org.) *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>4</sup> A expressão “pensar com Foucault” remete a um livro de Jean Jacques Courtine de mesmo título, para quem o uso dos conceitos foucaultianos pode ser “submetido à prova de um trabalho de análise histórica. Sua aposta é clara, para os sujeitos que somos: descobrir a parte de história no cotidiano de nossos corpos, forjar os instrumentos que permitem compreendê-la.” (COURTINE, Jean Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 09).

<sup>5</sup> KOCH, Ingedore. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004. (A escolha da justificativa deste viés acerca da linguagem será explicitada mais adiante).

a determinados arquivos (no caso em questão entrevistas entre períodos determinados previamente). E para que sejam refletidas questões que transcendam o universo do enunciado, podemos realizar gestos de interpretação no sentido de averiguar que movimentos possibilitaram que a história revelasse um terreno de rupturas em que se torna possível examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são (des)construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.

### **Sobre o corpus e a abordagem deste estudo**

Na contemporaneidade, a mídia reflete de maneira substancial sobre as atitudes e os comportamentos dos indivíduos, de maneira a engendrar determinadas identidades/subjetividades. Nas discussões sobre gênero ainda discute-se a crítica a modelos padronizadores de comportamento. Dessa forma, em uma entrevista com sujeitos cujo comportamento e dizer foge dessa padronização – já que o dizer também engendra comportamentos, veja-se o caso da corpolatria, que Courtine<sup>6</sup> descreveu em que corpos são engendrados como espaços de preenchimentos daquilo que lhes falta - podemos notar, munidos de arcabouço teórico metodológico pertinente as contradições e lugares que determinam o sujeito e que apontam para algo que lhe é exterior.

Nessa medida, em face dos objetivos e do objeto de estudo dessa pesquisa, convém enquadrá-la como sendo uma pesquisa documental pelo fato de explorarmos conteúdos (no caso, duas entrevistas veiculadas em meios midiáticos mais e menos conhecidos) que ainda não passaram por um tratamento analítico específico, isto é, são ainda matéria-prima<sup>7</sup>, a partir da qual desenvolveremos nossas análises. Trata-se também de uma pesquisa de natureza bibliográfica, uma vez que utilizamos de categorias teóricas já exploradas por outros pesquisadores e porque é imprescindível que se faça um levantamento da bibliografia referente à temática estudada<sup>8</sup>, como a coleta de informações e conhecimentos prévios acerca

---

<sup>6</sup> COURTINE, J.J. Os stakhanovistas do narcisismo. In SANTANNA, D.B. (org.) *Políticas do corpo*: Elementos para uma história das práticas corporais. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

<sup>7</sup> SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>8</sup> MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

do problema para o qual se procura resposta<sup>9</sup> que, no caso dessa pesquisa, contemplará os autores que enfocam a identidade sob o prisma dos estudos do discurso, dos estudos de gênero e dos estudos culturais, em que os estudos foucaultianos tornam-se pertinentes para contribuição da instauração de gestos de olhar para o objeto a ser observado.

Quanto aos objetivos e à abordagem da pesquisa, podemos classificá-la como uma pesquisa descritiva e interpretativa de abordagem qualitativa, em função da necessidade de descrever/interpretar, a partir dos enunciados presentes nas revistas analisadas, as movências de sentido e as redes de memória responsáveis pela/s constituição/s identitária/s do sujeito entrevistado. O *corpus* será formado por sequências discursivas extraídas de duas entrevistas de períodos distintos com o quadrinista Laerte Coutinho.

Sobre ele, podemos dizer que estudou comunicações e música na ECA-USP, porém não se formou nestes cursos. Laerte participou de várias publicações como a “Balão” e “O Pasquim”. Colaborou também com as revistas “Veja” e “Istoé” e os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”. Criou diversos personagens, como os “Piratas do Tietê” e “Overman”. A escolha das datas se deve ao fato de que foi no ano de 2010 que Laerte revelou à Folha de São Paulo porque aderiu publicamente ao *Crossdressing* (frequentemente abreviado para "CD")<sup>10</sup> e porque, a partir daí, participou de vários programas televisivos e de mídia impressa e porque em 2012, tornou-se cofundador de uma instituição voltada a pessoas com essa nuance de gênero, a ABRAT – Associação Brasileira de Transgêneros.

Aqui cabe estabelecer as premissas que nos levam à distinção entre indivíduo e sujeito, sendo o sujeito alguém que tem existência individualizada no mundo, objeto de estudo das ciências sociais, por exemplo. Cabe ao sujeito a delimitação que nos foi apresentada por Foucault. Dessa forma, os mecanismos de objetivação e subjetivação produzem o indivíduo moderno, podemos olhar para o sujeito a partir da identificação de

---

<sup>9</sup> CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Pretince Hall, 2002.

<sup>10</sup> Sobre o *crossdresser* ou CD, trata-se de uma “[...] pessoa que gosta de se vestir com roupas do sexo dito oposto ao seu sexo biológico, independentemente de sua orientação sexual e que, comumente, não realiza mudanças definitivas no corpo como o implante de próteses para os seios – eventualmente fazendo uso de hormônios – e se contentando com uma montagem restrita a algumas horas por dia/semana ou períodos mais significativos da vida” (LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Anablume, 2011, p. 142).

um indivíduo atrelado a uma identidade que reconhece como sua. O autor estabelecia raciocínios no sentido de mostrar que não coloca o homem como ponto de partida ou centro de análise do seu pensamento e nem o concebe como uma “[...] realidade plena, o ser concreto que vive, luta, trabalha, fala, e que conquistou a natureza, subjugou suas forças e sobre ela estabeleceu um império [...]”<sup>11</sup>. Por isso, a análise não começa pelo sujeito, mas em pensar nos processos de subjetivação que antecipam a constituição dos sujeitos<sup>12</sup>. No presente trabalho procuramos analisar elementos que permitam a aparição de enunciados outros que não os discursos heteronormativizados sobre gênero e sexualidade. Assim, procuraremos analisar como ocorrem as subjetivações de gênero enquanto *locus* de indício dos processos de formação de identidades a partir da (des)identificação social.

### **Ingressando no terreno das (des)continuidades: hibridizando estudos sobre linguagem, cultura e representações de gênero**

Sendo este um estudo que visa contribuir os estudos da linguagem, dialogando com outros estudos deste caráter, torna-se aqui necessário traçar alguns preâmbulos do que seja língua. Isso porque quando Saussure elege o objeto de estudo da linguística ele menciona que a língua é este objeto. E, antes que se possamos debruçar sobre uma definição do que seja a linguagem (e não a língua, portanto) torna-se necessário que recorramos às palavras do fundador da linguística enquanto Ciência, Ferdinand de Saussure:

Mas, o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem, ela é apenas uma parte dela, essencial, é verdade. E, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para possibilitar o exercício de tal faculdade pelos indivíduos. Considerada em sua totalidade, a linguagem é multiforme e heteróclita; cavalgando sobre diferentes domínios, ao mesmo tempo físico, fisiológico e psíquico, ela pertence ainda ao domínio individual e ao domínio social; ela não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos, e é por isso que não sabemos como determinar sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo em si mesmo e um princípio de classificação. Uma vez que nós lhe atribuímos o primeiro lugar entre os

---

<sup>11</sup> BRUNI, J. C. *O Sujeito em Foucault*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1989, p. 199-200.

<sup>12</sup> SILVEIRA, E.L. *Pensar com Foucault: história, sujeito e discurso*. Cadernos Discursivos, Catalão-GO, v. 1 n. 1, p. 38 - 50, 2014.

fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação<sup>13</sup>

Desse modo, cabe aqui estudar a linguagem, por ser mais abrangente e por considerar as relações sociais no contexto dos estudos linguísticos. De acordo com Koch<sup>14</sup> a linguagem humana tem sido concebida de diversas maneiras, resumidas nas três a seguir:

Linguagem como espelho do mundo. Neste caso, a linguagem seria usada para representar o mundo, nomear o que nos rodeia, por exemplo.

Linguagem como lugar instrumento (meio) de comunicação. Aqui seria necessário pensar em um modelo de emissor que envia uma mensagem através de um canal por meio do qual a mensagem é veiculada para um receptor estando aí a síntese da utilização da linguagem.

Finalmente temos a linguagem como meio de interação. Situamo-nos, para a presente proposta de reflexão sob a terceira hipótese. Isso porque acreditamos que a linguagem não apenas representa o mundo como também o constrói (saussureanamente falando, o ponto de vista define o objeto). Do mesmo modo refutamos a segunda hipótese sob a pena de reduzir a língua a uma quase infinidade de óbvios (eu falo + você escuta = nos entendemos). Por que a língua é passível de múltiplas interpretações, não quer dizer que todas as interpretações são válidas nem que aquilo que eu intenciono dizer será claramente compreendido pelo outro exatamente da forma como eu intencionei significar.

Dessa forma, situamo-nos na terceira hipótese porque acreditamos nas palavras de Geraldi<sup>15</sup> quando diz que a linguagem é um jogo que se joga em sociedade, e é no interior de seu funcionamento que podemos estabelecer as regras de tal jogo. Anos de teorias e métodos que definiram o objeto de estudo aos critérios mais diversos delimitaram, cercaram, esmiuçaram hipóteses de que a linguagem não seria óbvia nem transparente.

A partir das definições de língua existentes com o passar dos anos, podemos perceber que ocorre um redirecionamento dos espaços de significação. Assim, se a língua não é apenas espelho ou representação do mundo ou apenas veículo (meio) de comunicação (porque entre

---

<sup>13</sup> SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 25.

<sup>14</sup> KOCH. *A interação pela linguagem*.

<sup>15</sup> GERALDI, João Wanderley (org.). *O texto em sala de aula*. Porto Alegre: editora sulina, 2006.

as coisas que dizemos, por exemplo, e os sentidos - que são produzidos independentes de nossas vontades- existem intervalos abissais) então o significado das coisas no mundo se estabelece, de acordo com a autora mencionada anteriormente, a partir dos espaços de interação. No mesmo caminho temos as palavras de Fiorin, para quem “a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada”<sup>16</sup> Isso porque só percebemos o mundo a partir daquilo que nomeamos.

Em seguida, antes que se possa pensar em uma relação equivalente entre as palavras e as coisas, o autor menciona que signos não são etiquetas colocadas nas coisas, mas podemos perceber a língua não como nomenclatura, mas formas de “categorizar, organizar e interpretar o mundo” (idem).

No âmbito dos processos de categorização e organização do mundo estão, portanto nossos “conceitos” de mundo, nossas impressões e a língua possibilita não apenas a comunicação entre os homens, mas a (re)significação da realidade á nossa volta. A despeito disso, não somos tão autônomos no uso da língua e alguns sentidos já estavam cristalizados antes mesmo de nascermos. Dessa forma, trata-se de perceber no uso da língua o fato de que o homem está, nas palavras de Max Weber, retomado por Clifford Geertz<sup>17</sup>, preso a uma teia de significações que ele mesmo teceu.

Levando em consideração a presença de Laerte Coutinho e sua inscrição discursiva e corporal nos terrenos do *crossdressing*, se torna pertinente, no presente trabalho que buscamos traçar, uma pergunta realizada por Foucault no prefácio da história de Herculine Barbin, em 1982, intitulado “O verdadeiro sexo”<sup>18</sup>. Em um texto intitulado “O Ocidente e a verdade do sexo” escrito para a revista *Le monde* em 1976 e em uma nova introdução à obra *A vontade de saber*, em 1977, intitulada “Sexualidade e verdade”<sup>19</sup>, bem como, também em janeiro de 1977 em uma entrevista para a revista *La Quinzaine Littéraire*, intitulada “As relações

---

<sup>16</sup> FIORIN, J.L. Teoria dos Signos. In: FIORIN, J.L. (org.) *Introdução à Linguística I - Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 54.

<sup>17</sup> GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978, p. 13-41.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. O verdadeiro sexo. In: FOUCAULT, Michel. *Herculine Barbin: Diário de um hermafrodita*. Tradução Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 1-9.

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. Sexualidade e verdade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 11-12.

de poder passam para o interior dos corpos”<sup>20</sup>. Os textos mencionados, dos anos de 1976 e 1977 foram publicados em 2014 na IX edição dos *Ditos & Escritos* de Michel Foucault, organizado por Manoel Barros da Motta e que traz como subtítulo “Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade”. Neste contexto, é o tema das relações entre sexo e verdade<sup>21</sup> que o presente trabalho busca abordar. Portanto, voltemos à afirmação que aparece no prefácio do diário de Herculine Barbin e que serve de inspiração para a presente pesquisa, cujas palavras são as seguintes:

Precisamos *verdadeiramente* de um *verdadeiro* sexo? Com uma constância que chega às raias da teimosia, as sociedades do Ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta. Situavam obstinadamente essa questão do “verdadeiro sexo” numa ordem de coisas onde se podia imaginar que só contam a realidade dos corpos e a intensidade dos prazeres<sup>22</sup>.

Em seguida, Foucault<sup>23</sup> vai mencionar que essa compulsão em atribuir o verdadeiro sexo por muito tempo não existiu. A partir da história da medicina e da justiça em relação à questão dos hermafroditas, o pensador menciona que levou anos até que se lhes fosse estipulado como exigência o dever de estes terem designados para si um único e verdadeiro sexo já que, durante muito tempo, admitia-se que o hermafrodita tivesse dois sexos. Para além da crônica de vida de Herculine Barbin, o presente estudo pretende refletir acerca dos gêneros na atualidade.

O que mais me surpreendeu no relato de Herculine Barbin foi que, no seu caso, não existe verdadeiro sexo. O conceito de pertença de todo indivíduo a um sexo determinado foi formulado pelos médicos e pelos juristas somente no século XVIII, mais ou menos. [...] Na civilização moderna, exige-se uma correspondência rigorosa entre o sexo anatômico, o sexo jurídico, o sexo social: esses sexos devem coincidir e nos colocam

---

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. “As Relações de Poder Passam para o Interior dos Corpos”. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 35-43.

<sup>21</sup> Neste contexto, o problema parece ser, para Foucault “interrogar os jogos de verdade – isto é, as relações por meio das quais o ser humano se constitui historicamente como experiência – que permitem ao homem pensar-se quando se identifica como louco, como doente, como desviado, como trabalhador, como quem vive ou quem fala, ou ainda como homem de desejo. É por essa razão que o filósofo define seu trabalho, no final de sua vida e de maneira retrospectiva como uma ‘história da verdade’” (REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 87)

<sup>22</sup> FOUCAULT. O verdadeiro sexo, p. 01.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. O verdadeiro sexo, p. 01-09.

em uma das duas colunas da sociedade. Antes do século XVIII, havia, no entanto, uma margem de mobilidade bastante grande<sup>24</sup>.

Cabe, neste sentido, que sejam destacadas algumas hipóteses principais norteadoras do presente trabalho: a sexualidade também é construída discursivamente e as discussões foucaultianas podem contribuir para pensarmos sobre as relações entre o sexo e a verdade no Ocidente, dizendo respeito à construção toda e qualquer sexualidade e não apenas das sexualidades desviantes, anormais e subversivas, mas também tratam da(s) heterossexualidade(s) (re)produzida(s) através da história; e, toda vez que um sujeito fala de si, há um exterior constituinte que se mostra e se oculta através da voz desse sujeito que extrapola a noção de um sujeito fundante, centrado em si e consciente, conforme postulado por diversas correntes teóricas filosóficas, principalmente a partir de Descartes.

De acordo com Geertz<sup>25</sup> não seria necessário para entender as relações que se estabelecem entre o homem e sua cultura a busca por leis como proposto pelas ciências experimentais, mas uma ciência interpretativa à procura do significado. Dessa forma, propomos aqui uma discussão sobre a questão da dissolução da identidade, expressão encontrada em uma entrevista<sup>26</sup> da professora doutora Margareth Rago, do Departamento de História da Unicamp, para a revista do Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, localizada na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (UNISINOS). Propusemos aqui que se trabalhe em zonas de diálogo *indisciplinarmente*, como propõe Moita Lopes<sup>27</sup> para que se estabeleçam estudos mestiços, atentos aos interesses a que servem os conhecimentos produzidos entre os estudos do pensamento foucaultiano (principalmente aqueles contribuíram para os estudos do discurso a suas relações com a história e a linguagem), os estudos culturais e os estudos de gênero.

Não é que se torne mais fácil, mas propor abordagens diferentes que contribuam neste olhar para a língua pode permitir direcionar-se para contextos diferentes, por causa da

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. O misterioso hermafrodita. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Organizador Manoel Barros da Motta; tradução: Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 86.

<sup>25</sup> GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, p. 13-41.

<sup>26</sup> RAGO, Margareth. Entrevista (por Márcia Junges). O natural não é ser homem ou mulher. A dissolução da identidade. *Revista IHU* São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos n. 335, ano X, jul. /2010. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3340&secao=335](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3340&secao=335) acessado em agosto de 2014.

<sup>27</sup> MOITA LOPES. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*.

abordagem trans/inter/indisciplinar. Não é uma nova escola de estudos da linguagem, mas é preciso que se perceba que o pensamento é constituído de diversas rupturas e intersecções, e raramente os pesquisadores pensam homogeneamente. Por isso torna-se necessário, nas palavras do autor<sup>28</sup> que se perceba que todo conhecimento é político e vem de algum lugar. É preciso politizar o ato de pesquisar pensando alternativas para a vida social como parte intrínseca dos modos de teorizar terreno dos estudos da linguagem.

Sobre a dissolução da identidade, podemos revelar que os comportamentos ligados à sexualidade são históricos. Dessa forma, Foucault promove a desconstrução da imagem do corpo reduzido e essencializado a partir de um binarismo incontornável<sup>29</sup>, Porém as representações de gênero e sexualidade oriundas deste binarismo masculino/feminino fazem com que qualquer sexualidade desviante da norma heterossexual seja vista como desvio e até mesmo passível de cura em alguns casos. Os transgêneros rompem de certo modo a dualidade baseada apenas no sexo biológico, pois muitas vezes quebram a imagem do gênero ligado à genitália, já que a aparência do exterior de seu corpo não está necessariamente ligada ao sexo biológico. Para a historiadora Margareth Rago na entrevista mencionada anteriormente, o pensamento de Foucault pode nos ajudar a compreender as pessoas sem catalogá-las através de “etiquetas sexuais”. Afinal de contas, não se nasce homem ou mulher.

Vale ressaltar que os discursos sobre a homossexualidade possuem um suporte histórico e institucional, que permite ou proíbe sua realização<sup>30</sup>. Dessa forma, entendem-se aqui as práticas discursivas como saberes e poderes que visam normatizar, controlar e estabelecer verdades que pretendem responder às demandas sociais, políticas ou morais. Vale lembrar também que até a segunda metade do século XIX o termo “homossexualidade” não existia, sendo cunhado por Karl-Maria Kertbeny com o objetivo de denunciar as injustiças da lei antissodomia prussiana. Contudo, o conceito logo foi apropriado pela sexologia para designar uma perversão sexual e uma personalidade anormal. Como bem

---

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*.

<sup>29</sup> SWAIN, Tânia Navarro. Para além do binário: os *queers* e o heterogênero. *Gênero*. Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, vol. 2, no 1, Niterói, UFF, 2. sem, 2001, p.93-94.

<sup>30</sup> GIACOMONI, Marcello Paniz, VARGAS, Anderson Walewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Rev. Online Veredas**. Juiz de Fora, 2010, p. 119-129. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf> acessado em 22 abr. 2014.

apontou Foucault<sup>31</sup>, é somente nesse século que práticas sexuais passam a designar “espécies” de humanos, transformando-se em categorias identitárias. Em outras palavras, o que antes eram atos moralmente condenáveis, mas que podiam ser realizados por quaisquer pessoas, a partir de então, passam a designar personalidades específicas.

Contrariando a chamada “hipótese repressiva”, segundo a qual a moral burguesa vitoriana teria reduzido a sexualidade ao silêncio, colocando-a sob o julgo da função reprodutora e restringindo-a, assim, ao quarto dos pais, Foucault defende que vivemos, ao menos desde o século XVII, numa sociedade que “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar”<sup>32</sup>.

Sendo assim, a sexualidade não foi reprimida pelo capitalismo, depois de ter vivido em liberdade. O filósofo desconfia desse alegado silêncio e, desconstruindo tal hipótese, afirma que o sexo foi, na verdade, colocado em discurso: temos vivido mergulhados em variados discursos sobre a sexualidade, pronunciados pelas mais diferentes instituições sociais (Igreja, Psiquiatria, Sexologia, Direito, entre outros).

A partir dessa constatação, Foucault empenha-se em descrever esses discursos e seus efeitos, investigando não apenas como, através deles, se produziram e se multiplicaram as classificações sobre as espécies ou tipos de sexualidade, mas também como ampliaram os modos de vigiá-las, controlá-las e puni-las. A sexualidade encontra-se, portanto, sujeita ao discurso de uma pedagogia cultural que se encarrega de “reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais, conectados com o tipo de sociedade na qual os indivíduos estão inseridos”<sup>33</sup>.

No século XIX, com o surgimento dos conceitos “homossexual” e “homossexualidade”, como já elucidado acima, as práticas sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo (que sempre existiram em todas as sociedades) passam a receber uma nova conotação. Não serão mais compreendidas, como eram até então, como um acidente, um

---

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal. 11ª ed, 1993.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I*, p. 14.

<sup>33</sup> MENEZES, Marcelo Lima de. *Educando para diversidade: uma questão de direitos*. Sergipe: J. Andrade, 2012, p. 12.

pecado eventual, um erro ou uma falta moral a que qualquer um poderia incorrer, pelo menos em potência. Tais práticas, a partir de então, passam a ser lidas de um modo bem distinto. Entende-se que elas revelam uma *verdade oculta do sujeito* (sic). Desse modo, o homossexual não é mais um sujeito qualquer que caiu em um pecado e/ou em um delito, ele se constituía num sujeito de outra *espécie*. Em relação a ele, agora, para Louro, “haveria que inventar e pôr em execução toda uma sequência de ações: punitivas ou recuperadoras, de reclusão ou de regeneração, de ordem jurídica, religiosa ou educativa”<sup>34</sup>.

Desse modo, se a análise da língua busca averiguar segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras pode ocorrer a formação de outros enunciados, a análise do acontecimento discursivo apresenta outra questão: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?”<sup>35</sup>. Neste contexto, os enunciados passam a ser considerados a partir de onde emergem e o que afirmam ou negam, segundo que leis são formados e que acontecimentos existem sobre o pano de fundo em que eles têm existência e são (re)produzidos. Trata-se não de analisar estruturas formais ou leis de construção dos enunciados, mas o instante de sua existência e as regras de seu aparecimento, a fim de descrever não uma “configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática discursiva e definem sua especificidade”<sup>36</sup>.

A oposição entre o verdadeiro e falso aparece em Foucault na *Ordem do discurso*<sup>37</sup> como algo que constitui um sistema histórico, modificável e institucionalmente coercitivo. Assim, para Castro, nos deparamos “com diferentes distribuições dos limites entre o verdadeiro e o falso ou, segunda sua própria expressão, com diferentes morfologias da vontade de verdade. A verdade tem, então, sua própria história”<sup>38</sup>. Assim, com as reflexões sobre o poder (na discussão em que a produção de discursos é controlada, selecionada, organizada e distribuída, está inserida indiretamente a questão do poder enquanto feixe de relações) está a centralidade das problematizações acerca dos saberes. Isso se deve ao fato de que a partir da noção de

---

<sup>34</sup> LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 88.

<sup>35</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012, p. 33.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*, p. 30.

<sup>37</sup> FOUCAULT. *A ordem do discurso*.

<sup>38</sup> CASTRO, Edgardo. *Introdução a Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 81.

acontecimento, temos todo um escalonamento de tipos de acontecimentos distintos entre si que não gozam da mesma amplitude de alcance, nem a mesma capacidade de produzir efeitos.

Foucault<sup>39</sup> no primeiro volume da *História da Sexualidade* nos mostrou que tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade não passam de conceitos forjados no século XIX pela medicina visando patologizar sexualidades que não estariam ligadas à reprodução. O que aqui está em jogo é que mesmo que haja a inadequação, o desajuste destes corpos “que não se encaixam”, as normas regulatórias de gênero não incidem as malhas do poder perpassando apenas estes corpos, mas em todos os corpos independente de estarem “de acordo” com as normas regulatórias de gênero social e culturalmente (re)produzidas. Neste contexto, vale reiterar, o sexo também é construído discursivamente.

Ainda em relação à Foucault, podemos dizer que atravessará nosso presente estudo as postulações de Foucault sobre a história enquanto espaço de descontinuidade (em que se ataca o modo positivista de perceber a História enquanto acontecimento linear reconstruído a partir de um início em formato de progressão até o presente, como se isso ocorresse sem conflitos e entraves), a questão do arquivo (análise das coisas ditas a partir de método arqueológico) e das relações de poder que se estabelecem em rede e nunca em um ou lugares específicos, sendo que o poder está em toda parte, constituindo as relações humanas. Sendo assim, ele trabalhou com temas como saber, poder, discurso, verdade, sujeito, normatização e disciplinarização da sociedade, cuidado de si, enunciado, formação discursiva, História, entre outros. De acordo com Mesquita:

[...] não é objetivo de Foucault apresentar uma visão geral e sistemática da sociedade e da história. Ao contrário, ele almeja traçar um diagnóstico de nosso presente. Talvez por isso suas contribuições atingiram (e atingem) grande parte das ciências sociais e suas ideias ainda intrigam os estudiosos de sua obra, pois ele não fornece receitas nem uma teoria da totalidade social. Ao contrário, deixa aberto o campo das indagações sobre a sociedade, a história, o sujeito e o poder e mostra que a verdade não está posta, não é algo que alcançamos apenas porque sabemos que ela está ali, definida, à espera de ser lograda pelos que acreditam nela. Para ele, a

---

<sup>39</sup> FOUCAULT. *História da sexualidade Vol. I.*

verdade é produzida por discursos que carregam poder e saber, ela não está fora do poder e nem é possível sem ele<sup>40</sup>.

Nosso foco principal parte da análise, portanto, de enunciados e de efeitos produzidos nos sujeitos, utilizando-se para isso, de estudos foucaultianos para perceber as movências de sentido a partir de questionamentos sobre como e porque surgiu este enunciado e não outro em seu lugar? Objetivamos aqui trazer, dessa forma, as contribuições foucaultianas para análise do discurso da/sobre a sexualidade, revelando-a enquanto prática e acontecimento que produz relações de saber, poder e práticas sociais nos tempos em que vivemos.

Também situaremos as contribuições dos estudos de gênero para que possam dialogar com as contribuições foucaultianas apresentadas como luz sobre os excertos apresentados. Sobre os estudos de gênero, podemos afirmar que o contexto atual das discussões de gênero e sexualidade pode ser compreendido a partir de mudanças sociais e teóricas, mudanças estas possibilitadas pelos movimentos de contestação da “normalidade” (como os movimentos feministas, movimentos gays, de lésbicas, travestis, transexuais e a favor de crianças e adolescentes além dos movimentos étnico-raciais). As representações que estas “minorias” ocupam são resultantes da visibilidade criada a partir de suas reivindicações e conquistas e continuamente (des)formam o imaginário social sobre as classes que representam.

### **O homem preso a uma teia de significados que ele mesmo teceu**

As relações de poder desiguais e padrões de normalidade hegemônicos estabelecem identidades consideradas “normais”, autorizadas e permitidas. Na busca pela desconstrução de discursivizações que engendram comportamentos sociais e operam na disciplinarização dos corpos, busca-se cada vez mais estabelecer políticas de identidade<sup>41</sup> a fim de que sejam percebidas as identidades que se estabelecem fora dos padrões e mesmo contra a padronização de gestos e modos de perceber o outro.

---

<sup>40</sup> MESQUITA, Diana Pereira Coelho de. Breves incursões sobre os influxos de Michel Foucault na episteme da análise do discurso. In: *Revista Interdisciplinar*. Teresina: Centro Universitário UNINOVAFAPI. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação. V. 6, n 6 – p. 57-71 jul/dez 2008, p. 59.

<sup>41</sup> FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar et al. (orgs). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Dessa forma, as relações entre língua e identidade ocorrem na medida em que a língua não é apenas representação de um mundo dado *a priori*, mas o contínuo restabelecimento de sentidos e significados que surgem de acordo com as necessidades de (des)construção identitária. Quando digo “eu sou”, o enunciado traz em si uma série de oposições. Como bem antecipou Saussure<sup>42</sup>, a língua não é senão um conjunto de diferenças e adiante reitera que um signo é o que os outros não são.

No âmbito dos estudos culturais, Silva<sup>43</sup> afirma algo semelhante em relação à noção de (des)construção de identidades: ao afirmar algo, estamos necessariamente negando o oposto. Desse modo, a construção da identidade implica afirmação e diferença. Desse modo, só podemos afirmar o que somos em oposição ao que não somos pois, conforme Silva<sup>44</sup>, em um mundo imaginário totalmente homogêneo, em que as pessoas partilhassem a mesma identidade, não fariam sentido as afirmações de identidade.

Os estudos que tematizam a questão da identidade intensificaram-se de maneira vertiginosa nos últimos anos sob os mais diferentes enfoques e em diversas áreas do conhecimento. Em consonância com a necessidade de compreender como o sujeito (des)constrói identidades para si e a relação que estabelece com a alteridade que o constitui esses estudos procuram investigar também de que maneira determinados dispositivos contemporâneos, como a *internet*, acabam por gerenciar/engendrar as identidades, reatualizando enunciados, mobilizando redes de memória e provocando determinados movimentos de sentido.

Entre a identidade e a subjetividade estão os modos de subjetivação do sujeito. Nesse sentido, podemos perceber que o termo “gênero” é utilizado para referir-se a um sistema de signos e símbolos que apontam para relações de poder e hierarquia entre os sexos. Pode referir-se aos modos de expressão no interior do mesmo sexo. Para Schienbinger “[...] ideologias de gênero prescrevem características e comportamentos aceitáveis para homens e

---

<sup>42</sup> SAUSSURE. *Curso de Linguística Geral*.

<sup>43</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2000.

<sup>44</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2000.

mulheres. [...] A identidade de gênero denota como um homem ou mulher individualmente apropriada aspectos de ideologias de gênero como parte de seu senso de eu”<sup>45</sup>.

Para Judith Revel<sup>46</sup>, em Foucault há uma crítica muito espantosa das identidades: porque jamais se é qualquer coisa, porque não se é apenas um objeto no discurso, as práticas e as estratégias de poder, mas uma subjetividade que jamais cessa de inventar-se a si própria, de variar em relação consigo mesma. O pensamento foucaultiano torna-se, portanto, passível de diálogo com os estudos que aqui propusemos, sobretudo no que concerne aos estudos sobre identidade na pós-modernidade.

Então temos no escopo teórico do presente estudo, através da dissolução da identidade, o conceito de “liquidez” que está proposto a partir de Bauman<sup>47</sup>, para quem a pós-modernidade têm essa característica de esvaír-se entre os dedos, de diluir-se em questionamentos e de ressignificar novos aprofundamentos. Aliada aos estudos da pós-modernidade temos o pensamento sobre complexidade oriundo dos estudos de Edgar Morin<sup>48</sup>, para quem, torna-se necessária a percepção de um pensamento complexo, que permita ramificações e intersecções, que permita a contínua reformulação de si e a problematização dos sistemas que o fazem constituir-se como efeito de verdade. Também a complexidade aponta para um elemento norteador destes estudos: Toda e qualquer informação tem apenas um sentido em relação a um contexto em que se situa/é situada. É preciso ligar as coisas que parecem separadas no mundo teórico. Por isso áreas que não apenas a linguística podem auxiliar para observar os usos (e efeitos) da linguagem. Bauman e Morin, ainda que não presentes nas análises realizadas, portanto, estão inseridos, ainda que indiretamente, nos modos de perceber a identidade enquanto conceito multifacetado e que só existe em relação a outros elementos.

---

<sup>45</sup> SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: editora EDUSC, 2001, p. 46.

<sup>46</sup> REVEL, Judith. Uma subjetividade que jamais cessa de inventar a si própria. *Revista IHU São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos*. n. 203, ano VI, 2006. Disponível em [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=553&secao=203](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=553&secao=203) acessado em outubro de 2014.

<sup>47</sup> BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

<sup>48</sup> MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução do francês: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

A complexidade pode servir de característica dos corpos na pós-modernidade, isso se pensarmos nos corpos enquanto lugar social de circulação de discursos e de apreensão/repreensão das redes que (de)formam subjetividades (para Bakhtin, “um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete uma realidade e refrata outra”<sup>49</sup>). Se as identidades nos estudos pós-modernos sob a égide dos estudos culturais trazem esta característica de serem plurais, híbridas e mutáveis, os dois termos revelam novas formas de subjetivação que vão se ligando (e/ou apagando, escondendo) antigas e reformulando-as a partir das práticas sociais de linguagem.

Assim como se postulou em séculos anteriores que a verdade não era universal, imutável pura e atemporal, assim aqui pretendemos estudar como os corpos e a (des)construção das identidades a partir das práticas de subjetivação e discursivização dos enunciados no seio social. Não buscar a verdade, conforme alertou Foucault, mas buscar as circunstâncias que tornaram possíveis tais formas de subjetivações. Como as identidades são vistas como múltiplas e descontínuas, as “normalizações” e mesmo as novas práticas de subjetivação tornam-se “verdades” ou até mesmo possibilidades. Aqui pretendemos identificar de que maneira isso ocorre e que efeitos isso pode produzir nos sujeitos e corpos que pretendemos analisar munidos do arcabouço teórico foucaultiano bem como de estudiosos dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero que por vezes podem emergir no presente estudo.

### **No terreno dos gestos de interpretação: os estudos de gênero na atualidade**

As duas entrevistas aqui utilizadas para que possamos tecer gestos de interpretação são as seguintes: Uma entrevista de Laerte Coutinho no programa “Gabi (quase) proibida”<sup>50</sup> do SBT e uma matéria veiculada em um blog de repercussão na internet (até o momento em que extraí a matéria para análise, havia 3717 curtidas no *facebook* da página do blog) intitulado “Status”<sup>51</sup>, cuja entrevista intitula-se “Laerte Coutinho” e cujo subtítulo chama-se “Um dos

---

<sup>49</sup> BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8ª edição. São Paulo: Huicitec, 1986, p. 32.

<sup>50</sup> DE FRENTE COM GABI 12/02/12 - *Laerte Coutinho* – COMPLETO. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uxD1xXvQWYM&hd=1> Acessado em julho de 2014.

<sup>51</sup> STATUS. *Laerte Coutinho*: um dos cartunistas mais famosos do Brasil, ele virou travesti quase aos 60 anos de idade, ainda namora uma mulher e briga para ter o direito de usar o banheiro feminino. Disponível em: <http://www.revistastatus.com.br/tag/laerte-coutinho/> acessado em julho de 2014.

cartunistas mais famosos do Brasil, ele virou travesti quase aos 60 anos de idade, ainda namora uma mulher e briga para ter o direito de usar o banheiro feminino”.

Para Grossi<sup>52</sup>, o conceito de gênero aparece arraigado com o conceito de sexualidade, fato este que faz com que haja dificuldades no senso comum de separar questões referentes à identidade de gênero de questões ligadas à sexualidade, sendo a segunda marcada pela escolha do objeto de desejo. Aqui se tornam necessárias as palavras da autora para quem

Considero que devemos distinguir identidade de gênero de práticas afetivo-sexuais, porque a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero em concomitância com outras coisas, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução. Além de diferentes formas de interpretar a situação das mulheres em nossa cultura, categorias como *sexo* e *gênero*, *identidade de gênero* e *sexualidade* são tomadas muito seguidamente como equivalentes entre si. De uma forma simplificada, diria que *sexo* é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que *gênero* é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de papéis sociais); que *identidade de gênero* é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que *sexualidade* é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos<sup>53</sup>.

Esclarecendo estes conceitos situados acima a partir da voz de uma antropóloga com experiência nos estudos de gênero, somamos à voz dela as teorias que postulam a questão da dissolução da identidade, em consonância aos estudos que se voltem para perspectivas que caracterizem os seres humanos enquanto sujeitos de identidades transitórias e contingentes.

De acordo com Louro “[...] isso se aplicaria também as identidades sexuais e de gênero. Se assumirmos esta perspectiva, teremos que admitir que também as identidades de gênero e sexuais têm caráter fragmentado, instável, histórico e plural”<sup>54</sup>. Na ótica que assumimos no presente estudo, trata-se de perceber a identidade como passível de ser (des)construída no âmbito da cultura e da história. Sobre isso, a psicóloga Márcia Arán<sup>55</sup>,

---

<sup>52</sup> GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. In: Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 1-18, 1998 [Versão revisada – 2010].

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. Identidade de Gênero e Sexualidade, p.16.

<sup>54</sup> LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, escrever, pesquisar... In: *Educação, Sociedade & Cultura*, nº 25, p. 235-245, 2007, p. 240.

<sup>55</sup> ARÁN, Márcia. A Psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Revista Estudos Feministas* (UFSC. Impresso), v. 17, p. 653-673, 2009.

professora do instituto de Medicina Social da UERJ, pronuncia não sem produzir efeitos polemizadores, que ainda faz sentido falar de sexo masculino e feminino porque são normas de gênero fortemente incorporadas.

Apresentadas estas reflexões sobre os estudos dos gêneros, vamos então verificar de que modo os estudos de gênero e as postulações sobre as identidades a partir dos estudos culturais (que a consideram fluída, passível de desconstrução e em movimento de contínuas mudanças) podem ser percebidas a partir da fala do cartunista Laerte nas entrevistas com excertos em que serão lançadas luzes a partir da teoria dos gêneros. Posteriormente, apresentaremos as contribuições de Foucault para análise do discurso da sexualidade e como elas podem servir de embasamento teórico para o presente estudo.

### **Lançando luzes sobre o corpus**

A entrevista com Marília Gabriela foi transmitida no dia 12 de fevereiro de 2012. O número de vezes que encontramos referências à entrevista em sites da internet é expressivo e aumenta a cada dia. Sobre a entrevista para o blog “Status” justificamos anteriormente a escolha devido à repercussão do site na internet (equivalente ao número de curtidas-ultrapassa 3mil). Ambos, portanto, inicialmente transmitidos e anunciados em mídias diferentes-TV e internet-, cuja primeira entrevista também foi veiculada através do youtube após a exibição televisiva.

Considerando o amplo alcance da internet nos dias atuais, valemo-nos deste argumento para avaliar a (des)construção de sujeitos e discursos que apontam para as (in)definições de gênero (re)produzidas nos contextos mencionados. Vale destacar ainda que a identidade de gênero do sujeito Laerte Coutinho encontra-se em trânsito contínuo entre masculinidades e feminilidades, na posição de um gênero híbrido (adepto do *crossdressing*, como ele mesmo revela em ambas as entrevistas mencionadas) já que falar em identidade de gênero, conforme já mencionamos antes, implica em levar em consideração o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada. Este lugar pode estar refletido no modo como o sujeito engendra para si comportamentos ligados socialmente a papéis sociais como vestuário.

**SD1: Laerte**- “Não tem dia que eu saio de mulher – eu saio “todos” os dias vestido assim. Não vou colocar roupa masculina nunca mais, já doei todas as peças”<sup>56</sup>.

**SD2: Laerte** - “Eu me lembro de ter experimentado saiotos e querer me maquiar. Mas também não deixei de jogar bola e ser um menino normal”<sup>57</sup>.

Quando em 1982, Foucault, ao escrever o prefácio para o diário de Herculine Barbin, mencionou que essa compulsão cultural em atribuir o “verdadeiro sexo” não existiu durante muito tempo e aos hermafroditas não estava estipulada a exigência de designação de um único sexo, pois simplesmente admitia-se que eles tinham dois. Então, médicos e juristas instituíram este “pertencimento” a um único sexo no século XVIII, mais ou menos, nas palavras do pensador francês. Antes do século XVIII havia uma margem de mobilidade muito grande, conforme ele. “Na civilização moderna, exige-se uma correspondência rigorosa entre o sexo anatômico, o sexo jurídico, o sexo social: esses sexos devem coincidir e nos colocam em uma das duas colunas da sociedade”<sup>58</sup>.

Quando, nas sequências discursivas acima, Laerte ao enunciar apresenta modos de subjetivação que destoam das normas regulatórias entre sexo biológico e papéis sociais estabelecidos culturalmente (corpo biológico de homem e vestes culturalmente associadas no Ocidente ao feminino, por exemplo) o que pode ser percebido, no estranhamento que causam travestis, *crossdressers*, transexuais etc. é a obsessão em atribuir-lhes um “verdadeiro sexo”. A utilização do quesito de normalidade associado aos estereótipos sociais de gênero (menino joga futebol, menina brinca de boneca) entra em contradição com o ato de experimentar saiotos e se maquiar. Dessa forma, no limite entre fronteiras, a identidade vai sendo discursivamente construída através do sujeito que aparece como sujeito de determinada sexualidade incompatível com padrões de gênero culturalmente estabelecidos.

Desse modo, a partir das sequências discursivas acima, podemos perceber que as noções de sexo e gênero não estão dispostas em valor de “equidade” (papéis sexuais que “coincidam” com o sexo biológico) em consonância com atitudes definidas para homens ou

---

<sup>56</sup> STATUS. *Laerte Coutinho*: um dos cartunistas mais famosos do Brasil, ele virou travesti quase aos 60 anos de idade, ainda namora uma mulher e briga para ter o direito de usar o banheiro feminino. Disponível em: <http://www.revistastatus.com.br/tag/laerte-coutinho/> acessado em julho de 2014.

<sup>57</sup> DE FRENTE COM GABI 12/02/12 - *Laerte Coutinho* – COMPLETO. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uxD1xXvQWYM&hd=1> Acessado em julho de 2014.

<sup>58</sup> FOUCAULT. O misterioso hermafrodita, p. 86.

mulheres. Se levarmos em consideração o binarismo masculino/feminino podemos dizer que há identidades e subjetivações que o ultrapassam e hibridizam características “esperadas” para determinado gênero e naturalizadas no âmbito social.

Aqui que entra a afirmação da psicóloga Márcia Arán<sup>59</sup> para quem ainda faz sentido falar de sexo masculino e feminino por seres normas de gênero fortemente incorporadas na sociedade. Ou seja, para a autora ainda questões de gênero e de sexualidade são pensadas a partir do binômio masculino/feminino. Apesar disso, ela afirma, existe a possibilidade de uma diversidade de modos de construção de gênero, apontando como desafio a despatologização da transexualidade. Elementos como estes se apresentam frequentemente a partir de enunciados proferidos em diversas instâncias de interação social no cotidiano de qualquer cidade. Se a identidade é diferença e também passível de mudança, ela é construída discursivamente porque ao enunciar, os sujeitos falam sobre si e escapam de si. Isso porque tomado a partir do escopo que aqui consideramos o discurso não é o que é dito, mas um exterior constituinte, que precisa da língua para se materializar. Dessa forma, a todo o momento em que enunciados são proferidos, uma rede de outros enunciados vai se filiando a eles, sem que o enunciadador tenha controle dos efeitos daquilo que pronuncia porque sujeitos e discursos estão inseridos na história e, se percebermos a história no terreno das descontinuidades, as identidades só podem ser múltiplas, heteróclitas e repletas de nuances.

Ainda segundo Márcia Arán, torna-se necessário pensar que as experiências trans ajudam a pensar as identidades como não fixas e imóveis, não sendo nem uma substância no sentido biológico do texto, nem mesmo posições relacionadas à sexualidade permanentemente estabilizadas. Sobre as experiências trans, a autora menciona que no Brasil estas são definidas como transexualidades, travestilidades, *crossdressing* e uma minoria que se autodenomina como transgênero. A autodenominação de sujeitos como sujeitos de determinada sexualidade traz a tona o que Foucault intitulou “colocar o sexo em discurso”. As representações de si sobre si e sobre o outro perpassam os domínios da identidade e, assim, a tornam muito mais complexa do que definir que o que é se estabelece em oposição ao que não se é, pois isso reduziria o estudo das identidades ao terreno dos binarismos e

---

<sup>59</sup> ARÁN. *A Psicanálise e o dispositivo diferença sexual*, p. 653-673.

opostos, o que cairia no risco de apresentar opostos como blocos monolíticos homogêneos nada mais contrário ao que pressupõem os Estudos Culturais.

No âmbito dos Estudos Culturais, a identidade “[...] visto como objeto de cultura, [...] não tem este sentido de único, idêntico, igual e permanente”<sup>60</sup>. Por isso, a “normalidade” de um menino que joga futebol como qualquer menino é percebida no mesmo tempo de acontecimento histórico que de um menino que usa maquiagem (o que subverte a “normalidade” de gênero esperada culturalmente deste menino). Interessante é destacar que não é situada em períodos distintos (primeiro menino fazia isso depois aquilo) que a construção da identidade é revelada através da fala, mas concomitantemente. A expressão “como um menino normal” corrobora a afirmação da psicóloga Márcia Arán, pois, torna-se exemplo de como feminino e masculino são tomadas comumente como categorias de gênero no senso comum frequentemente associadas a papéis de gênero e mesmo de discrepâncias entre identidade de gênero e sexualidade<sup>61</sup>.

O binarismo de gênero intenta naturalizar questões que são da ordem do cultural, sendo, portanto, mutáveis. Gênero como categoria de análise histórica ajuda a perceber o quanto, em diferentes culturas e em diferentes momentos históricos, as formas de se lidar com a sexualidade e com as diferenças biológicas se deram de maneira singular<sup>62</sup>.

Para a historiadora Joan W. Scott<sup>63</sup>, até recentemente, no senso comum se explicava (algumas vezes ainda isso predomina) os comportamentos como sendo relacionados às diferenças biológicas entre os corpos (menino “normal” joga futebol, se quisermos retomar um excerto de uma das sequências discursivas anteriores). No âmbito dos Estudos Feministas, o conceito de gênero passou a ser utilizado para pensar como são construídas socialmente as diferenças entre homens e mulheres problematizando essa origem biológica e essencialista que naturalizava comportamentos “aceitáveis” de acordo com padrões de

---

<sup>60</sup> SILVEIRA, Ederson Luís. O discurso e as (des)identificações: reflexões acerca do feminismo e das vozes de resistência na atualidade. *Rascunhos Culturais*, Coxim, MS, v. 03, n. 06, p. 143-163, jul./dez. 2012, p. 145.

<sup>61</sup> Recomenda-se a leitura de um artigo de Miriam Pillar Grossi para saber mais sobre o conceito de gênero: GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira mão*. Florianópolis, p. 1-18, 1998. Disponível em: [http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade\\_genero\\_revisado.pdf](http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf) acessado em dezembro de 2014.

<sup>62</sup> LONGUINI, Geni Nuñez. O conceito de gênero. In: GROSSI, M. P.; SALA, A.; NOVO, L. C.; KREMER, N. S.; NUNEZ, G.; CORDEIRO, B.. *Materiais de Apoio ao Trabalho sobre Sexualidades em Sala de Aula*. Florianópolis: NIGS/UFSC, 2014, p. 05.

<sup>63</sup> SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 02, jul./ dez/ 1995.

gênero. Então, pensar apenas em termos de feminino ou masculino se torna insuficiente principalmente quando estes conceitos apresentam-se mesclados em identidades culturais situadas a partir da existência de sujeitos que estiverem “de acordo” com as normas regulatórias ou em desacordo com ela. Neste sentido, a dissolução da identidade<sup>64</sup> pode ser percebida a partir da atitude em relação às roupas de Laerte. Sobre elas, o cartunista menciona em dois momentos que podem ser destacados na entrevista com Marília Gabriela<sup>65</sup> que:

**SD3: Laerte-** “Neste momento não estou usando peças masculinas, só tenho algumas camisetas básicas”.

**SD4: Laerte -** “Me sinto muito intenso dentro da transgeneralidade e sinto que não é uma coisa fugaz, não é uma moda”.

Podemos perceber, a partir destas sequências, discursos que atravessam o dito no instante da enunciação. O modo como a transgeneralidade é percebida pelo sujeito em situação de desnortivização da experiência esperada em relação ao seu sexo biológico aponta para os movimentos de (des)identificação que o constituem enquanto sujeito de seu enunciado e para o contexto social em que a transgenericidade muitas vezes é percebida como patologia<sup>66</sup>. Para a psicanálise, o sujeito não pode ser tomado pelo que diz, mas no que diz. Assim, o dialogismo bakhtiniano vem ao encontro da afirmação de que todo discurso se mostra constitutivamente atravessado por outros discursos<sup>67</sup>. Dessa forma, sujeito, discurso e sexualidade podem ser percebidos a partir de Foucault:

Nós dizemos a sua verdade [a verdade do sexo], decifrando o que dela ele nos diz; e ele nos diz a nossa, liberando o que estava oculto. Foi nesse jogo que se constituiu, lentamente, desde há vários séculos, um saber do sujeito. Saber não tanto sobre sua forma, porém daquilo que o cinde; daquilo que o determina, talvez, e, sobretudo o faz escapar a si mesmo<sup>68</sup>.

A partir da heterogeneidade discursiva, podemos compreender nos enunciados destacados o coro de vozes que atravessa a fala do cartunista. O ato de definir-se no âmbito da transgenericidade opõe-se a discursos sobre normatização de gêneros sob o

---

<sup>64</sup> RAGO. Entrevista (por Márcia Junges). O natural não é ser homem ou mulher.

<sup>65</sup> DE FRENTE COM GABI 12/02/12 - *Laerte Continho* – COMPLETO. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uxD1xXvQWYM&hd=1> Acessado em julho de 2014.

<sup>66</sup> ARÁN. *A Psicanálise e o dispositivo diferença sexual*, p. 653-673.

<sup>67</sup> TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise*: elementos para uma abordagem do discurso. Porto Alegre: EDIPUC RS, 2000.

<sup>68</sup> FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p. 78.

engendramento de comportamentos produzidos a partir do binômio masculino/feminino enquanto entidades distintas de valorações de gêneros. Dessa forma, é preciso levar em consideração o conceito de identidade de acordo com os estudos culturais e isso implica em reconhecer, conforme Silveira que “a construção da identidade implica afirmação e diferença”<sup>69</sup>. Assim, podemos afirmar aquilo que somos por oposição estabelecida com o que não somos, o que não quer dizer que os critérios sejam binários, mas reformuláveis e reconstituíveis. Em consonância a isso, Silva<sup>70</sup>, menciona que as afirmações de identidade não fariam sentido em um mundo imaginário totalmente homogêneo, em que as pessoas partilhassem a mesma identidade.

No caso das entrevistas mencionadas com um cartunista que serve de exemplo de construções subjetivas que subvertem generificações estanques socialmente aceitas e (re)produzidas a partir de uma norma excludente, podemos perceber que

[...] o ponto essencial a ser levado em consideração [...] o fato de se falar em sexo, quem fala, os lugares e pontos de vista de quem fala, as instituições que incitam a fazê-lo que armazenam e difundem o que ele diz, em suma, o ‘fato discursivo’ global, a colocação do sexo em discurso”<sup>71</sup>.

Desse modo, a colocação do sexo em discurso é um tema caro para Foucault, para quem a análise da sexualidade não deve basear-se na história das representações humanas, mas a partir da experiência da sexualidade, relacionada aos dispositivos de poder exercidos em rede, cujos dispositivos se deixam impregnar nos enunciados veiculados pela mídia, por exemplo, construindo uma ideia de sujeito.

Ainda sobre a sexualidade, podemos pensar a questão do governo de si e do governo dos outros. Em *A história da sexualidade: o uso dos prazeres*, a análise da experiência se coloca com vistas a perceber as práticas que levam os indivíduos a olhar para si mesmos, a se decifrar, autoconhecer e reconhecer a si como sujeitos do desejo, “[...] estabelecendo de si para consigo uma relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser”<sup>72</sup>. Para

---

<sup>69</sup> SILVEIRA, Ederson Luís; SCHNEIDER, Áquelle Miranda. O discurso e as (des)identificações: reflexões acerca do feminismo e as vozes de resistência na atualidade. *Rascunhos Culturais: Revista do curso de Letras*. Coxim, MS: Editora UFMS, v. 3, nº 6, 2012, p. 143- 164 jul/dez 2012, p. 148.

<sup>70</sup> SILVA. A produção social da identidade e da diferença.

<sup>71</sup> FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p. 18.

<sup>72</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da C. Albuquerque. 12ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 11.

o sujeito Laerte, os modos de manifestar socialmente as (des)identificações com os gêneros destoam da diferenciação essencialista que infere comportamentos a partir do sexo biológico do indivíduo.

Dessa forma, para além das fronteiras entre o masculino e o feminino, Laerte se descobre como sujeito de uma sexualidade que não se encaixa e que ainda assim, insiste em produzir efeitos em si e na coletividade. Por isso, a transgenericidade apresenta-se como não sendo, para ele, uma coisa “fugaz, da moda” já que constitui uma prática. A expiação de vestes associadas culturalmente ao masculino (roupas “de homem”) aponta para um exterior discursivo por trás do dito: Laerte situa-se em um espaço de transição entre o que era e a incógnita do entrelugar em que passou a se situar quando começou a experimentar roupas que culturalmente “destoavam” do sexo biológico.

O que chama atenção na entrevista é que o governo de si<sup>73</sup> aparece atravessando os discursos hegemônicos sobre sexualidade. Os enunciados lançam-se por vezes contra o ato de julgar o sexo, que parte, ora do interior do sujeito que (des)constrói sua identidade, ora no exterior do sujeito, situado nos ambientes das práticas de linguagem em que opera o panoptico da vigilância sobre os corpos e ocorre a insistência do engendramento de comportamentos dentro da norma heterossexual, conforme podemos perceber nas sequências abaixo:

**SD5: Laerte-** Essa recusa de não compreender a identidade de gênero me deixa muito irritado<sup>74</sup>. (Sobre terem pedido para que ele não usasse o banheiro feminino em uma pizzaria)

**SD6: Repórter-**Revolução dos homens?

**Laerte-** Sim, vocês estão em crise há muito tempo. A mulher pode sair de terno, de cueca numa boa. Elas já passaram por todos os movimentos, por tudo. Vocês, não. Não se libertaram. A crise em que vive o gênero masculino é muito grave. A (psicóloga) Christina Montenegro acabou de escrever um livro (Homem ainda não existe) explicando que os homens estão angustiados, em constante crise para se libertar da cultura binária, essa divisão do mundo entre homem e mulher. Quando você fala da

---

<sup>73</sup> FOUCAULT, M. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora VMF Martins Fontes, 2010.

<sup>74</sup> DE FRENTE COM GABI 12/02/12 - *Laerte Coutinho* - COMPLETO. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=uxD1xXvQWYM&hd=1> Acessado em julho de 2014.

mulher existe uma coletividade, uma identidade. O mesmo ocorre com o movimento gay, o movimento negro<sup>75</sup>.

De acordo com Foucault, “[...] não se trata simplesmente de julgar o sexo, mas de administrar suas formas de manifestação. O sexo deve ser assumido por discursos analíticos”<sup>76</sup>. Se olharmos para os modos como a sociedade encara a problemática da sexualidade e para os modos como os indivíduos (como podemos verificar a partir das sequências mencionadas acima) se situam em suas sexualidades enquanto práticas ou experiências, para usar um termo de Foucault, podemos perceber a administração de formas de manifestação da sexualidade que se operam em toda parte a partir dos dispositivos de poder. Dessa forma, de acordo com Navarro, “[...] a identidade do sujeito que confessa sua verdade sobre o sexo se constitui na interpretação que seus outros fazem da sua confissão”<sup>77</sup>.

Quando Laerte enuncia que fica irritado com a recusa na compreensão da identidade de gênero, é um sujeito social e histórico que, ao enunciar, revela-se situado no lugar de diversos sujeitos tornando-se sujeito ao enunciar daquele lugar específico, o que lhe possibilita dizeres e não outros (não nos é possível dizer tudo, a língua não é transparente nem apenas imagem, espelho do mundo, há sempre a incompletude fundante inscrita em cada gesto, em cada dizer). Assim, a divisão do mundo em binarismos pressupõe uma dicotomia fundante reguladora e, para que sejam problematizados os modos de discursivização e expressão de gênero que estão para além destas identidades, oriundas de entrelugares silenciados, torna-se necessário “desestruturalizar a estrutura” com que as identidades foram forjadas<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> STATUS. *Laerte Coutinho*: um dos cartunistas mais famosos do Brasil, ele virou travesti quase aos 60 anos de idade, ainda namora uma mulher e briga para ter o direito de usar o banheiro feminino. Disponível em: <http://www.revistastatus.com.br/tag/laerte-coutinho/> acessado em julho de 2014.

<sup>76</sup> FOUCAULT. *História da Sexualidade II*, p. 31.

<sup>77</sup> NAVARRO, Pedro. Por uma análise do discurso da sexualidade. In: NAVARRO, Pedro; POSSENTI, Sírio (orgs.). *Estudos do texto e do discurso: práticas discursivas na contemporaneidade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 211.

<sup>78</sup> Sobre o pensamento da desconstrução e a crítica derridiana ao conceito de estrutura vigente no estruturalismo vide: DERRIDA, Jean Jacques. *A escritura e a diferença*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Cabe ressaltar, finalmente, que para o filósofo português Diogo Sardinha<sup>79</sup>, as contribuições de Foucault se revelam sobretudo na preocupação em revelar a importância de trabalhar não com o ato de educar aos outros, mas a si mesmo, com vistas à emancipação, para que se possa escolher a si mesmo e viver por si mesmo. De acordo com Sardinha, portanto, antes de ter uma relação com os outros é preciso estabelecer uma relação incessante consigo mesmo, para que sejam efetuadas escolhas sobre o governo de si. Trata-se do exercício da liberdade do sujeito, sem deixar de lado a discussão sobre as influências externas, como as implicações sociais de julgamento, a educação recebida, o papel que as pessoas esperam que você exerça. Apesar disso, diz Sardinha<sup>80</sup>, tem um espaço para que se possa decidir sobre o que quer ser, apesar das consequências que esse movimento possa implicar e pelo modo como as coisas estão postas na cultura que ainda percebe, muitas vezes, a hibridização do masculino/feminino enquanto patologização.

### **Na trilha das (in)conclusões**

No presente artigo objetivou-se trazer à tona reflexões que revelassem o estado atual dos estudos de gênero e os diálogos possíveis entre este campo de estudo e os estudos culturais. Para isso, escolhas se fizeram necessárias e, para que houvesse intersecções e aproximações entre as áreas mencionadas, os estudos foucaultianos foram de suma importância, sobretudo no que diz respeito às contribuições para análise de discursos sobre sexualidade a partir dos postulados sobre o governo de si e sobre os dispositivos de poder que engendram comportamentos.

Também aqui se tornou pertinente a definição foucaultiana de experiência, bem como a contribuição de seus estudos no que diz respeito à instauração de relações de cada sujeito consigo mesmo no governo de si. Torna-se necessário ressaltar também as consequências da discursivização de enunciados colocados em circulação na sociedade através da mídia ressaltando a importância de perceber o modo como comportamentos são

---

<sup>79</sup> SARDINHA, Diogo. O sentido profundo de Vigiar e Punir. In: A.F. Cascais, J.L. Câmara Leme, N. Nabais. (Org.). *Lei, segurança e disciplina: Trinta anos depois de Vigiar e Punir de Michel Foucault*. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, 2009, p. 111-127.

<sup>80</sup> SARDINHA, Diogo. Uma filosofia da emancipação. *Revista IHU* (edição online) n° 203, ano VI, 2006.

construídos a partir do estranhamento em relação ao outro, diferente de mim e da norma a ser seguida.

A questão dos dispositivos de poder que se exercem em rede e estão em todas as relações sociais nos levam a crer que, assim como para Foucault, para que sejam instauradas relações de poder há sempre situações de resistência para combater a opressão exercida sobre a subjetividade dos sujeitos. Sobre os sujeitos, podemos dizer que nos ancoramos na perspectiva pós-estruturalista, que o situa diferentemente do sujeito cartesiano, uno e consciente de si. A esta conceptualização de sujeito opomos outra, que utilizamos aqui como ancoragem de análise: um sujeito descentrado, que não tem o domínio dos sentidos produzidos pelo seu dizer, cujos enunciados deixam reverberar outros discursos que não somente aqueles que se intencionou produzir, cujo exterior fala através de seu corpo e de seus gestos, estando este em contínua (des)construção de subjetividade.

As proposições que aqui apresentamos levam-nos a salientar, por fim, que os pressupostos metodológicos aqui expostos poderão ser modificados, caso seja necessário, com o intuito de provocar outros questionamentos e aos objetivos estabelecidos para investigações futuras. Ademais, entendemos que a proposição metodológica de uma pesquisa não se constitui como algo estanque e acabado, mas sim como um processo que procura se adequar à natureza do objeto investigado e ao contexto da pesquisa. Nosso objetivo foi, portanto, o de provocar indagações e possibilitar questionamentos futuros.

Neste sentido, conhecer, pesquisar e escrever implica entender que qualquer verdade está sujeita ao que é possível conhecer num momento dado, a partir de determinada experiência e maturidade de estudos, sendo assim, provisória<sup>81</sup>. Nas palavras de Bauman<sup>82</sup>, vivemos sob uma fina camada de gelo; se parmos, o gelo se rompe. Se ele romper, nos afogamos. Continuemos em movimento, pois como afirmou Derrida, o fechamento não é somente indesejável, mas também impossível...

---

<sup>81</sup> LOURO. *Conhecer, escrever, pesquisar...*, p. 235-245.

<sup>82</sup> BAUMAN. *Modernidade Líquida*.

## As questões de gênero no interior do Partido Comunista do Brasil - PCB (1928-1947)

### Gender issues within the Communist Party of Brazil -PCB (1928-1947)

**Alane Sousa Ferreira**

Graduanda em História  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
alanesousa\_historia@hotmail.com

**Marcelo da Silva Lins**

Mestre em História-UFBA  
Professor Assistente do DFCH da Universidade Estadual de Santa Cruz  
marceloslins@hotmail.com

Recebido em: 10/06/2015

Aprovado em: 21/08/2015

**RESUMO:** A pesquisa propôs investigar as posições e deliberações do Partido Comunista do Brasil (PCB) com relação às mulheres, assim como as iniciativas do PCB em criar organizações femininas, buscando compreender de que maneira as mulheres estavam inseridas nos projetos de transformação da sociedade defendidos pelo Partido entre 1928 e 1947. A data final foi escolhida em virtude de ter sido o ano em que o PCB criou seu primeiro jornal voltado ao público feminino, intitulado 'O Momento Feminino'. A principal fonte dessa pesquisa foi o Jornal *A Classe Operária*, dispondo da coleção incompleta de 161 exemplares digitalizados desse que era o principal órgão responsável por emitir as deliberações partidárias, a pesquisa esteve fundamentada na análise e crítica documental da imprensa partidária. O PCB embora reproduzisse valores vigentes à sociedade, que o levou a não colocar a organização política das mulheres como central nas suas ações, também desenvolveu atividades que foram precursoras e contribuíram para sua inserção no cenário político do Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, PCB, Mulheres.

**ABSTRACT:** The research proposed to investigate the positions and decisions of the Communist Party of Brazil (PCB) with regard to women, as well as PCB's initiatives to create women's organizations, seeking to understand how women were included in the transformation projects society advocated by the party between 1928 and 1947, the PCB has created his first newspaper aimed at the female audience, entitled 'the Moment female'. Featuring the incomplete collection of 161 digitized copies of newspaper 'The Working Class', the main body responsible for issuing partisan resolutions at the time the research was based on documentary and critical analysis about the partisan press. The PCB though reproduce values prevailing society, hindering the political organization of women, it has also developed a great activity, contributing to their integration in the political scenario of Brazil.

**KEYWORDS:** Gender, PCB, Women.

Em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado por um grupo de militantes oriundos do movimento operário de feição anarquista e logo se alinhou ideologicamente com as orientações da Internacional Comunista (IC), adotando as chamadas 21 teses, que na verdade tratava-se de algumas exigências para que o PCB fosse aceito na organização mundial dos comunistas. O Partido teve inicialmente algumas dificuldades para se inserir em alguns setores da sociedade.

O presente artigo pretende tratar da relação entre o Partido Comunista do Brasil e as lutas das mulheres e o feminismo. Buscará por meio da análise da imprensa e dos documentos do partido, as origens das elaborações partidárias com relação às mulheres e de que modo elas estavam inseridas nos projetos de transformação da sociedade defendidos pelos comunistas brasileiros e identificar as estratégias usadas na imprensa partidária para organização feminina.

Não trataremos das ações das militantes no Partido, porquanto este formulava suas teses levando, ou não, em consideração as questões relacionadas à gênero. E, portanto compreender as transformações ocorridas na sociedade brasileira e no PCB que levaram os comunistas a iniciarem suas ações voltadas para as causas femininas e feministas. Aqui, situamos uma interface entre os estudos de gênero e política.

É através do trabalho com a categoria gênero que se torna possível refletir sobre as mulheres para além dos fatores biológicos. A categoria gênero vai além do determinismo biológico e remete à cultura. Para Joan Scott Gênero pode ser entendido tanto como um dos elementos que constituem as relações sociais, fundado sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder.<sup>1</sup> Acreditamos na necessidade de vincular gênero com outros elementos que constituem a estrutura social e que permeia as relações.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares,

---

<sup>1</sup> SCOTT, Joan W.: "Women's History", In: *Past and Present*, 101. p. 141-157. Republicado em *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press. 1988, p. 30. Apud: TILLY, Louise A. "Gênero, história das mulheres e história social". *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994. p. 48.

pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder.<sup>2</sup>

Os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres foram constituídos historicamente a partir da divisão sexual e social do trabalho e da consequente superestrutura patriarcal, que implicaram às relações de domínio de um sobre o outro. Assim, as diferenças de gênero, construídas culturalmente, naturalizariam as relações desiguais de poder. A esse modo, o estudo acerca das relações de gênero dentro do PCB nos possibilita entendermos como se desenvolvia as relações de poder no interior desse partido, atentando para as palavras de Betzaida Tavares: “A construção que o discurso de um determinado partido elabora em torno do masculino e do feminino diz muito do caráter do poder que ele pretende instituir”.<sup>3</sup>

Desde a sua fundação o PCB encontrou dificuldades para se inserir nas organizações da classe trabalhadora, e transformar-se em um partido de massas. A partir da interpretação que fazia da realidade brasileira e das tarefas imediatas no sentido da construção de um projeto revolucionário, definiu como prioridade a organização da classe operária, considerada nos marcos do marxismo-leninismo como a vanguarda da revolução. No entanto, todos os balanços organizativos realizados pelo próprio partido, no período 1922-1947 [período desse estudo] revelam inúmeras dificuldades.

Em 1935, por exemplo, quando a direção nacional do PCB defendeu a ideia que existiam no Brasil condições necessárias para uma Revolução imediata, membros da Internacional Comunistas vieram ao país para acompanhar esse cenário e constataram a inexistência de tais condições. Os relatos da Internacional Comunista apontam para um Partido com pouca inserção no meio operário, nenhuma mobilização junto ao que chamava de minorias nacionais [índios e negros], nenhuma atividade de organização das mulheres e debilidades nas atividades junto aos camponeses e assalariados rurais.

---

<sup>2</sup> TILLY, Louise A. "Gênero, história das mulheres e história social". In. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 29-62, 1994.

<sup>3</sup> TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Gênero e política: a questão feminina no interior do Partido Comunista Brasileiro*. Captado em: < <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0401.htm> > Acesso em 31 de Maio de 2015.

Com relação à organização das mulheres, apenas em 1947, com a criação do Jornal *Momento Feminino*, observamos a criação de um periódico ligado ao PCB com uma política voltada para a luta feminina, bem como, apenas em 1949 foi criada a Federação das Mulheres do Brasil com a participação de mulheres comunistas. Como então se posicionava o Partido Comunista com relação às questões feministas? Como o partido pensava a sociedade e qual o papel da luta das mulheres nos projetos pela revolução socialista no país?

Essas e outras perguntas serviram como motivação pela busca das origens das posições partidárias com relação às mulheres, sem deixarmos, é claro, de levar em consideração aspectos culturais, que influenciaram conscientemente ou inconscientemente os comunistas do século XX. Esses aspectos nem sempre foram construídos dentro das próprias instâncias políticas, são valores e códigos sociais externos, compartilhados pela sociedade e em parte refletidos no interior da organização partidária.

Nos primeiros anos de existência, a história do PCB foi marcada por uma sistemática repressão que implicou ao Partido a clandestinidade e perdurou por quase todo o período desse estudo, com exceção de alguns meses de legalidade ainda na década de 1920 e dos anos 1945 a 1947. Esse marco é particularmente assinalado pela estratégia adotada pelo Partido em criar no país uma cultura socialista, visto que, até então não tinha existido no Brasil nenhuma experiência partidária anticapitalista relevante, além daquela feita pelos anarquistas, que protagonizaram as lutas em 1917.

Durante a primeira década de existência o PCB realizou três Congressos, o de fundação em 1922, e os de 1925 e 1928/1929, dando conta de duas tarefas importantes para sua organização: de um lado a tradução e divulgação do Manifesto Comunista, além da edição do Jornal *A Classe Operária* em 1925, ações cujo objetivo era difundir as teses marxistas aos trabalhadores. Do outro, ativar o movimento sindical classista através da composição do Bloco Operário que logo depois passou a chamar Bloco Operário e Camponês.

No que se refere aos jornais, esse período concerne a um material menos dinâmico e assinalado à estratégia de difundir entre a classe trabalhadora a necessidade da organização proletária. Essa necessidade perpassava pela adesão de homens e mulheres, visto que, esse era um momento de buscar espaço político, vislumbrando uma articulação ampla, e inserção na dinâmica social, cultural e política do país.

Dentro desse contexto o partido investiu no discurso classista para atentar as demandas específicas dos trabalhadores e das trabalhadoras. O classismo é a ideia que operários e patrões são classes sociais antagônicas, uma vez que os interesses burgueses divergem da luta da classe trabalhadora. Cabe aos trabalhadores trilharem sua própria política e organização. Em um dos artigos dirigido às mulheres afirmaram, por exemplo, que o convite do Partido era destinado as “Mulheres proletárias, porque as burguezas queriam continuar, durante a guerra, a mesma ociosidade.”<sup>4</sup>

O texto intitulado: “As reivindicações das Mulheres Trabalhadoras”<sup>5</sup> chamou atenção para o debate da importância do voto feminino. Em 1928 na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte foi institucionalizado pela primeira vez no Brasil o voto feminino, mas o direito só viria a ser regulamentado no país em 1934. Segundo o jornal, o direito ao voto significaria uma medida de emancipação diante da desigualdade vivenciada pela mulher na sociedade, especificamente no que diz respeito ao setor do trabalho, onde cumpriam jornadas excessivas de trabalho ganhando salários mais baixos e, sob as piores condições.

Em 1928, foi organizado o primeiro Comitê de Mulheres Trabalhadoras, ligado ao PCB, o qual Laura Brandão aparece sendo a única mulher registrada como fundadora<sup>6</sup>. O Comitê configurou num relevante mecanismo de organização e aproximação do operariado feminino ao Partido Comunista do Brasil. Contudo, é contraditória a forma como os militantes do Partido entenderam essa organização.

Na carta destinada “As Mulheres Trabalhadoras do Uruguai,” o órgão de mulheres brasileiras retratou a relutância de muitos homens do Partido em aceitar a sua organização: “Esses preconceitos são muitas vezes seguidos por nossos próprios companheiros que não permitem a intromissão das companheiras e das filhas na luta pela emancipação proletária”<sup>7</sup>.

De um lado o Partido expressava seu objetivo em fomentar a participação política feminina, porque também precisava desse setor enquanto aliado. Por outro havia uma tendência em deixar tais militantes em segundo plano. Nesse caso a citação ganha

---

<sup>4</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de jul. de 1929, número 65, p. 1.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 06 de jul. de 1929, número 63, p.2.

<sup>6</sup> BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a Invisibilidade Feminina na Política*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007, p. 23.

<sup>7</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 20 de jul. de 1929, número 65, p.2.

importância fundamental, pois expressa a manifestação de mulheres que vivenciavam o cotidiano partidário e sentiam o tratamento desigual às militantes.

Enquanto Partido marxista-leninista, cuja tradição analisa que a origem da submissão da mulher ao espaço doméstico está nitidamente atrelada a divisão de classes da sociedade, cabia ao PCB uma discussão acerca da inserção da mulher no espaço público, entretanto, observou-se a reprodução de determinados valores, os quais reforçavam o papel tradicional feminino e resistiam sua participação no cenário político. Essa postura também deve ser entendida a partir de elementos culturais sexistas que influenciavam as relações internas entre os homens comunistas educados sob os princípios do patriarcalismo.

A interpretação que o Partido fazia da sociedade, bem como as prioridades do programa partidário pensado para o país contribuíram para negligência de um debate profundo acerca da opressão feminina. O Brasil era tido como país semifeudal e deveria passar pela “Revolução Democrático-burguesa” para, a partir de então poder se construir a próxima etapa, a Revolução Socialista. Frente a esse processo o PCB se afirmava como Partido da Classe Operária, força motriz do processo revolucionário, que impulsionaria outros setores e classes da sociedade. As demais formas de opressão seriam superadas com o fim da luta de classes.

Já reconhecido pela Internacional Comunista e tendo criado a juventude comunista, o PCB vivenciou na década de trinta sua afirmação política e se colocou como uma força importante neste novo cenário histórico, precisamente a partir da entrada de Luís Carlos Prestes, já conhecido nacionalmente desde os movimentos tenentistas da década de 1920 e por sua liderança junto aos setores militares.

No que se refere aos jornais, uma série de tentativas em sensibilizar as mulheres para a luta de classes. As matérias demonstravam a dupla e excessiva jornada de trabalho, as péssimas condições vividas pelas mulheres trabalhadoras e desigualdade de salários. O artigo “Todas as Mulheres Trabalhadoras a Postos para Grande Demonstração Operária de 1ª de Agosto!”<sup>8</sup> convidava as mulheres para uma manifestação. Por sua vez, o texto “Das Cidades e dos Campos Às Mulheres Trabalhadoras”<sup>9</sup> apontou às condições de desigualdade nas quais

---

<sup>8</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1930, número 94, p.2.

<sup>9</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 1931, número 132, p.3.

as mulheres eram sujeitadas dentro do mercado de trabalho, os salários mais baixos atrelados a carga horária superior que elas deveriam cumprir.

Na matéria “A Mulher Trabalhadora no Regime Capitalista”<sup>10</sup> foi retratada a realidade cotidiana das mulheres dentro das fábricas. Em entrevista concedida por uma operária, foram relatados abusos os quais ela e suas companheiras eram submetidas diariamente no local de trabalho. Além do assédio sofrido por parte dos patrões, elas trabalhavam sob as condições precárias de higiene e segurança, não podiam nem se quer descansar e quando precisavam se afastar para cuidar dos filhos o salário era cortado ou, eram demitidas.

A luta por igualdade de salário e oportunidade de trabalho para ambos o sexo, desencadeou conflitos de interesses, uma vez que, a concorrência no mundo profissional tal como a independência frente à imagem do marido configurou numa mola de resistência para o homem, a quem o patriarcalismo concedeu o mérito de provedor do lar, em aceitar a mulher tanto no mercado quanto na luta. Daí uma das necessidades de legitimar a inferioridade intelectual feminina alegando a sua vocação natural apenas para ser mãe e esposa.

Objetivando participar de uma grande frente nacional antifascista para combater o movimento integralista e apresentar à sociedade um projeto de desenvolvimento anti-imperialista, o PCB tornou-se núcleo dinâmico da ANL [Aliança Nacional Libertadora], frente na qual se organizavam comunistas, socialistas, democratas e antigos tenentes insatisfeitos com o Governo Vargas e contava com a presença de Luís Carlos Prestes, que se tornaria o dirigente mais conhecido do Partido. Logo nos primeiros meses de existência, a ANL consolidou uma grande organização de massas com núcleos espalhados em diversas localidades do país e com inúmeras manifestações públicas, atos, passeatas e comícios, que demonstraram sua popularidade.

As críticas de caráter político ao Governo levaram a ANL à ilegalidade. Diante disso o PCB promoveu em 1935 as insurreições no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, porém, a desarticulação e ausência do apoio popular fizeram com que rapidamente o movimento fosse controlado. A partir de então a história do PCB e dos militantes do

---

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 01 de ago. 1934, número 164, p.6.

Partido seria marcada por uma intensa repressão que resultou em prisões, torturas, assassinatos e desaparecimento de inúmeros dos seus quadros, que por pouco não levaram o partido ao total desaparecimento.

Durante o período de intensa repressão as atividades ficaram restritas e limitadas, mas, nem mesmo pressionados pela violência do Estado os comunistas brasileiros deixaram de cumprir o seu Programa revolucionário e ainda na clandestinidade e com um atraso significativo de edição, o jornal *A Classe Operária* continuava suas atividades.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a queda do governo do Getúlio Vargas e o fim da Ditadura do Estado Novo, o PCB vivenciou entre 1945 e 1947 certos momentos de legalidade. Nos meados da década de 1940 o jornal *A Classe Operária* teve grande número de exemplares, especificamente de 1946 a 1949, período que o partido adotou a linha política de “União Nacional”, referente a uma virada tática onde conclamava unidade entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional “progressista” em conjunto com demais setores da sociedade. A estratégia visava combater o imperialismo, os restos do nazi-fascismo e promover a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa considerada essencial para o desenvolvimento e criação das condições necessárias para a etapa seguinte: A Revolução Proletária.

Os comunistas queriam apagar a imagem do partido que pegou em armas em 1935. Fizeram de tudo para serem aceitos na sociedade como defensores da democracia, da paz e da ordem. Pediam aos militantes operários que agissem dentro da ordem, que não fizessem greves, que o momento seria de “apertar os cintos”.

Legalmente aceito o PCB conseguiu atuar com relativa liberdade e ganhar grande visibilidade no campo político. Nas eleições de dezembro de 1945 o Partido concorreu à Assembleia Nacional Constituinte e, a presidência da República com a candidatura de Yedo Fiúza. No universo de 320 parlamentares, os Comunistas elegeram 15 Deputados Federais e o Senador Luís Carlos Prestes, o segundo mais votado no país, superado apenas por Getúlio Vargas. Quanto à presidência, o candidato obteve 10% da votação, um resultado surpreendente para época.

Durante esse período o Partido atingiu o maior crescimento da sua história chegando a contar com mais de 100 mil filiados. A nova conjuntura permitiu abertura do PCB ao

trabalho com as massas e simultaneamente maior participação feminina. A organização das mulheres passava a ter uma preocupação mais efetiva do que estava sendo dedicada até então.

O momento oportuno para construção da base do movimento de mulheres incentivou a criação de células femininas em associações de bairro que seguiam as orientações políticas e foram encabeçadas pelas militantes do PCB. Essas organizações ganharam força em muitas regiões do país e desenvolveram um papel importante de unir mulheres de diferentes categorias, todos os credos religiosos, político e filosófico. Ou seja, as células não apenas expressaram um teor classista como também objetivaram debater a realidade das mulheres.

O Partido reconhecendo o crescimento entre as massas femininas publicou o artigo “Condições favoráveis para a mobilização das mulheres”<sup>11</sup>, responsável por informar que o número de organizações femininas aumentou de maneira espontânea no país, congregando mulheres com condições sociais e partidos políticos diferentes. A matéria também publicou que no Rio de Janeiro na cidade de Mesquita, tinha sido inaugurada a União Feminina. A Bahia, por sua vez, já desenvolvia há algum tempo as atividades ligadas a União Democrática Feminina com núcleos em Salvador, Ilhéus, Juazeiro, Alagoinhas e Bonfim.

As células representaram um importante mecanismo de luta na defesa da emancipação feminina e alcançaram demandas em diversos setores da sociedade. Em 1947 no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, sabe-se da fundação de 20 uniões femininas. A Margaça, uma dessas organizações, conquistou um posto médico e uma escola para o bairro, enquanto a união de Riachuelo conquistou uma carroça de leite diária. Outras organizações como a Célula Leocádia Prestes, de Uberaba ou Olga Benário resgatavam de maneira simbólica a história de luta das mulheres.

O artigo intitulado “Para a União das Mulheres Democratas no Brasil”<sup>12</sup> escrito por Heloísa Prestes, conta que as associações ficavam encarregadas de discutir e solucionar problemas específicos da comunidade na qual estavam inseridas. Foram legitimadas enquanto espaços deliberativos e arrecadavam finanças, encaminhavam reivindicações para setores governamentais e elegiam representantes.

---

<sup>11</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.4.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 16 de nov. de 1946, número 37, p.6.

Para, além disto, os organismos liderados pelas mulheres despertaram o espírito de protesto, possibilitaram trocas de experiência e transformação na mentalidade e estrutura interior. Fatores responsáveis por contribuir no crescimento e fortalecimento individual das ativistas.

O Jornal publicou em 1946 a carta elaborada por uma Célula de Goiás e destinada à Assembleia Constituinte. Na carta a organização sugeriu a criação de uma lei trabalhista de igualdade de salário entre homens e mulheres. Entre a pauta estava além do direito à anulação do casamento, a aprendizagem em escolas e democratização do ensino, bem como, a separação entre ensino religioso e educação escolar, exigindo a liberdade absoluta de culto<sup>13</sup>.

Observa-se aqui a preocupação com as questões ligadas a autonomia feminina. As questões do corpo e a liberdade sexual da mulher estão atreladas ao campo religioso, político, cultural e econômico. Historicamente, quando o homem tornou-se proprietário de animais e dos meios de produção, o corpo da mulher passou a ser convertido num instrumento de reprodução que assegurasse a paternidade através da fidelidade. Sua sexualidade a partir de então é limitada por uma série de códigos sociais, afirmados através da educação moral e religiosa fundamentada no casamento. Casada e sob a guarda do marido a mulher cumpriria seu papel natural de cuidar do lar e dos filhos e velaria pela família.

A educação também exerceu um papel fundamental nesse processo. O de moldar socialmente o comportamento feminino através de valores e da construção dos diferentes papéis sociais relacionados aos homens e as mulheres. A educação para o lar, por exemplo, colocou a mulher como responsável das atividades domésticas e sustentou a ideia de que ela seria intelectualmente inferior ao homem, a quem o espaço público foi restrito. A educação moral e religiosa, por sua vez, formulou padrões de conduta e valores que tornavam as mulheres dignas ou não aos olhos da sociedade.

Desse modo os organismos femininos também configuraram em elementos de contestações específicas das mulheres, incorporando ao debate questões que envolveriam a libertação sexual feminina.

---

<sup>13</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 22 de jul. de 1946, número 16, p.5.

Contudo, as organizações sofreram debilidades. O entusiasmo das mulheres com o Partido na maioria das vezes era grande, todavia, a prática em organizá-las era bastante complexa. Faltavam mulheres, precisamente as que exerciam certa projeção nos espaços públicos e na imprensa para articular espaços de formação política junto com as trabalhadoras, que na sua grande maioria eram analfabetas, e pensar maneiras de angariar recursos necessários para dar continuidade e visibilidade às atividades. Além disso, nem sempre as organizações conseguiam cumprir um papel amplo, restringindo-se muitas vezes a um só tipo de associação.<sup>14</sup>

A falta de recursos financeiros também prejudicou os organismos de mulheres. Não existiam investimentos suficientes para manutenção e estruturação das células, o que provocava o fechamento das sedes de reuniões, fragilizando a articulação e desenvolvimento das atividades. Mas o obstáculo maior estava justamente na fragilidade do PCB em pensar a organização feminina no interior do Partido. Essa debilidade era destacada até mesmo pelos próprios Comunistas:

Com efeito, para terminarmos na prática com tal estado, precisamos começar a ver nas mulheres, não somente cobradores e especialistas no trabalho de finanças. Precisamos verificar que a causa do atraso do trabalho feminino e da debilidade do movimento de massas e das organizações femininas reside no fato de que ainda não ganhamos as mulheres operárias para as organizações femininas, para dirigirem o movimento de massas femininas.<sup>15</sup>

No mesmo texto em que ressaltavam o aumento do número de organizações femininas, argumentavam alguma das incompreensões que o Partido depositava no movimento de mulheres:

O trabalho de Organização das mulheres tem sido dificultado em boa parte, pelo fato de ser relativamente pequeno o número de mulheres inscritas nas fileiras do Partido. Daí a necessidade de dedicar uma atenção especial ao recrutamento, que visa levar os efetivos do Partido a cifra dos duzentos mil militantes.<sup>16</sup>

Para o Secretário Geral do Partido Comunista Italiano, Togliatti<sup>17</sup> a resistência e preconceito com que muitos dos seus companheiros encaravam a participação feminina na

---

<sup>14</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1946, número 42, p.6.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1946, número 4, p.15.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.4.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 05 de mar. de 1947, número 54, p.5.

política impediam que o Partido atingisse esse setor. Na carta que escreveu para o *Jornal A Classe Operária*, ele afirmou que em regiões ainda mais atrasadas manifestações piores foram identificadas, desde as piadas de duplo sentido até humilhações. Para o Secretário essa postura revelava o atraso ideológico e político de um partido revolucionário.

Os documentos manifestam certa preocupação do partido com relação ao trabalho feminino. Observemos dois pontos importantes: o primeiro diz respeito aos interesses expressos nos documentos. Percebe-se que existia uma inquietação muito maior em ganhar esse setor para o Partido, do que discutir a condição social específica da mulher. Tais preocupações ficaram mais explícitas a partir da legalidade e do surgimento de inúmeras organizações femininas, após 1945.

A principal tarefa do Partido seria despertar a consciência de Classe das mulheres e incorporá-las na luta proletária. A visão predominante em se dedicar a questão da libertação feminina quando a transformação econômica e política fossem asseguradas considerou-a unicamente enquanto trabalhadora e impediu o amadurecimento das questões referentes ao espaço privado, parte importante na discussão do processo emancipatório da mulher.

O segundo aspecto para o qual chamamos atenção confere a formação política da mulher. Cabia ao Partido, majoritariamente composto por homens, a direção dos caminhos da organização feminina. Significa que era masculino o papel de conscientização da mulher. A formação política acaba sendo moldada por interesses de homens, conseqüentemente, interesses que podem reproduzir o patriarcalismo, educar os desejos, limitar a atuação, silenciar as companheiras.

Até que ponto os organismos femininos que trabalhavam em conjunto com o PCB defendiam os interesses individuais das mulheres? E quando os interesses do Partido divergiam das pautas femininas? Creio como resposta possível a tais questões, a alternativa que talvez os projetos políticos das mulheres não ultrapassassem os limites da direção partidária, não por acomodação ou submissão, em razão da própria formação política das mulheres militantes que em nada diferiam da formação dos homens. Mulheres e homens sonhavam o mesmo projeto de sociedade, onde questões de gênero eram colocadas em segundo plano.

Por outro lado, o PCB também foi capaz de questionar os papéis tradicionais condicionados à mulher. “A mulher tem em nossa terra, apesar de todo o nosso atraso, dos preconceitos burgueses que as prende exclusivamente ao lar, aos filhos e à cozinha, uma grande tradição de luta.”<sup>18</sup>, escreveu o Partido atentando para opressão doméstica, entretanto, errou quando atribuiu os preconceitos apenas a classe burguesa. Cabia a trabalhadora uma dupla e dura jornada de trabalho, a mesma explorada pelo patrão nas fábricas, ao chegar em casa vivenciava cotidianamente a exploração doméstica.

Não obstante, o PCB incorporou a mulher ao cenário político, uma prática revolucionária para a época. As eleições de 1946 representaram um avanço para o Partido e para as militantes. Como escrito no texto *Trabalho Feminino* “O eleitorado feminino, e não somente o eleitorado, mas também a participação ativa de muitas mulheres na campanha eleitoral, especialmente as comunistas, demonstra que podemos liquidar o preconceito que existe de fato também em nosso Partido contra a atuação política das mulheres.”<sup>19</sup>.

Na Bahia saíram candidatas, a escritora Jacinta Passos Amado, a médica Dagmar Guedes e a enfermeira Carmosina Nogueira<sup>20</sup>. O que significou grande conquista, visto que, na capital baiana as organizações femininas encontraram uma série de dificuldades, devido principalmente ao baixo nível de escolaridade da população no Estado, que atingia majoritariamente as mulheres negras e trabalhadoras.

As principais demandas pautadas através das organizações baianas estavam ligadas justamente a implantação de escolas, muitas mulheres desejavam aprender a ler e escrever. Além disso, cobraram investimentos na construção de maternidades e creches nos principais municípios, inclusive Salvador. Também defenderam o cumprimento das leis trabalhistas e das liberdades democráticas elementares, bem como a luta contra a carestia de vida. As mulheres baianas editaram um jornal feminino de esclarecimento político para combater as tentativas de desarticulação do movimento.<sup>21</sup>

Isabel José dos Santos foi identificada a única mulher a sair candidata em Goiás. Na lista referente aos 26 primeiros nomes candidatos ao cargo de vereador pelo PCB no Distrito

---

<sup>18</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1946, número 4, p.15.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 30 de mar. de 1946, número 4, p.15.

<sup>20</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.5.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1946, número 42, p.6.

Federal, Arcelina Mochel venceu a eleição como liderança da maior bancada daquela casa legislativa<sup>22</sup>.

Entre os candidatos à Assembleia Estadual Paulista nas eleições de 1946 estava a comunista Zuleika Alambert, na época comerciária e membro do CM. Eleita a Deputada Estadual pela Cidade de Santos em 1947, aos 25 anos, está entre as primeiras mulheres a ocupar cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo.<sup>23</sup>

Na Capital Brasileira, Lia Correa Dutra, professora secundária e escritora, e a empregada da empresa Light, Odília Schimid, que junto a Pedro Braga e Ary Rodrigues da Costa deram ao partido a vitória com uma porcentagem de oitenta por cento dos votos em sete urnas apuradas no dia 19 de Janeiro.<sup>24</sup> No Rio Grande do Sul, entre as candidaturas do Partido aos cargos de Deputadas Estaduais estavam a professora Emilce Lima Avelini, candidata pela Chapa da Vitória e a tecelã Julieta<sup>25</sup>.

Nas eleições e na militância as mulheres desafiaram as regras, tiveram suas imagens degradadas pela imprensa anticomunista, foram marginalizadas, muitas saíram de suas casas, abandonaram suas famílias e dedicaram-se ao Partido. Foi o que aconteceu com Patrícia Galvão, uma das militantes mais conhecidas no país. Seu pseudônimo Pagu já inspirou música e poesia e sua história reescrita em livros e filmes.

Através da análise que fizemos a respeito da participação feminina no interior do PCB apontamos as lacunas admitidas pelo próprio Partido. Identificamos que no interior do Partido Comunista havia certa tendência à resistência da participação política feminina, resultando na fragilidade de organizações de mulheres sob a direção das militantes.

O PCB teve tendência em relegar as mulheres a um papel secundário as atribuindo às atividades inferiores que em nada diziam respeito à direção partidária. Em documento já citado, o próprio partido aponta para a falha:

Existem incompreensões ainda no Partido com relação ao movimento feminino, uma evidente subestimação da sua importância. O resultado é

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 02 de nov. de 1946, número 35, p.1.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 02 de nov. de 1946, número 35, p.2.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 22 de fev. de 1947, número 52, p.5.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 21 de dez. de 1946, número, 42 p.5.

que a maioria das mulheres militantes se dedica, quase exclusivamente, ao trabalho interno do Partido, ao trabalho de finanças etc.<sup>26</sup>.

Por outro lado, as Células femininas postularam demandas que diziam respeito desde a realidade da classe trabalhadora, como a criação de leis trabalhistas, bem como, pautou questões intrínsecas a libertação do corpo feminino. Nesse sentido funcionou também como uma espécie de laboratório do treinamento intelectual de mulheres, onde podiam trocar experiências individuais.

O Partido não incorporou em seu debate de maneira efetiva questionamentos a respeito dos valores de comportamento que reforçaram a dominação masculina, tal como não exerceu o enfrentamento sobre a contradição entre as relações de gênero e classe, sendo negligente no que diz respeito à condição social da mulher. A respeito da separação entre a vida pública e a vida privada, Tatau Godinho ao reeditar as palavras de Alexandra Kolontai, afirma:

A Separação entre a vida pública e a vida privada é um dos elementos mais importantes na conformação de valores, do modo de vida, em conflito com um projeto radical de igualdade. O descaso pelas questões de transformação pessoal, a redução dos horizontes da luta política, sem incorporar de forma efetiva o questionamento dos valores, comportamentos e privilégios que reforçam a dominação masculina, limitam a elaboração de uma nova moral, uma nova ética que orientem as relações pessoais e sociais.<sup>27</sup>

Contudo, o modo no qual as mulheres foram aludidas nas páginas dos jornais revelou o quanto elas integraram o projeto de emancipação da classe trabalhadora pensado pelo PCB. Nas observações feitas foram levados em consideração aspectos culturais externos ao Partido e que refletiram valores conservadores da sociedade, nos quais seus dirigentes foram moldados. As relações de poder desenvolvidas ali devem ser analisadas e entendidas não apenas a partir da esfera pública, mas no âmbito doméstico e familiar.

Se a questão da invisibilidade feminina na política também é um problema da organização de esquerda, vale ressaltar que outros organismos nem se comprometeram a isso e nem de perto propiciaram a organização e manifestação das mulheres ou denunciaram a exploração feminina como fez o PCB.

---

<sup>26</sup> *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 30 de nov. de 1946, número 39, p.4.

<sup>27</sup> KOLONTAI, Alexandra. *A Nova Mulher e a Moral Sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 10.

## Garçonizando-se: o fazer-se melindrosa

### Garçonizando-se: the make-up flapper

Larissa Brum Leite Gusmão Pinheiro

Mestranda em História

Universidade Federal do Paraná

[laribrum@hotmail.com](mailto:laribrum@hotmail.com)

Recebido em: 10/06/2015

Aprovado em: 20/08/2015

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo abordar questões de gênero relacionadas às melindrosas, elaboradas pelo artista J. Carlos na revista ilustrada *Para Todos...* no período de 1920. Durante as primeiras décadas do século XX o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações, sociais e culturais, entre elas, destacam-se aqui, as relações de gênero. As mulheres, assim como os homens, puderam ter novas experiências sobre seus corpos e relações sociais. No entanto, não vivenciaram da mesma maneira essas novidades, fatores como o econômico, classe social, racial, gênero e idade, influenciaram na possibilidade ou não dessas novas experiências. A pesquisa parte de uma abordagem semântica das fontes aliadas a gênero como categoria de análise, para perceber as construções acerca dessa nova personagem, a melindrosa. A partir das análises das fontes criou-se o conceito *garçonização*, processo pelo qual as mulheres passavam para tornarem-se melindrosas, podendo desfrutar de novas formas de subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Melindrosas, Gênero, J. Carlos.

**ABSTRACT:** This article aims to address gender issues related to the flapper, designed by artist J. Carlos in the magazine illustrated *Para Todos ...* period in 1920. During the first decades of the twentieth century Rio de Janeiro went through a series of transformations, social and cultural rights, among them stand out here, gender relations. Women, like men, they might have new experiences on their bodies and social relations. However, not experienced in the same way these innovations, factors such as economic, social class, racial, gender and age influenced on whether or not these new experiences. The research part of a semantic approach of the sources combined with gender as a category of analysis to realize the constructions about this new character, the flapper. From the analysis of the sources created the *garçonização* concept, the process by which women went to become flappers and can enjoy new forms of subjectivity.

**KEYWORDS:** Flappers, Gender, J. Carlos.

#### Introdução

Durante a década de 1920 no Brasil, uma nova personagem pode experimentar, através de sua identidade, uma nova forma de subjetividade de gênero: a melindrosa.

Tal personagem se tornou recorrente e popular no cotidiano carioca e podia ser encontrada e propagada em: filmes, peças de teatro, fotografias, propagandas e até mesmo desfilando nas ruas. A melindrosa ganhou destaque nas revistas ilustradas do período.

Na virada do século XIX até as primeiras décadas do século XX, um veículo de comunicação de massa fazia sucesso entre as brasileiras e os brasileiros: as revistas ilustradas. De diferentes modelos, abordagens e custos, elas tinham como principal atrativo as imagens, que estariam presentes nas capas até as contra capas. As revistas ilustradas eram, nesse momento, recheadas por charges, caricaturas e tiras, outras vezes por fotografias de pessoas ilustres e/ou de pessoas “comuns”, de obras de arte, paisagem, ilustrações, jogos, publicidade, capas, enfim, era uma infinidade de possibilidades que poderiam associar todas estas modalidades em um só lugar, construindo junto ao público um universo imagético e uma forma própria de apreensão do mundo.

As revistas ilustradas se constituíram enquanto importantes mecanismos de disseminação, construção, manutenção de modas, modos, gostos, comportamentos, costumes e valores frente aos seus leitores. Assim como poderiam ajudar na propagação e manutenção de elementos tradicionalmente incorporados ao cotidiano da população – como os papéis sociais e de gênero divididos de forma binária –, elas também poderiam promover a construção de novos papéis, ao vincular imagens e/ou textos que possibilitassem experimentar, mesmo que só imageticamente, novas formas de vivência (ainda que pudessem ser imagens criticando tais manifestações).

Um dos principais artistas a trabalhar com as questões de gênero no Brasil, principalmente na década de 1920, foi o artista gráfico J. Carlos (18/06/1884 - 02/10/1950, Rio de Janeiro) por meio de seu trabalho na revista ilustrada *Para Todos...*<sup>1</sup> J. Carlos foi um artista que atuou em diversas áreas, dentro e fora das revistas ilustradas. O referido artista contribuiu de maneira significativa sobre as questões de gênero, ao abordar em suas crônicas visuais os velhos, e os novos (ou nem tão novos assim) personagens que transitavam pelas ruas cariocas (mas que, de algum modo, poderiam ser encontrados em outros lugares do mundo, com as respectivas ressalvas). Foi um dos artistas de destaque do período,

---

<sup>1</sup> A revista ilustrada *Para Todos...* encontra-se disponível online nos sítios eletrônicos: <http://www.jotacarlos.org/revista/index.html> e no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

construindo um repertório imagético sobre diversos temas. Entre eles, salienta-se nesta pesquisa sua produção acerca das questões relativas aos aspectos de gênero, nas suas representações mais famosas: as suas inúmeras melindrosas.

Entre as revistas ilustradas que J. Carlos assumiu como diretor artístico no ano de 1922, destaca-se a *Para Todos...* que tinha como público alvo mulheres da classe média e classe média-alta. A escolha dessa revista ilustrada, entre as demais possibilidades oferecidas pelo período de análise, foi elaborada a partir de questões qualitativas e quantitativas. Pois, foi na *Para Todos...* que J. Carlos mais produziu a respeito da percepção e construção do gênero, sobretudo no que diz respeito às melindrosas cariocas na década de 1920.

A revista *Para Todos...*, fazia parte da empresa *O Malho S.A.*, de Pimenta de Mello, empresa esta, que tinha uma parcela significativa do mercado editorial. De acordo com Rafael Cardoso<sup>2</sup> ela foi um dos parques gráficos mais importantes durante a década de 1920 no Brasil. Em 1922 J. Carlos – artista gráfico de bastante destaque e popular no período –, foi convidado por Pimenta de Mello para assumir a direção artística de sua empresa, cargo que só deixaria em 1931, o que justifica o recorte temporal da pesquisa.

O objetivo do presente trabalho é analisar as formas pelas quais J. Carlos construiu a melindrosa na revista ilustrada *Para Todos...* entre 1922-1931. Para tanto, as imagens são pensadas como objetos de análise e como uma linguagem específica. Recorreu-se aqui a uma abordagem semântica pautada na leitura de Artur Freitas<sup>3</sup>, já que ela possibilita compreender o conteúdo de uma imagem –, apreender a imagem como signo, portanto, carregada de significados, atribuindo sentido e a interpretando para além do que representa. Além disso, gênero como categoria de análise se faz essencial para compreender as representações feitas sobre as melindrosas. O gênero é compreendido aqui pelo seu caráter não natural, ou seja, é percebido como uma construção sócio-cultural, que, portanto, só pode existir através da ação. Vários estudos, entre eles o de Judith Butler criticam a naturalização que é feita sobre o sexo, gênero e sexualidade. As categorias homem e mulher são construções históricas e

---

<sup>2</sup> CARDOSO, Rafael. *Impresso no Brasil, 1808-1930: destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*: Verso Brasil, 2009.

<sup>3</sup> FREITAS, Artur. História e imagem artística: por uma tríplice abordagem. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°34, jul. - dez. 2004, p.3-21.

sociais, bem como, a própria percepção sobre o corpo, carregados de valores e “significados culturais”<sup>4</sup> questões que serão abordadas no decorrer do artigo.

Segundo Butler o gênero deve ser compreendido pelo seu caráter processual de formação, ou seja, como algo que é construído no tempo e espaço em que se insere através de uma “repetição estilizada de atos”, como o gestual e o de categorias, criando uma performatividade que é elaborada socialmente, “estilizando corpos”:

[...] el género, al ser instituído por la estilización del cuerpo, debe ser entendido como la manera mundana en que los gestos corporales, los movimientos y las normas de todo tipo, constituyen la ilusión de un yo generizado permanente. [...] Significativamente, el género es instituído por actos internamente discontinuos, la *aparencia de sustancia* es entonces precisamente eso, una identidad construida, un resultado performativo llevado a cabo que la audiencia social mundana, incluyendo los propios actores, ha venido a creer y a actuar como creencia. Y si el cimiento de la identidad de género es la repetición estilizada de actos en el tiempo, y no una identidad aparentemente de una sola pieza, entonces, en la relación arbitraria entre esos actos, en las diferentes maneras posibles de repetición, en la ruptura o la repetición subversiva de este estilo, se hallarán posibilidades de transformar el género.<sup>5</sup>

Portanto, a partir da perspectiva de Butler<sup>6</sup>, gênero é compreendido na presente pesquisa como resultante de uma construção de séries de gestos e atos específicos repetidos, que constituem uma forma padronizada de ser e se representar no mundo que possam ser interpretadas pela sociedade como fazendo parte de determinada “categoria”, por exemplo, homens e mulheres.

Desse modo, ao se pensar gêneros enquanto performatividade, pode-se através das diversas representações sobre eles, elaborar reflexões sobre como a partir de momentos em que os sujeitos passam a atuar de uma “nova” forma (trazendo novos elementos, novos atos e gestuais), eles poderiam criar uma outra possibilidade de ser homem, mulher, ou algo que não estivesse definido no binarismo, como as pessoas andróginas e aquelas que hoje seriam reconhecidas como trans (embora estas duas últimas pudessem não ser aceitas por grande parcela da sociedade).

### Garçonizando-se

---

<sup>4</sup> BUTLER, Judith. *Actos performativos y constitución del género*. Debate Feminista, 1998, p.296-314. p.268.

<sup>5</sup> BUTLER. *Actos performativos y constitución del género*, p.297, grifo da autora.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *Actos performativos y constitución del género*.

Um tipo de mulher se popularizou por entre as páginas da revista ilustrada *Para Todos...* durante a década de 1920 e teve como seu principal difusor o artista gráfico J. Carlos. Era a imagem da mulher andrógina, que toma para si partes do vestuário do guarda-roupa masculino da época. Além das roupas, o corte de cabelo curto a *la garçonne* enfatizavam o aspecto mais andrógino, seja ele sem parecer com um sexo/gênero específico, seja por incorporar elementos associados ao outro sexo/gênero. As imagens a seguir trazem essa nova possibilidade de experiência, que foi compartilhada com seu público leitor, que poderia se identificar de algum modo com elas.

A esse processo, muito mais complexo que os exemplos acima somente mencionados e que serão explorados no decorrer do artigo, foi dado aqui o conceito de “*garçonniização*”, nome retirado da imagem de Paim (Figura 1), mas ampliado. De modo geral *garçonniização* é entendido aqui, como o processo que as mulheres passam para alcançar uma certa masculinização e tornarem-se melindrosas.

A ilustração de Paim (Figura 1) pode causar certo estranhamento pela sua androginia. Talvez alguns leitores não consigam identificar o gênero da pessoa num primeiro momento, mas com a ajuda do título *Garçonizando-se*, pode-se compreender que é uma mulher. Aqui, esse processo de *garçonniização* refere-se ao ato de cortar os cabelos bem curtos, deixando com aspecto de um corte masculino, o próprio nome do corte se refere à masculinização, pois tem sua origem na palavra francesa *garçon*, que significa rapaz/garoto.

De acordo com Michelle Perrot, este corte foi usado no começo como uma forma de “liberação política e de costumes”, mas devido a guerra as mulheres tiveram que trabalhar fora e adotaram o cabelo curto por ser algo mais prático. Findada a guerra, os cabelos a *la garçonne* se popularizam entre as mulheres, se tornando moda nos anos de 1920, segundo Perrot, eles “[...] dão às mulheres a aparência de rapazes principalmente quando elas usam *tailleur*, gravata e piteira. [...]”<sup>7</sup>. Esse corte de cabelo, assim como essa nova silhueta apontavam para uma nova mulher: “O corte dos cabelos, nesse momento brilhante dos ‘Anos Loucos’, significa nova mulher, nova feminilidade.”<sup>8</sup>

Essa nova mulher era construída e percebida pelas suas ambiguidades, ambiguidades estas, que se referiam aos modos da mulher se aproximar e se apropriar do que seria

---

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.60.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*, p.61.

considerado masculino, tal caráter podia ser encontrado em várias mulheres, de maneiras diferentes, às vezes incorporando um aspecto apenas, outras vezes incorporando vários ao mesmo tempo. Desse modo: “[...] a visão sobre a androginia das “mulheres modernas”, partia do concreto e do abstrato. Em suma, era uma construção simbólica e imaginária sobre as novas formas e o “novo espírito” feminino.”<sup>9</sup>. Essas mulheres podiam ser encontradas nas páginas da *Para Todos...* por meio de representações de papéis ou mesmo como meio de atuar e construir sua própria representação para outros.

Aparentada da personagem *La Garçonne*<sup>10</sup> (Monica Lieber), personagem que corta os cabelos curtos ao modo de um rapaz como forma de dar uma nova voz ao seu “eu” que buscava maior liberdade em sua vida<sup>11</sup>:

[...] Su comportamiento masculino —“piensa y actúa como un hombre”—, las cualidades viriles que despliega — talento, lógica —, el dominio del dinero, a ejemplo de los hombres, la consciencia de su irreductible individualidad —“sólo me pertenezco a mí misma”— se encarnan en un atributo físico simbólico: el pelo corto. En estas condiciones, la mujer emancipada ya no es “mujer”, sino garçonne [...] *La Garçonne* permite, pues, captar, en un momento privilegiado, la opinión de los portavoces oficiales que defienden por entonces, en forma mayoritaria, una imagen femenina tradicional: la de la mujer en el hogar.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)*. Dissertação (Mestrado em Design) - Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Artes e Design, Rio de Janeiro, 2005, p.129.

<sup>10</sup> MARGUERITTE, Victor. *A emancipada. (La garçonne)*. Rio de Janeiro: Empresa de Publicações Modernas, 1923.

<sup>11</sup> No livro de Victor Margueritte, *La Garçonne*, a personagem principal após passar por um revés amoroso decidiu ter liberdade sexual e financeira. Construiu uma carreira sólida como proprietária de um estabelecimento de vendas de antiguidades e objetos de decoração. Teve relacionamentos com muitos homens e com algumas mulheres, usou ópio, cocaína, teve namoros conturbados, dirigia carro. Pensava como um homem segundo ela mesma no que diz respeito ao manifestar seus desejos sexuais. É uma mulher que havia tomado às rédeas de sua própria vida, acreditando que não devia satisfações a ninguém, nem a família a qual abandonou.

<sup>12</sup> SOHN, Anne-Marie. Las mujeres entre la madre en el hogar y la “garçonne”. In: Duby, Georges; PERRO, Michelle. *Historia de las mujeres en occidente, el siglo XX*. v.5. Madrid: Taurus Minor, 2000. p.128-131. p.129.



**Figura 1:** Paim, Garçonizando-se, *Para Todos...*, nº311, 29/11/1924, p.20.

Assim “silhuetas andróginas” começaram a ser mais comuns na década de 1920. Segundo Michelle Perrot, a moda teve um papel importante para a construção desse corpo feminino mais “reto”: “[...] Novos tipos de vestuário: o chapéu sem abas, o *tailleur* (Chanel), a saia-calça, a calça comprida. Novas atitudes: fumar, dirigir automóvel, ler jornal em público, frequentar a toda a Europa. [...]”<sup>13</sup>, contribuíram para este processo. Ainda sobre a influência de Chanel na moda, Marcia Disitzer<sup>14</sup> refere-se que: “[...] A francesa também desenhou peças soltas e práticas, que davam liberdade ao corpo da mulher, introduziu modelagens masculinas no guarda-roupa feminino [...]”, entre essas roupas “[...] Chanel tinha lançado calças estilo

<sup>13</sup> PERROT. *Minha história das mulheres*, p.60.

<sup>14</sup> DISITZER, Márcia. *Um mergulho no Rio: 100 anos de moda e comportamento na praia carioca*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. 2012, p.27.

pijama que, posteriormente, foram adotadas para uso à beira-mar. [...]”<sup>15</sup>. Calças muito parecida com as da *garçonne* de Paim (Figura 1). Embora Chanel tenha tentado a popularização das calças (pijamas) entre as classes médias e altas – já que as calças já eram usadas por operárias ou para o ciclismo –, a moda foi pouco adotada. J. Carlos começou a desenhar suas melindrosas usando tal peça a partir de 1930, com a sua popularização. Na revista *Para Todos...* são poucas as mulheres que usam calças como forma de moda e não com a intenção de se parecer com homem (muitas artistas, inclusive as brasileiras, usavam roupas masculinas para fazerem papéis de homem). Mas, todas elas têm em comum o fato de serem estrelas de cinema ou do teatro e estarem em locais privados:

Se, na segunda metade do século XIX, passou a ocorrer uma aceitação maior do uso por mulheres de roupas masculinas da cintura para cima, o tabu que cercava as mulheres que usavam calças somente foi superado no século XX. [...] Na década de 1920, a criadora de moda francesa, Gabrielle Chanel, tentou popularizar a calça como parte de um modelo para mulheres de classe média e alta, mas sem sucesso. [...]”<sup>16</sup>

Voltando agora para o desenho de Paim (Figura 1), a moça e o cenário são apresentados em vermelho, branco e preto. A melindrosa está sentada/deitada numa espécie de cama, cortando os seus cabelos que caem no seu colo. A *garçonne* usa calça estilo pijama na cor vermelha e blusa da mesma cor com decote profundo. A linguagem da imagem promove uma sensação de uma cena em movimento, pelas formas das linhas e da construção da personagem e também do cenário. O estilo de Paim é muito diferente do de J. Carlos, o primeiro parece carregar mais sua imagem tanto com linhas como com o uso de cores mais “pesadas”, o segundo na caracterização de seus personagens e também no cenário usa menos “massas”, seu desenho parece “respirar” mais, através do uso do branco do papel.

O primeiro passo para o projeto de *garçonniização* poderia ocorrer desde cedo, como brinca J. Carlos na próxima imagem (Figura 2), através do corte de cabelo. O artista aponta para como esse processo influenciava a vida das meninas, pois de algum modo e em algum momento durante a década de 1920 essa transformação da mulher em um novo personagem, em uma nova forma de performatividade, a melindrosa, que também passa a ser moda e a ser apropriada no cotidiano de diversas formas. A melindrosa não só ajustava valores

---

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *Um mergulho no Rio*, p.49.

<sup>16</sup> CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. 2ªed. São Paulo: Senac, 2013, p.256.

referenciais da moda, cinema e literatura como ao mesmo tempo em que fazia isso, influenciava nos diferentes âmbitos da sociabilidade.

Na barbearia a garotinha se prepara para “A primeira etapa” (Figura 2) para ser uma melindrosa, faz a única coisa que pode na sua idade, pedir para cortar o cabelo a *la garçonne*, já que é muito nova para ter *flirts* ou dirigir um automóvel. “[...] Ao resumir em uma única frase, J. Carlos questiona não somente o lado precoce da menina, como também questiona a amplitude de um padrão de aparência física. [...]”<sup>17</sup>. A criança é pequenina e ocupa a parte central da imagem se posicionando de perfil, sentada numa cadeira alta, para que o barbeiro que está atrás possa alcançar a sua cabeça sem precisar se abaixar e cortar o seu cabelo verde. Diferente da imagem anterior (Figura 1) esta garotinha de J. Carlos ainda está em processo de construção de independência, ela tem que pedir autorização a mãe e ao barbeiro, não cortando sozinha o seu cabelo<sup>18</sup>. O barbeiro que está de frente para o espectador abre de forma delicada – levantando alguns dos dedos das mãos – uma capa sobre a garotinha para protegê-la dos cabelos que serão cortados, desse modo, apenas parte do homem é mostrada – rosto, ombros e mãos. Seu rosto sorri empaticamente ao pedido de sua cliente nova.

Ao fundo da cena, no lado esquerdo, a um barbeiro de costas cuidando de um cliente que só se vê a mão (está tampado pelo homem e pela capa) e que lê um jornal, pode-se ver na bancada vários tipos de embalagens, em referência aos produtos de beleza disponíveis no momento.

---

<sup>17</sup> MANNALA, Thaís. *Melindrosas e garotas: representações de feminilidades nos traços de J. Carlos (1922-1930) e Alceu Penna (1938-1946)*. 155 f. (Dissertação em Tecnologias e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba, 2015, p.60.

<sup>18</sup> O corte de cabelo de uma criança independente e rebelde foi abordado já no século XIX no livro: ELIOT, George. *O moínho sobre o rio Floss*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985. (1860). O cabelo, que no século XIX era símbolo de feminilidade segundo Perrot (2012), ter cabelos longos era sinônimo também sinônimo de beleza. O cabelo de Maggie Tulliver era “rebelde”, liso e grosso, que não parava arrumado, por que ela não queria penteá-lo como suas parentas faziam o que gerava discussões entre ela, sua mãe e suas tias, que valorizavam a aparência e o artifício por excelência. A rebeldia do cabelo de Maggie pode ser vista como metáfora para a rebeldia de seu espírito, de que não conseguia viver em sociedade, pelo menos naquela. Certo momento Maggie, como um ato de inconformismo e rebeldia, sobre valores impostos a ela por ser uma menina, corta seu cabelo. Mas após seu irmão satirizá-la ela acaba se arrependendo, pois depende da opinião dele para se sentir forte. De maneira, e por motivo distinto, Jo – personagem do livro ALCOTT, Louisa May. *Mulherzinhas*. Lisboa: Cofina Media, 2011. (1868-9) – que tinha o cabelo como a coisa mais bonita, e que a deixava feminina, cortou seu cabelo, como um ato de altruísmo para com seu pai que estava doente na guerra, e para com toda a nação que ele representava nessa guerra. Tornando se feia na aparência, mas ainda mais bela na alma.



**Figura 2:** J. Carlos, A primeira etapa, *Para Todos...*, nº289, 28/06/1924, p.18.

Do outro lado, olhando para sua filhinha com uma expressão de preocupada, uma mãe gorda sentada no banco de espera. Ela tem três linhas no meio da testa que expressam rugas de preocupação, aliadas as sobrancelhas grossas, pretas e em arcos (semelhantes às sobrancelhas do barbeiro) que encontram seu começo nessas rugas e o final perto de seus olhos; sua boca é em forma de M com linhas pretas e verdes e assim como a expressão de seu olhar reforça a ideia de preocupação; sua bochecha é caída e seu queixo é pequeno e redondinho, deixando ver sua papada.

Pelas roupas fechadas que cobrem praticamente todo o corpo, expressão facial de preocupação e o modo como está sentada, com expressão corporal fechada, ela representa o lado mais conservador da sociedade. Ao mesmo tempo, busca se acostumar com as novidades trazidas pelos jovens, dessa vez, mais jovens ainda, já que o corte de cabelo curto é proposto por sua garotinha. Sua filha é, portanto, o símbolo das novidades trazidas pelo novo tempo, tempo que a senhora tenta se adaptar se não por ela, por sua filha. O contrário, a novidade, é trazida por alguém muito jovem, enquanto que a preocupação com a novidade é de alguém muito mais velha (comparando a idades das duas). Mas ambas esperam: a mãe sobre o que vai acontecer e a menina que sua mãe a deixe a cortar o cabelo como quer. A

afirmação da menina mostra que ela tem atitudes, ainda que, esteja condicionada a uma aceitação da mãe.

Por se tratar de uma charge, sabemos que a intenção de J. Carlos é provocar humor, que pode ser “inocente” como nesse caso. A menina que olha para mãe enquanto faz a pergunta ao barbeiro espera uma resposta dela. Ao mesmo tempo, tal interrogação da menina pode ser interpretada apenas como forma de educação, mas na verdade, seria uma afirmativa e a mãe estaria só observando e se preocupando com o acontecimento por vir. A preocupação de sua mãe não está apenas por sua filha cortar o cabelo, mas tudo o que aquilo significava: ela provavelmente não seria como ela em sua juventude; ela seria mais liberal, dirigiria automóveis “perigosos”, fumaria, teria vários *flirts*, usaria roupas curtas... Há a possibilidade de se fazer um diálogo com essa charge com uma passagem do texto de Victor Margueretti:

– Oh! Mademoiselle, a “garçonne” de amanhã não se parecerá coisa alguma com a de hoje, como os seus costumes, mademoiselle, não se parecem com os das suas irmãs de ha vinte annos. Pense no que elles têm evoluido, e em todas as classes, no espaço de uma geração!... Pois bem! Essa especie de moça fará como um verdadeiro rapaz. Irá um pouco mais á escola de Malthus, apesar de não ter muito que aprender lá!... A natalidade baixa. E por quê? Toda a gente sabe que só as idiotas é que têm filhos quando os não querem ter. Os seductores, torna-se-iam, tambem, menos imprevidentes, e menos patifes<sup>19</sup>.

De acordo com a passagem acima uma melindrosa seria praticamente um rapaz, ser mãe não seria para *garçonne* um destino de uma vida, elas só seriam se quisessem, não sendo mais para elas, algo visto como uma obrigação. Desse modo, e por outras formas de comportamento, como o próprio cabelo, elas não seriam parecidas com “suas irmãs de ha vinte annos”, podendo ser esse, um dos medos da mãe ao receber o pedido de sua filhinha (Figura 2).

Mas não eram todas as moças que queriam passar por esse processo, é o caso da imagem a seguir:

---

<sup>19</sup> MARGUERITTE. *La garçonne*, p.65.



Figura 3: J. Carlos, A aurora da vida, *Para Todos...*, nº350, 29/08/1925, p.18.

Em *A aurora da vida* (Figura 3) Monica, mesmo nome da personagem principal de *La Garçonne*, tenta dar conselho a uma jovem menina de quinze anos, possivelmente sua irmã. As duas estão num local privado decorado por uma almofada em forma de flor jogada no chão e por uma parede preta com listras brancas, adornada por flores de vários tamanhos nas cores cinza, branco, preto e laranja. A menina com nome de flor ajuda a construir a sua meninice e inocência, expressa tanto no apego ao longo cabelo ruivo em que segura com as mãos, como também, na sua fala para a irmã. Sua irmã é bastante diferente, tem o corte curto de cabelo, fuma cigarro, usa brincos, seus seios despontam na lateral do seu corpo, seu corpo está em contraposto, mas, se assemelha com Margarida por possui um corpo esguio pelo vestido reto e simples e também por usar sapatos com pequenos saltos. Na conversa, a moça aparentemente mais velha, de cabelos curtos diz a jovem: “Córta, Margarida. Ficarás mais moça ainda.” mas Margarida não parece contente com a ideia, pelo tom de sua resposta: “Mais moça?! Oh! Custou-me tanto chegar a fazer quinze annos...”.

Mesmo nesse período com muitas crianças usando cabelos curtos, em algumas fotos podem-se encontrar meninas com o cabelo longo, mesmo mulheres jovens e adultas, ainda que fosse mais raro encontra-las nas fotografias. Em 1930 é possível ver a miss Califórnia com um logo cabelo escuro e, ao longo de 1920, boa parte das propagandas de produtos para cabelo tem “modelos” com cabelos longos. Mary Pickford, famosa atriz a época, só aderiu à moda dos cabelos curtos em 1928. Nessa charge o corte de cabelo aparece como um ritual que marcaria a saída da infância e a entrada na mocidade, fato que muitas pessoas não querem passar. Além disso, os quinze anos para a mulher marca a passagem da infância/adolescência para a mocidade, as festas de quinze anos apresentam as moças à sociedade, e também aos futuros pretendentes. A resposta de Margarida levanta algumas hipóteses, como, primeiro que já havia demorado muito para virar moça ao completar seus quinze anos, segundo, que ela não teria gostado muito da ideia de se tornar moça, noção que é reforçada pelo apego com o cabelo.

Como se vê esse processo, de *garçonniização*, começava com a aparência e se estendia a outras instâncias da vida dessas mulheres. Mas, algumas vezes o processo completo não ocorria, e o máximo que se fazia era o uso de roupas da moda.

Fazia parte desse processo de se tornar melindrosa a emancipação, entre elas a econômica e a maternal. Quase todas as melindrosas de J. Carlos não tinham filhos e eram solteiras. Mas, na próxima imagem J. Carlos trouxe uma outra relação com a maternidade (Figura 4): a melindrosa da charge, foi construída como uma forma de se ver mais livre de suas “obrigações maternas”. O seu comportamento expresso na charge era associado aos comportamentos considerados masculinos, já que sua preocupação com o filho não era sua prioridade.

Sevcenko<sup>20</sup> afirma que quando as tarefas domésticas estão associadas à figura feminina, elas são vistas como fáceis e prazerosas às mulheres, mas quando estas mesmas tarefas são feitas por homens, elas são representadas de maneira árdua e penosa para eles. De acordo com Ana Colling<sup>21</sup> as relações entre homens e mulheres foi construída de forma

---

<sup>20</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: História da vida privada no Brasil, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.513-619.

<sup>21</sup> COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise R. (Orgs.). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.15-38.

hierárquica, desse modo, as ocupações feitas por mulheres seriam consideradas inferiores a aquelas ocupadas por homens. Além disso, essa mesma autora aponta para como as representações associadas a esses sujeitos construíram uma compreensão de quais lugares deveriam ser ocupados por cada um e como esses locais são significados de hierarquia social, econômica e de poder:

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi a responsável pela queda da humanidade do paraíso. Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder; à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as mulheres são perigosas para a ordem pública. Poderíamos arrolar e multiplicar as citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, permanecendo em sua função caseira e materna. As transgressoras destas normas tornam-se homens, traindo a natureza, transformando-se em monstros. Estes limites da feminilidade, determinados pelos homens, são uma maneira clara de demarcar a sua identidade. Como se a mistura de papéis sociais lhes retirasse o solo seguro.<sup>22</sup>

A relação entre espaço público e privado, bem como as atividades “trocadas” desempenhadas por mulheres e homens, também faz parte da próxima imagem analisada.

Na charge *Emancipação* de J. Carlos (Figura 4), uma mulher acaba de chegar em casa, e é surpreendida por seu bebê ir de encontro a ela a chamando de “Papae! Papae!”, ao fundo um marido cansado, surpreso pelo o que seu filho acaba de dizer.

Ao fundo o pai e um cachorro assistem à cena. O pai veste um pijama listrado de branco e vermelho, com enfeites na camisa e um cordão na calça para segurá-las e adorná-las; nos pés calça pantufas vermelhas com detalhes brancos; tem o cabelo preto e liso, penteado para um dos lados; nariz grande e vermelho, assim como sua orelha; mantém os olhos arregalados; no rosto nota-se uma feição cansada, surpresa e magra; os seus ombros estão caídos num sinal de cansaço e de desapontamento por seu filho chamar sua mulher de pai e não ele; seu braço tem uns poucos pelos curtos e espetados; sua mão esquerda segura uma mamadeira cheia, de certo, iria dar ao bebê quando este saiu correndo. Ao lado do pai

---

<sup>22</sup> COLLING. *A construção histórica do feminino e do masculino*. p.15.

um cachorrinho sentado, com as patas dianteiras levantadas, sorri da situação, olhos apertados, língua para fora da boca, com uma orelha levantada e outra caída.

De algum modo, o pai tem o trabalho reconhecido pelo bebê ao chamar a mãe de “Papae”, logo que a lógica seria que se a mãe é o pai, ele seria a mãe. Pois, a associação feita pelo bebê e por quem lê a imagem é de que quem cuida do bebê é a mãe e de quem trabalha fora é o pai. Além disso, ficou o dia inteiro cuidando do bebê que nem teve tempo de trocar o pijama por uma outra roupa; já que a chegada da mãe, sugere que tenha passado um bom tempo, ou ainda, que o pai já tinha colocado o pijama e ia dar mamadeira para que seu filho pudesse dormir a noite de barriga cheia, tendo então a mulher chegado tarde da noite e não de dia.



Figura 4: J. Carlos, *Emancipação*, *Para Todos...*, nº380, 27/03/1926, p.18

A mãe é uma figura jovem, bonita, delicada. Ela, assim como quase todas as melindrosas, usa chapéu *cloche*. Na boca, que não dá para ver, leva um cigarro fino e branco. Em uma das mãos segura uma bengala preta com as pontas brancas, e na outra a maçaneta da porta. Entre seu braço e seu corpo segura três envelopes (dois vermelhos e um branco), sendo que um pode ser sua bolsa. A pose que está é de quem acaba de pegar na maçaneta, abrir a porta e começar a entrar. Mesmo não dando para ver onde acabam suas pernas, e mesmo seu marido estando mais ao fundo, ela parece ser mais alta que ele, bem como, mais magra.

O bebê é uma criança saudável, bochechas rosadas, olhos pretos vivos, gordinho, cabelo enroladinho ruivo e sorridente. A pequena criança está de fralda e camiseta de poá (fundo branco com bolinhas vermelhas); usa calçados com cadarços, sendo que um deles está desamarrado. Pode ter desamarrado quando saiu correndo para sua mãe, ou já estava desamarrado e simbolizava um perigo iminente de cair. A segunda alternativa pode ser interpretada como uma metáfora para a “realidade”, ao perceber que sua mãe não era de fato seu pai, mas sim sua mãe, o bebê poderia perder a realidade que teria construído para si. No chão, brinquedos “neutros”, cavalinho de madeira para puxar com cordinha, e cartas/peças de algum jogo. De braços esticados para o encontro da mãe/pai, o bebê olha para ela com afeto e alegria. O bebê é uma surpresa no final das contas, pois ele consegue ver sua mãe como pai sem nenhum problema, quer dizer, não importa que seu “pai” tenha aparência feminina e que sua “mãe” tenha bigode e pelos espetados no braço. Mas, ao mesmo tempo, é o bebê que confere graça à charge, já que na sua lógica, quem trabalha fora é automaticamente o pai, e quem trabalha em casa e cuida dele é a mãe, sendo tal lógica relacionada a um aspecto mais conservador na sociedade.

Há uma passagem de Herman Lima sobre essa charge (Figura 4):

Assim, por exemplo, a propósito da invasão do feminismo nas repartições e nos escritórios, há uma charge deliciosa no *Para Todos...* – Emancipação: aparece o marido de pijama, inteiramente domesticado, mamadeira em riste, em meio a um montão de brinquedos com que ficou chocando o bebê o dia todo. Abre-se a porta e, diante da mãe, que volta da rua, chiquíssima, *canotier* masculino, piteira na boca, o guri se precipita de braços abertos para ela: “Papai! Papai!”<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> LIMA, Herman. J. Carlos. In: *História da caricatura no Brasil*. v.3. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963, p.1070-1124. p.1098.

Herman Lima<sup>24</sup> compreende que nesse caso J. Carlos aborda as questões do feminismo. Pensado sob essa perspectiva, o feminismo teve papel fundamental para os avanços conseguidos pelas mulheres nas primeiras décadas como o fato de trabalhar fora. Mas, como aponta Maluf e Mott<sup>25</sup>, o fato do trabalho fora de casa era realidade para muitas das mulheres, principalmente para aquelas que eram pobres o trabalho era essencial para ajudar no orçamento e nas despesas familiares; as mulheres ricas não precisavam trabalhar com mesma finalidade das mulheres pobres, elas viam no trabalho uma forma de liberdade.

As representações criadas ou veiculadas sobre a mulher na revista *Para Todos...* trazem a mulher sob um novo prisma, ela já não é vista apenas como a mulher mãe -esposa-dona de casa, ela agora toma suas decisões, ainda que parte dessas decisões esteja relacionada a figura masculina, como no caso em que é o artista, o diretor homem que possibilita ou não que sua personagem representada tenha liberdade e se porte de determinada maneira e não de outra.

Havia vários discursos sobre o motivo das mulheres não trabalharem fora, de acordo com Ana Colling<sup>26</sup> e Sohn<sup>27</sup>, as mulheres eram consideradas como portadoras de uma saúde frágil: elas menstruavam, ficam grávidas, davam a luz. Além disso, o discurso médico segundo Sohn<sup>28</sup> buscava impedir o trabalho feminino para fora de casa, pois seu filho não deveria ficar com um estranho, havia todo um aparato discursivo que vinha sendo modelado na sociedade, que o ato de cuidar dos filhos era considerado dever da mãe. A ela, a mulher que é mãe, era atribuída a função de criar cidadãos para nação.

O trabalho fora de casa não era uma exclusividade brasileira, Nancy Cott<sup>29</sup> trabalha essa questão nos Estados Unidos. Durante o final do século XIX e começo do XX questionamentos sobre a mulher trabalhar fora e cuidar de casa se tornavam frequentes. A realidade de trabalho para a maioria das mulheres não era boa, não tinham mão-de-obra qualificada e nem estudos. Nos Estados Unidos segundo a autora as estudantes passaram a cada vez mais se dedicar a alguma área específica para conseguir um emprego melhor. De

---

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. J. Carlos.

<sup>25</sup> MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: *História da vida privada no Brasil*, vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-421.

<sup>26</sup> COLLING. *A construção histórica do feminino e do masculino*.

<sup>27</sup> SOHN. *Las mujeres entre la madre en el hogar y la "garçonne"* p.131.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Las mujeres entre la madre en el hogar y la "garçonne"* p.131.

<sup>29</sup> COTT, Nancy, F. Mujer moderna, estilo norteamericano: los años veinte. In: Duby, Georges; PERRO, Michelle. *Historia de las mujeres en occidente, el siglo XX*. v.5. Madrid: Taurus Minor, 2000. p.107-126.

acordo Nancy Cott, nos Estados Unidos “[...] La proporción de esposas que trabajaban se sextuplicó, y con la misma rapidez que la proporción de mujeres solteras.”<sup>30</sup>, pois a medida que as mulheres conseguiam seu próprio dinheiro (embora o trabalho assalariado da mulher fosse bem menor do que o do homem) elas adquiriam mais liberdade para poder escolher se casar ou não, às vezes adiando um possível casamento por conveniência econômica.

Nesse sentido, a presença das mulheres nesse novo cenário urbano crescia nos Estados Unidos e também no Brasil, tornando-se “alvos” dos olhares masculinos que passam cada vez mais deseja-las e fantasia-las. Conforme Oliveira:

Uma nova imagem da mulher vai sendo construída com o seu progressivo deslocamento do ambiente doméstico para o espaço público. Confeitarias, avenidas, bondes e outros espaços exibiam mulheres belas, e nesse momento, “disponíveis” ao olhar masculino. Na imaginação do homem do início do século, a carnalidade dessas figuras femininas fazia com que elas surgissem, aos seus olhos, como deusas conquistadoras que passavam a ocupar um novo lugar na sociedade masculina. Essa nova imagem da mulher ganhou espaço na imaginação do cronista, que passou a descrevê-la como um objeto erótico, fetichizado e sedutor<sup>31</sup>.

De acordo com as imagens feitas por J. Carlos as mulheres também chamaram a atenção dos homens, como fonte para conseguir dinheiro, como na Figura 4 em que é a mulher que trabalha fora e provavelmente sustenta a família. O projeto, processo de *garçonniização* também incluía obter liberdade financeira, conseguida através de alguns métodos, entre eles o trabalho fora de casa ou outros.

J. Carlos traz na capa de nº393 (Figura 5) uma melindrosa gigante, ao seu lado vários senhores, gordos, magros, carecas, bigodudos, com chapéus. Há disposição dos senhores no espaço criam um ritmo de três filas em sentido diagonal. Apesar do seu tamanho, ela continua graciosa: pose de contraposto, com sua perna esquerda afastada de seu corpo, fazendo com que os joelhos fiquem juntos; rosto sobre a gola da blusa que fica em seu ombro; sorriso aberto, boca pintada com *rouge*; usa saia lápis riscada de branco e roxo; uma blusa vermelha com flores desenhadas em preto e roxo e branco, parte que cobre seu busto é roxo com

---

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *Mujer moderna, estilo norteamericano*, p.115.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Cláudia. *Rio femme – mulher Rio: a representação do amor e da sexualidade nas ilustradas cariocas Fon-Fon e Para Todos – 1900-1930*. *ArtCultura*, Uberlândia, v.10, n.16, jan./jun., 2008. Captado em: [http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/C\\_Oliveira.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF16/C_Oliveira.pdf). Acesso em: 10 set. 2014.

debrum branco; sua meia calça é lilás e tem uma linha fina em cada uma das pernas como sinal de luz. Seu cabelo curto na altura do nariz é coberto por um chapéu *cloche* vermelho com adornos branco e verde; seus olhos são desenhados por duas linhas grossas; seu rosto redondo deixa ver até a dobrinha entre ele e seu pescoço. O chapéu faz uma pequena sombra em seu rosto, protegendo os seus olhos do sol.



Figura 5: J. Carlos, *Para Todos...*, nº393, 26/06/1926.

Diferente da melindrosa que tem como contorno de seu corpo linhas preto, os senhores tem linhas vermelhas/laranjas como contorno de rosto, pescoço e mãos. A ampla variedade de tons foi conseguida através da sobreposição de retículas, possibilitando cores entre o laranja e o vermelho, tons de verde, de cinza, marrom e roxo.

É um dia claro, efeito conseguido pelo uso do fundo do papel como massa de cor branca, o céu e branco, a linha do horizonte é feita por duas linhas, uma preta posicionada sobre outra que é verde. A situação se passa em um local amplo, aberto, do qual se pode ver

uma pequena árvore, e uma linha de grama. Os senhores têm poses variadas, assim como os seus corpos. Uns são gordos, com barrigas volumosas, bochechas fartas. De acordo com Marilda Queluz<sup>32</sup>:

[...] Há uma tradição de se descrever os burgueses, os proprietários de terra e os policiais como gordos. A obesidade representava a insignificância de “quem se considerava acima de todos os outros”. Este efeito cômico foi usado com fins satíricos; “uma barriga avantajada decorrente de uma vida preguiçosa” - as custas dos que trabalhavam duro. [...]

No entanto, na capa em questão, a maioria dos senhores é magra. Quase todos usam paletós, coletes, sapatos bicolores, camisas brancas, algum tipo de gravata e têm os pés pequenos em relação ao corpo. Dos oito personagens somente dois não possuem algum tipo de bigode ou barba, sendo que alguns estilos remetem a moda do século XIX, como o *mutton chops* (barba somente no lado do rosto, costeletas longas, ligando-se ao bigode deixando o queixo sem pelos). Apenas um deles não usa chapéu, os outros usam chapéu coco ou cartola. Três deles usam óculos. Enfim, a construção de tais figuras, com adornos finos, chapéus, roupas, faz com que pareçam senhores que algum dia tiveram posses.

Esses homens podem ser interpretados como referências daquilo que seria tradicional: todos eles são velhos, possuem rugas, usam bigodes que foram moda na época do reinado; e, embora possam ter dinheiro, todos eles esmolam, pedem dinheiro para melindrosa. A melindrosa é a figura que representa o novo, o moderno, personagem emancipado, não é ela que pede dinheiro aos homens, mas sim eles que pedem dinheiro a ela. Ou seja, ela não é dependente economicamente de homens, ela pode se sustentar sozinha, trabalhar fora e ter o seu próprio dinheiro. A mão da melindrosa, de linhas finas e delicadas, faz um movimento de pegar dinheiro da carteira para dar aqueles velhos senhores que pedem a ela, pois dão sinais de mendicância: chapéus virados para cima, mão no peito, num gesto de “tenha compaixão de mim”, mãos abertas próximas à axila; mãos estendidas; e expressões nos rostos de alguns deles de quem pede de forma atrevida.

Apesar dessa “novidade”, de uma mulher sustentar vários homens, de alguma forma a melindrosa acaba perpetuando um papel relacionado ao estereótipo de gênero, ao sorrir e fazer o gesto de pegar dinheiro para dar aos velhos senhores, ela se compadece deles e

---

<sup>32</sup> QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. *O Humor Visual em Curitiba (1907-1911)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996, p.56.

procura agir pela generosidade e caridade, que eram vistas nesse período como próprio da “natureza feminina”<sup>33</sup>. Porém, também afirma seu poder sobre eles, econômico, de beleza, juventude e sedução. Não se sabe como ela conseguiu o dinheiro, só se supõe que foi feito através do trabalho fora de casa.

O perigo causado pelas mulheres é abordado na última imagem analisada, em que uma jovem melindrosa, que percorre o processo de formação de sua *garçonização*, pode colocar em riscos motoristas e pedestres através do uso de um automóvel. Como se vê na charge (Figura 6) o carro não é da melindrosa e sim de um rapaz, de acordo com Thaís Mannala:

Sendo um artefato novíssimo no século XX, o automóvel causou inúmeras reações na população brasileira, desde o medo de acidentes e atropelamentos ou desconfiança acerca de seu funcionamento, até o fascínio pelas novas possibilidades de deslocamento e pelo status da máquina. Era um item caro e acessível somente à elite brasileira e, na maioria das vezes, associado aos homens<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Livros como Emílio de Rousseau no século XVIII (ROUSSEAU, Jean-Jacques. Livro V. In: Emílio. São Paulo: Martins Fontes, 1999), escritos de autoras como Louis May Alcott e George Eliot século XIX, abordam essa questão, da generosidade como sendo própria de uma “natureza feminina”.

<sup>34</sup> MANNALA. *Melindrosas e garotas*, p52.



**Figura 6:** J. Carlos, Alerta, Lampeões! *Para Todos...*, nº370, 16/01/1926, p.18.

Um pouco mais velhas que a garotinha da Figura 2 as melindrosas desenhadas por J. Carlos da Figura 6 tem o ar infantil pela desproporção do tamanho de suas cabeças em relação aos seus corpos, elas são grandes e redondas. Reforçando esse aspecto de crianças seus olhos são enormes e seus narizes pequeninos, boca com o lábio superior fino e grande (indicando um sorriso) e lábios inferiores em forma de u pequeno, tem a barriga estufada como de crianças e não possuem seios que despontem, ou se possuem estão achatados.

A melindrosinha de verde com listras brancas e saia cinza na altura dos joelhos, que está no lado esquerdo da imagem, tem o rosto pendido sobre o seu ombro direito voltado para o espectador, mas os olhos pretos que estão de canto, grandes e redondos contornados por lápis verde, olham para sua amiga que está na sua frente. O seu pescoço é delicado e está descoberto, pois a gola de seu vestido para no começo de seu colo. Seu cabelo é preto e liso

cortado ao estilo *la garçonne* possuindo duas linhas na cabeça no seu lado direito. Nos pés usa sapato branco de salto médio e fino.

Seu corpo está de perfil deixando seu lado direito à vista, suas pernas roliças. Do outro lado carrega embaixo do braço (já que sua mão está ocupada) uma caixa de bombons (etiqueta) trançada branca com fita verde, da mesma cor que seu vestido, provavelmente ganhou do Fabricio, que a convidou para dirigir sua “baratinha”, o seu carro. Seu braço direito é enfeitado com uma pulseira simples. Ela leva suas mãos até a altura da bochecha, as entrelaçando junto a um ramo de flores (bolinhas e cabos), ela deixa seu dedo mindinho “livre”. A caixa de bombom, o convite para dirigir o carro, a pulseira e a reação que teve sobre dirigir, são signos de futilidade e leviandade, já que não parece se preocupar com outras coisas.

Ela conta à sua amiga Mariquita sobre o passeio de carro que vai fazer, dirigindo. Mariquita olha com seu olho verde arregalado para sua amiga, sua boca está um pouco aberta, como se estivesse de queixo caído com a resposta que sua amiga lhe deu sobre o fato de dirigir. Ela tem cabelos claros e bem lisos com acabamento reto nas pontas, um pouco mais longo que o de sua amiga. A sua blusa e saia aliadas a outros elementos como a posição de perfil da personagem, os dedos curtos, a mão pequena, barriga saltada, apontam para um corpo infantil.

Ao fundo uma árvore ornamental num grande vaso branco com listra verde. A árvore é preta com flores grandes verdes e cinzas. Dando destaque a figura de Mariquita que se encontra na frente dela.

A amiga da Mariquita mal pode conter sua felicidade pelos agrados de Fabricio: bombons, flores e um passeio de carro em que ela seria a condutora. Mariquita se demonstra preocupada com a amiga perguntando se ela sabe guiar um automóvel, e talvez fique mais preocupada com a resposta que ela lhe dá: “– Não. Mas espero que os outros automoveis, que transitam por ahi, tenham *chauffeurs* habeis”.

Ambas parecem ser muito jovens, como dito, até mesmo com ar infantil pelo modo de construção de seu corpo, essa ideia é reforçada pela resposta transcrita acima: uma menina sem juízo, preocupada apenas com seu *flirt*, com os presentes e com o grande acontecimento que iria fazer. Ela não se preocupa com o fato de não saber dirigir um carro, pois espera que

os outros motoristas o saibam e possam desviar de um perigo ambulante que ela representa por não saber guiar, atribuindo a responsabilidade aos homens. Segundo Thaís Mannala: “J. Carlos costuma colocar a figura feminina como incapaz de dirigir sem causar transtornos ou acidentes. [...]”<sup>35</sup>. Pois, o pensamento crítico era visto como coisa de homens. Segundo essa perspectiva, as mulheres não teriam juízo e não deveriam sair do espaço privado para não colocar em risco outras pessoas. No entanto, como ressalta essa mesma autora ao se referir a outras charges com a mesma temática: “[...] Embora J. Carlos aponte o perigo e a insensatez de deixar as mulheres ao volante, acaba evidenciando o fato de que elas estão dirigindo cada vez mais, apropriando-se do artefato que, supostamente estaria voltado à clientela masculina.”<sup>36</sup>.

Seguindo essa mesma linha de pensamento que associa que mulheres, principalmente as bonitas, não teriam um pensamento crítico, há os aforismos sobre os *Pensamentos de uma mulher bonita* de Dario de Barros na própria *Para Todos...* (nº467, 26/11/1927, p.19): “Eu não penso, logo existo...” ou ainda este “Quer ser bonita? Seja simples. A ‘preocupação’, na beleza, é por si própria uma elemento de fealdade”.

A falta de preocupação ou de pensamentos também está exposta no texto *Melindrosa* em que Álvares Moreyra dedicou “Ao mestre das caricaturas: J. Carlos”, o qual foi ilustrado pelo homenageado.

De acordo com a crônica de Plínio Mendes dedicada “ao mestre das caricaturas J. Carlos”, e a própria ilustração de J. Carlos, uma melindrosa seria aquela mulher que: teria os lábios pintados, mas não só os lábios, como os olhos e sobrancelhas; linguagem corporal construída ao ritmo do Charleston, portanto, frequentadores de bailes e festas levadas pelo som do jazz; ser feliz por ser bela, pois sua beleza atrairia olhares dos seus possíveis *flirts*; influência dos romances e da cultura francesa, entre eles o próprio romance de Victor Margueretti, *La garçonne*, com sua personagem Monica Leiber e sua liberdade construída com o tempo, e também a própria moda, entre elas uma das maiores influências da época (e até hoje) Coco Chanel; unhas compridas e bem cuidadas pintadas com esmalte, perfumada, maquiada, lembrando-se dos avanços da indústria cosmética nesse período e da publicidade

---

<sup>35</sup> MANNALA. *Melindrosas e garota*, p54.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *Melindrosas e garotas*, p58.

acerca desses produtos de beleza; ingênua, graciosa, “Se ella “quizesse”... bastava um olhar, uma palavra, um gesto, e meia dúzia de homens cahiriam aos seus pés... dispostos a tudo, por ella!” ingenuidade e graciosidade eram símbolos de beleza e estavam associados sobretudo a figura feminina; narcisista, jovem, acabava de se tornar moça, loira (mas podia ser ruiva, morena); fazia cair homens aos seus pés, corações baterem apaixonados pelos seus encantos, deixando vários homens ao mesmo tempo, ou não, apaixonados, ainda que momentaneamente através do *flirt*; disputada pelos homens; achava-se amada por todos por sua beleza, o que é verdade em termos, já que estaria mais para adorada e desejada do que amada; e ainda “E não pensava em mais nada... O PENSAR envelhece... traz rugas... / A cabecita ôca, o coração vasio... mais nada... mais nada... / ‘MELINDROSA!’”, essa falta de preocupação com coisas sérias ou qualquer assunto que não fosse sua aparência sempre apareciam em charges de J. Carlos, elas não se importariam com outras coisas se não fosse fazer bem a elas, entre elas, se sentir amada seja pela sua aparência seja pelos seus atos de “generosidade” que poderia ser através de uma doação, uma troca de olhar como caridade, entre outras. Segundo Rosiane Dourado:

O modelo da mulher moderna tinha também as mesmas bases culturais [cultura inglesa, francesa e norte-americana], de tal maneira que julgamos a *graça da beleza* moderna feminina da época como a fusão do “*je ne sais quoi*” com o “*it*”, ou seja, era a transformação do belo ingênuo num belo ambíguo, que é manifestado por uma ingenuidade que seduz. [...]”<sup>37</sup>;

O texto de Plínio Mendes constrói uma moça bela, narcisista, preocupada apenas em ser bela para se sentir amada pelos homens, os seus admiradores; ingênua, pois a beleza também estava associada a ela.

“[...] A estrela é vestida. Seu vestuário é um adorno. [...]”<sup>38</sup>. É dessa forma que podem ser pensadas as vestimentas desenhadas por J. Carlos para suas melindrosas. Elas adornam os seus corpos de formas suaves, a “acariciam-na” mostram os pequenos detalhes de seus corpos que os definem quanto uma aparência feminina, apesar da moda (silhueta mais quadrada, cintura rebaixada, seios achatados). São as construções de seus corpos, aliados a sua maneira de se portar, do seu olhar, de suas atitudes, que a deixam sensuais ao mesmo tempo com o ar provocativo inocente. As melindrosas são bem aceitas no seu quesito visual

---

<sup>37</sup> DOURADO. *As formas modernas da mulher brasileira (1920-1939)*, p.43.

<sup>38</sup> MORIN, Edgar. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p.30.

por não fugirem do padrão de beleza da época, ao contrário elas ajudavam a divulgar um novo padrão de beleza. Mas, no quesito comportamental ainda mais quando aliadas ao processo de *garçonização* elas podem causar risos, serem sinais de perigo e algumas podem não serem bem aceitas sendo satirizadas.

### **Considerações finais**

A modernidade poderia ser vista e lida nessas revistas, mas também no próprio cenário o que possibilitou brechas para poder atuar de formas diferentes em relação ao gênero, entre eles nas próprias representações presentes nas imagens de J. Carlos e de outros artistas que colaboravam com a *Para Todos....* As fronteiras entre os sexos passaram a ser borradas através das ações de melindrosas e almofadinhas que incorporavam elementos e atitudes tradicionalmente consideradas do outro sexo e gênero. Havia vários posicionamentos no período a esse respeito. J. Carlos e outros artistas visuais, muitas vezes difundiram o ideal visual da melindrosa, embora às vezes, tenham feito graça com o comportamento de algumas delas.

A abordagem realizada aqui percebe que, por meio da linguagem – que incorpora aspectos visuais, sociais, culturais e, portanto, simbólicos – as representações produzidas sobre gêneros são construções que dialogam diretamente com seu contexto de elaboração, promovendo os corpos das pessoas como cenários para ações e construções de ser<sup>39</sup>.

Para se construírem enquanto melindrosas, as mulheres deveriam passar por algumas “modificações”, entre eles no que diz respeito ao aspecto visual: 1) cortar os cabelos; 2) achatar os seios para não marcarem nas roupas; 3) vestir roupas masculinas. No quesito comportamental, que também não deixa de ser um aspecto visual, poderiam extrapolar os limites que lhes vinham sendo designados, passando a: andar desacompanhada, fumar, dirigir, flertar com muitos, dançar com todos, construindo assim uma nova possibilidade de exercer sua subjetividade de gênero, aproximando-se do universo masculino. Todas as melindrosas vistas aqui, são jovens, bonitas, sedutoras, confiantes e seguras de si. A segurança encontrada no ato de dirigir, no corte de cabelos e nas roupas utilizadas, no poder econômico e físico, aliada a sedução, que pode ser encontrada em todas elas, faz parte do processo de *garçonização*, que essas melindrosas eram representadas.

---

<sup>39</sup> BUTLER. *Actos performativos y constitución del género*, p.299.

A construção sobre o que é ser mulher nesse contexto amplia seu horizonte, construção esta que se dá nas representações e nas próprias performatividades feitas pelas mulheres na sua forma de ser no mundo. Mas, apesar disso e de outros tipos aparecerem tomando uma posição mais liberal, não são todas que são aceitas pelos seus modos, às vezes considerados inadequados por elas não seguirem determinado padrão estético, outras são reafirmadas como um padrão, pelo menos no quesito visual e parte do comportamental.

Há nessas representações uma idealização sobre uma “essência feminina”, não há uma essência feminina, mas sim uma construção sobre o que deveria seria a essência da nova mulher e o que ela representava tanto para mulheres como para os homens. Construindo desse modo, as diferenças entre os sexos.

Ao mesmo tempo, principalmente no que diz respeito às melindrosas, elas foram incorporadas pelas mulheres de uma forma geral através da moda: vestuário e corte de cabelo. Para se perceber do que se trata, basta dar uma folhada rápida sobre as revistas ilustradas da época, como a *Para Todos...* em que trazem fotografias do cotidiano, mulheres de praticamente todas as idades adotaram as modas usadas pelas melindrosas, ainda que as mais senhoras usem vestidos um pouco mais longos.

# História, sexualidade e loucura: as psicocirurgias no Hospital Psiquiátrico de Juquery sob o prisma de gênero (1936-1951)

## History, sexuality and madness: the psychosurgery in the Hospital of Juquery through a gender bias (1936-1951)

**Eliza Teixeira de Toledo**

Doutoranda em História das Ciências e da Saúde  
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz  
elizattoledo@gmail.com

Recebido em: 10/06/2015  
Aprovado em: 11/08/2015

**RESUMO:** Esse artigo tem como objetivo a análise de aplicações de psicocirurgias em pacientes mulheres de 1936 a 1951 no Hospital Psiquiátrico de Juquery situado em Franco da Rocha, São Paulo. A partir de exame histórico e embasado por um viés de gênero, pretendo problematizar a incidência de psicocirurgias nesse público específico. O trabalho aqui proposto tem como principal fonte a obra *Tratamento cirúrgico de moléstias mentais (leucotomia)* (1951), compilação de artigos sobre a aplicação da leucotomia e suas variações no Hospital de Juquery dirigida pelos médicos Mário Yahn, A. Mattos Pimenta e Afonso Sette Junior. Nela, seus autores analisam a utilização da técnica exclusivamente em pacientes manicomialis do sexo feminino desde o começo de sua aplicação no Hospital de Juquery (1936), até a data de publicação da obra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Psicocirurgia, História da psiquiatria.

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze psychosurgery applications in female patients from 1936 to 1951 in the Psychiatric Hospital of Juquery, located at Franco da Rocha, São Paulo. From historical examination through a gender bias, I intend to discuss the incidence of psychosurgery in this particular community. The main source of this proposal is the book *Tratamento cirúrgico de moléstias mentais (leucotomia)* (1951), a compilation of articles on application of leucotomy and its variations directed by the Doctors Mario Yahn, A. Mattos Pimenta and Afonso Sette Junior in the Hospital of Juquery. Those authors analyze the use of the technique exclusively in women patients since the beginning of its application in Hospital of Juquery (1936) until the date of publication of this book.

**KEYWORDS:** Gender, Psychosurgery, Psychiatric history.

### Introdução ao tema

Desenvolvidas na primeira metade do século XX, as psicocirurgias são técnicas curativas cujo objetivo é eliminar determinadas doenças mentais ou modificar

“comportamentos inadequados”<sup>1</sup>. Sua utilização no Brasil e em outras partes do mundo está diretamente relacionada à construção da psiquiatria enquanto um dos domínios da ciência médica, uma vez que, apesar de terem sido elaboradas no campo da neurologia, é dentro dos saberes psiquiátricos que essas técnicas encontram lugar e justificativa de uso. Interessa aqui, portanto, elucidar brevemente como se constrói em torno da loucura a noção de “doença mental” por uma disciplina médica que instaura espaços e terapêuticas próprios, e que emprega, em meados do século XX, as psicocirurgias. A definição de loucura como patologia que será abordada em seguida, é essencial para compreendermos como ela é, mais do que mobilizada pelo discurso médico, construída por ele, sendo historicamente elaborada em função de contextos sociais, o que inclui as relações de gênero.

Para elucidar o viés de gênero aqui proposto, recorro à historiadora Joan Scott, que atribui ao uso da categoria analítica gênero a compreensão de que o significado de “ser homem” ou “ser mulher” não é determinado pela biologia, mas que essas são definições construídas socialmente e que “não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres”. Nesse sentido, as definições de “masculino” e “feminino” são fruto de processo histórico, e por isso são contingentes e mutáveis. A categoria traz ainda a multiplicidade de significados para “mulheres”, compreendidas por vezes como um bloco unitário. Assim, gênero sinaliza especificidades dentro das relações de um mesmo gênero e de diferentes sistemas de gênero dentro de contextos sociais e culturais distintos<sup>2</sup>. Scott defende ainda que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é a primeira forma de significar as relações de poder”<sup>3</sup>. Atentando para os sistemas simbólicos que estruturam as relações sociais fundadas sobre essas diferenças, volto-me para os discursos e práticas científicas que, através de diagnósticos e terapêuticas, contribuem para a estruturação de diferenças de gênero pautadas na diferenciação biológica.

---

<sup>1</sup> MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, agosto 2003. p. 550.

<sup>2</sup> SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP: 1992, p. 65-98.

<sup>3</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2): 5-22, Dezembro 1990.

Nesse sentido, intenciono problematizar que as doenças e seus tratamentos são elaborados em função de noções de feminino e masculino e de diferença sexual, ao mesmo tempo em que colaboram, através de discursos elaborados sob a égide da neutralidade e objetividade, com a construção dessas noções. Compreendo que, no contexto em questão, a sociedade brasileira era palco de tensões de gênero a que as ciências biomédicas procuravam responder, regulando o que cabia socialmente a homens e mulheres, e a psiquiatria foi um desses nichos científicos. Defendo que a patologização do corpo e sexualidade femininos, que será aqui abordada através de discursos psiquiátricos, foi uma estratégia de regulação de comportamentos ansiados socialmente ao gênero feminino.

O presente artigo visa, assim, abordar a prática médica como atividade que se modifica temporal e espacialmente, cuja análise não pode ser dissociada do contexto histórico na qual se desenvolve. Como fonte documental para tal estudo, mobilizarei a obra *Tratamento cirúrgico de moléstias mentais (leucotomia)* (1951), compilação de artigos sobre a aplicação de psicocirurgias no Hospital de Juquery dirigida pelos médicos Mário Yahn, A. Mattos Pimenta e Afonso Sette Junior. Nela seus autores analisam a aplicação das psicocirurgias em pacientes mulheres deste hospital da década de 1930 até a data de publicação da obra.

### **Loucura como patologia e psicocirurgias como terapêutica**

Roy Porter elucida que a loucura e a atenção legada aos indivíduos considerados loucos se transformaram ao longo da história. Na tradição grega, encontramos duas percepções sobre a loucura. Em uma delas, a loucura seria “a condição e destino de mentes divididas contra si mesmas”, dramatizada nas tragédias<sup>4</sup>. Existia também a compreensão da loucura pela tradição médica, na qual as explicações de insanidade deveriam “ser expressas em termos de causas e efeitos físicos (...). Para a têtpora ciência, a insanidade não era um dilema ou um drama, mas uma doença”<sup>5</sup>.

Durante o período medieval e a Renascença, a Igreja assimila esses modelos e acrescenta outra convicção: “a loucura religiosa como expressão da Divina Providência, considerada como sintoma de guerra entre Deus e Satanás pela alma”. Já no século XVII,

---

<sup>4</sup> PORTER, Roy. *História Ilustrada da Medicina*. Cambridge: University Press, 1996, p. 280.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *História Ilustrada da Medicina*. p. 208.

essas perspectivas começam a mudar, quando a Revolução Científica instaura uma visão de “corpo como uma máquina”, entendido como uma junção de “partes sólidas, notavelmente dos sistemas cardiovasculares e nervoso”, ordenadas pelos olhares dos anatomistas<sup>6</sup>. Desse modo

A redefinição da loucura religiosa como essencialmente psicopatológica alargou o abismo entre a ‘sociedade’ – aquela que promove a razão polida – e o singular. [...] De numerosas formas, a sociedade opulenta, polida e literata foi se distanciando daquela que não obedecia às suas normas – criminosos, vagabundos, os ‘grupos lunáticos’ religiosos – chamando-os de irracionais, loucos, perturbados. Considerando tais intrusos perturbados, tornava-se fácil chama-los assim. A loucura tornou-se um termo de infâmia<sup>7</sup>.

Até esse momento, os indivíduos considerados loucos eram cuidados na vizinhança familiar e local, mas, nos séculos XVIII e XIX, prolifera na Europa e na América do Norte a criação de casas de diligência e correção, como os asilos e manicômios. Também no Brasil, a partir do século XIX, é o isolamento desses indivíduos nos hospícios que possibilita a intervenção médica, sob a ideia de que “não há cura sem isolamento, o que implica que todo tratamento deve ser asilar”<sup>8</sup>. Sob o signo da “irracionalidade”, essas pessoas passam a figurar dentro de uma estrutura de “confinamento do insano”, pois

A primeira e mais importante razão para os asilos estava na crença de que o sequestro era de interesse dos lunáticos perigosos, dando-lhes segurança e perspectivas máximas de cura. A partir de meados do século XVIII, uma nova fé estava emergindo em psicoterapia. Os lunáticos, dizia o argumento, deviam ser confinados, porque o tratamento intensivo os restauraria. Como defensores da filosofia mecânica e do modelo médico de doença, os médicos do século XVIII investigavam as bases corporais da insanidade<sup>9</sup>.

Nesse sentido, o processo de criação de espaços de atuação da psiquiatria está atrelado à sua consolidação como prática científica. Tais espaços, que se tornaram lugares de “segregação de todos os ‘indesejados’ de cada sociedade, sob o estigma da loucura”<sup>10</sup>, seriam os ambientes perfeitos para a “dinâmica interpessoal entre o paciente e o médico”, sob o controle desses últimos, e para as pesquisas que procuravam encontrar “nas bases corporais”

---

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *História Ilustrada da Medicina*. p. 282-283.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. *História Ilustrada da Medicina*. p. 286.

<sup>8</sup> MACHADO, Roberto. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 432.

<sup>9</sup> PORTER. *História Ilustrada da Medicina*. p. 289.

<sup>10</sup> TARELOW, Gustavo Queródia. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2013, p. 14.

as causas dos distúrbios mentais. Essas pesquisas eram muitas vezes embasadas pela noção de degeneração<sup>11</sup>, na qual a insanidade passa a ter como base doenças hereditárias ou falhas no cérebro<sup>12</sup>.

Na classificação dos transtornos mentais, a psiquiatria – que procurava seu lugar como especialidade médica em meio à institucionalização da medicina<sup>13</sup>– encontra nas perversões eróticas<sup>14</sup> uma vasta gama nosológica. O tratado *Psychopathia Sexualis* (publicado em alemão em 1886), do psiquiatra alemão Krafft-Ebing, ganha destaque entre os trabalhos produzidos nesse sentido, ao categorizar como patologias o feitiçismo, o travestismo e o sadomasoquismo, entre vários outros comportamentos. Seguindo o viés de suas classificações, “Crianças anormais, mulheres, ‘invertidos’ (homossexuais) e outros ‘pervertidos’, eram considerados mentalmente doentes e, com frequência, confinados”<sup>15</sup>. Interessante notar que o termo “mulher” não é associado a nenhuma categoria “anormal” (ou patológica), possuindo para a psiquiatria daquele momento um estado mórbido latente, sobretudo no âmbito da sexualidade.

---

<sup>11</sup> Segundo Mário Eduardo Costa Pereira “A ideia de que um fator biológico de natureza hereditária desempenharia um papel maior na etiologia dos transtornos mentais está presente desde os primórdios da psiquiatria contemporânea. Tal elemento hereditário já era destacado por Pinel, em seu *Traité médico-philosophique sur l’aliénation mentale*, de 1801, como decisivo na predisposição a essa perturbação. Autores como Esquirol, Jean-Pierre Falret e Baillarger, na primeira metade do século XIX, haviam igualmente insistido na importância da hereditariedade como causa da loucura. Para estes, contudo, a herança biológica não era considerada determinante absoluto de um funcionamento mental mórbido, sendo transmitida apenas uma predisposição à alienação mental”. In: PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 11, n. 3, Setembro 2008. p. 491.

<sup>12</sup> PORTER. *História Ilustrada da Medicina*, p. 291.

<sup>13</sup> Segundo Afonso Carlos Neves, a psiquiatria pode ser considerada a primeira “especialidade médica”, sob a alcunha de “alienismo”, a partir de fins do século XVIII e começo do XIX. Michel Foucault, segundo Neves, enquadra, por outro lado, “a busca de inserção da psiquiatria no campo médico científico no século XIX, já que, embora praticada por médicos, tal área fazia uso de métodos que não se coadunavam com as práticas clínicas e anátomo-patológicas de então”, percepção com a qual concordo. Neves explica ainda o anacronismo que o termo “especialidade” pode conter, se pensarmos que, naquele momento, não existia a ideia de especialidade médica estabelecida no século XX. In: NEVES, Afonso Carlos. A Construção do corpo psiquiátrico. In: MOTA, André; MARINHO, Gabriela S. M. C. (Org.). *História da Psiquiatria: Ciência, práticas e tecnologias*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD. G Casa de Soluções e Editora, 2012, p. 29-30. Para o estudo de Michel Foucault ver: FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. Na Idade Clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>14</sup> As perversões eróticas eram consideradas desvios do ato sexual “normal”, sendo a normalidade, a princípio, orientada pela lógica heterossexual. Cabe ressaltar, no entanto, que o princípio de normalidade era distinto para homens e mulheres, assim como seus desvios. Os homens, por exemplo, eram, por sua violência inata, considerados mais propensos ao sadismo, ao passo que as mulheres, “naturalmente” mais submissas, tenderiam ao masoquismo. In: Krafft-Ebing, Richard von; Laurent, Émile (Traducteur). *Psychopathia sexualis*, G. Carré (Paris), 1895.

<sup>15</sup> PORTER. *História Ilustrada da Medicina*, p. 298.

Tais concepções adentram o século XX, norteando a prática psiquiátrica em diversos hospitais na Europa e também no Brasil, onde prontuários médicos como os do Hospital Psiquiátrico de Juquery, em São Paulo, são preenchidos por relatos de que foram encaminhados à internação crianças que apresentavam mau comportamento nas escolas, homossexuais, desempregados chamados de “vagabundos” pelos médicos, mulheres que “desrespeitaram” o marido, “mulheres emancipadas” e prostitutas<sup>16</sup>. Notamos aqui a existência de desvios “mentais” associados especificamente às mulheres, em relação à estrutura conjugal (“desrespeitam” o marido ou são “emancipadas”), ou à prática da prostituição. É em relação à elucidação dessas delimitações – do que é considerado loucura e por isso motiva a aplicação das psicocirurgias nos casos femininos – que intenciono contribuir nesse artigo (o que será explorado mais a frente).

A internação e tratamento de pacientes em hospitais psiquiátricos poderia ainda servir de parâmetro para a ordenação social ao distinguir, de acordo com essa ciência médica, comportamentos mórbidos e nocivos à sociedade de comportamentos normais. A criação do Hospital Psiquiátrico de Juquery, inaugurado em 1898<sup>17</sup> no município paulista de Franco da Rocha se insere, segundo Maria Clementina Pereira Cunha, nessa perspectiva. Ele teria sido projetado como espaço voltado para a “higienização” e organização do ambiente urbano que se desenvolvia rapidamente em São Paulo, em um processo de intenso crescimento industrial que modificava o cotidiano dessa cidade. A medicina mental passava a se ocupar de diversos aspectos dessa via urbana (habitação, saúde, sexualidade), preocupando-se com a disciplinarização dos contingentes de “degenerados” (como aqueles categorizados como vagabundos, viciados e prostitutas) que representavam perigo a essa nova estrutura social e defendendo um modelo de família moralizada e higiênica.

---

<sup>16</sup> TARELOW. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*, p. 14.

<sup>17</sup> Segundo Cunha, a instalação do Juquery não se deu de uma só vez. Em 1898, foi criada a colônia agrícola (visando a laborterapia) e, em 1901, o hospital central. Em 1903, foram inaugurados os pavilhões femininos e outros pavilhões e colônias foram organizados até fins da década de 1920. Todo esse complexo hospitalar foi idealizado em um momento no qual o Hospício de São Paulo, inaugurado em 1853, passava por problemas como a superpopulação, a convivência de pacientes de diagnósticos distintos e segundo o grande idealizador do Juquery, Franco da Rocha, uma direção leiga. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo; Juquery, a história de um asilo*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1986. O Hospital de Juquery já foi considerado o maior manicômio da América Latina. In: MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, agosto 2003. Atualmente está em processo de desativação.

Em relação ao papel social vinculado ao manicômio do Juquery, Maria Clementina Pereira Cunha<sup>18</sup> elucida que

O Juquery significou a criação tanto de um “asilo científico” quanto de um campo de especialidade no interior do saber médico, ao mesmo tempo capaz de ampliar a escala do internamento e a noção de loucura, incluindo nela categorias invisíveis aos olhos leigos, mas respaldadas em noções de normalidade condizentes com os papéis sociais adequados aos padrões de disciplina que se pretendia impor e difundir à população urbana<sup>19</sup>

Esse hospital é então idealizado a partir da concepção psiquiátrica daquele momento de que indivíduos com distúrbios mentais não deveriam ser apenas isolados do convívio social, mas tratados e curados. A atuação da ciência médica dentro dessa perspectiva não se restringia à promoção de discursos prescritivos, visava também intervir diretamente nos corpos dos pacientes buscando adequá-los aos fundamentos do que é desejável e aceitável na vida em sociedade. Para tal, de fins do XIX a meados do século XX, os psiquiatras “passaram a buscar as causas orgânicas das enfermidades, atribuindo determinados comportamentos ‘patológicos’ a alguma possível lesão ou má formação da anatomia cerebral”<sup>20</sup>. Embasada por essa concepção organicista,

a Psiquiatria passou a desenvolver exames nos cérebros de pacientes mortos, a realizar exames laboratoriais para buscar estabelecer uma relação entre os seus resultados e os comportamentos apresentados pelos indivíduos internados nos manicômios e a cogitar formas terapêuticas condizentes com essas perspectivas médicas<sup>21</sup>.

Dentro desse percurso organicista, foram desenvolvidas as chamadas “terapias biológicas”, nascidas da “observação de que, após alguma reação orgânica adversa, alguns pacientes apresentavam certa mudança em seu comportamento”<sup>22</sup>, diversas delas utilizadas no Hospital do Juquery<sup>23</sup>. Entre as “terapias biológicas”, podemos citar as piroterapias, as convulsoterapias, os comas hipoglicêmico e as psicocirurgias. Entre essas últimas estão a leucotomia e lobotomia.

A leucotomia, desenvolvida pelo neurologista português Egas Moniz em 1935, extrai,

---

<sup>18</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. In: *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, ago 89/set. 89.

<sup>19</sup> CUNHA. Loucura, gênero feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX, p. 124.

<sup>20</sup> TARELOW. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*, p. 14.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*, p. 14

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*, p. 14.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*.

na substância branca do cérebro, feixes de associação com centros afetivos diencefálicos. Apesar de os dois termos serem muitas vezes utilizados como sinônimos, a lobotomia, elaborada por Walter Freeman<sup>24</sup>, que começa a utilizá-la em 1936, é uma incisão cirúrgica praticada num lobo dos hemisférios cerebrais. Tanto a primeira quanto a segunda eram práticas neurocirúrgicas cuja finalidade era a modificação de comportamento ou eliminação de sintomas psicopatológicos<sup>25</sup>.

O médico paulista Mário Yahn, que escreve sobre a aplicação das técnicas feitas no Juquery, critica, em 1951, essa distinção, afirmando que

A denominação 'leucotomia' deve ser preferida porque é a original, proposta por Egas Moniz e porque exprime mais exatamente o campo anatômico em que é feita a intervenção, isto é, a substância branca do cérebro. As denominações 'lobotomia' e 'psicocirurgia' são inadequadas, a primeira porque não especifica que a secção visa apenas a substância branca e a segunda porque cria dificuldades maiores, fazendo pensar em operação no psíquico, quando, na realidade, trata-se de intervenção com o intuito de obter efeitos sobre o psíquico, não direta mas indiretamente<sup>26</sup>.

Segundo o já citado trabalho de Gustavo Queródia Tarelou, as psicocirurgias – como ficaram mundialmente conhecidas – foram utilizadas em larga escala no Hospital Psiquiátrico de Juquery<sup>27</sup> e eram realizadas após terem sido empregadas terapias biológicas que não haviam alterado o quadro mental do paciente.

O estudo histórico das aplicações das psicocirurgias aqui proposto será embasado por um viés que localiza essa atividade científica em um contexto histórico específico, percebendo na prática psiquiátrica uma estreita relação com a estrutura social em que está inserida. Assim, compreendo que as relações de gênero na ciência acompanham demandas e tensões que ordenam a vida em sociedade a partir de delimitações de papéis legados a homens e mulheres em determinada conjuntura. A delimitação de patologias específicas a cada um dos dois sexos orienta uma análise que percebe as doenças também como construtos, e não entidades puramente “naturais”. Creio que as determinações médicas do que é doença

---

<sup>24</sup> Neurologista norte-americano, responsável pela aplicação de cerca de 3500 lobotomias em seu país.

<sup>25</sup> MASIERO, André Luís. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, agosto 2003.

<sup>26</sup> YAHN, Mário; A. MATTOS, Pimenta; JUNIOR, Afonso Sette. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Medicina, 1951, p. 1.

<sup>27</sup> André Luís Masiero informa que, num primeiro momento, deu-se preferência à técnica de Egas Moniz no Brasil, por apresentar menores índices de mortalidade e de complicações pós-operatórias. No entanto, a leucotomia encontrou um terreno tão fértil no país que diversas variações da técnica foram utilizadas, algumas delas inéditas. In: MASIERO. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros.

abarcam as diferenças de gênero, ou seja, classificações nosológicas consideradas inerentes à biologia extrapolam os corpos físicos e se adequam a prescrições normativas que visam todo o corpo social<sup>28</sup>.

### **Aplicações das psicocirurgias por delimitações de gênero e sexualidade no manicômio de Juquery (1936-1951)**

O trabalho de André Luis Masiero<sup>29</sup> aponta para as aplicações das psicocirurgias majoritariamente em pacientes do sexo feminino no Brasil. A primeira aplicação de leucotomia no país foi feita pelo neurologista Aloysio Mattos Pimenta em 1936, quando operou quatro mulheres, relatando o desenvolvimento em duas delas. Masiero informa que

A primeira era uma imigrante russa e judia, de 53 anos, internada no Juquery com diagnóstico de psicose maníaco-depressiva, síndrome ansiosa e agitação psicomotora. Teve uma ligeira melhora de vários sintomas, mas sofreu algumas recaídas posteriores. Sobre a segunda, não forneceu muitos dados, pois o tempo de observação ainda não permitia uma conclusão. Permanecendo o quadro inalterado até aquele momento, propôs a necessidade de nova intervenção, desta vez com injeção de álcool nas mesmas zonas do cérebro, utilizando a técnica primária de Egas Moniz anterior ao uso do leucótomo<sup>30</sup>. *Aloysio Mattos Pimenta operaria mais 32 mulheres*<sup>31</sup>, cujo desenvolvimento pós-cirúrgico não foi analisado por ele<sup>32</sup>.

Em 1944, foi organizado o que Masiero chama de “o primeiro trabalho com a aplicação em massa da leucotomia cerebral e com a colaboração de uma grande equipe de médicos e psiquiatras”, entre eles Edgard Pinto Cesar, Darcy M. Uchôa, Eduardo Guedes, Nilo Trindade e Silva, José Bottiglieri, Rachel Mendes, Mário Yahn e Antônio Carlos Barreto. Esse último analisou 160 operações, das quais 100 foram realizadas em internos do Juquery com a técnica de Egas Moniz. Masiero atenta para um “detalhe” que chama atenção na publicação dos relatos: “Todas estas cem pessoas operadas eram mulheres, no entanto, o

---

<sup>28</sup> Entre a bibliografia que desenvolve essas análises e mobilizadas para esse estudo: MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004; VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A Medicalização do Corpo Feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002; ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>29</sup> MASIERO. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros.

<sup>30</sup> O leucótomo era uma cânula metálica de 11cm de comprimento por 2mm de diâmetro com uma fenda longitudinal de 1cm em uma das extremidades. Introduzida no cérebro, essa fenda seccionava nele uma parte associada ao desenvolvimento dos transtornos mentais.

<sup>31</sup> Grifo meu.

<sup>32</sup> MASIERO. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros, p. 557.

autor não justifica o motivo desta escolha, afirmando apenas que se tratava de antigas pacientes insensíveis a outros tratamentos”<sup>33</sup>.

Em 1945, Mário Yahn e colaboradores resolveram tentar aplicar a técnica em outra região do cérebro, no lobo parietal, influenciados pelas ideias de Walter Freeman. A aplicação dessa variação no Brasil foi feita em apenas uma tentativa, em 22 pacientes, “todas mulheres, sendo que 17 delas já haviam passado pela técnica tradicional de Freeman e outros tratamentos”<sup>34</sup>. A partir do relato dessas aplicações, Mário Yahn, Aloysio Mattos Pimenta e Afonso Sette Jr. publicaram, em 1948, o que Masiero considera “o maior trabalho do gênero da literatura psiquiátrica brasileira”, intitulado *Leucotomia parietal: resultados em 22 pacientes*<sup>3536</sup>.

Cito, ainda, que segundo esse autor, é “Impossível saber quantas cirurgias foram realizadas nos hospitais brasileiros, mas apenas no Juquery, até 1949, foram cerca de setecentas, quase todas em mulheres”<sup>37</sup>.

Compartilho com Tarelow a visão de que “os diagnósticos estabelecidos pelos médicos do Juquery, bem como a classificação sobre as doenças mentais, estão intimamente ligados a modelos científicos, políticos, culturais e econômicos do período em que são formulados”<sup>38</sup>. Creio que esses modelos estão ainda atrelados à ordenação social pautada em diferenças de gênero e que coordenam, além de diagnósticos, as tentativas terapêuticas<sup>39</sup>.

Nesse sentido, é necessário procurar entender que noções orientavam a percepção médica sobre o corpo e a sexualidade femininos, instâncias consideradas propensas ao aparecimento das doenças. Essas noções orientavam como a psiquiatria se ocupava de maneira específica do tratamento de pacientes, e, por serem construídas e mantidas não apenas dentro dos asilos, mas em âmbito social, demandam uma análise que elucide o contexto histórico no qual estão inseridas.

---

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros, p. 558.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros, p. 560.

<sup>35</sup>MASIERO. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros, p. 560. Participaram com esse estudo do I Congresso Internacional de Psicocirurgia de Lisboa, em agosto de 1948, e do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, ocorrido no Rio de Janeiro e São Paulo em novembro do mesmo ano.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros p. 561.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros p. 561.

<sup>38</sup> TARELOW. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquery (1923-1937)*, p. 52.

<sup>39</sup>MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

No Brasil, a partir de meados do século XIX, no contexto de transformações na sociedade brasileira – reestruturação das relações de trabalho, ampliação e *complexificação* dos espaços urbanos, “reconhecimento e legitimidade dos parâmetros burgueses” como modelos de progresso e civilização, o advento da República – consolidava-se também o processo de medicalização da loucura, objeto de saber e de prática especializados e atribuídos ao alienista<sup>40</sup>. Dentro desse panorama, é criada a primeira instituição destinada a recolher alienados mentais, o Hospício Pedro II, inaugurado na cidade do Rio de Janeiro em 1852. Outro marco para história da psiquiatria no Brasil é a inserção da cadeira de Clínica Psiquiátrica nos cursos das faculdades de medicina Imperial em 1879, o que “criou as condições para que a psiquiatria surgisse oficialmente no Brasil como um campo de conhecimento médico especializado e autônomo”<sup>41</sup>.

A vitória do modelo republicano apenas exacerbou a busca obsessiva de conquista pelo “monopólio da única verdade possível sobre a loucura”<sup>42</sup>. Assim,

Evidenciando o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental deixa entrever as primeiras áreas de *intervenção das estratégias normatizadoras: os comportamentos sexuais*<sup>43</sup>, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso, social, político, etc.<sup>44</sup>.

Magali Engel relata alguns casos de internação de mulheres no Brasil nesse contexto. Entre suas “personagens” encontramos M. J., 29 anos, branca, casada e “múltipara”, internada em 1896 e diagnosticada como “histero-epilética”<sup>45</sup>. As primeiras manifestações históricas datavam do momento em que ela menstruou pela primeira vez, e teriam sido acalentadas pelo casamento que proporcionou “sensíveis melhoras do seu estado psicopático”. Mais tarde, no entanto, repudia e abandona o lar doméstico, ao qual outrora

---

<sup>40</sup> ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 322.

<sup>41</sup> ENGEL. Psiquiatria e Feminilidade, p. 322.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. Psiquiatria e Feminilidade, p. 323.

<sup>43</sup> Grifo meu.

<sup>44</sup> ENGEL. Psiquiatria e Feminilidade, p. 323.

<sup>45</sup> Segundo Engel, os dados sobre M. J. foram extraídos da ficha de observação da paciente, reproduzido pelo Dr. Urbano Garcia na tese *Da intervenção cirúrgico-ginecológica em alienação mental*, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901. In: ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 322-361.

ela se dedicava, além de se entregar “sucessivamente a três homens de baixa classe”. O momento catamental era associado à sua “infidelidade conjugal”, quando para o médico os corrimentos mensais da paciente eram acompanhados de “grande excitação”<sup>46</sup>.

Nos demais relatos também notamos a associação entre a fisiologia feminina e os distúrbios psíquicos, que constroem em torno no corpo da mulher uma noção de constante instabilidade. Assim, “A menstruação, a gravidez e o parto, seriam, portanto, os aspectos essencialmente priorizados na definição e no diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente ou de modo mais específico as mulheres”<sup>47</sup>.

A associação entre essa instabilidade fisiológica e os transtornos mentais percorrem também toda a obra *Tratamento cirúrgico de moléstias mentais (leucotomia)* (1951)<sup>48</sup> dirigida por Mário Yahn (psiquiatra do Hospital de Juquery), A. Mattos Pimenta (neurocirurgião do Hospital de Juquery) e Afonso Sette Junior (assistente de neuro-cirurgia do Hospital de Juquery). Na introdução da obra é relatada a aplicação em cerca de quase 400 pacientes, apesar de serem descritos os casos de “apenas” 135. Todas as aplicações foram feitas em mulheres (as maiores de idade do 5º Pavilhão de Mulheres e as menores do 2º Pavilhão Feminino)<sup>49</sup>.

O prólogo, escrito por Egas Moniz, ressalta as ligações entre a necessidade de intervenções em transtornos de ordem sexual. Assim, para ele

Há muitos outros complexos que permanecem adormecidos e se despertam ao menor afluimento das correntes de influxos que os excitam. Estes podem vir das esferas sensorial, sensitiva, etc., e da própria atividade interna neuronal. Está nestes casos o complexo sexual, de grande importância<sup>50</sup>.

No primeiro capítulo, Mário Yahn cita algumas das “entidades psiquiátricas” nas quais a leucotomia poderia “determinar resultados com probabilidade de êxito”, entre elas:

---

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. *Psiquiatria e Feminilidade*, p. 323.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Psiquiatria e Feminilidade*, p. 323.

<sup>48</sup> Essa obra, estruturada a partir de compilação de artigos, foi encontrada no acervo da biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. Na introdução da obra, é informado que os artigos que a originaram foram publicados nas seguintes revistas: *Arquivos de Neuropsiquiatria* (São Paulo), *Imprensa Médica* (Rio de Janeiro), *Neurobiologia* (Recife), *Arquivos de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo* e *Actas Luso-espanholas de Neurologia y Psiquiatria* (Madrid). O estudo mais aprofundado dessa obra, visando informações sobre sua circulação e uma crítica à fonte mais substancial é um dos objetivos de minha pesquisa de doutorado sobre a aplicação das psicocirurgias no Brasil e em Portugal, que a princípio abarca as décadas de 1930 a 1950.

<sup>49</sup> YAHN. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 15.

melancolia de involução, estados obsessivos compulsivos, neuroses obsessivas compulsivas rebeldes “de evolução prolongada e que não cederam à psicanálise”, esquizofrenias crônicas, personalidades psicopáticas, epilepsias, e síndromes pós-encefálicas com evidente distúrbio de conduta, “de grave repercussão social”<sup>51</sup>.

Nas descrições sobre a aplicação da leucotomia em pacientes esquizofrênicas, um dos relatos merece aqui maior atenção. É o caso de Angelina N., branca, solteira, 26 anos, internada em 1945, que “Na puberdade mostrou-se de uma vaidade exagerada, aliada à tagarelice e exibicionismo marcantes: pintava-se demais, usava vestidos curtos, decotados e namorava muito”<sup>52</sup>. Diagnosticada com “personalidade psicótica amoral”, passou por um tratamento de choque e voltou para a casa onde “não tardou voltar à sua antiga conduta, com fatos novos ainda, pois começou a beber, chegando à embriaguez, e passou a manter relações sexuais com os namorados”, o que motivou sua segunda internação<sup>53</sup>.

Angelina N. passou novamente pela eletrochoqueterapia e foi verificado que “continuava amaneirada, afetada no gesto”, pedindo “baton, rouge” e fazendo “penteados extravagantes”. Sofreu então um tratamento de insulino-terapia, que a levou a 27 comas sem alteração do quadro mental, e de convulsio-terapia, após o qual continuou “amaneirada, afetada no gesto, na fala, na pronúncia dos sons”<sup>54</sup>. Os médicos optam, então, pela leucotomia. Após a cirurgia é relatado que

O primeiro exame psiquiátrico post-operatório em 21-1-1947, revelou que a paciente estava bem orientada globalmente, ambientada, mostrando interesse pelo trabalho; pede-nos alta, pois sente saudades do seu âmbito familiar. Nega com veemência as passagens amorosas e sexuais de sua vida pregressa. É perfeitamente lúcida e apresenta inteligência regular. Tem boa modulação afetiva, mas ainda apresenta risos forçados. A afetação, o maneirismo, persistem, continuando vaidosa e faceira. Consideramo-la melhorada, dependendo sua alta de nova revisão<sup>55</sup>.

Em segunda revisão, é constatada a remissão completa da paciente, pois “a perversão dos sentidos éticos”, com a qual sofria de 1939 a 1945, teria sido curada pela cirurgia, e a

---

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 19.

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 151.

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 152.

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 152.

<sup>55</sup> YAHN. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 152.

paciente recebeu alta em 1947<sup>56</sup>.

Vários outros relatos sobre pacientes cuja sexualidade era considerada desviante ou anormal permeiam as páginas dessa obra, como o de Maria do Carmo, “preta”, brasileira, solteira, 15 anos, internada em 1945. Na descrição dos antecedentes dessa paciente que representava bem “a síndrome amoral ou perversa”<sup>57</sup>, Mário Yahn informa que

Amoral, aos 13 anos fugiu com um homem que aos 14 a deflorou e passou a viver maritalmente com ela. Voltando para a casa, forçou o irmão a manter relações sexuais com ela. Masturbava-se. Praticou libidinagem com vários homens. (...) Era amoral. Masturbava-se, rolava pelos bancos, ficava agitada por não poder satisfazer os seus instintos sexuais exaltados<sup>58</sup>.

É necessário citar que esse médico afirma, ao fim do relato, que “Parece-nos que, não só por este caso, mas em face de outros e daquilo que consta na própria bibliografia, que essa síndrome [*amoral*] encontra uma possibilidade auspiciosa de remissão nesse novo processo terapêutico que é a leucotomia”<sup>59</sup>

Percebemos que as complicações trazidas pelas doenças afastavam as internas de sua atividade doméstica, fonte de atenção nos relatórios. É o que notamos no caso de Olga M., branca, brasileira, casada, 27 anos, internada em 1945, diagnosticada como esquizofrênica. Após a moléstia, que a condicionava a uma “atitude erótica extravagante”, a paciente “desinteressou-se pelos afazeres domésticos”<sup>60</sup>.

A despreocupação com o lar e a tarefa marital e materna figuram ainda nos casos de esquizofrenia de Tereza M. C., branca, brasileira, casada, 30 anos, internada em 1945, e o de Maria de L. C. de B., parda, brasileira, casada, 28 anos, internada em 1940. No comportamento da primeira interna, relatam desinteresse “pelo asseio corporal e afazeres domésticos”<sup>61</sup>. No caso da segunda, preocupam-se os médicos com seu “desinteresse pelos seus deveres de esposa e mãe”<sup>62</sup>

Nesse ponto, cabe aqui o levantamento de um referencial bibliográfico fundamental

---

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 152.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 212.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 211.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 212.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 162.

<sup>61</sup> YAHN. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 162.

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_. *Tratamento cirúrgico das moléstias mentais (leucotomia)*, p. 166.

para a introdução da questão de gênero na análise das internações femininas que possui também como objeto os prontuários do Juquery. Em *Loucura, gênero feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX*<sup>63</sup>, Maria Clementina Pereira Cunha defende que as internações de homens e mulheres seguiam parâmetros diferentes de “loucura”. Segundo a autora, enquanto os casos de loucura masculina estariam ligados à falta de atuação dos homens como provedores do lar, a loucura feminina era fundamentalmente associada a não adequação das mulheres às tarefas de reprodução e conservação da casa e da família.

Notamos ainda nos casos de pacientes mulheres do Brasil que os distúrbios mentais – como a esquizofrenia, a histeria e a “síndrome amoral” – tinham muitas vezes relação com desequilíbrios fisiológicos das pacientes. Podemos refletir sobre esse processo de patologização atrelado a debates e conflitos em torno de papéis de gênero que se desenrolavam no cenário nacional.

Em relação aos debates sobre “o lugar da mulher” no contexto brasileiro no princípio do século XX, podemos destacar algumas demandas feministas que repercutiam em diversas instâncias. A luta pelo direito ao voto, como na maioria dos movimentos feministas no mundo a partir do século XIX, foi uma das portas de entrada das mulheres na vida pública no Brasil. Essa reivindicação ganhava voz em movimentos como a “Federação Brasileira para o Progresso Feminino”, que começou a ser organizado em 1918 tendo como figura forte Bertha Lutz<sup>64</sup>. O jornalismo feminista também possui papel de destaque nas reivindicações de mulheres pelos direitos civis desde fins do século XIX<sup>65</sup>. Entre essas reivindicações estava o direito ao acesso a uma educação compatível com a que estava disponível para os homens.

Nas primeiras décadas do século XX, o movimento anarquista, apesar da relação ambígua em relação às questões sobre a “condição da mulher”, incorporou as mulheres na esfera pública. Dentro desse movimento, trabalhos como os de Maria Lacerda de Moura

---

<sup>63</sup> CUNHA. Loucura, gênero feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX.

<sup>64</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

<sup>65</sup> No jornal *O Sexo Feminino*, por exemplo, Francisca Senhorinha Motta Diniz escreve em 1873: “Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas; Queremos saber como se fazem negócios fora de casa”. In: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*, p. 30.

extrapolam o mundo operário através de acesso ao mundo das elites intelectuais e artísticas<sup>66</sup>. Essa autora abordou a sexualidade em seus escritos, criticando concepções médicas no prefácio do livro *Liberdade Sexual das Mulheres*, de 1929, de Júlio Barcos. Nele, ela publica que

A ciência costuma afirmar que a mulher é uma doente periódica, que a mulher é útero. Afirma que o amor para o homem é apenas um acidente na vida e que o amor, para a mulher, é toda a razão de ser de sua vida, (...) pois o amor é a consequência lógica, inevitável, de sua fisiologia uterina. Há engano no exagero de tais afirmações. Ambos nasceram pelo amor e para o amor<sup>67</sup>.

Percebemos nesse trecho não apenas a consonância com a valorização do amor livre<sup>68</sup> e das “uniões livres” defendidas pelos anarquistas naquele momento, mas uma forte crítica à noção vigente nos discursos médicos de instabilidade feminina ligada à fisiologia e ao controle da sexualidade pela concepção. Nesses discursos, a sexualidade – aqui por mim compreendida como “o amor” – deveria se voltar, em casos “normais”, para a tarefa “uterina”.

Os discursos e práticas das ciências biomédicas configuraram desde meados do século XVIII, mas, sobretudo, no século XIX, aquilo que Thomas Laqueur<sup>69</sup> define como o modelo dos “dois sexos”<sup>70</sup>. Esse modelo adentra o século XX e é matriz de distinções que

---

<sup>66</sup> RAGO, Margareth. “Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura”. In: *A formação das tradições*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>67</sup> MOURA, Maria Lacerda, prefácio ao livro do psiquiatra argentino Julio Barcos, *Liberdade Sexual das Mulheres*. Tradução de Maria Lacerda de Moura, 4ª ed., 1929; Citado em LEITE, Miriam Lifchitz Moreira (org.) Maria Lacerda de Moura, uma feminista utópica. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005, p. 54.

<sup>68</sup> O amor livre seria “um todo” formado pelo homem e pela mulher que se completam, que buscam a vida em comum, sem dependências de códigos ou leis que determinem as suas funções, juntando-os por simples convenção social. In: MOURA, Maria Lacerda, prefácio ao livro do psiquiatra argentino Julio Barcos, *Liberdade Sexual das Mulheres*. (A defesa do amor livre não fazia, no entanto, qualquer referência às relações homossexuais).

<sup>69</sup> LAQUEUR, Thomaz. *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

<sup>70</sup> Em seu estudo sobre gênero e sexo, *Inventando o Sexo*, Laqueur defende que a partir de meados do século XVIII deixam de servir de base explicativa da relação feminino/masculino argumentos transcendentais e costumes anteriormente aceitos, entrando em foco o corpo, especificamente o sexo biológico, para a construção de novas interpretações e justificativas. A relação entre o sexo masculino e feminino, construída a partir de então sobre a noção de “dimorfismo” radical entre os dois, romperia com o “modelo do sexo único”, em que o corpo sexuado feminino era concebido como a versão imperfeita do homem. Esse modelo teria suas origens na teoria do calor vital legada por Aristóteles e Galeno, na qual os órgãos sexuais femininos seriam os órgãos sexuais masculinos invertidos, por faltar à mulher calor suficiente para exteriorizá-los como o homem. Para Laqueur, as “descobertas” da biologia reprodutiva estariam em harmonia com as demandas da cultura, produzindo “fatos” científicos conformados pelo contexto sócio-histórico e não simplesmente pelo “avanço” de pesquisas. Eles responderiam a contestações de papéis de gênero na cultura ocidental (aqui exposto de uma maneira bastante geral), sobretudo dos movimentos feministas. In: LAQUEUR. *Inventando o Sexo*.

determinam uma incomensurabilidade entre os sexos que ultrapassa seus corpos, delimitando papéis sociais. Destaco aqui que esse modelo é construído não apenas pela diferenciação anatômica, mas por patologias que seriam intrínsecas a cada um dos sexos. Tal discurso patologizante atribui ainda caráter instável àquilo que se nomeia a “natureza” feminina, ou seja: um estado potencialmente patológico que acompanha a mulher desde o seu nascimento, que está ancorado em seu corpo.

Sem caber aqui uma análise sobre o contexto português (onde a técnica foi desenvolvida e primeiramente aplicada), ressalto uma passagem da obra *A Vida Sexual*, publicada por Moniz em 1901-1902<sup>71</sup>, na qual o criador da leucotomia esclarece sua concepção sobre os desvios sexuais femininos. Para ele

são anormais todos os exageros sexuais da mulher que, por vezes, os patenteia da maneira mais exibicionista e até atentatória da dignidade da situação social que ocupa, indo de encontro aos bons costumes e às conveniências sociais, deve admitir-se que esses exageros andam ligados a sua constituição neuropática<sup>72</sup>.

A constituição “neuropática da mulher”, para uma larga corrente da medicina naquele momento, justificava-se pela teoria na qual o cérebro feminino estaria diretamente ligado ao seu aparelho reprodutor. Assim, disfunções sexuais ou reprodutivas poderiam acarretar em transtornos de ordem psíquica<sup>73</sup>. Por isso é necessário salientar: a medicalização do corpo feminino contemplou toda a questão da definição da doença em torno dele<sup>74</sup>.

Segundo o historiador Jean-Christophe Coffin, a psiquiatria buscava, naquele momento, desenhar uma psicologia feminina geral a partir de momentos particulares às mulheres<sup>75</sup>. A “fêmea”, nesse sentido, teria uma constituição patológica diferente da do homem, pois suas doenças seriam advindas de exageros de sua constituição fisiológica

---

<sup>71</sup>A obra *A Vida Sexual* foi reeditada até 1933 em Portugal e recebida no Brasil. Podemos encontrá-la em grandes acervos médicos do país como na Biblioteca de Medicina da UFRJ, na Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP e no Centro de Memória da Faculdade de Medicina UFMG (Cememor).

<sup>72</sup> MONIZ, Egas. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916, p. 332.

<sup>73</sup> Para Alain Corbain, o sucesso da teoria neurocerebral no século XIX acentuava a ideia de fragilidade da mulher e considerava como patológicos vários comportamentos somáticos, culminando ainda na construção da ideia de casamento como terapia estabilizante. In: CORBAIN, Alain. O encontro dos corpos. CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo – Vol. II*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

<sup>74</sup> VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A Medicalização do Corpo Feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

<sup>75</sup> COFFIN, Jean-Christophe. Sexe, hérédité et pathologies. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. *L'invention du Naturel: Les sciences et la fabrication du féminin e du masculin*. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2000.

normal, ao passo que os homens sofreriam de moléstias psíquicas provenientes, sobretudo, de sua interação com o social.

Nessa perspectiva aponto brevemente uma explicação em relação à diferença de concepções sobre a doença mental em homens e mulheres naquele contexto. Para Engel

enquanto as situações que conduzem a mulher a ser diagnosticada como doente mental concentram-se na esfera de sua natureza e, sobretudo, de sua sexualidade, o doente mental do sexo masculino é visto, essencialmente, como portador de desvios relativos aos papéis sociais atribuídos ao homem – tais como o de trabalhador, o de provedor, etc.<sup>76</sup>.

A análise da fonte aqui mobilizada nos subsidia no exame sobre a maneira pela qual, dentro desses discursos, a fisiologia feminina estaria diretamente ligada ao desenvolvimento de transtornos sexuais. Procura também elucidar quais comportamentos foram considerados transtornos sexuais, isso é, categorizados como condutas de caráter mórbido. O estudo histórico e de gênero desses discursos ampliam ainda a percepção de doença que ultrapassa a noção de flagelo pessoal. As patologias femininas aqui expostas geravam, segundo o olhar médico, transtornos em âmbito familiar e social. Tais manifestações, sob o estigma da doença, foram percebidas como tão severas pelos médicos que legitimavam o uso da leucotomia, defendida por eles como último recurso de cura.

### **Considerações finais**

Nesse artigo, aponte para um ponto das pesquisas de Masiero: o maior número de aplicações das psicocirurgias em pacientes do sexo feminino no Brasil (ou poderíamos especificar, no Juquey). Problematizo, a princípio, que tais aplicações fossem justificadas por uma questão quantitativa, ou seja, por existirem mais pacientes do sexo feminino internadas. Não existem estatísticas publicadas referentes ao número de internos separados por sexo para todo o período de análise. No entanto, até 1937, os internos eram, em sua maioria, do sexo masculino. Somavam, até aquele momento, 71% dos pacientes, contra 29% de internas mulheres<sup>77</sup>. Portanto, a presente análise foi orientada pela presença de noções que atribuem uma propensão a desequilíbrios mentais inerentes à constituição corpórea feminina e sua sexualidade (e essas duas esferas, em constante associação) nos artigos sobre os tratamentos

---

<sup>76</sup> ENGEL. *Psiquiatria e Feminilidade*, p. 333.

<sup>77</sup> TARELOW. *Entre comas, febres e convulsões: os tratamentos de choque no Hospital do Juquey (1923-1937)*.

com psicocirurgias.

Assim, defendo, a partir dessa pesquisa, que os desequilíbrios que justificavam tais intervenções eram muitas vezes motivados pela menstruação – “uma espécie de moléstia fisiológica”<sup>78</sup>, ligada constantemente a “excessos” sexuais. Segundo uma noção médica vigente naquele contexto “A sexualidade feminina exigia maior controle, já que se pensava que a mulher teria uma sexualidade mais fisiológica baseada no fenômeno do cio”<sup>79</sup>. Noto, segundo o estudo desses relatos médicos, a ideia de que fisiologia feminina era naturalmente instável e potencialmente desencadeadora de transtornos psíquicos que distanciava as mulheres de comportamentos morais ansiados socialmente naquele contexto, sobretudo de cunho sexual. Esses transtornos poderiam gerar, entre outras situações, infidelidade conjugal, relações maritais conturbadas baseadas em ciúmes, displicência feminina em relação as suas tarefas de esposa, mãe e cuidadora do lar.

Na base das delimitações entre a normalidade e o desvio, estaria o corpo feminino, cuja biologia esboçava o que deveria naturalmente ser considerado como o seu lugar social e sua sexualidade sadia. Dessa forma, a preocupação com o lar e os afazeres domésticos e uma sexualidade que não visasse apenas o prazer libidinal, mas que estivesse restrita a relação marital, procriadora e de maneira “regrada”, foram considerados, no objeto de estudo desse artigo, comportamentos mórbidos que se buscava curar através da leucotomia e suas variações. Nesse aspecto, segundo Elisabeth Meloni Vieira, destaco que “Na medida em que trabalha e focaliza sua *intervenção no corpo feminino*<sup>80</sup>, a medicina cria modelos científicos para a sexualidade e a reprodução de tal forma que as ansiedades sociais em relação a essas questões possam a ser expressas”<sup>81</sup>.

Enquanto prática intervencionista, a medicina comporta ainda modelos de terapêutica que não são perenes, e que estão ligados às demandas de cada contexto. Dessa forma, como nos aponta Ilana Löwy a partir dos estudos de Ludwik Fleck,

Os fatos científicos são produzidos por comunidades de praticantes bem definidas que trabalham em lugares determinados. O estudo das práticas

---

<sup>78</sup> VIEIRA. *A Medicalização do Corpo Feminino*, p. 70.

<sup>79</sup> VIEIRA. *A Medicalização do Corpo Feminino*, p. 38.

<sup>80</sup> Grifo meu.

<sup>81</sup> VIEIRA. *A Medicalização do Corpo Feminino*, p. 25.

dos pesquisadores coloca em evidência, portanto, a materialidade a historicidade da produção científica<sup>82</sup>.

Assim, se as práticas de cura modificam-se historicamente, essas transformações ocorrem paralelamente às noções desenvolvidas em torno das doenças. O estudo histórico das doenças, por sua vez, possibilita, através de diferentes lentes teórico-metodológicas, ricas abordagens sobre seus elementos constitutivos e as diversas relações socioculturais que as permeiam. Recheadas de significados, as doenças ultrapassam seu caráter biológico, sendo sua compreensão e legitimação construídas socialmente. Assim, “a história das doenças é um dos caminhos para se compreender a sociedade: é preciso avaliar a dimensão social da doença, como ela se dá a ver, pois a doença funciona como significante social, é suporte das expressões da sociedade”<sup>83</sup>.

Ressalto que as concepções de diferença sexual orientam práticas médicas como o uso das psicocirurgias a partir de modelos de normalidade e patologia distintos para homens e mulheres. Para Georges Canguilhem, “o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma”, mas a incapacidade de ser normativo<sup>84</sup>. Assim, as doenças que acometiam as pacientes, indo de encontro à ideia de normalidade vigente, eram passíveis de tentativas de cura, em um contexto de negociações em torno de papéis de gênero. As motivações para os tratamentos psicocirúrgicos das pacientes mulheres que não se adequavam a padrões normativos foi explorada nesse texto, que, contudo, não teve como foco problematizar a questão quantitativa. Não posso, entretanto, encerrar essa exposição sem levantar questões que tal análise me suscitou, e que me motivam a permanecer no caminho investigativo sobre as psicocirurgias no Brasil por um viés de história e gênero. O que teria sido decisivo para a aplicação tão numericamente superior em mulheres do que em homens entre os internos do Juquery? Esse quadro foi também visto em outros manicômios no país?

Possíveis respostas a estas e outras questões, que a ampliação da pesquisa pode apontar, não caberão aqui. Por ora, e diante do que foi aqui divulgado, argumento que

---

<sup>82</sup>LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos situados. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.15, 2000.

<sup>83</sup>SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A Doença revelando a história – Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

<sup>84</sup>CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 148

escrever essa história é escrever uma história de tensões sociais, por concordar com Joan Scott<sup>85</sup> que as posições normativas (como as defendidas pelas ciências médicas) são o produto de conflitos, e não de um consenso social.

---

<sup>85</sup> SCOTT. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

# Famílias de vidro: representações de gênero e papéis sociais em retratos de família em negativos de vidro (1910-1940)

## Glass family: gender representations and social roles in family portraits on glass negatives (1910-1940)

**Francieli Lunelli Santos**

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
[francieli.lunelli@gmail.com](mailto:francieli.lunelli@gmail.com)

Recebido em: 03/06/2015  
Aprovado em: 16/07/2015

**RESUMO:** Esse artigo é parte da pesquisa de mestrado, que versou sobre as representações sociais em retratos de família produzidos entre 1910 a 1940 em Ponta Grossa-Pr. O recorte aqui apresentado incidiu sobre aspectos que pudessem responder aos seguintes questionamentos: O que se pode entender como retrato de família? Quais os papéis sociais evidenciados através das representações de gênero? Nesses casos, os gêneros não se destacam por disputas, mas sim pelo apoio que um dá ao outro na representação. É possível dizer que, nesses retratos, se excluem elementos de desacordo e conflito. Percebeu-se que todos colaboram com um objetivo comum: destacar a harmonia da família. Torna-se apropriado verificar o que cada uma das representações de gênero transparece na imagem, separadamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, Papéis sociais, Retratos de Família.

**ABSTRACT:** This article is part of the master's research, which was concerned about the social representations of family portraits produced between 1910 to 1940 in Ponta Grossa-PR. The outline presented here focused on aspects that could answer the following questions: What can understand to be a family portrait? What social roles are evidenced by gender representations? In such cases, the genders did not stand out for disputes, but for the support they give one another in representation. You can tell that in these portraits are excluded areas of disagreement and conflict. It was noticed that all work with a common goal: to highlight the family harmony. It is appropriate to check what each gender representations transpires in the picture separately.

**KEY-WORDS:** Gender, Social roles, Family portraits.

### Introdução

Nos diversos espaços e momentos em que se faz presente, a fotografia de estúdio remete sempre a uma premissa: a referência latente a uma ausência. A uma ocasião que já se

findou. Uma situação representada pelas lentes do fotógrafo, que recorta um fragmento do vivido pelo instantâneo e o reproduz com destino à eternidade. Entre eles, foi incorporada a vários rituais como nascimentos, batizados, casamentos, mortes, registrando etapas da vida. Utilizou-se a perspectiva de Boris Kossoy<sup>1</sup> acerca dos métodos de tratamento da fotografia para a História a partir das modalidades de leitura iconográfica e iconológica. Segundo ele, a primeira seria mais superficial, pois trata do aspecto de descrição de elementos, enquanto a segunda é caracterizada pela interpretação e compreensão de significados da imagem. Já Moreira Leite<sup>2</sup> indica que, na pesquisa com imagens, é necessário estabelecer dois tipos de relação com o documento, incorporadas nesta análise. A crítica externa (referente às condições de produção) e a crítica interna (que diz respeito ao seu conteúdo). Sobre esses processos de leitura e análise das imagens, entende-se que a fotografia apresenta fragmentos do ocorrido e é permeada de discursos derivados da circunstância em que foi confeccionada.

A partir disso, foram selecionados negativos de vidro, parte do *Acervo de Negativos do Foto Bianchi* (Casa da Memória Paraná, em Ponta Grossa-PR). O acervo é fruto de quase um século de trabalho do *Foto Bianchi*, que passou por três gerações de fotógrafos (pai, filho e neto). As imagens analisadas foram fotografadas pelo pai e fundador do estúdio, Luis Bianchi, que iniciou as atividades a partir de 1913, no centro da cidade de Ponta Grossa. Para confecção desses retratos, os grupos familiares se dirigiam até o estúdio do fotógrafo, no qual um cenário já estava previamente arranjado com elementos que correspondiam aos de um interior doméstico, como cadeiras, almofadas, cortinas, arranjos florais, entre outros - cenário esse bastante comum entre estúdios que atuavam no mesmo período<sup>3</sup>. Alguns dos objetivos da pesquisa eram identificar papéis sociais destacados na imagem fotográfica e reconstruir os significados e práticas nas representações, ligadas ao ato de fotografar famílias.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa constituiu-se em leitura, análise, interpretação e comparação dos diversos tipos de arranjos fotográficos pertinentes à temática família, produzidas pelo ateliê, bem como o diálogo com a bibliografia referenciada. Desse modo, a análise ocorreu desde o momento de seleção dos negativos com o manuseio e observação das imagens mediante. Teoricamente, foram de grande valia as

---

<sup>1</sup> KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê, 2001.

<sup>2</sup> LEITE, M. L. M. *Retratos de família: Leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. *Retratos de família*, 2001.

abordagens proporcionadas pelo exame de livros e artigos pertinentes aos eixos da investigação: família, representações sociais e papéis sociais.

### **Feminino e masculino: diversidades de gênero no retrato de família**

Gênero aqui é percebido como uma categoria que abrange uma construção social acerca de identidades sexuais. Dessa forma, entende que seria necessário desnaturalizar e desconstruir papéis até então consolidados como femininos e masculinos. Sobre isso, Carvalho indica que a categoria 'gênero' substituiu 'sexo' "com objetivo de sublinhar o caráter social, econômico e especialmente político das diferenças entre homens e mulheres"<sup>4</sup> e assim pensar a mulher a partir dos seus espaços de circulação e práticas sociais, como a maternidade e a domesticidade, aspectos de especial importância neste texto, que analisa os papéis de gênero no interior das fotografias de família. Dessa forma, concorda-se com Carvalho ao afirmar que

os estudos de gênero procuraram demonstrar que não se tratava de divisões simétricas, autônomas ou equivalentes, mas de polos articulados numa rígida construção hierárquica que ignorava a existência do trabalho doméstico e desqualificava as atribuições públicas e o poder informal das funções femininas exercidas no âmbito doméstico.<sup>5</sup>

Um esclarecimento necessário é que, entendem-se relações de gênero a partir do aspecto relacional (feminino em relação a existência/ausência de um masculino). Apontam-se aqui, algumas desigualdades de gênero, no sentido de perceber essas relações como complementares no contexto em que as imagens estavam inseridas – primeira metade do século XX. Para além de toda discussão (necessária e pertinente) sobre dominação, subserviência, exploração e violência a que as mulheres foram submetidas ao longo de séculos e que já são densamente exploradas pela historiografia, de certa forma, caminha-se aqui, num sentido contrário. O intuito é perceber como as mulheres, na representação imagética, são incumbidas ou elas próprias se incumbem de ressaltar a coesão familiar. Mesmo que esta implique na sensação imediata de subserviência, aos olhos do observador das fotografias de família.

---

<sup>4</sup> CARVALHO, V. C. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2008, p. 19.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_, *Gênero e artefato* p. 19.

Assim, as imagens fotográficas do conjunto constituído como grupo familiar tinha a presença dos atores sociais a que se atribuem os papéis sociais de mãe, pai e filhos, entre outros integrantes que, juntos, caracterizam a composição desse tipo de retrato. Na concepção de John Mraz, a fotografia de família, portanto,

é idealizadora, vez que as imagens retratam sorrisos e abraços em lugar dos pratos de sobremesa, dos ressentimentos latentes, das rivalidades entre irmãos e das incompreensões das distintas gerações que são também parte das reuniões familiares. Os praticantes da fotografia familiar aderem inconsciente e insistentemente aos códigos de posar estabelecidos há muito, nos quais somente o bom comportamento que tem a aprovação social pode ser fotografado, mais tarde se fará outro processo de seleção ao escolher entre as várias imagens possíveis para inclusão no álbum familiar. Estas convenções, longe de tentar abrir portas à realidade da família, estão, de fato, designadas para guardar seus segredos e protegê-los do escrutínio público.<sup>6</sup>

As imagens Fotografia 1 – Família Jacob Berger e Fotografia 2 – Família Berger demonstram, apesar da grande similaridade, dois grupos bem distintos, que têm em comum o sobrenome. As famílias foram retratadas em períodos diferentes, mas o que intriga o olhar mais atento do observador é a grande semelhança entre os dois retratos. A disposição dos integrantes nas duas imagens leva a crer que tal semelhança suscita uma uniformização da ideia de família, visto que até a pose das mulheres, sentadas à direita do marido, com um dos filhos em pé e atrás do casal, reforça a similitude. De acordo com Moreira Leite, todos os arranjos feitos em retratos de família possuem “(...) extrema homogeneidade na relação entre expressão e conteúdo”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> MRAZ, J. *Família e fotografia*. O Olho da História. Edição n. 7. Captado em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/artigos/familias-e-fotografia-john-mraz.pdf>>. Acesso em 22 nov. 2005.

<sup>7</sup> LEITE, M. M. *Retratos de família*, p. 136.



Fotografia 1 - Família Jacob Berger (1941)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-PR.



Fotografia 2 - Família Berger (1942)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.

As fotos induzem a uma qualificação de situação estereotipada, nas quais todas as vivências são equiparadas; além do mais, expostas a condições semelhantes entre si. A primeira impressão que se tem ao olhar uma fotografia de família é que já se conhece, pois

**Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.  
v. 7 n. 2 (mai./ago. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2015.  
ISSN: 1984-6150 - [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

ela desperta lembranças, um arsenal de recordações que tem como referência a própria existência do observador, as suas imagens contidas na memória. “Quando vemos uma fotografia não é ela que vemos, mas sim outras que se desencadeiam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos.”<sup>8</sup> Moreira Leite explica com tal afirmação que esse fenômeno ocorre devido à identificação do leitor da imagem com os momentos vividos. Ao olhar uma fotografia de família, ela impulsiona as recordações sobre alguma referência acerca desse assunto para o observador. Assim,

a semelhança entre os retratos de família de proveniência diferente e a incorporação precoce do ritual de ‘tirar retrato’ aos ritos de passagem das famílias, ao mesmo tempo que padronizam os retratos, levando a supor que quem viu os de uma família viu os de todas, admite uma interpretação intersubjetiva, através da identificação do observador com as imagens examinadas.<sup>9</sup>

As similaridades que compõem diversas imagens estudadas por Moreira Leite também existem nas retratações produzidas pelo *Foto Bianchi*. Até mesmo as representações de gênero muitas vezes não contrastam entre si; elas se complementam. As figuras deixam de ter destaque individualmente para privilegiar o conjunto. Nesse caso, nem homem, nem mulher adquire mais destaque que o outro. É o que se percebe na Fotografia 3 – Família Capeletti. O posicionamento dos integrantes é dirigido de modo a equilibrar a imagem. Os pais em pé, seguram de maneira oposta os filhos: a mãe amparando o menino e o pai amparando a menina. Nesta cena específica não aparece nenhum móvel, (diferentemente de outros retratos analisados) o que sinaliza o grupo se reafirmando pela coesão, pela unidade. Os trajes das crianças reforçam também essa integração do grupo. O menino segura uma pequena bengala, enquanto a menina coloca a mão sobre o arranjo de flores. A imagem expressa simetria e equilíbrio.

---

<sup>8</sup> LEITE, M. M. *Retratos de família*, p. 145.

<sup>9</sup> LEITE, M. M. *Retratos de família*, p. 136.



Fotografia 3 - Família Capeletti (1939)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.



Fotografia 4 – Família Sem Nome (1919)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.

Em outro caso de família nuclear, o destaque às representações de gênero também é evidente. Na Fotografia 4 – Família Sem Nome (1919), chama a atenção um grupo anônimo composto pelo casal e presumivelmente três filhos, já em idade adulta. Os três são dispostos no fundo da imagem de maneira a cercar o casal. Ao centro, está a única filha. As duas mulheres compõem seus trajés por cores claras, em oposição aos homens, todos vestidos de terno de tonalidades escuras, o que dá a ideia de oposição entre os gêneros, mas que por outro lado, reforça a simetria e complementaridade entre eles. Os descendentes depositam as mãos sobre os pais; o filho está com o braço direito no ombro esquerdo do pai e a filha, no ombro da mãe, sendo esta última, outra personagem que revela simetria e estabilização dos elementos.

### **Sobre o homem**

Algumas imagens sugerem representações dos homens como figuras sérias e introspectivas, dando ênfase à expressão facial e ao posicionamento do corpo. Os retratos de família indicam significados de um grupo que pretendia transmitir uma ideia a partir da qual gostaria de ser visto. Desse modo, verificou-se que a imagem do homem, no contexto de produção das fotos, em que se divulgava um ideal de progresso, era também fruto de uma construção e, assim, esse homem construía imagem de si, idealizada. Por isso, a manutenção dos valores e comportamentos sociais indicados ao “pai de família” de tal época ficava evidente na imagem como se aquelas representações não só existissem no estúdio, mas fossem correntes na vida cotidiana dos retratados.

Na Fotografia 5 – Família Rigter, o pai está sentado no centro da imagem e os outros personagens se aglutinam ao seu redor, desde a esposa, ao fundo em pé, no patamar mais elevado da imagem, demonstrando altivez, até o único menino representado na cena, no patamar inferior, sentado numa banquetta, aos pés do patriarca. Em volta do pai estão cinco meninas, apresentando-se bastante próximas ao progenitor. Duas depositam as mãos sobre ele, além da mulher. O grupo está direcionado para a câmera, mas o que se destaca é a proximidade entre seus integrantes.



Fotografia 5 – Família Rigter (1917)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.

Em fotografias analisadas por Miriam L. Moreira Leite, acerca de famílias cariocas no século XIX, os modelos de representação dos gêneros não são constantes. De acordo com a historiadora: “não há sempre o marido sentado e a mulher de pé, atrás, com a mão no ombro. O inverso é tão comum quanto este”<sup>10</sup>. Constatou-se que essas possibilidades de arranjos das figuras presentes também existem nos retratos considerados para esta pesquisa. Entretanto, os homens, estejam sentados ou em pé, sempre remetem a uma postura que represente altivez e respeito. Na imagem seguinte, Fotografia 6 – Cordeiro Soldado Grupo Familiar, pode-se perceber que o homem, nesse caso, está ocupando-se em segurar a criança.

---

<sup>10</sup> LEITE. M. M. *Retratos de família*, p. 74.



Fotografia 6 – Cordeiro Soldado Grupo Familiar (1923)  
Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.

Ele senta-se na única cadeira da imagem, que pode ser justificada pela individualização. Carvalho esclarece que no contexto do lar “o privilégio do isolamento do corpo em um invólucro macio e personalizado tinha o efeito de valorizar o dono da casa perante a coletividade familiar”<sup>11</sup>. Se comparado ao universo feminino, poucos são os utensílios que o homem pode utilizar nessas ocasiões, sendo distintivos de domínio e autoridade. Lipovetsky confirma esse argumento. “As sociedades modernas cindiram radicalmente o império da moda: a apoteose da moda feminina teve como contrapartida o recalque ou a denegação da moda masculina, simbolizada pelo uso do traje preto e mais tarde pelo terno-gravata.”<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> CARVALHO, V. C. *Gênero e artefato*.

<sup>12</sup> LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 90.

Entretanto, o homem na Fotografia 6 está vestido com uniforme militar. Ele é o único entre as imagens analisadas que não está utilizando terno. Isso reforça a ideia de poder, pois além de desempenhar o papel de pai, também está representando um papel de autoridade, que extrapola o domínio da família. Em outra imagem (Fotografia 28 – Família Correio), o patriarca, também sentado, com a esposa ao seu lado e em pé, é o único que faz uso da bengala, objeto de utilização basicamente masculina, como explica Carvalho.

Ao contrário das mulheres, que usam as mãos como ornamento do corpo, os homens aparecem sempre portando objetos voltados para seu uso pessoal – segurando cigarro, a bengala, o jornal, a xícara de café. A mão que não está ocupada recolhe-se para um dos bolsos, ou, quando isso não acontece, expõe-se apenas o dorso, e os dedos ficam recolhidos.<sup>13</sup>

Por mais que as configurações de família se alterassem no decorrer do século XX, os papéis permaneciam consideravelmente os mesmos. A representação na imagem do homem como provedor no início do século continuava sendo a representação como principal provedor quarenta anos mais tarde. Por isso, a presença do homem é imprescindível. Esse personagem é dotado de características únicas que, em conjunto com outros elementos na hora da retratação, transmitem a representação coletiva de família.

Por isso, a representação masculina não poderia destoar da tão arranjada arrumação da mulher; o que se percebe pela preocupação estética com a aparência. “Os rostos masculinos exibem cortes de cabelo, tipos de barba, bigodes, cavanhaques e costeletas marcados por grande diversidade e exuberância, que serão ainda mais valorizados nas imagens.”<sup>14</sup> Os homens não possuem tantos recursos quanto as mulheres para apresentação pessoal e individual na imagem, portanto, devem estar bem vestidos com terno alinhado, cabelos penteados, barba feita, bigode aparado, sapatos engraxados. “Comparada à moda [Alta] Costura, a moda masculina é lenta, moderada, sem impacto, ‘igualitária’.”<sup>15</sup> As alterações na moda eram muito mais perceptíveis no universo feminino do que no masculino. Pois, às mulheres se destinavam mais arranjos e acessórios. Para o homem também havia moda, no entanto, os anúncios publicitários se limitavam a alguns itens indispensáveis de vestuário masculino, como o terno, o sapato, o chapéu, por exemplo. Assim, “fotografar-se

---

<sup>13</sup> CARVALHO, V. C. *Gênero e artefato*, p. 234.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *Gênero e artefato*, p. 225.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *Gênero e artefato*, p. 71.

era um gesto socialmente significativo e, portanto, sexualmente ativo”.<sup>16</sup> Por isso, evidencia-se o destaque dado aos papéis sociais exercidos nas cenas fotográficas.

### **Gênero e papéis sociais**

As imagens transmitem a impressão ao observador de uma realidade em que a família ocupa uma centralidade significativa. Tal representação se sustenta por uma vivência cotidiana, rotineira. Ao mesmo tempo, as fotografias são composições de momentos em que a realidade era idealizada e nem sempre correspondia à realidade vivida, visto que as representações muitas vezes ficam contidas no papel fotográfico, diferentemente do dia-a-dia levado por aquelas famílias. Neste caso, o que precede o personagem é o lugar social de que ele faz parte, que aparece na narração fotográfica, seguindo a lógica de arranjo(s) coordenado(s) pelo autor da imagem, o fotógrafo. Algo que corresponde aos padrões socioculturais a que todos estão submetidos.

Nas fotos, desaparecem os conflitos e as particularidades das famílias e ressaltam seus papéis sociais. Segundo afirma Goffman<sup>17</sup>, o ator, nesse caso cada personagem da cena fotográfica, faz uso de mecanismos de representação que lhe permite acreditar no que está representando, como se fosse real. Assim, ele é o primeiro a compor sua própria plateia e transmite isso aos demais do grupo, que acabam por agir da mesma forma. Cada um se veste de seus papéis sociais. Ressalta entre eles a noção de cumplicidade, necessária para a manutenção das aparências. O grupo faz uso daquilo que Sennett denomina código de credibilidade<sup>18</sup>, o que permite aos integrantes a atuação e aos observadores a compreensão desse ato, por meio da leitura desses papéis socialmente construídos. Essa construção, em torno das vivências cotidianas, é posta em evidência de modo tão significativo que ela possibilita não ser necessário conhecer pessoalmente os personagens que estão na imagem. Todavia, imediatamente os papéis sociais contidos nas fotos são identificados, pois antecedem até mesmo o sobrenome da família.

Quanto aos papéis de gênero, salvo todas particularidades existentes na oposição masculino/feminino, entende-se que a figura feminina nos retratos reforça a ideia da

---

<sup>16</sup> CARVALHO, V. C. *Gênero e artefato*, p. 225.

<sup>17</sup> GOFFMAN, E. *Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>18</sup> SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 88.

masculinidade. Também é um dos encargos do homem poder mostrar sua família, sua mulher e a prole numerosa. Com respaldo sobre o que diz Carvalho acerca da concepção da representação da esposa em imagens feitas nos séculos XIX e XX, pensa-se que esta adquire o papel de mulher-ornamento<sup>19</sup>, o que pode denotar uma perspectiva de sujeição. Articulando a moda e a fotografia na cidade de Curitiba-PR, no final do século XIX e início do XX, DeNipoti destaca que “no que se refere particularmente ao traje feminino, podemos perceber uma íntima associação, por parte dos cronistas em geral, entre a mulher caracteristicamente esposa, dona de casa, mãe e o que essa mulher devia vestir.”<sup>20</sup> A imagem da mulher estava relacionada à representação de discrição e cautela no vestir, o que poderia indicar submissão. Contudo, essa imagem de submissão poderia ser apenas aparente, já que as mulheres possuíam artimanhas que lhe conferiam poderes<sup>21</sup>, a partir dos quais elas adquiriam, pela relativa subordinação, maneiras de se impor à autoridade masculina, fora desses espaços de representação. Como sugere D’Incao, quando diz que,

num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido.<sup>22</sup>

Denota-se que, num determinado sentido, essa dependência extrapolava os limites da representação dos retratos. O homem esperava que as mulheres que o cercavam “(...) o ajudassem a manter sua posição social”<sup>23</sup>. E o mesmo ocorria em relação à mulher. Nesse

---

<sup>19</sup> CARVALHO, V. C. *Gênero e artefato*, p. 255. Sobre isso, a autora destaca que: “Nesses retratos é possível identificar os mesmos atributos presentes na noção de mulher-ornamento difundida nos manuais de economia doméstica e etiqueta dos séculos XIX e XX, nas imagens publicitárias divulgadas em revistas e jornais ou nos livros comemorativos que apresentam a elite paulistana.”

<sup>20</sup> DENIPOTI, C. A cidade e as roupas moda e vestuário em imagens fotográficas. In: FUNARI, P. P. A. (Org.) *Coleção Idéias Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 83.

<sup>21</sup> Os poderes exercidos pelas mulheres são entendidos por meio de atitudes rotineiras e que pareciam até mesmo banais. A mulher era dotada de artifícios como o próprio domínio do espaço doméstico e o poder sobre os filhos, já que o marido não estava em tempo integral com a família e, dessa forma, delegava poderes à mulher, o que lhe possibilitava fugir dessa imagem de submissão e dominação masculina. Por vezes, era necessário e conveniente que a mulher se mascarasse diante de alguma situação para assim fazer suas vontades com a concordância plena do esposo. Outras vezes, era cabível interiorizar a imagem de respeito e subserviência o que representava aderir aos valores predominantes e com uma postura que, caso não fosse seguida, poderia construir a aura da mulher que não era vista com “bons olhos”. Assim, enquanto sujeito que se veste desses papéis sociais, a mulher se mimetiza, representa e se metamorfoseia.

<sup>22</sup> D’ INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 229.

<sup>23</sup> D’ INCAO, M. A. Mulher e família burguesa, p. 230.

aspecto, as relações entre homens e mulheres, num casamento, eram de dependência mútua, já que a mulher precisava do marido, para o sustento da casa, além da segurança e prestígio social, que supostamente só o casamento transmitia e, em contrapartida, contava com ela para coordenação da vida domiciliar dele e de seus filhos.

Nesse aspecto, Roger Chartier<sup>24</sup> aborda a questão da *dominação simbólica* como uma prática em que a dominação ocorre por consentimento e legitimação e não por coerção ou imposição. Nesta reflexão, os dominados podem adquirir benefícios, privilégios, exercendo poderes de maneira indireta. Esse aspecto da dominação simbólica também pode ser visto como uma tentativa de apreensão do comportamento da mulher, vista como “ser múltiplo”<sup>25</sup> e que se transforma conforme os espaços e pessoas a que se apresenta. As mulheres dessas imagens em questão se mostram muito mais como companheiras do marido, ao se posicionar ao seu lado, no mesmo nível – como nas famílias Kluppel (Fotografia 7), Hoffmann (Fotografia 8<sup>26</sup>), Borsato (Fotografia 9) e Berger (Fotografia 2).

---

<sup>24</sup> CHARTIER, R. A história das mulheres, séculos XVI-XVII: diferenças entre os sexos e violências simbólica. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.) *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1993. p. 37-44.

<sup>25</sup> Contudo, é necessário destacar que multiplicidade de papéis não é característica exclusiva das mulheres e que a dominação de gênero é latente, pois corresponde a uma realidade econômica, concreta e historicamente verificável. As representações de harmonia e nivelamento dos atores correspondem ao momento de retratação da imagem. Não é objetivo desta discussão pensar essas relações fora do estúdio ou no ambiente doméstico.

<sup>26</sup> A Fotografia 8 não apresenta datação precisa. Sabe-se que o grupo foi retratado durante a década de 1940.



Fotografia 7 – Família Kluppel (década de 1940)  
Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.



Fotografia 8 – Família A. Hoffman (1941)  
Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.



Fotografia 9 – Família Borsato (1927)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-Pr.

Portanto, em relação a estas imagens pode-se interpretar que as representações de gênero foram construídas para atribuir aspectos de compartilhamento entre os integrantes. Em algumas das imagens, as representações reforçam a noção de que homens e mulheres não contrastam nos seus propósitos intrafamiliares, pelo contrário, eles partilham de um ideal em comum. A mulher, no seu papel de mãe e esposa, representa a companheira no interior do grupo familiar. Sua imagem é construída de forma que o observador perceba que ela pertence àquele grupo e com ele partilha de certas condutas. Com o homem ocorre o mesmo. A família se configura como um grupo fechado, que só admite a interferência, nesse momento (da retratação), do fotógrafo que tem um poder legitimado pelo grupo para alterar posturas desde que essas reforcem ainda mais o ideal de família.

Contudo, destaca-se outro papel, que também foi encontrado em algumas das imagens: a avó. Ela também representa e contribui, na cena, para consolidação do grupo familiar. Por outro lado, pode-se pensar também nas intenções do fotógrafo e do grupo em transmitir a noção de hierarquia familiar. Se o parentesco biológico com a avó for por parte

do pai, tal configuração é ainda mais forte, já que ela destaca a continuidade daquele sobrenome masculino. Assim, a avó reforça ainda mais o poder da família em questão. Carvalho aponta que, nessas situações, podem ocorrer, entre os gêneros, inversões de papéis, posto que com o passar do tempo, a idade e a experiência dessas mulheres que se tornaram avós aumentam e, em alguns casos, isso pode significar um crescimento de poder sobre a geração posterior. Por vezes, quando a avó fica viúva, ela toma a posição do avô-patriarca no grupo. A historiadora analisa que “sua aceitação depende do sucesso feminino em demonstrar atitudes e características consideradas masculinas (...)”<sup>27</sup>. Isso no caso das mulheres idosas é semelhante, já não são mais as principais responsáveis pelas crianças e pela casa e “cuidam” dos negócios da família. Aqui ocorre a inversão de papéis, já que suas funções se assemelham às dos homens, assumindo o papel do patriarca da família.

Pelas imagens de famílias paulistanas, Carvalho observou que ocorre uma “(...) masculinização dos atributos femininos, com a presença de óculos, das gorduras, dos cabelos brancos, a ausência dos decotes, a visibilidade das rugas e a expressão severa”<sup>28</sup>. Geralmente usando roupas escuras, fica em evidência o rosto e mãos, numa postura solene, mas que mesmo assim, mostra o corpo levemente voltado para frente, devido ao declínio de sua postura já curvada.



Fotografia 10 – Família Judekowich (1945)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-PR.

<sup>27</sup> CARVALHO. *Gênero e artefato*, p. 188.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *Gênero e artefato*, p. 188.

Mas essas avós não eram mostradas apenas como pessoas idosas. Havia nos retratos do Bianchi uma preocupação, por parte delas, com a vaidade. Na Fotografia 10 - Família Judekowich, mesmo apresentando alguns dos atributos indicados por Carvalho, a matriarca aparece segurando sua bolsa e usando brincos, distintivos de feminilidade, ainda que as marcas do tempo tenham apagado alguns traços físicos dessa feminilidade. Pela bolsa também se percebe tais traços, já que é considerada uma peça obrigatoriamente feminina. A bolsa adquire destaque pelo fato de não ser deixada de fora da cena. Nesse caso, confirma que a fragilidade da idade avançada foi substituída pela firmeza e convicção expressadas no ato de segurar o objeto.



Fotografia 11 – Família Mansani (1939)

Acervo: Casa da Memória Paraná – Ponta Grossa-PR.

Essas fotografias podem legitimar a existência desse membro ascendente do grupo, para que quando ele não mais existir – nesse caso a avó –, se recorra a suportes materiais que amenizem, de certa forma, sua perda. Há, portanto, uma ligação entre essas gerações retratadas, representadas pelo contato entre passado (marcado pela presença da avó) e futuro (simbolizado pelas crianças). Na Fotografia 11 - Família Mansani, esta afirmativa fica ainda mais evidente pela posição de destaque que ocupa a matriarca no centro da imagem, com a criança mais nova em seu colo.

Nesta ocasião, se pode perceber a demonstração de afetividade intergeracional. No caso das avós, pode-se pensar que por vezes elas são as colaboradoras da mãe na criação dos filhos e cuidados com o lar. Representam papel importante na vida da família, mesmo que as esposas não trabalhem fora. O valor simbólico desse arranjo, que se configura na retratação, é atribuído ao grupo familiar mediante orientações do fotógrafo, que procura centralizar a imagem a partir da avó. Ainda na Fotografia 11 – Família Mansani, ela está simetricamente no centro da cena com o filho mais novo nos braços, transmitindo a noção de prosseguimento. Entretanto, a figura da avó poderia adquirir outras representações. Pode-se pensar também na avó como parte integrante do contexto familiar, como um elemento com o qual a mãe e o pai dividiam – mesmo que de forma muito distinta – as tarefas domésticas e responsabilidade sobre os membros mais jovens. A avó poderia ser também auxiliar da mãe nas atividades do lar, ou mesmo, em alguns casos, considera-se a possibilidade de que era ela quem determinava o ritmo dessas atividades; não era apenas um elemento qualquer na família, mas uma integrante fundamental. Esse reconhecimento fica evidente quando se consideram as imagens em que a avó aparece segurando uma das crianças no colo, o que pode ser também entendido como uma demonstração de superioridade no âmbito familiar, superando até mesmo a força e o poder da mãe.

### **Considerações finais**

O ritual a que se conferiu destaque nesta pesquisa foi a retratação das famílias em estúdio. A inquietação sobre um entendimento conceitual a respeito de família demonstrou que ao tentar estabelecer uma tipologia num contexto espaço-tempo tão diversificado como o referido, corre-se perigo em demarcar família como agrupamento de modo superficial, sem considerar esferas psicológicas e simbólicas. A concepção de família era reforçada pelas representações e pelos papéis sociais de cada um dos personagens nas imagens em questão. Pautada pelas considerações de Goffman, percebeu-se o ato da retratação como a construção do grupo como um todo, expressada pela representação da imagem de si, pertinente ao momento do registro fotográfico. Essa representação derivava de uma concepção imagética formulada sobre o ideal de família, pelo qual o grupo gostaria de ser visto. Dentro do recorte temporal estudado, fotografar-se era impregnado de solenidade, uma vez que ocorria num ambiente próprio e que exigia a preparação dos sujeitos para que o ato (ou atuação) ocorresse com sucesso.

Ao estudar os retratos de grupos familiares, produzidos pelo ateliê Foto Bianchi, em Ponta Grossa, entre 1913 e 1943, destacam-se algumas observações. Em primeiro lugar, uma das motivações iniciais para pesquisa sobre tais imagens era a similaridade contida em um conjunto de retratos que abrangiam a temática família. A cada retrato, um elemento era centralizado ou evidenciado, como a criança, a mãe, a avó, o casal. Os retratos realizam a mediação entre gerações como transmissoras da importância social atribuída à célula família, como grupo social e aos personagens individuais nas suas representações dos papéis sociais de gênero. Tais representações propiciaram o entendimento de complementaridade desses papéis – segundo a mensagem imagética veiculada –, não de disputa ou conflito entre eles, como no caso dos cônjuges. Ao se repensar os papéis sociais dos membros da família percebe-se que valores e modelos eram transmitidos, apropriados e praticados na cena fotográfica. Muito embora com as alterações sociais transcorridas nesse mesmo período, no que diz respeito à estrutura familiar, não deixam transparecer um único modelo de família, os arranjos predominantes traziam constantemente as figuras de pai, mãe e filhos(as), marcados por grande complexidade e plasticidade.

Um dos aspectos de maior destaque, percebido no período mencionado, é a quantidade de integrantes nos retratos. Nas primeiras décadas do século XX, as famílias eram retratadas em arranjos entendidos como de agrupamentos nucleares e estas representações são maioria expressiva das imagens encontradas. Esses agrupamentos nucleares são compostos apenas pelos integrantes: pai, mãe e filho(s). Mais tarde, já nas décadas de 1930 e 1940, nota-se que muitas famílias passaram a ser representadas pelo modelo extenso, ou seja, aos membros do grupo conjugal composto por pai, mãe e filho(s) unem-se ascendentes ou descendentes e/ou colaterais presentes na retratação<sup>29</sup>.

Outro aspecto foi o fato do retrato de família conter inúmeras variações, sobretudo quanto à forma como seus personagens estão distribuídos na cena e quanto aos símbolos que tais imagens contém. Mesmo que por mínimos detalhes – além do fato de se tratarem de famílias distintas –, as imagens não se tornam repetitivas no que tange a sua composição. Assim, entendeu-se a encenação fotográfica como uma construção intencional e sem caráter

---

<sup>29</sup> Uma das hipóteses da pesquisa era que, as famílias da primeira metade do século eram, em sua maioria, nucleares. Contudo, ao analisar as imagens percebeu-se uma grande ocorrência de fotografias de famílias extensas, com membros outros, que não apenas os da configuração nuclear, pai, mãe e filhos(as).

ingênuo, isto é, ela foi pensada e realizada para transmitir a credibilidade do grupo. As representações, incluindo nisso os papéis sociais dos diversos e diferentes sujeitos dos grupos familiares, eram pautadas a partir de intenções comuns que acabavam conferindo um sentido de harmonia ao conjunto desses grupos, independentemente das suas diferenças, disputas e conflitos cotidianos.

# El honor como estrategia simbólica de reproducción social en la sociedad venezolana de los siglos XVIII y XIX

## The honor as symbolic strategy of social reproduction in Venezuelan society of the eighteenth and nineteenth centuries

Jhoana Gregoria Prada Merchán

Doctoranda en Historia Social

Universidad Federal de Río de Janeiro

[jh.pramer@gmail.com](mailto:jh.pramer@gmail.com)

Recebido em: 08/06/2015

Aprovado em: 29/06/2015

**RESUMEN:** Este trabajo plantea el análisis del concepto honor entendido como una práctica simbólica de reproducción social que le permitió a las sociedades coloniales y decimonónicas hispanoamericanas, pero, especialmente a la venezolana utilizar el honor como una categoría de clasificación moral y de movilidad social. Principalmente, el honor femenino, fundamentado en el honor sexual funcionó como una garantía de negociación para consolidar alianzas y vínculos ejercidos a través de redes de sociabilidad que le garantizó, por ejemplo, a la clase dominante tanto social como jurídicamente la ostentación de privilegios y supremacía que fueron legitimadas por los modelos culturales de la época.

**PALABRAS CLAVES:** Honor, Matrimonio, Movilidad social.

**ABSTRACT:** This paper focuses on the analysis of the honor concept understood as a symbolic practice of social reproduction that allowed colonial and nineteenth-century Spanish American societies, but especially to the Venezuelan use the honor as a moral category classification and social mobility. Mainly female honor, based on the sexual honor worked as a security negotiation to consolidate partnerships and linkages exercised through networks of sociability that guaranteed, for example, the ruling class both socially and legally ostentatious privileges and supremacy that were legitimized by cultural patterns of the time.

**KEYWORDS:** Honor, Marriage, Social mobility.

**RESUMO:** Este trabalho apresenta a análise do conceito de honra entendida como uma prática simbólica de reprodução social que permitiu que as sociedades latino-americanas coloniais e do século XIX, mas, especialmente à venezuelana, utilizar a honra como uma categoria de classificação moral e mobilidade social. Principalmente, a honra feminina baseada na honra sexual funcionou como uma garantia de negociação para consolidar alianças e vínculos exercidos através de redes de sociabilidade que garantiram, por exemplo, à classe dominante tanto social como jurídicamente privilégios de ostentação e supremacia que foram legitimados através de modelos culturais da época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Honor, Casamento, Mobilidade social.

## Introducción

Los recientes estudios en historia social están dando renovadas revisiones a temas centrales como la familia<sup>1</sup> de la cual pueden derivarse otros tópicos como parentesco, matrimonio, sexualidad, relaciones de género y redes o vínculos sociales. A través de éstos últimos, los historiadores sociales han adquirido una innovadora visión sobre el ciclo vital y el curso de la vida de los individuos que componían un grupo familiar y con ello, elementos y variables de carácter social pueden ser analizados junto con aspectos económicos que permiten ampliar y comprender mejor el funcionamiento de la familia dentro de la sociedad.

Esos nuevos enfoques, impulsan al mismo tiempo cuestiones que han sido poco estudiadas y que se han ido desarrollando gracias al uso cada vez más frecuente de técnicas y métodos como la microhistoria y el microanálisis que procuran por nuevos análisis utilizando fuentes de primera mano, que muchas veces han sido olvidadas o son desconocidas por los investigadores, como los registros parroquiales: bautismo, óbitos registros de matrimonios, testamentos y listas nominativas que en algunos casos son de gran utilidad para el estudio de períodos pre-estadísticos. De igual manera, ese acercamiento y contribución con otras disciplinas como la sociología, antropología y demografía histórica que el historiador echa mano cada vez más le permite indiscutiblemente un enriquecimiento conjunto de la comprensión de los procesos históricos.

En esa línea de reconstrucción, el siguiente trabajo aborda un tema que ha preocupado desde hace varios años a ciertos historiadores sociales, y aunque, siendo un tema complejo, debido a las diversas definiciones e interpretaciones que se le ha dado al término honor (que varía de acuerdo al tiempo y al espacio) igualmente, aún puede comprender

---

<sup>1</sup> Para estudios sobre la familia véase: BURGUIÈRE, A., LEBRUN, F. As mil e uma famílias da Europa. In: BURGUIÈRE, A. e outros. (Dir.) *História da Família*. Vol. 3. *O Choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. Lisboa, Terremar. 1998; CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco. Reflexiones sobre la familia a partir de la explicación histórica de la organización social actual. In: *Palabra: Palabra que obra*. N. 9. 2009. p. 200-209; \_\_\_\_\_. Propuestas teóricas y organización social desde la historia de la familia en la España moderna. In: *Studia historica. Historia moderna*. N. 18. 1998. p. 17-28; \_\_\_\_\_. Familias, sociedad y sistema social. In: *Familias: historia de la sociedad española (del final de la Edad Media hasta nuestros días)*. CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco y Joan BESTARD. (Coord.). 2011, p. 325-392; BERNARD, Carmen. Os filhos do apocalipse: A família na América Central e nos Andes. In: BURGUIÈRE, A. e outros. (Dir.) *História da Família*. Vol. 3. *O Choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. Lisboa, Terremar. 1998, p. 135-181.

diferentes posibilidades que están presentes para abordar el tema sin necesidad de agotarlo, por el contrario, incesantemente surgen reanimadas miradas de análisis y contribuciones.

En este sentido, habiendo trabajado este tema desde hace ya algún tiempo, se plantea el análisis del mismo desde un punto de vista interesante y enriquecedor; el honor como una práctica simbólica de reproducción social que permitió que las sociedades coloniales y del siglo XIX hispanoamericanas, y, especialmente la venezolana, lo utilizaran (particularmente el honor femenino, el honor sexual) como una garantía de negociación para consolidar alianzas y vínculos ejercidos a través de las redes de sociabilidad.

Es evidente, así, que en los procesos de reproducción social de estas sociedades, la clase dominante; aquella que establecía el control y las jerarquías a través de diversos mecanismos como por ejemplo el honor, que al mismo tiempo les garantizó tanto social como jurídicamente privilegios y supremacía, se reproducían a partir de la posesión de tierras y propiedades, pero también, mediante arreglos eficaces a sus maniobras de poder las cuales eran legitimadas por los modelos culturales de la época.

### **El Honor**

El término honor<sup>2</sup> se ha entendido y estudiado de diversas formas a través de los contextos históricos, culturales y sociales. Por esta razón, resulta realmente impreciso otorgar

---

<sup>2</sup> Algunos trabajos referenciales sobre el honor tanto en Europa como en América Latina son: AMODIO Emanuele. Vicios privados y públicas virtudes. Itinerarios del Eros Ilustrado en los campos de lo público y de lo privado. In: *Seminario: Lo público y privado: Redefinición de los ámbitos del Estado y de la sociedad*. Fundación Manuel García – Pelayo. Caracas, Venezuela. 1997, p. 169-201; BÜSCHGES, Christian. Las leyes del honor. Honor y estratificación social en el Distrito de la Audiencia de Quito (Siglo XVIII). In: *Revista de Indias*. Vol. LVII, n. 209, 1997. p. 55-83; GONZÁLEZ UNDURRAGA, Carolina. Los usos del honor por esclavos y esclavas: del cuerpo injuriado al cuerpo liberado (Chile, 1750-1823). In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Coloquios 2006; PITT-RIVERS, Julián y J.G. PERISTIANY (eds.). *Honor y gracia*. Madrid, España: Editorial Alianza D.L., 1993; LEÓN GALARZAL, Natalia C. Las elites coloniales y la política del sexo (Cuenca en la segunda mitad del siglo XIII). In: *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC*. São Paulo, 1998, p.1-14; PELLICER, Luis Felipe. De vida infame y depravada conducta. El disenso matrimonial por razones individuales a finales del siglo XVIII en Venezuela. In: *Tierra Firme*. Caracas, Venezuela, año 18, v. XVIII, n. 69, p. 7-17, enero – marzo 2000; \_\_\_\_\_. *La vivencia del honor en la Provincia de Venezuela 1774-1809. Estudio de casos*. Caracas, Venezuela: Fundación Polar, 1996.; PITT-RIVERS, Julián. *Antropología del honor o política de los sexos: ensayos de antropología mediterránea*. (Traducción de Carlos Manzano). Barcelona, España: Editorial Crítica, 1979; RAMÍREZ MÉNDEZ, Luis A. Amor, honor y desamor en la Mérida colonial. In: *Revista Electrónica Otras Miradas*. V. 4, n. 2, Diciembre 2004; \_\_\_\_\_. Los amantes consensuales en Mérida colonial. In: *Revista Electrónica Procesos. Revista de Historia, Arte y Ciencias Sociales*. Año I, n. I, Enero 2002; \_\_\_\_\_. *Amor, sexo y pecado en Mérida colonial. Las vicisitudes de la pasión y del erotismo en la Venezuela Hispánica*. Editorial Académica Española, 2015; RINCÓN RUBIO, Luis. Honor femenino y economía de bienes simbólicos en Maracaibo, Venezuela, a finales del siglo XIX (1880-1900). In: *Revista de Antropología Iberoamericana*. Madrid, v. 3, n. 2, p. 218-248, mayo-agosto 2008; RODRÍGUEZ, Pablo. El amancebamiento en Medellín, Siglos XVIII – XIX. In: *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*.

una definición única y universal a la expresión. Sin embargo, se pueden encontrar importantes coincidencias entre una y otras determinaciones sobre la definición de honor, por ejemplo, el Diccionario de Autoridades en 1726 lo define como “[...] honra con esplendor y publicidad [...] se toma muchas veces por reputación y lustre de alguna familia [...] significa también la honestidad y recato en las mugéres”.<sup>3</sup> Precisamente, la honestidad tiene que ver con “[...] la integridad virginal en las mugéres [...] significa también pundonor, estimación y buena fama, que se halla en el sujeto y debe conservar [...]”.<sup>4</sup>

Por lo tanto el honor forma parte de la ética del individuo, quien se contempla así mismo a través de los demás. Éste se relaciona con la reputación, la respetabilidad o la gloria, valores que se obtienen por medio del juicio de terceros dentro de los cuales se pretende ejercer una posición superior, pues se establece una lucha de poder mientras se cuestiona si los demás son merecedores de la misma integridad. Precisamente, la pérdida del honor constituye un conflicto entre lo privado y lo público, en donde la mujer forma parte de lo primero y el hombre de lo segundo. El honor pertenece y se maneja en el dominio de lo privado, ya sea internamente en el individuo, de su casa y familia, pero se pone en evidencia en lo público.

Christian Büschges, opina que para estudiar y clasificar el fenómeno del honor durante el período colonial y las primeras décadas del siglo XIX, se deben tomar en cuenta dos grandes enfoques sobre el tema: a) un enfoque sociológico-histórico, cuya metodología se centra en la interpretación de textos literarios, jurídicos y moralistas. En este sentido el concepto de honor, que es típico de las sociedades del *Antiguo Régimen*, no se fundamenta en la fama que se reconocía a una persona como individuo y por una calidad subjetiva, sino que

---

Bogotá, n. 18-19, p. 33-35, 1990 – 1991; SEED, Patricia. Social dimension of race: México City 1753. In: *Hispanic American Historical Review*. V. 64, n. 4, p. 600-640, november 1982; \_\_\_\_\_. *Amar, honrar y obedecer en el México Colonial*. México: Consejo Nacional para la cultura y las Artes, 1991; TWINAM, Ann. Honor, sexualidad e ilegitimidad en la Hispanoamérica colonial. In: Asunción LAVRIN. (Coord.) *Sexualidad y matrimonio en América Hispánica Siglos XVI – XVIII*. México: Grijalbo, 1991, p. 127-172. Colección los Noventa n. 67; \_\_\_\_\_. *Vidas públicas, secretos privados. Género, honor y sexualidad en la Hispanoamérica Colonial*. Trad. Cecilia Inés Restrepo. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2009; VALDIVIA DEL RÍO, María Fátima. Sacudiendo el yugo de la servidumbre: mujeres afroperuanas esclavas, sexualidad y honor mancillado en la primera mitad del siglo XIX. In: *Estudios Sobre Sexualidades en América Latina*. In: ARAUJO, Kathya; Mercedes PRIETO (Editoras). Ecuador: Primera Edición, 2008, p. 253-267.

<sup>3</sup> REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de Autoridades*. Madrid, España: Editorial Gredos, Edición Facsímil, 1990. Tomo III, p. 173.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *Diccionario de Autoridades*, p.173.

correspondía a una persona en primer lugar como miembro de cierto grupo social, es decir de un estamento, marcado indudablemente por el nacimiento, el honor en este sentido es un honor estamental.<sup>5</sup>

El segundo enfoque es el antropológico, cuyo objeto de estudio han sido en su mayoría las culturas y pueblos ubicados en el área mediterránea. El honor desde este punto de vista se ha enfatizado en la valoración propia y de otras personas, la distinción entre el honor interior (moral) y exterior (social), la importancia de la familia y la descendencia en el prestigio social, al mismo tiempo incluye la diferenciación entre el honor masculino (coraje) y el honor femenino (especialmente el comportamiento sexual).<sup>6</sup>

Para el caso de los estudios del honor en la América Española, se encuentran interesantes trabajos sobre el tema de los cuales se resaltan los trabajos de Patricia Seed y Ann Twinam. La primera de éstas, afirma que durante los siglos XVI y XVII, el honor se entendía como un valor individual, o sea una virtud, mientras que para el siglo XVIII hasta la independencia y factiblemente, poco después, el concepto de honor se caracteriza por ser la expresión de la posición social de una persona y su familia. Seed sugiere, que en la medida que la *virtud* perdió su trascendencia en la definición del honor personal y familiar, la posición fue cobrando importancia social, vinculada a los valores socio – culturales de la ascendencia, de los europeos y cargos, de las relaciones sociales y de la reputación y fama pública. Fue en los grupos privilegiados socialmente en los que se empleó el honor como un instrumento para mantener y justificar su posición social destacada, adquirida por el éxito económico al cual Seed denomina “nueva aristocracia”, en la que, dada su carencia de conciencia de clase, utilizaba todavía conceptos tradicionales de distinción y exclusión social.<sup>7</sup>

Por su parte, Twinam, enfatiza una comparación entre las formas de cómo se ha abordado el concepto honor, tanto en Europa como en América Latina. La autora explica que la historiografía y las hipótesis que han surgido en las investigaciones realizadas sobre el tema, han optado por enfatizar y generalizar la noción de éste en ciertos siglos y culturas.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> BÜSCHGES. *Las leyes del honor*, p. 58.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *Las leyes del honor*, p. 63.

<sup>7</sup> SEED, Patricia. *Amar, honrar y obedecer*, p. 67.

<sup>8</sup> TWINAM, Ann. *Vidas públicas y secretos privados*, p. 61.

Precisamente, a pesar de que el honor puede ser entendido teóricamente de forma similar en una misma cultura, ésta puede actuar de manera disímil ante él, por ello y siguiendo a Elizabeth Cohen ambas autoras acuerdan en decir que el honor se puede diferenciar de una región a otra<sup>9</sup>, de lo urbano a lo rural, de lo masculino a lo femenino, así en pocas ocasiones el honor es absoluto y sí negociable.<sup>10</sup>

Con base en esta última consideración, se pueden entender dos consideraciones importantes sobre el honor; primero, que las élites del siglo XVIII usaban la palabra honor sin calificativos, es decir, que no se puede dividir el concepto en el estudio de uno u otro tema, sino que era utilizado con una misma palabra para incluir una multitud de significados cambiantes que estaban intrínsecamente vinculados, como por ejemplo, el honor como estatus, como virtud y el honor sexual. Aunque el honor no era una entidad física, las élites coloniales lo entendían e interpretaban como algo tangible, que bajo ciertas circunstancias adecuadas podían transmitir a sus hijos.<sup>11</sup> En este sentido, los asuntos del honor estaban presentes en casi todas las acciones y comportamientos, por ejemplo, en el cortejo, el matrimonio, las relaciones sexuales y el embarazo, así como en la raza, el nacimiento, el acceso a cargos políticos, los oficios y el empleo.

Otros autores como Frédérique Langue<sup>12</sup> (para el caso de Venezuela) y Pablo Rodríguez<sup>13</sup> (caso de Colombia) han reiterado la importancia de la imagen del honor como un concepto de reputación ligado en su esencia a una *calidad*<sup>14</sup> y a un grupo étnico-social,

---

<sup>9</sup> Una excepcional investigación a la que se puede hacer referencia es la de Sueann Caulfield quien trabaja sobre honra en Brasil durante el siglo XX, examinando cómo el concepto tanto dentro de las leyes y la sociedad se va adaptando a la nueva realidad social y política de este país. Igualmente, realiza una comparación entre la idea de honor durante el período colonial donde éste era sinónimo de raza y clase, es decir que incluía el estatus y la reputación basada en cuestiones económicas y políticas que eran llevadas a las esferas pública y privadas, mientras que el honor durante el período republicano brasilero fue consonante de identidad y ciudadanía e incluyó un sentimiento de igualdad y por lo tanto fue fundamental en la construcción de la Nación. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 2000, p. 174.

<sup>10</sup> TWINAM, Ann. *Vidas públicas y secretos privados*, p. 62.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Vidas públicas y secretos privados*, p. 62.

<sup>12</sup> LANGUE, Frédérique. Les identités fractales: honneur et couleur dans la société vénézuélienne du XVIII e siècle. Caravelle, Toulouse, v. 65, 1995, p. 27-37; \_\_\_\_\_. *Las mantuanas escandalosas*, p. 1352-1363.

<sup>13</sup> RODRÍGUEZ, Pablo. Elección matrimonial y conflicto interétnico en Antioquia. In: *Seducción, amancebamiento y abandono en la colonia*, p. 95-124.

<sup>14</sup> Éste término fue comúnmente usado en la América Hispánica para designar a la población. De acuerdo con Ramírez citando a Robert Mcca, la calidad se define en términos raciales y frecuentemente fue el reflejo de la reputación en su totalidad, interviniendo en ella elementos étnicos y sociales como el color, ocupación y riqueza,

siendo éstas características rasgos evidentes de una continuidad de valores estamentales y, especialmente, aristocráticos europeos en el ámbito de una nueva sociedad. Luis Felipe Pellicer piensa que en la Provincia de Venezuela el honor caballeresco, aquel que dictaba el deber y el derecho, la manera de vivir y habitar, la forma de vestir y comer, la manera de trabajar y divertirse no era extraño a esta sociedad, simbolizado, claro está en otros signos y situaciones, pero que en el fondo mantenía su esencia porque cumplió en el nuevo entorno con su función de distribución de jerarquías y privilegios.<sup>15</sup>

A pesar de que los estudios sobre el honor se han centrado mayoritariamente en la representación de las clases de poder, cosa que podría explicarse porque de ellos dependía el mantenimiento del orden social y porque en ellos se juzgaba, condenaba y perdonaba los delitos deshonorables, es oportuno señalar que la deficiencia de investigaciones sobre la influencia y percepción del honor en mestizos, indios y negros no supone asegurar que carecían de él, como también, sería negligente negar que penetró y convivió dentro de esos grupos como un valor más. En este punto, resulta pertinente aclarar que todas las clases tomaban como modelo de comportamiento a las élites, por lo que buscaban seguir sus expresiones y comportamientos de este modo, el peso del honor fue igual para todos los miembros de aquellas calidades, claro está, con mecanismos de representación, defensa y sostenimiento diferentes.

### **El Honor en la Sociedad Colonial y Decimonónica Venezolana.**

La sociedad venezolana asumió el honor como un sistema de valores que sufrió ciertas transformaciones a lo largo del tránsito del período colonial hacia el republicano. Luis Felipe Pellicer, por ejemplo, explica que el honor se convirtió en el banderín supremo que exponían los miembros de aquella sociedad y por esta razón se puede decir que se encontró por encima de cualquier valor material y su mantenimiento fue símbolo de una preocupación constante que imponía a la vez principios, conductas y demandas de comportamientos que aseguraban el respeto del común al establecimiento de la jerarquía social.<sup>16</sup> En el centro de la concepción del honor como distinción social, se encuentra principalmente el factor de la

---

la pureza de sangre, honor e integridad y en ciertos casos el lugar de nacimiento. RAMÍREZ, Luis. *Amor, honor y desamor*, p. 80.

<sup>15</sup> PELLICER, Luis Felipe. *La vivencia del honor en la Provincia*, p. 19.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *La Vivencia del honor en la Provincia*, p. 19.

ascendencia (origen, linaje o línea), lo que presuponía la *limpieza de sangre*, es decir, la descendencia de cristianos viejos que se reconoció a los españoles blancos de península o criollos, siendo por el contrario, considerado vil y deshonoroso, los nacidos de padres mezclados como mestizos, pardos, zambos o mulatos.<sup>17</sup>

La apariencia en público de un individuo en la sociedad venezolana fue otro aspecto primordial del honor. La conducta particular fue también un factor de la noción de honor, y el de las mujeres fue de especial importancia, pues en su comportamiento público se basarían los demás criterios del honor, sobre todo el de su honra sexual, que afectaba de igual manera su “entorno familiar y social, el proceder honrado se manifestaba en una prudente y juiciosa conducta, en buenas costumbres, por lo que las personas dignas de prestigio debían y solían dar buen ejemplo al público”<sup>18</sup>, los valores, la representaciones mentales, las creencias, los prejuicios, incluso las emociones, constituyeron un engranaje ideal donde el orden y el honor fueron los valores que se mantenían recíprocamente en una concepción jerarquizada de la sociedad.<sup>19</sup>

Las leyes, normas, estilos, costumbres, se cimentaban en función del honor, un valor que implica una relación bidireccional entre el observado y los que observan; por lo tanto tiene mucho de apariencias. De allí que todo un universo de símbolos y gestos exteriores estén sometidos al tribunal del honor, como lo afirma Pellicer, citando al moralista castellano Juan Luis Vives:

[...] el descubrirse, el sentarse, el levantarse, dejar el paso, pararse, crepitar los dientes, eructar, doblar la rodilla (derecha o izquierda), ocupar el medio, mover el pie, refregarse las manos, silbar, arrugar la nariz, alzar la frente, contraerla, mirar, pasar dos veces delante de la puerta, volver la cara, alzar la mano, extender la mano, extender el dedo, enseñar la uña del dedo corazón, mirar a uno cuando uno se cae... el dónde, cuándo, por cuanto tiempo, cómo, con quién[...] todo está sometido al tribunal de la ira por si supone honor o desprecio[...].<sup>20</sup>

El honor dependió mucho de las apariencias y de su carácter público, y por lo tanto de cuánto se disimulaba o se ocultaba su transgresión. De ese modo, es indiscutible el carácter

---

<sup>17</sup> BÜSCHGES. *Las leyes del honor*, p. 70.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Las leyes del honor*, p. 71.

<sup>19</sup> PELLICER, Luis Felipe. *La vivencia del honor en la Provincia*, p. 25.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *De vida infame y depravada conducta*, p. 123.

notorio del honor; los que lo defienden necesitan reponerlo acudiendo a la justicia, que por su parte debió intervenir para reponerlo y restablecer el orden, haciéndolo sin causar el mayor escándalo, porque en última instancia el pecado dependía de la publicidad con que se ejecutaba. La contradicción que existe entre la letra de la ley y las conductas infractoras, propiamente, se ejecuta cuando no se disimula, disfrazada u oculta; es decir cuando la conducta marcha en contra del consenso general de la opinión o de la actitud colectiva.<sup>21</sup>

De acuerdo a lo expuesto, los rasgos del honor, la dimensión objetiva o material de este concepto, se imponían como valores sociales, de una manera informal, a través de la fama pública, es decir de la reputación. El prestigio particular de las personas honradas se expresaba en su derecho o reclamación a ser tratados de manera distinta, cuando contrariamente las clases sociales bajas se consideraban siempre faltas de prudencia y decoro.<sup>22</sup>

Ya para finales del siglo XIX, Luis Rincón Rubio explica que el gobierno liberal de Antonio Guzmán Blanco intentó a través del Código Civil de 1873 mantener ciertos preceptos heredados de la época colonial, en este sentido, el honor pasa a ser más que un signo de prestigio y poder entablado a sostener la rígida estructura social, ahora, se entendía como un valor integrado a las ideologías y discursos oficiales de unidad cultural e identidad nacional que perseguía fortalecer los fragmentados Estados Nacionales. Igualmente, el honor se concibió como sinónimo de virtud y específicamente el honor sexual femenino fue considerado la base de la familia y la familia la base de aquella sociedad.<sup>23</sup>

### **Honor Femenino**

El honor no solamente se circunscribía a la herencia de la pureza racial, sino que representaba en muchos casos la historia de una buena familia que se basaba en generaciones de matrimonios dignos e hijos legítimos. En la sociedad colonial, el honor familiar dependió en gran medida del recato de sus mujeres, por lo que la estricta vigilancia de las mismas se convertía en algo necesario que a la larga permitía evitar la deshonra ante una posible conducta inmoral femenina. Ese honor estaba vinculado enormemente con el

---

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *De vida infame y depravada conducta*, p. 125.

<sup>22</sup> BÜSCHGES. *Las leyes del honor*, p. 71.

<sup>23</sup> RINCÓN RUBIO, Luis. Honor e identidad en Maracaibo a fines del siglo XIX. In: *Opción*. Año 23, n. 52. 2007, p. 27.

comportamiento de las mujeres, pero en especial a su sexualidad, por ello se le imponían cargas y restricciones a la hora de entablar cualquier tipo de relación con el sexo opuesto y se esperaba que ellas fueran prudentes para no provocar tentaciones en los hombres. Al mismo tiempo, se dio gran importancia a la iniciación sexual de las jóvenes, entendiendo que sólo debía empezar dentro del matrimonio y si sucedía antes, ellas estaban expuestas a ser condenadas socialmente no sólo por su deshonor, sino por la de su familia también.<sup>24</sup> En resumidas cuentas, lo que se trataba de evitar era la concepción de hijos ilegítimos, que bajo esta condición estarían socialmente muertos y sin esperanzas de ascensos u oportunidades.

En las dimensiones públicas y privadas que supuso el honor, para el caso de los hombres (lo público) el honor se manifestaba en el valor moral del individuo y en la reputación, elemento que otorgaba significado a la masculinidad y en el caso de las mujeres, el honor se basaba en su conducta y sexualidad. La dimensión pública del honor se manifestó ante el status y el prestigio social, por ello, la protección de la reputación estuvo ligada a la reputación sexual femenina, reputación que cuidaba el honor de una familia, incluso el de una sociedad. El concepto de honor y sus regulaciones se manifestaba básicamente en aquellas mujeres que debían preservar el honor masculino de las familias depositarias del orden social colonial, esto se explica en la medida en que las mujeres son las transmisoras biológicas de la herencia y por ende las reproductoras culturales de una Nación, así el honor fue un elemento clave en la reproducción del orden social a través de generaciones.<sup>25</sup>

Tal situación fue curiosa durante el siglo XIX, pues las Revoluciones políticas de América Latina durante este período no implicaron cambios drásticos en la mentalidad de los individuos, por el contrario las nuevas Constituciones y Códigos Penales mantenían como punto de excepción y justificación el honor ante los delitos, y al mismo tiempo se dio una renovada concepción a la importancia de la maternidad y la responsabilidad de las mujeres como madres trasmisoras de cultura y supervivencia de los nuevos ciudadanos que se pretendían formar, así se observa que el honor durante este período cobró dimensiones que iban más allá de las élites y se permeabilizó en todos los estratos sociales.

---

<sup>24</sup> RAMÍREZ MÉNDEZ, Luís A. *De la piedad a la riqueza. Convento de Santa Clara de Mérida, 1651-1874*. Archivo Arquidiocesano de Mérida. *Fuentes para la Historia Eclesiástica de Venezuela*. Mérida, Venezuela. 2005. Tomo I, p. 54.

<sup>25</sup> VALDIVIA DEL RÍO, María Fátima. *Sacudiendo el yugo de la servidumbre*, p. 258-259.

La sexualidad femenina fue públicamente regida por códigos de carácter privado, esos códigos y su normatividad sexual fueron regulados por el *pater familias* (autoridad que ejercía dominios sobre las mujeres de la familia y cuidaba el código de honor) y por los amos (por el derecho de propiedad de las mujeres esclavas). Precisamente, el honor terminó por constituirse en una categoría más para ordenar la sociedad y también sirvió para visibilizar o invisibilizar a los individuos que forman parte de ella, así, el discurso sobre el honor, acentuó los mecanismos que delineaban las relaciones sociales a partir de la identidad de género, las diferencias raciales y las jerarquías sociales.<sup>26</sup> Los argumentos de la fragilidad femenina y su propensión al engaño, sirvieron para justificar sus equivocaciones y por lo tanto la necesidad del control, consejo y guía. La importancia de esa labor formadora y moralizadora de la juventud, resultó especialmente identificada con el rol materno, así como el resguardo de la reputación de las doncellas del hogar en la cual la familia tenía absoluta responsabilidad.<sup>27</sup>

En consecuencia, dentro de las cuestiones del honor se entrelazaban intrínsecamente la sexualidad femenina y la ilegitimidad, por lo que el código social del honor intentaba controlar la sexualidad femenina, ya fuese a través de la virginidad o la castidad marital<sup>28</sup>, sí por el contrario la mujer transgredía la norma y quedaba embarazada siendo soltera, existían, de acuerdo con Ann Twinam diversas estrategias que permitían a la futura madre evitar la deshonra e iban desde el matrimonio inmediato, el embarazo privado, el embarazo público con el compromiso postergado hasta el embarazo público con concubinato.<sup>29</sup>

En este sentido, el honor femenino se sustentó y encontró su base en tres condiciones ideales: *a)* el matrimonio, que funcionaría como pilar fundamental de la sociedad donde se enmarcarían las acciones correctamente vistas ante los ojos de los demás y dónde la familia que se conforma por medio de él, recibiría el respeto y reconocimiento social de ser legítima ante todos sus efectos; *b)* la sexualidad que sólo estaría permitida dentro de la institución matrimonial y con fines reproductivos, y por último *c)* la legitimidad que se

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *Sacudiendo el yugo de la servidumbre*, p. 259.

<sup>27</sup> GHIRARDI, Mónica. El matrimonio, el Concilio de Trento e Hispanoamérica. In: *Revista de Indias*. V. LXIX, n. 246, p. 241-272.

<sup>28</sup> TWINAM, Ann. *Vidas públicas y secretos privados*, p. 132. Aunque la autora destaca estas estrategias para las clases sociales dominantes, es muy probable que hayan funcionado también para otros estratos, ya que el honor tuvo sus ecos en las clases bajas, pues a pesar de todo trataban de imitar los patrones que veían diariamente, así que este camuflaje sirvió muy bien para ellos.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *Vidas públicas y secretos privados*, p. 133-153.

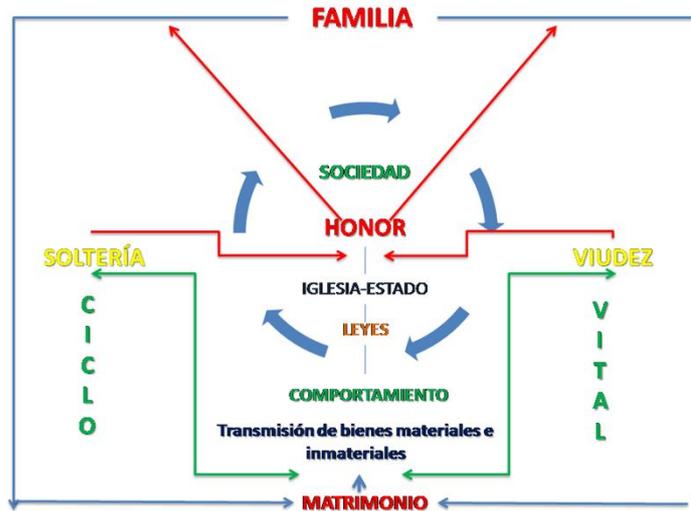
expresaba por medio de la herencia transmitida de generación en generación para perpetuar el patrimonio familiar y que gozaba de reconocimiento y validez por medio del matrimonio legítimo.

### **¿Cómo funcionó el honor dentro de las estrategias de reproducción social?**

Como se ha planteado, el honor fue el principio básico de valor y moral por medio del cual los individuos se sentían identificados unos con otros, especialmente, dentro de la sociedad colonial y decimonónica venezolana. Para comprender su función como mecanismo de identidad dentro de esta sociedad, hay que centrarse en el campo de los valores, valores que se consideraban supremacía de ideal y marcaban los convencionalismos, las reglas de comportamiento y establecían al mismo tiempo un sistema de recompensas o sanciones. El honor y la vergüenza constituyeron dos variables que se medían de acuerdo al ideal moral social, por eso, la sociedad venezolana vivía cuidando su reputación, manteniendo la prudencia, el secreto y el ocultamiento de transgresiones, sobre todo las de tipo amoroso.

En la trayectoria personal de cada individuo, la identidad aunque es individual porque es la construcción de la representación que se tiene de sí mismo, también incluye los modelos de identidad socialmente reproducidos, que en este caso sería ser honrado o no. Para reproducir y utilizar este elemento como una estrategia fundamental en la transferencia no sólo del patrimonio, sino también de todo un simbolismo, las sociedades de este período, pero especialmente la venezolana apeló básicamente al matrimonio como única institución legal que permitió el traspaso de bienes materiales e inmateriales de forma legítima. (Figura 1)

Figura 1- Honor: simbolismo de reproducción social



Fuente: Diagrama de elaboración propia

En el anterior diagrama se observa que la familia fue el componente básico de la sociedad, mientras que el matrimonio fue el pilar fundamental a través del cual se permitía la constitución de familias legítimas con descendientes legítimos amparados por las leyes civiles y eclesiásticas. De modo que, para utilizar el honor de la mujer como una garantía de legítima transmisión de bienes y valores, se jugaba con el mercado matrimonial donde las mujeres con buena dote tenían ventaja, lo que le permitió a la familia crear alianzas, solidaridades y vínculos sociales que los situaban en una posición privilegiada dentro de la sociedad.

En consecuencia, el matrimonio, la dote, la sexualidad y la legitimidad estaban íntimamente ligadas a la idea de estrategia de reproducción social. La mujer, con su honra fue el ente básico que necesitó ser vigilada, controlada y supervisada para mantener las garantías que su honra sexual ofrecía.

### Familia y matrimonio: dote y sexualidad

El proceso de conquista y colonización de Hispanoamérica trajo consigo en su afán de orden y progreso transformar y encaminar el comportamiento moral de los individuos,

con ello, por ejemplo, la Iglesia Católica impuso el modelo monogámico y el matrimonio indisoluble como única forma de unión legal y legítima entre un hombre y una mujer.

A partir de la segunda mitad del siglo XVI, y a medida que se iba consolidando el poblamiento y se definían las aspiraciones hacia la formación de bienes de fortuna, el matrimonio monogámico se hizo habitual, particularmente dentro de la población de origen hispánico, contribuyendo a este afianzamiento, la celebración del *Concilio de Trento (1545 – 1563)*, pues aquí se reafirmó la doctrina de la Iglesia Católica ratificando que la Ley divina prohíbe a los cristianos tener varias mujeres a la vez, y el matrimonio considerado como sacramento, es un vínculo indisoluble y un contrato perpetuo entre el hombre y la mujer. El objetivo consistía en estimular la formación de la familia según modelos ibéricos, aplicando procedimientos legales donde ésta sería el núcleo social básico, para reproducir los modelos del matrimonio cristiano, sobre todo en la sociedad indígena porque la poligamia representó un grave problema a resolver y fue una prioridad para lo cual se tomaron medidas estrictas destinada a lograr tal objetivo.

El matrimonio se convirtió en la base de la sociedad y por medio de éste se entablaron relaciones económicas, políticas y de parentesco con la finalidad de ampliar las redes sociales que permitieran el intercambio de reconocimiento público de las acciones familiares donde las mujeres jugaban un papel preponderante. Justamente, la base de las relaciones de género será el matrimonio que fue definido por *Las Partidas* como “[...] ayuntamiento o enlace de hombre y mujer hecho con intención de vivir siempre en uno, guardándose mutua fidelidad [...] (L. 9, T. 2, P. 4)”.<sup>30</sup> El matrimonio en una sociedad cuasi patriarcal no otorgaba ninguna compensación a la mujer, quien no podía ni siquiera elegir a su propia pareja, por lo que era un acto ritual, sin amor ni beneplácito, solo se instituía para garantizar el linaje y el traspaso de la herencia a los hijos legítimos para darle continuidad al patriarcado.

En este sentido, la familia entendida como eje primordial de la sociedad, aquella institución que ha tenido tan amplia definición y comprensión, funcionó como el núcleo por medio del cual se ejecutarán las relaciones tanto internas como externas de los individuos que la componen, de esta manera, el parentesco, ya sea consanguíneo o no, sustentará o

---

<sup>30</sup> OTS CAPDEQUI, José M. *Historia del Derecho español en América y del Derecho indiano*. Madrid, España: Editorial Jurídica Aguilar, 1969, p. 50.

justificará las relaciones sociales de la familia con su entorno. Los vínculos que se estrechen, ya sean sociales o individuales, ejercidos a través del clientelismo y el patronazgo reforzarán del mismo modo las relaciones que se han establecido. El dinero por su parte será la base de este sistema, en él se evidenciarán las estructuras de poder, la clase, la superioridad y la desigualdad social.<sup>31</sup>

Una esfuerzo que hizo tanto la iglesia como el Estado en reglamentar el matrimonio fue la aplicación de *La Real Pragmática de Casamiento*<sup>32</sup>, que fue emitida como *Real Cédula* el 23 de Marzo de 1776 por el Rey Carlos III y extendida a las Indias a partir del 7 de Abril de 1778, donde se prohibía la celebración de matrimonios sin permiso paterno y reafirmada por varias cédulas posteriores, en la que insistieron en lo mismo, aclarando que el permiso era necesario incluso para los mayores de 25 años. Tal prohibición tenía en el fondo la finalidad de impedir matrimonios entre individuos de diferentes estratos sociales y aunque esta *Real Pragmática* estuvo vigente hasta 1803, cuando una nueva disposición redujo a 20 años la edad requerida para casarse con el permiso de los padres, ya para entonces los jóvenes que querían contraer nupcias habían aprendido a emplear trucos necesarios para burlar la vigilancia paterna, y se habían atrevido en muchos casos a desafiar la oposición familiar.<sup>33</sup> Es de aclarar, sin embargo, que los negros, mulatos y pardos estaban exentos de esa obligación legal, y los indígenas debían pedir consentimiento a los curas doctrineros cuando no conociesen a sus propios padres o estuviesen lejos de estos.

*La Real Pragmática* de 1776 tuvo vigencia en el territorio venezolano a partir de 1778 hasta 1820 y estaba dirigida a salvaguardar el honor de las familias y al mantenimiento de las jerarquías sociales, colocando a la autoridad paterna por encima de cualquier sentimiento de amor o de intenciones individuales. Las penas que traía su no cumplimiento, ponían en riesgo los bienes materiales e inmateriales que se querían reproducir y preservar, pues los títulos

---

<sup>31</sup> IRIGOYEN LÓPEZ, Antonio. Familias e iglesia. Normativas y transgresiones en Europa. In: CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan. (Editores). *Familia y organización social en Europa y América. Siglos XV-XX*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2007, p. 45.

<sup>32</sup> Norma legal, fundamental y obligatoria, la cual dentro de su redacción se insiste en una cláusula que la caracteriza; tiene la misma fuerza que una Ley votada en las Cortes y presenta la forma externa de una *Real Provisión*. Se usará para hechos concretos y solemnes que en este caso reglamentarán todo lo concerniente a los matrimonios. LÓPEZ GUÉDEZ, Horacio. *La formación histórica del Derecho indiano, 1492-1808*. Mérida, Venezuela: Universidad de Los Andes, 1976, p. 28

<sup>33</sup> GONZALBO AIZPURU, Pilar. *Mujeres en la Nueva España. Educación y vida cotidiana*. México: Editorial Colegio de México, 1987, cap. VIII, p. 211.

nobiliarios y el patrimonio material, así como el sistema de valores que un miembro familiar podría ser merecedor, no se le otorgaba a los indisciplinados.<sup>34</sup> Por esta razón, la *Real Pragmática* aplicada en Indias dibuja el cuadro de estratificación social existente y establece al mismo tiempo una clara división entre sus habitantes: los que tenían honor que cuidar y los que lo no tenían. Blanco e indios estaban en la primera categoría, mientras que los descendientes de mezcla con negro se encasillaban en la segunda condición.

Sin embargo, ha existido una notable contradicción en la historiografía sobre el matrimonio en las clases llamadas de color, y esto tiene que ver, en que por un lado se considera que en dichos estratos (indígenas, negros, mestizos y mulatos) las ceremonias matrimoniales como se han expuesto anteriormente eran casi desconocidas, justificándose en la escasa significación tanto económica como social que la misma tenía para ellos, por lo que apelaban con mayor frecuencia a las uniones consensuales. También se fundamenta dicha tesis en que el *Concilio de Trento* contribuyó a hacer reacios a estos sectores con respecto al matrimonio eclesiástico, debido a las formalidades que estableció para que el mismo fuese válido, pues la preferencia de la población de color por el concubinato se puede explicar fácilmente en la presencia de nacimientos de filiación ilegítima.<sup>35</sup>

Es cierto que los indígenas, negros y pardos por lo general vivían amancebados o en concubinato, a pesar de que la iglesia y las autoridades civiles trataban en lo posible de arreglar la situación de pecado llevándolos hasta el matrimonio, lo cual se lograba con el consejo sacerdotal durante la confesión, o con una multa en metálico como escarmiento por este delito.<sup>36</sup> Se procuraba de este modo, mantener el orden social plenamente estratificado, impidiendo los matrimonios entre clases diferentes, ya que internamente cada clase tenía sus preceptos y debía permanecer impermeable, pues el matrimonio en algunas castas representaba la oportunidad o alternativa de ascender socialmente a una escala mayor, o de descender a una menor calidad<sup>37</sup>, pero a pesar de ello y de que las transgresiones estuvieron a la orden del día, la práctica e importancia de uniones matrimoniales legal y socialmente

---

<sup>34</sup> PELLICER, Luis Felipe. *Entre el amor y la pasión*. Caracas, Venezuela: Fondo de Cultura de Humanidades, Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 12-13.

<sup>35</sup> PIÑERÚA N., Jennifer. De casorios y conveniencias. Transgresiones sexuales, leyes divinas y terrenales. In: *Tierra Firme*. Caracas, Venezuela, año 18, v. XVIII, n. 70, abril-junio 2000. p. 224.

<sup>36</sup> TROCONIS DE VERACOECHEA, Ermila. *Indias, esclavas, mantuanas y primeras damas*. Venezuela: Academia Nacional de la Historia, Ediciones Alfadil, 1987, p. 84. Colección Trópicos 25.

<sup>37</sup> PIÑERÚA N., Jennifer. *De casorios y conveniencias*, p. 226.

aceptadas no fueron del todo desconocidas, ya que el honor, por ejemplo, fue un valor de alta consideración en las clases menos favorecidas, lo que indica que pretendían seguir modelos impuestos, es decir, que las transgresiones no fueron sinónimo de no demanda matrimonial, situación que queda demostrada en los expedientes judiciales por disenso nupcial.

Michel Bertrand en su trabajo *Elite, parentesco y relaciones sociales en Nueva España durante el siglo XVIII*<sup>38</sup>, establece una interesante comparación sobre trabajos realizados acerca de las estrategias de reproducción social de la élite caraqueña mantuana, que fue comparativamente más cerrada al momento de establecer contactos y relaciones de vínculos matrimoniales con agentes externos; especialmente aquellos blancos venidos de las Islas Canarias o los foráneos que aunque ricos no se consideraban dignos del honor y el prestigio que éstos ostentaban dentro de su sociedad. A este respecto Bertrand refiere a los trabajos hechos por Frédérique Langué sobre disensos matrimoniales en la sociedad caraqueña del siglo XVIII y al mismo tiempo menciona otros trabajos hechos en Argentina por Susan Socolow que expresan que en Buenos Aires, por ejemplo, la unión matrimonial de las élites con individuos extranjeros que coadyuvaran al establecimiento de redes y vínculos sociales a través del matrimonio fue algo común, del mismo modo que lo fue en México.

En general los matrimonios perseguían garantizar una alianza ventajosa que permitiera la reproducción del linaje y junto con esto todo el sistema de valores que unía a los individuos y determinaba sus relaciones. Por esta razón, la elección de la pareja no era una cuestión individual sino familiar y de estado y por eso algunos se vieron en la disyuntiva del amor, la pasión o el honor. Entendiendo el honor como un sistema que ordena jerárquicamente la sociedad, éste se opone a los intereses y sentimientos personales de amor y pasión.<sup>39</sup>

El matrimonio daba el acceso a nuevos bienes y capitales, pero al mismo tiempo cumplía un importante papel de reproducción y transmisión social. Por eso el prestigio, los bienes materiales y el poder son atributos del honor que no dependen de la escogencia individual sino de la herencia. Garantizar la transmisión de estos atributos a los

---

<sup>38</sup> BERTRAND, Michel. Élités, parentesco y relaciones sociales en Nueva España. In: *Tiempos de América: Revista de Historia, Cultura y Territorio*. N. 3-4, 1999. p. 60.

<sup>39</sup> PELLICER, Luis Felipe. *Entre el amor y la pasión*, p. 11.

descendientes, garantizar la posición estamental y la jerarquización de la sociedad era la prioridad.

Gracias al matrimonio las familias también recibían una inmensa herencia inmateral, con una serie de símbolos y prestigio que las coloca en determinado lugar del espacio social. Las familias entendían las estrategias de reproducción como el medio a través del cual podían mantener e incrementar el estigma social y la reputación. Esto aumentaba mucho más en familias del *Antiguo Régimen* que pretendían el poder político, así la herencia material, la herencia inmateral, las estrategias familiares, las alianzas, las relaciones clientelares y de patronazgo eran variables necesarias para mantener y consolidar su posición distinguida.<sup>40</sup>

Igualmente, la mujer como generadora de vicios y virtudes, responsable del éxito o del fracaso de la familia, pues en ella recaía la tarea de ser madre educadora y reproductora de los valores intrínsecos del hogar, se convirtió en una pieza clave de las estrategias de reproducción social, llevando lógicamente con ella las cargas del honor. Al mismo tiempo, dentro de lo que se puede catalogar como “economía de bienes simbólicos” (honor) la mujer cuyo honor sólo podía ser defendido o perdido (aunque algunas veces negociable) se convirtió en una parte de esos bienes que había que mantener bajo control para evitar murmullos y desprestigios, sobre todo en sociedades donde la conquista del “capital simbólico” constituyó la principal forma de adquisición.

Dentro de los acuerdos del matrimonio se fijaba una especie de contrato que intentaba garantizar las cargas económicas de la nueva unión y la garantía de la sobrevivencia social y económica de la mujer durante la viudez, a esto se le denominó dote.<sup>41</sup> Ésta se define como el patrimonio perteneciente a la mujer el cual era entregado al hombre al momento del matrimonio y generalmente estaba constituido de bienes muebles e inmuebles, cuando no en metálico y en algunos casos incluía vestidos, esclavos, dinero o joyas. La dote estaba

---

<sup>40</sup> IRIGOYEN, Antonio y Antonio L., PÉREZ ORTÍZ. (Edts) *Familia, transmisión y perpetuación (siglos XVI-XIX)*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2002, p. 12.

<sup>41</sup> LORENZO MONTEERRUBIO, Ana María. *La función de la dote en la sociedad de Pachuca en el siglo XVII*. Tesis para optar al grado de Doctor en Historia. Universidad Autónoma de México, 2012; TROCONIS DE VERACOECHEA, Ermila. La iglesia y la mujer en Siglo XVIII. In: *Revista Montalbán*. Universidad Católica Andrés Bello. N. 32. 1999. p. 121-132; SAMUDIO A., Edda O. Familia y dote en la sociedad merideña de los siglos XVII y XVIII. In: SIEGRIST, Nora y Edda SAMUDIO (Coordinadoras). *Dote matrimonial y redes de poder en el Antiguo Régimen en España e Hispanoamérica*. Mérida, Venezuela: Talleres Gráficos Universitarios, Universidad de Los Andes, 2006, p. 69-95; Ramírez Méndez, Luis Alberto. *Las llaves del paraíso*, 2015, p. 294.

íntimamente ligada al matrimonio y se entregaba generalmente después de realizado a través de la carta de dote.<sup>42</sup>

La dote fue una estrategia muy importante dentro del establecimiento alianzas y vínculos sociales porque a través de ella los matrimonios podían fundar sus propias familias y las relaciones familiares y especialmente en los grupos dominantes les sirvió para mantener el prestigio y el poder, escenario que fue posible por medio de la coherencia y las formas que crearon para ampliar sus redes.<sup>43</sup> Justamente, la dote fue un trascendental signo de prestigio social porque la misma exhibía el honor de las familias donde las mujeres llevaban consigo un capital también simbólico.

No llevar dote al matrimonio presuponía deshonor familiar, pues se contradecía a la práctica tradicional, por esta razón, incluso la Iglesia Católica estableció entre las causas que permitían solicitar una dispensa matrimonial por consanguinidad la carencia de la dote.<sup>44</sup> Se pensaba que una mujer desprovista de dote no tenía posibilidades de casarse, por lo menos de casarse bien, pues la dote sirvió al mismo tiempo como una maniobra familiar para negociar buenos consortes e incluso familias menos favorecidas intentaban llevar algo a la unión aunque sólo fuesen petates, mantas, utensilios de madera, es decir, objetos modestos.<sup>45</sup>

Algunas doncellas pobres fueron favorecidas por la Iglesia y el Estado para obtener algún tipo de dote, por ejemplo, las cofradías y las obras pías ofrecían dotar a aquellas mujeres que fuesen consideradas allegadas o merecedoras de tal beneficio, es decir, honradas. Ciertas personas pudientes dejaban todo o parte de su capital para establecer este tipo de instituciones, que para el caso venezolano, las llamadas haciendas obras pías fueron entregadas por un particular, generalmente en transe de muerte para que sus propiedades fuesen administradas por la Iglesia (en vista de la carencia de bancos pero también ante la idea de salvación del alma), con cuyo beneficio se establecía una obra pía de tipo social que

---

<sup>42</sup> Era una especie de recibo legal que hacía el esposo a la familia de su mujer en la que se especificaban todos los bienes recibidos, sus costos y avalúos así como la descripción de los compromisos adquiridos por la nueva pareja en su vida matrimonial. LORENZO MONTERRUBIO, Ana María. *La función de la dote*, p.115.

<sup>43</sup> SAMUDIO A., Edda O. *Familia y dote*, p. 71.

<sup>44</sup> LOPEZ CAVA, María Gema. Intervenciones familiares en la gestión tutelar de los huérfanos extremeños: siglos XVI-XVIII. In: *Familia, transmisión y perpetuación (siglos XVI-XIX)*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones. Murcia, 2002, p. 62.

<sup>45</sup> LORENZO MONTERRUBIO, Ana María. *La función de la dote*, p. 104.

en muchos casos su usufructo fue utilizado para otorgar dotes a jóvenes casaderas o que tuvieran voluntad de ingresar a la vida religiosa.<sup>46</sup>

En este sentido, la dote no solo sirvió para establecer excelentes alianzas matrimoniales, sino también valió para ingresar a un convento de prestigio y como rezaba el dicho: *las mujeres para rezar o parir*, las que no estaban disponibles para el mercado matrimonial por falta de dote (que generalmente era más alto que para entrar a un convento) o eran menos agraciadas, no tenían otra opción que la vida religiosa, ya que la soltería no era bien vista. Dentro de las estrategias familiares de reproducción aunque los matrimonios eran esenciales, otras opciones como la vida de clausura sirvió para solventar fallas de dinero, pues no se podía dotar a todas las hijas de la misma forma y el ingreso de algunas de ellas a los conventos también les generó prestigio y honradez.

Por ejemplo, de acuerdo con Pilar Gonzalbo, las dotes del siglo XVII en México se ubicaban entre 500 y 5000 pesos para las élites y para las familias modestas era de 500 a 1000 pesos, mientras que según Edda Samudio en Mérida-Venezuela para este mismo siglo las dotes de las élites podían llegar a los 50.000 pesos y para las doncellas que querían ingresar al Convento de Santa Clara como monjas de velo negro era de 2000 pesos con ciertas variaciones a lo largo del tiempo.<sup>47</sup>

La dote se transmitía generalmente a la descendencia legítima, por esta razón fue muy importante la procreación de hijos legítimos para garantizar la permanencia de las fortunas familiares.<sup>48</sup> Los hijos ilegítimos, resultado de relaciones ilícitas no tenían la oportunidad de disfrutar de los privilegios sociales que incluían la transferencia de los bienes patrimoniales, mientras que para los naturales la situación podía ser diferente, pues éstos se redimían con el matrimonio de sus padres.

El matrimonio funcionó como regulador de la conducta sexual tanto para la mujer como para el hombre, ya que los asientos legales que lo sustentaban, hacían imperativa la importancia de las uniones nupciales y las reglas para hacerlas efectivas, no obstante, por

---

<sup>46</sup> TROCONIS DE VERACOECHEA, Ermila. *La iglesia y la mujer*, p. 124. Véase el interesante trabajo sobre dotes a doncellas pobres en Mérida colonial de RAMÍREZ, Luís A., *Las llaves del paraíso*. La obra del Dr. Marcelino Rangel. Las dotes de las doncellas pobres de Mérida (Venezuela). Siglo XVIII-XIX. Editorial Académica Española, 2015.

<sup>47</sup> SAMUDIO A., Edda O. *Familia y dote*, p. 74.

<sup>48</sup> LORENZO MONTERRUBIO, Ana María. *La función de la dote*, p. 134.

ejemplo, *La Real Pragmática de Casamiento* y el *Sínodo Diocesano de Santiago León de Caracas de 1687* (legislaciones que reglamentaron las formas de contraer matrimonio en Venezuela), no pudieron lograr que los matrimonios desiguales siguieran efectuándose, ni tampoco los permanentes concubinatos y amancebamientos.<sup>49</sup> De todos modos, se puede apreciar que la figura del matrimonio funcionó como una salida o vía de escape para enmendar los pecados o transgresiones sexuales, y aunque actuaba como una corrección a los encuentros sexuales de amantes furtivos que habían llevado su relación a lo público y hasta lo escandaloso, los individuos siempre se las ingeniaban para quebrantar los códigos de control social.

Justamente, habían diversas causas que llevaban a la pareja a infringir; por ejemplo, el disenso paterno y todos los impedimentos matrimoniales, a parte de los obstáculos económicos e institucionales para las uniones legales, que afectaban a los sectores bajos de la sociedad, eran agentes que ejercían gran peso; el costo de la ceremonia religiosa, y los gastos que rodeaban la celebración social que estaban fuera de su alcance,<sup>50</sup> por lo que para muchas personas sin ninguna propiedad que heredar, sin posibilidades para estudiar en la universidad o conseguir un puesto en el gobierno, y con pocas posibilidades de volverse ricos, no necesariamente les motivaba la situación para legalizar sus uniones y descendientes.<sup>51</sup>

Kathy Waldron en su estudio sobre la visita del Obispo Mariano Martí a la Provincia de Venezuela durante el siglo XVIII, aclara que no es sorprendente que el adulterio entre hombres casados y mujeres solteras, pertenecientes a clases o grupos sociales diferentes, haya sido una práctica común.<sup>52</sup> Es axiomático que la rigidez de las normas matrimoniales, que dificultaban la opción del divorcio, contribuyó en buena medida al adulterio, al abandono de mujeres por sus maridos y por lo tanto a la desprotección de sus hijos.<sup>53</sup> Igualmente, son innegables las frecuentes infracciones contra la familia, que se veían reflejadas

---

<sup>49</sup> PIÑERÚA N., Jennifer. *De casorios y conveniencias*, p. 255.

<sup>50</sup> DUEÑAS Guiomar. Adulterios, amancebamientos, divorcios y abandono: La fluidez de la vida familiar Santaferña, 1750-1810). In: *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*. Bogotá. 1996, n. 23. p. 33.

<sup>51</sup> WALDRON, Kathy. Los pecadores y el Obispo en la Venezuela Colonial: La visita del Obispo Mariano Martí, 1771-1784. In: Asunción LAVRIN: (Coord.) *Sexualidad y matrimonio en América Hispánica siglos XVI-XVIII*. México: Grijalbo, 1991, p. 191. Colección los Noventa n. 67.

<sup>52</sup> \_\_\_\_\_. *Los pecadores y el obispo*, p. 191.

<sup>53</sup> DUEÑAS Guiomar. *Adulterios, amancebamientos*, p. 35.

intrínsecamente en los delitos como la simple fornicación, adulterio, incesto, concubinato, estupro, pecados contra natura, sacrilegio, prostitución, violencia conyugal, homicidios, aborto e infanticidios, en resumidas cuentas la ilegitimidad.

### **El otro lado de la ilegitimidad: transgresiones y pecados amorosos.**

El punto coyuntural de la transmisión de bienes materiales e inmateriales ejercidos a través de las estrategias de reproducción social es la legitimidad, es decir la generación de descendientes nacidos bajo los vínculos legítimos que sólo el matrimonio podía garantizar. La mujer, el honor y la sexualidad se convirtieron en variables peligrosas de transgresión y por ese motivo necesitaban ser controladas y preservadas. Una mujer, sin garantías, es decir sin honor no podía participar del mercado matrimonial y de las estrategias de reproducción social, por lo tanto ponía en juego la posición privilegiada de su familia dentro de la red de sociabilidad.

Los modelos europeos implantados en América trajeron consigo dentro de sus cambios, la verificación y certificación de los hijos; todo niño debía ser legitimado dentro del matrimonio, único vínculo válido que permitió a las personas demostrar con serenidad los frutos de su amor. Son *Las Leyes de Toro* las que fijaron en el Derecho histórico castellano la doctrina jurídica sobre la filiación. *Las Partidas* habían dejado claro que la legitimidad de los hijos habidos dentro del matrimonio se presumía siempre con la jactancia de las llamadas en derecho *juris et de juris*, es decir, que no se admitía prueba en contrario por su carácter absoluto, salvo en el caso de ausencia ininterrumpida del marido.<sup>54</sup>

Dentro del conjunto de los hijos ilegítimos se distinguieron dos tipos: los *naturales* y los *espurios*; eran hijos *naturales* los procreados entre un hombre y una mujer solteros que vivían juntos y no tenían impedimento para contraer matrimonio. Los *espurios* eran todos los demás ilegítimos, los cuales según las circunstancias, se distinguieron con nombres distintos: *adulterinos* (o de dañado y punible ayuntamiento, según las *Leyes de Toro*, porque la madre adúltera incurría en pena de muerte); *bastardos* (los habidos con barragana); *nefarios* (los procreados con descendientes o ascendientes); *incestuosos* (los habidos entre sí por parientes

---

<sup>54</sup> OTS CAPDEQUI, José M. *Historia del Derecho español*, p. 53.

transversales dentro de los grados prohibidos); *sacrílegos* (hijos de clérigo ordenados *in sacris*, o de frailes o monjas profesas) y *mánceres* (los nacidos de mujeres públicas).<sup>55</sup>

Desde un comienzo el problema de los hijos ilegítimos causó preocupación al Estado, por lo que en un principio se trató de enmendar la situación absorbiéndolos a uno de los dos grupos; al del padre o al de la madre, sí la situación se daba entre castas diferentes, dando como resultado el mestizaje, cosa que era muy común en estos siglos. Sin embargo, el número de uniones ilícitas y el de madres solteras era muy elevado en todos los niveles sociales<sup>56</sup>, su realidad era grave: el escándalo social significaba un golpe terrible para la familia, la cual debía evitar por todos los medios, cualquier situación que comprometiera su estabilidad social.

En caso de ocurrir aquello, lo común era disimular el asunto haciendo pasar al recién nacido como hijo de alguna hermana casada o, en el peor de los casos, colocar a la criatura como expósito a las puertas de un convento, iglesia o casa para los mismos.<sup>57</sup> Aunque también hubo mujeres que se enfrentaban a la situación, y conservaban a sus hijos cuidando de ellos a pesar de los problemas que las circunstancias pudieran generarles.

Justamente la legitimación “[...] era una figura jurídica por virtud de la cual se consideraba como habidos de legítimo matrimonio a hijos ilegítimos [...]”.<sup>58</sup> *Las Partidas* admitieron cuatro modos de legitimación: “por subsiguiente matrimonio; por oblación a la curia; por rescripto del príncipe y por declaración en testamento”.<sup>59</sup> Un recurso de legitimación fue *La Real Cédula de Gracias al Sacar*, la cual era muy restrictiva, pues las posibilidades del aspirante dependían de las circunstancias de la transgresión, además de que el procedimiento de investigación exigido por lo general ofendía al individuo y obstaculizaban su normal desenvolvimiento ante la vida.<sup>60</sup>

En este sentido, el honor femenino jugó un papel trascendental en la ilegitimidad de los hijos, sí la mujer lo tenía por perdido, las posibilidades de sobrevivencia social, tanto de

---

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. *Historia del Derecho español*, p. 53.

<sup>56</sup> GONZALBO, Pilar. *Mujeres en la Nueva España*, Cap. VIII, p. 59.

<sup>57</sup> CARLE, María del Carmen. *La sociedad hispano medieval*, p. 85.

<sup>58</sup> OTS CAPDEQUI, José M. *Historia del Derecho español*, p. 53.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. *Historia del Derecho español*, p. 53.

<sup>60</sup> RODULFO CORTÉS, Santos. *El Régimen de las “Gracias al Sacar” en Venezuela durante el período hispánico*. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1978, p. 235. Colección Fuentes para el Estudio de la Historia Colonial de Venezuela 135, T. I.

ella como de su hijo eran mínimas. Es de recordar que la trasmisión del honor se convirtió en un punto coyuntural, que traspasaba las cuestiones netamente privadas al mundo de lo público, y en ello la sexualidad y la ilegitimidad, tenía una influencia directa en los futuros roles de las mujeres y hombres dentro de la sociedad.<sup>61</sup>

Por ello, se puede afirmar que, especialmente las élites vivían en mundos duales, entre lo público y lo privado, dónde ciertas cuestiones eran sólo para lo primero y otras para lo segundo. Fueron las relaciones de género las que entablaron un puente entre uno y otro espacio, así, por ejemplo, la ambigüedad permitió que una mujer estuviese embarazada en lo privado y siguiera siendo virgen ante los demás, o que un padre reconociera la legitimidad de su hijo bastardo en lo privado y que en lo público la situación fuese desconocida.

De manera que honor, sexualidad e ilegitimidad se encontraban íntimamente ligados, el matrimonio parece ser el árbitro que controla y coloca las reglas del comportamiento, particularmente del femenino. Sólo por medio del matrimonio se permite la sexualidad femenina, entendida como necesaria para la procreación de hijos legítimos, que a su vez admitan heredar no sólo bienes económicos, sino también el propio honor, por lo que es la mujer, con su honor la pieza principal que determina el éxito de esa trasmisión. Sin embargo, tales prerrogativas sufrieron profundas vaguedades, y una clara muestra de ello es que el honor era un concepto tan ambivalente que podía perderse de la misma forma como tenía reparo, para ello la sociedad, la misma que condenaba y juzgaba cruelmente, consintió situaciones que en muchos casos fueron comunes para reparar daños a la moral familiar y pública. Es indudable que las jerarquías establecidas buscaban a toda costa mantener el orden social, desde el hogar; en lo privado, la mujer y los hijos estaban sometidos bajo la voluntad del hombre, y en lo público; especialmente la mujer, era observada y controlada, pues de ella dependía en gran medida el fracaso o no del desenvolvimiento de la sociedad, basado en el simple hecho biológico de la posibilidad que tiene de dar a luz.

### **Consideraciones finales**

Las identidades son disposiciones humanas y por esta razón es innegable que éstas pertenecen y forman parte del proceso histórico. La sociedad es una construcción humana

---

<sup>61</sup> TWINAM, Ann. *Vidas públicas, secretos privados. Género, honor y sexualidad en la Hispanoamérica colonial*. Trad. Cecilia Inés Restrepo. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 272.

que se basa en la ideología de que ella lleva consigo valores y códigos morales que coadyuvan al ordenamiento y desarrollo social de las mismas. Especialmente, las sociedades coloniales hispanoamericanas estuvieron cimentadas sobre una jerarquía social muy rígida que contenía dentro de ella consideraciones y categorías morales basadas en el matrimonio, la familia, la sexualidad y las relaciones de género. En este sentido, las mujeres junto con su honor, representaron un papel decisivo para encontrar prestigio, ya que ellas eran las reproductoras de la descendencia legítima o ilegítima donde la bastardía, por ejemplo, se pagó con alto precio de discriminación social y ascenso. Dentro de esta construcción humana que permitía establecer superioridad sobre otros incluyó dentro de ella el dinero y la honra como motor excluyente.

Precisamente, el honor constituyó una variable social que sirvió para pensar las jerarquías y clasificar a los individuos dentro de sus familias y a la vez a las familias a nivel social. Por lo tanto, más que referirse a un sistema de lugares creados a partir de estructuras económicas o de ordenamiento jurídico, se refiere a las clasificaciones espontáneas establecidas gracias a la relación entre los individuos que a su vez van produciendo conflictos y tensiones entre la percepción del valor que cada quien considera poseer y el que los demás le conceden o reconocen.

Asimismo, el honor, funcionó como un sistema de valores que los individuos inmersos y representantes de su familia utilizarán como estandarte de reconocimiento social para ser usado al mismo tiempo como un elemento que les garantizó ventajas y vinculaciones sociales privilegiadas que a la vez daban paso a la reproducción social de los bienes materiales e inmateriales. El honor, como instrumento negociable atravesó y estuvo siempre presente en todas las estrategias de reproducción social, ya que estuvo inmerso en el matrimonio, en la dote, en la sexualidad e incluso en la maternidad, no poseerlo realmente se convirtió en un obstáculo de ascenso y movilidad social.

## A questão da identidade da “mulher” e a necessidade de um “feminismo negro”

### The question of the identity of the “woman” and the need for a “black feminism”

Vera Tatiana dos Reis Monteiro Gomes

Doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

[veramonteiro8@hotmail.com](mailto:veramonteiro8@hotmail.com)

Recebido em: 15/06/2015

Aprovado em: 11/07/2015

**RESUMO:** O artigo aborda a problemática entre igualdade e diferença, enfocando a necessidade de se abalar posições binárias para o masculino e o feminino e de se rediscutir a política feminista no cenário das identidades em constante deslize. Enfatiza a importância de se pensar de maneira articulada a intersecção das variáveis de gênero e raça para atender demandas específicas e potencializar a construção de uma sociedade multirracial e pluricultural.

**PALAVRAS CHAVE:** Feminismo, racismo, identidade.

**ABSTRACT:** The article discusses the problems between equality and difference, focusing on the need to shake binary positions for male and female and to revisit feminist politics in the scenario of identities in constant slip. It emphasizes the importance of taking a comprehensive approach to the intersection of gender and race variables to meet specific demands and enhance the construction of a multiracial and multicultural society.

**KEYWORDS:** Feminism, racism, identity.

O presente artigo aborda a tensão entre igualdade e diferença, enfocando o binômio homem-mulher e a problemática utilização do próprio termo “mulheres” como algo que designe uma identidade comum, analisando suas implicações no campo das reivindicações políticas. Visa, com isso, a contribuir para as reflexões sobre a necessidade de se abalar posições fixas e binárias estabelecidas para o masculino e o feminino, a fim de reconhecer que, em um cenário de identidades

em constante deslize, a diferença e a igualdade são mais complexas e imbricadas do que a estrutura maniqueísta propõe.

O artigo enfatiza, portanto, a importância de se rediscutir a política feminista para que sejam reconhecidas especificidades e diferenças dentro de uma aparente igualdade ou unidade de grupo, isto é, para que seja possível discernir idiossincrasias e necessidades distintas dentro de um mesmo grupo, de forma a ampliar as possibilidades de atender demandas diversas.

No que se refere à busca pela igualdade, cabe pontuar que o movimento feminista se cindiu em duas linhas principais, a partir, principalmente, dos anos 20, na Europa. De acordo com Toscano<sup>1</sup>, figuravam, de um lado, as mulheres que faziam de sua luta algo isolado do conjunto social, tomando como bandeira principal a questão sufragista e, de outro, as mulheres socialistas, que acreditavam que somente uma revolução, capaz de transformar a sociedade como um todo, possibilitaria uma mudança mais significativa na posição social da mulher. O início do movimento feminista como um todo reclamava para as mulheres uma existência pautada na igualdade em relação aos homens. As reivindicações buscavam basicamente o direito ao voto e ao trabalho remunerado. O parâmetro de vida a ser atingido era o masculino, o que o mantinha como superior, como ideal.

Segundo Oliveira, a partir dos anos 70, a reivindicação feminina toma novos caminhos, passando a anunciar que as mulheres não são inferiores aos homens, mas também não são iguais a eles e que as diferenças não traduzem desvantagens para elas.<sup>2</sup> Assim, a ideia da busca pela igualdade foi sendo deslocada e o masculino enquanto referência questionado.

Nessa linha, propõe Drucilla Cornell um duplo trabalho, que se constitui tanto em evitar a cumplicidade com a sociedade patriarcal, que tem o referencial masculino como padrão, como em romper com a afirmação de uma identidade sexual, uma vez que sustentar a existência da diferença sexual opositiva é corroborar para manter o feminino na posição secundária ou subordinada. Para a autora, propor direitos para as mulheres a partir dos direitos dos homens, ou somente reclamar por direitos iguais, é não enfrentar a questão da maternidade e seus impactos no mundo do trabalho, ignorando, repudiando e mantendo invisíveis as especificidades das mulheres. Assumir o homem como norma é estabelecer a hierarquia de gênero e manter as mulheres em estado de “negligência”, no qual o feminino é

---

<sup>1</sup> TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.22).

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Rosyska Darcy de. *Elogio da diferença: o feminino emergente*. São Paulo: brasiliense, 1999, p.71.

“ignorado, repudiado e limitado por estereótipos”. Assim, ao invés de direitos iguais, a autora propõe a “equivalência de direitos”, como alternativa para reconhecer categorias de direitos que não estariam contempladas na ideia dos direitos iguais.<sup>3</sup>

A questão da ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres em posição de igualdade com os homens enfrenta o que Cornell chama de *mommy track*, isto é, a opção pela maternidade, que, muitas vezes, faz com que as empresas relembram às mulheres cargos mais baixos, tendo em vista a lógica opositiva entre os sexos, que não reconhece as diferenças entre pelo menos dois grupos de trabalhadoras: aquelas que precisam de agendas flexíveis e as que priorizam a carreira profissional.<sup>4</sup>

Nesse sentido, atentar para as diferenças entre as mulheres seria, de acordo com Joan Scott, “o verdadeiro sentido da igualdade”.<sup>5</sup> Conforme explica Rodrigues, para Scott, a oposição binária entre mulheres e homens é convencional e escamoteia as diferenças existentes entre as próprias mulheres, forjando uma identidade para a categoria mulher e tornando invisíveis as diferenças existentes dentro de cada grupo. A autora insiste nas diferenças, recusando-se a opor igualdade e diferença, argumentando que o contrário de igualdade não é diferença, mas desigualdade. Assim, pensar em termos de igualdade seria escamotear as diferenças existentes em cada grupo, ao passo que pensar em termos somente de diferença significaria ignorar a igualdade existente entre homens e mulheres. Frente a essa tensão entre a defesa da igualdade de direitos e o reconhecimento das diferenças, Scott propõe que se recusem construções dicotômicas:

Caso opte por uma igualdade, se é forçado a aceitar a ideia de que a diferença é antitética. Caso se opte pela diferença, admite-se que a igualdade é inatingível. Feministas não podem desistir da “diferença”, que é a ferramenta de análise mais criativa que temos. Mas também não podemos desistir da “igualdade”, pelo menos enquanto quisermos dialogar com os princípios e valores de nosso sistema político.<sup>6</sup>

Dessa maneira, desconstruindo os binômios igualdade/diferença e homem/mulher e percebendo que as duas oposições se permeiam, podendo se afastar ou se aproximar de

---

<sup>3</sup> RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120.

<sup>4</sup> *Idem*, p.122.

<sup>5</sup> SCOTT *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120.

<sup>6</sup> SCOTT *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p.115.

maneira contínua, é possível refutar a crítica que vê a defesa das especificidades das mulheres como retorno ao essencialismo - que manteve as mulheres em posição de subordinação, por considerar as diferenças sexuais como biológicas e naturais – pois, considerando que as identidades não são fixas, mas contingentes, não há lugar para o essencialismo.

É justamente a partir da ideia de identidades não fixas que Derrida vai trabalhar, entendendo que fixar a mulher em um lugar seria uma maneira de classificação, de categorização, de estereotipização e, portanto, de violência. As reivindicações do movimento feminista para criar lugares para as mulheres nas instituições, como mercado de trabalho, política e universidade, constituíram um feminismo importante, mas incompleto, o reverso de determinar um lugar para as mulheres em casa. “Por que seria necessário que houvesse um lugar para a mulher? E por que um só, essencial?” Esta é a pergunta de Derrida que Rodrigues vai buscar em *Choréographies – entrevista com Christie V. McDonald* publicada no livro *Point de Suspension* (1992).<sup>7</sup>

Ainda conforme análise da pesquisadora, Derrida opta por pensar as mulheres como um “indecidível”, possibilitando uma dança entre lugares que se deslocam e afirmando que a recusa em estabelecer um lugar para a mulher não é um pensamento feminista nem antifeminista, mas uma linha de tensão e de significação possível, desorganizando posições binárias sem ter que instituir um terceiro termo. O filósofo estaria criticando o feminismo como posição invertida do falocentrismo e o inscreve no campo do “não-lugar”, do “indecidível”, abrindo à mulher a possibilidade de sair da tradição que o senso comum atribui à feminilidade, para significar-se.<sup>8</sup>

Mas, a inscrição do feminismo no campo do “não-lugar” pode ir contra o desejo de muitas feministas em atribuir uma identidade à mulher, já que procuram a inversão do esquema hierárquico entre homens e mulheres para garantir às mulheres a ocupação em lugares dos quais sempre estiveram excluídas. O que Rodrigues entende com as noções de “não-lugar” e de “indecidível” é que ao invés de se determinar que o lugar das mulheres não é em casa, mas no mercado do trabalho ou nas universidades, o que também constituiria uma

---

<sup>7</sup> Derrida *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p. 28.

<sup>8</sup> Derrida *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p. 29.

violência contra elas, seja aberta a possibilidade de identificação, de deslocamento, que escapa do conceito fixo de identidade. Fixar-se em identidades seria fixar-se no esquema hierárquico que se pretende combater. Por isso, o pensamento da desconstrução propõe sempre esse trabalho duplo e simultâneo: de inversão e deslocamento.<sup>9</sup>

Quanto ao esvaziamento das reivindicações políticas baseadas na identidade, é possível pensar de acordo com essa lógica da inversão e deslocamento. A inversão se faria presente como forma de determinar uma identidade que represente as mulheres. Porém, somente a inversão do esquema masculino como reivindicação identitária não seria suficiente para reclamar as especificidades das mulheres, motivo pelo qual deve vir acompanhada de um movimento simultâneo de deslocamento, que permita novas formas de identificação e de significação.

Para Judith Butler, entretanto, é possível haver política sem que se construa uma identidade fixa ou um sujeito fixo a ser representado. Butler problematiza, ainda, que a teoria e a militância feministas tenham se baseado no termo “mulheres” como algo que signifique uma identidade comum. Entende que o sujeito “mulher” não é uma premissa. Por isso, critica a necessidade de a política feminista de se fundamentar numa base fixa e totalizante. Segundo a autora, o termo “mulheres” é uma categoria “produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação.”<sup>10</sup>

No livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler desconstrói a premissa em que se baseava a teoria feminista de que o sexo é natural e o gênero é culturalmente construído. Segundo Butler, a frase famosa de Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” sugere que o gênero é culturalmente construído, mas não há nada nessa afirmação que garanta que o ser que se torna mulher seja necessariamente uma fêmea.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, 118-120, p. 30.

<sup>10</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.19.

<sup>11</sup> *Idem*, p.27.

Realmente, Beauvoir não problematiza essa questão do ser que se torna mulher ser fêmea ou não. Mas no conjunto de sua obra, é possível verificar que a autora parte dessa premissa, quando afirma, por exemplo, que:

A biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana.<sup>12</sup>

Na passagem acima, Beauvoir associa claramente a mulher à fêmea humana, sugerindo que a realidade histórica que revestiu a fêmea humana colocou a mulher na posição do “outro”. Assim, parte da premissa de que esse ser que se torna mulher e o “outro” é fêmea. O que a autora vai questionar são as maneiras através das quais a fêmea pode definir as possibilidades de se tornar “mulher”, pois “a mulher não é uma realidade imóvel, mas um vir a ser”<sup>13</sup> e, por isso, não estaria condenada para sempre à submissão.

Beauvoir trabalha, assim, com o binômio sexo/gênero, apesar de não utilizar esse conceito, afirmando que os dados biológicos desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano e que o corpo é um dos elementos essenciais da sua situação no mundo, mas que não constitui um destino imutável para elas, não bastando para definir uma hierarquia de sexos ou para condená-las para sempre à condição de subordinadas: “A consciência que a *mulher* adquire de si mesma não é definida unicamente pela *sexualidade*”<sup>14</sup> porque a biologia tem que ser esclarecida a partir “de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico”<sup>15</sup> e, portanto, de um processo histórico e cultural.

Na passagem acima, aparece mais uma vez o sexo como origem do gênero, isto é, a premissa de que o ser que dá origem à mulher seja fêmea. Importa esclarecer, entretanto, que, apesar de o pensamento de Beauvoir se pautar na oposição sexo/gênero, esse binômio não foi instituído por ela<sup>16</sup>. Foi com Gayle Rubin que o conceito de gênero passou a se

---

<sup>12</sup> BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 1, p.57.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>16</sup> O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. O psicanalista dizia que o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa “acabada”, *gendered*, como homem ou mulher. (PISCITELLI, Adriana.

difundir amplamente, a partir da publicação do ensaio *O tráfico das mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, de 1975, no qual a autora introduz o conceito de gênero no debate sobre as causas de opressão da mulher. Segundo Piscitelli, Rubin elabora o conceito sistema sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” e se questiona sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres: “a passagem da fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”.<sup>17</sup> Nessa formulação, a cultura se sobrepõe à natureza, pois a natureza fornece “dados” sobre os quais se sobrepõem as influências sociais. No mesmo sentido, explica Nicholson, que para Rubin, o biológico seria a base sobre a qual se constituem os significados culturais. Assim, no mesmo momento que a influência do biológico é minada, ela é invocada.

Conforme interpretação de Piscitelli sobre Rubin, a subordinação das mulheres seria o produto das relações por meio das quais as convenções da sexualidade se produzem e se mantêm, o que leva a autora a pensar na necessidade de estudar cada sociedade para verificar os mecanismos geradores dessas convenções. Baseando-se em argumentos de Lévi-Strauss sobre as pré-condições necessárias para a operação dos sistemas de casamento, Rubin propõe que o parentesco seria o criador do gênero, com formas específicas que variam através das culturas, instaurando a diferença, a oposição e exacerbando, culturalmente, as diferenças biológicas entre os sexos. O parentesco inauguraria a interdependência entre homens e mulheres e a regulação social da sexualidade. O gênero seria, assim, um imperativo da cultura, opondo homens e mulheres através do parentesco.<sup>18</sup>

O trabalho de Rubin é relevante porque colocou o sistema sexo/gênero como uma alternativa ao patriarcado<sup>19</sup>, pois esse sistema indica que a opressão não é inevitável, mas é

---

"Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.)

<sup>17</sup> PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p.8.

<sup>18</sup> RUBIN apud PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p.9.

<sup>19</sup> Segundo Piscitelli, o pensamento feminista procurou no patriarcado a ideia de uma origem para a opressão das mulheres, que viria sendo atualizada até a organização da sociedade contemporânea. Porém, a utilização do termo fora dos contextos históricos específicos dificultava a compreensão das relações sociais que originavam as várias formas de discriminação. O conceito passou a ser quase vazio de conteúdo, já que transhistórico e

produto das relações sociais. Porém, Rubin pensa em termos de universais, recorrendo à totalidade dos sistemas culturais - e não a recortes parciais - e trabalha com dualismos como sexo/gênero, natureza/cultura, o que se tornou alvo das críticas feministas posteriores, por não levar em consideração as reivindicações internas do movimento, formuladas por mulheres negras, lésbicas ou da classe trabalhadora, por exemplo.

De acordo com Nicholson, seguindo a linha de pensamento de Rubin, o sexo ainda tinha um papel importante: “o de provedor do lugar do gênero”.<sup>20</sup> Esse feminismo que se ancorou na distinção sexo/gênero foi importante para desafiar o determinismo biológico, enfatizando as profundas diferenças nas experiências culturais dos homens e das mulheres. Entretanto, o pensamento binário não consegue captar o nível de desvio das normas de gênero existentes, acabando por reforçar estereótipos em relação às experiências masculinas e femininas.

A origem desse pensamento binário tem raízes no combate ao sexismo. Nicholson explica que por causa da ideia de imutabilidade gerada pelo conceito de “sexo”, as feministas do final dos anos 60 começaram a utilizar a noção de constituição social do caráter humano para enfraquecer esse conceito. Por isso, ampliaram a noção de gênero, que era utilizada na distinção entre fenômenos codificados em termos de “masculino” e “feminino”, passando a se referir às diferenças entre homens e mulheres relacionadas com a personalidade e o comportamento. Elas aceitaram a existência de características biológicas distintivas entre homens e mulheres, mas entenderam que muitas das diferenças eram construídas socialmente.<sup>21</sup>

Assim, o conceito de “gênero” veio para suplementar o conceito de “sexo” e não para substituí-lo. Entretanto, o conceito de “sexo” parecia essencial para elaborar o próprio conceito de “gênero”, como se um decorresse do outro. Daí surgiu o que Nicholson chama de “fundacionalismo biológico” ou feminismo radical, que inclui elementos do construcionismo social, mas que entende que gênero provém do “sexo”, insistindo nas semelhanças entre as mulheres e suas diferenças em relação aos homens. De acordo com

---

transgeográfico, sendo essencializante e limitador, ancorando suas bases na diferença física, que é intransponível. Foi importante, inicialmente, para demonstrar que a subordinação da mulher não é natural.

<sup>20</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.11.

<sup>21</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.2.

Rodrigues, tal perspectiva também é questionada por Judith Butler, que discute essa ideia de que gênero decorre do sexo, bem como a arbitrariedade dessa distinção. Chama a atenção, ainda, sobre o fato de a teoria feminista não ter problematizado outro vínculo considerado natural, o de gênero e desejo.<sup>22</sup>

Ora, esse feminismo fundacionalista ou da diferença em relação aos homens passou a ser o feminismo da uniformidade em relação às mulheres, que, embora permitisse pensar nas diferenças entre as mulheres, não pensava nessas diferenças como interseção, tendendo a colocar as diferenças que marcavam as mulheres desprivilegiadas socialmente de maneira negativa.

Por se basear em uma “espécie de noção ‘porta-casacos’ da identidade, em que o corpo é visto como um tipo de cabide de pé sobre o qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos à personalidade e ao comportamento”<sup>23</sup>, esse pensamento binário, que Nicholson chama de “fundacionalismo biológico”, permite que os dados da biologia coexistam com os aspectos da personalidade e do comportamento, trazendo a noção de que as constantes da natureza são responsáveis por certas constantes sociais, mas que tais constantes podem ser modificadas.

Nesse sentido, o “fundacionalismo biológico” difere-se do “determinismo biológico” porque inclui algum tipo de construcionismo social. Mesmo para a posição feminista mais antiga que trabalha com o par binário sexo/ gênero e que considera sexo como algo independente de gênero, a própria utilização do termo gênero permite a inclusão de algum elemento social na constituição do caráter, reconhecendo o mínimo de contribuição social na distinção masculino/feminino.

Para Nicholson, enquanto o “determinismo biológico”<sup>24</sup> pensa em termos de igualdade entre mulheres e diferenças entre homens e mulheres, que não são afetadas por variantes culturais, o “fundacionalismo biológico” permite o reconhecimento de diferenças entre as mulheres, relacionando a biologia, a personalidade e comportamento.

---

<sup>22</sup> BUTLER *apud* RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2005, p. 180.

<sup>23</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.12.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 16.

Porém, tal posição do “fundacionalismo biológico” é limitada, já que leva a pensar nas diferenças entre as mulheres mais como uma coexistência do que como interseção com as variáveis de raça ou classe, por exemplo. O gênero acaba sendo pensado como representativo do que as mulheres têm em comum e os aspectos de raça e classe como indicativos do que ela tem de diferente, obscurecendo a possibilidade de se pensar que o que há de comum entre as mulheres possa estar entrelaçado com o que há de diferente.<sup>25</sup>

Essa noção de identidade como “porta-casacos”, além de obstar a compreensão das diferenças entre as mulheres, não problematiza as diferenças entre homens e em relação ao que pode ser considerado homem ou mulher. Assim, para Nicholson, o feminismo precisa abandonar tanto o “determinismo biológico” como o “fundacionalismo biológico”.

Por isso, a autora propõe que procuremos não apenas o que é socialmente compartilhado, mas também em que lugar esses padrões falham. Ela sugere a substituição da proposta feminista baseada no termo “mulheres” por propostas sobre mulheres em contextos específicos, defendendo que a política feminista não precisa que a palavra “mulher” tenha um sentido definido. Sugere que o conceito mulher seja pensado ao lado do conceito de jogo, entre semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse sentido, o corpo também se torna uma “variável historicamente específica, cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis”.<sup>26</sup>

A autora refuta a noção de gênero como o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado, para adotar o termo “gênero” como referia qualquer construção social que tenha a ver com a distinção entre masculino e feminino, sem deixar de lado as construções que separam os próprios corpos masculino e feminino, já que a sociedade também forma as maneiras pelas quais o corpo aparece. Por esse motivo, o sexo não pode ser visto separadamente do gênero, mas como algo que possa ser “subsumido pelo gênero”.

<sup>27</sup> O corpo, por sua vez, passa a ser entendido como uma “variável” e não mais como uma “constante” capaz de fundamentar as distinções binárias entre masculino e feminino.<sup>28</sup> A

---

<sup>25</sup> *Idem*, p. 6.

<sup>26</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.27.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 7.

“identidade sexual”, centrada num eu masculino ou feminino precisamente diferenciado e enraizada num corpo também diferenciado, passou a ser problematizada.<sup>29</sup>

Joan Scott também entende o termo gênero de maneira ampliada, afirmando que “o gênero é a organização social da diferença sexual”.<sup>30</sup> Dessa forma, o gênero não necessariamente reflete ou reproduz diferenças fixas e naturais entre mulheres e homens, pois ele é o conhecimento que adquirimos para estabelecer significados para diferenças corporais. Se as diferenças sexuais só podem ser percebidas através desse nosso conhecimento sobre o corpo, que não é puro, mas inserido em contextos discursivos, o gênero não reflete necessariamente diferenças naturais.

Nesse sentido, Judith Butler também pontua que o sexo não é natural, mas é discursivo e cultural como o gênero e que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”.<sup>31</sup>

Dentro dessa linha de pensamento, Nicholson reconhece que o feminismo da diferença foi importante em um momento da história para revelar e combater o sexismo. Todavia, não podia erradicar as diferenças entre as mulheres. Assim, a despeito das críticas sobre a impossibilidade de se fazer política feminista sem usar a categoria “mulher” e sem partir do pressuposto de que há critérios comuns para designar essa categoria, conferindo a ela um sentido definido, Nicholson defende a mobilização em torno de uma “política de coalizão”, isto é, de grupos de interesses claramente definidos em busca de benefícios mútuos. Essa política seria a união daquelas que querem trabalhar pelos direitos e necessidades das mulheres, sem que esse conceito seja tomado em um sentido específico ou consensual, já que as propostas sobre as “mulheres” devem surgir de lugares específicos na história e na cultura, refletindo esses contextos.<sup>32</sup>

Cabe aproximar o pensamento de Nicholson do de Judith Butler, aproximando também o conceito de “políticas de coalizão”, de Nicholson, do de “unidades provisórias”,

---

<sup>29</sup> *Idem*, p.13.

<sup>30</sup> SCOTT, Joan W. *Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism*. *Feminist Studies*, v. 14, n. 1, 1988, p. 2.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. Florianópolis: **Estudos Feministas**, 2005, p. 180.

<sup>32</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.29.

de Butler, que pode ser entendido como uma aglutinação de identidades que “podem ganhar vida e se dissolver”<sup>33</sup>, através de processos políticos em que ocorre a identificação, a aglutinação de identidades, com produção de engajamento, ainda que provisoriamente. Isso afasta a ideia de identidades fixas. Segundo Butler:

É tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui.<sup>34</sup>

Butler também desconstrói o binômio sexo/gênero apoiado no par natureza/cultura, em que o sexo seria o natural e o gênero o cultural. Para a autora, o problema desse binômio é que, nesse caso, não a biologia, mas “a cultura se torna o destino”.<sup>35</sup> Ao contrário do que defendiam as teorias feministas elaboradas para explicar a subordinação universal da mulher, que entendiam o gênero como “atributo” de pessoa, Butler o vê como um fenômeno “inconstante e contextual”, que denota um “ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”.<sup>36</sup>

Segundo Piscitelli, Butler confronta as conceitualizações que estabelecem identidades fixas e que consideram o sexo como “dado”, desafiando o seu caráter imutável. O gênero não deveria ser entendido simplesmente como inscrição cultural sobre um sexo “dado”, mas deveria significar o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada, ou o sexo “natural” também são produzidos como pré-discursivos. Butler propõe que a dualidade sexual tenha sido produzida através de discursos científicos, ancorados em bases biológicas presentes nas primeiras formulações de gênero. Sustenta que essa produção disciplinar do gênero gera falsas estabilizações acerca da construção heterossexual, a fim de regular a sexualidade dentro do domínio reprodutivo. As construções de gênero sempre coerentes ocultam as discontinuidades de gênero que ocorrem quando o gênero não decorre do sexo ou quando o desejo e a sexualidade não o seguem.<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.81.

<sup>34</sup> BUTLER, Judith.. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.23.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>37</sup> BUTLER *apud* PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p.13.

Assim, o gênero seria a “estilização repetida do corpo”, através de um conjunto de atos e gestos reiterados que produzem a aparência de uma substância, de “uma espécie de ser natural”. Mas esses atos e gestos seriam “performáticos”, no sentido em que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções sustentadas através de signos corporais e de outros meios. O gênero seria um ato “intencional” e “performático”.<sup>38</sup>

Nessa perspectiva de Butler, o gênero está constantemente em interseção com outras modalidades de identidades construídas discursivamente, como raciais, étnicas ou de classe, motivo pelo qual é impossível separá-lo das interseções políticas e culturais nas quais é produzido. Butler contrapõe, assim, a ideia de “fluidez” de gênero à de “fixidez” ou, em outras palavras, contrapõe as múltiplas configurações através das quais o poder opera em contextos históricos e culturais específicos à noção de subordinação universal das mulheres.

Donna Haraway também problematiza o binômio sexo/gênero, alegando que enquanto o gênero foi revestido pela ideia de construção social, o sexo e a natureza não foram historicizados, o que manteve a noção de identidades essenciais como “mulher” e “homem”.<sup>39</sup> Com isso, a categoria gênero acaba subordinando todas as outras, como raça, classe, nacionalidade, sexo, corpo e natureza. Para a autora, a categoria gênero só adquiriria maior poder explicativo e político se historicizasse as outras categorias.

Buscando romper com as noções de identidades essenciais, Judith Butler propõe que o movimento feminista não mais use a categoria “mulher” como sujeito uno na sua tarefa de emancipação de direitos. A autora define o sujeito do feminismo como “imprevisível” e “indeterminado”<sup>40</sup>, aproximando seu pensamento do de Derrida, para quem o sujeito do feminismo passa a ser o “indecidível”.

Para Butler, isso não significa o esvaziamento da representação política feminista e a liquidação do sujeito mulher. Muito pelo contrário, desconstruir o sujeito feminino é um movimento de emancipação, de libertação do termo para múltiplas significações, desligando-o “das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar em que

---

<sup>38</sup> *Idem*, p.15-16.

<sup>39</sup> HARAWAY apud PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p. 15.

<sup>40</sup> BUTLER, Judith.. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p.23.

significados não antecipados possam emergir” .<sup>41</sup> Somente assim, o termo pode se abrir para novas ressignificações e designar diferenças que não estejam delimitadas por uma categoria identitária.

A política representativa realizada a partir da categoria “mulher” deve ser conciliada com a aceitação da existência de fragmentações e rupturas identitárias. Segundo a autora, “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada” .<sup>42</sup>

De acordo com a leitura de Rodrigues sobre Butler, as identidades não fixas são construídas constantemente através de processos políticos em que a identificação se dá, provocando tomadas de posição. <sup>43</sup>Nessa lógica, a identidade do sujeito feminino é constituída a partir de um jogo de forças dentro de um campo de poder que, para afirmar o seu fundamento, restringe o sujeito feminino às ontologias maternais e a uma série de significações. Portanto, a identidade do sujeito feminino não pode ser o fundamento da política feminista, já que é resultado desse jogo de forças políticas que atuam em um campo de poder. Segundo a autora:

A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulher” não for presumido em parte alguma. <sup>44</sup>

Ainda conforme Rodrigues, Butler se aproxima do pensamento de Derrida sobre *differance* e sobre o signo, quando diz que não há uma identidade de gênero “por trás” das expressões de gênero e que a identidade é “performativamente constituída” .<sup>45</sup> Tal conclusão é semelhante ao que Derrida diz sobre o signo, propondo que não há significado “por trás” do significante, e que o sentido é efeito produzido por uma cadeia de significantes.

---

<sup>41</sup> *Idem*, p. 24.

<sup>42</sup> *Idem*, p. 213.

<sup>43</sup> RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.81.

<sup>44</sup> BUTLER, Judith.. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998, p.23.

<sup>45</sup> BUTLER *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.180.

A identidade não seria, assim, algo em si, mas se manifestaria em um regime de diferenças, em um jogo de referências, de acordo com a noção de *differance*, de Derrida, de que nada é em si mesmo e tudo existe em um processo de diferenciação:

Não é nenhuma diferença particular ou qualquer tipo privilegiado de diferença, mas sim uma diferencialidade primeira em função da qual tudo o que se dá só se dá, necessariamente, em um regime de diferenças (e, portanto, de relação com a alteridade).<sup>46</sup>

Diante disso, a proposta de Butler seria deixar de lado o termo “mulher” e a prisão da “unidade” identitária, para possibilitar outras ações concretas, baseadas no que ela denominou “unidades provisórias”, mais fragmentárias e menos coerentes, surgidas através de identidades que “podem ganhar vida e se dissolver.” Isso porque, segundo a autora, exigir sujeitos estáveis para fazer política é estabelecer um pressuposto fixo a uma realidade instável. Assim, a noção unitária de mulher e identidade genérica feminina deve ser substituída “por conceitos de identidade social que são plurais e de constituição complexa, e nos quais o gênero seria somente um traço relevante entre outros”.<sup>47</sup>

Portanto, para Butler, aceitar as divergências e fragmentações também é parte de um processo político, já que a “unidade” e a ideia de “mulheres” como sujeito é restritiva e paradoxal, pois limita em categorias os sujeitos para pretender depois libertá-los. Os objetivos feministas devem ampliar suas reivindicações de representação, ao invés de excluir as diferenças que aparecem dentro dessas “unidades”.

Cabe aqui explicitar que concordamos que a noção universalista de mulher e de identidade genérica feminina escamoteia as diferenças e especificidades existentes dentro de uma suposta unidade, mas cumpre ressaltar que entendemos ser necessário traçar perspectivas que gerem a solidariedade entre mulheres, reconhecendo as diferenças, mas enfatizando também o que há em comum entre elas, a fim de não inviabilizar a prática política.

Nesse sentido, nos afastamos das discussões desconstrutivistas sobre gênero, que foram fundamentais para desnaturalizar a subordinação das mulheres, analisando as tecnologias de poder, mas que, conforme, Piscitelli, transformaram o gênero, muitas vezes,

---

<sup>46</sup> DERRIDA *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.180.

<sup>47</sup> BUTLER *apud* RODRIGUES, Carla. *Coreografias do feminino*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2009, p.181.

em masculinidade, negando qualquer tipo de essência à mulher e que dificultaram a prática política por enfatizar demais as diferenças.<sup>48</sup>

Acreditamos, assim, ser necessário repensar a categoria mulher e endossamos a nova formulação de Nicholson, já citada anteriormente, que traz uma ideia de mulher sempre atenta ao contexto histórico, que não tem sentido definido, e que funciona como “uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas.” Não se trataria de “mulheres nas sociedades patriarcais” ou mulheres como tais”, mas de “mulheres em contextos específicos”.<sup>49</sup> Isso possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre as mulheres, de semelhanças e de pontos de interseção, o que possibilitaria a prática política, através das políticas de coalizão. Seria uma forma de tornar compatíveis as críticas ao essencialismo com o projeto político feminista.

No entanto, entendemos que Butler, quando fala em “unidades provisórias” também está pensando em uma forma de tornar viável a prática política feminista e que, a despeito do abandono do termo “mulher”, estaria deixando também aberta a possibilidade para se recriar a categoria “mulher” em contextos históricos e culturais específicos, de acordo com as demandas que fossem surgindo, sem precisar restringir a política feminista “às mulheres”.

O que parece importar é, portanto, abandonar a noção de identidades fixas, para dar lugar à noção de identificação em termos de interseção de categorias, identificação essa que pode ser fluida, a fim de permitir mobilizações políticas, que podem nascer e se desfazer constantemente, em torno de demandas comuns, em contextos históricos e culturais específicos.

Traçadas as devidas considerações sobre a importância de se pensar, de um lado, em termos de identidades fluidas e, de outro, em termos de identidade como termo aglutinador, através de “unidades provisórias” ou de “políticas de coalizão”, importa enfatizar a interseção entre categorias para potencializar a luta por demandas mais específicas, facilitando as políticas inclusivas. Assim, passemos a analisar de maneira articulada as variáveis de raça e

---

<sup>48</sup> PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p. 21.

<sup>49</sup> PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48), p. 21.

gênero, a fim de desenvolver algumas reflexões sobre as formas de exclusão geradas duplamente por esses eixos de opressão.

De acordo com Sueli Carneiro, a intersecção das variáveis de gênero, raça e classe é fundamental para a “construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, em que a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade”<sup>50</sup>, isto é, em que a diferença seja vista sem hierarquia.

Por outro lado, também é necessário evitar a diluição das identidades no universal e reconhecer especificidades e diferenças dentro de uma aparente igualdade ou unidade de grupo. Em outras palavras, trata-se de tentar discernir idiosincrasias e necessidades distintas dentro de um mesmo grupo, de forma a ampliar a possibilidade de atender demandas diversas. Por isso, dentro do grupo “mulheres”, importa direcionar um olhar mais específico para as necessidades das mulheres negras.

No Brasil, o intercuro sexual entre negros, indígenas e brancos parece ser, conforme a autora, o primeiro indicativo da tolerância racial, fortalecendo o mito da democracia racial e escamoteando o estupro colonial realizado pelos senhores contra as negras e indígenas, que foi convertido, através das narrativas da nacionalidade, em “um romance” .<sup>51</sup>

De acordo com Lélia Gonzalez, o racismo articulado ao sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra, que tem, na sociedade brasileira, uma dupla imagem projetada: a de mulata, hipersexualizada, e a de doméstica, ligada aos afazeres da casa; sem falar na figura da mãe-preta<sup>52</sup>. Lélia constata que a construção das duas figuras veio a partir da figura da mucama, palavra que no *Aurélio* aparece, principalmente, como “a moça de

---

<sup>50</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Asboka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.)*. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p.4.

<sup>51</sup> CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011.

<sup>52</sup> Quanto à figura da mãe-preta, para Lélia, ela não seria a traidora da raça, mas a responsável por passar os valores que lhe diziam respeito aos filhos dos brancos, cuja língua é o “pretuguês”, colocando o r no lugar do l (marca de um idioma africano em que o l não existe), cortando o erres dos infinitivos verbais, condensando o você em cê, o está em tá, ou na adoção da palavra bunda (que provém do quimbundo) In GONZALEZ, Lélia, 1984, p. 238.

estimação”, como aquela que auxiliava nos serviços da casa. Entre parênteses, no entanto, o dicionário traz a origem do termo em quimbundo, que significa “amásia escrava”.<sup>53</sup>

Segundo a autora, não seria por acaso que no *Aurélio*, a outra função da mucama está entre parênteses, pois deve ser cotidianamente ocultada e recalcada. Essa função aparece de forma exaltada no carnaval, momento em que a sociedade hegemônica exerce sua violência simbólica de forma mais forte sobre a mulher negra, por causa do “endeusamento carnavalesco”, que reforça o mito da democracia racial, pois, no seu curto reinado, a mulher negra é retirada da marginalidade para se transformar em sinônimo da alegria e de sensualidade, para depois voltar, cessado o carnaval, para o seu cotidiano de trabalho doméstico, em que se transfigura no lado oposto ao da exaltação.<sup>54</sup>

Importa assinalar que apesar das muitas mudanças, especialmente na legislação, desde a década de 1980, quando Lélia Gonzalez escreveu seu diagnóstico, a situação da mulher negra, seu desprestígio social e a violência – simbólica ou efetiva – sobre seu corpo, frequentemente cometida, não teve grande alteração.

A mulher negra tem, portanto, uma experiência histórica diferenciada do discurso clássico sobre a opressão da mulher. De acordo com Sueli Carneiro, o mito da fragilidade feminina que justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres não se aplica ou nunca se aplicou às mulheres negras, porque nunca foram tratadas como frágeis e nunca reconheceram a si mesmas nesse mito. Essas mulheres, que compõem um contingente provavelmente majoritário na população feminina brasileira, trabalharam durante séculos como lavadeiras, prostitutas, quituteiras ou vendedoras e não entenderam nada quando “as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar”.<sup>55</sup>

A origem branca e ocidental do feminismo acabou estabelecendo sua “hegemonia na equação das diferenças de gênero”, gerando duas dificuldades principais para as mulheres negras. De um lado, fortaleceu o mito da democracia racial, ao universalizar os valores de

---

<sup>53</sup> GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984, p. 223-244, p.224.

<sup>54</sup> *Idem*, p. 228-230.

<sup>55</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Asboka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.)*. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 1.

uma cultura particular para o conjunto de mulheres, e, de outro, revelou seu distanciamento da realidade vivida pela mulher negra.<sup>56</sup>

Assim, para Carneiro, afirmar um feminismo negro, no contexto de sociedades racistas, visa superar não só a histórica hegemonia masculina, mas também, as ideologias complementares desse sistema de opressão, como o racismo, instaurador da inferioridade dos segmentos negros, em geral, e das mulheres negras, mais acentuadamente, atuando como eixo de divisão na luta das mulheres por causa dos privilégios estabelecidos para as mulheres brancas. A integração da luta do movimento negro com a luta do movimento das mulheres, articulando as variáveis de raça, classe e gênero, enegreceria, de um lado, as reivindicações das mulheres, para representar grande parte das mulheres brasileiras e feminizaria, de outro, as reivindicações do movimento negro. Isso significa analisar o impacto do racismo sobre as relações de gênero, para melhor formular políticas públicas inclusivas.

Nesse sentido, atenção especial deve ser dada a algumas questões, como o tratamento das doenças de maior incidência sobre a população negra, como a predisposição biológica para a hipertensão arterial, que, durante a gravidez, propicia considerável número de óbitos entre mulheres negras. Carneiro chama atenção para o fato de que também deve ser combatida a discriminação racial nos hospitais e maternidades. Segundo pesquisa feita pela FioCruz e a prefeitura do Rio de Janeiro, entre 1999 e 2001, verificou-se que o cuidado com as parturientes negras é consideravelmente menor do que com as brancas, de mesma classe social e nível de escolaridade, como, por exemplo, em relação à analgesia de parto, em que 11,1 % das mulheres negras não receberam anestésico, para 5,1% das mulheres brancas.<sup>57</sup>

Além disso, há evidências de que as mulheres negras têm mais propensão a desenvolver miomas uterinos do que as brancas e que a atenção dada às brancas em relação aos miomas é diferenciada. As negras recebem muito mais indicações de retirada do útero, o que se configura numa técnica de esterilização, ao lado da ligadura de trompas. Verifica-se, com isso, o controle da população negra, ou a atuação das tecnologias do biopoder, por meio das quais o Estado exercitará o seu direito de matar ou de “deixar morrer”, conforme afirma Carneiro a partir da reflexão de Michel Foucault, em *Em defesa da sociedade*. O controle sobre

---

<sup>56</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>57</sup> CARNEIRO, Sueli. *Ser ou Não-Ser: dispositivo da racialidade no Brasil*, Manuscrito no prelo, 2010, p. 14.

o gênero feminino negro ocorre, principalmente, por meio do “deixar morrer” ou sobre o controle da capacidade reprodutiva.<sup>58</sup>

Os mecanismos de seleção no mercado de trabalho, que exigem boa aparência, baseados no modelo estético da mulher branca e, sendo a negra a “antimusa”, deixam a mulher negra em situação desfavorável em relação à mulher branca. Segundo Carneiro, em estudos realizados em 1999, as mulheres negras, quando empregadas, ganham em média metade do que as brancas e quatro vezes menos do que os homens brancos. O rendimento nacional médio entre negros e brancos no Brasil se distribui da seguinte forma: o homem branco ganha 6,3 salários mínimos; a mulher branca 3,6; o homem negro 2,9; a mulher negra 1,7. A mulher negra representa, portanto, o ápice da exclusão social (CARNEIRO, 2010, p. 14).

Ainda de acordo com Carneiro, a desigualdade de raça e gênero é verificada também na quantidade de anos de estudo que as mulheres negras precisam para ingressar no setor formal. Enquanto as mulheres brancas necessitam de cinco anos a mais de estudos do que os homens para ter a mesma probabilidade de arranjar emprego no setor formal, as mulheres negras necessitam de quatro a sete anos de estudo para competir com as brancas, ou seja, elas precisam de mais quatro de instrução, isto é, oito a onze anos de estudo.<sup>59</sup>

Nessa conjugação do racismo com o sexismo, a mulher negra sofre uma espécie de “asfixia social” que configura o “matriarcado da miséria”<sup>60</sup> e que, segundo a declaração Pró-Conferência de Racismo<sup>61</sup>, se manifesta no rebaixamento da sua autoestima, na redução da sua expectativa de vida em cinco anos em relação às mulheres brancas, em um menor índice de casamentos e no confinamento em ocupações de menor prestígio e remuneração.<sup>62</sup>

Compreender o impacto da interseção entre racismo e sexismo é deixar de lado o olhar

---

<sup>58</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>59</sup> CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011, p.101.

<sup>60</sup> Essa expressão é do poeta nordestino negro Arnaldo Xavier e indica a experiência histórica das mulheres negras marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição. Indica, ainda, que, apesar disso, conservaram o seu papel de resistência e liderança nas comunidades miseráveis do Brasil. In Carneiro, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*, São Paulo: Editora Selo negro, 2011, p. 130.

<sup>61</sup> Essa declaração foi realizada em uma reunião, em setembro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, de 13 organizações de mulheres negras brasileiras para deliberar sobre a participação das mulheres negras na II Conferência Mundial contra o racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em agosto Durban, em 2001. In CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. Op., Cit.*, p. 127.

<sup>62</sup> CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Editora: Selo Negro Coleção: Consciência em Debate: 2011, p.128.

tradicional ocidental sobre as necessidades universais das mulheres, cujas brancas eram o protótipo hegemônico, a fim de possibilitar reivindicações políticas mais específicas para as necessidades da mulher negra. Isso implica romper com os eufemismos e silêncios que mascaram as desigualdades raciais em geral e em particular, para a mulher negra.

O objetivo final é dar atenção às diferenças, sem essencializá-las, por um lado, mas sem deixar que se diluam na perspectiva universalizante, por outro. Somente através dessa perspectiva, atendendo às diferenças, sem transformá-las em inferioridades, será possível transpor as categorias de raça e gênero, para vislumbrar novas oportunidades para além delas. Nesse esteio, concluímos com Sueli Carneiro:

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além da sua condição de raça e gênero. Esse é o sentido final dessa luta.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Orgs.). Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p.4.

## Cartas ao órgão de censura, na década de 1970: uma análise a partir das categorias de recepção e gênero

Letters to the censorship body, in the 1970s: an analysis from the categories of reception and gender

Thiago de Sales Silva  
Mestrando em História Social  
Universidade Federal do Ceará  
[thiago.sales7@gmail.com](mailto:thiago.sales7@gmail.com)

Recebido em: 17/06/2015  
Aprovado em: 17/08/2015

**RESUMO:** O presente artigo se propõe a analisar o período da Ditadura Militar pós-64 no Brasil, lançando um olhar sobre o advento da televisão como veículo de comunicação de massa e sua relação com um público que se constituía como telespectador naquele momento. Analisando um conjunto de cartas encaminhadas ao órgão de censura, a *Divisão de Censura e Diversões Públicas* (DCDP), que integrava o aparato repressor do regime, buscamos compreender o processo de recepção à televisão e, mais particularmente, às telenovelas por parte dos missivistas, em articulação com a categoria de gênero. Tais correspondências, todas elas datadas dos anos de 1970, enviadas por pais e mães de família, entidades cívicas e grupos religiosos, evidenciam uma forte preocupação dos missivistas com relação às questões relativas à moral e aos “bons costumes” nos conteúdos abordados pelas telenovelas exibidas na época. Debruçamos-nos sobre o modo como as noções de feminino e masculino se tornaram objeto de preocupação, por parte da audiência, tendo em vista modelos de comportamento e conduta apresentados nas narrativas televisivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Censura, Recepção, Gênero.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the period of the military dictatorship in Brazil post-64, casting a glance at the advent of television as a mass communication medium and its relationship to an audience that was constituted as viewer at that time. Analyzing a set of letters sent to the censorship agency, the *Divisão de Censura e Diversões Públicas* (DCDP), which incorporated the repressive apparatus of the regime, we seek to understand the process of receiving television and, more particularly, to soap operas by the letter writers, in conjunction with the category of gender. Such matches, all dating from the 1970s, sent by fathers and mothers, civic organizations and religious groups, show a strong concern of the writers on the issues relating to morality and "good manners" in the content covered by the displayed soap operas in season. Worked through us on the way of feminine and masculine notions have become the object of concern on the part of the audience, with a view models of behavior and conduct presented in television narratives.

**KEYWORDS:** Censorship, Reception, Gender.

A primeira edição do periódico *Folha de São Paulo* daquele ano estampava, em sua matéria de capa, um trecho da fala do então presidente, recentemente empossado<sup>1</sup>: “Médici: 1970, ano do desenvolvimento”. Em um pronunciamento transmitido para uma cadeia de rádio e televisão, em virtude da mensagem de final de ano dirigida ao país, Médici convocava toda a nação a colaborar ativamente com o processo de desenvolvimento que se daria a partir dali. Afirmando buscar alcançar a “estabilidade política, assim como a econômica e social”, o terceiro general presidente pós-64 defendeu ainda “levar impacto a áreas estagnadas, expandir o mercado interno, abrir novas fronteiras comerciais”, assegurando um desenvolvimento “estável e duradouro”.<sup>2</sup>

O período econômico que se iniciava ficou conhecido pela historiografia como “milagre econômico”, no qual os índices de crescimento alcançaram números elevados. O Produto Interno Bruto (PIB) impressionava, chegando a 9,5% já em 1970; 11,3%, em 1971; 10,4%, em 1972; 11,4%, em 1973.<sup>3</sup> Setores como indústria automobilística, eletrodomésticos e construção civil ganharam dinamismo, além da ampliação das comunicações, com suporte garantido pelo Estado. Analisando tais dados, Reis destaca que clima gestado pelo governo era de uma “incontida euforia desenvolvimentista”.<sup>4</sup>

Neste momento de forte incentivo estatal na ampliação e solidificação dos meios de comunicação de massa, a televisão se torna um veículo necessário dentro do processo de integração da nação. Para tanto, a popularização e difusão de aparelhos receptores nos lares brasileiros era crucial, atingindo um maior número de espectadores e descaracterizando a TV como um meio essencialmente elitista. Somente vinte anos após a implementação dos primeiros sinais transmissores via rede tal premissa tornou-se possível, no início da década de 1970. A transmissão da Copa do Mundo de Futebol, sediada no México, em 1970, a

---

<sup>1</sup> O General do Exército Emílio Garrastazu Médici tomou posse à presidência, por decisão de uma junta militar, em 30 de outubro de 1969, substituindo o General Costa e Silva, afastado do cargo em virtude de um derrame cerebral.

<sup>2</sup> Folha de São Paulo, 01/01/1970.

<sup>3</sup> Números apresentados por Daniel Aarão Reis. Ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.p. 79.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*, p. 81.

primeira televisionada no Brasil até então, foi um marco nesse sentido e inaugura esse processo, levando milhares de telespectadores para frente dos televisores para acompanhar o país que vencia em campo e parecia vencer economicamente. Alavancada pelo discurso do “Pra frente, Brasil”, uma imagem da nação forte e promissora passava a ser construída também pela TV, baseada em um repertório discursivo de otimismo e desenvolvimento elaborado pelos ideólogos do regime militar e transmitida em rede nacional.

Ao final da década de 1970, mais precisamente quatorze anos após o golpe, segundo constatou Sérgio Caparelli, já existiam 113 concessões para o funcionamento de emissoras, tendo 82 já em operação e cerca de 11 milhões de aparelhos receptores espalhados pelo país<sup>5</sup>. O público transformava-se em telespectador e, gradativamente, passava a dominar a gramática das narrativas televisivas que se estabeleciam como hegemônicas. Assim, a visualidade eletrônica passou a fazer parte constitutiva da visibilidade cultural, abrindo novos espaços e tempos para uma nova era do sensível.<sup>6</sup>

As telenovelas são um tipo de produção televisiva que surge em meados dos anos de 1960 no Brasil, com formato diário, em emissoras como TV Tupi, TV Excelsior e Rede Globo<sup>7</sup>. No entanto, apenas na década seguinte, amparadas por investimentos, mas também pressões estatais<sup>8</sup>, as obras televisivas passam por um processo de modernização de sua linguagem, conferindo novo perfil de narrativa para essas produções, tornando-as ainda mais próximas de seu público. A partir de então, juntamente com a própria consolidação da indústria televisiva no país, com a *Rede Globo* à frente neste processo, “as novelas passaram a ocupar a posição de um dos programas mais populares e lucrativos da televisão brasileira.”<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3. Ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 39.

<sup>6</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. 2. Ed. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004, p. 19.

<sup>7</sup> Já na década de 1950 a televisão brasileira exibiu telenovelas, mas seguiam padrões derivados do rádio e do teatro, com episódios exibidos duas ou três vezes por semana, com cerca de 20 minutos. Ver: PIQUEIRA, Maurício Tintori. *Entre o entretenimento e a crítica social: a telenovela moderna da Rede Globo de Televisão e a formação de uma nova identidade nacional (1965-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. 183 p.

<sup>8</sup> Segundo Ana Paula Goulart e Igor Sacramento, a estratégia de “elevar o nível” respondia a “pressões feitas pelo governo, pela imprensa e por setores conservadores da sociedade, mas também para aumentar o seu prestígio diante do público intelectualizado.” Ver: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: GOULART, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. (orgs). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 124.

<sup>9</sup> HAMBURGUER, Esther. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005, p.30.

Com produções que possuíam em média cerca de 150 episódios, neste momento as telenovelas se consolidam na grade de programação da *TV Globo* e ocupam horários fixos ao longo da semana, às seis, sete, oito e dez horas da noite. Estruturação basicamente mantida até hoje.

Apesar das telenovelas serem um elemento fundamental para a popularização da TV, o número de casas brasileiras com aparelhos receptores possui um crescimento tímido nas primeiras décadas após a chegada dos televisores no país. Conforme aponta Esther Hamburger, “a distribuição de aparelhos no território nacional acompanhou o crescimento urbano: em 1960, dez anos após a inauguração da TV [...] apenas 4,6% dos domicílios brasileiros possuíam um aparelho, esse número subiu para 22,8% em 1970.”<sup>10</sup> Além desse dado, cabe destacar que os sinais de emissão eram transmitidos por torres, estabelecendo uma centralização a partir das grandes cidades e regiões metropolitanas. Somente nos anos de 1980 é inaugurada no Brasil a rede de satélites pela *Embratel*<sup>11</sup>, levando o sinal a ter uma abrangência nacional.<sup>12</sup>

Desse modo, nosso objetivo neste artigo é refletir sobre como se deu a relação entre um público receptor e este gênero televisivo com exibição diária, em articulação com a categoria de gênero. Para isso, analisaremos uma série de cartas encaminhadas ao órgão de censura, que tecem comentários, críticas e elogios sobre o trabalho da censura e as programações televisivas da época. Tal documentação pertence ao acervo do *Arquivo Nacional*, sediado em Brasília, e compõe o fundo DCDP, identificada pela subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”. Constituída basicamente por correspondências, enviadas por homens e mulheres, associações cívicas, grupos religiosos de bairro, associações de moradores e entidades diversas, os documentos dessa subsérie nos permitem inferir acerca

---

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *O Brasil antenado: a sociedade da novela*, p. 22.

<sup>11</sup> Segundo PEREIRA FILHO, o “Sistema Nacional de Telecomunicações deveria formar um complexo de troncos e redes através dos quais se operariam os seguintes serviços: telefonia, telegrafia, difusão de sons e imagens, transmissão de dados, *fac-simile*, telecomando e radiodeterminação.” Ver: PEREIRA FILHO, José Eduardo. A EMBRATEL: da era da intervenção ao tempo da competição. In: *Revista de Sociologia e Política*. n° 18, Curitiba, junho de 2012.

<sup>12</sup> ALMEIDA, Heloísa Buarque de. *Telenovela, consumo e gênero: “muitas mais coisas”*. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 31

do modo como uma parcela da sociedade se posicionou sobre temas relacionados à moral e aos “bons costumes”, em um momento de popularização da televisão no país.

Nossa proposta, a partir da análise das correspondências, é pensar que elementos orientavam a relação dos missivistas com a TV. Que atravessamentos mediavam emissão e recepção, implicados na escrita desses sujeitos? É possível eleger um elemento em comum, que motivava o envio de cartas ao órgão de censura? Nesse sentido, como se configurava o processo de recepção à televisão por parte dos missivistas, percebido a partir dessa documentação? Que modelos femininos e masculinos foram questionados como desviantes, através dessas críticas à TV? Na tentativa de responder essas questões, nos propomos a estabelecer um diálogo com sociólogos e estudiosos que vem há algum tempo refletindo sobre a possibilidade de pensar a recepção como um campo necessário para entender as interações entre as audiências e artefatos culturais televisivos. Distanciando-se de abordagens teóricas que consideravam a televisão um meio meramente manipulador, Martín-Barbero questiona a “centralidade atribuída ao texto-rei e à mensagem entendida como lugar de verdade de que circularia na comunicação”.<sup>13</sup> Defendendo, assim, o caráter ativo da recepção, no qual os indivíduos se apropriam e negociam constantemente com os meios, Barbero afirma que as concepções anteriores sobre o tema versavam que entre “emissores-dominantes e receptores-dominados, nenhuma sedução, nem resistência, só a passividade do consumo e a alienação decifrada na imanência de uma mensagem-texto nunca atravessada por conflitos e contradições, muito menos por lutas.”<sup>14</sup> Tentaremos, pois, nos debruçar sobre as formas de apropriação das mensagens pelos sujeitos que escreviam as cartas, considerando seu lugar social e o contexto de defesa de determinados valores por parte dos discursos fundamentados no ideário do regime. As contribuições de Chartier são fundamentais nesta análise, na medida em que perceber a construção de sentidos através do ato de ver TV, levando em consideração, ao mesmo tempo, o tornar-se telespectador, significa não ignorar os efeitos produzidos pelos dispositivos de produção das programações televisivas.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> MARTÍN-BARBERO, Jesús.. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 7. Ed. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. p. 293.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, p. 281-282.

<sup>15</sup> O estudo de Roger Chartier se pauta na história da leitura, a partir de um olhar sobre a complexidade das formas de ler. Nos utilizamos de sua proposta metodológica, adequando, no entanto, para nosso objeto, no

Entendidas por nós também como textos, as narrativas televisivas carregam consigo sentidos passíveis de apropriação por parte de quem as interpreta, neste caso, a audiência. Conforme lembra Chartier, “nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende de formas com as quais ele chega ao seu leitor.”<sup>16</sup> Assim, analisar essa relação implica refletir acerca de três pontos destacados pelo historiador francês: o próprio texto, o objeto que comunica o texto e ato que o apreende. Trazendo para nossa pesquisa, os campos em discussão são as narrativas das telenovelas, o objeto de emissão de sua mensagem: a televisão e o processo de interpretação ativa das audiências.

Os documentos os quais nos propomos analisar são uma pequena parcela de um total de 200 cartas que constituem o acervo do fundo DCDP. Dentre reclames, denúncias, sugestões, elogios ou críticas, os temas abordados pelos missivistas abrangem, sobretudo, o campo de jurisdição do órgão de censura, ou seja, assuntos relacionados a peças teatrais, filmes em exibição nos cinemas, peças publicitárias e programas de TV. A DCDP se tornou bastante conhecida do público em geral, no decorrer dos anos de 1970, muito em virtude da obrigação de exibição dos certificados de censura em cinemas e programas de TV. Conforme afirma Carlos Fico, “era possível saber de sua existência, do nome de seus diretores e do jargão utilizado pela repartição pública.”<sup>17</sup>

A escrita epistolar pressupõe um destinatário, implica em uma interlocução. Neste caso, o presidente, o ministro da justiça, o diretor da Polícia Federal ou diretamente o órgão de censura assumiam esse papel, constituindo-se como autoridades competentes para lidar com os supostos abusos cometidos pela TV. Característica própria da natureza documental das cartas, o “encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o ‘outro’ a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário.”<sup>18</sup> A

---

caso, as narrativas televisivas. Ver: CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. 4. Ed. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 1. Ed. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 220.

<sup>17</sup> FICO, Carlos. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar. In: *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ. n. 5, set. 2002, p. 268.

<sup>18</sup> GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 19.

preservação desses registros é, portanto, transferida à DCDP, após serem encaminhados, oriundos de destinatários distintos. Para esta análise, selecionamos especificamente aquelas correspondências em que a televisão e as telenovelas apareciam como objetos problemáticos.

Uma preocupação que de modo geral perpassa e até motiva a escrita destas correspondências é a questão da moral e sua exibição na televisão. Nesse sentido, analisamos cartas enviadas por entidades, grupos religiosos ou associações, mas também manifestações individuais. Nosso objetivo não é apreender essas cartas como um reflexo da realidade do pensamento da sociedade brasileira daquele momento, de modo algum. Mas entendê-las como expressivas acerca de uma parcela de sujeitos interessados em contribuir de algum modo com o regime, através das denúncias, ou simplesmente tecendo suas críticas como telespectadores. Assim, nos debruçaremos também sobre pequenos detalhes: A quem se dirigem? De onde escrevem? Como se identificam? Situar o lugar social dessas escritas, sejam provenientes de uma articulação coletiva ou apenas individual, nos ajudará a dimensionar que mediações estão envolvidas nessa relação dos espectadores com as mensagens televisivas. Malatian, analisando a possibilidade de uso de fontes epistolares no trabalho do historiador, a partir do diálogo com Bourdieu, concorda que

As cartas fazem parte de e expressam habitus, ou seja, comportamentos, regidos por valores próprios de uma dada época ou grupo social no qual se inserem ações individuais, num jogo entre indivíduo e contexto que constitui a dimensão da individualidade. [...] Nesse universo aparentemente caótico da experiência humana, o habitus, enquanto disposições incorporadas para sentir, pensar e agir, permite o ordenamento e a unificação de práticas, ações, comportamentos e representações que convergem para a compreensão do eu, da identidade do sujeito, mas também de uma dada sociedade na qual o indivíduo se movimenta.<sup>19</sup>

Em documentos como estes, apreendemos quem eram esses sujeitos, a que círculos relacionais pertenciam e como atribuem significados ao momento em que vivem. A escrita de si sugere posicionamento frente à própria vida, naquilo que lhe é mais caro, pois dialoga com as práticas cotidianas e com as sensibilidades. Configurando-se como campo de estudos pela história, a escrita de si abrange diferentes tipologias de fonte, ligadas à produção autoreferencial, sejam elas autobiografias, diários, correspondências, fotografias, cartões-

---

<sup>19</sup> MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 201.

postais. Conforme afirma Gomes, toda a documentação referente à “produção do eu” é marcada pela busca de um efeito de verdade, “que se exprime pela pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões ‘íntimas e profundas’ do indivíduo que assume sua autoria.”<sup>20</sup> De todo modo, o exercício da crítica do historiador sobre a natureza desses registros se pauta na ótica assumida por seus autores e na forma como eles as expressam. Assim, o que importa não se trata em “dizer o que houve”, mas “de dizer o que o autor diz que viu, sentiu, experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.”<sup>21</sup>

Em uma carta enviada em 02 de Agosto de 1970, pela Congregação Mariana de São Gonçalo, localizada na capital paulista, endereçada ao Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o grupo religioso solicita uma tomada de providências sobre determinadas novelas exibidas na época, tais como “Assim na Terra como no Céu”, “Irmãos Coragem” e “Simplesmente Maria”<sup>22</sup>. Alegando que essas produções atingem a “honorabilidade do sacerdote e apresentam exemplos destrutivos da família e da moral.” Alertando ainda sobre a questão da juventude no país, escrevem:

Quando o govêrno se preocupa em dar uma formação moral e cívica séria, aos estudantes de todos os níveis, como fator importantíssimo na preservação dos valôres morais da Nação, parece-nos que tais novelas penetrando nos lares, vão destruir todo esse esforço e tôda a boa intenção governamental.

Não se contentam os inimigos da Pátria e da Religião em se servir do cinema nacional sobretudo, mas vendo a inércia de muitos homens de boa formação e de responsabilidade no setor público, sentem-se estimulados na sua audácia.

Julgamos muito importante, se o governo deseja de fato preservar os valôres morais, uma ação mais enérgica nas televisões, e uma escolha mais cuidadosa dos censores.<sup>23</sup>

Assinada por membros dessa congregação católica, esta missiva destaca uma preocupação muito comum nos debates da época sobre a inserção da televisão nos lares: sua

---

<sup>20</sup> GOMES. *Escrita de si, escrita da História*, p. 14-15

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Escrita de si, escrita da História*, p. 15.

<sup>22</sup> “Assim na Terra como no Céu”, de Dias Gomes, exibida às 22 horas, na Globo; “Irmãos Coragem”, de Janete Clair, que estreou no horário das 20 horas, também na Globo; “Simplesmente Maria”, de Célia Alcântara, com adaptação de Benedito Ruy Barbosa, que foi ao ar às 20 horas pela TV Tupi. Os três títulos estrearam no ano de 1970.

<sup>23</sup> Carta ao ministro da justiça, de 02 de agosto de 1970, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

ameaça às famílias. Os estudantes aparecem como o alvo central de tal ameaça, além da religião, a partir do desrespeito com a figura do padre, por exemplo. Além disso, a escolha dos censores se torna passível de suspeita, pois, ao que parece, sua atuação não tem sido eficiente o bastante.

Não se pode perder de vista que no ano anterior ao da escrita desta carta, se instalava nos currículos escolares como obrigatória em todo o Ensino Básico a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC)<sup>24</sup>. Uma tentativa do *Ministério da Educação* em reforçar os símbolos nacionais, o amor à pátria e o civismo, ancorados em princípios religiosos, temas estes que estavam na ordem do dia, no período. Os idealizadores da disciplina de EMC defendiam que seu currículo deveria se basear em práticas educativas, abrangendo, assim, atividades “de ordem física, artística, cívica, moral e religiosa [...], com a formação de hábitos correspondentes.”<sup>25</sup> As justificativas que sustentam tal perspectiva apontam para a difusão da “família moderna”, que afastaria “o jovem – ou a nação – do caminho moral e cívico.”<sup>26</sup> Nesse sentido, os assuntos abordados nas telenovelas, segundo transparece na correspondência, parecem ir à contramão no que diz respeito à formação dos jovens comprometidos com sua nação, como pretendia o regime e os discursos que o legitimavam.

Diante das solicitações apontadas acima, o *Ministério da Justiça* responde através do Processo de nº 28.311/70, apontando os motivos do envio da então correspondência como “meritórios”, no entanto, justifica que o “problema focalizado já está protegido e corretamente disciplinado na legislação ordinária, cabendo ao *Serviço de Censura e Diversões Públicas* (SCDP)[...] zelar pelo cumprimento das normas.” O processo destaca também que a

---

<sup>24</sup> A disciplina de Educação Moral e Cívica foi instituída por meio do decreto-lei nº 869/69, de 12 de Setembro de 1969. Segundo Juliana Miranda Filgueiras, a instalação da disciplina está diretamente ligada ao endurecimento do regime, após a implantação do Ato Institucional nº 5, tornando possível a concretização de um projeto educacional que já vinha tramitando desde meados dos anos de 1960. Ver: FILGUEIRAS, Juliana. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008, 211 p.

<sup>25</sup> BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Comissão de Ensino Primário e Médio (CEPM). Parecer nº 131/62, de 30 de julho de 1962.

<sup>26</sup> RIOS, Valesca Gomes & ALVES, Raquel da Silva. Modos de educação: a disciplina Moral e Cívica em seu currículo e na formação docente. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena (orgs). *As mobilizações do gênero pela Ditadura Militar brasileira (1964 – 1985)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. p. 65.

“legislação censitária” vem sendo estudada, objetivando sua atualização, adequando “às exigências da conjuntura nacional”<sup>27</sup>.

E, de fato, o órgão passava por mudanças internas significativas no começo dos anos de 1970. Ao longo do governo do General Emílio Garrastazu Médici o *Ministério da Justiça* passou a concentrar mais poderes, levando-o a repensar o funcionamento da censura. Kushnir aponta que até aquele momento, a estrutura do SCDP “foi sempre tacanha, comparada ao volume de material que recebia para analisar e emitir parecer.”<sup>28</sup> Assim, em 1972 o órgão passou a ser considerado como “divisão” (DCDP), se reestruturando e tornando-se mais orgânico. A operação que correspondia à censura prévia, por exemplo, era bastante custosa, devido ao elevado número de capítulos analisados, de todas as telenovelas, de diferentes emissoras, que iam ao ar. Segundo dados levantados por Fico, a média anual, entre os anos de 1972 e 1987, superava 2.000 capítulos para avaliação.<sup>29</sup>

Ainda sobre a televisão e sua função educativa, em carta enviada para o diretor da DCDP, Rogério Nunes, em 26 de setembro de 1978, a *União Cívica Feminina* (UCF) solicita um maior cuidado com as novelas exibidas pela emissora *Rede Globo*. Importante situar que esta entidade, criada em 1962 em São Paulo, representa o surgimento de inúmeros movimentos organizados por mulheres das classes médias e altas, no início daquela década, com o intuito de se posicionar contra o governo do então presidente João Goulart. A *União Cívica Feminina*, que congregava “esposas e amigas dos empresários e militares paulistanos”<sup>30</sup>, assim como outras organizações femininas no Rio de Janeiro, com a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), em Belo Horizonte, com a Liga da Mulher pela Democracia (Limde) e no Recife, com a Cruzada Democrática Feminina (CDF), defendiam que apenas uma intervenção militar poderia tirar o país das mãos de uma suposta ameaça comunista. Inclusive, essas organizações foram fundamentais nas articulações que levaram à criação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, sediadas em vários estados brasileiros às

---

<sup>27</sup> Ministério da Justiça, processo de nº 28.311/70, assinado pelo assessor José Rosa Filho, em 18 de Setembro de 1970. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>28</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 125.

<sup>29</sup> FICO. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar, p. 263.

<sup>30</sup> SISTINI, Dharana Pérola Ricardo. *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*. Dissertação (mestrado em história) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 34.

vésperas do golpe de 1964. Segundo Cordeiro, as mulheres que integravam esses grupos “se apresentavam publicamente como mães, esposas e donas de casa, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de [...] ‘revigorar princípios e ideias sempre defendidos no Brasil cristão e democrático.’”<sup>31</sup>

A *União Cívica Feminina* possui uma atuação contundente no que se refere à “defesa da moral” e isso fica ainda mais claro com o seu posicionamento na carta enviada à DCDP. Vale ressaltar que esta não foi a única correspondência enviada por esta organização ao órgão de censura, demonstrando seu permanente “estado de alerta” com os meios e mensagens que destoassem dos princípios cristãos com os quais se identificavam. Nesta missiva em particular, a UCF encaminha como anexo a cópia de uma carta enviada à própria Rede Globo, na qual discorre:

A União Cívica Feminina de Santos que congrega no seu corpo associativo centenas de mães de família, vem reiterar seu apelo a esta emissora, no sentido de moralizar as novelas de 18, 19 e 20 horas, protegendo assim a formação de nossas crianças.

Sabedoras que a rede Globo é a emissora de maior audiência na Baixada, causa-nos tristeza e revolta a pouca vigilância que é dada aos programas deste horário, tão assistido pelos jovens.<sup>32</sup>

Assinada pela então presidente da associação, Magdalena da Cunha Coelho, com um discurso marcando pelo forte apelo associativo das integrantes do movimento com de um tipo ideal de mulher: a mãe de família, senhora do lar. Tal estratégia retórica se apropria de delimitações de gênero, constituindo um jogo. Quanto a isso, Duarte nos ajuda a compreender tal recurso, afirmando que a “utilização de jogos ou performances de gênero [...] ao longo da história, é elemento importante para pensar a ação política de mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas”.<sup>33</sup> Atentar para essa relação é compreender como tal grupo de mulheres se utiliza de elementos culturalmente associados à noção de feminilidade, como a maternidade, o cuidado com o lar

---

<sup>31</sup> CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 43 e 44.

<sup>32</sup> Carta ao diretor do órgão de censura, de 26 de setembro de 1978, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>33</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012. p. 194.

e a defesa da família como justificativa de suas reivindicações no campo político. A noção de gênero enquanto performativa, desenvolvida pela filósofa Judith Butler, denuncia a fragilidade da concepção de identidades estáveis, defendendo, ao contrário, que o gênero “é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma *repetição estilizada de atos*.”<sup>34</sup> Tais atos são internamente descontínuos, carregando consigo, segundo Butler, uma aparência de substância.

O estranhamento percebido na fala dos missivistas com relação ao novo tipo de difusão da informação proporcionado pela televisão evidencia um pouco o quanto a adequação a nova mídia não foi imediata. A suspeita em torno da “má influência” dos conteúdos e programas exibidos, bem como sua “invasão” aos lares brasileiros, através dos aparelhos receptores é constantemente evocada, como em uma correspondência datada de agosto de 1971, enviada da capital carioca e endereçada ao então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, na qual se chama atenção ao “frontal desrespeito de certos programas de televisão que continua invadindo acintosamente os nossos lares, sem nenhum impecilio [sic] por parte da censura.”<sup>35</sup> Foco de preocupações recorrentes, jovens e crianças aparecem como elementos motivadores da escrita de tais cartas, nas quais a televisão é apontada como problemática para a formação do “futuro da nação” e na “manutenção da ordem”.

Vale destacar que esse conjunto de cartas de modo algum é representativo do total da sociedade civil da época, pelo contrário. Devemos levar em consideração que muitos missivistas eram os próprios autores de seus reclames, em um país com uma larga taxa de analfabetismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na década de 1970, cerca de 33,6% da população brasileira, com a faixa etária acima de 15 anos, era analfabeta.<sup>36</sup> Sem falar que no início desta mesma década, mesmo após a inauguração das transmissões em rede nacional, o acesso a televisão ainda era difícil, se concentrando

---

<sup>34</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 3 Ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 200.

<sup>35</sup> Carta ao Ministro da Justiça, enviada em 05 de agosto de 1971. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>36</sup> Informações consultadas pelo link, acessado no dia 11/03/2015, às 11 horas: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=CD101&t=taxa-analfabetismo-pessoas-15-anos-mais>

basicamente entre os habitantes das grandes cidades brasileiras. Os autores e autoras dessas cartas devem ser encarados como uma parcela da sociedade disposta a se colocar ao lado do regime, demonstrando seu apoio e exigindo o recrudescimento na atuação da censura, de modo mais específico, ou dando sugestões sobre o modo de proceder em determinados casos. Como na correspondência de uma senhora, sem data ou local, na qual aponta que “deveriam fazer um estudo sobre a serie de novelas que, pelo que parece, ficam a cargo de gente da pior espécie”, afirmando ainda que “pelo visto ainda não se encontrou uma pessoa respeitável e decente para conduzir o ‘script’”.<sup>37</sup>

Nessa perspectiva, pais e mães de família, como costumam se apresentar, incomodados com os rumos dados aos conteúdos abordados pela TV, sentem-se motivados a escrever para as autoridades competentes no sentido de colaborar de algum modo em defesa dos “bons costumes”, argumento corriqueiro entre os missivistas. Manifestações individuais que nos revelam fragmentos de cotidianos familiares, relacionados a um novo tipo de lazer que se consolidava nos lares brasileiros: assistir televisão. Programação para a família toda, novelas, filmes, telejornais e programas de auditório tornam-se presentes no convívio da casa, objetos de debate e admiração ou repúdio. O ato de ver TV em casa e a própria localização do aparelho, quase sempre na sala de estar, reforça esse caráter familiar do assistir, apontado claramente na correspondência de uma senhora, do Rio de Janeiro, identificada como mãe e “ex-aluna da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro”, que endereça seu reclame ao então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em novembro de 1972, alegando o seguinte:

Meu filho de sete anos, logo após realizados os deveres escolares, pouco antes de vinte horas, exige-me o entretenimento da televisão. E o que devo fazer? Ensina-se aos pais a não criarem situações conflitantes, na presença das crianças, e como então posso oferecer-lhe a televisão, neste horário, exatamente na hora em que todos os canais começam as novelas? Novelas através das quais, está se processando um hediondo e monstruoso crime no Brasil, visto que está se roubando, conspurcado e profanando a infância da criança, fazendo-a participar todos os dias, de situações conflitantes de adultos, destinadas ao entretenimento de adultos, e que portanto devem ser colocadas em horários adequados. Que não seja tirada ao pequenino, de maneira tão agressiva, a sua infância. No embate, em todas as épocas,

---

<sup>37</sup> Carta endereçada ao diretor do órgão de censura, não datada pelo remetente, porém com a data de registro pela instituição com o dia 16 de agosto de 1971. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

entre o adolescente e o adulto, na aceitação, repúdio ou imposição de valores, a infância jamais foi atingida. Não se deve permitir, macular agora, através da televisão, a pureza, a beleza e a delicadeza de um coração infantil. Não permitam as autoridades aqui ou alhures, que se cometa esta iniquidade, usando a televisão, como veículo para impingir adultérios, crimes e conflitos, (de adultos destinados à adultos), como aulas bem dadas, todos os dias, através de novelas mediócras, em pequeninas mentes em formação, totalmente suscetíveis

O horário de vinte às vinte e duas horas na televisão, é a hora da família, e deve ser compreendido como tal, considerando-se que não se pode fugir à realidade de que, neste horário, em todo território brasileiro, pais e filhos se reúnem em torno do aparelho.”<sup>38</sup>

O argumento da missivista se debruça reiteradamente sobre a questão da infância, lançando luz sobre o debate dos usos da TV, a partir de uma demanda que interpela as autoridades acerca da necessidade do papel da mídia como formadora, auxiliando na educação de jovens e crianças. Nesse caso particular, não só as telenovelas, mas também a própria televisão é alvo de críticas, justamente por seguir na contramão dessa perspectiva. Tal funcionalidade, para a missivista, está diretamente ligada aos horários e conteúdos exibidos. A defesa da apropriação familiar da mídia aparece também como justificativa para que se dê uma maior atenção ao assunto.

Conforme assinala Barbero, precisamos estar atentos a “gama de usos que não tem a ver unicamente com a quantidade de tempo dedicado, mas com o tipo de tempo, com o significado social deste tempo”.<sup>39</sup> Nesse sentido, vale atentar para o modo como o horário das 20 horas é eleito pela autora da correspondência como “a hora da família”, atribuindo a ele um valor, um momento único, em frente à TV, no dia-a-dia do lar. Cotidiano que começa a se consolidar entre as famílias de classe média, no qual a televisão assume papel importante como forma de lazer dos seus membros, telespectadores assíduos de uma programação que ainda se estruturava nas diferentes emissoras.

Outro aspecto relevante é a múltipla temporalidade dos fatos narrados nas cartas. Concordamos com Gomes, quando afirma que na escrita epistolar os “acontecimentos/personagens narrados experimentam tempos variados, que podem se

---

<sup>38</sup> Carta ao Ministro da Educação, de 8 de novembro de 1972. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>39</sup> MARTÍN-BARBERO. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, p. 303.

situar no passado, no presente ou no futuro.”<sup>40</sup> Neste caso, especificamente, essas camadas temporais se dimensionam através do olhar em retrospecto para o filho que, cotidianamente, após os deveres escolares, deseja ver TV; o presente, com as telenovelas que supostamente estaria “profanando a infância”; e o futuro, quando se atribui às autoridades o papel de encerrar esse tipo de prática. Os estratos temporais presentes nesta escrita situam seus autores, bem como as apreensões e anseios por eles esboçadas.

Tomadas por um discurso pautado na “moral cristã”, diversas correspondências exigem providências urgentes, demonstrando demasiada preocupação com as mídias de um modo geral. Além disso, o apreço pelo regime e seus governantes é claramente evidenciado, entre elogios e congratulações. O missivista do interior do Paraná, da cidade de Palmas, escreve, em carta datada de maio de 1972 endereçada ao então presidente Emilio Garrastazu Médici, com um “desejo incontido de agradecer”, em nome de sua família e “por todos os meus irmãos brasileiros, a oportuna e bendita revolução de 64,” declarando que:

Cinemas, revistas e televisão, parecem estar a serviço do maligno, procurando com suas apresentações eivadas de pornografia e erotismo, abalar na mais profunda de sua estrutura, o alicerce da família, oferecendo ao jovem de hoje, um cenceito [sic] de moral jamais imaginado no Brasil Cristão de nossos genitores. [...]

Dirigindo-me a V.Ex.<sup>a</sup>, faço-me portador dos rogos de milhares de pais patricios que, amargurados, observam o distilar [sic] diuturno do veneno insidioso a corromper as almas e os corações de seus filhos, daqueles mesmos filhos em quem depositaram todas as esperanças de vê-los um dia felizes, numa pátria igualmente feliz e moralmente engrandecida. <sup>41</sup>

Identificado apenas como “brasileiro cinquentenário” o autor desta missiva se dirige ao presidente em defesa da família, alertando, sobretudo, para o problema da pornografia. Kushnir, analisando brevemente o envio de cartas de civis às autoridades governamentais ao longo do regime, destaca que persistia “uma parcela da sociedade ainda desejosa de tutela, como também um governo interventor na seara pública e privada.” Assim, setores mais conservadores solicitavam que o “Estado ainda lhe dissesse o que ver”, os protegesse e “tirasse de seu mundo algo que lhe ficou como pornografia.”<sup>42</sup> O próprio Estado, na figura

---

<sup>40</sup> GOMES. *Escrita de si, escrita da História*, p. 20.

<sup>41</sup> Carta enviada ao presidente Emilio Garrastazu Médici, de 16 de maio de 1972. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>42</sup> KUSHNIR. *Cães de guarda*, p. 114.

do órgão de censura, assume esse caráter de tutela ao responder a grande maioria dessas cartas, agradecendo a colaboração e justificando possíveis falhas no processo de interdição às programações que atentassem contra os “bons costumes”.

Era um período marcado por profundas mudanças sociais, sobretudo no que diz respeito ao comportamento, na medida em que se difundiam entre os jovens, desde a década de 1960, noções de relacionamentos e sexualidade que destoavam da moral cristã, claramente defendida pelo regime militar. Mary Del Priore nos apresenta um pouco este cenário, afirmando que a

(...) música, literatura, cinema exibiam a intimidade dos casais, democratizando informações: “nos lençóis da cama... travesseiros pelo chão”, cantava Roberto Carlos. Revistas de grande tiragem exploravam questões sexuais, valorizando corpos idealizados, com uma mensagem: “sejam livres”, enquanto nos artigos de fundo seguia-se valorizando o sentimento e o amor. Já a publicidade erotizava comportamentos para vender qualquer produto. Tudo isso não seria possível sem o poder dos meios de comunicação modernos e uma cultura de massa capaz de difundir modelos e representações sexuais.<sup>43</sup>

A difusão de tais comportamentos se dava também pelo contato com movimentos e expressões culturais vindas de fora do país<sup>44</sup>, ampliando o debate acerca dos novos modelos de conjugalidade, o divórcio, a homossexualidade, a contracepção, além do ingresso da mulher no mercado de trabalho. Temas que estão presentes em novelas, filmes e séries de TV e passam a pautar o cotidiano dos telespectadores, categoria que cresce rapidamente ao longo da década de 1970. Tais modelos, se contrapondo ao ideal cristão, apresentam-se como problemáticos, na medida em que o próprio regime toma de empréstimo da moral religiosa determinadas cristalizações em torno das feminilidades e masculinidades<sup>45</sup>, fundamentadas

---

<sup>43</sup> PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011. p. 179.

<sup>44</sup> Conforme analisa Ridenti, “contra a ordem estabelecida [...], irromperam movimentos de protesto, resistência e mobilização política em todo planeta, especialmente no ano de 1968: do maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses ao massacre de estudantes no México; da Primavera de Praga às passeatas norte-americanas contra a guerra do Vietnã; do pacifismo dos hippies, passando pelo desafio existencial da contracultura – notadamente as experiências com as drogas, tidas na época como contestação à moral e aos padrões culturais burgueses –, até os grupos de luta armada, espalhados mundo afora.”. Ver: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 20.

<sup>45</sup> Duarte (2014), se referindo à Doutrina de Segurança Nacional, suas estratégias de ação e seus desdobramentos, afirma: “As bases do Poder Nacional dentro dessa expressão psicossocial seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais. Os valores que embasam os deveres a serem desenvolvidos em relação a esses três aspectos carregam forte sentido religioso, com conotação cristã.” Ver: DUARTE, Ana Rita Fonteles.

em um repertório de significados que se amparam na diferença biológica, naturalizando condutas e identidades. E é justamente tendo em vista essa premissa que se dá a relação entre o Estado e o controle de conteúdo das diversões públicas de um modo geral, conforme percebemos através das motivações que levam ao veto às mais diversas produções chanceladas pela *Divisão de Censura e Diversões Públicas* ao longo do tempo de sua vigência.

A análise destas correspondências à DCDP nos permite compreender o modo como esses telespectadores, em particular, jogam com a censura, como se colocam, estabelecendo, recorrentemente, uma distância daquilo que consideram impróprio. Na medida em que, segundo a grande maioria dos missivistas, deve ser censurado aquilo que não se é, ou seja, censura-se o outro, o imoral, o indesejável, aquele que desrespeita a instituição da família e a religião, o impatriótico, o corruptor da juventude, dentre outros modelos considerados desviantes. Dimensionando esse outro do discurso, demarca-se o “nós”, o sujeito disposto a colaborar, o “cidadão de bem”, o denunciante do “atentado aos bons costumes”. Uma parcela da sociedade que não só apoiava o funcionamento de órgãos da repressão como o próprio estabelecimento do regime, eleito como o redentor.

Os argumentos dos missivistas, em sua maioria fundamentados em uma ética moral, sobretudo, religiosa, produzem um reforço reiterativo no processo de significação de noções como feminino e masculino, na medida em que a possível descontinuidade em suas definições compreenderia a desestabilização dos princípios que sustentam a própria sociedade. Em outras palavras, a defesa da ordem e estabilidade do regime, através da crítica dirigida à televisão, é atravessada por concepções normalizadoras ou heteronormativas que regulam os limites entre os gêneros, baseadas na diferença sexual, ou seja, em fatores meramente biológicos. Segundo afirma a filósofa americana Judith Butler, “os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero.”<sup>46</sup> Assim, a ênfase no binarismo, potencializando a cristalização de identidades masculinas e femininas, produz um efeito de verdade que naturaliza comportamentos, gestos e condutas, atribuindo-lhes uma espécie de coesão aparente. Tais atos, entendidos como performativos de gênero,

---

Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura os escritos da Escola Superior de Guerra. In: *Revista Diálogos*, vol 18, nº 1, jan-abril de 2014. p. 82.

<sup>46</sup> BUTLER. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, p. 199.

são, portanto, “fragmentos de linguagem carregados historicamente do poder de investir um corpo como masculino ou como feminino, bem como sancionar os corpos que ameaçam a coerência do sistema sexo/gênero.”<sup>47</sup>

Estas frágeis classificações de gênero, que conferem atribuições específicas aos sujeitos masculinos e femininos, constituindo identidades, são, conforme alerta Preciado, ficções *somaticopolíticas* produzidas “por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam nossas potencialidades somáticas.”<sup>48</sup> Desse modo, a aparência de naturalidade da noção binária é na verdade fruto da reiteração técnica e discursiva sedimentada historicamente a serviço de uma lógica heteronormativa disseminada no campo da cultura. Concordamos com Scott quando afirma que o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Nesse sentido, a forma como o Estado se relaciona com o desvio da norma, bem como a própria sociedade civil, nos revela a relevância dada à manutenção de uma estrutura binária estável, asseguradora da vitalidade nacional. As relações de gênero, portanto, tornam-se parte do próprio significado de poder e pôr em questão ou transformar seus aspectos característicos ameaçaria o sistema inteiro. Conforme analisa Scott, debruçando-se sobre o caráter eminentemente político do gênero, a legitimação estatal em momentos de conflito assume formas diversas, desde o apelo explícito à virilidade, justificando determinados atos a partir da defesa de mulheres e crianças, consideradas mais vulneráveis, até as associações entre masculinidade e o poderio nacional, personificado pelos militares.<sup>49</sup>

A saúde do corpo social, ou da pátria como costuma ser enfatizado nas correspondências, aparece como algo a ser preservado, pois estaria diretamente relacionada com o bom funcionamento das instituições do país e sua efetiva manutenção. Tais prerrogativas são apropriadas, em certa medida, por um missivista que endereça um reclame

---

<sup>47</sup> PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 28.

<sup>48</sup> Tradução minha do original em espanhol. Ver: PRECIADO, Beatriz. *Texto Yoqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008. p. 89.

<sup>49</sup> SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez, 1955. p. 92.

ao comandante da Polícia Federal de São Paulo, em uma carta datada de agosto de 1975, na qual escreve:

Todos nós estamos estarecidos com a generalizada e profunda corrupção nos meios de comunicação social, em especial o cinema e a televisão. Ainda esta semana ouvimos declarações do Exmo Sr Presidente, Ernesto Geisel, sobre essa corrupção em todos os setores da vida nacional. Essa é a tática dos inimigos da Pátria, solapar a família, corromper a juventude, disseminar o amor livre, a prostituição e toda sorte de degradação do povo. Feito isto, nada mais precisa ser feito para se dominar um País.

Em especial venho pro [sic] meio desta solicitar de V. Excia providencias contra a TV Globo, por violar a Constituição Federal, levando ao ar novelas de cunho erótico e em especial a novela Escalada, sendo como já está demonstrado em outras novelas e programas orientação dessa emissora, mudar o modo de pensar de nosso povo, disseminando em seus programas várias ideias anti cristã, levianas e até anto científicas. [sic] [...] Essa novela Escalada, atenta contra o artigo 175 da Constituição que diz em seu §1º “o casamento indissolúvel”; e, essa novela prega a infidelidade conjugal, e novos casamentos, defendendo o egoísmo e de seus personagens [sic], dissolvendo duas famílias, e defendendo o amor livre. Ora essa novela com essa pregação, atinge a estabilidade da família, base da sociedade estável. [...]

Vários são os artigos da Constituição violados por essa emissora, concessionária de um bem publico, usado mal para corromper o povo. Artigo 153, §8º, que proíbe a exploração do sexo por qualquer meio, o artigo 174, §2º combinado com o artigo 154, que estabelece serem os meios de comunicação social reservados para o combate a corrupção e defesa da democracia. Havendo tantas leis, porque razão não são cumpridas e nem urgidas? [...] <sup>50</sup>

A apropriação feita acerca do tema da sexualidade pelo missivista, sobretudo contra a telenovela *Escalada*<sup>51</sup>, que possui exibição diária, nos possibilita inferir a sedimentação de uma relação conflituosa com a programação televisiva, especialmente pela notável preocupação com a soberania do país, frente aos opositores do regime, classificados como “inimigos”. Nesse sentido, o saudável estabelecimento da ordem passava, necessariamente,

---

<sup>50</sup> Carta enviada ao Departamento de Polícia Federal de São Paulo, de 1 de agosto de 1975. Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal, Seção “Administração Geral”, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil” Caixa 07.

<sup>51</sup> “Escalada”, novela de Lauro César Muniz, exibida às 20 horas, pela Rede Globo. O folhetim conta a história do jovem Antônio Dias, interpretado por Tarcísio Meira, que, após desilusões amorosas e financeiras, consegue se reerguer. A narrativa circunscreve três décadas, de 1940 a 1960, tocando em temas delicados para a censura, tais como o divórcio. Segundo consta no sítio [memoriaglobo.com](http://memoriaglobo.com), por imposição da Censura Federal, o nome do presidente Juscelino Kubitschek não podia ser mencionado pelos personagens, apenas da referência à construção de Brasília, trabalhada na trama. Ver: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/escalada/censura.htm>

pelo controle e vigilância das sexualidades e comportamentos considerados transgressores. Tal premissa corrobora claramente com o exercício censório da DCDP, evidenciado, o quanto “o poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político.”<sup>52</sup>

A noção de “amor livre”, ou seja, a prática sexual sem o casamento, era bastante corrente nesse período, de modo que a encontramos como justificativa de vetos e intervenções da censura em tramas novelescas e demais programações ligadas às diversões públicas. As liberdades sexuais vividas a partir das décadas de 1960/1970 ganhavam força nas representações construídas pela TV acerca da “nova mulher”, que tomava pílula anticoncepcional e se tornava mais independente economicamente, entrando em choque com o ideal de mulher da geração anterior, na qual a “boa esposa” é o “segredo imutável da felicidade conjugal, da harmonia no lar, da estabilidade do casamento (‘a verdadeira estrutura da sociedade’), da paz na família (‘o mais importante suporte do Estado’, ‘a base do esplendor de um povo moralmente sadio’)... e da ordem social com suas hierarquias estabelecidas.”<sup>53</sup>

As denúncias diretamente voltadas para a TV Globo estão para além das telenovelas, mas também séries, programas de humor e semanais como “Fantástico” eram alvo frequentes de crítica pela audiência. Não se pode perder de vista que antes mesmo da censura prévia, realizada pela DCDP, as emissoras recebiam recomendações sobre temáticas e determinados tipos de comportamentos a serem evitados<sup>54</sup>, incentivando um processo de autocensura entre autores e produtores. Contudo, nem sempre tal prerrogativa era atendida e, mesmo após passar pelo exame da censura, muitas cenas e diálogos que desafiavam os critérios da DCDP eram levados ao ar. O montante de cartas, sejam elas individuais ou coletivas, nos apresentam um pouco essa perspectiva, através dos reclames e do modo como elas são recepcionadas pelos técnicos da censura, os quais costumavam justificar tal deslize a partir das falhas na própria legislação, que tornava seus métodos de operação obsoletos diante da demanda de material avaliado pelo órgão.

---

<sup>52</sup> TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: *Cadernos Pagu*, Janeiro-junho de 2005, p. 148.

<sup>53</sup> PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, Joana Maria & Pinsky, Carla Bassanezi (org). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2012. p. 486.

<sup>54</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 95.

O jogo entre espectador e televisão, do nosso ponto de vista, merece ser entendido a partir de uma ótica na qual aquele que assiste as programações televisivas exerce um posicionamento ativo diante do que vê. Conforme defende Rancière, “o espectador também age”, ele “observa, selecciona, compara, interpreta.”<sup>55</sup> A problematização deste conjunto de cartas funciona aqui como um canal, uma passagem significativa, que nos possibilita perceber de que modo o processo de interpretação da audiência se efetiva, tendo em vista suas especificidades históricas. Aproximando-nos dessa perspectiva, consideramos, juntamente com Orozco, que a “apropriação das mensagens por parte dos receptores não é um resultado automático de sua exposição a elas, mas o produto resultante de negociações com a TV.”<sup>56</sup> As relações que se dão a partir daí, necessariamente, não são alienantes, mas, ao contrário, produtoras de sentido e crítica.

Desse modo, as cartas encaminhadas à censura, sejam de caráter individual ou coletivo, são frutos significativos de um período de desenvolvimento da indústria cultural no país, do estabelecimento da televisão como veículo de comunicação de massa, do surgimento das narrativas televisivas, em especial as telenovelas, como produtos comercialmente chave nas grades de programação das emissoras. Por isso, só podem ser historicamente apreendidas se levamos em consideração tais configurações conjunturais, sem as quais a escrita dessas correspondências não faria sentido ou, sequer, se tornaria possível.

---

<sup>55</sup> RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010. p.22.

<sup>56</sup> Traduzido por mim, do original em espanhol. Ver: OROZCO, Guillermo. Recepcion televisiva: tres aproximaciones y una razón para su estudio. In: *Cuadernos de Comunicacion y Practicas Sociales*, marzo de 1991. p. 23.

# Evidências de masculinidades na educação salesiana em Juazeiro do Norte – Ceará (1939-1942)

## Evidence of masculinities in salesian education in Juazeiro do Norte - Ceará (1939-1942)

**Cícero Edinaldo dos Santos**  
Doutorando em educação  
Universidade Federal do Ceará  
ciceroedinaldo@live.com

Recebido em: 16/06/2015

Aprovado em: 17/08/2015

**RESUMO:** Tem por objetivo investigar a Educação Salesiana em Juazeiro do Norte, Ceará, no período de 1939 a 1942, focalizando o contínuo processo de generificação dos padres-professores e jovens-alunos. Com o auxílio da desconstrução analítica e do conceito de masculinidade hegemônica, destaca a inter-relação das masculinidades no âmbito educacional, percebendo-as como categorias históricas, não-homogêneas, inerentes as relações de poder. Conclui que o “ser homem”, era legitimado a partir de normatizações do “fazer”. No Ginásio Salesiano, os padres-professores e os jovens alunos mantinham constantes trocas de vivências, legitimadas pelos discursos de uma masculinidade natural, embora ensinada, responsável pela manutenção e regulação da sociedade. A diferença de idades e as funções desempenhadas provocavam hierarquias nas inter-relações de gênero, reiteravam tipos de masculinidades heterogêneas e hegemônicas no cotidiano escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculinidades, Salesianos, Educação.

**ABSTRACT:** It aims to investigate the Salesian Education in Juazeiro do Norte, Ceará, for the period 1939-1942, focusing on the ongoing gendering process of teacher-priests and young-students. With the help of analytical deconstruction and the concept of hegemonic masculinity, it highlights the interrelationship of masculinities in the educational field, realizing them as historical categories, non-homogeneous, inherent power relations. It concludes that "being a man" was legitimized from norms of "doing". In the Salesian Gymnasium, teachers-priests and young students kept constant exchange of experiences, legitimized by the speeches of a natural masculinity, although taught, responsible for the maintenance and regulation of society. The difference in ages and the functions performed provoked hierarchies in gender interrelations, reiterated types of heterogeneous and hegemonic masculinity in everyday school life.

**KEYWORDS:** Masculinities, Salesians, Education.

### Evidências da Experiência: História da Educação em Debate

A História da Educação é um domínio epistemológico viável para o entendimento dos processos de generificação. Ajuda a questionar os saberes provenientes do senso comum e de pesquisas científicas nas quais os gêneros são naturalizados, além de demonstrar como as relações mudam ou permanecem em determinados contextos espaços-temporais.

Os arquivos escolares são *locus* privilegiados para tais pesquisas. Eles compilam no dia-a-dia diferentes tipos de fontes históricas exigidas pelas práticas pedagógicas, secretárias e administração, tais como atas, currículos, fotografias, correspondências, programação de eventos, etc.

Tais fontes constituem o ponto de apoio na epistemologia histórica. São mediações discursivas e resultam da ação dos sujeitos em determinados contextos espaços-temporais e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intenção de narrar o cotidiano, acabam servindo como evidências da experiência. Em algumas pesquisas historiográficas, quando a experiência é entendida como a origem do conhecimento:

Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, construídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada – acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo<sup>1</sup>.

Contrariando as mesmas, compreendemos que as evidências da experiência, ou seja, as fontes históricas, não são pressupostos básicos para a revelação de uma verdade sobre as relações de gênero de outrora. Devem passar por análises, pois a “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto separar as duas”<sup>2</sup>. Cabe ao historiador perceber as nuances e interconexões que as envolvem, pois elas tendem a reproduzir, ao invés de contestar, “sistemas ideológicos estabelecidos – aqueles que supõem que os fatos da história falam por si”<sup>3</sup>.

Parece relevante questionar as evidências da experiência, a fim de desconstruir o caráter permanente de oposição binária e refutar a lógica de dominação-submissão nas

---

<sup>1</sup>SCOTT, Joan. Experiências. In: SILVA, Alcione Leite da, LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs). *Falas de Gênero – Teorias, análises e leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p.4.

<sup>2</sup>*Ibidem*, p.16.

<sup>3</sup>*Ibidem*. p. 26.

relações de gênero. A proposta de desconstrução analítica tende a problematizar a constituição de cada polo binário, demonstrando que, cada um deles, está articulado ao outro por semelhanças e diferenças. Mostra-se como “uma estratégia subversiva e fértil para o pensamento”<sup>4</sup>, na medida em que destaca as fraturas e fluxos entre os polos supostamente contraditórios.

Nas pesquisas em História da Educação, o processo de desconstrução analítica, deve levar em consideração a tipologia, os destinatários da fonte e as artimanhas da preservação. Feito isso, talvez seja possível perceber a forma pela qual atua qualquer oposição binária, “revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou auto-evidente ou como fazendo parte da natureza das coisas”<sup>5</sup>, pois entre os iguais, existem diferenças.

Em cada contexto espaço-temporal coexistem masculinidades hegemônicas e subalternas. Os discursos sobre elas é significado como efeito de uma metódica estratégia formativa mantida por instituições como a família, a escola e a Igreja Católica. Tais instituições legitimam corpos reconhecidos como masculinos e outros identificados por femininos. Essa dinâmica binária obscurece outras possibilidades de estruturação dos modos de ser, pensar e agir em sociedade. Ocultam as divergências e multiplicidades no interior das categorias, tendendo a homogeneizá-la.

Diante dessas considerações iniciais, decidimos sintetizar os resultados de uma pesquisa realizada junto ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, desenvolvidas nos últimos cinco anos. Tivemos o objetivo de investigar a educação salesiana em Juazeiro do Norte – CE, no período de 1939 a 1942, focalizando o contínuo processo de generificação dos padres-professores e jovens alunos.

Partimos do pressuposto de que os primeiros geradores da instituição escolar moderna foram os religiosos, católicos e protestantes. A eles cabia ter afeição e autoridade,

---

<sup>4</sup>LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2008, p.31.

<sup>5</sup>SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. p.71 – 99. 1995, p. 84.

bom senso, firmeza e saber profissional. Atualmente, embora com as modificações nos contextos espaços-temporais, os discursos sobre o magistério eclesiástico permanecem. A docência ainda é vista como uma continuação do sacerdócio, uma missão.

No século XX, a formação de padres-professores tinha algumas características comuns, independente das suas ordens, associações ou congregações. Para esses docentes, as instituições religiosas escreviam manuais e determinavam condutas que regulavam os gestos e falas, estimulavam a escuta e a prevenção. Assim, as masculinidades, em parte, eram vivenciadas com tensões musculares, posturas, habilidades físicas, formas de movimentar e assim por diante<sup>6</sup>.

Em nossa pesquisa tivemos acesso ao arquivo escolar do Colégio Salesiano São João Bosco, chamado anteriormente de Ginásio. Os registros documentais catalogados estão em razoável estado de conservação e possuem diferentes tipologias, a saber: cartas, fotografias, testamento, constituição, regulamentos, atas, histórico escolar, discursos festivos e “crônicas da casa”. Estas últimas assemelham-se a diários e compilam em si notícias resumidas dos acontecimentos diários. Todas as fontes referem-se à primeira gestão administrativa do Ginásio.

Decidimos focalizar a inter-relação das masculinidades no âmbito educacional, percebendo-as como categorias históricas, inerentes as relações de poder. Acreditamos que as masculinidades referem-se às “configurações em torno da posição dos homens na estrutura de gênero e incorporam experiências físicas, pessoais e culturais<sup>7</sup>.”

As masculinidades são heterogêneas e complexas. Estão sempre mudando. Não se reduzem a dualismo, estando em volta de fluxos discursivos, ressignificações e tradições do “ser” e “fazer”. O que chamados de masculinidade tradicional, por exemplo, é uma forma de gênero historicamente recente, resultado dos arranjos socioculturais da modernidade. Em

---

<sup>6</sup> CONNELL. Robert W. Políticas de Masculinidade. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 185, jul/dez. 1995.

<sup>7</sup>CONNELL. Robert W. Políticas de Masculinidade. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 188, jul/dez. 1995.

contrapartida “a ideologia popular frequentemente representa o gênero como aquilo que não muda: o ‘estável’ e o ‘natural’ padrão que subsiste sob o fluxo geral”<sup>8</sup>.

Compartilhamos o pressuposto de que ninguém nasce homem, torna-se homem, mantêm-se homem, por desejos ou repressões, podendo transgredir ou reiterar o gênero esperado. Todavia:

Uma pessoa não é livre para adotar qualquer posição de gênero em interação, simplesmente como um movimento discursivo ou reflexivo. As possibilidades são massivamente limitadas pelos processos de incorporação, pelas histórias institucionais, pelas forças econômicas e pelas relações familiares e pessoais. Os custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas podem ser muito altos – como mostrado pelos índices de suicídio dentre as pessoas envolvidas em mudanças transexuais<sup>9</sup>.

O poder regulador possui características históricas e influencia distintas normas sociais e culturais. No entanto, ele mesmo é generificado, direcionando práticas e discursos, permissões e repressões. O gênero, por sua vez, não faz parte de uma operação reguladora ampla, pois requer seu próprio regime regulador e disciplinar específico. Se partirmos dessa ideia, compreendemos que existem visões normativas sobre as masculinidades e feminilidades, contudo:

Gênero não é exatamente o que alguém ‘é’ nem é precisamente o que alguém ‘tem’. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performáticas que o gênero assume. Supor que o gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes ‘masculino’ e ‘feminina’ é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo<sup>10</sup>.

### **Padre Cícero e os Salesianos em Juazeiro do Norte: sacralidade, sonhos e ações**

João Melchior Bosco fundou a Pedagogia Salesiana, no século XIX, centrando seus discursos na formação de padres-professores e nos jovens desafortunados. Nascido em 1815, em Turim, Itália, teve uma infância humilde, marcada pela morte do pai. Aos nove anos

---

<sup>8</sup>*Idem*, p. 191.

<sup>9</sup>CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n.21, p. 258, jan/abr. 2013.

<sup>10</sup>BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. In: *Cadernos Pagu*, São Paulo, v.1, n.42, p. 254, jan/jun. 2014.

sonhou com um bando de animais selvagens que se transformava em cordeiros dóceis. Este sonho, anos mais tarde, serviria de base para que ele criasse um método próprio de educar, conhecido por Sistema Preventivo<sup>11</sup>.

Dom Bosco foi nomeado sacerdote em 1841. A partir de então seu interesse pela juventude ganhou vitalidade. Decidiu reunir um grupo de jovens dentro de um oratório, a fim de “educar evangelizando e evangelizar educando”. Em sua época, inúmeras correntes pedagógicas hiper-racionalistas tinham destaque na Europa, porém o referido italiano buscou reabilitar a esfera afetiva no interior da relação educativa<sup>12</sup>.

Quando faleceu, em 1888, seus seguidores já estavam presentes em várias partes do mundo, tais como França, Espanha, Inglaterra, Argentina, Chile, Uruguai e Equador. Os mesmos traduziram os pareceres educativos e incorporaram nas instituições escolares. No Brasil, o primeiro projeto educativo-pastoral realizado pelos seguidores de Dom Bosco foi o Colégio Salesiano Santa Rosa, localizado em Niterói – RJ e construído no limiar de 1883<sup>13</sup>. A este se sucederam outros, em distintas regiões brasileiras.

A primeira obra salesiana no Nordeste foi instalada há mais de 100 anos em Recife, Pernambuco, próximo às margens do rio Capibaribe, organizado pelo Padre Lourenço Giordano. A mesma veio atender aos pedidos da comunidade local e a ordens diretas de Dom Bosco, posteriormente ratificadas pelo Padre Miguel Rua, seu sucessor.

No raiar do século XX, a presença marcante da Igreja Católica demarcava práticas e discursos, porém mantinha-se numa encruzilhada entre o processo de romanização e a cultura popular. Nessa conjuntura, o município de Juazeiro do Norte, localizado no sul do Ceará, crescia demograficamente, enquanto uma elite local e a população de baixa renda requeriam uma educação de qualidade para os seus filhos. No centro desses acontecimentos estava o Padre Cícero.

Cícero Romão Batista nasceu em 1844. Ordenou-se em 1870. Dois anos depois, juntamente com sua mãe e irmãs, mudou-se para um pequeno vilarejo chamado Taboleiro

---

<sup>11</sup>BRAIDO, Pietro. *Prevenir, Não reprimir*. O Sistema Educativo de Dom Bosco. São Paulo: Ed. Salesiana, 2005.

<sup>12</sup>BROCARDO, Pietro. *Dom Bosco*. profundamente homem, profundamente santo. Traduzido por Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

<sup>13</sup>AZZI, Riolando. *Os Salesianos no Brasil à luz da história*. São Paulo: Dom Bosco, 1982.

Grande, pertencente ao município de Crato, que futuramente passaria a ser Juazeiro do Norte. As principais obras historiográficas consultadas sobre este assunto<sup>14</sup> narram que esta mudança ocorreu após um sonho, onde o cearense teve contato com Jesus Cristo e os doze apóstolos. Supõe-se que a missão do referido Padre, semelhante à de Dom Bosco, foi decidida por ordem sobrenatural. Caberia a ele guiar o povo, principalmente os pobres, rumo à salvação.

Conforme a historiografia, aos 12 anos de idade, Cícero fez votos de castidade, após ler uma biografia de São Francisco de Sales, patrono dos Salesianos. No dia 1 de março de 1889, uma beata chamada de Maria de Araújo recebeu a comunhão das mãos do Padre Cícero. A hóstia se transformou em sangue na boca dela, repetindo-se em outras ocasiões. A população local entendeu que se tratava de um milagre, isto é, o derramamento do sangue de Jesus Cristo. Depois de algumas comissões de averiguações, Padre Cícero foi suspenso da ordem sacerdotal. Mesmo assim, afluíram, para o município, vários devotos, conhecidos popularmente de romeiros.

Segundo o seu Testamento, após receber contribuições financeiras dos romeiros, ele sentiu o desejo de aplicar parte em propriedades visando construir um patrimônio destinado a ajudar uma instituição de caridade. Por direito canônico, a herança deveria ser entregue a Diocese do Crato na qual fazia parte. No entanto, contrariando esta tradição e admirando o empenho dos Salesianos italianos, Padre Cícero resolveu escrever o seu testamento, argumentando que, entre todas as Congregações Religiosas, nenhuma se afigurava mais benemerita, de ação mais eficaz e de caridade acentuada do que a dos “bons e santos discípulos de Dom Bosco, os Beneméritos Salesianos”. Por isso, decide doar tudo o que possui a fim de que os religiosos vindos da Itália instituíssem “uma obra completa [...] cuja existência, desses mesmos colégios, nesta terra para todo o sempre”, seria “a maior tranquilidade para a sua alma na outra vida”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup>Para mais informações ver: DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Traduzido por Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. MACHADO, Paulo de Tarso Gondim. *O Padre Cícero entre os Rumores e a Verdade*: o inventário do Padre Cícero Romão Batista – textos e documentos. Fortaleza: ABC Editora, 2001. OLIVEIRA, Amália Xavier. *O Padre Cícero que eu Conheci*. Editora Henriqueta Galeno. Fortaleza. 1974.

<sup>15</sup>PADRE CICERO ROMÃO BATISTA, 04/10/1923 *apud* MACHADO, Paulo de Tarso Gondim. *O Padre Cícero entre os Rumores e a Verdade*: o inventário do Padre Cícero Romão Batista – textos e documentos. Fortaleza: ABC Editora, 2001, p. 47.

Nos seus escritos, Padre Cícero salienta que a Congregação Salesiana é “santa e trabalha com a educação de meninos desvalidos e pobres, preparando-os para Deus e para a sociedade”. Talvez o referido sacerdote também soubesse que existia uma afinidade tradicional entre os italianos e o episcopado na luta por uma ordem conservadora, coerente com o que ele desejava para o município de Juazeiro do Norte.

Diversas cartas foram trocadas entre o Padre Cícero e os Salesianos, após a escrita do testamento. Elas sinalizam o drama comovente de um sujeito demasiadamente altivo para submeter-se a seus pares e demasiadamente convicto da eficácia de sua própria maneira de agir<sup>16</sup>. Em nossa pesquisa, notamos que um dos principais destinatários das cartas do Padre Cícero foi o Padre Pedro Rota, inspetor dos Salesianos. Este último, no dia 23 de setembro de 1924, respondeu uma carta ao cearense dizendo que “o Brasil catholico inteiro appaudiria um gesto tão nobre e generoso, a saber, a construção de um Colégio Salesiano em Juazeiro do Norte”<sup>17</sup>. Em contrapartida, o mesmo aponta duas dificuldades para esta realização. A primeira delas seria a grande escassez de pessoas disponíveis para tal empreitada. A segunda, a situação do Padre Cícero em relação às autoridades eclesiásticas, pois os religiosos não poderiam fazer parte da Diocese, sem a autorização do Bispo.

Nesta época, após o suposto Milagre da Hóstia e dois inquéritos, Padre Cícero teve suas ordens sacerdotais suspensas. Começou a buscar sua reabilitação junto a Santa Sé, mas não teve êxito. Ao saber dessas dificuldades, o religioso, com mais de 80 anos de idade, salienta, por escrito, as dificuldades desse processo.

Em carta redigida a 23 de maio de 1926<sup>18</sup>, diz que recebeu uma notificação, onde é imposta a sua retirada do interior cearense e sua entrada em uma Congregação religiosa. Ressalta que a única solução para estes entraves seria a atuação do padre Pedro Rota, frente

---

<sup>16</sup>DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Traduzido por Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>17</sup>Carta do Reverendo Pedro Rota Para o Padre Cicero. São Paulo. 23 de setembro de 1924. Disponível em SILVA, Antenor de Andrade. *Padre Cícero: mais documentos para sua história*. Salvador – BA: E.P., Salesianas, 1989. p. 65.

<sup>18</sup>Carta do Padre Cícero Para o Reverendo Pedro Rota. Juazeiro do Norte. 23 de maio de 1926. Disponível em: SILVA, Antenor de Andrade. *Cartas do Padre Cícero: 1877-1934*. Salvador, BA: Editora Salesiana, 1982. p. 307 – 309.

à Santa Sé, mais precisamente a aceitação deste último em sua defesa, perante Roma. Em relação à sua ida para uma congregação, adverte que o município:

[...] é constituída por uma população, na sua maioria, pobre em meio da qual existe uma grande quantidade de pessoas desvalidas (orphãos, viúvas, etc.) que são sustentados por mim. Seria assim, uma calamidade se eu me visse na contingência de abandonar esta cidade, porque, além de mais, acredito e devo dizer-lhe francamente, o povo não se conformaria com uma tal medida, que talvez desse lugar a um movimento de desastrosas consequências<sup>19</sup>.

Quando o Padre Cícero soube da criação da Diocese de Petrolina, localizada em Pernambuco, procurou contribuir para a sua estrutura física. Colocou-se à disposição do bispo salesiano, Dom Antônio Malan, e doou um relógio para a Catedral. Os seus amigos, muitos deles proprietários de terras no nordeste brasileiro, também foram convidados a participar dos preparativos para a instalação de obras salesianas, doando quantias para a realização de alguns empreendimentos.

Ao escrever para o milionário alagoano, Baziliano Salmento, em 20 de fevereiro de 1931, Padre Cícero tentou convencê-lo a deixar parte dos seus bens para a Congregação Salesiana. Após discursar sobre as riquezas humanas e a fugacidade da vida, incentiva o amigo a contribuir para a vinda dos Salesianos para o Nordeste, reforçando a premissa de que as doações em prol da Igreja Católica receberiam a graça divina.

O que der a Deus nesta vida, é o que unicamente encontrará na outra vida como intermediário da sua salvação. Esta vida se acaba para todos, e quem não morreu moço, numa idade avançada como a sua não pode deixar de se acabar e ainda que não queira fazer o que lhe peço, queira se salvar. Se confesse para se reconciliar com Deus, e querendo venha aos pés de Nossa Senhora das Dores se entregar a Ella como seu filho e servo e se confessar para se salvar. Venha se salvar<sup>20</sup>.

Parece-nos que os escritos do referido religioso foram responsáveis por difundir os discursos sobre os Salesianos e criar expectativas frente aos imigrantes da Itália, mesmo antes da vinda deles para o Ceará. Ao que tudo indica, o mesmo via na instituição escolar um

---

<sup>19</sup>Carta do Padre Cícero Para o Reverendo Pedro Rota. Juazeiro do Norte. 23 de maio de 1926. Disponível em: SILVA, Antenor de Andrade. *Cartas do Padre Cícero: 1877-1934*. Salvador, BA: Editora Salesiana, 1982. p. 307 – 309.

<sup>20</sup>Carta do Padre Cícero Para Baziliano Salmento. 20 de fevereiro de 1931. Juazeiro do Norte. Disponível em: SILVA, Antenor de Andrade. *Cartas do Padre Cícero: 1877-1934*. Salvador, BA: Editora Salesiana, 1982. P. 309 – 312.

elemento importante para a mudança social. Naquele contexto, o crescimento demográfico ditava novas regras de convivência e maneiras de pensar e agir, pois, sendo a população juazeirense composta em grande parte de romeiros, era motivo de discriminação e desigualdades. A educação escolar católica era vista como uma das formas de minimizar esses problemas sociais, civilizando e subjetivando vidas.

Tendo consciência disso, pensamos que os interesses educacionais do Padre Cícero e dos Salesianos apresentavam-se em consonância com o processo de romanização, onde a educação católica era valorizada na formação da juventude masculina. As obras bibliográficas e os documentos escritos por ele, sinalizam o empenho na criação de elementos de ruptura com uma cultura iletrada, buscando redirecionar a sociedade, mantendo traços locais e novos padrões civilizatórios, que seriam operacionalizados por meio de uma instituição confessional, com características próprias, isto é, o Ginásio Salesiano.

Conforme o secretário vigente em 1939, a instalação da Congregação Salesiana foi realizada no dia 31 de março, às 8 horas, no Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José<sup>21</sup>. O evento aconteceu cinco anos após a morte do Padre Cícero e, por coincidência, cinco anos após a canonização de Dom Bosco pela Igreja Católica. Segundo as Crônicas da Casa, a princípio, a comunidade salesiana era formada pelos padres Antônio Agra e Davino Ferreira. Tais pioneiros, como não dispunham de residência própria se abrigaram nas dependências da casa paroquial. As refeições diárias eram oferecidas por Dona Generosa de Alencar, uma fiel admiradora da Igreja Católica.

Da fundação até a chegada dos Salesianos em Juazeiro do Norte passaram vários anos, resultando em muitas mudanças na organização da Congregação. No entanto, é possível identificar que os religiosos traziam em si características comuns com os de outrora. Além do apego ao trabalho incansável, possuíam “à determinação quando queriam alcançar os seus objetivos, lutando contra as convenções sociais e políticas caso se tornassem um entrave para o desenvolvimento de seu trabalho”<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup>O nome do secretário não foi identificado. O Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José fica localizado próximo ao bairro centro, no município de Juazeiro do Norte.

<sup>22</sup>ALMEIDA, Núbia Ferreira. *O Colégio Salesiano em Juazeiro do Norte e o Projeto Educacional do Padre Cícero*. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p. 57.

As Crônicas da Casa, pertencentes ao arquivo escolar, trazem registros que servem como evidências da experiência de sujeitos históricos, entre os anos de 1939 a 1942. Nelas comenta-se que, em 1º de abril de 1939, os romeiros e líderes locais tiveram grande expectativa em conhecer os herdeiros do Padre Cícero. Na semana Santa, Padre Antônio Agra, líder dos salesianos em Juazeiro do Norte, falou a mais de duas mil pessoas que assistiam sua missa. Tornou-se um dos principais sacerdotes do sul cearense.

Em 1940, Padre Antônio Saraiva passou a fazer parte da comunidade salesiana. Juntou em torno de si um grupo de jovens, ensinando o catecismo e organizando um espaço educativo nos moldes descritos por Dom Bosco: o oratório. Essa obra se destinava a agrupar os jovens do sexo masculino, nos dias festivos, quando estivessem livres de estudo e trabalho, proporcionando-lhes divertimentos e instrução.

No oratório, as aprendizagens aconteciam com facilidade. Meses após a inauguração, os oratorianos já sabiam cantar a missa em latim e ficavam entusiasmados com a liturgia diária. Os esportes, brincadeiras e oficinas eram utilizadas como estratégias pedagógicas para a modelação de valores e comportamentos, semelhante às prerrogativas encontradas nos escritos de Dom Bosco.

Segundo o Histórico Escolar do Ginásio Salesiano São João Bosco, em 1939, alguns comerciantes da localidade acumularam a quantia de 50 contos de réis, para que os padres-professores recém-chegados iniciassem a construção de um ginásio, possibilitando assim uma melhor educação para a juventude local. Esta doação visava transformar o panorama educacional do município, no entanto, valorizava-se o ensino não-misto.

Ao venderem parte de suas terras, recebidas por herança, e com o recebimento de donativos, os salesianos começaram a construir a sua principal instituição: o Ginásio, atualmente conhecido por Colégio Salesiano São João Bosco. O mesmo foi fundado em 26 de abril de 1942, quando regularmente entrou em funcionamento o curso primário, com a matrícula verificada de 224 alunos.

A inauguração contou com a participação das principais autoridades eclesiásticas e civis do Ceará. Sua construção apoiava-se em interesses particulares, pois atenderia as demandas sociais, ao mesmo tempo em que estava em conformidade com a tradição

salesiana. O interesse maior seria formar homens, considerados os verdadeiros responsáveis pela elevação da sociedade juazeirense em todos os aspectos.

No Discurso de Inauguração do Ginásio Salesiano, datado de 26 de abril de 1942, o orador do evento afirma que “Em qualquer época, a vontade humana se impõe como o fator essencial das conquistas em todos os seus aspectos e tem sido sempre ela a causa original dos grandes benefícios prestados ao progresso”. De acordo com suas palavras, a civilização é almejada mesmo diante das convenções prejudiciais e de todas as circunstâncias que possam interferir no êxito e em sentido mais amplo, na evolução e no progresso. “[...] É esta vontade, a fonte inesgotável de todas as realizações uteis, de todas as conquistas apreciáveis, que dignifica a espécie e faz projetar para um futuro sempre melhor o homem e a sociedade”.

Segundo o orador do evento, no começo da década de 1940, Juazeiro do Norte, tinha uma população numerosa, mas desprovida de instrução. Assim, as práticas pedagógicas dos Salesianos seria um acontecimento que proporcionaria “a marcha ascendente da cidade na estrada do futuro”, enquanto o Ginásio era visto como “um farol luminoso” que dirigiria “o frágil batel da infância no mar tempestuoso da vida, encaminhando-o com facilidade nas estradas retas e sem empecilhos”, iniciando “uma assistência à mocidade desta terra, anexando à saúde do corpo os predicados do espírito, bebidos de um dos métodos de educação mais uteis e mais completos”.

Os primeiros padres-professores do Ginásio Salesiano diferiam-se dos professores leigos atuantes em outras instituições locais, devido à formação e vida pessoal. Castos e missionários recebiam admiração e respeito. Tentavam guiar-se pelos ensinamentos de Dom Bosco, embora percebessem que estavam inseridos num contexto sociocultural único. As suas funções articulavam-se a tal ponto que não se separavam no cotidiano. Suas ações tinham uma racionalidade e um significado histórico, apresentavam uma configuração de masculinidade específica.

Encontramos registros avulsos no arquivo escolar, evidências da experiência, que demonstram o interesse de algumas famílias em matricular seus integrantes no Ginásio Salesiano, mais precisamente os jovens pobres, com o objetivo de obter qualificações e indicações de empregos para estes, pois os mesmos precisavam contribuir com as despesas da casa e adquirir melhores condições financeiras.

Igualmente, outros registros demonstram que as famílias ricas do município também buscavam matricular seus filhos no Ginásio. A seriedade do ensino, ministrado dentro dos padrões europeus, despertava o interesse das famílias locais, sobretudo pelo elevado nível cultural que havia nas imediações. O fato de ser administrado por padres-professores e exclusivo para o sexo masculino também contribuía para este interesse.

Entre 1939 a 1942, o diretor do Ginásio Salesiano, Antônio Agra, também executou a função de padre-professor. Durante a sua gestão administrativa, não sabemos se havia alguma diferenciação entre os bolsistas e os filhos da elite local no cotidiano escolar. As evidências da experiência não demonstram a divergência entre as classes sociais, porém salientam uma preocupação pela educação da juventude masculina. Há uma preocupação em “formar integralmente” os participantes do Ginásio Salesiano, preparando-a para a convivência com os outros e a manutenção dos dogmas religiosos.

Isso não significa dizer que todos tinham atos, atributos e valores semelhantes, pois, em qualquer contexto espaço-temporal, diferentes masculinidades são produzidas e reiteradas, em projetos de “ser homem”, coletivos e individuais. No Ginásio Salesiano não era diferente. As divergências existiam, por conta das idades e das funções executadas, isto é, padres-professores e jovens-alunos. Embora, todos tivessem tessituras semelhantes que eram ensinadas, por uns aos outros.

### **Tessituras das Masculinidades: Práticas e Discursos na Educação Salesiana**

Nas Constituições e Regulamentos da Congregação Salesiana, encontramos uma série de discursos acerca das práticas pedagógicas, que servem como guias para a subjetivação dos seus membros e do seu público, isto é, da juventude masculina. De acordo com este documento, Dom Bosco indicou para os seguidores um programa de vida, intitulado, *Da mihi animas, cetera tolle*, ou seja, Dai-me Almas e Ficaí com o Resto. Embora com este referencial, a educação salesiana também se direcionava para a modelação dos corpos de homens e meninos.

No Capítulo II, artigo 15 e 17, do referido documento, encontramos o discurso de que os membros da Congregação devem ser cordiais, prontos a dar o primeiro passo e a acolher sempre com bondade, respeito e paciência. Espera-se que eles não desanimem diante das dificuldades, acreditem nos recursos naturais e sobrenaturais do homem – embora não lhes

ignorem a fraqueza – não lamentem do tempo em que vivem e conservem tudo o que é bom, especialmente aquilo que agrada aos jovens.

Conforme as Constituições e Regulamentos, os seus membros não buscam penitências extraordinárias, mas aceitam as exigências diárias e as renúncias da vida apostólica: estão prontos a suportar o calor e o frio, a sede e a fome, as fadigas e o desprezo, sempre que se trata da glória de Deus e da salvação das almas. Tais atributos guiam a formação dos padres-professores e servem como exemplos para os jovens-alunos. Servem de estímulos para o processo de generificação continuada.

Os votos sacerdotais dos padres-professores são mencionados no Capítulo VI do referido documento. Chama-nos atenção o artigo 82. Nele, Dom Bosco afirma a importância da castidade. Segundo o documento, quem não conseguisse este feito, nas obras e nos pensamentos, não poderia participar da Congregação ou exercer suas funções, pois a presença do mesmo poderia se “tornar um perigo eminente para os outros e para os jovens”.

De acordo com o mesmo artigo, a castidade desenvolveria o sentido cristão das relações pessoais, favoreceria amizades verdadeiras e contribuiria para fazer da comunidade uma família. Em contrapartida, o clima fraterno ajudaria a viver na alegria o celibato por amor do Reino de Deus e a superar, sustentados pela compreensão e pelo afeto, os “momentos difíceis”. Conforme o artigo 84, tais religiosos inevitavelmente passariam “momentos de paz e momentos de prova”.

Institucionalmente, diz-se que todas as Instituições vinculadas a Congregação Salesiana, compartilham pareceres inspirados pelas indicações de Dom Bosco, independente do contexto espaço-temporal em que atuam. Tais pareceres são denominados de Sistema Preventivo. O mesmo tem por objetivo tornar conhecidas as prescrições e as regras de uma instituição, e depois vigiar de modo que os alunos estejam sempre sob os olhares atentos do diretor ou dos assistentes. Os responsáveis pelo bom funcionamento da instituição devem servir de guias, em todas as circunstâncias, dar conselhos e corrigir com bondade. O Sistema Preventivo consiste, pois, em “colocar os alunos na impossibilidade de cometerem faltas”<sup>23</sup>. Exclui, por isso, qualquer tipo de castigo violento e procura evitar até as punições leves.

---

<sup>23</sup>SALESIANOS DE DOM BOSCO. *Constituições e Regulamentos*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1985, p. 230.

Em Juazeiro do Norte, assim como em outras cidades brasileiras, os padres-professores eram vistos como exemplos para os jovens-alunos. A docência apresentava-se como uma missão a ser cumprida, para o engrandecimento da Igreja Católica. O Ginásio Salesiano compartilhava práticas e normatizações comuns com outros espaços educativos, tais como a criação de regras e condutas que regulavam os gestos dos seus participantes, os modos adequados de agir corporalmente, as falas e silêncios permitidos.

O currículo do Ginásio Salesiano vinha de encontro a estas postulações, objetivando aumentar o nível de conscientização histórica e moral dos jovens-alunos. Conforme os discursos festivos e as crônicas da casa, nesta época, a política do Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, direciona algumas práticas pedagógicas, articulando-se ao Sistema Preventivo.

O nacionalismo e os ideais de cidadania eram exaustivamente citados e a semana da pátria comemorada com animação. Os símbolos nacionais cultuados. As músicas e as poesias da região serviam para homenagear os grandes heróis brasileiros, assim como os desfiles escolares de sete de setembro e as peças teatrais. O Hino Nacional e o Hino da Independência eram cantados em festas do Estado e em feriados municipais.

Até então, o Ginásio Salesiano era composto por quatro séries. O curso de admissão ou o 4º ano primário tinha o intento de preparar os alunos que concluíam o 3º ano elementar para os Exames Oficiais de Admissão à Primeira Série Ginásial. Sendo realizado no começo do mês de dezembro. Neste período funcionava, brevemente, um curso gratuito para os novos candidatos provenientes de outras instituições. Todos eles, do sexo masculino, deveriam entregar a secretária da instituição os seguintes documentos: 1) Certidão do Registro Civil com firma reconhecida, 2) Atestado de saúde física e mental e 3) Atestado de vacina. Tais documentos demonstram uma preocupação com o corpo que seria educado.

Independente da condição financeira, os jovens alunos eram incentivados a obedecer ao regime vigente, às determinações dos superiores, os usos e tradições colegiais. Aqueles que não cumpriam as normatizações, na frequência, na aplicação aos estudos ou na observância disciplinar, eram admoestados e, não mudando a situação, convidados a se transferirem para outro estabelecimento.

O Regimento interno do Ginásio Salesiano, diz que o ensino proposto tinha o objetivo de “socorrer, beneficiar o próximo”, voltando à atuação para os jovens, “amparando-os nos anos mais perigosos, instruindo-a nas ciências e nas artes, e encaminhando-os a prática da Religião e da virtude”. De acordo com o referido documento, havia almoço e merenda a cada dia útil. Para conseguir estes benefícios, os jovens-alunos, sob nenhum pretexto, poderiam se eximir da piedade e cortesia. Eram incentivados a participar dos atos públicos, religiosos e civis. Comparecer as festas colegiais e frequentar as missas aos Domingos e dias santos, além de usar o uniforme de acordo com a ocasião.

Nos primeiros anos, a referida instituição mantinha convênio com a Inspeção Seccional de Fortaleza, por isso competia ao diretor zelar pelo perfeito cumprimento das leis e regulamentos, assegurar a ordem e a eficiência escolar, além de impor regras e disciplinas, sem desrespeitar as políticas vigentes. Criar laços com as famílias dos educandos e atuar no Oratório.

Em relação à disciplina interna, o Regimento vigente comenta que todos os dias, antes de se iniciar o trabalho escolar, o diretor do Ginásio ou seu representante teria a função de expressar algumas palavras afetuosas em público, durante dois ou três minutos, dando alguns avisos ou conselhos acerca de coisas que se deviam fazer ou evitar. Até hoje esta tradição se mantém. Tais pronunciamentos são vistos como “a chave da moralidade, do bom andamento e do bom êxito da educação”.

O Regimento interno do Ginásio Salesiano ressalta que os jovens-alunos possuíam alguns deveres, tais como respeitar e amar os companheiros como irmãos e procurar estimular uns aos outros com o bom exemplo; usar o uniforme para aulas comuns e para as sessões de Educação Física e o uniforme de gala nas comemorações cívicas; conduzir a caderneta escolar quando fossem para o Ginásio; procurar elevar e honrar sempre o nome da Instituição; prezar muito o asseio. Entre as proibições estavam: negociar com os colegas; jogar ou usar bebidas alcoólicas no Estabelecimento ou em sua circunvizinhança; fumar em todo e qualquer tempo espaço; praticar, dentro ou fora do Estabelecimento, ato ofensivo à moral e aos bons costumes. Diante disso, percebe-se novamente uma preocupação com o corpo que seria educado.

Durante a pesquisa, tivemos acesso a um álbum de fotografias que revelam indícios da configuração material do Ginásio Salesiano. Notamos a existência de uma arquitetura nos moldes europeus, onde as salas eram separadas por turmas, de faixas etárias distintas. Havia um grande pátio de recreação onde os jovens alunos se sociabilizavam e dividiam-se por “grupos de convivência”, além de estátuas e imagens de santos nas dependências institucionais. Essa configuração do Ginásio Salesiano demonstra a utilização de vários símbolos e códigos culturais, a fim de demarcar o que cada um podia ou não fazer. Delimitava espaços e gestava modelos a serem seguidos (tais como, o Padre Cícero, Dom Bosco e os próprios Salesianos).

As fontes históricas assinaladas demonstram que o gênero masculino era visto como natural, embora o corpo fosse educado a partir de constantes reiteraões. No Ginásio Salesiano ensinava-se a olhar a si mesmo e o outro, a ouvir e calar nos momentos oportunos. A preferir, moldar-se, mudar para a boa execução das normatizaões impostas. Os projetos de “ser homem” expressavam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos<sup>24</sup>.

Se por um lado, notamos evidências das normatizaões pedagógicas e seus efeitos sobre as inter-relaões de gênero, por outro percebemos que o gênero masculino apresentava-se como uma norma oculta, mas vibrante, ao mesmo tempo em que estava a serviço de outras formas de regulaão, tais como a sexualidade casta e a heterossexualidade.

Sabemos que o cotidiano do Ginásio Salesiano pode ter sido outro e as experiências múltiplas, visto que os materiais disponíveis no arquivo escolar apenas apresentam vestígios do passado, fragmentos discursivos. Apesar disso, os mesmos demonstram que a educaão salesiana em Juazeiro do Norte, tentou reiterar tipos específicos de masculinidades, conforme as normatizaões pedagógicas, todavia ocultando a possibilidade de perceber o próprio gênero como uma norma reguladora.

As masculinidades praticadas pelos padres-professores e jovens-alunos, se mantinham entre uma suposta “natureza humana” e a constante reiteraão do que “fazer” para “ser”. Percebemos que a norma – de gênero e imiscuídas na pedagogia – não era uma medida e um meio de produzir um padrão comum. Tornar-se um exemplo de sua execuão

---

<sup>24</sup>CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n.21, p. 258, jan/abr. 2013.

não era o mesmo que esgotar a norma completamente, mas tornar-se exemplo de uma abstração do senso comum, pois o gênero e as normatizações pedagógicas somente persistiam enquanto tais com o auxílio atualizado da prática social e reidealizados durante e ao longo dos rituais cotidianos da vida corporal<sup>25</sup>.

### **Considerações Finais**

Antes da construção do Ginásio Salesiano, havia uma preocupação em “formar integralmente” a juventude masculina de Juazeiro do Norte, bem como direcioná-la e preservá-la, conforme os preceitos católicos cristãos. Desejado com entusiasmo pelo Padre Cícero e a sociedade local, a referida instituição transformou-se em *locus* de subjetivação de corpos e almas.

De 1939 a 1942, a educação salesiana, pensada para ser executada dentro e fora do Ginásio, reiterava processos de generificação heterogêneos, articulados a sexualidade casta e a heterossexualidade, as idades e a conjuntura sociocultural vigente. O contato com outros sujeitos do mesmo sexo e funções distintas direcionavam atos, valores e atributos. Aprendia-se a “ser homem”, a partir do “fazer”. Do olhar e imitar. Da aceitação das normas.

Os padres-professores e os jovens-alunos mantinham constantes trocas de vivências, legitimadas pelos discursos de uma masculinidade natural, responsável pela regulação da sociedade. Todavia, as evidências da experiência demonstram que os padres-professores tinham na castidade um exemplo de sacralidade, enquanto naturalizavam, ou se quer falavam sobre os sexos e as sexualidades dos jovens-alunos. O silêncio educava.

No Ginásio Salesiano coexistiu uma cultura social da aceitação, bem como movimentos de resistência, pois se não existia estes movimentos os regimentos não teriam sentido de existir. Demarcava-se para prevenir, mas a prevenção não surge do nada. Há uma razão para ter. O cumprimento das normatizações pedagógicas reiterava masculinidades hegemônicas, isto é, condizentes com o que era esperado. Em contrapartida, a presença das mesmas advoga que talvez alguns sujeitos subvertiam as ordens impostas.

Tais entendimentos sobre as heterogenias e homogenias das masculinidades só foram possíveis a partir da desconstrução analítica das fontes históricas, isto é, das evidências da

---

<sup>25</sup>BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. In: *Cadernos Pagu*, São Paulo, v.1, n.42, p. 254, jan/jun. 2014.

experiência e suas problematizações. A partir delas compreendemos algumas mudanças na organização social das relações entre os sujeitos genericados, além de refletir sobre as regulações de gênero de outrora. Em suma, notamos que as masculinidades, no Ginásio Salesiano, não eram construídas em dicotomias com as feminilidades, mas, sobretudo, em inter-relações com outras masculinidades presentes no espaço educativo, num processo complexo e de fatores múltiplos.

# Movimento LGBT, a memória de um espaço - tempo – humano

## LGBT movement, the memory of a space - time - human

**Mariana Quadros Gimenez**

Mestranda em História

Universidade Federal da Grande Dourados

mariqgimenez@hotmail.com

Recebido em: 17/06/2015

Aceito em: 01/08/2015

**RESUMO:** Esta análise tem como objetivo compreender o desenvolvimento do movimento homossexual a partir da década de 1970 por meio das redes midiáticas como um importante suporte de memória do movimento LGBT brasileiro contemporâneo. Nesta perspectiva, entendemos a memória como um importante elemento para a construção da história, é por meio dela que o historiador encontra os caminhos das dinâmicas sociais durante o tempo e espaço. A memória, também é um elemento importante para as ações de grupos sociais que objetivam se legitimar na sociedade, buscando e se apoiando no passado para reivindicar uma participação ativa no presente. Neste sentido, compreendemos que a comunidade LGBT brasileira do século XXI vem buscando e construído uma memória própria de um passado que, historicamente, lhes foi negado e silenciado.

**PALAVRAS-CHAVES:** Meios de comunicação, memória, contramemória.

**ABSTRACT:** This analysis aims to understand the development of the homosexual movement from the 1970s through the media networks as an important storage medium of contemporary Brazilian LGBT movement. From this perspective, we understand memory as an important element for the construction of history, it is through the historian finds the ways of social dynamics through time and space. Memory is also an important element for the actions of social groups that aim to legitimize society, seeking and relying on past to claim an active role in this. In this sense, we understand that the Brazilian LGBT community of

the XXI century has sought and built its own memory of a past that, historically, they have been denied and silenced.

**KEYWORDS:** Communication means, memory, countermemory.

O termo “imprensa” nomeia os veículos de comunicação de caráter informativo existentes na sociedade, representados pelos jornais, revistas, televisão, rádio, *fanzines* e, com o advento da *internet*, os *blogs* e *web* jornais. Para esta análise, destacamos os periódicos impressos como agentes ativos nas dinâmicas sociais.

De acordo com Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, na obra *Imprensa e Cidade*<sup>1</sup>, a imprensa periódica se desenvolveu na Europa a partir do século XV após a criação da prensa móvel por Johannes Gutemberg. Os primeiros jornais começaram a ser publicados no Brasil após a chegada da Corte portuguesa em 1808, o que resultou na instalação da tipografia da Impressão Régia, embora, conforme as autoras, anos antes dessa criação já houvesse experiências na produção de impressos em gráficas clandestinas, que podemos reconhecer como os primeiros jornais alternativos. Esse drible com relação ao oficialismo da imprensa portuguesa, a única autorizada a circular pelo território brasileiro, demonstra a vontade de informação local, ou seja, de fazer circular informações cotidianas e políticas da sociedade brasileira da época.

A imprensa periódica é, entre outros meios de comunicação, um veículo de informação, propagação de ideias e agente formador de opinião, o que representa o poder intrínseco da mídia. Por meio dela, podemos enxergar os contornos de uma determinada sociedade, uma vez que, nas folhas impressas, encontramos os discursos moralistas, comportamentais, econômicos, políticos e, conseqüentemente, as transformações, os encontros e desencontros de interesses, as manipulações e os conflitos inscritos na sociedade.

Essa capacidade de refletir o cotidiano sociocultural demonstra que a imprensa escrita é um dos elementos importantes para a compreensão e reconstrução da história. Como fonte ou objeto de investigação, os jornais são suporte de vestígios que falam sobre uma época, guardam as práticas de grupos e oferecem guarida à memória coletiva.

---

<sup>1</sup> LUCA, Tania Regina.; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

De acordo com Jacques Le Goff<sup>2</sup>, a imprensa e a alfabetização tiveram um papel importante na aceleração e ampliação da memorização do saber; ou seja: a difusão de práticas culturais, antes transmitidas pela *práxis* cotidiana, agora tinham, na imprensa, ferramenta eficiente para a manutenção da sua existência, reconstrução e ressignificação de memórias e até mesmo para o silêncio destas.

A eficiência da circulação de informações pela mídia impressa interfere nos cotidianos das sociedades: diversas realidades e modos de viver são influenciados e, muitas vezes, realidades tradicionais são extintas ou significativamente transformadas. Além disso, memórias podem ser expandidas e preservadas ao longo do tempo e espaço.

Os jornais foram, durante muito tempo, ferramentas de diversos grupos sociais, os quais denunciavam, debatiam, expandiam ideias, criavam redes de solidariedade, conscientizavam e informavam sobre as suas ações e as retaliações que sofriam. Nessas condições, os periódicos tornaram-se suporte de memória para muitos grupos sociais, “cristalizando”, em folhas de papel, ações passadas. Esses vestígios são importantes às intenções de investigação histórica, pois evidenciam os eventos e as experiências no que diz respeito às práticas sociais dos membros de grupos que compõem a sociedade. Portanto, conforme Maurice Halbwachs<sup>3</sup>, a memória, além de ser um fenômeno individual é, antes de tudo, socialmente construída por meio do coletivo, ou seja, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, [...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”. Marc Bloch<sup>4</sup> também entende que a memória coletiva são “fatos da comunicação entre indivíduos”, ou seja: não basta lembrar ou conservar as representações referentes ao grupo; é necessário transmiti-las a seus membros mais jovens.

Por esse viés, entendemos que a memória histórica (produção historiográfica) é um pequeno segmento da memória coletiva, e os historiadores, fazendo parte da sociedade, do

---

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>3</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006, p.72.

<sup>4</sup> BLOCH, Marc. Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente. In: \_\_\_\_\_. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, p.229.

coletivo, são, portanto, produtores e estimuladores de memórias. A esse respeito, Pierre Nora<sup>5</sup> e Halbwachs (2006) evidenciaram, no entanto, que, por mais que as palavras “memória” e “história” digam respeito ao passado, não podemos concebê-las da mesma forma. Para os autores, a memória é uma experiência vivida física ou afetivamente pelo grupo e suscetível de transformações ao longo do tempo, ou seja, a memória são os resquícios particulares de determinados grupos e sociedades. Já a história, de acordo com Nora (1981), é uma operação intelectual: problematiza, questiona e reflete sobre os grupos sociais e suas memórias, ou seja, produz ou reforça a memória por meio da intervenção investigativa. A história registra, dessacraliza e produz memória. É por esse viés que, nesta análise, compreendemos os vestígios de memória e a função da história.

O *Lampião da Esquina*, um importante suporte de memória do movimento LGBT, fez parte da mídia impressa alternativa durante a ditadura militar no Brasil, *Lampião* circulou por todo o país entre os anos de 1978-1981. Naquele momento, foi um dos representantes do movimento homossexual que estava se formando e problematizou/desconstruiu os saberes que até então se tinha sobre a população homossexual, participou ativamente, ao lado de outras esferas da sociedade, como organizações não governamentais, grupos teatrais, a cena literária e cinematográfica, de outra construção social desses indivíduos. Esses lugares formaram os espaços que habitam a(s) memória(s) dos grupos, os quais, cada um com suas peculiaridades, têm muito a dizer sobre as práticas sociais da época.

O jornal *Lampião da Esquina* é um rastro do movimento homossexual da época, que se mostrou atuante durante um período crítico da sociedade brasileira. A análise desse meio de comunicação possibilita-nos desmistificar uma época em que se cristalizou a dualidade de posições e, conseqüentemente, a produção de duas perspectivas: a dos militares e a da esquerda comunista. Há pelo menos uns 30 anos, as referências à ditadura militar se deram em torno desses dois grupos e do silêncio de outras personagens. A intenção não é reclamar quem tem mais importância, mas democratizar os espaços investigativos, apontando que a movimentação da comunidade homossexual é tão importante para compreender o período

---

<sup>5</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khouru. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, p.7-28, 1981.

como o são a atuação da esquerda tradicional e as práticas dos militares, entre tantos outros atores sociais naquele momento.

Nesse sentido, a busca da memória do grupo vem favorecer a inserção desses sujeitos na memória desses anos conturbados da história brasileira. Pela perspectiva dos homossexuais, que levantaram questões sobre as sexualidades, os corpos e as identidades de gênero não predominantes, podemos expandir nosso olhar a outras dinâmicas sociais do período. Desse modo, tal abordagem também é necessária para que possamos compreender a realidade contemporânea das problemáticas referentes às sexualidades.

### **A vontade de memória**

Algo que nos chamou atenção ao folhearmos as páginas do *Lampião da Esquina* foi a preocupação exposta de demonstrar que o periódico estava fazendo história ou era via para a preservação das transformações que a comunidade homossexual estava provocando naqueles anos. O jornal foi construído, desde o princípio, para, além das necessidades do presente, atender um futuro, o que fica evidente no seguinte trecho retirado de uma chamada que convida os leitores a assinar o jornal: “Nós também estamos fazendo História. LAMPIÃO discute o único tema que ainda é tabu no Brasil: o prazer”.<sup>6</sup>

Os idealizadores do jornal tinham consciência de que o projeto que estavam desenvolvendo situava-os como precursores de debates ainda obscuros na sociedade brasileira e sabiam da importância das pautas eleitas pelo conselho editorial<sup>7</sup>, quer para o presente, quer para o futuro. Isso evidencia que a representação do movimento homossexual construída no jornal tinha um objetivo determinado, característica que também é intrínseca da produção jornalística que ocupa um lugar importante como formadora e armazenadora da memória coletiva.

---

<sup>6</sup> LAMPIÃO da Esquina. Rio de Janeiro, nº 10, p.15, março, 1979.

<sup>7</sup> O conselho editorial do jornal *Lampião da Esquina* era composto por: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean Claude Bernardet, João Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

A noção de que a comunidade homossexual estava quebrando paradigmas na época fica clara na preocupação que o jornal demonstrou acerca do destino de toda a produção referente aos homossexuais naquele momento:

MEMÓRIA GUEI. De alguns anos para cá, a Imprensa Brasileira tem dado um certo destaque a Questão Homossexual. Ensaios, entrevistas, matérias, reportagens e contos, têm sido publicados frequentemente em jornais e revistas de norte a sul do país. Para que todo esse material não se perca no tempo e no espaço, o Jornal Lâmpião resolveu organizar uma Memória de tudo que tenha sido publicado sobre homossexualismo e as ditas minorias. Para isso, pedimos a colaboração dos leitores, que enviemos recortes (original ou xerox) desse material com a indicação da fonte e data de publicação. Lâmpião da Esquina: Caixa Postal 41.031, Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20.400<sup>8</sup>.

A ameaça do esquecimento<sup>9</sup>, tema abordado por Andreas Huyssen<sup>10</sup> e Joël Candau<sup>11</sup>, foi motivo de preocupação por parte dos idealizadores do jornal, que se tornou um dos primeiros espaços a dar guarida aos vestígios produzidos no entorno da comunidade homossexual até o início da década de 1980. Nesse sentido, preservar a memória do grupo tornou-se estratégia que, conforme Michael Pollak<sup>12</sup>, está estreitamente ligada ao sentimento de identidade e de pertencimento social. Tanto o acúmulo de vestígios materiais ou simbólicos de um tempo como a consolidação de identidades são estratégias políticas que se formam conforme as necessidades do presente e que, a qualquer momento, podem ser despertadas dos arquivos como instrumentos de ação.

Por esse viés, podemos compreender a memória como um saber de um tempo, que pode ser hegemônico ou subterrâneo, que possui propósitos numa sociedade mesmo quando

---

<sup>8</sup> LÂMPIÃO da Esquina. Rio de Janeiro, nº 24, p.11, maio, 1980.

<sup>9</sup> O esquecimento é muitas vezes tratado como uma ameaça à memória, porém Andreas Huyssen (2014) e Joël Candau (2014, p. 127) chamam nossa atenção para o fato de que o esquecimento faz parte da própria construção da memória; o esquecimento é o que “lapida a memória”, é o que dá forma e sentido à lembrança. “A memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso de restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou membros de um grupo fazem de si próprios”.

<sup>10</sup> HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

<sup>11</sup> CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>12</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03-15, 1989.

as memórias estão silenciadas. Esse saber que dá forma à memória não é espontâneo, mas produzido por um discurso cheio de intenções (o poder), de modo que a memória e a sua conservação não são naturais. É aí que reside o trabalho do historiador: desconstruir as dinâmicas pelas quais a memória se alimenta, se transforma, se cala e se cristaliza.

Como informa Nora (1993), os lugares de memória podem ser: os museus, arquivos, casas de cultura, institutos históricos, entre outros, criados para manter viva a memória de um grupo ou uma nação, para manter um vínculo de pertencimento e identificação entre os indivíduos. Tal preocupação decorre do volume de informações que influenciam uma determinada sociedade ou grupo, pois que chegam aos indivíduos causando transformações e ressignificações dentro de uma dinâmica cotidiana que, até o contato com outras realidades, sofria pouca alteração. Portanto, os lugares de memória se justificam pelo medo do esquecimento e pelo que as diversas informações podem causar em determinados núcleos sociais.

Tradicionalmente, esses lugares de memória foram responsabilidade do Estado ou de instituições vinculadas ao Estado, ou seja, universidades, museus, arquivos, entre outras. Portanto, o trabalho de enquadramento da memória, no sentido proposto por Pollak (1989), ou o ato de lembrar ou esquecer, está a cargo de um poder institucional, porém os indivíduos e grupos estão se apoderando da possibilidade de preservar a sua memória, e o poder de escolha daquilo que merece ser cristalizado está também sob responsabilidade dos próprios sujeitos envolvidos com os eventos do passado. É o caso de muitas comunidades no interior do Brasil, que, por iniciativa particular, constroem o seu lugar de memória. Também é o caso da potencialidade que a tecnologia proporciona a esses grupos: o computador e a internet dão condições para o armazenamento de rastros do passado e sua divulgação em larga escala.

A preservação do *Lampião da Esquina* é um exemplo da independência do ato de conservar parte de um passado por meio dos indivíduos envolvidos no ativismo LGBT. Por iniciativa dos membros do grupo, neste caso Luiz Mott<sup>13</sup> que concedeu todas as edições do

---

<sup>13</sup> Prof. Dr. Luiz Mott é antropólogo, historiador, pesquisador e um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT. Fundador do Grupo Gay da Bahia (fundado em 1980), uma das principais instituições que laboram em prol dos direitos humanos dos gays no Brasil, é conhecido em todo o Brasil por suas contribuições para os estudos sobre a Homossexualidade, pesquisas sobre as Populações Afro-Brasileiras

jornal *Lampião da Esquina* digitalizadas ao Grupo Dignidade<sup>14</sup>, este, por sua vez, disponibilizou para download o periódico em seu site oficial, o jornal saiu do arquivo e penetrou nas redes cotidianas da comunidade homossexual. Ação que demonstra uma tentativa de democratização da memória, que representa uma estratégia de ação na sociedade. O ato de fazer que o passado seja lembrado pelos integrantes do grupo é uma tática para as ações do presente.

Acreditamos que essa vontade de memória evidenciada em nossa contemporaneidade vai além da aceleração da história proposta por Nora (1993, p. 7), para quem assegurar vestígios do passado é a maneira de reagir à rapidez do presente provocada pelo intenso fluxo de informações:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção de que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo de terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.

Joël Candau (2014) aplaude essa reflexão quando aponta que o desaparecimento da memória a que Nora (1993) se refere corresponde à falência das memórias unitárias. O autor observa a multiplicação de memórias particulares que reivindicam sua própria história, fato que explica a ausência de memórias organizadoras em larga escala e a manifestação de diversos grupos para tomar as rédeas de seu passado particular, ação que resulta em memórias fragmentadas. Conforme Candau, “As memórias contemporâneas seriam mosaicos sem unidade, feitas de fragmentos das grandes memórias organizadoras que foram despedaçadas,

---

e História das Religiões. Atualmente, é professor titular aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor orientador do programa de pós graduação em História da UFBA. Entre sua vasta bibliografia destacamos: *Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador, Bahia* (1987); *Sexo proibido: Virgens, Gays e Escravos nas garras da Inquisição* (1989); *Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis* (1997).

<sup>14</sup> O Grupo Dignidade é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Fundado em 1992, na cidade de Curitiba-PR, é pioneiro no estado do Paraná na área da promoção da cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).

de pedaços compostos, restos divergentes, traços heterogêneos, testemunhos opostos, vestígios incoerentes”.<sup>15</sup>

Portanto, essa vontade de memória justifica-se pela autonomia assumida pelos indivíduos pertencentes a grupos específicos em preservar os vestígios por eles produzidos ao longo do tempo. Ou seja: os sujeitos tomam a frente do seu próprio passado, conservando ou criando os monumentos que contemplam realidades e práticas do passado de uma região, de uma comunidade/grupo ou até de algum personagem representativo de uma determinada sociedade.

A construção da memória, de um grupo ou Estado, sempre tem propósitos específicos para cada caso, mas geralmente estes são referentes às esferas políticas ou culturais. Ostentar uma memória coletiva e fazê-la prevalecer em relação às demais é sinônimo de poder; demonstra como o grupo está coeso e, por isso, forte. Nessas condições, fazer prevalecer e impor, nas relações hierárquicas ou verticais, uma memória coletiva é silenciar as demais, ou seja, uma forma de subjugar (o poder) o “outro”. Já nas relações sociais horizontais, a tentativa de legitimar uma memória coletiva justifica-se por acomodar uma determinada memória no corpo social. Nesse sentido, cada sociedade vai lidar de forma específica com a sua memória e sua aceção, como bem nos mostra Jacques Le Goff (2003), no livro *História e Memória*.

Além do sentido oferecido por Halbwachs (2006), para quem a função principal da memória coletiva seria manter a coesão e a continuidade dos grupos, propomos-nos compreender a memória no que se refere à identificação entre os sujeitos que, por meio da escolha<sup>16</sup>, em um determinado tempo e espaço, constroem sua memória. Ou seja: concebemos a constituição de uma memória coletiva numa perspectiva descontínua, que obedece às necessidades de momentos específicos das sociedades. Para desvendar os motivos da existência ou inexistência de determinadas memórias, é necessário pensar no que Michel Foucault<sup>17</sup> propõe: fazer da história uma contramemória, ou seja, analisar a memória

---

<sup>15</sup> CANDAU. *Memória e identidade*, p. 188.

<sup>16</sup> LEGOFF, *História e Memória*.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 27<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

por meio da desnaturalização e da desconstrução dos seus barulhos e silêncios em determinadas épocas, buscar o não dito sobre o passado.

A relação entre memória e identidade é algo consolidado nas análises dos autores utilizados para esta reflexão, como Nora (1981); Le Goff (2003); Candau (2014); Halbwachs (2006); Pollak (1992). A identidade, no sentido de identificação entre os atores sociais, é instrumento de aproximação entre os indivíduos, e essa identificação produz memórias. Nessa perspectiva, entendemos o *Lampião da Esquina* como um jornal que resultou de um período específico da sociedade brasileira, quando esforços referentes à construção da imagem de um grupo foram potencializados. E isso indica uma movimentação significativa da comunidade homossexual, que foi interrompida com o advento da Aids na década de 1980. A imagem do homossexual ligou-se à Aids; expressões como “câncer *gay*” foram difundidas no mundo, e esses indivíduos foram silenciados mais uma vez. Após 30 anos, a questão homossexual (re)emerge na sociedade e, com ela, parte de um passado ressignificado que vem servir a propósitos do presente.

A comunidade homossexual do século XXI está emergindo, assumindo-se e reivindicando lugar legítimo na sociedade brasileira e mundial. São projetos que objetivam, desde a circulação em lugares públicos comuns a todos, a espaços nas esferas de proteção do Estado, por meio de leis que assegurem sua integridade física e moral. Essa movimentação também provoca reivindicações de um passado, de um lugar ativo na história, de uma memória coletiva que vai além da conquista em si, mas como o próprio instrumento de poder na contemporaneidade.

### **Lampião no séc. XXI**

Como refletimos até agora, entendemos que a memória coletiva é construída em um determinado tempo e espaço, os quais são específicos, descontínuos e podem ser ressignificados em outras realidades sociais distintas daquela em que foram produzidos. Por meio da escolha, consciente ou inconsciente, cada lembrança<sup>18</sup> é eleita ou esquecida pelo

---

<sup>18</sup> De acordo com Maurice Halbwachs (2006), as lembranças são as construções feitas por nós de determinados fatos ou objetos, os quais se tornam provas de certos acontecimentos. Ou seja: o fato vivo se transforma em imagens e, conseqüentemente, em lembranças.

coletivo. Outra característica da emergência de memórias diz respeito à realidade vivenciada por determinados grupos na sociedade, o que vai potencializar o retraimento ou o transbordamento das memórias que envolvem o coletivo. Nesse sentido, o aparecimento de memórias subalternas faz aflorarem conflitos entre memórias estabelecidas; estas construídas e impostas por meio das relações de poder e que se tornam organizadoras da ordem social. Essas memórias paralelas desestabilizam, fragmentam e provocam movimento nas identidades estabelecidas, o que impulsiona a construção de novas identidades.

Nessa perspectiva, vamos analisar um jornal que, entre tantos outros suportes, reflete a realidade da comunidade homossexual em um momento específico da história brasileira. *Lampião* fez parte de uma produção intensa de materiais direcionados ao público homossexual do início da década de 1960 até o início de 1980. A partir das décadas de 1980 e 1990, evidenciamos outra realidade referente às dinâmicas homossexuais: o silêncio e o monopólio discursivo sobre esses sujeitos transformou a realidade social do grupo. Por fim, tratamos do reaparecimento público do personagem homossexual, com outra roupagem, nos primeiros anos do século XXI.

Partimos mais especificamente do ano de 1961, quando o grupo Turma OK<sup>19</sup> foi fundado na Lapa/RJ. Por meio desse grupo, foram publicados alguns boletins que refletiam a dinâmica social dos homossexuais da época, tais como: *Snob* (1963-1969), *Darling* (1968) e *Gente Gay* (1976-1978). No ano de 1962, funcionou na cidade do Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Imprensa *Gay*, que foi dirigida por Agildo Bezerra Guimarães e Anuar Farah, que foi fechada pelo regime militar anos mais tarde. Conforme o próprio *Lampião*, circularam no Rio de Janeiro, entre os anos de 1960-1970, aproximadamente quinze títulos que refletiam a questão homossexual. A imprensa homossexual também foi ativa na cidade de Salvador, onde, conforme Marcus Antônio Assis Lima (2007), circularam os seguintes títulos: *Fatos e Fofocas* (1963-1967), *Zéfiro* (1967), *Baby* (1968) e *Little Darling* (1970).

Além da produção periódica alternativa, a produção artística foi potencializada como instrumento de reflexão sobre as sexualidades inerentes à sociedade da época. Um bom

---

<sup>19</sup> Segundo os próprios participantes, a Turma Ok é uma confraria *gay*, o mais antigo coletivo *gay* no Brasil, que está ainda em atividade.

exemplo é o do grupo teatral chamado *Dzi Croquettes* (1970). O grupo, formado por homens, homossexuais, que se travestiam de mulher, colocava em xeque os padrões referentes à sexualidade da época. O principal objetivo do grupo era questionar, de forma debochada e irônica, a realidade comportamental e política do cenário brasileiro do período. A ideia principal da trupe era: “Não somos mulheres, não somos homens, nós somos gente!”<sup>20</sup>; claro questionamento sobre as questões dos gêneros feminino e masculino.

Na música, o álbum dos Secos & Molhados (1973) foi destaque no que diz respeito aos questionamentos comportamentais da época. Desde as indumentárias dos integrantes, que abusavam na maquiagem, nas roupas exóticas, nos acessórios e na exposição dos corpos seminus, até as letras provocativas, como a música “O vira”, temos claros exemplos de que a temática sobre as sexualidades estava ganhando cada vez mais espaço por meio da arte.

Nas artes plásticas, destacamos Darcy Penteado, que, em 1973, apresentou sua arte em telas numa exposição onde os corpos nus emanavam provocações ao conservadorismo da época. Mais tarde, Penteado fez parte do conselho editorial do jornal e compartilhou sua arte nas folhas do *Lampião da Esquina*, na condição de um dos principais ilustradores do jornal, que, sempre com traços simples, conseguia sugerir mensagens que evidenciavam as homossexualidades.

Nos espaços acadêmicos, o professor Peter Fry, que também foi membro do conselho editorial de *Lampião*, foi um dos primeiros estudiosos a contribuir com o debate sobre as homossexualidades na década de 1970. Ele inspirou uma geração de pesquisadores, entre os quais destacamos: Carmen Dora Guimarães, Luiz Mott, Edward MacRae, James N. Green, Nestor Perlongher, Richard Parker e Veriano Terto Júnior. Todos esses estudiosos foram precursores de reflexões que abarcavam o sujeito homossexual não mais como anormal ou patológico, mas como indivíduo inserido na sociedade, cujas problemáticas o colocavam em posição marginal e estigmatizada.

---

<sup>20</sup> Trecho extraído do documentário *Dzi Croquettes*, dirigido por Tatiana Issa e Raphael Alvarez em 2009.

Nesse mesmo período, o movimento feminista brasileiro começava a questionar o papel da mulher na sociedade. De acordo com Joana Maria Pedro<sup>21</sup>, a Segunda Onda do Feminismo<sup>22</sup> começou a despontar na América Latina. No caso do Brasil, a autora destaca que,

O feminismo que surgiu durante a ditadura militar no Brasil, esteve diretamente envolvido com grupos de esquerda. Salvo raras exceções, a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo, nesse período, participava de grupos de resistência, era simpatizante ou tinha familiar envolvido nestas lutas.

Os estudos feministas que começaram a se configurar a partir da década de 1970 foram de extrema importância para o (re)pensar a questão homossexual, isso porque o movimento feminista daquele período trouxe para o debate questões relacionadas ao corpo e ao prazer, que eram uma das principais pautas do movimento homossexual da época, como como podemos evidenciar em nossas reflexões sobre *Lampião da Esquina*.

No final dos anos de 1970, organizações não governamentais direcionadas para o público homossexual se formaram. Os coletivos Somos, Eros e Libertos são os primeiros a se organizar, incentivando a formação de outros em diversas cidades brasileiras. Essas ONGs representavam a comunidade homossexual nos debates sobre as minorias e promoviam encontros para reflexão sobre a situação a que estavam expostos os sujeitos homossexuais.

O sujeito homossexual marcava presença na grande mídia, mais especificamente no jornal *Última Hora*, na cidade de São Paulo, em 1976. Esse periódico deu guarida à “Coluna do meio”, que teve como idealizador o jornalista Celso Curi. Foi o primeiro espaço oficial direcionado ao público homossexual, porém, em decorrência da pressão de grupos econômicos que sustentavam o jornal e de questionamentos dos próprios leitores, o espaço

---

<sup>21</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, J. M. e WOFF, C. S. (orgs). *Gêneros, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.115-137.

<sup>22</sup> Costuma-se chamar de feminismo de “Segunda Onda” o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo e ao prazer e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. É assim chamado para se diferenciar do que é considerado como “Primeira Onda” do feminismo, movimento que esteve centrado na reivindicação de direitos políticos para a mulher— como o de votar e ser votada (ou eleita). Há discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo. (PEDRO, 2010, p.115).

foi extinto. E o jornalista responsável pela coluna sofreu investigação policial por atentado ao pudor.

Esses são alguns traços que marcaram a comunidade homossexual entre as décadas de 1960-1970, quando se podia constatar a existência de uma movimentação significativa sobre as questões referentes às homossexualidades. Uma produção reflexiva estava em formação, expandindo e fortalecendo o grupo, porém a chegada dos anos 1980 influenciou o processo pelo qual o grupo se constituía no que diz respeito ao espaço público.

O início dos anos de 1980 foi marcado pela eclosão da epidemia da Aids no mundo, que acreditamos ter sido um fato que influenciou o processo de formação da comunidade homossexual, iniciado desde a década de 1960. Nos primeiros anos da descoberta da Aids, o sujeito mais atingido moralmente pela doença foi o homossexual, como podemos evidenciar pelos termos utilizados à época para se referir à epidemia: “câncer *gay*” ou “peste *gay*”. Essa representação da Aids como uma doença específica e proliferada pelo público homossexual provocou uma repulsa social, que se justificava pelo receio de uma epidemia. De acordo com Richard Miskolci<sup>23</sup>, “a epidemia inicial de HIV/aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos contribuindo para que certas identidades, vistas como perigo para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada”.<sup>24</sup> Só um pouco mais de um ano após a identificação dos primeiros casos se constatou que todos os seres humanos estavam vulneráveis à síndrome, porém a associação do vírus aos homossexuais já estava consolidada no imaginário popular.

Por outro lado, tal situação provocou cada vez mais uma aproximação do Estado à comunidade homossexual. A parceria com o poder público foi acionada para o combate da Aids e conscientização do grupo quanto ao risco de uma epidemia. Vale lembrar que o Estado investiu na conscientização de todo o corpo social, independente de gênero e “orientação” sexual, principalmente no que diz respeito a publicidade do uso de preservativo

---

<sup>23</sup> MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, A. F. S., SABATINE, T. T., MAGALHÃES, B. R. (orgs). *Michel Foucault, sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitaria, 2011, p.47-68.

<sup>24</sup> MISKOLCI. *Não ao sexo rei*, p. 49.

nas relações sexuais. Na esteira de Foucault<sup>25</sup>, podemos descrever essa intervenção como uma ação do bio-poder, ou seja, uma série de intervenções e controles reguladores direcionados à comunidade homossexual, sob a justificativa de preservação da saúde do corpo social. Tal ação potencializou a criação da categoria LGBT e de políticas públicas específicas direcionadas à saúde do grupo. Nesse cenário, merecem menção as ponderações de Miskolci:

Em suma, a epidemia de HIV/aids foi um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade como um todo, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades. Nesse novo contexto, o dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo<sup>26</sup>.

A *heteronormatividade*<sup>27</sup>, uma das principais estratégias de regulação e controle produzidas pelo dispositivo de sexualidade no final da década de 1980, com o advento da epidemia da Aids, passaria a normatizar, conforme Richard Miskolci<sup>28</sup>, as práticas homossexuais: a pressão social vai além de uma *heterossexualidade compulsória*<sup>29</sup>, que de acordo com Judith Butler<sup>30</sup>, diz respeito ao indivíduo que é forçado a ser heterossexual; o objetivo é

---

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

<sup>26</sup> MISKOLCI. *Não ao sexo rei*, p. 50.

<sup>27</sup> Para Miskolci, a *heteronormatividade* é a nova ordem sexual do século XXI; seus principais preceitos são um modelo de vida afetiva coerente com o modelo heterossexual (monogâmico), e uma identidade de gênero coerente com o sexo (ser homossexual sem parecer *gay* ou lésbica); é “uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico ‘sexualidades’ que evidencia seu objetivo”: formar todos para ser heterossexuais ou organizar “suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”. (MISKOLCI, 2009, p. 157). O autor acredita que, a partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) da homossexualidade, é visível o início de uma investida *heteronormativa* na vida da população homossexual.

<sup>28</sup> MISKOLCI, Richard. *A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normatização*. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

<sup>29</sup> Judith Butler (2003) esclarece que tal norma faz referência à obrigatoriedade dos indivíduos de ser heterossexuais: todos que desviem desse princípio são considerados anormais ou doentes que precisam de ajuda médica. A maior manifestação da heterossexualidade compulsória é a prática da homofobia, ou seja, a repulsa e o preconceito contra os homossexuais, expressos pela violência física ou moral.

<sup>30</sup> BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

influenciar as relações afetivas homossexuais para que sigam os padrões heterossexuais, sendo a monogamia a base dos relacionamentos.

Conforme Júlio Assis Simões e Regina Facchici, na obra *Na trilha do arco-íris*<sup>31</sup>, o final dos anos 1980 e início 1990 configurou sob novas roupagens o movimento LGBT: agora influenciado pela presença da biopolítica, receberia financiamento de projetos direcionados à comunidade homossexual, faria que o grupo assumisse formas diferentes da imagem potencializada nos anos 1970. Essa aproximação com o poder público tornou legítimo, ainda que de forma tímida, o movimento LGBT na sociedade da década de 1990, de acordo com Simões e Facchini:

A partir dos anos 1990, podemos identificar a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, bem como com a formação de quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. Esse novo formato sedimentou-se, em boa parte, por meio da experiência das ONGs-Aids, nas quais atuaram muitos militantes vindos do período anterior, bem como outros recrutados nesse momento. Grupos e associações ganham acesso a recursos e infraestrutura, mas a demanda pelos financiamentos governamentais e internacionais passou a produzir também um ambiente bastante competitivo, em que as disputas se exercitam não apenas nos fóruns da militância, mas nos grupos e listas de discussão da internet, cada vez mais numerosos<sup>32</sup>.

Na percepção dos autores, a principal forma de ação do grupo LGBT foram as ONGs, que, junto ao poder público, propuseram ações e solicitaram investimentos. Outro fator que contribuiu para a organização de associações foram as preocupações com as (novas) identidades. Só o fato da criação da categoria LGBT<sup>33</sup> evidencia a preocupação do grupo em deixar claro que a comunidade homossexual era composta de subgrupos distintos, o que refletiu na diversidade de ONGs e associações. Eventos direcionados ao lazer/política, como

---

<sup>31</sup> FACCHICI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

<sup>32</sup> FACCHINI. *Na trilha do arco-íris*, p. 61-62.

<sup>33</sup> LGBT ou LGBTTT, se refere à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, é muito utilizado no Brasil do século XXI, contudo na história recente LGBT encontramos outros termos que foram utilizados como GLS; GLBS; GLBT; LGBTs; LGBTTTIA; e, LGBTI. Este último é a sigla mais utilizada por entidades governamentais como a ONU.

a Parada do Orgulho *Gay* e o Miss *Gay/Transexual/Travesti*, também foram criados na década de 1990. Percebemos que a movimentação homossexual do final do século XX diferenciou-se muito das décadas de 1960 e 1970, que atuaram de forma completamente autônoma, com objetivos menos institucionais e mais voltados para a existência pública desses indivíduos e as problemáticas inerentes às práticas entre eles e a sociedade.

A primeira década do século XXI vai mostrar-se ainda mais plural. As questões referentes às identidades de gêneros, “orientação” sexual e política institucional começariam a provocar um profundo debate, que se vem refletindo nos espaços públicos, provocando uma intensa discussão em vários âmbitos da sociedade, segundo Simões e Facchini:

As reivindicações do movimento LGBT têm ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos através do judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comunidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans<sup>34</sup>.

As mídias sociais desempenham papel importante na ampliação da reflexão acerca das problemáticas e reivindicações da comunidade LGBT. Por meio de *sites* e *blogs* especializados ou ecléticos, as informações referentes às homossexualidades chegam ao grande público. Revistas em formato digital, como: *Coletivo Geni*, *Revista Memória LGBT*, canal no *YouTube Põe na Roda*, [*SSEX BBOX*] são quatro entre tantos outros espaços disponíveis na *web* para se discutirem questões voltadas para as relações de identidade de gênero e “orientação” sexual. Na maioria das vezes, esses *blogs* são criados de forma independente e com a colaboração de muitos usuários de diversas áreas.

Acreditamos que o computador e a *internet* se tornaram ferramentas de interação que possibilitaram um intenso fluxo de informações, que alteraram a dinâmica das relações

---

<sup>34</sup> FACCHINI. *Na trilha do arco-íris*, p. 18.

sociais, em especial da categoria LGBT. De acordo com Manuel Castells<sup>35</sup> (2005), a tecnologia da comunicação e informação não determina a sociedade, mas ela é a sociedade; isso porque é a sociedade que dá forma à tecnologia conforme as suas necessidades e interesses. A tecnologia não tem vida própria; ela precisa do raciocínio e da engenhosidade dos seres humanos para se tornar produtora de dinâmicas sociais; caso contrário, seria um projeto fracassado.

Conforme o autor, as redes de tecnologia estão potencializando de forma distinta as dinâmicas no que diz respeito às redes sociais, que, como Castells (2005) destacou, sempre existiram. A configuração na qual as redes de tecnologia se moldaram (e continuam se moldando) gira em torno da descentralização e autonomia dos indivíduos, os quais são produtores de conhecimento e compartilhadores de informação. Essa nova vertente de interação das redes possibilita novas dinâmicas sociais, conforme identificamos com relação ao movimento no espaço público em que está inserida a categoria LGBT, entre outros segmentos sociais.

Por meio das tecnologias da informação, a comunidade LGBT está ampliando a reflexão referente às homossexualidades, o que, conseqüentemente, constrói terreno seguro para as suas ações políticas e sociais. Nessas condições de produção, as tecnologias da informação, além de promoverem um debate intenso acerca das sexualidades, estão possibilitando a construção e a divulgação de uma memória LGBT.

Por esse viés, evidenciamos a intensa disponibilidade, na *web*, de artigos, livros, dissertações e teses acadêmicas voltadas para a investigação de questões referentes às homossexualidades; o compartilhamento de materiais audiovisuais que evocam o passado da comunidade LGBT, por meio de filmes e documentários; a criação e divulgação de espaços específicos da memória LGBT, das quais destacamos projetos já concretizados como: a criação da Rede LGBT de Museologia Social, ocorrida no último Fórum Nacional de Museus (2012); o Museu da Sexualidade (Salvador, Bahia), criado pelo Grupo *Gay* da Bahia (GGB), em setembro de 2008, primeira instituição de memória do país que abarca o tema da

---

<sup>35</sup> CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CARDOSO, Gustavo; \_\_\_\_\_ (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005, p.17-30.

sexualidade; e, as exposições *Sim, estou vivendo: Registros fotográficos de uma sociedade plural e do babado* e *Registros de uma sociedade plural e homofóbica*, promovidas pelo Museu da Bandeiras (IBRAM-Minc), primeiro espaço federal a contemplar a questão LGBT em suas exposições temporárias. Entre os projetos em andamento: a inclusão da comunidade LGBT, no Museu do Círio de Nazaré (Pará), o que se justifica pela participação do grupo no fim da procissão do Círio, quando ocorre a festa das Filhas das Chiquita; o reconhecimento de espaços e festas de sociabilidade LGBT na qualidade de patrimônio nacional, tal qual o Cabaret Casanova (Lapa, RJ), a mais antiga casa noturna do gênero em funcionamento no Brasil, e as Paradas *Gay* em diversas cidades brasileiras.

O trabalho de evocação do passado ainda pode ser evidenciado na emergência do *Lampião da Esquina*, que, além de estar disponível para *download* na *internet* a quem estiver interessado, está presente em muitas discussões pertinentes à comunidade LGBT, em publicações acadêmicas, midiáticas e autônomas. *Lampião* tornou-se uma das referências de um passado, que está sendo reivindicado nos últimos anos pelo grupo. O jornal faz parte de uma memória que está em transbordamento e construindo-se conforme os interesses conscientes e inconscientes não apenas do grupo, mas da sociedade como um todo. Nesse processo, há o trabalho de seleção e interpretação que dará forma ao passado da comunidade LGBT conforme os seus objetivos do presente.

Na perspectiva segundo a qual a construção da memória é instrumento das dinâmicas saber/poder potencializado pelas relações do presente, entendemos que as ações provocadas pela comunidade LGBT no início do século XXI desencadearam uma vontade intensa de memória. Essa busca de um passado comum do grupo justifica-se em dois pontos. O primeiro corresponde à construção de uma memória comum no sentido de coesão dos membros do grupo por meio da identificação de um passado. Halbwachs (2006) utiliza o termo “comunidade afetiva” para descrever a utilização da memória como estratégia de identificação entre os membros de um determinado grupo. O segundo refere-se à alocação de um grupo em um passado em que foi silenciado e marginalizado, ao questionamento de uma memória dominante. A proposta da incorporação de personagens ausentes numa primeira produção discursiva de um passado é identificada por Foucault (2006) como um trabalho de contramemória.

Essas duas direções que a memória pode percorrer levam-nos à seguinte reflexão: a construção da memória LGBT possui objetivo certo, de legitimar as ações e reivindicações da comunidade no presente, por meio da coesão, pela identificação dos indivíduos e do reconhecimento das ações do grupo em um determinado período histórico. Nesse sentido, entendemos a memória como uma produção discursiva e instrumento nas relações de poder que envolvem o grupo na sociedade do século XXI. Conforme Pollak, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]”.<sup>36</sup> Portanto, a produção da memória LGBT não é estática, mas está em constante movimento e diálogo com os diversos segmentos sociais; e sua cristalização ocorrerá após intensas negociações nas esferas institucionais da sociedade.

Evidenciamos que a atuação do *Lampião da Esquina*, durante a ditadura militar brasileira, vem sendo mencionada em livros<sup>37</sup>, teses<sup>38</sup>, dissertações<sup>39</sup>, monografia<sup>40</sup> e em diversos espaços, especializados ou não. A última menção ao jornal foi na Comissão da Verdade<sup>41</sup>, quando foram mencionadas as perseguições contra a população LGBT durante o período militar. Nesse sentido, *Lampião* é evocado, pois foi alvo da ditadura, sofreu inquérito, foi investigado e seus idealizadores perseguidos por quase um ano, acusados de atentado ao pudor.

---

<sup>36</sup> POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 5.

<sup>37</sup> COELHO, V., *Lampião da Esquina: porta voz dos homossexuais (1978-1981)*; SIMÕES, A. C., *E havia um Lampião na Esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980)*; GREEN, J., QUINALHA, R. *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*.

<sup>38</sup> BRAYNER, A. R. A., *Lampião: um bandido social?: análise discursiva da revista Lampião da Esquina*.

<sup>39</sup> BANDEIRA, M. L. G. *Será que ele é? Sobre quando o Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa*; HEEREN, J. A. C. *O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião*.

<sup>40</sup> MOSQUEIRA, D. S. B., *Acorda Maria Bonita: representações femininas nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981)*.

<sup>41</sup> Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que tem por objetivo investigar violações de direitos humanos consideradas graves e ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil, executadas por agentes do Estado. No dia 29/03/2014, foi realizada uma audiência pública sobre “Ditadura e homossexualidade no Brasil” no Memorial da Resistência, sede do antigo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) na cidade de São Paulo, momento em que refletiram sobre a perseguição que a comunidade homossexual sofreu no período de 1964-1985. O debate contou com a presença da Marisa Fernandes, professora da PUC-SP e militante LGBT, e com o professor brasileiro James Green e militante LGBT.

Tal ação rompe com a ideia maniqueísta de que a ditadura militar brasileira foi composta basicamente pela direita (militares) e a esquerda (comunistas), possibilitando desnudar a ação de outros grupos que questionaram o regime militar, não apenas pelo viés da esquerda tradicional, mas também por meio da problematização dos padrões comportamentais existentes à época. As ações da comunidade homossexual das décadas de 1960 e 1970 refletiram a política pelo viés da sexualidade: ao problematizarem o corpo, o desejo e o prazer, acabavam problematizando o corpo social como um todo em todas as instâncias de poder.

É evidente que os estudos sobre o período da ditadura militar brasileira negligenciaram, em sua maioria, a existência ativa do movimento homossexual durante o governo militar. As pesquisas acadêmicas voltadas para esse período ainda continuam colaborando para uma representação binária desse passado, entre esquerda *versus* direita. Mesmo com os esforços de uma parcela de pesquisadores interessados pela diversidade de indivíduos que resistiram à ditadura, continuamos reproduzindo uma perspectiva dualista das forças atuantes no período.

Ainda destacamos as ações da própria comunidade LGBT, que, por meio de esforços particulares, ou seja, longe de todas as esferas do poder público, têm procurado desnudar o passado do grupo de forma estratégica para a legitimação de suas práticas reivindicatórias do presente. A memória, para além da afirmação identitária, evidencia um instrumento de resistência. De acordo com Pollak (1989), essas memórias clandestinas submetidas a um longo silêncio estão longe de serem esquecidas; mesmo no subterrâneo, conduzem o seu trabalho de subversão porque não se deixam esquecer e, de maneira sutil, reconstroem-se e emergem no corpo social, em momentos propícios, como instrumento para legitimar-se e, conseqüentemente, exigir os seus interesses.

Estamos presenciando, no século XXI, uma significativa atuação e avanços da comunidade LGBT na sociedade, especialmente no que diz respeito a reivindicações de direitos junto ao poder público. Muitas conquistas foram concretizadas nesse início do século XXI, tais como o casamento e os benefícios que a união civil traz ao casal desde 2013; a

implantação, desde 2008, do processo transexualizador<sup>42</sup> no Sistema Único de Saúde (SUS). Vale lembrar que este ainda é um processo muito burocrático e exige muita paciência dos envolvidos. Também já foi garantido a utilização do nome social pelo qual as pessoas que se classificam como trans preferem ser chamadas pelos órgãos públicos e, conseqüentemente, pela sociedade. Contudo, ainda é problemático e causa muita resistência por parte da população o uso de banheiros, por exemplo. Nesse cenário, evidenciamos que, ao mesmo tempo em que existe um empenho por parte do grupo para concretizar seus direitos, há um trabalho de reconstrução e exposição de um passado no qual a população LGBT esteve ativa, anunciando, em momentos históricos específicos, sua atuação na sociedade.

Entendemos o jornal *Lampião da Esquina* como parte de um passado ativo; não o único, mas um dos mais expressivos e que está sendo convocado constantemente por pesquisas acadêmicas, pela comunidade LGBT e pelo poder público. A lembrança frequente do jornal pode ser justificada pela circulação contínua em três anos consecutivos, pelo forte trabalho ativista desempenhado pelo periódico à época e pelo considerável prestígio de seus idealizadores, que, em sua maioria, eram intelectuais estabelecidos profissionalmente. Esses elementos fazem de *Lampião da Esquina* uma das mais expressivas fontes do passado recente, no qual se tornou evidência concreta da participação dos indivíduos homossexuais nas redes de relações que têm composto a sociedade brasileira.

---

<sup>42</sup> O processo cirúrgico de adequação do corpo biológico à identidade de gênero do indivíduo.

## Entrevista com a professora e pesquisadora Sarug Dagir Ribeiro (UFOP), por *Revista* *Temporalidades*



**Cássio Bruno de Araujo Rocha**

Doutorando em História na  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[caraujorocho@gmail.com](mailto:caraujorocho@gmail.com)

**Valdeci da Silva Cunha**

Doutorando em História na  
Universidade Federal de Minas Gerais  
[Valdeci.cunha@gmail.com](mailto:Valdeci.cunha@gmail.com)

A 17ª edição da revista *Temporalidades* conta com o dossiê *Gênero e sexualidade na História*. Esta temática, indo além da história das mulheres, questiona as identidades dadas, recolocando-as em suas dimensões históricas, o que, nas palavras de Joan Scott<sup>1</sup>, possibilita uma visão mais ampla de gênero, analisando-o não somente no sistema de parentesco, mas no mercado de trabalho, na educação, na organização política e nas instituições. Finalmente, a revista *Temporalidades*, com este dossiê, apresenta uma contribuição para a disciplina histórica, mostrando como as questões de gênero e sexualidade, em sua heterogeneidade, envolvem os significados de poder (dominação masculina e masculinidades), a orientação sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade) e a problematização da incontestabilidade da diferença anatômica<sup>2</sup> (SCOTT, 2012), entre vários outros problemas.

---

<sup>1</sup> SCOTT, Joan. "Gender: a useful category of historical analysis.", *The American Historical Review*, 91, 5, (1986), p. 1053-1075.

<sup>2</sup> SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. Trad. Ana Carolina E. C. Soares. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro**

Possui Graduação em Psicologia nas modalidades de Bacharelado, Licenciatura e Psicólogo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002), Mestrado em Letras na Área de Concentração de Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Colaboradora do Programa de Educação para a Diversidade, onde atuou como tutora a distância nos cursos de Atualização “Gênero e Diversidade na Escola” (2009), “Educação para a Diversidade e a Cidadania” (2010) e no curso de Especialização de Gestão em Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Raça (2011-2012). É colaboradora do Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (NEAM) da FALE / UFMG e do grupo de pesquisa Água, Mulheres e Desenvolvimento (AMDE) da UFOP. Tem experiência nas áreas de psicologia, teoria da literatura, filosofia e educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação para a diversidade, educação à distância, direitos humanos da população LGBTs, ética, estética, o hermafrodita na antiguidade clássica e na filosofia de Michel Foucault. Atualmente pesquisa sobre lideranças femininas e suas representações em contextos literários.

A revista conta com sua importante contribuição para o dossiê e lhe propõe a seguinte entrevista.

**Revista Temporalidades:** Gostaríamos que a você contasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica: como se deu seu interesse pela psicologia e, posteriormente, pela literatura e pela teoria da literatura? Você tem desenvolvido alguma pesquisa, atualmente, nesses campos ou em diálogos entre eles?

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro:** Sobre a minha trajetória acadêmica: sou formada em Psicologia pela UFMG nas modalidades de Bacharelado, Licenciatura e Formação de Psicólogo, concluído em 2002. Sou Mestre em Letras, Teoria da Literatura pelo Pós-Lit UFMG, concluído em 2006.

Meu interesse pela Psicologia foi despertado desde quando eu cursava o Segundo Grau na cidade de São João Del Rey-MG entre os anos de 1993 a 1995 no Centro Educacional Presidente Tancredo Neves – CETAN (atualmente extinto), que funcionava em regime de internato misto (tanto para moças quanto para rapazes), sob a direção religiosa da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e que diplomava Técnicos em Agropecuária. Naquela oportunidade, tive excepcionais professores e uma formação sólida tanto nos conhecimentos técnico-científicos, quanto nos preciosos preceitos religiosos. Durante essa formação, houve uma oportunidade de visita monitorada ao *Campus* Dom Bosco da Universidade Federal de São João Del Rey, onde funcionava, e acredito que ainda funcione,

o Curso de Psicologia daquela Instituição de ensino superior. Nessa ocasião, pude conhecer diversos laboratórios de psicologia experimental e aprendi um pouco sobre o que um Psicólogo faz no seu cotidiano profissional. Fiquei maravilhada também com a imensidão de livros da biblioteca universitária.

Outro fato que talvez foi decisivo na minha escolha pelo Curso de Psicologia, na ocasião do exame Vestibular do ano de 1997 na UFMG, fora o fato da minha trajetória clínica de analisanda. Minha análise pessoal com uma psicanalista iniciou-se quando eu tinha apenas 14 anos de idade em Salvador –BA, cidade onde eu morava com minha família. Depois, com minha mudança de cidade e Estado, continuei minha análise pessoal em São João Del Rey-MG. E finalmente prossigo em Belo Horizonte-MG, onde tive a mesma psicanalista desde o primeiro semestre do Curso de Psicologia (1997) até o final do curso de Mestrado (2006). É válido deixar registrado meu reconhecimento à Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) em toda minha trajetória acadêmica na UFMG. Essa trajetória clínica de análise pessoal, sem dúvida, foi decisiva na minha escolha pelo Curso de Psicologia, como também em todas as minhas escolhas na vida, sendo uma das mais importantes, a minha "transexualização". Pois, a análise, dentre muitas coisas, possibilitou-me conhecer melhor a mim mesmo, desenvolver amor próprio, e construir e destino diferente e mais feliz aos meus medos e desejos. Hoje posso dizer que sou uma pessoa melhor, mais feliz e satisfeita comigo mesmo. E essa base sólida de anos de análise pessoal possibilitou-me passar pelo processo "transexualizador" de maneira menos turbulenta e conflitante.

A psicanálise sempre me fascinou, eu já lia Freud e Jung antes de ingressar no Curso de Psicologia da UFMG. Lembro que, com apenas 15 anos de idade, eu comprei um livro intitulado *Estudos sobre Psicologia Analítica de C. G. Jung* (Obras completas de C. G. Jung, volume VII), em que, através desse manuscrito, pude conhecer o tema do Eu e do Inconsciente.

Já meu interesse pela literatura surgiu desde a infância, minha família, sempre disponibilizou acesso a livros e literatura em geral desde muito cedo. Sempre gostei de ler. Lembro que na disciplina de Literatura durante o Segundo Grau eu procurava ler todos os livros indicados. Guardo felizes lembranças de Eça de Queiroz (*Eurico, o presbítero*), Graciliano Ramos, José de Alencar (*O guarani, Iracema*, etc.).

Outro fator que talvez também tenha influenciado meu interesse pela literatura tenha sido o fato de que, durante o curso de Graduação de Psicologia, eu procurei sempre me matricular em disciplinas na modalidade de eletivas no curso de Letras, Filosofia e Medicina. Na Faculdade de Letras da UFMG, cursei disciplinas de Língua Alemã (I, II, III, IV, V, VI, Fonética da Língua alemã), na

época possibilitou-me começar a ler Freud em alemão. Cursei também língua grega (I, II, III, IV, Tópicos Especiais), o que me ajudou numa maior compreensão dos textos clássicos como a *Teogonia* de Hesíodo, *Odisséia* de Homero, Platão, Teofrasto, dentre outros. Essa base de língua e cultura grega foi fundamental ao desenvolvimento do meu trabalho de Mestrado em torno do Hermafrodita, pois a visão sobre o *hermafrotia* na antiguidade clássica possibilitou minha leitura mais aprofundada do texto de Herculine Barbin (indivíduo de condição hermafrodita que viveu no século XIX).

Atualmente desenvolvo estudos e pesquisas que estão sendo apresentadas em congressos e simpósios na área em torno da escritora e psicanalista francesa Marie Bonaparte.

**Revista Temporalidades:** Como foi o processo de delimitação teórica da pesquisa de mestrado? Você poderia fazer uma apresentação sobre ela? Como avalia o impacto do pensamento de Michel Foucault sobre a sexualidade em sua pesquisa?

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro:** O processo de delimitação teórica da minha pesquisa de Mestrado, intitulada *Grandeza e decadência de uma escrita de si: reflexões em torno da autobiografia* (2006), foi centrada sobre o livro *Herculine Barbin, o diário de um hermafrodita*, cujas memórias foram editadas e prefacadas pelo filósofo francês Michel Foucault. Então, minha Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura trata da autobiografia de Abel / Adelaide Herculine Barbin (1838-1868), indivíduo de sexo indefinido que, até os 20 anos de idade, viveu como mulher, exercendo o cargo de professora num Colégio para moças no interior da França, e que, por volta dos 21 anos de idade, por decisão do Tribunal Civil de Saint-Jean d'Angély, é obrigada a trocar de identidade civil, sendo a partir de então considerado um homem. Contudo, não se adapta às exigências de sua nova identidade, o que o leva a se suicidar aos trinta anos de idade em Paris. O trabalho consistiu em seguir a trilha do texto de Barbin, classificando-o como um texto autobiográfico, em que detectei representações literárias e míticas em torno da figura do hermafrodita. O empreendimento foi estabelecer um diálogo entre teorias e o texto literário (manuscrito de Barbin). O estudo foi dividido em cinco capítulos, sendo que: o primeiro refere-se ao preâmbulo geral da pesquisa, clarificação do método de trabalho e escolha do instrumental teórico, e a súmula do caso: Abel / Adelaide Herculine Barbin.; no segundo capítulo, me ative ao conceito e o *status* literário da autobiografia, e sua relação com a vida em geral; o terceiro capítulo foi sobre as características específicas da autobiografia de Barbin, a maneira como ele ou ela se ficcionaliza no texto, tornando-se mito de si mesma e sua relação com o mito do hermafrodita e do andrógino; o

quarto capítulo foi sobre a relação entre a escrita e o afeto e as peculiaridades do manuscrito de Barbin, sua dor de existir que culmina com o suicídio; o quinto e último capítulo foi sobre o exílio e morte social de Barbin, e realizo um réquiem fazendo uma apologia da sua autobiografia.

O impacto do pensamento de Michel Foucault sobre a sexualidade na minha pesquisa foi de enorme valia. Sem dúvida, ele foi uma das principais referências teóricas da minha Dissertação. Sabemos que Foucault continuaria escrevendo a série *História da sexualidade* dedicando um volume sobre os indivíduos intersexuais e ou hermafroditas. Contudo, a doença tirou-lhe a palavra. Michel Foucault escolhe a história de Herculine Barbin, por vários motivos, sendo os principais deles a época em que Barbin viveu, ou seja, o século XIX, época onde houve um enorme interesse da nossa sociedade sobre o verdadeiro sexo das pessoas. Ocorreu um verdadeiro caças as bruxas em torno dos indivíduos intersexuais ou hermafroditas. Nessa época, a medicina, a religião e o judiciário se unem em prol da sexualidade sadia e normal. Bom, recomendo a todos a leitura do texto.

**Revista Temporalidades:** Você poderia explicitar os usos políticos do termo *hermafroditos* em sua dissertação? Por quê esta escolha? Como foi o diálogo com a bibliografia específica sobre o tema? Há um contato ou diálogo com o movimento político contemporâneo das pessoas intersexuais?

**Profa. Ms. Sarug Dagir:** Durante o processo de desenvolvimento da minha Dissertação, tive a feliz oportunidade de ser orientada pela professora Dra. Tereza Virginia Ribeiro Barbosa, professora de língua e literatura grega. Assim, a minha formação em cultura clássica e língua grega coadunou-se com o perfil da minha orientadora. Desta maneira, escolhi o termo *hermafroditos* por que eu quis manter o sentido originário da palavra, cuja raiz é grega.

Na minha pesquisa de Mestrado, utilizei a versão mais famosa do mito do hermafrodita dos estudos clássico, aquela de Ovídio no livro das *Metamorfoses*, que em linhas gerais conta sobre o passeio de um belo jovem que saiu pelo mundo e num certo dia encontra um lago de águas muito atraentes. Então, resolve parar e se banhar nas águas. Nesse lago, vivia uma ninfa, chamada Salmácida, que, vendo o rapaz, tenta seduzi-lo. Eles entram em combate, num tipo de luta corporal. Percebendo que não ia conseguir conquistar o jovem, a ninfa resolve clamar aos deuses que a una ao belo rapaz. Sendo assim, os deuses resolvem atender seu pedido. Desta maneira, surge o *hermafroditos*.

Sabemos que a iconografia mais famosa do hermafroditos é caracterizada por um ser feminino, com traços finos e delicados, mas apresenta um pênis ereto entre as pernas. Ou seja, há a primazia do princípio masculino. Na sua linhagem, ele é irmão de Príapo e Eros. Seu pai seria Hermes e sua mãe Afrodite. Portanto, mantendo a palavra *hermafroditos* na minha dissertação eu quis apontar para esse sentido originário do termo e do mito. Apesar da minha Dissertação não dialogar diretamente com o movimento político contemporâneo das pessoas intersexuais, acredito que há uma potência política do termo *hermafroditos*.

**Revista Temporalidades:** Qual a importância, a seu ver, de se tematizar, em uma pesquisa acadêmica, textos referentes a sujeitos que excedem de alguma forma a categoria cultural do humano, que estão, nos dizeres de Foucault, em um limbo de uma não identidade sexual?

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro:** Considero relevante e importante tematizar em uma pesquisa acadêmica textos referentes a sujeitos que excedem de alguma forma a categoria cultural do humano ou apontam em suas vidas para uma confusão de fronteiras, no caso, de sexo e ou gênero, pois, com isso, justamente se restitui a humanidade para essas pessoas.

Judith Butler, em um determinado ponto de suas reflexões, coloca que os indivíduos intersexuais, *hermafroditas*, travestis, transexuais, dentre outros, são considerados por alguns como pertencentes à categoria do inumano ou do não humano. E isso é forte fonte, por parte da sociedade, de preconceito, discriminação, violência, etc. Na minha opinião, a importância de se tematizar, em pesquisa acadêmica, seja a vida e ou a obra desses sujeitos é de fundamental importância na construção de um mundo com menos preconceito e violência.

**Revista Temporalidades:** Como a questão de gênero dialoga com sua pesquisa? Qual o significado possível do gênero em um ambiente cultural marcado pelo pós-gênero do *ciborgue*?

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro:** Sobre a maneira como a questão de gênero dialoga com minha pesquisa, no caso, minha Dissertação de Mestrado, posso dizer que a temática de gênero perpassa toda a pesquisa, pois, afinal, trato da experiência de vida de um indivíduo de condição hermafrodita

ou intersexual. Contudo, não utilizo no meu referencial teórico trabalhos de autoras do movimento feminista contemporâneo consideradas de grande importância e fundamentais na discussão de gênero nos dias atuais, como Judith Butler, Donna Haraway, Gayle Rubin, dentre outras. Pois, naquela ocasião, procurei dar rentabilidade teórica ao texto de Barbin, utilizando uma perspectiva literário-filosófica baseadas nos conceitos de escrita de si (Michel Foucault desenvolve esse conceito no livro *O que é um autor*), escritura (Roland Barthes desenvolve esse conceito no livro *Novos ensaios críticos e o grau zero da escritura*), autobiografia (Mikhail Bakhtin, desenvolve esse conceito no livro *Estética da criação verbal*) e o mito (utilizo um amplo referencial), dentre outras fontes bibliográficas.

Minha opinião sobre o significado possível do conceito de gênero em um ambiente cultural marcado pelo pós-gênero do *ciborgue*, seria como algo muito complexo e desafiador. Pois vivemos em um mundo com muitas realidades sociais e contradições, onde estão presentes posições e ideologias muito diferentes e contraditórias. Encontramos relações ainda marcadas pelo patriarcado, pelo machismo, pela dominação do homem sobre a mulher, etc, por outro lado, encontramos situações de maior equidade de gênero, situações menos marcadas pela heteronormatividade como as novas configurações familiares com famílias homoafetivas e ou homoparentais. Se, por um lado, temos um maior número de mulheres no ensino superior, por outro, ainda encontramos desigualdades salariais entre homens e mulheres exercendo a mesma função ou a divisão entre profissões tidas como femininas e outras masculinas. O que na realidade é uma tolice, pois as mulheres podem exercer todas as profissões, e estendo isso as transexuais, travestis e intersexuais.

Gosto muito de um pequeno mas denso livro de Tomaz Tadeu da Silva e Donna Haraway intitulado *Antropologia do ciborgue : as vertigens do pós-humano* (2000), em que há uma passagem que reproduzo aqui, que ao meu ver é fantástico, vejamos:

Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. (...) O sexo-ciborgue restabelece, em alguma medida, a admirável complexidade replicativa das samambaias e dos invertebrados, esses magníficos seres orgânicos que podem ser vistos como uma profilaxia contra o heterossexismo<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue” Um encontro com Donna Haraway. In: TADEU, Tomaz. (Org.). *Antropologia do Ciborgue*. As vertigens do pós-humano. Trad. Tomás Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 36.

É extremamente salutar esse tipo de pesquisa e percepção do mundo, contudo, acredito que o conceito de gênero ainda é útil e utilizável, seja no dia a dia das pessoas, seja nas relações cotidianas ou na implementação de políticas públicas.

**Revista Temporalidades:** Gostaríamos que a você falasse um pouco sobre a sua atividade docente e como os temas da diversidade sexual ou dos Direitos Humanos e Cidadania LGBTT aparecem nas salas de aula. Seria possível afirmar que essa discussão no Brasil tem sofrido alguns retrocessos? Ou temos conseguido avançar em alguns pontos (como o casamento entre pessoas do mesmo sexo)?

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro:** Os temas da Mulher, do Movimento Feminista, do Movimento LGBT estão presentes no material pedagógico do Curso de Especialização em Gestão em Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Relações Etnorraciais, oferecido pela Universidade Federal de Ouro Preto e pela Universidade Aberta do Brasil, onde atuo como professora do Módulo de Gênero. Dado minha formação acadêmica, sempre procuro aprofundar o material e trazer algo novo. Minhas atividades como professora consistem em desenvolver aulas e material pedagógico dentro da temática de gênero, abordando diversas perspectivas.

Atualmente, no Brasil, há retrocessos e avanços. Sobre os avanços podemos apontar a questão de haver uma maior aceitação da homoafetividade por parte de programas de televisão, jornais, filmes, telenovelas, etc. Hoje a possibilidade de união civil entre pessoas do mesmo sexo já é uma realidade em nosso país. Não podemos esquecer das diversas iniciativas do Governo Federal na fomentação de cursos de formação de professores e outros profissionais em torno da temática de gênero e da diversidade sexual. Hoje, podemos contar também com as políticas públicas de combate a violência contra a mulher, principalmente depois da criação das Delegacias Especializadas em Crimes a Mulher, as chamadas DEAM, nesse caminho houve a implementação da Lei Maria da Penha e do feminicídio, dispositivos legais que punem os agressores e protegem as mulheres vítimas de violência. Mais recentemente, na cidade do Rio de Janeiro, houve a aprovação da Lei Angelina Joli que atende as mulheres com histórico de câncer de mama na família, possibilitando-as a fazer o mapeamento genético visando a prevenção e tratamento da doença. Temos hoje também as Leis de adoção do nome social por parte de travestis e transexuais em várias instituições de ensino e instituições públicas no nosso país. Outro acontecimento importante foi, em 2009, a Presidência da República, através da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com apoio do Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento, lançar o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.

Sobre os retrocessos podemos lembrar das desigualdades salariais entre homens e mulheres que exercem a mesma função e ou possuem a mesma formação técnica. O alto índice de violência contra a mulher. O baixo índice de alfabetização e ou escolarização da população do(a)s transgêneros (travestis e transexuais) e também da dificuldade dessa população de inserção no mercado de trabalho formal. Encontramos discriminação por orientação sexual, cor da pele, por possuir alguma deficiência, por possuir alguma crença religiosa, etc.

**Revista Temporalidades:** Em 2010, a você participou do filme longa-metragem *O céu sob os ombros*, sob a direção do Sérgio Borges. Gostaríamos que você nos contasse um pouco como foi essa experiência, como se deu o processo de filmagem, desenvolvimento do personagem e como tem sido a recepção por parte da crítica. Você tem vontade de participar de outro trabalho dessa natureza?

**Profa. Sarug Dagir Ribeiro:** Sobre o filme *O céu sobre os ombros* (2010, 72 min, Ficção), de direção de Sérgio Borges, na qual participei como atriz com a personagem Everlyn Barbin, trata-se de uma narrativa que acompanha alguns dias na vida de três pessoas: Everlyn é uma transexual que fez mestrado sobre o diário de um hermafrodita do século XIX e vive entre a prostituição e os cursos de sexualidade que ministra como professora. Murari Krishna é um devoto da religião Hare Krishna e líder da torcida organizada do Atlético Mineiro. Lwei Bakongo é africano descendente de portugueses, escreve vários livros ao mesmo tempo, sem nunca ter concluído nenhum deles e nunca trabalhou. A história retrata essas três pessoas anônimas, comuns. Histórias inventadas pela vida, de pessoas que vivem entre o cotidiano, o exótico e a marginalidade.

O respectivo filme ganhou no 43º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (2010) os Troféus Candangos de Melhor Filme, Direção, Montagem, Roteiro, Prêmio Especial do Júri (para o elenco) e o Prêmio Saruê conferido pela equipe de Cultura do Correio Braziliense e Diários Associados (para o elenco). Desde o ano de 1996, o prêmio destaca o melhor momento do Festival de Brasília, naquele ano o artista plástico Francisco Galeno buscou na Praça dos Três Poderes a referência para conceber a escultura do 15º Saruê. No 29º Festival Cinematográfico do Uruguai ganhou o prêmio de Melhor Filme. Participou na Holanda do *Tiger Awards Competition* (entre os filmes selecionados da Mostra Competitiva). A partir de então *O céu sobre os ombros* foi exibido em vários países como França, Grécia,

Rússia, Portugal, dentre outros. Atualmente a Rede Brasil de canal aberto de televisão possui os direitos sobre a exibição do filme. E também pode ser encontrado em algumas lojas locadoras de filmes por todo o Brasil.

No ano de 2010 a premiação do filme foi noticiada nos principais Jornais do país, como Correio Braziliense (29/11/2010), Hoje Em Dia (23/11/2010), O Tempo (23/11/2010), Estado de Minas (01/12/2010), Estado de São Paulo (29/11/2010), Folha de São Paulo (02/12/2010), O Globo (02/12/2010). Também em noticiário internacional, por exemplo, na *Variety* Américas (02/12/2010) O filme saiu na lista dos vencedores dos principais prêmios de cultura em 2010, fato que pode ser conferido na Revista Almanaque Abril 2011 Ano 37, p. 39.

O filme teve uma enorme recepção positiva por parte da crítica de cinema do Brasil, por exemplo, Luiz Zanin, disse no Jornal O Estado de São Paulo: *“Inventivo, ousado e profundo... Mais incrível que a ficção”*. A recepção por parte da crítica foi enorme, bem como por parte de pesquisadores acadêmicas na área de Comunicação Social e Cinema. Por exemplo, há a Tese de Doutorado em Comunicação Social intitulada *Três encenações da vida comum no cinema brasileiro contemporâneo* de Fernanda Ribeiro de Salvo, que encontra-se no banco de teses da CAPES, e há também uma publicação num e-Book do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG que trata do filme. Mas com certeza deve haver mais material teórico-crítico sobre o filme.

Sugiro a visita ao site [www.oceusobreosombros.com](http://www.oceusobreosombros.com), onde podemos encontrar vídeos, textos, premiação, e materiais inéditos.

Sobre o processo de filmagem e a experiência digo que foi intensa. Foi um filme realizado com poucos recursos financeiros, com o apoio das Leis Municipais e Nacionais de incentivo a cultura e outros colaboradores. Antes de se chegar ao elenco, houve uma pesquisa de procura por personagens através da metodologia *bola de neve* e entrevistas, que implica nas pessoas serem indicadas aleatoriamente ao passo que as entrevistas ocorrem. A preocupação foi que essas pessoas se encaixassem no perfil que o diretor queria, ou seja, pessoas comuns, atores não profissionais que tivessem uma história de vida exótica ou que tivesse algo particular, ou seja, que chamasse atenção em suas vidas. Assim, num universo de aproximadamente 1000 pessoas entrevistadas, somente três foram selecionadas. Acredito que um dos elementos de sucesso do filme foi à relação do diretor com o elenco, relação que se baseou em respeito, empatia, simpatia e carinho. O diretor soube ouvir a histórias de vida das pessoas escolhidas como personagens com muito amor e procurou participar dos seus cotidianos e hábitos de vida, estando totalmente desprovido de preconceitos ou juízo de valor. O roteiro se baseou tanto na história de vida das pessoas selecionadas como personagens do

filme, como também nos elementos de ficcionalização que os roteiristas criaram. O processo de montagem também foi importante, pois muitas horas foram gravadas, sendo apenas selecionados 72 minutos para o filme.

Sobre a vontade de participar de outro trabalho dessa natureza, eu digo que hoje estou uma pessoa mais criteriosa com as propostas de trabalho que me chegam. Na época da filmagem do filme *O céu sobre os ombros*, toda a equipe técnica e o elenco estávamos envolvidos no projeto do filme de maneira despretensiosa. Não sabíamos do sucesso e não estávamos esperando por ele. Acredito que foi o resultado de um trabalho realizado com muito amor que possibilitou a enorme glória e valor do filme.

**Revista Temporalidades:** Ainda sobre o filme, há algumas cenas em que a sua personagem traz para a tela situações bastantes íntimas em uma mescla de elementos que nos sugerem ser tanto da sua vida/história pessoal como de um trabalho de ficcionalização. Como se deu esse processo? Você ficou satisfeita com o resultado quando o filme estava finalizado?

**Profa. Ms. Sarug Dagir Ribeiro:** Sobre as situações íntimas em uma mescla de elementos que sugerem ser tanto de sua vida ou história pessoal como de um trabalho de ficcionalização, como se deu esse processo. Fiquei satisfeita com o resultado. De alguma maneira, minha trajetória pela psicologia e pela literatura foi importante para esse trabalho.

Sem dúvida, o diretor Sérgio Borges acertadamente privilegiou a renovação no modo de se fazer cinema no Brasil, pela ousadia da entrega sem reservas à proposta de um filme que implode os limites entre ficção e documentário e se aproxima intimamente dos personagens. Essas características dão ao filme profundidade e magia. O filme quebra o paradigma da separação entre ficção e documentário, o que ocorre é justamente a mescla ou mixagem entre ficção e documentário. E esse modo de ser se apresenta de maneira única no filme. Só mesmo uma verdadeira obra de arte pode ela por ela mesma engendrar sua própria posteridade. Desta maneira, eu não posso revelar na minha personagem onde exatamente termina a realidade e onde começa a ficção e vice e versa, pois, isso tiraria o brilho da arte ou o encanto do filme.

Sem dúvida fiquei muito satisfeita com o resultado do filme. E acredito que a profundidade única de minha personagem só foi possível dada minha trajetória pela Psicologia e pela Literatura.

Agradeço a todos pela oportunidade de falar um pouco sobre mim, cordialmente Sarug.

## Nietzsche, pensador crítico da ciência e da história na modernidade

### Nietzsche critical thinker of science and history in modernity

Raylane Marques Sousa<sup>1</sup>

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[marques.raylane@gmail.com](mailto:marques.raylane@gmail.com)

Recebido em: 15/06/2014

Aceito em: 13/06/2015

**RESUMO:** Neste artigo, discutirei sobre a crítica de Nietzsche à ciência e à ciência histórica na modernidade, a partir de obras, como: *II Consideração Intempestiva*, *A gaia ciência* e *Genealogia da moral*. Partindo da investigação dos problemas que acometem a ciência moderna e, observando maiormente o caso desse impacto sobre a ciência histórica, a minha análise salientará alguns dos motivos que levaram Nietzsche a fazer uma apreciação negativa da ciência moderna, assim como da ciência histórica e, dessa forma, declarar uma luta contra o seu próprio tempo, na tentativa de pôr à vista os pressupostos morais sentenciosos existentes na atividade científica da expectativa ambiente. No entanto, Nietzsche recorre a quais estratégias para pensar a superação dos pressupostos morais dogmáticos reguladores da prática científica moderna, subjacentes à metafísica, e o que isso implica e representa para a ciência e a história? Nietzsche, de fato, conseguiu ultrapassar o cientificismo dos modernos? A intenção é iluminar outro caminho para a solução do problema proposto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência, História, Modernidade.

**ABSTRACT:** In this paper, I will discuss about the critique of Nietzsche to science and historical science in modernity, from works such as: *Consideration untimely II*, *Gay science* and *Genealogy of morals*. From the investigation of the problems which assail modern science and, by observing more emphatically the case of such an impact on historical science, my analysis will evidence some motives which had taken Nietzsche to make a negative judgment of modern science, as well as of historical science and, by doing so, to declare war against its own time, in the tentative of showing the sententious moral intentions which existed in the scientific activity of the local expectation. However, to which strategies does Nietzsche turn to when thinking about the overcoming of the dogmatic moral intentions that regulated the modern scientific practice, which were subjacent to metaphysics, and what

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi apresentado como trabalho final na disciplina Historiografia da Ciência, cursada durante o primeiro semestre do ano de 2014, na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

does it implicate and represent to science and history? Has Nietzsche, in fact, overtaken the modern scientism? The intention is to illuminate another way towards the solution of the proposed issue.

**KEYWORDS:** Science, History, Modernity.

### **Nietzsche contra o espírito científico moderno**

De acordo com a reflexão de Hans-Georg Gadamer, em uma de suas obras que reúne uma série de conferências sob o título *O Problema da Consciência Histórica*, a tomada de consciência histórica provavelmente constitui a mais significativa revolução pela qual o homem passou desde os primórdios da época moderna. Para Gadamer, mesmo que a gênese de uma “consciência histórica” seja um fenômeno que envolva toda a Europa, foi na Alemanha, em especial, que esse tema despertou interesse entre os filósofos. Segundo o autor, a consciência do sentido histórico é a marca que atesta a entrada do homem em uma nova temporalidade, a modernidade<sup>2</sup>. Além disso, como ressalta José Carlos Reis, essa nova “representação do tempo é marcada fundamentalmente pela recusa da metafísica”.<sup>3</sup> Na ocasião, “o tempo não é mais o tempo sagrado, como concebido pelos cristãos. Deus não reina mais sozinho e de modo absoluto”.<sup>4</sup> Dessa maneira, o advento da modernidade sinaliza “uma ruptura com o passado de universalismo cristão e abre um presente secularizado, com suas consequências – racionalização da ação e fragmentação da vida interna do homem ocidental”.<sup>5</sup> A partir de então, a historicidade não mais será vista como um fardo, um peso, uma pena, mas sim como prerrogativa do novo homem moderno<sup>6</sup>.

Como declara Gadamer, a consciência histórica moderna diverge completamente da consciência histórica anterior, no que tange às formas de um povo ou uma época olhar para o passado. A consciência histórica contemporânea apresenta-se como “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”.<sup>7</sup> A partir daí, o homem moderno começa a se negar a aceitar de maneira

---

<sup>2</sup> GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Organizador: Pierre Fruchon. Tradução: Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

<sup>3</sup> REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2006, p. 22.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. *História & Teoria*, p. 22.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. *História & Teoria*, p. 28.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *História & Teoria*.

<sup>7</sup> GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*, p. 17.

inquestionável uma tradição ou um conjunto de verdades admitidas tradicionalmente. Na concepção de Gadamer, o novo homem da consciência secularizada “aprendeu a olhar o mundo com cem olhos simultâneos” e, com isso, ele passa a refletir criticamente sobre sua existência, sua cultura, suas crenças e seus valores. Dito de outro modo, o homem moderno torna-se portador de um “senso histórico”, que o possibilita meditar sobre as questões do tempo presente e, dessa forma, projetar o futuro.

De fato, o novo homem da modernidade adota uma postura reflexiva diante do presente e das instituições tradicionais. Essa tal atitude indica a consciência da historicidade do presente e, conseqüente a isso, da transitoriedade de toda instituição e de todo sistema de opinião. Nesse sentido, Nietzsche pode ser considerado um dos precursores dessa tomada de consciência histórica na modernidade, senão o que, entre os seus contemporâneos, demonstra ter maior consciência histórica, sobretudo no sentido de observar que tudo é mudança e que nada tem valor absoluto. O pensador alemão faz uma leitura interpretativa das entranhas do seu presente, visando destruir toda forma de instituições e verdades cristalizadas, tradições, “crenças e valores dos quais vive o homem ocidental – cristianismo, pessimismo, ciência, racionalismo, moral do dever, democracia, socialismo – que são sintomas de decadência, de uma vida que se empobrece e se apaga”.<sup>8</sup> Com isso, Nietzsche entra em choque com a tradição metafísica e a religião cristã predominantes em seu tempo, que afirmam ser Deus um ser sobrenatural, uma verdade objetiva, definitiva, primeira e última da humanidade. Ele eleva a tal extremo a sua oposição à metafísica e ao cristianismo que acaba por estendê-la à ciência moderna e, em específico, à história, que se constitui como ciência nesse momento.

A rejeição de Nietzsche ao complexo de atividades que se chama ciência está inextricavelmente relacionada à crítica do pensador alemão à sua busca por verdades incontestes, únicas e universais. Segundo Nietzsche, a ciência conseguiu se desembaraçar de várias crenças, como a ideia de Deus, do além, a confiança de que existe vida após a morte, mas não conseguiu se desvencilhar da pior de todas, qual seja: a crença na verdade<sup>9</sup>. Essa pretensa busca da ciência por verdades dogmáticas e irrefutáveis impede a aceitação e a

---

<sup>8</sup> GADAMER. *O problema da consciência histórica*, p. 42.

<sup>9</sup> MARTON, Scarlett. *Nietzsche: uma filosofia a marteladas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

validação de todo e qualquer pressuposto não comprovado cientificamente. É por esse motivo que Nietzsche, em seus primeiros escritos, recusa o racionalismo científico. Nietzsche tende a ver nele o que ele enxerga na religião cristã e na metafísica, isto é, a crença numa verdade absoluta. Para Nietzsche, é a partir do racionalismo científico dos modernos que se dá a especialização do conhecimento. Antes do século XIX, a ciência e a história faziam parte da cultura e estavam preocupadas exclusivamente com formação de um modelo de homem universal. No século XIX, o conhecimento histórico, por exemplo, torna-se um saber erudito e especializado. Tal como a ciência, a história está preocupada unicamente com a verdade dos fatos, e não mais com a explicação da vida. Nesse sentido, a crítica de Nietzsche à ciência continua sendo incondicional, embora na obra *Humano, demasiado humano*, ele a elogie e a considere uma extensão da história<sup>10</sup>.

De acordo com Nietzsche, a discussão que ronda a ciência moderna e, em específico, a ciência histórica está relacionada à ideia de método. Como ele assevera, nos escritos reunidos sob o título *A vontade de poder*, “o que distingue o nosso século XIX não é a vitória da ciência, mas sim a vitória do método científico sobre a ciência”.<sup>11</sup> Para Nietzsche, o problema da ciência positivista está no método de busca da verdade dos fatos, que não aceita instâncias, intermediários, entre o conhecimento e sua aplicação na prática. Nietzsche critica o método científico utilizado pela ciência positivista porque, segundo o filósofo, ele é responsável pela cisão entre o conhecimento e a vida, isto é, entre o fato, puramente objetivo, comprovável cientificamente, e o sujeito do conhecimento, a subjetividade humana, a interioridade daquele que conhece.

Antes de mais nada, sigo as considerações que Nietzsche faz a respeito da ciência e da história na modernidade, principalmente as que estão contidas nas obras: *II Consideração Intempestiva*, *A gaia ciência* e a *Genealogia da moral*. Tais ponderações preparam o caminho para a nossa compreensão acerca da crítica do pensador alemão à ciência e à ciência histórica. Também delinea esta discussão a reflexão do filósofo sobre o niilismo e a "vontade de verdade" da ciência e da história. Assim, num primeiro momento, situamos Nietzsche como um pensador crítico do espírito científico moderno. Neste ponto, Nietzsche põe em

---

<sup>10</sup> MARTON. *Nietzsche: uma filosofia a marteladas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>11</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A vontade de poder*. Tradução: Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 255.

evidência que a ciência moderna, como também a ciência histórica, está permeada pelo ideal de verdade da metafísica e da religião cristã. A luta do filósofo contra o seu próprio tempo é, portanto, uma tentativa de pôr à vista o desejo implacável de verdade que move a ciência e a história. Para o autor de Zaratustra, tal desejo de verdade será responsável pela ruína dos modernos. Num segundo momento, discorremos sobre a crítica de Nietzsche à ciência histórica, especificamente. Segundo o filósofo alemão, o saber promovido pelos historiadores cientificistas modernos apenas instrui os indivíduos, sem estimular a vida e o desenvolvimento do homem e da cultura, porquanto é uma história científica, que se faz por meio de estatísticas e leis universais. Por fim, num terceiro momento, mostramos a crítica de Nietzsche à ciência moderna, que, segundo o filósofo, é expressão do niilismo e do desejo oculto de morte. Trata-se, para mim, apenas de apresentar uma discussão parcial e em andamento da pesquisa que comecei a desenvolver este ano no Mestrado em História.

### **A doença do “século da história”: o historicismo da ciência**

Na *II Consideração Intempestiva*, Nietzsche assevera que a história interessa aos homens por três motivos: 1) porque eles agem e perseguem um fim; 2) porque eles conservam e veneram o que foi; e 3) porque eles sofrem e têm necessidade de libertação<sup>12</sup>. Assim sendo, o filósofo aponta três sentidos para a história, a saber: a história monumental, a história tradicionalista e a história crítica. Na descrição que o filósofo faz dessas três perspectivas de avaliação do passado, ele deixa entrever contundentes críticas ao saber promovido pelos historiadores cientificistas alemães modernos.

A partir do conceito de história monumental, na qual somente a grandeza se perpetua, Nietzsche faz uma crítica aos historiadores que disfarçam ter admiração pelos grandes e poderosos homens do passado, dissimulando assim o ódio que sentem pelos grandes e poderosos homens do presente. O autor alemão defende o estudo daquilo que a antiguidade produziu de clássico, mas afirma que é impossível o retorno regular do clássico, devido às mudanças e às deformações ocorridas pela passagem do tempo. Para Nietzsche, enquanto a historiografia alemã moderna se basear na história monumental, fechando-se

---

<sup>12</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *II Consideração Intempestiva*. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. In: *Escritos sobre História* (Org: Noéli Correio de Melo Sobrinho). Tradução: Noéli Correa de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005, p. 82.

somente na análise dos feitos dos grandes homens do passado e esquecendo-se dos feitos dos grandes homens do presente, a história será uma deformação do real, tal como ele acredita ser a poesia<sup>13</sup>.

A mais dura crítica de Nietzsche é ao sentido conservacionista da história. Segundo o filósofo, os historiadores conservacionistas são aqueles que cultivam, quando possível, todos os objetos do passado, como um “ferro-velho ancestral”, onde tudo o que é bolorento, “velho”, é digno de ser guardado como patrimônio para aqueles que nascerão depois das condições dele<sup>14</sup>. Esta forma de avaliar o passado, atribuindo às coisas grandes e pequenas um valor semelhante, Nietzsche considera um erro irreparável. Na opinião do autor, trata-se de um problema avaliar tudo a partir da mesma escala de valores, porque as coisas minúsculas passam a ter a mesma importância dada às coisas mais excelentes. O autor afirma que a paixão universal pelo antigo e, conseqüentemente, a veneração do pretérito, desencadeia no historiador moderno um espírito colecionador, uma curiosidade insaciável, de forma que o novo, o que está em vias de florescer, é rejeitado e esquecido em detrimento do velho, do bolorento.

Além das formas monumental e tradicional de pensar a história, tem-se o terceiro modo, o crítico. Para Nietzsche, quando não se tem força para romper com uma parcela do passado, é necessário fazer uso da história crítica, que tem como função interrogar o passado, colocando-o frente ao tribunal da história, para julgá-lo e condená-lo de acordo com as inquietações propostas pelo presente. O problema dessa forma de se olhar o passado está no exacerbado senso de justiça que o historiador desencadeia, o qual o faz condenar todo o passado, porque o sentimento de justiça não pode ser considerado imparcial. Dessa forma, o seu veredito é sempre a favor de uma determinada época em detrimento de outra. Esse tipo de história, cuja divisa é: “Faça-se a verdade, ainda que o mundo pereça” (*Fiat veritas, pereat vita*), na opinião de Nietzsche, é um processo perigoso para vida, porque um julgamento incoerente de determinada época pode desencadear no presente e no futuro algo ruim para a saúde de um homem, de um povo, de uma cultura<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 86.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 91.

<sup>15</sup> NIETZSCHE. *II Consideração Intempestiva*, p. 96-99.

O filósofo enfatiza que o conhecimento histórico produzido na modernidade não passa de um saber nocivo à cultura, e isto porque “um astro magnífico e luminoso se interpôs efetivamente entre história e a vida; e, de fato, essa constelação foi modificada: *através da ciência, pela vontade de fazer da história uma ciência*”.<sup>16</sup> A ciência histórica faz com que o homem moderno tenha “um estômago carregado de uma massa enorme de conhecimento indigesto, que rolam e se chocam no seu ventre”,<sup>17</sup> e este saber com o qual ele se alimenta “não age mais como uma força transformadora orientada para fora, fica dissimulado numa certa interioridade caótica, que o homem moderno designa como sendo a sua ‘interioridade’ específica”.<sup>18</sup> O homem da modernidade acredita que a sua cultura possui conteúdo, e falta somente a forma; já Nietzsche afirma que a cultura moderna não é uma cultura autêntica, mas somente um saber falso e superficial sobre ela mesma. Na opinião de Nietzsche, a cultura é “a unidade de estilo artístico em todas as manifestações da vida dum povo”.<sup>19</sup> Dessa forma, o saber e o conhecimento produzidos na modernidade assemelham-se mais àquilo que se opõe à cultura - a barbárie -, isto é, a falta de estilo em toda a expressão da vida dum povo, pois os modernos não têm nada de especificamente contemporâneo, somente a partir do momento em que “se impregnam de épocas, costumes, obras, filosofias, religiões e conhecimento estranhos”.<sup>20</sup>

Não obstante, Nietzsche valoriza os estudos históricos, inclusive, ele afirma que a vida tem necessidade do serviço da história. A crítica do autor repousa sobre o “método científico” utilizado pelos historiadores modernos na decomposição e análise dos fatos históricos. Segundo Nietzsche, tal forma de dissecação dos fatos históricos colabora para a reprodução de um tipo de “cultura histórica” que reduz essa definição a uma oposição entre a barbárie e o belo estilo, que dissocia interior e exterior, conteúdo e forma, e não constitui, portanto, uma unidade viva<sup>21</sup>.

Nietzsche evidencia que o sentido histórico de todas as coisas é prejudicial porque provoca a antinomia entre forma e conteúdo; ele leva uma época a imaginar que possui a

---

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 99. (grifo do autor)

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 100.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 100.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 102.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 101-102.

<sup>21</sup> NIETZSCHE. *II Consideração Intempestiva*, p. 102-103.

virtude da justiça num grau mais elevado do que as outras épocas; ele implanta a crença de que a humanidade chegou ao seu estágio de velhice, isto é, ao fim da história, impedindo, portanto, o seu amadurecimento; ele leva uma época a adotar a ironia a respeito de si mesma e ter, em seguida, uma atitude de cinismo e egoísmo para com a sua época<sup>22</sup>. Segundo Nietzsche, o homem moderno sofre da contradição interioridade *versus* exterioridade, pelo amontoado de conhecimentos adquiridos desordenadamente, os quais não correspondem ao exterior, isto é, não servem à vida prática. A cultura resultante dessa dicotomia interior *versus* exterior é engendrada pelos eruditos, a “raça de eunucos”, pesquisadores estéreis e neutros, que preferem preservar a sua objetividade a fazer história. Tal “objetividade histórica” parece desenvolver no homem moderno o exacerbado sentimento de justiça, a ponto dele proferir sentenças frias contra os seus predecessores e até contra a sua própria época. Isso provoca no homem moderno o incondicional desejo de verdade, que Nietzsche afirma ser exaltado levianamente no século XIX<sup>23</sup>.

O desejo de verdade, desenvolvido pelo sentimento excessivo de justiça, também produz no homem moderno uma “consciência irônica de si mesmo”, uma consciência de si superior aos seus antecessores, que o leva a se vangloriar da sua interioridade, da sua cultura histórica<sup>24</sup>, e ao mesmo tempo, o faz desempenhar “atividade de velho, que consiste em olhar para trás, passar em revista, fazer um balanço, buscar um reconforto na lembrança do que foi, em suma, entregar-se à cultura histórica”.<sup>25</sup> Para Nietzsche, essa crença numa humanidade senil, que caminha para o fim iminente do mundo, é uma crença teológica disfarçada segundo a qual a época moderna é mais justa e tem condições, portanto, de fazer o juízo final<sup>26</sup>. Na opinião de Nietzsche, isso faz com que os “servidores da verdade” se voltem para o passado e lá se acomodem. O esquecimento, nesse sentido, seria a saída para livrá-lo da passividade causada pela “febre histórica”.

Assim, para determinar até que ponto a abordagem histórica é salutar para o indivíduo, para o povo ou para a cultura, Nietzsche sugere que seja desenvolvida a “força

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 107-108.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 110-121.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 138.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 139.

<sup>26</sup> NIETZSCHE. *II Consideração Intempestiva*, p. 141.

plástica”, força criadora, remodeladora do passado, que delimite até que ponto o passado deve ser esquecido, ou o inverso, até que ponto deve ser lembrado. Para medir o grau de “força plástica” do indivíduo, do povo ou da cultura em questão, “força que permite a alguém desenvolver-se de maneira original e independente, transformar e assimilar as coisas passadas ou estranhas, curar as suas feridas, reparar as suas perdas, reconstituir por si próprio as formas destruídas”,<sup>27</sup> o filósofo alemão afirma que é necessário ter uma natureza com raízes profundas e vigorosas, porque assim maior é a parte do passado que o indivíduo pode assimilar ou acolher. Se tal natureza não pode mais abarcar qualquer acontecimento passado, longínquo ou próximo, ela o esquece; o horizonte está fechado e nada mais se pode lembrar para além desse horizonte. Do contrário, uma natureza fraca, sem raízes profundas e fortes, que não reconhece limite, de tudo se apropria; atrai para si qualquer acontecimento passado, é egocêntrica. Não reconhece, portanto, a “lei geral” que diz que “cada ser vivo não pode ser sadio, forte e fecundo senão no interior de um horizonte determinado”.<sup>28</sup>

A discussão sobre a atividade do esquecimento é muito cara ao pensamento de Nietzsche. No segundo ensaio de *Genealogia da moral*, ele começa por um exame da faculdade do “esquecimento”, utilizando como metáfora explicativa o processo humano de digestão, assimilação corporal, que poderia chamar também de “absorção psíquica”. Na percepção de Nietzsche, sem o ofício do esquecimento, não seria possível prometer algo a alguém, tampouco lembrar um juramento ou uma obrigação ao longo do tempo. Para o autor, prometer é como transportar para o “presente” um compromisso assumido no passado, de modo que esse presente se torna, não um o futuro, mas uma recapitulação do passado mais remoto. O problema do ato de prometer está na palavra dada e não cumprida, que sempre cria a “vontade ativa”, isto é, uma continuidade do querer, o querer em longa cadeia, que se traduz por meio da “memória da consciência da vontade”.<sup>29</sup> Nietzsche opunha a esse poder de recordar o poder de esquecer. Esse poder, disse ele, permite ao homem “fechar de quando em quando as portas e as janelas da consciência, permanecer insensível às ruidosas lutas do submundo dos órgãos, fazer silêncio e tábua rasa na nossa consciência, a fim de que haja

---

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 73.

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 74.

<sup>29</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. Tradução: Mário Ferreira dos Santos. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 57-58.

lugar para o novo”,<sup>30</sup> e possa então, no presente, responder a uma situação e nele atuar com perfeita clareza de visão e força de vontade.

Segundo Nietzsche, o poder de lembrar torna o homem “previsível, uniforme, regular, e, por conseguinte, calculador”,<sup>31</sup> e o resultado disso é o que o autor chama de “moralização dos costumes”, isto é, o trabalho do homem sobre si mesmo, na tentativa de se autodisciplinar, através da tirania da moral e dos bons costumes, uma espécie de camisa de força social. Sobre esta discussão que se traz a lume, Hayden White dedica um capítulo da sua obra *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX* à questão da moral na história e enfatiza que “a moralidade ou consciência auto-obrigativa é meramente uma forma específica de consciência histórica moderna”.<sup>32</sup> E o problema para Nietzsche é como romper essa consciência histórica voltada para a moralidade, que a modernidade impõe ao homem.

### **Nietzsche, a moral e a verdade da ciência**

O combate de Nietzsche ao idealismo se deslocou do terreno religioso, declaradamente moral, para a zona científica, pretensamente amoral, quando Nietzsche dividiu nesta uma camada profunda da “vontade de verdade”.<sup>33</sup> Como Nietzsche deixa entrever no aforismo 344, intitulado *Em que medida nós ainda somos devotos*, a ciência moderna é como um constructo de convicções impostas de maneira imperiosa e incondicional, que sacrifica a si todas as outras opiniões, pelo fato de a própria disciplina do espírito científico começar pela exclusão das outras formas de conhecimento. Assim, para este autor, o conhecimento já inicia assentado sobre a crença de que não existe ciência sem pressupostos, sem verdade preestabelecida. Nesse sentido, no território da ciência, “as convicções não tem nenhum direito de cidadania”,<sup>34</sup> isto é, as opiniões divergentes não têm participação reconhecida na zona dos cientistas, a não ser que se rebaixem “à modéstia de uma hipótese,

---

<sup>30</sup> NIETZSCHE. *Genealogia da moral*, p. 57.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*, p. 58.

<sup>32</sup> WHITE, Hayden. *Meta-História: A imaginação Histórica no século XIX*; tradução de José Lourêncio de Melo. – 2. ed. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 345.

<sup>33</sup> NOBRE, Renarde Freire. *Perspectivas da Razão: Nietzsche, Weber e o Conhecimento*. Belo Horizonte: Argvmentvm, Editora, 2004, p. 79.

<sup>34</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 234.

de um ponto de vista experimental e provisório, de uma ficção reguladora”.<sup>35</sup> No reino da ciência, reitera Nietzsche, as concepções diferentes não se sustentam, porque “*nada* é mais necessário do que a verdade, e em relação a ela tudo o mais é de valor secundário”.<sup>36</sup>

Como coloca Gianni Vattimo, “o problema da verdade acompanha Nietzsche por toda a sua carreira, desde o ensaio *Sobre a verdade a mentira no sentido extra-moral* até os últimos apontamentos reunidos sob o título *A vontade de poder*”.<sup>37</sup> A crítica ao conceito de verdade como sendo evidência indiscutível de um objeto correspondente ao estado das coisas, é uma das contribuições mais importantes de Nietzsche ao pensamento moderno<sup>38</sup>. Como assevera ainda Vattimo, Nietzsche assume não saber de onde provém a “vontade de verdade”, só sabe que tal vontade é *conditio sine qua non* para a existência da sociedade. Para o filósofo alemão, a primeira convenção estabelecida para que haja sociedade é acreditar na “objetividade dos objetos”, isto é, “acreditar que, ao conhecer, o mundo seja dado como um espetáculo totalmente traduzível nos esquemas lógicos”.<sup>39</sup> Segundo Nietzsche, a ciência trabalha sem cessar para traduzir as metáforas da linguagem em esquemas lógicos, inteligíveis. É nessa passagem do mundo em si para o mundo dos esquemas conceituais organizados e identificáveis que a ciência impõe a tirania do seu sistema de preconceitos, ditando o que é verdadeiro, e interditando o que ela considera engano, mentira, embuste<sup>40</sup>.

O problema do conhecimento científico está, segundo Nietzsche, no desejo incondicional pela verdade dos fatos. A *verdade a todo preço* é perigosa porque ela trucidada as outras opiniões na tentativa de fazer da ciência uma crença incontestável. Nietzsche critica a *racionalidade a todo preço*, porque ela gera no homem moderno um sentimento moral de superioridade a tudo o que não lhe parece racional, cognoscível, inteligível<sup>41</sup>. É por imaginar ter alcançado um estágio mais próximo da razão, que o homem moderno se supõe mais

---

<sup>35</sup> NIETZSCHE. *A gaia ciência*, p. 234.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *A gaia ciência*, p. 234.

<sup>37</sup> VATTIMO, Gianni. *Diálogos com Nietzsche: ensaios 1961-2000*; tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 56.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *Diálogos com Nietzsche*, p. 56.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. *Diálogos com Nietzsche*, p. 56-57.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *Diálogos com Nietzsche*, p. 57.

<sup>41</sup> GUÉRON, Rodrigo. Como Nietzsche compreende “história” e a descrição do “século da história”. In: *A fidelidade a terra*. Assim falou Nietzsche IV. Charles Feitosa, Miguel Angel de Barrenechea, Paulo Pinheiro (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 134.

esclarecido e mais convicto do que os seus antecessores<sup>42</sup>, a ponto de sacrificar todas as outras convicções. Nesse sentido, no altar na ciência, as opiniões adversas são imoladas, aniquiladas, em prol do rigor, da previsão, da veracidade científica.

A “incondicionada vontade de verdade” diz respeito ao *terreno da moral*. Para Nietzsche, “basta perguntar-se, cuidadosamente: Por que você não quer enganar?”<sup>43</sup> e já se desloca para o terreno movediço da moral. O dilema moral *versus* imoral é um problema histórico, deste mundo, e não do mundo aparente, afirmado pelos metafísicos. Nestes termos, fica claro que a preocupação do autor é eliminar a *crença metafísica* sobre a qual repousa a crença moderna na ciência, que, segundo ele, teria resultado em um afastamento da ciência com relação à vida, à natureza e ao mundo. Como assegura Nietzsche, a vontade de verdade, o desejo de não enganar a si mesmo e também aos outros, pelo erro consciente ou até mesmo inconsciente, tem a ver com a esfera da *utilidade*:

Os homens, nisso, não procuram tanto evitar serem enganados, quanto ser prejudicados pelo engano: o que odeiam, mesmo nesse nível, no fundo não é a ilusão, mas as consequências nocivas, hostis, de certas espécies de ilusões. É também em um sentido restrito semelhante que o homem quer somente a verdade: deseja as consequências da verdade que são agradáveis e conservam a vida; diante do conhecimento puro sem consequências, ele é indiferente; diante das verdades talvez perniciosas e destrutivas, ele tem disposição até mesmo hostil<sup>44</sup>.

No fragmento citado acima, da obra *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*, Nietzsche deixa entrever o motivo que move nos homens o desejo de não querer enganar a si mesmo e aos outros, o qual tem a ver com as consequências muitas vezes nefastas e destrutivas causadas pelo erro, pelo engano, em outras palavras, pelo “deslocamento de sentido”, que leva os homens a viverem sob o véu nebuloso das ilusões, acreditando-se estar servindo à verdade, mas comprometidos com o niilismo.

Nietzsche recusa todo e qualquer conhecimento puro e sem consequências, como mencionado anteriormente, porque pressupõe um saber meramente contemplativo e

---

<sup>42</sup> GUÉRON. Como Nietzsche compreende “história” e a descrição do “século da história”. In: *A fidelidade a terra*. Assim falou Nietzsche IV, p. 134.

<sup>43</sup> NIETZSCHE. *A gaia ciência*, p. 236.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: *Obras incompletas*. Seleção e ensaio de Gérard Lebrun; tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho; prefácio e revisão técnica de Márcio Suzuki; posfácio de Antonio Candido. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 63.

desinteressado, abstrato, pertencente apenas ao mundo das ideias. Nesse sentido, na opinião de Nietzsche, a pretensão da ciência moderna é justamente promover um saber científico disciplinado, puro e sem consequências nocivas, sem erros fatais, o que se revela inalcançável, e por isso acaba por fomentar um conhecimento distante da esfera da experiência social. Neste ponto, encontra-se o erro absurdo da ciência, porque não pode ter sentido positivo um conhecimento abstraído do âmbito da concretude. Se entendida nesses moldes, a ciência é uma negação imperiosa da vitalidade, é um pensamento que solapa a vida. Para Nietzsche, ao contrário, o conhecimento “é a faculdade de dominar o pró e contra, servindo-se de um e de outro para a interpretação dos fenômenos e das paixões”<sup>45</sup>. Está longe, desse modo, de um saber disciplinado, que prepara o entendimento para um “conhecimento puro, sem vontade, sem dor, sem tempo”.<sup>46</sup>

No que diz respeito a esse aspecto influenciador do fazer científico moderno, Nietzsche conclama os demais filósofos a fugirem do que ele denomina de “polvo das noções contraditórias”, cujas características afetam o sujeito do conhecimento na modernidade, quais sejam:

razão pura, espiritualidade absoluta, conhecimento em si, que seria um ver subsistente em si mesmo e sem órgão visual, que de modo algum pode ser pensado, um olho sem direção [...]. Existe somente um olhar respectivo, um conhecer perspectivo; [...] quanto mais olhos diferentes sabemos empregar para uma e mesma coisa, tanto mais completa se torna a compreensão desta coisa, a nossa objetividade<sup>47</sup>.

No excerto acima, Nietzsche ilumina a sua concepção de conhecimento, o qual extrapola a noção de pensamento em si, coisa-em-si, conhecimento imediato, alardeado pelo idealismo e assimilado pela ciência moderna. Nessa metáfora que Nietzsche utiliza para redesenhar o trabalho investigativo dos cientistas modernos, o autor afirma a pluralidade das perspectivas no “reino do conhecimento” e oferece uma clara sugestão de que a participação de diversos olhares sobre um e mesmo objeto torna mais completo o entendimento da coisa esquadrihada. Diante disto, o extermínio dos outros olhares, ou opiniões, a respeito de um e mesmo objeto não é legítimo, regular, legal.

---

<sup>45</sup> NIETZSCHE. *Genealogia da moral*, p. 115.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*, p. 115.

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_. *Genealogia da moral*, p. 115.

Para Nietzsche, esse tipo de conhecimento é uma negação das forças vitais, porque a vida é essencialmente feita de “aparência, erro, embuste, simulação, cegamento, autocegamento”,<sup>48</sup> e a renúncia a juízos falsos é hostil à vida. Tal propósito da ciência, segundo o autor, poderia ser interpretado como um princípio destrutivo, ou algo bem pior, qual seja: uma “oculta vontade de morte”.<sup>49</sup>

A esse respeito, no fim da *Segunda Consideração Extemporânea*, Nietzsche questiona: “será que a vida deve prevalecer sobre o conhecimento e a ciência, ou é o conhecimento que deve prevalecer sobre a vida? Qual dessas duas forças é superior?”<sup>50</sup> Em seguida, o autor mesmo responde a sua interrogação: “A vida é superior e dominante, porque um conhecimento que destruísse a vida destruir-se-ia também automaticamente”.<sup>51</sup>

---

<sup>48</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*, p. 236.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. *A gaia ciência*, p. 236.

<sup>50</sup> NIETZSCHE. *II Consideração Intempestiva*, p. 202.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. *II Consideração Intempestiva*, p. 202.

# Raymundo Faoro e seus contemporâneos: as apropriações de *Os donos do poder* na imprensa e as oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970

Raymundo Faoro and his contemporaries: the appropriations of *Os donos do poder* on the press and the oppositions to the military dictatorship in the mid-1970s

Gabriel Amato Bruno de Lima

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

[amatogabriel@gmail.com](mailto:amatogabriel@gmail.com)

Recebido em: 13/04/2015

Aceito em: 11/05/2015

**RESUMO:** Partindo da representação do intelectual e jurista Raymundo Faoro como um dos principais personagens da resistência democrática à ditadura militar brasileira, o presente artigo intenciona problematizá-la por meio da análise tanto do pensamento político de Faoro como das apropriações da segunda edição de sua obra canônica – *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, lançada em 1975. Os objetivos da análise são reexaminar a trajetória política de Faoro naquele contexto e nuançar o campo das oposições ao regime militar em meados dos anos 1970, tendo em vista que a frente heterogênea de resistência à ditadura se apropriou de formas distintas das teses do jurista. Além da segunda edição de *Os donos do poder*, as fontes analisadas são um conjunto de resenhas, comentários e entrevistas publicados na revista *Veja* e no semanário *Opinião* entre 1975 e 1976.

**PALAVRAS-CHAVES:** Raymundo Faoro, Resistência, Ditadura

**ABSTRACT:** Taking as a starting point the representation of the Brazilian intellectual and jurist Raymundo Faoro as one of the most important names of the democratic resistance to the military dictatorship, this paper intends to discuss it through the analysis of both Faoro's political thought and the appropriations some readers have made from his canonical book – *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, published in 1975. The paper's aims are to reconsider the political biography of Faoro during the mid-1970s and to nuance the oppositions to the military regime, giving that the members of the diversified front of resistance to the dictatorship have appropriated in different ways from Faoro's arguments. Besides the second edition of *Os donos do poder*, the sources used are a selection of reviews, comments and interviews published by two different magazines – *Veja* and *Opinião* – between 1975 and 1976.

**KEY WORDS:** Raymundo Faoro; Resistance; Dictatorship

## Introdução<sup>1</sup>

Quando hoje se evoca o nome do jurista e intelectual brasileiro Raymundo Faoro, uma série de imagens fixadas pela memória social desde o final da década de 1970 até os anos 2000 é, em geral, suscitada. Faoro é comumente lembrado por sua atuação como presidente do Conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante o biênio 1977-79. Para muitos, seu nome é imediatamente conectado, para além de sua produção intelectual, à sua atuação na oposição à ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. Raymundo Faoro é logo localizado como um dos intelectuais que resistiram ao regime militar, atuando de forma ativa tanto no processo político de transição para o Estado democrático de direito como na denúncia da permanência de um “padrão de domínio” estabelecido pelo “estamento militar” naquele mesmo momento<sup>2</sup>. Percebe-se, nesse sentido, uma convergência entre certa representação que se tem de Faoro como uma intelectual da chamada resistência democrática e a memória social hegemônica sobre o regime militar brasileiro, construída por meio do recurso à antítese entre sociedade e ditadura. Segundo essa memória moldada durante a abertura do regime e atualizada até os dias de hoje, “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura”.<sup>3</sup>

Ao se reafirmar essa representação, pouco ou nenhum esforço se faz no sentido de identificar e discutir o lugar ocupado por Raymundo Faoro na frente oposicionista – heterogênea e sujeita a divergências internas, entre comunistas e liberais, mas também com as esquerdas basistas e os movimentos da contracultura<sup>4</sup> – que atuou contra o regime militar especialmente a partir de meados dos anos 1970. No mesmo sentido, os momentos ambíguos da trajetória do jurista no que se refere à sua atuação durante a ditadura são silenciados. O escritor gaúcho aparece, então, não como o ocupante do cargo de conselheiro no Conselho Federal de Cultura (CFC) durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tampouco se recorda de sua abstenção na reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) na qual decidiu-se pelo arquivamento do

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão modificada do trabalho final apresentado à disciplina *Tempos e narrativas no Brasil*, ministrada pelo prof. dr. José Carlos Reis no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Agradeço aos colegas Gabriel Pereira, David Francisco Lopes Gomes, Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes e Danilo Almeida Patrício pelos debates que tivemos durante o semestre. Agradeço também a Taciana Almeida Garrido de Resende pelos comentários a uma versão anterior deste trabalho.

<sup>2</sup> REZENDE, Maria José de. Autoritarismo e distensão: o olhar de Raymundo Faoro sobre o processamento da vida política brasileira no final da década de 1970. *Cadernos CERU*, série 2, vol. 20, n. 1, 2009, p. 130.

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. 374 f. Tese (Livre-docência). USP, São Paulo: 2011, p. 341-344.

<sup>4</sup> REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 9.

processo de denúncia da morte e desaparecimento do militante da esquerda armada Stuart Angel<sup>5</sup>. O seu voto favorável ao fim do processo que investigava o desaparecimento do deputado federal Rubens Paiva no mesmo conselho em 1971 também não aparece nas recordações sobre o jurista. Sua imagem, assim como a representação da OAB que ele presidiu (defensora de primeira hora do golpe civil-militar em 1964), é logo associada em termos gerais à da resistência, da oposição à ditadura.

Essa representação de Faoro e da OAB como “pilares da resistência democrática” ao regime militar parecem encontrar sustentação nos argumentos apresentados na própria *magnum opus* do jurista. Segundo este raciocínio, a biografia de Faoro seria dotada de uma coerência marcada pela incansável aversão ao Estado tal como ele existe no Brasil. Além disso, segundo Elio Gaspari, “por suas convicções, expostas n’*Os donos do poder*, [Faoro] era um crítico dos processos de conciliação na história nacional”.<sup>6</sup> Raymundo Faoro elaborou, por meio da narrativa construída em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, sentidos para a experiência histórica brasileira que, quando apropriados por parte do público leitor à época da publicação da segunda edição de seu livro em 1975, coadunaram-se com a crítica à conjuntura política do Brasil governado pelos militares. Parte dos leitores de Faoro relacionou as suas experiências de oposição ao regime militar em meados dos anos 1970 com os argumentos apresentado em *Os donos do poder*. A conclusão que tiraram da narrativa faoriana sobre o tempo brasileiro era a de que o Estado patrimonialista era um “mal” a ser combatido no país. Os problemas do Brasil eram entendidos, assim, como derivados da tutela estatal sobre a sociedade civil – tendência histórica reforçada pela ditadura. Essas conclusões foram transferidas para toda a trajetória de Faoro por meio de um exercício de superposição entre o “autor” e sua “obra” e contribuíram para a criação de uma representação sobre o jurista reforçada por sua atuação efetiva em favor de um Estado de direito em fins dos anos 1970.

O propósito deste artigo é analisar os debates que tiveram lugar na imprensa e que contribuíram para a construção dessa representação acerca da trajetória de Raymundo Faoro em meados da década de 1970. Partindo dela, pretende-se problematizá-la e apontar os deslocamentos de sentido que as apropriações da interpretação de Faoro sobre o Brasil operavam tendo em vista o tempo presente de 1975. Busca-se, além disso, analisar as posições defendidas pelo jurista em seu trabalho intelectual com o objetivo de nuançar as diferentes forças que compunham a frente de resistência à ditadura. A hipótese é a de que o grande sucesso da segunda edição de *Os donos do poder* – comparado ao impacto limitado da primeira, lançada em 1958 – pode ser explicado pela recepção

---

<sup>5</sup> ROLLEMBERG, Denise. Memória, opinião e cultura política: a Ordem dos Advogados do Brasil sob a ditadura, 1964-74. In: REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis. *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 84.

<sup>6</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 449.

de sua obra no contexto político de meados dos anos 1970, quando era possível elaborar críticas mais radicais ao Estado brasileiro então identificado com o domínio das Forças Armadas. Fazer tal afirmação implica em dizer que parte da oposição ao regime militar, notadamente àquela identificada com os preceitos liberais<sup>7</sup>, utilizou-se da narrativa faoriana como mediadora para a sua atuação naquela conjuntura. Nem todos os opositores do regime militar à época, no entanto, identificavam-se com a posição defendida por Faoro. Por isso, se parcela dos seus leitores se aproximavam de sua narrativa e com ela concordavam, outros procuravam apontar os seus limites teóricos e as restrições de suas propostas para as práticas políticas brasileiras ainda que também defendessem o fim do regime militar.

O artigo é dividido em duas partes. Na primeira, analisa-se os principais argumentos defendidos por Raymundo Faoro na segunda edição de seu livro, bem como procura-se apontar as suas filiações teórico-históricas e a fortuna crítica de escopo propriamente acadêmico a ele dedicada. Na segunda parte, analisam-se resenhas, comentários e entrevistas que vierem à tona em dois órgãos da imprensa entre 1975 e 1976. Primeiro, os trabalhos publicados em *Veja* – uma revista da Editora Abril, de periodicidade semanal, criada em 1968 e que, em meados da década seguinte, era uma das publicações de maior tiragem da imprensa brasileira. A linha editorial de *Veja* nos anos 1970 era representativa da opinião de parcela dos liberais brasileiros, com elogios ao “milagre brasileiro” convivendo com reportagens críticas sobre a temática da tortura. Depois, são analisados peças jornalísticas publicadas no semanário *Opinião*. Criado em 1972, *Opinião* era o “mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos de 1970”<sup>8</sup> e suas vendas chegaram a ser tão grandes quanto às da revista *Veja*. Pensado como um periódico de reunião das forças anti-ditatoriais destinado ao “jornalismo crítico”, o semanário abrigou jornalistas de tendências diversas da esquerda brasileira apesar de suas ligações com a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

### A interpretação do Brasil na narrativa de Raymundo Faoro

---

<sup>7</sup> A definição do campo liberal no Brasil da ditadura militar não é tarefa desprovida de complexidades. Como baliza próxima da concepção mais clássica do termo, considera-se que o liberalismo é uma “determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social”. BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 7. Ao mesmo tempo, não se ignora as mudanças de posições do campo liberal – indo do apoio ao golpe à crítica moderada ao regime – bem como a multiplicidade de posições existente nesse campo ideológico – que incluiu também uma série de comportamentos pouco definidos e/ou adesistas. Cf. NAPOLITANO. *Coração civil*, p. 11-12 e p. 332.

<sup>8</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 161.

A primeira edição de *Os donos do poder* foi publicada em 1958 pela editora Globo, em Porto Alegre, com uma tiragem de quatro mil exemplares. O livro recebeu o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras em 1959, mas, à época, ele “ficou restrito aos círculos acadêmicos e alcançou repercussão mais local do que propriamente nacional”.<sup>9</sup> Para a segunda edição de seu livro, publicada em 1975, Raymundo Faoro ampliou seu texto em cerca de quinhentas páginas, adicionando dois novos capítulos e revisando as notas de rodapé. Ainda assim, o autor afirma, no prefácio escrito em 1973 para a segunda edição do livro publicada dois anos depois, que “a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais, invulnerável a treze anos de dúvidas e meditação”.<sup>10</sup> Procedente ou não a afirmação do autor, a questão é que a segunda edição de seu livro foi amplamente lida, divulgada e debatida. Os tempos eram outros: não mais os anos da experiência democrática regida pela Constituição de 1946 e sim o período do regime militar autoritário que se instalara no país com o golpe de 1964. *Os donos do poder* se tornou uma referência obrigatória para se entender o Brasil, um cânone na história do pensamento político nacional.

Qual era a narrativa da experiência brasileira oferecida pelo autor? Ao analisar a história política brasileira, Raymundo Faoro volta-se para o evento-fundador que teria lhe conferido o norte: o surgimento do Estado português moderno com a Revolução de Avis, entre 1383 e 1385. A burguesia chegou ao poder em Portugal com este evento, mas o fez sob a tutela do rei. O Estado português tornava-se moderno – precocemente, segundo Faoro. Surge daí um Estado empresário, agente econômico no comércio ultramarino. O rei, nesse contexto, era “senhor de tudo”, “autoridade incontestável, bebida vorazmente da tradição visigótica e do sistema militar”.<sup>11</sup> A situação era tal que analisar a renda da realeza deste período significa investigar a própria estrutura econômica de Portugal. Percebe-se, pois, que o autor de *Os donos do poder* se posiciona no debate acerca do caráter do Estado existente em Portugal e que fora responsável pela expansão marítima no século XVI. Faoro coloca-se ao lado de historiadores como Jaime Cortesão ao negar a existência de um feudalismo português. Apropriando-se da conceituação weberiana, o autor afirma que a forma de dominação existente em Portugal seria de tipo tradicional em sua faceta patrimonial.

Segundo Faoro, começou ainda no século XIV (e se estendeu por toda a história luso-brasileira) o domínio dos negócios do Estado por uma camada político-social que fazia do poder político a sua propriedade: o estamento. Este agrupamento político seria composto por aqueles que

---

<sup>9</sup> MELLO E SOUZA, Laura. Os donos do poder. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: SENAC, 1999, p. 335.

<sup>10</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1975, vol. 1, sem página.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 8.

“pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder”.<sup>12</sup> O estamento é apresentado por Faoro como contrário aos *parvenus* e fortemente conservador, já que a estabilidade o favorece. Apenas em uma sociedade na qual os critérios de mercado ainda não foram universalizados, como seriam os casos de Portugal e também do Brasil, o estamento encontra terreno fértil para a sua existência. Inicialmente aristocrático, o estamento tornou-se, com o inchamento do Estado e a expansão dos órgãos administrativos do comércio ultramarino ainda no século XVI, uma camada burocrática. O estamento – representado então pelos funcionários da Coroa e militares, todos levando ostentatórias vidas de fidalgos – teria sido congelado em Portugal e transplantado para o Brasil durante a colonização<sup>13</sup>.

É também em Portugal que surge o que Faoro classifica como a “alma” do Estado patrimonial brasileiro: o capitalismo politicamente orientado. Segundo o autor, essa formação econômico-social seria avessa aos critérios da sociedade do capitalismo de mercado, tais como a impessoalidade, a meritocracia e a racionalidade econômica. Estruturado sobre o estamento, o capitalismo politicamente orientado seria, para Faoro, o sistema econômico persistente em toda a história brasileira, da chegada dos portugueses à Revolução de 1930. Em termos de iniciativas administrativas, essa forma de estruturação da economia de um país teria como figura central o Estado, e não o empresariado organizado e dotado de interesses particulares ligados ao livre-comércio e ao lucro. O domínio estamental do Estado seria, dessa forma, o contrário do capitalismo como conhecido nos países em que o feudalismo dera lugar às sociedades industriais. Enquanto no Estado patrimonial prevaleceria um tipo de mando centralizado, hierarquizado, de cima para baixo, governado pelo estamento e marcado pelo providencialismo estatal, na sociedade capitalista de mercado as relações sociais se organizariam de baixo para cima e por meio dos processos de negociação protagonizados pelas classes sociais.

A tese faoriana sobre a história brasileira é reiterada, em sua narrativa, quando ele se propõe a analisar momentos-chave da trajetória nacional. Este é o caso da Independência em 1822 que, na ótica de Faoro, significou um momento de continuidade tanto do patrimonialismo como do domínio do estamento burocrático sobre a sociedade brasileira. Longe de representar uma ruptura radical, a Independência fora feita por um monarca português e manteve o domínio do estamento em moldes próprios do Estado patrimonial. Em suas palavras, “o regime colonial não se extingue, moderniza-se; os remanescentes bragantinos se atualizam, com a permanência do divórcio entre o Estado,

---

<sup>12</sup> FAORO. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 46.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 288-289.

monumental, aparatoso, pesado e a nação, informe, indefinida, inquieta”.<sup>14</sup> Se antes de 1822 a colônia se via sufocada pelo domínio da metrópole portuguesa, a partir da independência a situação não se modificava tanto. A antiga forma de dominação foi substituída, na perspectiva faoriana, por uma relação de oposição entre um Estado centralizador e uma sociedade civil tutelada pelo estamento burocrático.

Raymundo Faoro afirma a estabilidade do domínio estamental na história brasileira, apesar de apontar dois interregnos nessa trajetória – ambos desastrosos, em sua opinião. O primeiro teria ocorrido no período da Regência, entre 1831 e 1840. Nesta experiência frustrada, “o novo governo, sem tradição, sem carisma, no ensaio de um sistema racional, seria devorado pelas suas contradições e voltaria, depois de muitos ensaios, ao único leito possível: à monarquia reformada, tuteladora da nação...”.<sup>15</sup> O segundo momento teria ocorrido com a instalação da Primeira República, em 1889. Faoro argumenta que, nesse momento da história nacional, o casamento entre a “imunidade do núcleo agrícola” e o federalismo que ela ensejava sustentava a soberania popular parcamente inspirada nas experiências inglesa, francesa e norte-americana. Uma associação entre liberalismo político e liberalismo econômico se fazia possível. O sistema político do coronelismo, entretanto, indicava os limites do liberalismo brasileiro, mais preocupado com a estabilidade e a unidade territorial do que com as práticas liberais propriamente ditas. A soberania popular, por sua vez, era limitada pela restrição da concepção de povo aos proprietários agrícolas<sup>16</sup>.

Uma das características mais debatidas sobre os escritos de Faoro é o uso que o jurista faz da sociologia weberiana em sua análise. De fato, os conceitos de estamento burocrático, capitalismo politicamente orientado e patrimonialismo, centrais em *Os donos do poder*, encontraram sua inspiração na sociologia compreensiva de Max Weber. Os críticos de sua obra são unânimes em reconhecer essa inspiração. Segundo Fábio Konder Comparato, Faoro “preferiu (...) apoiar-se em Max Weber, autor que, no momento em que fez publicar a primeira edição de seu livro (1958), era praticamente desconhecido no Brasil”.<sup>17</sup> Cabe, no entanto, nuançar a amplitude dessa presença na interpretação que o autor apresenta sobre a trajetória brasileira. Se no pensamento do sociólogo alemão a categoria de estamento é marcada por uma total rigidez que só poderia ser suprimida pela destruição da ordem patrimonial via o avanço do capitalismo, em Faoro o estamento aparece como dotado de notável

---

<sup>14</sup> FAORO. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 81-84.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 304.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Os donos do poder*, vol. 2, p. 501-502 e p. 621-622.

<sup>17</sup> COMPARATO, Fábio Konder. Faoro historiador. *Estudos avançados*, São Paulo, vol.17, n.48, 2003, p. 331.

“resiliência”.<sup>18</sup> Esta camada político-social, na ótica faoriana, é capaz de se modificar e incorporar as técnicas do mundo capitalista para se ajustar ao sistema internacional. O estamento burocrático é capaz de fazer transações com o capitalismo de mercado, a democracia e o liberalismo. Ele congrega as pressões externas com o objetivo de manter o seu domínio, caracterizado por uma situação em que “o povo quer a proteção do Estado, parasitando-o; enquanto o Estado mantém a menoridade popular, sobre ela imperando”.<sup>19</sup>

Uma “estrutura político-social” fora, segundo Raymundo Faoro, resistente a todas as modificações de seis séculos de história portuguesa e, depois, brasileira. Dom João I (o primeiro rei da dinastia de Avis em Portugal) e Getúlio Vargas (o político gaúcho à frente da Revolução de 1930 no Brasil) eram dois pontos ligados numa mesma cadeia histórica. Conectando-os, presente em toda a trajetória política brasileira, estaria, segundo o jurista, o comando do estamento burocrático próprio de um Estado patrimonial. Por isso,

sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político – uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo, substitui moços por velhos, aptos por inaptos, num processo que cunha e nobilita os recém-vindos, imprimindo-lhes os seus valores<sup>20</sup>.

A história brasileira seria marcada, enfim, por uma “viagem redonda”. A Revolução de 1930 retomou a linha de força patrimonial do domínio do estamento, da centralização do Estado e da fraqueza da sociedade civil já existente na Revolução de Avis. Em prejuízo da afirmação de interesses particulares representada pela hegemonia paulista assentada na lavoura cafeeira durante a Primeira República – a despeito dos limites impostos ao modelo paulista pelo coronelismo –, a vitória de Getúlio Vargas e seus aliados na década de 30 do século XX evitou a “sampaquização” do Brasil iniciada por Washington Luís, o último presidente da Primeira República.<sup>21</sup> Em concordância com Aureliano Tavares Bastos, proeminente político liberal do Império e autor do canônico *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*, Faoro atribui a causa dos problemas nacionais à conformação do

---

<sup>18</sup> COHN, Gabriel. Persistente enigma. In: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ª Ed. Porto Alegre: Globo, 2008, p. 9-10.

<sup>19</sup> FAORO. *Os donos do poder*, vol. 2, p. 743.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 737.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Os donos do poder*, vol. 1, p. 712.

Estado brasileiro. Sua estrutura patrimonial estamental impediria a modernização brasileira, tanto em termos políticos como econômicos.

Considerando que as expectativas não podem ser deduzidas apenas das experiências, mas devem ser nelas baseadas<sup>22</sup>, qual o “horizonte de expectativas” aberto para o Brasil por essa narrativa elaborada por Raymundo Faoro? Qual a perspectiva descortinada para o país por meio da relação operada por Faoro entre as dimensões de passado, de presente e de futuro em sua narrativa? Para esse questionamento há, na fortuna crítica de sua obra, ao menos duas respostas possíveis. Na perspectiva de Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira, a análise desenvolvida por Faoro seria caracterizada por uma visão pessimista consonante com uma das vertentes de reflexão dos chamados “intérpretes do Brasil”. Faoro advogaria, segundo esta argumentação, a existência de uma dualidade na história brasileira: de um lado o Estado opressivo representado pela figura do funcionário público e, de outro, uma nação desarticulada composta por caudilhos e proprietários rurais. Faoro não acreditaria que a mudança poderia vir de nenhuma dessas duas realidades. Para esta primeira perspectiva de análise de *Os donos do poder*, Faoro seria um descrente com relação ao futuro do Brasil<sup>23</sup>.

Na argumentação de Luiz Werneck Vianna, por outro lado, Raymundo Faoro pertence a uma vertente analítica do pensamento político brasileiro que se preocupa em refletir sobre as patologias de acesso à modernidade no país tendo em vista a argumentação desenvolvida por Max Weber. Faoro identificaria o Estado patrimonial e o domínio do estamento burocrático sobre a sociedade civil como “males de origem” na história brasileira. Como solução para essa situação patológica, dever-se-ia realizar no Brasil uma ruptura com a forma de Estado herdada de Portugal e com todas as instituições políticas próprias do domínio tradicional de tipo patrimonial. Longe de defender uma reforma social, Faoro seria a favor de “uma reforma política que abrisse o Estado à diversidade dos interesses manifestos na sociedade civil”.<sup>24</sup> Em análise mais recente e próxima à argumentação de Vianna, Fernando Henrique Cardoso afirma que a “maior virtude” da análise de Raymundo Faoro em *Os donos do poder* seria a “sua persistência na crença democrática e em

---

<sup>22</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. São Paulo: Contraponto, 2006, p. 309-314.

<sup>23</sup> RICUPERO, Bernardo e FERREIRA, Gabriela Nunes. Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, 28, 2005, p. 39 e p. 52-53.

<sup>24</sup> VIANNA, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, 1999, p. 36.

compreender a importância do liberalismo como contraponto ao roldão que o culto do Estado representa entre nós”.<sup>25</sup>

### As apropriações na imprensa

Ao fixar o texto pela escrita, aquele que escreve – no caso em análise, Raymundo Faoro – configura um sentido para as ações humanas já pré-figuradas e articula o tempo humano num modo narrativo particular que se apresenta para a leitura. O leitor, por sua vez, encadeia um “novo discurso do texto” ao ler esta narrativa e exercer a apropriação do escrito. Desse modo, “a interpretação de um texto completa-se na interpretação de si dum sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou que começa mesmo a compreender-se”.<sup>26</sup> Afinal, é no processo de apropriação operado pelo leitor que se completa o decurso daquilo que Paul Ricoeur nomeia de *círculo da mimese*, instituindo, assim, a mediação entre tempo e narrativa. A leitura – ou *mimese III* – “marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor”.<sup>27</sup> O sujeito que escreve constrói uma “totalidade” narrativa, configurando um texto e tornando consonantes as experiências dissonantes, pulverizadas na experiência temporal. O ato de ler é uma fusão de horizontes, do mundo do texto e do mundo do leitor. Este último, então, re-figura a narrativa e realiza o texto no mundo.

A estratégia aqui utilizada para analisar esse movimento de apropriação da narrativa faoriana acerca do tempo brasileiro é a de análise de resenhas críticas e artigos publicados em dois órgãos da imprensa em meados da década de 1970: a revista de ampla circulação *Veja* e o semanário da chamada “imprensa alternativa” *Opinião*. A escolha dos dois periódicos deve-se ao fato de serem eles representativos de diferentes setores da oposição ao regime militar, à época. O recorte cronológico, por sua vez, justifica-se por coincidir com a publicação da edição revista e ampliada de *Os donos do poder*. Esse movimento de debate e crítica na imprensa reafirma o argumento de que

os intérpretes do Brasil não estão empoeirados nas estantes das bibliotecas, mas, de alguma forma, vivos, nas ruas, nos gabinetes, nas escolas e nas universidades, na mídia, nas artes, no Exército, nos partidos, no Congresso, nos sindicatos, nas ONGs, nos governos, no Itamarati, em todas as instituições e expressões brasileiras<sup>28</sup>.

---

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 228.

<sup>26</sup> RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto, Portugal: Rés, 1991, p. 155.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_, Paul. *Tempo e Narrativa* (tomo 1). Campinas: Papyrus, 1994, p. 110.

<sup>28</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 28.

As resenhas fixam num outro texto, escrito no formato jornalístico, novas narrativas engendradas pelas apropriações realizadas por alguns leitores da interpretação da história do Brasil construída por Raymundo Faoro. Ao comentar/interpretar a narrativa apresentada em *Os donos do poder*, os autores dos artigos que passaremos a analisar se colocam como interlocutores de Faoro, prontos a debater o Brasil a partir do “caminho de pensamento aberto pelo texto” faoriano<sup>29</sup>. As resenhas, em suma, revivem o texto ao apropriarem-se dele e recriam seus sentidos de acordo com o repertório de experiências de cada um dos leitores de Faoro.

A revista *Veja*, cuja linha editorial era crítica ao governo militar em meados dos anos 1970 e que integrava o setor mais liberal e moderado da oposição à ditadura, publicou uma elogiosa resenha do livro de Raymundo Faoro em julho de 1975. Escrita pelo jornalista Almyr Gajardoni, a resenha lamentava o impacto limitado da primeira edição de *Os donos do poder* em fins da década de 1950. Impacto, no entanto, que teria se alargado anos mais tarde, já que, segundo o autor, “suas ideias passaram a ser largamente discutidas nas universidades, sobretudo na de São Paulo, onde a obra começou a circular até mesmo na forma de apostilas mimeografadas”. Gajardoni também discutia, em sua resenha, a presença da sociologia weberiana no pensamento de Faoro. Longe de criticá-lo, entretanto, o jornalista convergia com a declaração de Faoro no prefácio da segunda edição de *Os donos do poder* e o classificava como um “discípulo crítico” do sociólogo alemão.

O autor da resenha, por fim, procurava explicar a renovada curiosidade pelo pensamento faoriano surgida à época. Segundo ele, “pelas peculiaridades do momento político brasileiro e pelas preocupações que circulam nos meios empresariais a respeito do comportamento da administração pública explica[-se] o recente interesse despertado por sua obra nos meios acadêmicos”.<sup>30</sup> Ao fazer esta afirmação, o jornalista dá indícios que explicam sua forma de se apropriar da narrativa faoriana naquele contexto. As preocupações a que Gajardoni se referia faziam parte do repertório de críticas dos empresários descontentes com a política econômica nacional-estatista dos militares. Se a maioria deles havia apoiado o golpe contra João Goulart em 1964 e se beneficiara enormemente do chamado “milagre brasileiro” entre 1969 e 1974, grande parte do empresariado brasileiro rompeu com a ditadura militar em meados dos anos setenta. O choque de petróleo em 1973 e a crise mundial subsequente trouxeram dificuldades para o modelo de desenvolvimento econômico então vigente, baseado na forte intervenção do Estado, na dependência de empréstimos do exterior e na atuação dos tecnocratas. Para esses leitores de *Os donos do poder*, então, a tese faoriana era apropriada no

---

<sup>29</sup> RICOEUR. *Do texto à ação*, p. 159.

<sup>30</sup> GAJARDONI, Almyr. O momento de Faoro. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 357, 9 de julho de 1975, p. 89.

movimento de oposição ao regime militar e às suas políticas econômicas. O problema do Brasil – desde sempre e também na década de setenta – era apresentado como sendo a tutela do Estado sobre todos os grupos sociais, assim como apontara Faoro em sua narrativa.

Em dezembro de 1975, com os debates sobre a segunda edição do livro acontecendo na imprensa e o governo do general Ernesto Geisel modificando os planos da “transição lenta, gradual e segura”, *Veja* publicou uma seleção dos “dez mais significativos lançamentos de 1975”, elaborada pelo editor Sílvio Lancellotti em conjunto com um grupo de críticos. Dentre os livros, encontrava-se *Os donos do poder*. Ele era, então, elogiado por ser “uma original e instigante contribuição para se entender os caminhos da política brasileira”.<sup>31</sup> Meses mais tarde, em abril de 1976, a mesma revista *Veja* publicou uma longa entrevista com Faoro em lugar de destaque, nas suas primeiras páginas. Realizada pela dupla de jornalistas Almyr Gajardoni e Luiz Weis, a entrevista possui uma apresentação de Faoro que reafirmava a perspectiva positiva e elogiosa de *Os donos do poder* presente nas publicações anteriores sobre o então procurador do Estado do Rio de Janeiro. A primeira edição do livro era descrita como “uma ousada, ambiciosa pesquisa de 271 páginas sobre política e governo no Brasil.” Já o próprio Faoro era apresentado aos leitores como um funcionário público concursado, “sem favor de ninguém” – representação que convergia com a autoimagem do próprio autor e com suas ideias contrárias ao Estado patrimonialista. Em resumo, a segunda edição de *Os donos do poder* era considerada “um perfil lúcido, embora amargo, da evolução política do Brasil”.<sup>32</sup>

Na entrevista, Raymundo Faoro reafirmava as suas principais ideias sobre a história brasileira: o povo seria alijado das decisões sobre os rumos do país, a sociedade seria “colonizada pelo Estado”. Ao ser questionado sobre quem seriam os “donos do poder” do Brasil de então, Faoro não titubeou em sua resposta:

sem dúvida, a estrutura militar e a estrutura capitalista vinculada ao Estado, representada pela tecnocracia. Não acredito que o sistema industrial-financeiro participe do processo de tomada de decisões. A atuação dos tecnocratas consiste justamente nisso: uma deliberação sem a participação dos interessados<sup>33</sup>.

Ao fazer esta afirmação, identificando o estamento com os militares e seus tecnocratas na década de 1970, Faoro reafirmava a apropriação de sua interpretação sobre o Brasil por essa parcela

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. Os melhores. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 382, 31 de dezembro de 1975, p. 79.

<sup>32</sup> GAJORDONI, Almyr e WEIS, Luiz. Romance sem heróis: o Brasil, ontem e hoje, segundo o autor de “Os donos do poder”. *Veja*, Rio de Janeiro, edição 399, 28 de abril de 1976, p. 3.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. Romance sem heróis, p. 4.

da oposição ao regime militar. Se os grandes problemas da história brasileira eram o patrimonialismo, o estatismo e o domínio do estamento, justificava-se, segundo esta linha de apropriação de *Os donos do poder*, a substituição dos militares do poder pela sociedade civil.

Qual seria, então, a solução para o Brasil? Faoro respondia: “seria desejável que o empresário fosse independente ou, pelo menos, desfrutasse de alguma autonomia perante o Estado. Pois, enquanto a burguesia não se emancipar, enquanto não ocorrer aqui uma transição capitalista, o país permanecerá arcaico.” Descontextualizada, essa fala do autor poderia soar como um manifesto liberal, a favor da livre iniciativa capitalista, do domínio puro e simples do mercado. Faoro, entretanto, declara, logo em seguida, que os empresários têm medo da mudança e que, se fosse escrever novamente *Os donos do poder*, seria menos condescendentes com os liberais. Para ele, o liberalismo brasileiro só seria de fato liberal na oposição. No governo, “se vê realmente de que é feito seu liberalismo”.<sup>34</sup>

Contrastando com as apropriações positivas e entusiasmadas de *Os donos do poder* presentes na revista *Veja*, houve, em meados dos anos setenta, o debate no semanário *Opinião*. No balanço sobre as publicações nas áreas de história do Brasil e ciências sociais em 1975, publicado no início de janeiro de 1976, o tom é de pessimismo com relação à produção acadêmica brasileira. Segundo o autor do artigo, o cientista político Marco Aurélio Nogueira, “os cientistas e os historiadores escreveram muito mas pensaram pouco” no ano que terminara havia poucos dias. A produção intelectual brasileira, apesar de copiosa, era diagnosticada aos leitores de *Opinião* como atravessando um “momento caótico”. Ainda segundo Nogueira, a maior parte dos livros publicados apresentava uma “ótica destorcida” sobre o mundo e um “ecletismo metodológico” incoerente. No campo da historiografia brasileira, havia apenas dois elogios claros, indicativos da linha editorial à esquerda do semanário: os livros de Luiz Alberto Moniz Bandeira (*Cartéis e desnacionalização*) e de Nelson Werneck Sodré (*Brasil: radiografia de um modelo*). Já a nova edição de *Os donos do poder* era citada sem entusiasmo. Lacônico, o autor apenas lamentava que “a universidade ainda teima em consagrar” o “pretensioso e mistificador livro de Raymundo Faoro”.<sup>35</sup>

Não por acaso, a primeira resenha ao livro de Faoro que apareceu em *Opinião* era de autoria do historiador marxista Nelson Werneck Sodré. Em seu texto, Sodré era implacável na crítica a Faoro. Sem esquecer que o autor ocupava então um cargo no Conselho Federal de Cultura, Sodré afirma que ler *Os donos do poder* é um “difícil percurso”, já que sua linguagem é “por vezes barroca, quase sempre confusa.” A análise faoriana – cuja tese é entendida como sendo a afirmação de que “os males

<sup>34</sup> GAJORDONI e WEIS. Romance sem heróis, p. 6.

<sup>35</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. Teorias em profusão. *Opinião*, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1976, p. 18.

do Brasil derivam do domínio do poder por uma minoria, estamento patrimonial que atravessou os tempos, sem alterações” – é acusada de ser anti-histórica. Segundo Sodré, a análise do estamento na história brasileira não tem nada de original, já que

aplicar categorias weberianas, neste altura dos acontecimentos, embora de forma heterodoxa, não é originalidade. Originalidade será, sem dúvida, colocar as citações na língua dos autores – Marx em alemão, T. S. Eliot em inglês, Braudel em francês –, mas os mais mordazes poderiam aduzir que, no fim das contas, trata-se de puro provincialismo<sup>36</sup>.

Em termos conceituais, Sodré criticava Faoro por sua falta de clareza e de definição dos termos que utiliza – apreciação, aliás, que se tornaria comum com o passar dos anos. O conceito de patrimonialismo se confundiria com o de estamento, e os dois seriam abandonados no decorrer do livro em proveito de uma narrativa histórica “nos moldes mais convencionais”. Ao mesmo tempo, o estamento não se confundiria com as classes, nem com a burocracia. A conclusão de Werneck Sodré era a de que a categoria utilizada por Faoro para denominar o grupo que sobrepuja a história brasileira, impedindo a sociedade de existir para si, só podia ser “algo misterioso, que paira no espaço e no tempo, como uma nave cósmica”.

Partindo da teoria marxista a que se filiava, Nelson Werneck Sodré chama a atenção para a posição política – “ideológica”, nas palavras do autor – subjacente à interpretação do Brasil elaborada por Faoro. Ela seria caudatária dos historiadores conservadores brasileiros como Francisco Adolfo de Varnhagem, já que era caracterizada pelo “desprezo às manifestações do povo brasileiro” e por uma “incompreensão ante tudo o que é popular”. Faoro é acusado por Sodré de ser apegado “a tudo aquilo que significa gestão de cima para baixo, minoritária, elitista. Mais do que tudo, entretanto, a visão pessimista, o horror a povo, a sedução pelo impreciso, o vago, como forma de fuga”. E Faoro não teria nenhum motivo para ser pessimista, já que, segundo Werneck Sodré, ele se tornara “membro da mais alta corte cultural do país”. A segunda edição de seu livro havia sido publicada com ajuda da universidade brasileira por meio da Editora da Universidade de São Paulo. Seu pensamento era elogiado pela maioria de seus contemporâneos.

A ácida crítica do historiador Werneck Sodré não ficou sem resposta no próprio *Opinião* – o que indica o viés pluralista do periódico. O jornal publicou, em outubro do mesmo ano, um artigo de opinião do historiador e jornalista José Salvador Faro em sua seção intitulada “Polêmica”. Nele, Faro acusava Sodré de cometer o “erro de considerar como uma conspiração ideológica de nossas

---

<sup>36</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Os poderosos no justo lugar. *Opinião*, Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1975, p. 20.

classes dominantes qualquer manifestação da sociologia que fuja dos rígidos limites que ele fixou como o *seu* marxismo”. Faro também criticava o “dogmatismo” de Sodré ao associar o conteúdo de *Os donos do poder* com o cargo que Faoro ocupava no CFC. Para o autor da resenha, Sodré dera a impressão errônea aos leitores, na medida em que os argumentos defendidos por Faoro não se confundiam com a “ideologia oficial” da ditadura militar. Ao contrário: seu pensamento denunciava o exagero do domínio estatal sobre a política nacional. Com relação ao weberianismo de Raymundo Faoro, Sodré teria incorrido no erro de “admitir que o pensamento weberiano é, no Brasil, coisa tida como superada, já absorvida pelos nossos estudiosos e, portanto, longe de justificar a reedição do livro.” Reafirmando a visão entusiasmada também presente nos artigos publicados na revista *Veja*, Faro afirmava que a obra de Faoro “foi pioneira no sentido de ser a mais lúcida interpretação weberiana de nossa sociedade”.<sup>37</sup>

### Considerações finais

O debate entre as apropriações de *Os donos do poder* ocorrido quando da publicação da segunda edição do livro, em 1975, é indício de como se deu a construção da representação de Raymundo Faoro como um opositor ao regime militar. Ao associarem os argumentos apresentados na narrativa faoriana sobre o Brasil às demandas e expectativas da oposição à ditadura militar naquele período, parte dos leitores de Faoro construíam, também, uma “ilusão biográfica” sobre o autor. Caudatária da modernidade e presente no senso comum, esse tipo de apreciação sobre um personagem histórico defende que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”.<sup>38</sup> No caso do jurista gaúcho, o projeto que supostamente atribuía orientação à sua vida seria uma radical posição contrária ao Estado. Vivendo um presente de insatisfações várias com relação ao regime militar, os leitores liberais de Faoro operavam uma identificação direta entre o autor, seus escritos e a conjuntura política de 1975. Faoro aparecia como um *autêntico* opositor aos militares, o que se coadunava com suas posições críticas ao Estado patrimonialista. A prática da memória implicava lembrança e esquecimento, e a relação ambígua de Faoro com o regime militar durante a segunda metade da década de sessenta e os primeiros anos da década seguinte – período em que foi conselheiro no CFC – era silenciada. Com a posterior atuação do advogado à frente da OAB entre

---

<sup>37</sup> FARO, José Salvador. Ao redor do poder. *Opinião*, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1975, sem página.

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de M. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 184.

1977 e 79, essa representação construtora de uma coerência para a trajetória de Faoro seria ainda mais recorrente.

Não se trata de negar o papel desempenhado por Raymundo Faoro em fins dos anos 1970 como um presidente da OAB mais combativo em suas relações com o regime militar. Tampouco se pode esquecer de sua atuação nos esforços de publicização dos relatos de torturas praticadas contra Aldo Arantes e Aroldo Lima nos DOIs de São Paulo e do Rio de Janeiro. Desde 1977, o jurista passou a defender o reestabelecimento do *habeas corpus* no Brasil e também a atuar na negociação de mudanças no regime junto ao então senador da Arena Petrônio Portella. Ao adotar esta estratégia de atuação, no entanto, Faoro afastava-se das duas principais bandeiras da oposição mais radical aos militares naquele período: a convocação de uma nova constituinte e a anistia dos presos e exilados políticos<sup>39</sup>. Trata-se, isto sim, de demonstrar, por um lado, como se deu a construção da representação de Faoro como um membro da “resistência democrática” por meio do recurso à análise presente em seu livro e, de outro, de nuançar as diferentes posições político-ideológicas que coexistiam e competiam dentro do próprio campo das oposições à ditadura militar em meados dos anos 1970.

As apropriações de *Os donos do poder* demonstram, por fim, a importância das narrativas sobre o Brasil no próprio fazer histórico dos brasileiros. Suas ideias foram, afinal, importantes balizas para os debates e práticas aos menos da parcela da oposição ao regime militar identificada com o liberalismo político. O próprio Faoro reconheceu, na entrevista à *Veja* citada anteriormente, a relevância do novo contexto político brasileiro para a transformação de seu livro em um cânone do pensamento político nacional. Segundo sua declaração, em 1958 seu livro parecia reunir “um monte de conjecturas sem fundamento”, mas “os acontecimentos a partir de 1964 mostraram que essas conjecturas talvez não fossem tão tolas assim.”<sup>40</sup> Com a crise econômica e o contexto de distensão política durante o governo do general Ernesto Geisel, a interpretação faoriana sobre o Brasil tornou-se referência incontornável para se entender o país, graças, em parte, às apropriações operadas por seus leitores. Os encontros entre o “mundo do autor” e os “mundos dos leitores” liberais com trânsito na grande imprensa nesse contexto específico colocaram o nome de Raymundo Faoro na lista de intérpretes canônicos da história nacional.

---

<sup>39</sup> GASPARI. *A ditadura encurralada*, p. 450-452.

<sup>40</sup> GAJORDONI e WEIS. *Romance sem heróis*, p. 6.

# História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico

## Teacher education of history in Brazil colony and empire: a historical

Márden de Pádua Ribeiro

Mestrando em Educação

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

[mardendepadua@yahoo.com.br](mailto:mardendepadua@yahoo.com.br)

Recebido em: 13/01/2015

Aceito em: 24/06/2015

**RESUMO:** O artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que visa um resgate histórico acerca da formação de professores, especificamente no período colonial e imperial do Brasil. Tem como marco temporal a chegada dos jesuítas em 1549 até a proclamação da República em 1889. O problema central que o presente trabalho visa responder é: como se consolidou a formação de professores no Brasil, nos períodos mencionados? Foi intenção resgatar o processo pelo qual se consolidou esta formação, ressaltando seus desafios, dificuldades e até mesmo desestruturação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Professores, Brasil Colônia, Brasil Império.

**ABSTRACT:** Article it is a literature that aims at a historical review about teacher training, specifically in the colonial and imperial period in Brazil. Its timeframe the arrival of the Jesuits in 1549 until the proclamation of the Republic in 1889. The main problem that this paper aims to answer is: how has established teacher education in Brazil, in the periods mentioned? It was intended to rescue the process by which consolidated this training, emphasizing its challenges, difficulties and even disintegration.

**KEY WORDS:** Teacher Education, Colonial Brazil, Imperial Brazil.

### Introdução

O presente artigo é fruto de parte de minha dissertação de Mestrado e tem por objetivo um resgate histórico da formação de professores no Brasil, do período colonial até o fim do Império, para tal, define como marco temporal a chegada dos jesuítas em 1549, até o ano da proclamação da República, em 1889. Na introdução, afim de traçar um panorama mais atual das licenciaturas no Brasil, descreve-se com base em pesquisas, o cenário recente no qual se encontram estes cursos. Portanto, o artigo é uma reflexão teórica amparada em pesquisa bibliográfica, que possui como problemática central: como se estruturou o processo histórico de consolidação dos cursos de formação de professores no Brasil colônia e império?

Em outras palavras, pretende-se debruçar nos primórdios das licenciaturas, abarcando dois períodos da história brasileira: uma enquanto colônia de Portugal, e outra já consolidada sua independência. Esses objetivos pretendem ao final demonstrar que desde o período colonial, a formação de professores no Brasil foi marcada por uma ausência de um sistema nacional organizado para tal finalidade, relegando sempre a segundo plano, essa importante questão, crucial para o desenvolvimento de qualquer país: a formação de professores.

Em relação à metodologia da pesquisa, decidiu-se por uma pesquisa bibliográfica, de cunho interpretativo<sup>1</sup>. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica escolhida como metodologia do presente artigo, deve se pautar por estudos que analisam produções bibliográficas inseridas em temas delimitados, inclusos em um recorte de tempo, possibilitando assim uma visão geral sobre o assunto que se pretende pesquisar. Contudo, o levantamento realizado é pautado por um objetivo claro, e não de forma aleatória<sup>2</sup>.

Vale explicar uma distinção fundamental, entre uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de caráter bibliográfico, salientando que a primeira é componente de qualquer pesquisa que se preze por científica, ao passo que a segunda é composta por métodos específicos, caracterizando-se como uma metodologia de pesquisa por si só.

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório<sup>3</sup>.

As fases de uma pesquisa bibliográfica podem ser resumidas em: “escolha do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, elaboração provisória dos assuntos e redação do texto”.<sup>4</sup> É necessário que o problema seja relevante e que mereça receber uma investigação bibliográfica, além de que é preciso que seja passível de ser delimitado para

---

<sup>1</sup> GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<sup>2</sup> BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

<sup>3</sup> LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli Elisa *A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U., 1986.

<sup>4</sup> GIL. *Como elaborar projetos de pesquisa*, p.44.

realização de uma pesquisa.

É justamente por ser interpretativa, que a metodologia do presente trabalho, difere da revisão bibliográfica, uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, “pois imprime sobre eles, a compreensão crítica do significado neles existente”.<sup>5</sup>

### **Cenário atual da formação de professores no Brasil**

A formação de professores, historicamente, tem sido alvo de inúmeras preocupações e objeto de diferentes pesquisas nacionais. A formação de pedagogos no Brasil é um assunto complexo e marcado por instabilidade, disputas e intensos debates.

O campo<sup>6</sup> da formação de professores é uma questão fundamental na tentativa de encontrar soluções para os problemas existentes no processo educacional do Brasil. Por isso, propor uma discussão sobre essa temática, é uma forma de contribuir para a reflexão sobre que tipo de profissionais da educação deseja-se formar. Formação aqui deve ser compreendida como algo bem maior do que aspectos técnicos e metodológicos da prática docente (embora também importantes), e sim no âmbito da formação enquanto reflexão-ação que visem interferir na educação<sup>7</sup>.

Algumas pesquisas nos conduzem a perceber, como nos últimos anos o debate acerca da formação de professores tem se acirrado, colocando muitas vezes de lados distintos, concepções de educação e de sociedade, que irão determinar que tipo de professor um curso de formação de professores quer formar

Pensar os cursos de formação de professores na atualidade, demanda obrigatoriamente inseri-los em um contexto político-econômico, que tem no modelo neoliberal, sua base de sustentação. “Trata-se hoje de pensar o currículo e de pensar o

---

<sup>5</sup> LÜDKE, ANDRÉ. *A Pesquisa em Educação*, p.76.

<sup>6</sup> Para o conceito de "campo", ver: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

<sup>7</sup> GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1-25, 2010. BARRETO, Elba Siqueira de Sá; GATTI, Bernadete Angelina. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

professor em tempo de hegemonia do neoliberalismo”.<sup>8</sup>

Diversos autores associam a educação, na perspectiva neoliberal, cada vez mais como uma mercadoria, neste sentido, evidentemente o ensino superior não foge a regra (tanto público quanto privado). O neoliberalismo precisa despolitizar a educação, tornando-a pretensamente neutra, dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir, assim, o triunfo de suas estratégias mercantilizantes e o necessário consenso em torno delas<sup>9</sup>.

Algumas estratégias possibilitam o avanço do neoliberalismo no setor educacional: a qualidade como propriedade, em que uma minoria, é consumidora da educação, enquanto a maioria é excluída. Outra estratégia diz respeito à educação para emprego (ou desemprego?). A educação para o emprego, postulado tipicamente neoliberal, quando exercida ao conjunto das maiorias excluídas, não é outra coisa senão a educação para o desemprego e a marginalidade social.

Se a educação na concepção neoliberal possui um caráter mercadológico, ela passa a ser, portanto, mais um produto pelo qual as pessoas têm que se sacrificar para obter, visando uma boa formação, que possibilitaria uma maior probabilidade de conseguir o famoso e tão sonhado “bom emprego”. Assim, a responsabilidade recai sobre o indivíduo, que precisa construir o seu “sucesso” profissional, mergulhado neste contexto mercadológico, fortemente competitivo, que exige muita “competência”, de modo que naturaliza-se a culpabilização individual daquele sujeito que, inserido no ensino superior, sonha com a ascensão social.

Consideramos fundamental esboçar aqui algumas considerações acerca do panorama dos cursos de Pedagogia na atualidade. Para isso, amparamo-nos em amplas pesquisas<sup>10</sup> que procuram resolver duas grandes e complexas questões: qual a situação da formação inicial de professores nas Licenciaturas no Brasil atual? Que formação é oferecida aos futuros docentes nas universidades?

---

<sup>8</sup> MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). Currículo: questões atuais. 7ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

<sup>9</sup> GENTILI, Pablo. (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 9ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

<sup>10</sup> GATTI, *Formação de professores no Brasil*, p.76.

Já de antemão é notório e repetido por diversas vezes nas pesquisas, a fragmentação dos currículos como um dos problemas centrais nas licenciaturas e especificamente na Pedagogia. E também “conteúdos excessivamente genéricos e com grande dissociação entre teoria e prática, estágios fictícios e avaliação precária, interna e externa”.<sup>11</sup> Ao nos debruçarmos nestas pesquisas, foi possível constatar uma desarticulação e fragmentação do currículo dos cursos, bem como uma carga elevada de referenciais teóricos não raramente desvinculados com práticas educativas, chamou-nos atenção à precariedade de como os estágios são tratados no que diz respeito à supervisão e orientação. Além destas, ainda se pode resgatar outras conclusões:

[...] c) a proporção de horas dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional docente, nas licenciaturas em pedagogia fica em torno de 30%, ficando 70% para outros tipos de matéria ou atividade; ainda, poucos destes cursos propõem disciplinas que permitam algum aprofundamento em relação à educação infantil; e, nas demais licenciaturas, essa proporção fica entre 10% e 15% para as disciplinas da educação e entre 85% e 90% para outras disciplinas ou atividades; d) na análise das ementas das disciplinas de formação profissional (metodologias e práticas de ensino, por exemplo) também predominam apenas referenciais teóricos sem associação com práticas educativas e, na grande maioria dos cursos analisados, eles são abordados de forma genérica ou superficial; [...] f) raras instituições especificam em que consistem os estágios e sob que forma de orientação, acompanhamento e avaliação são realizados; g) a questão das Práticas, exigidas se coloca que estão embutidas em diversas disciplinas, sem especificação clara, às vezes aparecem em separado, mas com ementas muito vagas<sup>12</sup>.

Vale ressaltar uma característica problemática apontada pela autora: a ambiguidade e pouca clareza nas ementas e nos próprios nomes das disciplinas. Temos a mesma percepção no que diz respeito ao fato de que a escola, como instituição social e de ensino, é elemento quase ausente nas ementas. Esta exclusão da escola nas ementas, sob a perspectiva de uma instituição social de ensino, leva os alunos a se perceberem “numa formação de caráter mais abstrato e pouco integrado ao contexto concreto no qual o profissional-professor(a) vai atuar”.<sup>13</sup> Os currículos institucionais implementados para a formação de professores nos

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Professores do Brasil*, p.66.

<sup>12</sup> GATTI. *Professores do Brasil*, p.70.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. *Formação de professores no Brasil*, p.72.

cursos de Pedagogia, mostram-se apenas formalmente de acordo com as recomendações do Conselho Nacional de Educação, “mas permanecem distantes do eixo definido pelas diretrizes e pelas orientações emanadas desse órgão: formar professores”.<sup>14</sup>

Observa-se que predomina ainda nos cursos, um esquema antigo de formação de professores: trata-se do sistema conhecido como “3+1”. “o que se encontra nas instituições de ensino superior é o esquema antigo de formação de professores tendente mais a um bacharelado do que a uma licenciatura, ou seja, o modelo ‘3 + 1’, que foi institucionalizado nos inícios do século XX”.<sup>15</sup>

Não é só o formato dos cursos que possuem na história, a raiz de suas explicações. Toda essa lógica fragmentária, dispersiva da realidade, presente no cenário atual da formação de professores, é fruto, em parte, da maneira como essa questão foi tratada nos séculos passados. Não se enfatizou, muito menos se discutiu e priorizou a questão da formação de professores no ensino superior, em muitos momentos relegando-a a um contexto de caos. Além do fato de não podermos desconsiderar a histórica desigualdade brasileira no que tange ao acesso da população a níveis mais elevados de ensino<sup>16</sup>.

Abordar a dimensão da formação docente é mergulhar num contexto no qual a complexidade e a abrangência dos estudos a respeito da temática, bem como os desdobramentos da atual formação de professores, se misturam e são inseridas em um quadro das transformações decorrentes do fenômeno da globalização, dos avanços científicos e tecnológicos e da adesão a um mundo produtivo cada vez mais competitivo e individual, e constitui-se num grande desafio, que nos remete a uma necessária discussão histórica sobre essa temática. Afinal, “o processo histórico de profissionalização do professorado (passado) pode servir de base à compreensão dos problemas atuais da profissão docente (presente)”.<sup>17</sup>

Para se compreender melhor como vem se desenvolvendo a formação de professores em um processo histórico, consideramos fundamental remetermos a uma retrospectiva

---

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *Formação de professores no Brasil*, p.73.

<sup>15</sup> BARRETTO, GATTI, *Professores do Brasil*, p.22.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *Professores do Brasil*, p.42.

<sup>17</sup> NÓVOA, Antônio. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: NOVOA, Antonio (org.). *Profissão professor*. 2ªed. Porto: Porto, p.13-33, 1995.

histórica da formação de professores no Brasil, num âmbito mais geral. Estamos cientes de que essa temática não pode ser desvinculada do contexto social, político, econômico e educacional em que está inserida, no entanto, para nos atermos ao objeto aqui delimitado, e por razões de limitações de páginas, não será intenção deste artigo uma análise acerca da conjuntura histórica vivida pelo Brasil no período colonial e imperial<sup>18</sup>.

Resgatar a história dessa formação, enfatizando o período colonial e imperial brasileiro, a partir de teses, dissertações e demais fontes bibliográficas, torna-se importante no intuito não só de levantar recentes trabalhos acerca do tema, e algumas obras já de consagrada importância, mas também para levantar pontos em comuns entre estes autores, ressaltando os desafios que historicamente enfrentamos na consolidação de uma formação de professores. A bem da verdade, a precarização desta questão trouxe e traz reflexos no cenário ainda conflituoso e frágil da formação. Condensar estes autores e levantar essa história de um modo mais geral, pretende contribuir para que novos estudos possam ser desenvolvidos, mais específicos, e assim, estimular a produção de trabalhos de temática semelhante.

### **Formação de professores no Brasil: período colonial**

Historicamente, a educação no Brasil inicia-se com a chegada dos jesuítas (1549) e, mais especificamente, após a instauração de colégios que visavam à formação da elite dirigente e de quadros para a ordem dos inicianos. Esses padres, inicialmente, em convergência com as proposições da Contra-Reforma definidos no Concílio de Trento (1543), aqui adentraram para converter os indígenas à fé católica e transmiti-los noções básicas da língua portuguesa, da aritmética, além de uma breve capacitação para o trabalho.

Posteriormente, os inicianos passaram a privilegiar também a formação da elite dirigente, com a abertura de colégios, nos quais eram praticados os princípios do “Ratio-

---

<sup>18</sup> Acerca deste assunto, ver: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2005. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Studiorum”, que consistia numa pedagogia centrada no neotomismo (junção de influência aristotélica atrelada à concepções cristãs) seguindo orientações emanadas das Constituições da Companhia de Jesus<sup>19</sup>. Os padres jesuítas foram praticamente os nossos únicos educadores neste momento. Transmitiram quase na sua integridade, o patrimônio de uma cultura que se pretendia homogênea, a mesma língua, a mesma religião, a mesma concepção de vida e os mesmos ideais de homem culto-civilizado<sup>20</sup>. Seja nos pátios de colégios ou em aldeias, eles formaram e organizaram os fundamentos do nosso sistema de ensino.

A teoria educacional que orientou os princípios do “Ratio-Studiorum” emanava de uma concepção humanista tradicional de vertente religiosa<sup>21</sup>, que procurava também se adaptar às singularidades da colônia, resultando assim em uma espécie de "pedagogia brasileira". Vale ressaltar que anteriormente ao “Ratio”, nos primeiros anos de colonização, o jesuíta Manoel da Nóbrega já havia elaborado um plano de instrução, que orientava inclusive os primeiros colégios da colônia. Neste plano, iniciava-se os estudos através da aprendizagem da língua portuguesa e da doutrina católica, além de instrumentos musicais.

Após esses estudos elementares, que correspondiam ao nível primário<sup>22</sup>, o plano bifurcava em um nível secundário, cuja maioria dos alunos era enviada para o aprendizado de ofícios mecânicos ou agrícolas, e uma minoria era selecionada para estudos de gramática latina, para posteriormente serem enviados para a Europa para estudarem em Coimbra ou na Espanha<sup>23</sup>. Portanto, o “Ratio-Studiorum” não foi implantado de uma vez na colônia, apenas em 1584 passa a se iniciar formalmente, tendo sua redação definitiva consolidada em 1599, superando assim o plano de instrução idealizado por Nóbrega.

As ideias pedagógicas expressas no “Ratio” correspondem basicamente ao que se convencionou denominar de pedagogia tradicional, na vertente religiosa. Tradicional no sentido de se caracterizar por uma visão essencialista de homem, ou seja, concebendo-o

---

<sup>19</sup> VILLALTA, Luís Carlos. A Educação na Colônia e os Jesuítas: discutindo alguns mitos. In: PRADO, M. L. C.; VIDAL, D. G. (Org.). *À Margem dos 500 Anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: Edusp, p. 171-184, 2002.

<sup>20</sup> CASTRO, Michelle Guedes Bredel. Uma retrospectiva da formação de professores: histórias e questionamentos. *VI Seminário da Rede Estrado – Regulação Educacional e Trabalho Docente*. UERJ, Rio de Janeiro, p. 1-18, 2006.

<sup>21</sup> SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2012

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *A pedagogia no Brasil*, p.73

<sup>23</sup> Ver: VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Colibri, 2004.

como pertencente de uma essência universal e imutável. Na vertente religiosa, a essência humana é considerada criação divina, conseqüentemente o homem deve empenhar-se para atingir uma perfeição na vida, para que mereça a dádiva da vida<sup>24</sup>.

No que tange às diversas regras que compunham a estrutura pedagógica do “Ratio”, a síntese abaixo informa com exatidão a dimensão prescritiva, rigorosa e metódica do documento curricular:

O plano é constituído por um conjunto de 467 regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino, indo desde as regras do provincial (40), passando pelas do reitor (24), dos prefeitos de estudos (80), dos professores de modo geral e de cada matéria de ensino (205), abrangendo as regras da prova escrita (11), da distribuição de prêmios (13), do bedel (7), chegando às regras dos alunos (40) e concluindo com as regras das diversas academias (47)<sup>25</sup>.

O “Ratio” embora não fosse exclusivamente voltado à formação de professores, continha diversas regras com tal finalidade. Chama a atenção, do ponto de vista teórico-conceitual, a preocupação expressa aos professores para que não se “afaste de Aristóteles” e que trate sempre com respeito a obra de São Tomás de Aquino<sup>26</sup>. O fato de enfatizarem Aristóteles e São Tomás permite a compreensão de que é preciso relativizar a noção que geralmente se tem dos jesuítas como fortemente medievais, obscurantistas e que permaneciam “de costas” para a modernidade.

Certamente que pretendiam uma hegemonia católica no ensino, em tempos de Contrarreforma, mas procuravam também conciliar os cânones católicos com as exigências da modernidade, apoiando-se no legado clássico-medieval<sup>27</sup>, ao mesmo tempo que buscavam reformular a escolástica, absorvendo elementos próprios da época, marcadamente influenciada pela Renascença: especialmente a questão do livre-arbítrio.

Essa questão do livre-arbítrio é crucial para compreendermos o fervor missionário dos jesuítas, e o caráter militante e combatente que os moveu, “levando-os a considerar a

---

<sup>24</sup> SAVIANI. *A pedagogia no Brasil*, p.78.

<sup>25</sup> SAVIANI. *A pedagogia no Brasil*, p.77.

<sup>26</sup> CAETANO, Maria Cristina. *O ensino religioso e a formação de seus professores: dificuldades e perspectivas*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

<sup>27</sup> SAVIANI. *A pedagogia no Brasil*, p.77.

cruz e a espada como faces de uma mesa moeda”.<sup>28</sup> Em tempos de Renascença, a emergência do indivíduo associada à ideia da livre escolha, conduz a uma percepção de que o homem é protagonista de suas ações, e deve também partir para ação, e não somente para contemplação.

A formação do padre-professor confundia-se com o exercício do sacerdócio, na medida em que para se obter uma sólida formação, o jesuíta recebia uma preparação tanto para exercer sua missão evangelizadora, quanto para praticar a função educadora. Vale ressaltar alguns detalhes acerca desta preparação:

(...) a preocupação primeira da Companhia de Jesus, na formação dos eclesiásticos, era a Moral, à qual eram reservados dois anos de estudos. O futuro preparador de almas deveria dedicar-se, primeiramente, ao cuidado da sua própria alma, dominando suas paixões, seus caprichos e suas tendências impulsivas, exercitando as virtudes cristãs da piedade, caridade, paciência e renúncia de si mesmo. Ao concluir o primeiro biênio de estudos passava para um novo biênio dedicado ao estudo das Letras Clássicas: latim, grego e hebreu, iniciando sua formação intelectual.

Para completar essa formação, cursava mais 3 anos de Filosofia, nos quais se incluíam estudos de matemática, astronomia e física. Para exercer o magistério em nível superior, o jesuíta tinha que acrescentar aos sete anos iniciais mais quatro anos de Teologia, dois de especialização na disciplina que ia ensinar e mais uma formação pedagógica. O Jesuíta só estaria preparado para ser professor de ensino superior depois de longos 14 anos de estudo. Vale ressaltar que este cuidadoso preparo do padre-professor não se voltava para o magistério das “escolas de ler e escrever”.<sup>29</sup>

No período colonial brasileiro não havia instituições de ensino destinadas exclusivamente à formação de professores profissionais, comprometidos apenas com a instrução. A formação docente subordinava-se, primeiramente, à formação do sacerdote, embora a ação pedagógica dos futuros padres fosse detalhadamente normatizada pelo Ratio Studiorum. Contudo, este documento, preocupava-se mais com a organização administrativa e pedagógica dos colégios ditando, de forma rígida, o modelo das aulas e definindo a hierarquia interna<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. *A pedagogia no Brasil*, p.79.

<sup>29</sup> BRZEZINSKI, Iria. *Pedagogia, Pedagogos e formação de professores*. São Paulo: Papirus, 1996.

<sup>30</sup> VILLALTA. *A Educação na Colônia e os Jesuítas*, p.114.

O “*Studia Superiora*” dos jesuítas, composto de Teologia e Ciências Sagradas, priorizava a formação do padre e não continha o ensino de disciplinas pedagógicas que visassem especificamente à formação do mestre. Para formar esses pregadores, recomendava-se “abertura de seminários diocesanos, que ofereceriam aos discípulos as principais habilidades necessárias para cumprir as tarefas pastorais: pregação, liturgia e práxis sacramental”.<sup>31</sup>

Os sacerdotes assim preparados estariam em condições de educar os homens para que se tornassem mais homens, “desenvolvendo-lhes a memória, a vontade e a inteligência, com ênfase na Retórica fundamentada nas obras dos antigos, em especial de Cícero e Quintiliano”.<sup>32</sup> Desse modo, os primeiros professores brasileiros receberiam uma formação baseada nos clássicos antigos, voltada a padrões da sociedade européia cristã que privilegiava “a retórica com a eloquência ciceroniana como marca na formação de representantes da Companhia de Jesus”.<sup>33</sup> Essa formação, recebida em Portugal e, mais tarde, no Brasil, constituía-se como a primeira e marcante influência externa na formação de professores da história brasileira<sup>34</sup>.

Deste modo, durante os 210 anos em que permaneceram no Brasil, os jesuítas exerceram uma poderosa influência que influenciou de modo profundo a formação da sociedade brasileira e se constituíram nos principais mentores intelectuais do período colonial. Durante estes longos anos em que aqui permaneceram, a Companhia de Jesus criou dezessete colégios secundários e duas centenas de escolas primárias<sup>35</sup>.

Contudo, em 1759, os Jesuítas, foram expulsos da colônia brasileira, pelo então Ministro de Portugal, Marquês de Pombal. Os jesuítas haviam criado até sua expulsão um “consistente sistema de ensino” com currículo estruturado, organização didática consolidada, um “corpo docente altamente qualificado e instalações e infra-estruturas adequadas”<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> HANSEN, João Adolfo. *Ratio Studiorum* e política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Guedes; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. (Orgs.). *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 21-41, 2000.

<sup>32</sup> HANSEN. *Ratio Studiorum* e política católica ibérica no século XVII, p.24.

<sup>33</sup> CAETANO. *O ensino religioso e a formação de seus professores*, p. 118.

<sup>34</sup> HANSEN. *Ratio Studiorum* e política católica ibérica no século XVII, p.36.

<sup>35</sup> VILLALTA. *A Educação na Colônia e os Jesuítas*, p.111.

<sup>36</sup> CAETANO. *O ensino religioso e a formação de seus professores*, p. 124.

Ressalta-se novamente que o proclamado obscurantismo da pedagogia jesuíta não era de fato uma realidade absoluta, pois embora defensores de um ensino catequizador católico, não viravam as costas para idéias científicas da época, de modo que ainda que restritiva, estas idéias eram absorvidos no corpo pedagógico dos colégios.

Analisando a pedagogia jesuítica, bem como a teoria política por eles forjada, vê-se que não se pode classificá-los de modo taxativo como obscurantistas. Se o edifício pedagógico que erigiram, por um lado, caracterizava-se pela oposição ao espírito científico emergente, apegando-se à repetição e à autoridade dos escritos de Aristóteles e São Tomás, [...] por outro lado, não se encontrava alheio às descobertas científicas e permitia, graças ao probabilismo, um certo pluralismo na compreensão dos fenômenos observados ou experimentados<sup>37</sup>.

Com a expulsão dos jesuítas, encontramos em alguns autores<sup>38</sup> a visão de que esta expulsão provocou-se um certo dismantelamento da educação brasileira, que não foi solucionado com a criação das Aulas Régias. Em um estudo clássico, já aparecia este olhar crítico em relação à expulsão dos jesuítas, como um processo que gerou desdobramentos catastróficos à educação brasileira<sup>39</sup>.

Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir sua extensão<sup>40</sup>.

A reforma pombalina, que culminou na expulsão dos jesuítas bem como na criação das Aulas Régias, se insere em um contexto de recente consolidação do iluminismo francês, de um enciclopedismo ilustrado que no caso de Portugal, não raramente é caracterizado por parte da historiografia como uma espécie de “despotismo esclarecido”, embora esta terma esteja longe de ser consensual entre os historiadores<sup>41</sup>. Para atingir seus objetivos de realizar

---

<sup>37</sup> VILLALTA. *A Educação na Colônia e os Jesuítas*, p.112.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *A Educação na Colônia e os Jesuítas*. CAETANO, O ensino religioso e a formação de seus professores. ARANHA, Maria Lúcia. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

<sup>39</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. Parte terceira da 5. Ed. da obra. *A cultura brasileira*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1976.

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *A transmissão da cultura*, p.76

<sup>41</sup> FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo esclarecido*. São Paulo: Atica, 1986.

uma profunda transformação da nação portuguesa, Pombal precisaria inicialmente fortalecer o Estado e o poder do rei. Isso seria possível por meio do enfraquecimento do prestígio e poder da nobreza e do clero que limitavam o poder real.

Dessa forma, Pombal procurava agir no sentido de recuperar a economia por intermédio de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa. Esta idéia de modernização, influenciada pelo iluminismo francês, serviu de pretexto para a rotulação da educação jesuíta como "atrasada", e avessa aos avanços científicos da época. Há uma expressa tentativa de atribuir à Companhia de Jesus todos os males da Educação na metrópole e na colônia, motivo pelo qual os jesuítas são responsabilizados "pela decadência cultural e educacional imperante na sociedade portuguesa"<sup>42</sup>. Essa aversão aos jesuítas era comum em outros países europeus do período<sup>43</sup>.

Nesse sentido, os jesuítas representavam um obstáculo às tentativas de consolidação do enciclopedismo já consolidado em grande parte da Europa. Ao expulsar os jesuítas, Pombal passava ao Estado a responsabilidade pela instrução pública, colocando-a a serviço dos interesses da Coroa portuguesa, o que se justificava pelo crescente prestígio dos jesuítas na sociedade colonial, ameaçando até mesmo o poder da Coroa.

... a expulsão dos jesuítas também era uma necessidade imperiosa do Estado português. Por causa da ação jesuítica, os indígenas brasileiros resistiam a submeter-se à autoridade portuguesa, que eles viam como inimiga. Pombal desejava a miscigenação para estabelecer o povoamento brasileiro, sem que, para tanto, ocorresse uma grande emigração dos portugueses. Era preciso, por todas as razões, retirar os jesuítas do controle das terras e das nações indígenas. Era necessário traçar a fronteira brasileira. O Estado necessitava disso. A coesão do Brasil significava naquele momento a força de Portugal<sup>44</sup>.

A citação abaixo nos fornece um consistente resumo das principais medidas adotadas por Pombal em 1759, que ocasionou em significativas transformações da educação brasileira:

...total destruição da organização da educação jesuítica e sua metodologia de ensino, tanto no Brasil quanto em Portugal; [...] introdução das aulas

---

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ed. São Paulo: Ática, 1993, p.63.

<sup>43</sup> FALCON, *A época pombalina*, p.71.

<sup>44</sup> BOTO, Carmina. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 44, p.282-299, 2010, p.293.

régias – aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criados pelos jesuítas; realização de concurso para escolha de professores para ministrarem as aulas régias; aprovação e instituição das aulas de comércio<sup>45</sup>.

Um empecilho para a realização dos objetivos pretendidos por Pombal foi a falta de homens capacitados para o ensino elementar e primário, havia uma carência de professores aptos a ensinar, de modo que os concursos previstos não atingiam esta demanda. A situação da educação não mudou muito nas suas bases, porque os professores, então contratados, sobretudo os padres seculares que haviam recebido a formação jesuítica, tornaram-se continuadores de sua ação pedagógica.

Esses sacerdotes, se constituíram como o maior contingente de professores, recrutados para as Aulas Régias: disciplinas avulsas ministradas por um professor nomeado. No entanto, o ensino laico implementado orientou-se de modo semelhante à educação jesuítica, no que diz respeito principalmente à metodologia pedagógica<sup>46</sup>, continuando, também, a conceber o magistério como missão, vocação, abnegação, submissão. Outro estudo<sup>47</sup> também vai à mesma direção ao afirmar que a reforma pombalina embora visasse uma radical transformação ideológica na educação brasileira, inspirada em pensadores considerados modernos (Luis Antonio Verney principalmente), trazia também “traços eclesiásticos”<sup>48</sup> de modo que não houve uma ruptura total com o ensino jesuítico, pois a mudança ocorrida foi mais de conteúdo do que de método educacional.

Os recursos, advindos do “subsídio literário”<sup>49</sup>, instituído em 1772 sob a responsabilidade de Portugal, com o objetivo de remunerar os professores vinculados às Aulas Régias e que se dedicavam ao Ensino Primário e ao das Humanidades, eram escassos. A capacitação dos professores para dar essas aulas foi majoritariamente precária, pois os docentes apresentavam um desconhecimento pedagógico e uma ignorância dos próprios

---

<sup>45</sup> MACIEL, Lizete Shiuze. NETO, Alexandre Shigunov. A educação brasileira no período pombalino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.3, p. 465-476, 2006, p.471.

<sup>46</sup> VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

<sup>47</sup> RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: história da educação brasileira a organização escolar*. 15 ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. *História da educação brasileira*, p.78.

<sup>49</sup> VEIGA. *História da Educação*, p.53.

conteúdos que ministravam.<sup>50</sup>

Em 1808, com a vinda da Corte para a colônia brasileira, grandes transformações culturais, sociais, econômicas e educacionais foram observadas. A abertura dos portos às nações amigas de Portugal, a chegada de uma aristocracia portuguesa, são fatores que irão provocar mudanças no próprio ordenamento da sociedade colonial. No campo educacional, foram criadas pela primeira vez instituições de ensino superior nas áreas de Engenharia, Medicina, Química e Agricultura. Esse nível de ensino tinha como objetivo proporcionar educação para uma elite que aqui chegava, com perspectivas de se instalar, devido ao fato de que em Portugal, a invasão napoleônica se consolidava. Estas instituições também visavam formar quadros que dariam suporte ao aparelho administrativo aqui implantado. Vale ressaltar que a estrutura do ensino primário e secundário continuou existindo sob a forma das aulas régias instituídas pelo Marquês de Pombal<sup>51</sup>.

#### **A formação de professores no período do Império**

Após a vinda da Corte portuguesa, inaugurou-se um longo processo que culminaria na Independência da colônia brasileira, em 1822. Pode-se dizer que o cenário da formação de professores pouco alterou, até mesmo com a Constituição de 1824 outorgada, a falta de uma estrutura nacional de formação de professores, continuou como um problemática central. Outro grande problema vivenciado no início do século XIX no Brasil era a escassez de professores, e até então a inexistência de escolas de formação de professores. Nesse contexto, houve a criação da Lei de 1823 concedia a qualquer cidadão o direito de abrir escolas elementares e nelas empregar o denominado Ensino Mútuo. Antes que se fundassem escolas especificamente destinadas à formação de pessoal docente, “encontra-se nas primeiras escolas de ensino mútuo – instaladas a partir de 1820 a preocupação não somente de ensinar as primeiras letras, mas de preparar docentes, instruindo-os no domínio do método”.<sup>52</sup>

Portanto, essa foi “realmente a primeira forma de preparação de professores, forma

---

<sup>50</sup> AZEVEDO, *A transmissão da cultura*, p.79.

<sup>51</sup> VEIGA. *História da Educação*, p.56.

<sup>52</sup> TANURI, Leonor. História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.14, p. 61-88, maio/agosto, 2000, p.68.

exclusivamente prática, sem qualquer base teórica”.<sup>53</sup> As Escolas de Ensino Mútuo enfatizavam o ensino da leitura, o ensino rudimentar da aritmética e, sobretudo, o domínio do método criado por Joseph Lancaster, que consistia num sistema de monitoria no qual os alunos mais aplicados lecionavam para os alunos iniciantes, ou com problemas de aprendizagem, todos regidos por uma disciplina rígida e respeito à hierarquia escolar<sup>54</sup>. Posteriormente,

a Lei de 15/10/1827 consagra a instituição do ensino mútuo no Brasil, dispondo, em seu art. 5º, que “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino irão instruir-se em curto prazo e à custa de seus ordenados nas escolas da Capital”. Pouco resultou das providências do Governo central referentes ao ensino de primeiras letras e preparo de seus docentes de conformidade com a Lei geral de 1827<sup>55</sup>.

É importante destacar, que essas escolas foram implementadas anteriormente à criação de instituições específicas para a formação docente. Esta referida lei estipula ainda, que os professores deverão ser treinados nesse método arcando com os próprios custos. Embora já se observa uma ligeira preocupação com a formação de professores, percebe-se também um desinteresse do Estado nesse processo formação, tendo em vista que fica a cargo dos docentes arcar com suas capacitações.

O Ensino Mútuo, oficializado e expandido a todo Brasil, é também chamado de “método mútuo”, ou ainda “método monitorial”.<sup>56</sup> Embora esse método aproveite os alunos mais adiantados como auxiliares dos professores, sobretudo em classes numerosas, isso não significa que o papel do professor torna-se secundário, pois cabia a ele a totalidade do processo. No entanto, os alunos auxiliares eram investidos de uma função docente.

O Método pressupunha uma rigorosa disciplina, imposição de regras, e distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão amplo. O professor concentrava-se num local mais alto, de modo a fiscalizar os alunos, e orientar o trabalhos dos monitores. Um aspecto crucial no método era estimular a competição entre os alunos. Ser auxiliar do professor, de certo modo, conferia um prestígio aos alunos. Os autores aqui

---

<sup>53</sup> \_\_\_\_\_. *História da Formação de Professores*, p.65.

<sup>54</sup> CAETANO. *O ensino religioso e a formação de seus professores*, p.92.

<sup>55</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.76.

<sup>56</sup> SAVIANI. *A pedagogia no Brasil*, p.89

citados, abordam o método de modo consensual e ressaltam que durante o desenrolar do século XIX, foi paulatinamente enfraquecido.

As primeiras escolas normais brasileiras, destinadas à formação de professores, só seriam estabelecidas, por iniciativa das Províncias, logo após a reforma constitucional de 12/8/1834, que, atendendo ao movimento descentralista, conferiu mais autonomia às Assembleias Legislativas Provinciais. Desde a sua criação, as escolas normais brasileiras fizeram parte dos sistemas provinciais.

O modelo que se implantou foi o europeu, mais especificamente o francês, resultante de nossa tradição colonial e do fato de que o projeto nacional era emprestado às elites, de formação cultural europeia. Embora não haja como negar o caráter transplantado de nossas instituições – sobre o qual tanto se tem insistido – a historiografia mais recente tem procurado mostrar também sua articulação com o contexto nacional e com as contradições internas de nossa sociedade<sup>57</sup>.

Desse modo, as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais se relacionam de modo intrínseco com a preponderância do grupo conservador, resultando das pressões desenvolvidas para consolidar sua hegemonia e impor seu projeto político. A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, que determinava que deveria haver uma escola normal na capital da província, para habilitar futuros professores da instrução primária, e também professores que já atuavam mas que não tinham instrução suficiente para atuar nas escolas de Ensino Mútuo. A escola normal seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o seguinte currículo: “ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã”.<sup>58</sup>

Ainda no que diz respeito ao currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro, eles pouco se diferenciavam das escolas primárias. A ligeira diferença se dava pelo âmbito metodológico, “já que os futuros mestres deveriam dominar, teórica e praticamente, o método lancasteriano”.<sup>59</sup> Não havia um objetivo de oferecer uma formação mais

---

<sup>57</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.75.

<sup>58</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.76.

<sup>59</sup> VILLELA, Heloísa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO,

aprofundada em termos laicos, “ao passo que a formação moral e religiosa era muito enfatizada”.<sup>60</sup>

Os trabalhos levantados consensualmente apontam que as primeiras escolas normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do professor à assimilação do método de Lancaster. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a: “ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever”.<sup>61</sup> Os pré-requisitos para admissão nessa Escola Normal viraram referência para outras escolas, e enfatizavam, sobretudo, as condições morais dos candidatos. “Em síntese, o peso maior para a admissão recaía sobre o aspecto da moralidade”.<sup>62</sup>

Os princípios religiosos e os bons costumes deveriam ser comprovados pela autoridade local e referendados pelo presidente da Província. A avaliação dos alunos era feita através de uma simples verificação dos seus desempenhos na leitura e na escrita. “Observa-se, dessa forma, que os aspectos morais e religiosos eram priorizados, em detrimento dos embasamentos teóricos, práticos e didáticos, enfim, de uma formação docente consistente”.<sup>63</sup>

A opção pelo método lancasteriano estava ligada ao seu potencial disciplinador, a certo controle ilusoriamente suave, respaldado por uma vigilância sem punição física, de modo a garantir assim sua função de preservar a hierarquia e a ordem, sem se preocupar com a qualidade da formação conceitual e didática dos docentes<sup>64</sup>.

As primeiras Escolas Normais do Brasil não atraíram o interesse dos docentes, pois elas ofereciam baixos salários para o exercício do magistério, um currículo rudimentar, estrutura precária e pouco apreço conferido aos profissionais da educação<sup>65</sup>. Uma realidade que, tiradas inúmeras exceções, e descontado o aspecto de contextos totalmente diferentes, encontra eco ainda nos dias atuais.

Em todas as províncias as escolas normais tiveram uma trajetória incerta e atribulada,

---

Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.); *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>60</sup> VILLELA, *O mestre-escola e a professora*, p. 213.

<sup>61</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.75.

<sup>62</sup> CAETANO. *O ensino religioso e a formação de seus professores*, p.134.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_. *O ensino religioso e a formação de seus professores*, p.134.

<sup>64</sup> SAVIANI. *A pedagogia no Brasil*, p.81.

<sup>65</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.80.

submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, para só lograrem algum êxito a partir de 1870, quando se consolidam as ideias liberais de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, bem como de liberdade de ensino. Antes disso, as escolas normais não foram mais que um projeto irrealizado, ou, "...como as definiu o presidente da Província do Paraná em 1876: plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia"<sup>66</sup>. Encontramos aqui uma série de Escolas Normais que foram aos poucos se espalhando pelo Brasil e os aspectos comuns entre elas:

Algumas características comuns podem ser observadas nas primeiras escolas normais aqui instaladas. A organização didática do curso era extremamente simples, apresentando, via de regra, um ou dois professores para todas as disciplinas e um curso de dois anos, o que se ampliou ligeiramente até o final do Império. O currículo era bastante rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de rudimentar formação pedagógica, esta limitada a uma única disciplina (Pedagogia ou Métodos de Ensino) e de caráter essencialmente prescritivo. A infra-estrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram freqüentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império<sup>67</sup>.

Os pontos destacados acima também são observados por outro autor, que afirma serem as Escolas Normais “onerosas, ineficientes qualitativamente e insignificantes quantitativamente, pois muito pequeno era o número de alunos formados”<sup>68</sup>. Estes pontos de insucesso destacados pelos autores, possuem algumas explicações que passam desde a pouca atratividade da carreira docente (fenômeno observado também nos dias atuais e em algumas licenciaturas), até a ausência de compreensão acerca da necessidade de formação específica para estes docentes. Como não havia sequer um esboço de um sistema nacional de formação de professores, a existências dessas Escolas dependia sempre de uma ação de

---

<sup>66</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.80.

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_, *História da Formação de Professores*, p.79.

<sup>68</sup> SAVIANI, Dermeval. *História da Formação docente no Brasil: três momentos decisivos*. Educação. Centro de Educação, Universidade de Santa Maria. V. 30, n.2, p. 11-26, 2005.

governo, pois não havia projeto de Estado para a educação (outra questão que ainda se faz presente na atualidade).

Nesse sentido, “tais fatores, ao mesmo tempo causas e consequências do insucesso das primeiras escolas normais, refletiam o estado pouco animador da instrução pública provincial”.<sup>69</sup> Ressalta-se ainda que o insucesso somado a resultados obsoletos dessas Escolas, fizeram com que alguns presidentes de Províncias rejeitassem-nas como instrumentos capazes de qualificação dos docentes, e optassem por um sistema de inspiração austríaco e holandês, denominado “professores adjuntos”, que atuariam nas escolas como “ajudantes do regente de classe, aperfeiçoando-se nas matérias e práticas do ensino”.<sup>70</sup> Por esse meio seriam preparados os novos professores, dispensando-se a instalação de escolas normais. Mas esse caminho não prosperou. Os cursos normais continuaram a ser instalados de modo estritamente prático, desprezando-se a base teórica<sup>71</sup>.

Enquanto nos primeiros 50 anos de Brasil Império, as Escolas Normais além de poucas, foram ainda rudimentares e mal sucedidas, a partir de 1870, transformações de ordem ideológica, política e cultural irão provocar repercussões profundas no setor educacional, fazendo com que tenha uma importância que nunca antes tivera. A concepção de que um país precisa investir na educação se torna geral entre sujeitos de distintos partidos e a educação passa a ser encarada como indispensável ao desenvolvimento social e econômico da nação.

No contexto permeado pela concepção de que é necessário popularizar o ensino, as Escolas Normais passam “a ser reclamadas com maior constância e coroadas de algum êxito”.<sup>72</sup> Ressalta-se que em 1867 havia 4 Escolas Normais e em 1883 o número avança para 22 e também a organização e o nível dessas escolas, embora não chegassem a atingir a complexidade dos estudos secundários, apresentavam modestos mas evidentes sinais de progresso. Paralelamente à valorização das escolas normais, ocorre também enriquecimento de seu currículo, ampliação dos requisitos para ingresso e sua abertura ao elemento feminino.

---

<sup>69</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.80.

<sup>70</sup> SAVIANI. *História da Formação docente no Brasil*, p.20.

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_, *História da Formação docente no Brasil*, p.21.

<sup>72</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.68.

Fundamental destacar que o Império a esta altura, embora de estrutura ainda agrária e escravista, convivia com os padrões da modernidade que implicavam em esboços de industrialização, necessidade de ampliação de mercado, e de mão de obra mais qualificada. A imigração foi um fator crucial nesse sentido, além do fato de que na Europa, a escolarização já possuía índices bem mais elevados, relacionando-se diretamente ao poderio econômico dos países<sup>73</sup>.

Em 1879, através do Decreto n. 7.247, a Reforma Leôncio de Carvalho constitui-se num marco não só para as Escolas Normais, mas também para o ensino primário e secundário. No que limita-se ao tema aqui retratado, as Escolas Normais ganham novo fôlego, e passa a adotar uma certa padronização curricular, além de regulamentar a nomeação e remuneração dos docentes. No que diz respeito ao currículo, o método intuitivo passa a ser enfatizado<sup>74</sup>.

Esse método, além de enfraquecer o método lancasteriano, orientava-se basicamente pela produção de materiais didáticos e manuais de instrução de ensino. Essa produção de materiais foi viabilizada sobretudo pela Revolução Industrial que possibilitou a expansão de produtos de cunho pedagógico a outros países. Os autores chamam atenção, consensualmente, para o fato de que o termo “pedagogia” é ressaltado pela primeira vez.

Nos anos finais do Império, as escolas normais foram sendo abertas às mulheres, “nelas predominando progressivamente a freqüência feminina e introduzindo-se em algumas a coeducação”.<sup>75</sup> Já se delineava nos últimos anos do regime monárquico a participação que a mulher iria ter no ensino brasileiro. A percepção de que a educação da infância deveria ser-lhe atribuída, uma vez que era o prolongamento de seu papel de mãe e da atividade educadora que já exercia em casa, começava a ser defendida por pensadores e políticos. A explicação bem como as consequências deste processo são assim explicadas:

De um lado, o magistério era a única profissão que conciliava as funções domésticas da mulher, tradicionalmente cultivadas, os preconceitos que bloqueavam a sua profissionalização, com o movimento em favor de sua ilustração, já iniciado nos anos 70. De outra parte, o magistério feminino apresentava-se como solução para o problema de mão-de-obra para a

---

<sup>73</sup> SAVIANI. *A pedagogia no Brasil*, p.15.

<sup>74</sup> SAVIANI, *A pedagogia no Brasil: história e teoria*, p.16.

<sup>75</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.69.

escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração. Em várias províncias, a destinação de órfãos institucionalizadas para o magistério visava ao seu encaminhamento profissional – como alternativa para o casamento ou para o serviço<sup>76</sup>.

Essa acentuada presença das mulheres não é por acaso, e é desnecessário dizer de como se internalizou no Brasil a associação entre magistério e público feminino. No entanto, é fundamental considerar as reivindicações femininas, que buscavam seus direitos ao exigirem o acesso a instrução e a oportunidade de trabalho remunerado<sup>77</sup>. Portanto, existem três elementos que se relacionam essa questão: a escassez de procura masculina nas Escolas Normais, devido às precárias condições saláris incipientes, somados as pressões exercidas pelas mulheres por maiores direitos, e ao mesmo tempo imbricando-se numa questão ideológica de pensar a mulher estrategicamente dentro da intenção de conservação da estrutura social. A mulher, já historicamente “educadora do lar”, deve agora no Magistério reproduzir o “cuidar”, garantindo assim o estabelecimento da ordem e da reprodução do próprio patriarcalismo.

A conquista de uma vaga no grupo escolar significava para as mulheres, uma oportunidade de adquirir o máximo da ascensão na carreira, contudo, os cargos de direção destinavam-se aos homens<sup>78</sup>. Ampliando as oportunidades de escolarização da mulher, a escola normal e as complementares possibilitaram, uma efetiva participação da mulher na população economicamente ativa e de certo modo, ampliam um aprimoramento cultural, não deixando de incomodar evidentemente, alguns setores conservadores da sociedade.

Cabe nesse momento nos questionarmos sobre essa abertura profissional feminina, na profissão docente. Se por um lado representou um importante avanço para a mulher em ter condições de exercer uma profissão e adquirir uma certa autonomia econômica, por outro lado vale questionar que esse campo de trabalho, era organizado pela figura masculina, eram os homens que elaboravam os currículos e coordenavam as escolas por meio da direção da instituição escolar, onde a educação feminina estava normalmente relacionada com os ideais positivistas sendo

---

<sup>76</sup> \_\_\_\_\_. *História da Formação de Professores*, p.69.

<sup>77</sup> ALMEIDA, Jane de. Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 133–197.

<sup>78</sup> ALMEIDA, *Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX*, p.137.

essa instrução feminina voltada para a estabelecimento de padrões comportamentais femininos, onde a influência do cristianismo era bastante forte, ajudando a forjar uma representação simbólica de mulher-mãe<sup>79</sup>.

É fácil perceber através da bibliografia utilizada, que o padrão dominante esperava formar e conceber a mulher como uma jovem religiosa, obediente aos superiores e às leis, recatada, e dotada de habilidades maternais. Mas também uma professora bem preparada para exercer suas funções, ou seja, com algum domínio do saber escolar, habilidades pedagógicas e dedicação quase maternal a seus alunos. A imagem do sexo feminino estava ligada aos ideais de moralidade cristã, pureza, maternidade e patriotismo, a mulher era valorizada como mãe e esposa, o lar seria o seu domínio e o casamento sua principal aspiração. “Os ideais positivistas indicaram a mulher para ser educadora da infância base da família e da pátria, atribuindo as virtudes da professora como sendo as qualidades da mãe dando ênfase maior no sentimento”.<sup>80</sup>

No final do Império, a maioria das províncias não tinha mais do que uma ou duas Escolas Normais públicas,(as vezes uma para o sexo feminino e uma para o masculino), geralmente organizadas com dois a quatro anos de estudos, mas majoritariamente três. A grande maioria dessas Escolas Normais não alcançavam ainda o nível do curso secundário, “sendo inferiores a este quer no conteúdo, quer na duração dos estudos”.<sup>81</sup> Porém, já contavam com um currículo mais amplo do que o inicial, composto sobretudo pelas matérias do ensino primário, “elas se assemelhavam às escolas primárias superiores, constantes da legislação de muitas províncias”.<sup>82</sup> A formação pedagógica era reduzida, limitando-se a uma ou duas disciplinas: pedagogia (e/ou metodologia), acrescida às vezes de legislação e administração educacional. A seguir, ilustramos através de um exemplo de um currículo de uma Escola Normal de São Paulo, do período:

Mencione-se, a título de exemplo, o currículo da Escola Normal de São Paulo, fixado pelo Regulamento de 3/1/1887: 1o ano: gramática e língua nacional, aritmética, gramática e língua francesa, doutrina cristã; 2o ano:

---

<sup>79</sup> \_\_\_\_\_, *Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX*, p.137.

<sup>80</sup> \_\_\_\_\_, *Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e no Brasil a partir do século XIX*, p.139.

<sup>81</sup> SAVIANI. *História da Formação docente no Brasil*, p.22.

<sup>82</sup> SAVIANI, *História da Formação docente no Brasil*, p.22.

gramática e língua nacional, geometria física, gramática e língua francesa; 3o ano: geografia e história, pedagogia e metodologia, química (art. 3o)<sup>83</sup>.

Finalizado o Império, com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, tem-se uma situação em que camada considerável da população assistiu "bestializada" a substituição de um regime por outro<sup>84</sup>. Em outras palavras, pouco se alterou em termos de estrutura fundiária, social e econômica, e a participação popular também fora bastante tímida e incipiente. No âmbito da formação de professores, a mudança de regime político "não trouxe alterações significativas, nem inaugurou uma nova corrente de ideias educacionais, tendo significado simplesmente o coroamento, e portanto, a continuidade de ideias que se iniciara no Império"<sup>85</sup>.

Um fenômeno importante, e que a partir do século XX se consolidaria, era a "feminização" do magistério, sobretudo com a ascensão industrial que o Brasil conheceria a partir do século XX, e com as posteriores leis trabalhistas, a mulher passa a tornar-se maioria quase absoluta no magistério. Em uma sociedade historicamente patriarcal, evidentemente que a desvalorização do magistério caminha lado a lado com sua identificação ao feminino, cada vez mais consolidada.

## Conclusões

Buscou-se resgatar com este artigo, o processo histórico de consolidação da formação de professores no Brasil. A trajetória percorrida mostra que, ao longo dos últimos séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem grandes rupturas. A questão pedagógica, de início incipiente, vai penetrando lentamente até ocupar posição central nos ensaios de reformas, porém, já na década de 1930<sup>86</sup>, mas não encontrou, até hoje, um encaminhamento satisfatório. Sendo assim, o que se revela permanente no decorrer dos períodos analisados, é

---

<sup>83</sup> TANURI. *História da Formação de Professores*, p.70.

<sup>84</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>85</sup> SAVIANI. *História da Formação docente no Brasil*, p.25.

<sup>86</sup> SAVIANI. *História da Formação docente no Brasil*, p.25.

a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país.

Neste sentido, tal constatação foi consensual entre os autores, assim como uma herança enciclopédica, uma ausência de um sistema nacional de formação de professores, revelando uma despreocupação do Estado com esta questão. O cenário atual, como demonstrado no início deste artigo, é também preocupante, no que tange ao distanciamento dos cursos de formação de professores da realidade de seus alunos, a uma fragmentação curricular que prejudica a compreensão da educação em seus aspectos mais amplos e profundos, fazendo com que futuros profissionais absorvam conteúdos fragmentados, como "gavetas" que se abrem e fecham sem qualquer conexão e sentido entre elas.

Em um cenário de desvalorização do trabalho docente, e pouca procura pelas licenciaturas, priorizar a formação de professores, é inclusive, elemento incluso e destacado no Plano Nacional de Educação<sup>87</sup>, em sua meta 16, que visa consolidar um sistema nacional de formação de professores, definindo suas diretrizes nacionais, áreas prioritárias e processos de certificação dos cursos.

Um sistema nacional, que jamais foi alcançado em nossa história, é um desafio crucial na consolidação da formação de professores como um campo estratégico para o desenvolvimento nacional. No entanto, a formulação deste sistema, a participação dos sujeitos escolares nesse processo, a construção democrática de tais diretrizes, ainda são pontos obscuros que necessitam ser melhor discutidos. No entanto, não há dúvidas de que, em uma nação que historicamente tratou a formação de professores sem o devido cuidado e atenção, é chegado o momento de dar-lhe o merecido destaque, e realizar o amplo debate que no passado não se concretizou.

---

<sup>87</sup> BRASIL. *Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020)*, PL nº 8.035/2010. Câmara dos Deputados. Brasília: 2012.

# Portugal em África: o governo do Comissário-Régio Antônio Ennes em Moçambique e seu discurso colonial (1895 – 1896)

## Portugal in Africa: the government-Regal Commissioner Antonio Ennes in Mozambique and its colonial discourse (1895 - 1896)

**Thiago Henrique Sampaio**

Mestrando em História

Universidade Estadual Paulista

[thiago.sampaio92@gmail.com](mailto:thiago.sampaio92@gmail.com)

Recebido em: 29/05/2015

Aceito em: 16/08/2015

**RESUMO:** Portugal foi uma das primeiras nações a formar seu Império Colonial e a última a desmantelá-lo. Após a independência do Brasil (1822), sua colônia mais desenvolvida, a nação portuguesa começou a observar o continente africano como fonte de riqueza e desenvolvimento. Em finais do século XIX ocorreram mudanças na política colonial da Europa em relação ao continente africano. Portugal, historicamente país colonizador, não tinha condições econômicas e nem militares para empregar uma modernização na sua política colonial. O presente artigo tem o objetivo de analisar a administração do comissário-régio Antônio Ennes no período de 1895-1896 na colônia de Moçambique e analisar seu pensamento colonial para desenvolvimento da província ultramarina no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antônio Ennes, Portugal, Moçambique, Imperialismo, Terceiro Império Português.

**ABSTRACT:** Portugal was one of the first nations to form their colonial empire and the last to dismantle it. After the independence of Brazil (1822), their most developed colony, the Portuguese nation begins to observe the African continent as a source of wealth and development. In the late nineteenth century changes occurred in European colonial policy toward the African continent. Portugal, historically colonizing country, had no economic or military conditions for employing modernization in its colonial policy. This article aims to analyze the management of the royal commissioner Antonio Ennes in the period 1895-1896 in the colony of Mozambique and analyze his colonial thinking to the development of overseas province in the period.

**KEYWORDS:** Antonio Ennes, Portugal, Mozambique, imperialism, Third Portuguese Empire.

### A política colonial portuguesa em finais de XIX

Com a perda do Brasil, Portugal começou a enxergar na África sua mais nova fonte de renda econômica. Até então a função dos territórios portugueses no continente africano

era essencialmente o fornecimento de mão de obra escrava ao Brasil<sup>1</sup>. Em 1834, Sá da Bandeira<sup>2</sup>, então presidente do Conselho Ultramarino, apresentou um projeto para o desenvolvimento dos territórios africanos. Um dos pontos defendia a abolição do tráfico negreiro, decretado em 10 de dezembro de 1836, para que se pudessem aproveitar os habitantes na produção agrícola local, mas isso seria possível apenas com investimento de capital.

O projeto fracassou, devido às resistências encontradas principalmente em Angola e Moçambique por falta de um maior domínio e interesse dos traficantes de escravos para a manutenção do *status quo* da localidade.

Não podemos esquecer que a presença portuguesa na África pouco se alterou ao longo dos séculos XVI até a primeira metade do século XIX. Em Moçambique a ocupação colonial portuguesa era precária e, ao mesmo tempo, convivia com diversas sociedades africanas em desenvolvimento<sup>3</sup>.

A partir da década de 1850, período de relativa estabilidade política, Sá da Bandeira relançou seu projeto colonial com os seguintes objetivos: expansão territorial, maiores ligações entre a metrópole e as colônias e o início de uma economia agrícola. Essa política colonial deu poucos resultados até a década de 1880. Segundo Valentim Alexandre<sup>4</sup>, em Angola, a tentativa de ocupação do litoral norte rumo à foz do Congo, fixa-se por Ambriz (tomada em 1855), face ao duplo obstáculo representado pela resistência das populações da zona e pela pressão britânica; no interior, a história deste período faz-se de fluxos e refluxos

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre os interesses portugueses no continente africano na primeira metade de XIX é pertinente a leitura e o debate existe na historiografia, no qual nomeio alguns autores: ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979; ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000; ALMEIDA, Pedro R. *História do colonialismo português em África*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979; GUIMARÃES, Ângela. “A questão colonial – introdução a um debate”. *Análise Social*. Lisboa, v. 19, n. 77-78-79, 1983; GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Porto: Livros Horizonte, 1984; MARQUES, A. H de Oliveira. (Coord.) *O Império Africano 1890-1930*. Lisboa: Estampa, 2001; REGO, Antônio da Silva. *O ultramar português no século XIX*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1966.

<sup>2</sup> Sá da Bandeira (1795-1876) foi um importante político e militar da época da Monarquia Constitucional Portuguesa, passou por diversos ministérios e assumiu por cinco mandatos como Presidente do Conselho de Ministros.

<sup>3</sup> BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa: Do Brasil para África (1808 – 1930)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 163.

<sup>4</sup> ALEXANDRE, Valentim. “Portugal em África (1825-1974) - Uma perspectiva global”. *Pénelope: fazer e desfazer a história*. Lisboa, n. 11, 1993, p. 55.

em escala limitada, sem avanços significativos. Em Moçambique, a luta conduzida contra os senhores dos ‘prazos’<sup>5</sup> da Zambézia saldou-se por um fracasso, culminada na derrota da expedição enviada de Portugal em 1869<sup>6</sup>, enquanto no campo mercantil, há um efetivo aumento das relações entre metrópole e ultramar.

No último quartel do século XIX os objetivos portugueses na África se igualaram ao processo de expansão colonial de outras nações europeias devido à ampliação da industrialização a outros lugares do globo. Os países que começaram a se industrializar entraram na fase do capitalismo concorrencial, ou seja, a busca por consumo de seus produtos frente aos demais, a partir disto ficou determinada a urgência da expansão das fronteiras de controle, a dominação das fontes de matérias-primas, a transferência para lugares periféricos de produção de alimentos e a busca de mão de obra a baixo custo<sup>7</sup>.

Até 1885 não havia uma política colonial homogênea europeia em relação à África, cada potência tinha suas ambições territoriais em África. Inglaterra, Alemanha e França disputavam e procuravam estender as suas influências sobre os territórios considerados mais vantajosos e lucrativos<sup>8</sup>. O direito histórico<sup>9</sup> era usado até então para justificar a posse de territórios. Na visão de Oliveira Marques, Portugal se mostrava de longe a mais fraca das potências coloniais em aspectos militares, mão de obra, recursos econômicos e a que mais se assentava em seus direitos históricos<sup>10</sup>.

O projeto de colonização portuguesa em finais de XIX, inseriu-se nas transformações sofridas pela sociedade europeia e no desenvolvimento do capitalismo em Portugal. Apesar

---

<sup>5</sup> Prazos eram terras arrendadas pela coroa portuguesa. Existiu ao longo do século XVIII-XIX, tornaram-se doações de grande quantidade de terra às mulheres que se casassem com os portugueses nas colônias. Em Moçambique, esse sistema foi implantado na Zambézia, com a doação de terras às mulheres nascidas na região quando casavam com os portugueses.

<sup>6</sup> ALEXANDRE. “*Portugal em África (1825-1974)*”, p. 57.

<sup>7</sup> CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 29.

<sup>8</sup> MARQUES, A. H de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 166.

<sup>9</sup> No período de expansão imperialista, Portugal havia decaído seu status de potência marítima e bélica que tinha no século XVI. Sem recursos financeiros, bélicos e tecnológicos comparado com os demais países europeus alegavam que tinham direitos às possessões africanas devido a sua presença na costa do continente desde o século XV.

<sup>10</sup> MARQUES. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*, p. 168.

de ser uma sociedade capitalista, dependente de outras regiões, seus ideais coloniais tiveram forte teor nacionalista<sup>11</sup>.

Portugal era uma nação essencialmente agrícola, sobretudo, quando comparada a outras potências que já haviam passado pelo processo de industrialização, suas poucas indústrias tinham grande dependência econômica em relação à Inglaterra<sup>12</sup>. A indústria portuguesa estava em desenvolvimento e os mercados consumidores em Angola e Moçambique foram vistos como oportunidades para impulsionar a nação<sup>13</sup>.

Portugal não era um país com grande potencial econômico, a maior parte da renda da nação advinda do capital estrangeiro, principalmente inglês. A partir da segunda metade do século XIX a Inglaterra era responsável por 50% das exportações portuguesas e Portugal importava por volta de 37% a 59% de suas compras neste país<sup>14</sup>.

A Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>15</sup> elaborou um plano de ocupação das zonas intermediárias (essa área, atualmente, corresponde a Zâmbia, Zimbábue e Malawi) entre Angola e Moçambique. As pretensões portuguesas para esses territórios ficaram conhecidas como *Mapa Cor-de-Rosa* e um de seus principais objetivos era relançar seus direitos históricos sobre uma vasta localidade.

---

<sup>11</sup> O teor nacionalista da colonização portuguesa em África se deve ao seu passado histórico como país colonizador. Os portugueses no século XIX acreditavam que a sobrevivência do país como independente era manter-se como país colonialista. Para saber mais: PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p. 157.

<sup>12</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, p. 20.

<sup>13</sup> REIS, Jaime. “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870 – 1913”. *Análise Social*. Lisboa: v. 23, n. 96, 2004, p. 220. Para um maior debate do escoamento de produtos portugueses para as colônias africanas é compreensível buscar a leitura dos seguintes autores: CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3ª. ed. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981; CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Econômico de 1890 a 1914*. Lisboa: Regra do Jogo, 1979; CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900)*. Porto: Afrontamento, 1975; CAPELA, José. *O imposto de palbota e a introdução do modo de produção capitalistas nas colônias*. Porto: Afrontamento, 1977; PEREIRA, Miriam Halpern. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença, 1994; PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971; PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1979.

<sup>14</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *Livre-câmbio e desenvolvimento econômico: Portugal na segunda metade do século XIX*, p. 297.

<sup>15</sup> Criada em 1875, a Sociedade de Geografia de Lisboa nasceu no contexto europeu de exploração e colonização decorrente de finais de XIX, particularmente à exploração da África. Tinha como o objetivo em Portugal de promover e auxiliar o estudo e progressos das ciências geográficas e correlativas. Seus estudos visavam apoiar o esforço colonial português em África. A Sociedade de Geografia de Lisboa existe até os dias de hoje.

A reivindicação portuguesa sob as áreas pretendidas chegaram a ser garantido por outras nações, como França e Alemanha, sendo que a Inglaterra não reconheceu estas garantias. No final de 1889, Portugal iniciou uma campanha militar no interior da área reivindicada contra o povo mokololo. A Inglaterra estrategicamente declarou proteção à etnia, devido ao fato de ter interesse nessas áreas. Em 11 de janeiro de 1890, o governo britânico apresentou o *ultimatum*<sup>16</sup>, intimando o governo português à imediata retirada de suas tropas sob ameaça de quebra das relações diplomáticas e com possível retaliação militar.

Posteriormente, o Tratado Anglo-Português assinado com a Inglaterra em 11 de junho de 1891, fez com que Portugal abandonasse suas pretensões de um grande império colonial no continente. O acordo definiu as fronteiras atuais de Angola e Moçambique e estimulou o governo português a exploração total dos territórios que lhe couberam<sup>17</sup>. Pelas cláusulas do Tratado, a situação do território moçambicano seria ultrajante para a Coroa portuguesa desenvolver a província, visto que o comércio e navegação dos rios da região se tornariam neutros com a aprovação do tratado pelo Parlamento português. Antônio Ennes afirmava:

A província de Moçambique, fechada ao comércio e às indústrias nacionais, privada dos rendimentos aduaneiros, arrumando-nos com o custeio dos melhoramentos materiais e dos serviços da civilização, inquietando-nos e vexando-nos com incessantes conflitos motivados pelo regime comercial a que fica sujeita, será como uma grilheta de forçado, que nem ao menos poderemos limar *sem consentimento* e sem proveito do nosso verdugo, interessado por isso em torná-la cada vez mais pesada e mais afrontosa. Desde que os nossos domínios na África Oriental, não podendo ser nossos, hajam de ser da Inglaterra, os ingleses saberão forçar-nos a abandonar-lhos, talvez dando graças a Deus pelo resgate!<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Eis os termos do *Ultimatum*: “O Governo de Sua Majestade Britânica não pode aceitar, como satisfatórias ou suficientes, a seguranças dadas pelo Governo Português, tais como as interpreta. O Cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: Que se enviem ao governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas atualmente no Chire e nos países dos Makololos e Mashonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias. Mr. Petre ver-se-á obrigado, à vista das suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa, com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade, Enchantress, está em Vigo esperando as suas ordens”. REGO, Antônio da Silva. *O ultramar português no século XIX*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1966, p. 207.

<sup>17</sup> MARQUES, A. H. Oliveira. *O Ultimatum visto por Antônio Ennes (com um estudo biográfico)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1946, p. 124.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *O Ultimatum visto por Antônio Ennes (com um estudo biográfico)*. p. 372.

O Tratado não era o fim dos problemas coloniais para Portugal, a sua principal dificuldade seria como se desenvolveria a ocupação efetiva e o desenvolvimento das suas colônias. Grandes porções dos territórios de Angola e Moçambique ainda não se encontravam controladas, a metrópole portuguesa precisou interferir, “pacificando e desenvolvendo”<sup>19</sup> essas áreas – tarefa que não seria fácil devido às dificuldades econômicas enfrentadas pelos portugueses.

Após o acordo, iniciaram-se as Campanhas de Pacificação<sup>20</sup> do território moçambicano, cujo avanço integrou novas áreas à administração metropolitana. Até finais da Primeira Guerra Mundial, a história colonial de Moçambique caracterizou-se por uma constante atividade guerreira, motivada pelas manobras de conquistas empregadas pelos portugueses para subjugar sociedades africanas<sup>21</sup>.

Moçambique, até então considerado um território inexistente na política colonial, estava sobre domínio de vários estados africanos. Segundo Cabaço<sup>22</sup>, devido às dificuldades para desenvolver a colônia, em diferentes momentos nos finais do século XIX e princípio do século XX, setores do governo português defendiam a venda do território moçambicano para que Portugal se dedicasse e desenvolvesse Angola<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> Os termos aqui adotados devem-se as Guerras de Pacificação e Conquista que aconteceram ferozmente no último decênio de Oitocentos e se prolongaram até a Primeira Guerra Mundial nos territórios coloniais portugueses em África. A questão do desenvolvimento aqui citado é pelo fato, como já abordado anteriormente, das colônias de Angola e Moçambique serem consideradas como potenciais consumidores de produtos portugueses, desta forma, ocorreria uma intensificação das exportações da metrópole para estas localidades.

<sup>20</sup> Campanhas de Pacificação ou Guerras de Conquista e Pacificação era um conjunto de operações militares conduzidas nas últimas décadas do século XIX e início do século XX nas colônias portuguesas em África. A maioria das campanhas estiveram intensificadas no período que decorre da Conferência de Berlim (1884) até o fim da Primeira Guerra Mundial (1918).

<sup>21</sup> MARQUES. O *Ultimatum* visto por Antônio Enes (com um estudo biográfico). p. 177.

<sup>22</sup> CABAÇO. *Moçambique*, p. 56.

<sup>23</sup> Diversos pensadores e instituições do período foram contrárias a ideia. A própria Sociedade de Geografia de Lisboa se posicionou contrária a venda da colônia alegando que Portugal tinha condições financeiras e militares de ocupar efetivamente Moçambique. Outros pensadores como o próprio Antonio Ennes era contrário a venda. Mousinho de Albuquerque, governador geral de 1896-1898, criticou fortemente a ideia de venda ou locação de locais da colônia, considerava isso como vergonha nacional. Ver: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *As concessões de direitos majestáticos a empresas mercantis para o ultramar*. Lisboa: Tipografia do Comércio de Portugal, 1891, p. 5; ENNES, Antônio. *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947, p. 08-09; ALBUQUERQUE, Mousinho. *Moçambique, 1896-1898*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1934.

## O governo do Comissário Régio Antonio Ennes (1895 – 1896)

Antônio Ennes<sup>24</sup> fez sua primeira viagem a Moçambique em 1893 para resolver as questões das fronteiras territoriais que a metrópole o havia incumbido, desempenhou outras funções, juntou subsídios para a organização de um orçamento verídico das receitas e despesas da província, e assim estudou e propôs providenciais que habilitassem a sua administração para dispensar os subsídios que a metrópole era dependente anualmente<sup>25</sup>. As informações coletadas por Ennes originou-se de sua participação no Ministério da Marinha e do Ultramar e de seu papel como administrador colonial pelos territórios portugueses. Segundo Ennes:

Moçambique precisa de capital. É essa a sua necessidade suprema. Não julgo fácil indicar meios práticos de lhe atrair, que não falhem, mas não me parece difícil dizer a maneira de o não desviar, o que já era meio caminho andado<sup>26</sup>.

Ennes era fortemente contrário à venda do território moçambicano a outras potências da Europa, criticou esta posição tomada pela imprensa e pelo parlamento da época. Para ele a melhor forma de desenvolver o território era melhorar sua administração:

Essa propaganda, nunca me convenceu, mas assustou-me, porque era deduzida, embora illogicamente, de uma triste verdade, e a opinião pública não se deixava reger pelo governo. Essa verdade era – e é – que não podíamos – e não podemos – continuar a desbaratar em Moçambique dinheiro sem conta, a falta de lógica consistia em aconselhar a alienação, em vez de intimar a melhor administração, alegando uma suposta inabilidade sem cura, que também justificaria a desistência da autonomia nacional. Eu bem sei que o que nos custa, o que nos pesa, o que nos impõe e a que nos expõe a África Oriental Portuguesa. (...) Nesse gabinete que V. Ex. agora ocupa, muitas vezes se me insurgiram a consciência e o bom-senso contra às necessidades duras que me pegavam na mão para firmas ordens de pagamento, aceitar saques, abrir créditos, saldar contas, autorizar despesas para Moçambique, sempre para Moçambique, tudo para Moçambique, que em troca me mandava a toda a hora notícias de

---

<sup>24</sup> Antônio Ennes (1848-1901) foi um administrador colonial português, sendo Comissário Régio do território de Moçambique e Ministro da Marinha e do Ultramar no último decênio de XIX. Era membro do Partido Histórico e escreveu diversos artigos para jornais de circulação da época. Em sua administração como Comissário Régio de Moçambique ocorreu uma das maiores revoltas contra o domínio português no ultramar: a Guerra contra o Reino de Gaza. Como Comissário buscou um rápido desenvolvimento da colônia e uma maior integração dos territórios a administração portuguesa.

<sup>25</sup> ENNES, Antônio. *Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1947, p. 07.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_. *Moçambique*. p. 59.

desastres, aviso de perigos, denúncias de vergonhas, lágrimas de miséria, ecos de selvagerias!<sup>27</sup>.

Percebemos o forte teor nacionalista em seu texto *Moçambique: relatório apresentado ao governo* (1893), a respeito da unidade do Terceiro Império Português<sup>28</sup> e a força colonizadora da nação portuguesa:

As minhas primeiras impressões foram desanimadoras. Tendo passado dias sobre dias, apesar dos impulsivos vigorosos do hélice, a olhar para a costa e a dizer comigo: *isto é nosso, ainda é nosso....* não pude ter-me que não perguntasse a mim próprio se tanta terra tão distante não era demasiada esfera de expansão para nós, que ainda não pudemos povoar o Alentejo e esgotamos para o Brasil as energias colonizadoras<sup>29</sup>.

Ennes anunciou nas primeiras páginas de seu relatório o porquê de escrevê-lo: “A província de Moçambique, reformada a sua administração, promovido o seu desenvolvimento econômico por meio de acertadas providências, poderia dispensar a Metrópole dos pesados sacrifícios, na verdade inoportáveis, que já provocaram ativas propagandas em favor da sua alienação?” Ennes acreditava que é possível sim e aconselhava para melhorar a capacidade de absorção de capitais da província ultramarina<sup>30</sup>.

René Pélissier<sup>31</sup> assinala que no governo Antônio Ennes acabou-se a complacência liberal e evanescente para o africano, que tinha de ser conquistado, de produzir e de calar-se. Ele completa que o governo Ennes serviu para a formação da colônia de Moçambique, pois em seu governo ocorreu a integração de territórios que até então não estavam sobre domínio português. Mesmo antes do governo de Antônio Ennes buscava melhorias no desenvolvimento da colônia, houve um avanço nas trocas comerciais com a metrópole portuguesa, o qual acarretou em certo impulso da economia:

---

<sup>27</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 08-09.

<sup>28</sup> O Terceiro Império Português corresponde ao período de 1822-1975, ou seja, que se estende da Independência do Brasil até as Independências das Colônias Portuguesas em África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde). Sua principal característica é o corte de laços que ligavam Portugal ao Brasil e sua viragem para o continente africano.

<sup>29</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 11.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *Moçambique*. p. 12.

<sup>31</sup> PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e oposição: 1854-1918*, p. 171-172.

Evolução do volume das trocas moçambicanas <sup>32</sup> em cinquenta anos, entre 1845 – 1894 (em milhões de réis)	
Anos	Valor
1845	829
1869	1621
1874	1830
1879	2183
1884	2680
1888	3826
1893	4766
1894	6917

**FONTES:** Dicionário de Geographia Universal por uma sociedade d'homens de sciencia. s.l.n.d. In: PÉLISSIER, René. *História de Moçambique. Formação e obsolescência: 1854-1918*. Lisboa: Estampa. 1997. V.1. p. 172.

Percebe-se que do período de 1845 a 1888 o aumento das trocas comerciais entre colônia e metrópole foi de 461%. Entre 1893 e 1894, a ampliação foi de 145%, ou seja, as porcentagens do avanço dos volumes representadas pelas trocas comerciais em um ano correspondem 1/3 de toda a adição em quarenta e três anos anteriores. Nota-se, que o crescimento em cinquenta anos se alargou em 834%.

A partir da década de 1890, com o processo de ocupação e de formação do Estado colonial português em Moçambique, as leis “universalistas” passaram a ser combatidas pelos administradores coloniais portugueses da época, que tinham interesse em implementar leis diferenciadas entre metrópole e colônias<sup>33</sup>. Um exemplo, era a taxação diferenciada de produtos que eram vendidos na metrópole e nas colônias.

<sup>32</sup> As trocas comerciais realizadas entre Portugal e Moçambique eram de produtos de base. Os principais produtos eram algodão, tabaco e o vinho.

<sup>33</sup> ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: Contribuição para o Estudo das origens do nacionalismo moçambicano*. Promedia, 2002, p. 206.

O Comissário Régio de Moçambique, em 1893, Antônio Ennes estava à frente dessa discussão, seus ideais eram distantes dos regulamentos humanistas e liberais da segunda metade do século XVIII. Enquanto o humanismo apresentava a “igualdade”, a “liberdade” e a “fraternidade” como atributos naturais, em sua essência, determinavam a unidade do gênero humano e a sua universalidade<sup>34</sup>. Fernanda do Nascimento Thomaz<sup>35</sup> atesta que a política colonial proposta por Antônio Ennes e seus seguidores repudiava a “liberdade” e a “igualdade” a todo custo, entendeu-se que não era possível colonizar as populações locais a partir das mesmas leis que vigoravam na metrópole. Ele considerava os africanos como “crianças grandes”, era necessário ter uma legislação específica de acordo com os “hábitos e costumes dos povos”, o que para ele justificaria uma política mais agressiva e uma legislação legitimadora de desigualdades<sup>36</sup>.

Fernanda do Nascimento Thomaz<sup>37</sup> assinala que a forte influência do pensamento colonial de Antônio Ennes originou uma legislação criminal especial em 1894, que tomava como pena a prisão e o trabalho correccional a população local. Em 1899, surgiu uma legislação que auxiliava a expansão e o controle sobre a mão-de-obra africana estabeleceu-se o *Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colônias*, elaborado por uma comissão dirigida por Antônio Ennes<sup>38</sup>.

Para Antônio Ennes, o trabalho indígena consistia como um dispositivo de dignificação do ser humano e era imprescindível para crescente autossuficiência econômica da província, dado que o objetivo não era colonizar com o uso da mão de obra de colonos europeus, desta forma era necessário “integrar os indígenas através do trabalho na civilização”.<sup>39</sup> Dentro dessa lógica, as populações locais tinham “liberdade” de ir à procura

---

<sup>34</sup> THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os “Filhos da Terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008, p. 42.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. *Os “Filhos da Terra”*, p. 43.

<sup>36</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 75.

<sup>37</sup> THOMAZ. *Os “Filhos da Terra”*, p. 43.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. *Os “Filhos da Terra”*, p. 44-46.

<sup>39</sup> Civilização é usada aqui fazendo parte dos ideais europeus de finais de XIX que buscavam dominar povos considerados “atrasados” devido a perspectiva de progresso que existia. Esta visão era considerada justa e benéfica a humanidade em nome da ideologia do progresso. No mesmo período havia 3 explicações para a dominação de outros povos: o racismo científico, o darwinismo social que interpretavam a teoria da evolução de forma errônea tentando justificar a hegemonia de alguns sobre os outros e o etnocentrismo baseado na ideia de que existiam povos superiores a outros.

de salários como trabalhadores contratados ou cair no trabalho forçado em virtude da imposição da autoridade pública<sup>40</sup>. Segundo Ennes<sup>41</sup>:

É pelo trabalho manual, pelos hábitos de atividade regulamentada que ele traz como conseqüência, pelas necessidades que cria em contato com os brancos, que o indígena há de ir passando por uma evolução lenta do estado de selvagem para uma civilização rudimentar, única de que, por agora, aquela raça me parece susceptível.

Em 1894, o Código Penal<sup>42</sup> foi modificado nas colônias, substituindo a pena de prisão pela pena de trabalho correcional para os indígenas, a prisão sem trabalho. Segundo Ennes<sup>43</sup>, não permitiria nenhuma transformação no indígena que estivesse sob sentença. Este projeto de mudança do Código Penal estava inserido dentro de uma lógica capitalista, pois diminuiu-se o custo com as prisões, fazendo o indivíduo produzir para o Estado colonial.

Ennes<sup>44</sup> afirmava que “o selvagem que pegou no trabalho, rendeu-se cativo à civilização”, ou seja, dentro da perspectiva do imperialismo europeu de finais de Oitocentos, o trabalho era a missão mais moralizadora e disciplinadora para transformar o bárbaro em civilizado. Dentro desta lógica, o trabalho era responsável por civilizar o nativo, assim ele poderia abandonar gradativamente seus costumes “atrasados” e tornar-se civilizado, isso influenciaria nas receitas moçambicanas, pois a colônia poderia arcar com seus próprios custos sem sobrecarregar a metrópole portuguesa<sup>45</sup>. Na lógica de seu pensamento colonial era fundamental desenvolver Moçambique em prol de Portugal.

---

<sup>40</sup> MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação do usos e costumes: Antônio Ennes e a “Geração de 95”. In: FRY, Peter (org.). Moçambique: ensaios. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 77-81; CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*, p. 144.

<sup>41</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 75.

<sup>42</sup> Decreto de 20 de fevereiro de 1894. Segundo Fernanda do Nascimento Thomaz, muitos indígenas eram presos por desordem, embriaguez e ofensa à moral e ao pudor, infração dos regulamentos policiais e desobediência às autoridades. Os sentenciados eram considerados perigosos para a sociedade, por isso, além de se submeterem ao trabalho correcional, que variava entre quinze a quarenta dias de trabalho gratuito, eram deportados para outros distritos, sendo incorporados às tropas militares. Normalmente, estes ficavam presos no *Depósito Geral de Sentenciados*, localizado na fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique. No entanto, era comum um indígena de Lourenço Marques, que era considerado um perigo ao mundo civilizado, ser transferido para o norte como sentenciado para prestar serviços militares. Os critérios de punição eram bastante diversificados, dependiam da arbitrariedade dos administradores locais. Com isso os maus tratos físicos, as torturas, as chantagens monetárias e sexuais fazia parte das punições que, muitas vezes, envolviam mulheres e parentes dos sentenciados. THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Op. cit.*, p. 94.

<sup>43</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 74.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Moçambique*. p. 71.

<sup>45</sup> MACAGNO. O discurso colonial e a fabricação do usos e costumes, p. 80.

Fernanda do Nascimento Thomaz afirma que as relações de trabalho pretendidas por Antônio Ennes tinham por objetivo reforçar a desigualdade entre negros e brancos, os primeiros serviriam como empregados e os segundos como “empresários”, forçando os africanos a tornarem-se assalariados, enquanto os imigrantes metropolitanos deveriam ser inseridos nas melhores oportunidades da sociedade colonial<sup>46</sup>.

Ennes<sup>47</sup> assinalou as diferenças entre o trabalho obrigatório e a escravidão em si, que para seriam:

A obrigação de trabalho em nada se assemelhará à escravidão deixará aos negros a livre escolha do modo, do tempo e das condições como e em que não-de cumpri-la, respeitará o direito dos trabalhadores aos frutos da sua atividade, não constituirá ninguém proprietário das suas pessoas ou usufruto das suas aptidões. Apenas conferirá à autoridade pública e não a qualquer particular, a prerrogativa de coagir à observância de uma lei social quem espontaneamente lhe não acatar os preceitos, de coagir os negros a trabalharem, como um pai pode compelir os filhos a aprenderem e a exercerem um emprego, como o juiz pode constringer o vadio a corrigir-se da vadiagem. Se quiserem, essa mesma coação poderá ser branda e amorável, abstendo-se de provas e coagido das vantagens que auferiria dos serviços espontâneos, e reservando só os rigores para incorrigíveis refratários. (...) aplique-se o trabalho como penalidade, pois que como tal o consideram, e não faça a sociedade sentir remorsos por assim castigar, como culpar, aleijões naturais, porque bem menos cruzeza é constringer selvagens a servirem a civilização melhorando-se no serviço, do que fazê-les serem como a lobos, quando eles, movidos também por instintos da natureza, afrontam e ultrajam essa mesma civilização, filantrópica em doutrina e tantas vezes bárbara em ação.

Foi defendido que Moçambique, naquele momento deveria ser uma colônia voltada para o desenvolvimento agrícola, pois como colônia comercial<sup>48</sup> não serviria para Portugal naquele instante, os colonos não tinham o que comprar da metrópole e esta não tinha o que vender<sup>49</sup>

Segundo Ennes<sup>50</sup>, a administração no território moçambicano deveria ser descentralizada, porque é em “Moçambique, que Moçambique deve ser governado”,

---

<sup>46</sup> THOMAZ. *Os “Filhos da Terra”*, p. 51.

<sup>47</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 76.

<sup>48</sup> Moçambique precisou se tornar uma colônia agrícola, pois Portugal não tinha uma indústria nacional forte para a instalação na colônia para acontecer trocas comerciais. Ocorreu no período um incentivo a agricultura da colônia para levar matérias-primas à metrópole. Exemplo, é o algodão de Moçambique que servia para as indústrias têxteis de Portugal.

<sup>49</sup> ENNES. *Moçambique*. p. 23.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *Moçambique*. p. 10.

conciliada com uma fiscalização rígida e eficiente, exercida pelo governo central. A descentralização favoreceria o desenvolvimento econômico e social da colônia, pois o administrador colonial não precisaria esperar decisões do Ministério da Marinha e do Ultramar para buscar implementá-las no território. Para Oliveira Marques, a fim de se atingir a ocupação efetiva, aplicaram-se uma série de medidas de caráter administrativo, das quais se destacaram a criação das circunscrições de Lourenço Marques, a criação do distrito militar de Gaza e o corpo de polícia e as reformas das pautas de Lourenço Marques, decretadas no ano de 1895 pelo comissário régio<sup>51</sup>. As circunscrições eram responsáveis pela substituição do poder tradicional dos chefes africanos pelo do colonizador, este possuía o poder de julgar e punir os que não trabalhassem e de melhorar sua condição social<sup>52</sup>.

Fernanda do Nascimento Thomaz<sup>53</sup> assinala que a circunscrição indígena tinha como fim estabelecer uma instância do Estado colonial português para controlar os “africanos”, tendo o chefe de circunscrição às funções de juízes e administradores.

O Estado Colonial Português em Moçambique possuía diferentes instâncias administrativas que seguiam esta hierarquia: o governador geral que era a instância executiva e responsável por toda a colônia de Moçambique; os governadores distritais responsáveis por todos os indivíduos de cada distrito, sem distinção de europeu ou africano; abaixo destas instâncias estavam os administradores da circunscrição (responsável pelas circunscrições indígenas) e o administrador de conselho.

### **Considerações Finais**

O governo de Antonio Ennes, mesmo com poucos resultados práticos, influenciou seus sucessores na melhoria da administração da colônia e no seu desenvolvimento econômico. É inegável que o pensamento de Ennes visava uma maior autonomia dos poderes locais perante Lisboa, ou seja, que os administradores coloniais pudesse implementar políticas rápidas e eficazes para o território sem esperar por uma resposta do Ministério da Marinha e do Ultramar, que muitas vezes demoravam até anos para serem tomadas. Podemos considerar sua administração como a base da construção da colônia de

---

<sup>51</sup> MARQUES. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*, p. 537-538.

<sup>52</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 597.

<sup>53</sup> THOMAZ. *Os “Filhos da Terra”*, p. 143.

Moçambique, pois criou metas governamentais, desenvolvimentistas e militares que serão seguidas por seus sucessores até o final da monarquia.

No período pós-Ennes, Moçambique desenvolveu-se, pois suas receitas melhoraram quando comparada com as demais colônias portuguesas. Oliveira Marques afirma que as exportações moçambicanas superavam as de Angola nas vésperas da proclamação da República, o mesmo sucedendo quando às receitas públicas<sup>54</sup>. No início do século XX, as receitas moçambicanas foram responsáveis por pagar as próprias dívidas e ainda contribuir para descontar os déficits da colônia de Angola. O orçamento da província correspondia a metade da arrecadação da metrópole pelas colônias, enquanto sua balança comercial era o dobro da de Angola<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> MARQUES. *Nova História da Expansão Portuguesa (volume XI) O Império Africano (1890 – 1930)*. p. 60.

<sup>55</sup> MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR. *op. cit.*, p. 5.

# O Império do Brasil e os Estados do Rio da Prata diante da Farroupilha (1835 – 1845)

## The Empire of Brazil and the River Plate States in the face of the Farroupilha (1835 – 1845)

William Zolinger Fujii  
Mestrando em História  
Universidade de Brasília  
[william.fujii@yahoo.com.br](mailto:william.fujii@yahoo.com.br)

Recebido: 23/04/2015  
Aprovado: 03/07/2015

**RESUMO:** Este artigo examina as relações do Império do Brasil com os Estados platinos durante a Guerra dos Farrapos, levando em conta o impacto da revolta separatista ocorrida na província meridional no tabuleiro da região entre os anos 1835 e 1845. Ao fazê-lo, também se considera as ações dos governos e das facções políticas da região, incluindo as dos próprios farrapos. Deste modo, pretende-se compreender como a Farroupilha influenciou o jogo político no Prata durante aquele período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Império do Brasil, Guerra dos Farrapos, Rio da Prata.

**ABSTRACT:** This article examines the relations between the Empire of Brazil and the Platine States during the Farrapos War, taking into account the impact of the separatist revolt that took place in the southern province on the wider region's chessboard between the years 1835 and 1845. In doing so, it also considers the actions of the region's governments and political factions, as well as the Farrapos. Thus, the article seeks to understand how the Farroupilha influenced the political game in the River Plate during that period.

**KEYWORDS:** Empire of Brazil, Farrapos War, River Plate.

### Introdução

O Rio da Prata constituiu região prioritária para os interesses do Império do Brasil na América do Sul, tendo em vista o seu valor estratégico e geopolítico e a existência de fronteiras abertas com o extremo sul brasileiro. A importância do Prata também se justificava pela existência de um Estado em formação nessa região, cujo centro estava em Buenos Aires, que poderia rivalizar com o Império e ameaçar suas fronteiras e interesses. Os receios decorrentes de tais ameaças seriam potencializados com a deflagração da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, fragilizando o Império no contexto do tabuleiro platino e impactando nas relações do Estado brasileiro com as repúblicas rio-platenses. Este artigo

propõe-se a percorrer a trajetória das relações do Império do Brasil com os países platinos durante a Guerra dos Farrapos, examinando como o conflito na província meridional impactou nessas relações durante o período de insurreição rio-grandense.

### **A Farroupilha como movimento de repercussão internacional**

Embora a Guerra dos Farrapos seja o tema mais estudado da história do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, tanto a historiografia regional como a nacional tendem a abordar o episódio como um evento histórico essencialmente interno inserido no contexto das revoltas que varreram o Brasil durante o Período Regencial (1831-1840). Interpretando a sublevação farroupilha como movimento de contestação do poder central (governo regencial) por um poder periférico (elites rio-grandenses), esses estudos privilegiam as relações do Rio Grande do Sul farroupilha com o Rio de Janeiro, deixando de lado, na maioria das vezes, as ligações dos farrapos com os diversos Estados e facções políticas rio-platenses.

Como consequência, os impactos da Guerra dos Farrapos no mundo platino, seja no Estado Oriental do Uruguai, seja nas províncias de Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios ou até mesmo no isolado Paraguai, são relegados a um segundo plano, quando não completamente ignorados. Apesar disso, é certo que o conflito do Rio Grande do Sul teve considerável repercussão nesse espaço, ultrapassando as fronteiras nacionais e adquirindo caráter internacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que a Farroupilha sem dúvida se caracterizou como uma insurreição regencial, tal qual a Balaiada (1838-1841) no Maranhão, a Cabanagem no Grão-Pará (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) na Bahia, fazendo parte, portanto, das chamadas revoltas regenciais, ela também esteve inserida no tabuleiro geopolítico do subsistema platino. Além do próprio processo histórico de formação político-territorial do Rio Grande do Sul, a existência de fronteiras abertas e em movimento com o Uruguai, que se separara do Império<sup>1</sup> há apenas sete anos antes do início da Revolução Farroupilha e cujos habitantes possuíam ligações econômicas, políticas e sociais com os rio-grandenses, concorria para inserir a província no jogo político do Rio da Prata.

---

<sup>1</sup> Alvo de sucessivas invasões luso-brasileiras, o território correspondente ao atual Uruguai foi anexado formalmente ao Império do Brasil em 1821 sob o nome de província Cisplatina, não havendo, na prática, fronteiras definidas entre esta e a província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa situação permaneceria até 1851, quando as fronteiras meridionais do Brasil com o Uruguai foram finalmente delimitadas. Consultar PUCCI, Adriano Silva. *O Estatuto da Fronteira Brasil-Uruguai*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

Ainda no século 19, Tristão de Alencar Araripe Júnior<sup>2</sup> (1881) escreveu sobre o tema, abordando as contradições internas do movimento e apresentando uma crítica contundente à liderança farroupilha. Republicano e positivista, Araripe defende, dentre outras questões, que os líderes farrapos não eram republicanos convictos e que a separação da província e sua transformação em república teriam sido motivadas mais por interesses particulares desses caudilhos do que por convicção na causa republicana, demonstrando claramente suas restrições com relação à Farroupilha.

Já no Período Republicano, Dante de Laytano, em *História da República Rio-Grandense* (1936), apresenta uma visão mais favorável ao episódio da Guerra dos Farrapos, ainda que procure manter-se neutro perante seu objeto de pesquisa. Escrita no contexto das comemorações do centenário da eclosão da Farroupilha, durante o governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937), a obra de Laytano, no entanto, demonstra maior distanciamento entre o autor e os acontecimentos históricos do que a de Araripe. Apesar de ter sido publicado em um período marcado pelo nacionalismo do governo Vargas,<sup>3</sup> onde crescia a tendência historiográfica de apresentar a Farroupilha como um movimento não separatista e conferir-lhe um caráter brasileiro, o estudo de Laytano não prioriza a questão ‘separatismo ou não separatismo.’

Ao invés de percorrer esse caminho, procura, dentre outras questões, identificar as diversas causas da Revolução Farroupilha e explicar o surgimento do movimento que deu origem ao Vinte de Setembro (1835). Contudo, assim como Araripe, o enfoque de Laytano é voltado para o Brasil e aborda a Farroupilha como um acontecimento interno, ou seja, como uma revolução e guerra essencialmente nacionais. O mesmo ocorre com a maioria dos autores que escreveu sobre a Guerra dos Farrapos naquele período, como Alfredo Varela, autor do maior número de obras sobre o tema e cujo principal trabalho, *História da grande revolução* (1933), deu origem à importante *Coleção Varela – Documentos sobre a Revolução Farroupilha 1835/1845*, organizada e mantida pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Em seus seis volumes, a obra de Varela aborda variados aspectos da revolução e do

---

<sup>2</sup> *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Editora Corag, 1986.

<sup>3</sup> Embora a política altamente centralizadora que caracterizou o Estado Novo (1937-1945) ainda não tivesse sido implantada, visto que vigia, à época, a Constituição de 1934, que garantia a autonomia dos estados.

conflito que se seguiu, mas estes são retratados através de uma óptica nacional, como uma questão interna do Império do Brasil.

De fato, é inegável que a Farroupilha foi um movimento ocorrido em território brasileiro e esteve inserido no contexto das revoltas regenciais que tanto abalaram o país naqueles anos, como já se mencionou acima. Mas seu caráter e desdobramentos não se restringiram a um acontecimento apenas interno, tendo ultrapassado as fronteiras do Império e repercutido no Rio da Prata, extrapolando, portanto, os campos da História do Brasil e da História do Rio Grande do Sul para penetrar no campo da História da América, dados os ecos que reproduziu no jogo político e conflitos rio-platenses deflagrados no decênio 1835-1845. Tal perspectiva passou a ser adotada por alguns autores a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, a exemplo de Spencer Leitman (1979). O autor privilegia uma abordagem socioeconômica da Guerra dos Farrapos e, ao fazê-lo, demonstra a importância que o Uruguai teve para a economia rio-grandense durante o conflito devido ao intenso fluxo de gado dos pastos orientais para o Rio Grande do Sul.

Por sua vez, Luiz Alberto Moniz Bandeira (1985), embora não tivesse a Guerra dos Farrapos como objeto central de sua pesquisa, abordou o tema em *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Rio da Prata. Da colonização ao Império*. Ainda que o foco do autor sejam as relações do Brasil com os Estados rio-platenses, em especial a Argentina, o Rio Grande do Sul surge no livro como objeto privilegiado da pesquisa na medida em que era através do território rio-grandense que o Império projetava seu poder no Rio da Prata. Desde o Período Colonial, quando a Coroa portuguesa se lançou em uma corrida expansionista rumo ao estuário do Prata, o Rio Grande do Sul aparecia como um extenso corredor entre o limite meridional da América portuguesa em Laguna (Santa Catarina) até a isolada Colônia do Sacramento, fundada por portugueses em território espanhol, na margem oriental do Rio da Prata e defronte a Buenos Aires. Deste modo, a análise de Moniz Bandeira sobre a atuação do Império do Brasil naquela região passa, necessariamente, pelo Rio Grande do Sul, e é justamente aí que o autor demonstra que os eventos em torno da Farroupilha são indissociáveis das disputas políticas, econômicas e militares platinas.

Na mesma linha, Gabriela Nunes Ferreira (2006) enfrenta a temática da atuação do Império do Brasil no Rio da Prata e insere a Farroupilha no âmbito dos conflitos platinos

existentes à época. Assim como Bandeira, o objeto central da autora não é o Rio Grande do Sul farroupilha, mas sua análise destaca as estreitas relações existentes entre este e o Uruguai, inclusive argumentando que, na prática, ambos formavam uma unidade territorial, dada a inexistência de fronteiras reais entre o extremo sul brasileiro e o território uruguaio<sup>4</sup>. De certo modo, Ferreira desloca a Farroupilha para o subsistema platino ao mesmo tempo em que sugere que o Rio Grande do Sul servia como ‘correia de transmissão dos problemas platinos para dentro do Império do Brasil’. Também destacando o caráter internacional da guerra, César Augusto Guazzelli, em suas diversas obras, aborda as relações entre os líderes farroupilhas e os caudilhos rio-platenses, apontando a imprescindibilidade do porto de Montevideu para o esforço de guerra farroupilha em face do bloqueio do litoral rio-grandense pela Armada Imperial.<sup>5</sup>

Percebe-se, assim, uma tendência relativamente recente de não encarar a Revolução Farroupilha como episódio exclusivamente nacional, mas como um episódio interno que extrapolou as fronteiras nacionais e teve repercussões fora do território brasileiro. E esse espaço foi o Rio da Prata. Passemos, agora, à análise do impacto que a guerra no Rio Grande do Sul teve nas disputas platinas daquele período e da dinâmica das ações do Império, do Uruguai, da Confederação Argentina e do Paraguai – este, em menor grau – diante desse conflito.

### **O Império do Brasil e o Rio da Prata em 1835**

Os governos regenciais que governaram o Império após a abdicação de D. Pedro I, em sete de abril de 1831, herdaram a maior parte das questões das quais o governo imperial havia se ocupado na Bacia do Rio da Prata. Principal palco de disputas territoriais entre Espanha e Portugal desde os tempos coloniais, a região demandava especial atenção do governo imperial devido à sua importância estratégica e à complexa teia de relações e interesses existente na região.

---

<sup>4</sup> NUNES, Gabriela Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

<sup>5</sup> GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *A República Rio-Grandense e a praça de Montevideu (1836-1842)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Nos anos que se seguiram à sua Independência, o Brasil buscou uma aproximação às Províncias Unidas do Rio da Prata<sup>6</sup> no contexto da desintegração do sistema colonial que estava em curso, tendo como objetivo o estreitamento das relações comerciais e políticas. Abandonando a antiga lógica da política luso-brasileira para a região, José Bonifácio de Andrada, no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, enviou um emissário a Buenos Aires e propôs uma maior aproximação do Brasil com as províncias platinas<sup>7</sup>. Preocupava-se o primeiro chanceler da história do Brasil independente com uma possível ação recolonizadora por parte de Portugal e Espanha, que, apesar de não ter se concretizado, aparecia como ameaça real durante o primeiro semestre de 1823.

Apesar da iniciativa de Bonifácio, o acordo com as Províncias Unidas não se materializou, em parte devido à questão da Cisplatina, antigo ponto de atrito entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Alvo de invasões luso-brasileiras, a começar pela intervenção levada a cabo por D. João VI ainda em 1811, a Banda Oriental manteve-se como objeto de fricção entre o Império e Buenos Aires mesmo após suas respectivas independências. Anexado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1821 sob o nome de Província Cisplatina, o território oriental constituiria um fator de tensão – embora longe de ser o único – entre os dois gigantes sul-americanos ao longo das décadas de 1820, 1830 e 1840. Parte integrante do Brasil, a Cisplatina participou e foi palco do processo de Independência nacional, sendo uma das províncias onde houve maior resistência portuguesa, dada sua localização estratégica. Poucos meses após a expulsão dos últimos contingentes lusitanos da Cisplatina, no entanto, teve início a luta pela independência da província, iniciada em 1825.

Liderados pelo caudilho oriental Juan Antonio Lavalleja, os 33 orientais<sup>8</sup> desembarcaram na Cisplatina e proclamaram sua independência, declarando sua separação do Império e aceitando sua anexação pelas Províncias Unidas, apesar de tal decisão ter sido tomada pelo governo de Buenos Aires. O governo imperial reagiu, e D. Pedro respondeu enviando tropas à Banda Oriental. Começava a Guerra da Cisplatina, cujo fim, em 1828, resultaria no nascimento do Uruguai como nação independente; como um Estado-tampão

---

<sup>6</sup> Entidade política precursora da Confederação Argentina e da República Argentina, existiu entre 1810 e 1831.

<sup>7</sup> DORATIOTO, Francisco. *O Brasil e o Rio da Prata (1822 – 1994)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014, p.17. DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>8</sup> Grupo de patriotas orientais que havia se exilado em Buenos Aires, de onde retornaram para retomar a Banda Oriental.

entre dois gigantes sul-americanos. Colocava-se, como dizia Lorde Ponsomby – um dos mediadores da paz entre o Brasil e as Províncias Unidas –, ‘*um algodão entre dois cristais*’.<sup>9</sup>

Apesar de perder a Cisplatina, a independência do Uruguai não era necessariamente desvantajosa para o Brasil, pois a navegação dos rios Paraná e Uruguai, essencial para o acesso à isolada província de Mato Grosso e partes de São Paulo,<sup>10</sup> estava assegurada enquanto Montevideú permanecesse independente. Caberia, então, ao Rio de Janeiro atuar no sentido de garantir a manutenção da independência uruguaia, e a ambição, real ou aparente, de Buenos Aires de anexar seu pequeno vizinho se tornaria preocupação constante dos governantes do Império do Brasil daquele período.

Pelo mesmo motivo, interessava ao Brasil a existência de um Paraguai independente e livre das pretensões de Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires que se recusava a reconhecer a soberania paraguaia. Parte do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, o Paraguai optara por se separar da jurisdição de Buenos Aires após o início do processo de independência argentina em maio de 1810, e desde então era visto como uma província rebelde.

No poder desde 1829,<sup>11</sup> Rosas era associado por seus adversários a um ambicioso projeto geopolítico de reconstruir o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, o que implicava a anexação de Paraguai e Uruguai, além de parte do Alto Peru<sup>12</sup> e a porção meridional do Brasil, mormente a região dos Sete Povos das Missões, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.<sup>13</sup> Ainda, havia inquietações referentes aos interesses da França e da Grã-Bretanha na região, fator de preocupação não só para brasileiros, mas também para os demais governos, embora este artigo não trate especificamente das intervenções das potências europeias no Prata. Deste modo, pode-se dizer que os principais objetivos do Império na região, à época, eram: Manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai, livre navegação da Bacia do

---

<sup>9</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: A balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996, p.31.

<sup>10</sup> À época, a província de São Paulo também compreendia o atual estado do Paraná, cujo desmembramento e transformação em província ocorreram em 1853.

<sup>11</sup> Primeiro, Rosas governou com poderes limitados entre 1829 e 1832, voltando para um segundo governo, em 1835, com poderes ditatoriais na hegemônica província de Buenos Aires.

<sup>12</sup> Núcleo do território que se tornaria a Bolívia, cuja denominação durante a maior parte do Período Colonial havia sido província de Charcas.

<sup>13</sup> LORENZO, Celso Ramón. *Manual de historia constitucional argentina, volume 2*. Rosário: Editorial Juris, 1997, p.178.

Rio da Prata, defesa da integridade territorial nacional, definição das fronteiras e a contenção de Buenos Aires – ainda não tão patente à época –, todos interligados entre si.

### **A eclosão da Farroupilha e a conjuntura política no Prata (1835 – 1836)**

Em linhas gerais, a política externa do Brasil para o estuário do Prata, entre os anos 1828 e 1843, foi de neutralidade, evitando se envolver em questões internas dos países da região.<sup>14</sup> Contudo, a eclosão da Farroupilha fez com que essa política de neutralidade passasse a conviver com iniciativas mais incisivas, ainda que pontuais. Na lógica brasileira, o Rio Grande do Sul era visto como uma questão interna, não como assunto externo, o que servia para legitimar os esforços do fraco governo regencial na tentativa de colocar um fim ao movimento separatista e assegurar a integridade político-territorial do país, cuja identidade nacional ainda estava em vias de formação.

Não cabe, aqui, discutir as causas da Revolução Farroupilha – tal objetivo demandaria outro artigo –, mas apenas apontar que os diversos motivos que levaram os farrapos a se rebelarem contra o Império estiveram ligados tanto a questões internas quanto a assuntos relativos às repúblicas do Prata, além da própria condição fronteiriça da província. Uma combinação de fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e geográficos haviam contribuído para que São Pedro do Rio Grande do Sul ocupasse uma posição peculiar dentro do Império do Brasil, pois, ao mesmo tempo em que era parte integral dessa entidade política, a província possuía características e interesses que a inseriam no jogo político do Prata. Muitos chefes militares rio-grandenses, por exemplo, haviam participado das campanhas militares luso-brasileiras na Banda Oriental desde 1811 e tinham interesses concretos no Uruguai. Era o caso de Bento Gonçalves, principal líder do movimento farroupilha, que não só era proprietário de estâncias e grandes rebanhos de gado no Uruguai, como também mantinha vínculos políticos e pessoais com o caudilho oriental Juan Antonio Lavalleja.<sup>15</sup> Da mesma forma, Bento Manuel Ribeiro, militar e caudilho rio-grandense (embora fosse paulista de nascimento), mantinha estreitas relações com o presidente uruguaio Fructuoso Rivera

---

<sup>14</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2008, p.109.

<sup>15</sup> GUAZZELLI, César Augusto. O Rio Grande de São Pedro e a fronteira no espaço platino na primeira metade do século XIX. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005, p.4.

(1830-1834), tendo o protegido quando ele fugiu para terras rio-grandenses durante a Guerra da Cisplatina.<sup>16</sup>

Tais ligações com o Estado Oriental acarretaram suspeitas do governo imperial antes mesmo da eclosão da Farroupilha, quando Bento Gonçalves e Bento Manuel foram acusados de planejar a separação de São Pedro do Rio Grande do Sul do Império e uni-la ao Uruguai por meio de laços federativos. Em 12 de abril de 1835, na Assembleia Legislativa provincial, Gonçalves foi acusado nominalmente pelo presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, ao passo que Bento Manuel foi afastado do posto de Comandante da Fronteira em Alegrete.<sup>17</sup> Sem adentrar à questão se essas acusações eram procedentes ou não, o fato é que as relações entre os principais líderes rio-grandenses e os caudilhos uruguaios não passavam despercebidas pelos governantes do Império, que desconfiavam das vinculações existentes entre sua província meridional e sua ex-província que se separara há poucos anos. O início da Farroupilha e a tomada de Porto Alegre pelos rebeldes pareciam confirmar as suspeitas do presidente Braga ao mesmo tempo em que fragilizava o Império no contexto do jogo político do Rio da Prata, criando um foco de subversão justamente na fronteira mais problemática do país, que não era outra senão a do extremo sul.

Com a secessão da província meridional, declarada em 11 de setembro de 1836, a situação do Brasil no Rio da Prata torna-se mais complexa e delicada. Se um Rio Grande do Sul rebelde já causava apreensão no Rio de Janeiro, o caráter separatista assumido pela revolução agravou consideravelmente esse quadro. Às causas que deram origem à Farroupilha acrescentava-se o separatismo,<sup>18</sup> impulso que, na perspectiva do governo brasileiro, deveria ser combatido com todo o rigor e recursos possíveis, pois colocava em risco a própria unidade político-territorial do Império. Do ponto de vista dos farrapos, o conflito deixava de ter feições separatistas para converter-se em uma guerra de resistência,

---

<sup>16</sup> FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*: As ideias políticas da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982, p.71.

<sup>17</sup> BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército Farrapo e seus chefes*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1992, p.80-81.

<sup>18</sup> O sentimento separatista já existia entre parte da elite rio-grandense antes de 1836, mas foi com a radicalização gerada pelo início da Guerra dos Farrapos que foi colocado em prática. Diante dessa situação, mesmo os líderes farrapos que se opunham à separação da província passaram a apoiá-la, como o próprio general Antônio de Sousa Neto, monarquista e proclamador da República Rio-Grandense.

uma vez que, na visão majoritária dos rebeldes, já não se tratava de uma província insurreta, mas sim de um Estado independente em construção.<sup>19</sup>

Dentre diversas preocupações, causava particular temor no governo regencial a possibilidade de a independência da República Rio-Grandense consolidar-se e, eventualmente, vir a se unir à Confederação Argentina<sup>20</sup> ou ao Uruguai. Para esses Estados, a existência de um Rio Grande do Sul independente seria vantajosa, pois debilitaria o Império e o afastaria da região, já que se criaria um tampão entre o Brasil e o Rio da Prata.

A província de Buenos Aires, no entanto, manteve uma posição discreta com relação aos farrapos, pois se a Rosas interessava um Império fragmentado, também lhe era conveniente a desorganização da economia rio-grandense, uma vez que a indústria saladeiril da província era concorrente da bonaerense,<sup>21</sup> Ainda assim, o ditador portenho dava sinais de que preferia os farrapos ao Império, motivo pelo qual Buenos Aires posicionou-se ao lado dos separatistas inicialmente,<sup>22</sup> embora tal opção não se traduzisse em nenhum auxílio concreto.

No Uruguai, a disputa entre facções riveristas e oribistas, iniciada no mesmo ano em que eclodiu a Farroupilha, concorria para retardar a consolidação do Estado Nacional Oriental e criava uma situação de grande instabilidade em toda a região. De um lado, o general Manuel Oribe representava as forças agrárias e nacionalistas, com base política e econômica no interior do país. De outro, Fructuoso Rivera, primeiro presidente constitucional do Uruguai (1830 – 1834), defendia o liberalismo econômico e buscava a supremacia de Montevideu sobre o resto do país.

Tratava-se de um quadro novo, visto que Rivera e Oribe eram antigos aliados. Após sua chegada ao poder, porém, Oribe aos poucos se afastou de Rivera e se aproximou de seus adversários, Lavalleja e Rosas, formando uma aliança com Buenos Aires e tornando-se uma

---

<sup>19</sup> DORNELLES, Laura Leão de. Guerra Farroupilha: Considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, Vol. 2, Número 4, Dezembro de 2010.

<sup>20</sup> A partir de 1835, as Províncias Unidas passam a ser conhecidas também como Confederação Argentina, uma união entre 14 províncias soberanas cuja representação internacional estava a cargo de Buenos Aires.

<sup>21</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Paraguai e Uruguai*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.113.

<sup>22</sup> ROSA, José María. *Historia argentina: Unitarios y federales (1828 – 1841)*. Charleston: Nabu Press, 2012, p.275-276

extensão dos interesses portenhos no Uruguai. Ocupando a presidência uruguaia em 1835, Oribe não escondeu sua simpatia pela Revolução Farroupilha e passou a vislumbrar uma futura união entre a República Rio-Grandense e o Uruguai.<sup>23</sup>

Já o Paraguai mantinha seu isolamento político do mundo exterior devido à política isolacionista do ditador perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, não havendo contatos diplomáticos com outros países até sua morte em 1840.<sup>24</sup> Apesar disso, os interesses comerciais paraguaios estavam inequivocamente ligados às questões da região, já que o país, sem saída para o mar, tinha no estuário do Prata sua única possibilidade de acesso ao comércio internacional através do porto de Buenos Aires. O governo bonaerense, contudo, visando ao estrangulamento do Paraguai, não permitia que os produtos paraguaios passassem por seu porto.

Portanto, quando a independência do Rio Grande do Sul foi declarada, o quadro político platino estava configurado pelo apoio simbólico de Rosas e prático de Oribe aos rebeldes rio-grandenses, pelo conflito militar entre blancos e colorados e por um Paraguai isolado das turbulências que varriam a região.

### **Farroupilhas, blancos e colorados**

A fundação da República Rio-Grandense marcou o início de uma nova fase na Guerra dos Farrapos, parecendo confirmar, na perspectiva do Império, as suspeitas de que uma união entre sua província meridional rebelde e o Uruguai era questão de tempo. Sendo o governo constitucional uruguaio simpático à Farroupilha, restava ao governo regencial buscar o estreitamento de relações com Rivera, visto como figura capaz de resistir à influência de Rosas sobre o Uruguai e, em última instância, assegurar a manutenção de sua independência. Buscando derrubar Oribe do poder, Rivera, sob o beneplácito das autoridades imperiais, iniciou uma sublevação contra o governo uruguaio em julho de 1836,

---

<sup>23</sup> MAGNOLLI, Demétrio. *O corpo da pátria: Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*, São Paulo: Editora UNESP, 1997, p.154.

<sup>24</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.24.

levando o chanceler desse país, Francisco Llambi, a protestar por intermédio do representante diplomático imperial em Montevidéu.<sup>25</sup>

Não obstante, Rivera e suas tropas acabaram derrotados pelas forças legalistas de Oribe na Batalha de Carpintería<sup>26</sup> em 19 de setembro, frustrando as expectativas do governo regencial de vê-lo de volta à presidência oriental. Vencido, o caudilho fugiu para o Rio Grande do Sul e se incorporou às forças imperiais. Com sua derrocada, ainda que temporária, o Império perdeu um importante interlocutor no Uruguai que poderia fazer frente à aliança entre federais argentinos e blancos uruguaios, que por seu turno apoiavam os separatistas rio-grandenses.

Deste modo, o apoio do governo Oribe à República Rio-Grandense representava um obstáculo aos objetivos do Império no âmbito da Farrroupilha, pois os farrapos, além de receberem auxílio material dos uruguaios, se refugiavam em território oriental com certa frequência, de onde retornavam quando as circunstâncias permitiam.<sup>27</sup>

Ainda, desde o início do conflito, o Brasil optara por estrangular economicamente o Rio Grande do Sul através de um bloqueio naval do seu litoral, isolando a província do mundo externo na tentativa de sufocar o movimento separatista. Diante desse quadro, o Estado Oriental surgia como alternativa para contornar o bloqueio imperial, neutralizando parcialmente essa medida adotada pelo governo regencial. Já em outubro de 1836, o governador legalista da província, Araújo Ribeiro, levava ao conhecimento do Rio de Janeiro o fato de que a Lagoa Mirim estava sendo utilizada para transportar armas para os farrroupilhas.<sup>28</sup> Ou seja, o Império via-se numa situação de hostilidade com o Rio Grande do Sul, que recebia apoio de Uruguai, Corrientes e Entre Rios, além de um apoio retórico de Buenos Aires.

Durante o período em que esteve exilado no território rio-grandense sob ocupação imperial, Rivera, internado em Porto Alegre, fez gestões junto ao governo provincial no sentido de convencer o Império da necessidade de remover Oribe do poder em Montevidéu.

---

<sup>25</sup> CANDIDO, Salvatore. *Giuseppe Garibaldi: Corsário rio-grandense*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992, p.42.

<sup>26</sup> Onde surgem as divisões partidárias entre *blancos* e *colorados*.

<sup>27</sup> GOLIN, Janaína. Relações do Império do Brasil e das lideranças farrroupilhas com o Prata (1835-1845). *Revista Semina*, Vol. 10, 2º Semestre, 2011.

<sup>28</sup> GUAZZELLI. *A República Rio-Grandense e a Praça de Montevidéu (1836-1842)*, p.6.

Em particular, chamava a atenção para o auxílio que o Estado Oriental dava aos rebeldes e vinculava o fim da Guerra dos Farrapos à queda de Oribe.<sup>29</sup> Por sua vez, o governo regencial, sob o comando do regente Diogo Feijó, preferiu chegar a algum entendimento com o governo uruguaio. Uma série de negociações foi realizada pelos dois governos a partir de junho de 1837, chegando o governo regencial a propor um tratado de auxílio mútuo entre o Império e o Estado Oriental que criaria as bases para que ambos se ajudassem no combate aos seus respectivos insurretos. Sobre esse episódio, diz Pandiá Calógeras que o acordo sugerido incluiria:

auxílios recíprocos, constantes de força de terra e mar, bem como de recursos pecuniários; as tropas de cada nação conservariam seus uniformes, e seriam comandadas por um chefe geral do país em cujo território operassem; os criminosos políticos seriam imediatamente retidos e enviados para longe das fronteiras, ficando ao arbítrio do governo do qual fossem súditos marcar o lugar de internação, para onde receberiam passaporte; desarmamento e internação das forças rebeldes que passarem de um para outro país; entrega recíproca dos chefes da rebelião<sup>30</sup>.

Com essa iniciativa, buscava o governo regencial não só colocar um fim ao auxílio que o Uruguai prestava aos rebeldes rio-grandenses, mas assegurar que o território oriental não fosse mais utilizado pelos exércitos farroupilhas. Estando os portos de Rio Grande e de São José do Norte bloqueados pela esquadra imperial, o 'fechamento' do Uruguai – tanto a campanha uruguaia quanto o porto de Montevideu – para os farrapos levaria a um sufocamento completo da República Rio-Grandense do ponto de vista de sua comunicação e comércio com o exterior. Além disso, ao tentar arrancar de Oribe o compromisso de que quaisquer forças farroupilhas que cruzassem a fronteira fossem combatidas e capturadas pelas tropas legalistas uruguaias, o governo regencial pretendia evitar que os farrapos se refugiassem em território oriental sempre que necessário, problema que incomodava o governo regencial desde o início das hostilidades em 1835. Mas as tratativas não deram os resultados esperados, afetadas que foram pelas questões lindeiras que o Império mantinha com o Uruguai, além das restrições que muitos parlamentares brasileiros tinham com relação

---

<sup>29</sup> CANDIDO. *Giuseppe Garibaldi*, p.43.

<sup>30</sup> CALÓGERAS, Pandiá. *A política exterior do Império, v. III – Da Regência à queda de Rosas*. Brasília: Senado Federal, 1998, p.208.

à possibilidade de entrada de tropas uruguaias em solo rio-grandense com a finalidade de perseguir os riveristas.<sup>31</sup>

Com isso, o governo Feijó, que já estava fragilizado devido à sua atuação diante das revoltas regenciais, viu-se sem condições de governar e caiu em setembro de 1837 pela renúncia do próprio regente. A possibilidade de se chegar a um entendimento com o governo Oribe se desmanchava, e o novo governo regencial de Araújo Lima, defensor de uma política externa mais incisiva, decidiu instrumentalizar Rivera para destituir Oribe do poder e tentar colocar um fim à Farrroupilha. Diferentemente dos liberais de Feijó, o grupo conservador de Araújo Lima era mais centralizador internamente e mais firme em sua política exterior, o que explica parcialmente a mudança de direção da atuação do governo imperial com relação à guerra no Rio Grande do Sul. A unidade nacional, mais cara aos conservadores do que aos liberais,<sup>32</sup> impunha-se ao governo Araújo Lima como elemento legitimador de uma política mais forte e ativa no âmbito das diferentes revoltas regionais, principalmente a Farrroupilha. Era imprescindível pacificar a província sulina, e, para tanto, o governo Oribe deveria cair.

Assim, com o apoio concreto do Império, Rivera iniciou uma segunda sublevação contra o governo uruguaio ainda em 1837, que também contou com o apoio das forças lalallejistas e da França. Desta vez a sublevação é bem-sucedida, e o governo constitucional do Estado Oriental é deposto em agosto de 1838, tendo Oribe abandonado a capital e se refugiado em território portenho.<sup>33</sup> Na República Rio-Grandense, apesar do ímpeto do regente Araújo Lima, os exércitos farroupilhas ganhavam terreno contra os imperiais,

---

<sup>31</sup>CALÓGERAS. *A política exterior do Império*, p.212-213.

<sup>32</sup>O que não significa dizer, de forma alguma, que os liberais não buscavam manter a unidade político-territorial do Brasil. O que havia era uma visão compartilhada pelas lideranças liberais de que o poder político deveria ser dividido entre o governo central e as províncias, uma visão essencialmente descentralizadora. Os conservadores, por outro lado, sustentavam sua tese centralizadora principalmente no argumento da unidade nacional, cuja manutenção, para eles, dependia sobretudo de um governo forte e centralizado que servisse como centro aglutinador das províncias. Tais visões divergentes sobre a divisão de poderes no Estado Imperial era refletida na política interna e externa das regências Feijó e Araújo Lima no contexto da Farrroupilha, com esta sendo mais enérgica e, aquela, mais relutante. Sobre o debate entre partidários da centralização e da descentralização política desse período, consultar FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

<sup>33</sup>Além do apoio do Império a Rivera, pesou, na derrota de Oribe, o bloqueio naval do Rio da Prata imposto pela França a partir de 28 de março de 1838. Tal ação teve como causa o conflito diplomático entre o governo Rosas e o Reino da França, e duraria até outubro de 1840, quando o bloqueio foi levantado sem que os franceses atingissem seus objetivos. Ver BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2012), *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai*.

chegando a dominar a maior parte do território rio-grandense, com as notórias exceções de Porto Alegre, Rio Grande e São José do Norte.

À primeira vista, o retorno de Fructuoso Rivera ao poder poderia sugerir que o Império poderia finalmente ter o Uruguai como aliado, e que essa nova realidade aceleraria o fim da guerra no Rio Grande do Sul. Porém, ao mesmo tempo em que tratava com os imperiais, Rivera negociava secretamente com os farroupilhas, que também o assistiram na campanha contra Oribe.<sup>34</sup> Como consequência, os farrapos firmaram o Tratado de Cangüé com os colorados, por meio do qual se estabeleceu uma aliança defensivo-ofensiva entre o Estado Oriental e a República Rio-Grandense.<sup>35</sup>

Em que pese essa aliança, o ambivalente caudilho oriental continuou buscando favores do Império, pois seus inimigos não haviam sido derrotados por completo. Exilados em Buenos Aires, os blancos contavam com o apoio dos federales de Rosas para invadir o Uruguai e retomar o poder, visto que o governador bonaerense, além de aliado, continuava reconhecendo Oribe como presidente legítimo daquele país. Na presidência pela segunda vez, Rivera declarou guerra a Rosas, que, a essa altura, já não manifestava apoio aos farrapos.

Desta forma, o ano de 1839 alterava o tabuleiro platino de forma significativa: Oribe já não auxiliava os farrapos, que passaram a contar com o apoio de Rivera, que solicitava a proteção do Brasil contra Rosas, enquanto Buenos Aires entrava em guerra contra o Uruguai, governado pelos colorados riveristas aliados dos unitários argentinos exilados em Montevideú.

O Império, por sua vez, encontrava-se em difícil situação onde duas de suas prioridades se chocavam: A pacificação do Rio Grande do Sul e a manutenção da independência do Uruguai.<sup>36</sup> Por um lado, sabia que o Uruguai sob o governo de Rivera continuava fornecendo ajuda aos republicanos rio-grandenses, e que ajudá-lo significava retardar o fim da guerra no Rio Grande do Sul; por outro, Rosas havia nomeado Oribe

---

<sup>34</sup> NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2011, p.33.

<sup>35</sup> GUAZZELLI. *A República Rio-Grandense e a Praça de Montevideú*, p.6

<sup>36</sup> FERREIRA. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*, p.82.

comandante das forças da Confederação Argentina e planejava invadir o Uruguai, plano que, se bem-sucedido, colocaria em xeque a independência do Estado Oriental.

Por considerar o caudilho uruguaio um mal menor do que Rosas, o Rio de Janeiro acabou ficando do lado dos colorados mais uma vez. Para neutralizar a aliança entre a República Rio-Grandense e o Uruguai, o governo regencial ofereceu vantagens financeiras a Rivera para que este não cumprisse as obrigações previstas no Tratado de Cangüé. Como consequência, o governo uruguaio cessou seu apoio aos farroupilhas momentaneamente, que perderam o direito de utilizar o porto de Montevideú para escoar sua produção de charque e couro, ao passo que autorizou forças imperiais a usarem o território oriental para perseguir republicanos rio-grandenses.<sup>37</sup> A política externa mais audaz da regência Araújo Lima parecia surtir efeitos.

### **Farroupilhas, Rosas e a Guerra Grande**

A declaração de guerra de Rivera a Buenos Aires deu início à Guerra Grande (1839 – 1851), cujos acontecimentos tiveram repercussão nas relações do Império com o Rio Grande do Sul e as repúblicas do Prata. Embora tratasse de uma guerra civil entre o Partido Blanco e o Partido Colorado, as vinculações externas e o fato de Oribe haver se exilado em Buenos Aires e recebido o apoio de Rosas fez com que o conflito ultrapassasse as fronteiras uruguaias. Do lado brasileiro da fronteira, o governo do regente Araújo Lima manteve a neutralidade diante do conflito que se iniciava, em que pese sua preferência pelo Partido Colorado, pois a guerra no Rio Grande do Sul não permitia que o Império intervisse militarmente na Banda Oriental. Na tentativa de colocar um fim à guerra, o governo brasileiro elevou o imposto sobre o charque rio-platense para 25 por cento,<sup>38</sup> antiga reivindicação da elite rio-grandense e um dos motivos que levaram à Revolução Farroupilha. Porém, do ponto de vista da pacificação da província, a medida não teve os efeitos desejados no curto prazo.

A guerra civil no Uruguai estava estreitamente vinculada à disputa política entre Buenos Aires e as províncias mesopotâmicas argentinas acerca do tema centralização versus descentralização, embate que guardava algumas semelhanças com o que ocorria no Brasil

---

<sup>37</sup> FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: Realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.234.

<sup>38</sup> FERREIRA. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*, p.82.

desde o processo de Independência, embora o caso argentino tivesse características próprias não vistas no brasileiro, como o próprio processo histórico de emancipação das províncias rio-platenses e a questão das rendas aduaneiras do porto de Buenos Aires. Opositores de Rosas, os unitários argentinos liderados por Juan Lavalle mantinham vinculações com os colorados de Rivera e haviam feito de Montevideu um reduto de forças anti-rosistas, enquanto os federais rosistas eram aliados dos blancos oribistas.<sup>39</sup>

Nesse contexto, a província de Corrientes, que havia organizado um exército abertamente com o objetivo de combater Rosas em meados de 1838, aliou-se ao Uruguai colorado, assinando um tratado ofensivo-defensivo com Montevideu no mesmo ano. Portanto, ao declarar guerra a Buenos Aires, Rivera inseria o Uruguai na guerra civil argentina, da mesma forma que Rosas havia colocado a Confederação Argentina no centro da guerra civil uruguaia. Ao saber dos planos de Rivera e Genaro Berón de Astrada, governador de Corrientes, Rosas buscou o apoio da província de Entre Rios, com quem mantinha boas relações. As províncias de Entre Rios e Corrientes entrariam em conflito em março de 1839, com aquela saindo vitoriosa e destruindo o exército correntino, o que implicou a derrota de aliados dos colorados riveristas. Vitorioso, o governador entrerriano Pascual Echagüe invadiu o Uruguai com o intuito de derrubar Rivera e recolocar Oribe no poder, mas acabou derrotado na Batalha de Cagancha em 29 de dezembro de 1839.<sup>40</sup>

Por sua vez, durante um tempo, os farroupilhas buscaram maior aproximação com Rosas devido à ambiguidade de Rivera com relação ao Império, o que servia como elemento de desconfiança por parte dos líderes da revolução. Nesse sentido, gestões foram feitas por intermédio de Pascual Echagüe, mas, apesar da desconfiança que Rivera despertava, Bento Gonçalves e a cúpula farroupilha viam o Uruguai como um aliado natural, dadas as ligações e interesses que tinham no país. Além disso, o exemplo bem-sucedido da independência da Cisplatina servia como fonte de inspiração para os separatistas rio-grandenses, e a conjuntura do momento levava à conclusão de que a consolidação da independência da República Rio-

---

<sup>39</sup> ZUBIZARRETA, Ignacio. Una sociedad secreta em exilio: los unitarios y la articulación de políticas conspirativas antirrosistas en el Uruguay, 1835-1836. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, no. 31, Jan/Dez, 2009.

<sup>40</sup> GALLO, Claudio Rodolfo. *“Claroscuros” de la Historia Argentina*. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2014, p.349.

Grandense passava pela aliança com o Uruguai, concorrendo para que a opção por Rivera prevalecesse.<sup>41</sup>

Afastada a possibilidade de aproximação a Rosas, e diante do impasse nos campos de batalha contra o Império, os farroupilhas buscaram ampliar seu leque de alianças como forma de consolidar a independência de sua república. Recorreram à província de Corrientes, ao Paraguai e ao Uruguai, de quem voltara a receber apoio secretamente. Em dezembro de 1841, a República Rio-Grandense e o Estado Oriental assinaram o Tratado de San Fructuoso, pelo qual firmavam o compromisso de auxílio mútuo para invadir Entre Rios.<sup>42</sup> Ou seja, Rivera e os colorados haviam repellido a invasão entreterriana, mas careciam de força militar para invadir uma Entre Rios apoiada por Bueno Aires. Por essa perspectiva, é possível compreender a lógica por trás da solicitação de Rivera para que os farroupilhas o apoiassem na invasão de Entre Rios.

Para Bento Gonçalves e seus partidários, a invasão de Entre Rios naquele momento não era um objetivo prioritário ou sequer desejável, mas, diante da necessidade de fortalecer a aliança com o Uruguai, comprometeram-se a auxiliá-lo nessa campanha. Ao Paraguai e à Corrientes, o governo farroupilha enviou o plenipotenciário José Pinheiro de Ulhoa Cintra para negociar a formação de um bloco contra o ditador bonaerense. No entanto, receoso em provocar o Império do Brasil, o governo paraguaio mostrou-se relutante e preferiu não estabelecer nenhum tipo de compromisso com a República Rio-Grandense.<sup>43</sup>

Por outro lado, mais uma vez em confronto aberto com Buenos Aires, os correntinos viam a busca de maiores entendimentos com os farrapos de forma positiva, dado o antagonismo de ambos com relação a Juan Manuel de Rosas. As tratativas foram bem-sucedidas, e, em março de 1842, emissários rio-grandenses assinaram uma convenção secreta com o governador de Corrientes, Pedro Ferré.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> GUAZZELLI, César Augusto. *A República Rio-Grandense e o Rio da Prata: A questão dos escravos libertos. II Encontro 'Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional'*. Porto Alegre, 2005.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *A República Rio-Grandense e a Praça de Montevideu*, p.6.

<sup>43</sup> O mesmo receio não existia com relação a Buenos Aires, e, em 31 de julho de 1841, o Paraguai assinou o Tratado de Amizade e Recíproca Liberdade de Comércio e o Tratado de Limites com Corrientes, que reconheceu a independência paraguaia.

<sup>44</sup> CISNEROS, Andrés, ESCUDE, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998, p.190.

Porém, dois fatos ocorridos naquele mesmo ano concorreram para minar o acordo: A chegada do barão de Caxias ao Rio Grande do Sul e a derrota espetacular da coalizão entre colorados, unitários e correntinos na Batalha de Arroyo Grande, travada em Entre Rios. Sob o comando de Caxias, as forças imperiais colocaram os farrapos na defensiva, tirando-lhes quaisquer condições de honrar seus compromissos com seus aliados correntinos e uruguaios, que acabaram vencidos pelas tropas da Confederação Argentina comandadas por Oribe. Como os revolucionários rio-grandenses, os colorados de Rivera também passaram para a defensiva, retirando-se do território argentino e retornando a Montevidéu. Vitoriosos, blancos uruguaios e federales argentinos avançaram sobre o Uruguai com o objetivo de derrubar Rivera e restaurar Oribe no poder.<sup>45</sup> Em fevereiro de 1843, a capital uruguaia era sitiada pelas forças invasoras, que haviam dominado a maior parte do país.

Diante da iminente queda do governo colorado e ameaça de retorno dos blancos ao poder, o Império, já com Dom Pedro II no trono, rompe oficialmente com a política de neutralidade no Prata e decide o que antes parecia impensável: Aliar-se a Rosas. Enfrentando nova insurreição em Corrientes e a ameaça de intervenção por parte da França e da Grã-Bretanha,<sup>46</sup> o governador portenho havia proposto ao Brasil um tratado ofensivo-defensivo com o intuito de liquidar Rivera definitivamente. Para o governo imperial e parlamentares brasileiros, tal medida era perfeitamente racional do ponto de vista da guerra no Rio Grande do Sul, pois Rivera jamais havia se mostrado um parceiro confiável e, principalmente, continuava prestando todos os tipos de auxílio aos farroupilhas. Sendo assim, e acreditando que o Estado Oriental seria dominado pelo Partido Blanco em pouco tempo, o Império procurava ao menos obter uma garantia de Rosas de que a independência uruguaia seria respeitada.

Além disso, segundo o cálculo brasileiro, a aliança com Rosas permitiria ao Império pacificar o Rio Grande do Sul, há quase oito anos em guerra. Nesse sentido, a proposta de aliança apresentada mostrava-se oportuna, e em março de 1843 o governo imperial assinou o tratado com a Confederação Argentina, representada no Rio de Janeiro pelo ministro

---

<sup>45</sup> CALÓGERAS. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998, p.509-511.

<sup>46</sup> Como o Brasil, a França e a Grã-Bretanha se opunham a uma eventual anexação da Banda Oriental por Buenos Aires por temer a nacionalização do Rio da Prata, e, para evitar que a capital uruguaia fosse invadida pelas forças rosistas, ameaçaram intervir no conflito.

plenipotenciário Tomás Guido. Entretanto, em face da derrota de Rivera em Arroyo Grande e do afastamento temporário da ameaça de intervenção anglo-francesa, Rosas declinou de ratificar o tratado, frustrando a breve possibilidade de colaboração entre Império e Confederação. Tal atitude reforçou as suspeitas do governo imperial com relação às reais intenções de Rosas, servindo, de certo modo, como ponto de inflexão na política platina do Império. E condição essencial para essa mudança de rumos da política imperial era assegurar a unidade nacional e reintegrar o Rio Grande do Sul ao Império.<sup>47</sup>

Ao mesmo tempo, no Uruguai, formavam-se dois governos: O Gobierno del Cerrito, encabeçado por Oribe e com o comando de quase todo o interior do país, e o Gobierno de la Defensa, chefiado por Rivera e com jurisdição em Montevideú, onde se encontrava sitiado. Apesar do ocorrido com Rosas, o Império do Brasil passou a colaborar com Oribe para colocar um fim à Farroupilha. Ainda que Oribe fosse um aliado de Rosas, o governo imperial não via problemas em colaborar com ele para finalmente pacificar o Rio Grande do Sul, passo essencial, por sua vez, para fazer frente às ameaças que o cada vez mais explícito expansionismo rosista representava. À frente das forças imperiais, o barão de Caxias atacava os farroupilhas de um lado da fronteira, enquanto as tropas de Oribe dificultavam o contato dos mesmos com os colorados do lado uruguaio.<sup>48</sup>

Hábil tanto no campo de batalha quanto na diplomacia, Caxias combinava operações militares fulminantes com negociações e concessões aos líderes farroupilhas, que, a essa altura, já não pareciam ter perspectivas reais de vitória. Em 1844, os farroupilhas encontravam-se esgotados após quase uma década de guerra, e os desentendimentos entre seus líderes, em parte fomentado por Caxias, tornavam a paz com o Império inevitável. Após uma série de concessões por parte do Brasil, o Rio Grande do Sul seria finalmente pacificado em março de 1845 por meio do Tratado de Ponche Verde. No Paraguai, após décadas sem reconhecer sua independência, o Império decidiu fazê-lo, e em 1844 um tratado de amizade, comércio, navegação e limites foi assinado entre o Rio de Janeiro e Assunção.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889), *Textos de História*, Vol. 16, nº 2, 2008, p.225.

<sup>48</sup> MENDES, Jeferson. As relações diplomáticas entre o barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha, *Revista História em Reflexão*, Vol. 2, nº 4, Jul-Dez, 2008, p.58.

<sup>49</sup> CERVO, BUENO. *História da política exterior do Brasil*, p.112.

Assim, terminada a Guerra dos Farrapos, o Rio Grande do Sul se reintegrava ao Brasil, a segurança das fronteiras meridionais era resguardada e o Império formava uma aliança anti-rosista com o Paraguai. Faltava assegurar a manutenção da independência do Uruguai e, conseqüentemente, a livre navegação do Prata. Sem condições de fazê-lo diretamente pela via militar, dada a debilidade interna após a Farroupilha e outras revoltas regionais, o governo imperial apoiaria o Gobierno de la Defensa por meio de empréstimos financeiros<sup>50</sup> no que se convencionou chamar de diplomacia dos patacões,<sup>51</sup> intervindo militarmente de forma direta no Estado Oriental apenas seis anos mais tarde.

### Conclusão

Apesar de se caracterizar como um conflito interno, a Guerra dos Farrapos representou um fator de fundamental importância para a política platina do Império do Brasil. Durante os quase dez anos de guerra, as ações do Império no Rio da Prata foram pautadas em boa parte pela situação no Rio Grande do Sul, que se impunha como um dos elementos definidores da política imperial para a região.

Se para o Brasil Rosas era visto como principal ameaça aos seus interesses, a Farroupilha agravava esse quadro ao maximizar os riscos que as ambições rosistas representavam, seja com relação à navegação da Bacia do Prata, seja pela vulnerabilidade que as fronteiras meridionais passavam a ter com o início da guerra. Ainda, as alianças estabelecidas pelos farrapos com facções orientais concorriam para situar o Império no epicentro dos conflitos platinos, além de reforçar o temor de uma eventual união entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul, preocupação existente também no tocante à possibilidade de sua anexação pela Confederação Argentina.

Deste modo, mais do que uma revolta separatista, a Farroupilha deve ser vista como uma insurreição que teve sérias repercussões na região do Rio da Prata e, conseqüentemente, influenciou as ações tanto do Império do Brasil quanto dos demais atores da região durante quase uma década.

---

<sup>50</sup> DORATIOTO. *O Brasil e o Rio da Prata (1822-1994)*, p.35.

<sup>51</sup> Ver ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica do Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

## *Senhores de poucos escravos: análise de uma área periférica – Alto do Termo da Borda do Campo/MG, século XIX*

**Lords of few slaves: analysis of a peripheral area – Alto do Termo da Borda do Campo/MG, XIX century**

Ana Paula Dutra Bôscaro

Mestranda em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

Paulinha\_gdac@hotmail.com

Recebido: 16/08/2014

Aprovado: 29/06/2015

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, cujo principal objetivo consiste na análise da composição social dos domicílios presentes no Alto do Termo da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, século XIX. Esta região fazia parte da fronteira dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, era composta primordialmente por pequenas propriedades com atividades voltadas inicialmente para a mineração, associada às atividades vinculadas ao abastecimento interno. Temos como objetivo inicial apresentar os principais aspectos dos seis povoados que compunham a localidade, passando posteriormente a uma análise mais detalhada daquelas propriedades que contavam com até três cativos. A partir da análise da Lista Nominativa para o ano de 1831, buscaremos expor as principais características sócio-demográficas destes pequenos proprietários, bem como apresentar algumas particularidades das pequenas escravarias presentes na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão, Século XIX, Demografia.

**ABSTRACT:** This paper presents the initial results of a study still in progress, whose main goal is the analysis of the social composition of domiciles present in the Alto do Termo da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, nineteenth century. This region was part of the border of the great mining centers of the eighteenth century, composed primely of small properties with activities initially focused on mining, associated with activities related to domestic supply. We have as initial objective, presenting the main aspects of the six villages that made up the town, passing later to a more detailed analysis of those properties with up to three captives. From the analysis of Nominative List for the year 1831, we will seek to explain the main socio-demographic characteristics of these smallholders as well as present some particularities of slave-holders in the region.

**KEYWORDS:** Slavery, Nineteenth Century, Demography.

## A composição social do Alto do Termo da Borda do Campo

Na área mais alta do Termo da Borda do Campo, região próxima a Barbacena, estava localizado o Alto do Termo da Borda do Campo, uma localidade composta por seis povoados: Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ribeirão de Alberto Dias, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina. Esta localidade caracterizava-se por ser mais afastada dos grandes centros de revenda de produtos locais, com terras pouco férteis e a presença de serras muito íngremes que acabavam por dificultar a fixação de agrupamentos humanos no local<sup>1</sup>.

Por meio da análise da Lista Nominativa para o ano de 1831<sup>2</sup>, buscaremos destacar os principais aspectos da população livre e escrava que compunha a localidade. Esta análise permitiu-nos desvendar o perfil dos proprietários presentes no local, bem como perceber como estava distribuída a mão de obra cativa nas propriedades. Ademais, foi-nos possível compreender como estes proprietários buscavam repor suas escravarias, se via tráfico ou reprodução natural, além de apurar a origem, o sexo e o estado-civil dos mancipios presentes no local, o que muito contribuiu para a caracterização e melhor conhecimento do espaço por nós analisado.

Todavia, cabe-nos ressaltar que embora a análise da composição social destes seis povoados tenha sido feita separadamente, analisando um povoado por vez, optamos por

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). In: *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 27, p. 625- 644, 2011. p. 631.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que as Listas Nominativas de Habitantes também conhecidas como censos ou recenseamentos demográficos, são fontes de grande valia para os historiadores, pois permitem a estes conhecer os mais diversos aspectos da população presente em uma dada localidade. A análise destes documentos permitiu-nos ter acesso a uma gama de informações, como por exemplo: o número de domicílios presentes na localidade, a composição social destes fogos, o número de crianças, idosos, o estado-civil, e também a ocupação desempenhada por estes homens e mulheres, livres e cativos que compunham os seis povoados do Alto da Borda do Campo. Devido a sua grande importância, no transcurso das últimas três décadas as Listas Nominativas de Habitantes de 1831-32 constituíram-se como a base de dados demográficos mais utilizada por pesquisadores da história de Minas Gerais, contribuindo sobremaneira para o melhor conhecimento de nosso território. Neste sentido ver: GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura populacional da província de Minas Gerais. In: *Revista Brasil. Estado e População*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun. 2010; BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade* (São João Del Rei – Século XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007; LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, A.E.M. et alii. *História Econômica: Ensaios*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1982; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, dentre outros.

apresentar os resultados obtidos em conjunto, pois a demanda de tempo e espaço para apresentar os resultados individuais verificados para cada núcleo seria demasiadamente extenso. Desta forma, através do exame da Lista Nominativa foi-nos possível contabilizar um total de 3283 indivíduos livres, ou seja, 57% da população geral. Já os escravos representaram 43% da população, perfazendo um total de 2454 cativos. O quadro abaixo nos permite uma melhor visualização acerca da composição social da população presente na localidade:

**Quadro 1: População Livre x Escrava (%) – Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**

POVOADO	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
Ibertioga	413	51%	403	49%	816
N.S. da Conceição do Ibitipoca	691	61%	438	39%	1129
Ribeirão de Alberto Dias	593	60%	392	40%	985
Santa Rita do Ibitipoca	652	51%	628	49%	1280
Santana do Garambéu	514	64%	287	36%	801
São Domingos da Bocaina	420	58%	306	42%	726
<b>Total</b>	<b>3283</b>	<b>57%</b>	<b>2454</b>	<b>43%</b>	<b>5737</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

Destes 3283 indivíduos livres, percebemos a presença daqueles indivíduos designados pela Lista como “brancos livres” e também daqueles indivíduos livres listados como pardos, crioulos, africanos ou mestiços, denominados por nós como “não brancos livres”<sup>3</sup>. Estes não brancos livres corresponderam a um total de 1443 indivíduos, ou seja, representaram 44% da população livre local. Entre estes houve o predomínio dos pardos, os quais chegaram a corresponder a 78% deste grupo, isto é, 1129 homens e mulheres. Os

<sup>3</sup> A denominação de “não brancos livres”, “livres de cor”, “livres não brancos”, são algumas das designações empregadas para classificar os indivíduos pardos, crioulos, africanos, mestiços e cabras livres. Neste sentido ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995; MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. In: *Topoi*. v. 9, n. 17, jul-dez. 2008. p. 45-66.

crioulos representaram 14,5%, os africanos 6% e os mestiços apenas 1,5%, o equivalente a 210, 87 e 22 indivíduos respectivamente.

Muitos foram os indivíduos pardos, crioulos, africanos e mestiços presentes na localidade. Mas afinal, como explicar este elevado percentual de não brancos livres entre a população que compunha o Alto da Borda do Campo? A nosso ver, a grande proporção de livres de cor presentes na localidade, justificar-se-ia pelas próprias características locais dos seis povoados por nós analisados. De acordo com Sheila de Castro Faria, estes homens e mulheres livres e de cor tendiam a permanecer por muito pouco tempo em um mesmo lugar, sendo a capacidade de se locomover uma constante na vida destes indivíduos. Ao analisar o comportamento da população forra e liberta da freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, a autora pôde perceber que estes não brancos livres buscavam se fixar principalmente em áreas em expansão, ou seja, em áreas de fronteira aberta, por serem os locais aonde o acesso a terras e escravos lhes eram mais exequível<sup>4</sup>.

Assim, embora a maior parte destas áreas fossem altamente perigosas e ainda não desbravadas, muitos ex-escravos e seus descendentes viram nestes locais a possibilidade de produção autônoma, e a chance de se estabelecerem longe do domínio de senhores e proprietários de terras. Segundo Faria, as áreas de fronteira aberta eram ocupadas inicialmente por estes homens e mulheres não brancos livres, e a posteriori pelos grandes potentados rurais que por meio da doação de sesmarias ampliavam os limites de suas terras e se estabeleciam em grandes unidades produtivas<sup>5</sup>.

Neste sentido, tomando como base as argumentações da autora supracitada, aventamos a hipótese de que o Alto do Termo da Borda do Campo, tal como a maior parte das áreas em expansão, configurou-se ao longo do século XVIII e XIX como um pólo atrativo para esta parcela da população, explicando assim o alto percentual de não brancos livres dentre a população que compunha os povoados de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ribeirão de Alberto Dias, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina.

---

<sup>4</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 114.

<sup>5</sup> FARIA, Sheila de Castro. *Op., cit.*, p. 128-129.

Outro aspecto interessante que nos foi possível perceber ao longo da análise da Lista Nominativa foi à escassez do termo “forro”, uma vez que dos 1443 indivíduos não brancos livres apenas 47 foram assim listados. Os demais ora apareciam designados como “livres”, ora apareciam como “sem informação”<sup>6</sup>. A pouca utilização deste termo nos levou a aventar a hipótese de que nesta localidade os crioulos, africanos e os mestiços livres poderiam estar sendo listados como pardos, justificando a supremacia destes indivíduos entre os não brancos livres.

Entretanto, para além da hipótese por nós elaborada, cabe-nos perceber que as designações sob a cor ou a condição dos indivíduos nas Listas Nominativas não obedeciam a um padrão oficial de nomenclatura. Assim sendo, durante a análise destes documentos faz-se necessário considerar como as expressões eram definidas nas situações locais, como também atentar-se para o fato de que nem sempre existiu uma consonância entre os termos utilizados pelos recenseadores que fizeram os censos demográficos<sup>7</sup>.

Descrito o perfil da população livre presente nos seis povoados do Alto da Borda do Campo, passaremos a analisar a população cativa encontrada nesta localidade. Como vimos no quadro acima exposto, os cativos representaram 43% da população local da região, ou seja, dos 5737 indivíduos contabilizados na Lista de 1831, 2454 eram escravos, número bastante expressivo se considerarmos ser esta uma área periférica, de inserção econômica relativamente modesta e mais afastada dos grandes centros mineradores do século XVIII.

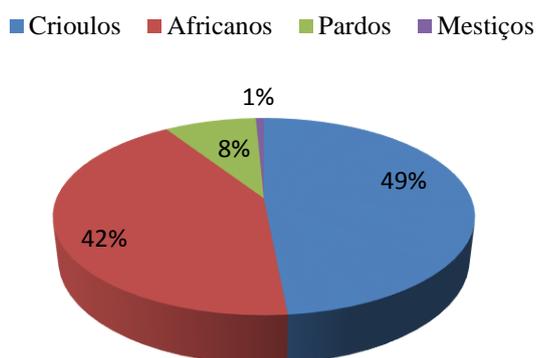
---

<sup>6</sup> Sobre a presença dos libertos nas Listas Nominativas ver: KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde A.. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 27, n. 2, p.309-335, maio-agosto 1997; LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010; LIBBY, Douglas C.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. In: *Varia História*. Belo Horizonte, v. 30, p. 112-151, 2003.

<sup>7</sup> A esse respeito ver: BACELLAR, Carlos A. P. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. In: *Revista Locus*. Juiz de Fora, v. 14, p. 107-124, 2008; BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007, p. 296; GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura populacional da província de Minas Gerais, 2010; GUEDES, Roberto. *Escravidão e Cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX)*. Especiaria (UESC), v. 10, 2009, p. 504; MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p 16-17. MACHADO, Cacilda. Sobre a cor de escravos e livres pobres da freguesia de São José dos Pinhais (do séc. XIII para o XIX). In: *XII Encontro Regional de História - ANPUH- Rio de Janeiro*, 2006, p. 05.

Ao verificar o perfil dos escravos presentes nesta localidade foi-nos possível contabilizar a presença de 1039 cativos africanos, 1190 mancípios crioulos, 207 escravos pardos e apenas 18 mestiços. O gráfico abaixo é bastante elucidativo:

**Gráfico 1: Origem dos Escravos - Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**



Fonte: Lista Nominativa, 1831 – CEDEPLAR.

De acordo com as porcentagens acima apresentadas, cabe-nos destacar que entre a população cativa presente no Alto da Borda do Campo houve o predomínio, ainda que diminuto, dos escravos crioulos sob os africanos. Não obstante, o número de africanos não pode ser menosprezado, uma vez que chegou a representar 42% do contingente mancípio da localidade. Estes dados nos permitem inferir que muito provavelmente a reposição da mão de obra cativa da localidade se dava por duas formas distintas, porém não excludentes: a reprodução natural e a reposição via tráfico<sup>8</sup>.

Outro dado que nos permitiu confirmar esta provável recorrência ao tráfico de escravos por parte destes proprietários, foi o elevado percentual de homens entre os cativos africanos<sup>9</sup>. O quadro abaixo nos mostra a razão de sexo entre os mancípios contabilizados:

<sup>8</sup> Douglas Libby foi um dos primeiros estudiosos a defender a relação complementar existente entre o tráfico de escravos e a reprodução natural, ambos atuantes na renovação da força de trabalho nos primeiros anos de século XIX. Neste sentido ver: LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1998. p. 123.

<sup>9</sup> Conforme as constatações de Stuart Schwartz e Manolo Florentino, um dos efeitos do tráfico de escravos na estrutura demográfica de uma determinada localidade foi, principalmente, o desequilíbrio sexual a favor dos cativos homens. Neste sentido ver: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 286-290; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 50-60.

**Quadro 2: População Escrava: Razão de sexo (%) – Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**

Sexo	Africanos	%	Crioulos	%	Pardos	%	Mestiço	%
<b>Homens</b>	741	71,3%	585	49,2%	98	47,3%	9	50%
<b>Mulheres</b>	298	28,7%	605	50,8%	109	52,7%	9	50%
<b>TOTAL</b>	1039	100%	1190	100%	207	100%	18	100%
<b>Razão de sexo</b>	<b>248,66</b>		<b>96,69</b>		<b>89,91</b>		<b>100,00</b>	

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\* Cabe-nos esclarecer que as razões de sexo são calculadas dividindo-se o número de homens pelo número de mulheres de uma dada população e multiplicando o resultado por cem. Lê-se o resultado como a expressão o número de homens para cada 100 mulheres. Neste sentido, se o resultado for igual ou próximo a 100, podemos concluir o equilíbrio dos sexos; valores menores do que 100 mostram predomínio feminino, enquanto que os valores superiores a 100 revelam predomínio masculino. (Grifos nossos).

Se a razão de masculinidade entre os mancipios africanos permitiu-nos ratificar que um dos caminhos utilizados por estes proprietários para reposição da mão de obra de suas escravarias foi o acesso ao tráfico de escravos, o relativo equilíbrio entre o sexo dos cativos crioulos, pardos e mestiços comprovou-nos que além do tráfico estes homens e mulheres chefes de domicílio utilizaram-se também do crescimento vegetativo<sup>10</sup>. Outro fator que nos possibilitou confirmar a presença da reprodução natural como uma das vertentes utilizadas para o crescimento e/ou manutenção da população cativa presente na localidade, foi a elevada proporção de crianças crioulas sob as africanas.

**Quadro 3: População Escrava: Crianças cativas (%) – Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**

POVOADOS	CRIANÇAS CRIOULAS	CRIANÇAS AFRICANAS	CRIANÇAS PARDAS	CRIANÇAS MESTIÇAS	TOTAL DE CRIANÇAS COM ATÉ 14 ANOS		TOTAL DE ESCRAVOS (Geral)
<b>Ibertioga</b>	80	11	14	--	105	26%	403
<b>N.S. C. de Ibitipoca</b>	108	33	6	1	148	33,7%	438
<b>Ribeirão de Alberto Dias</b>	74	9	15	10	108	27,5%	392
<b>Santa Rita do Ibitipoca</b>	143	26	23	--	192	30,5%	628

<sup>10</sup> A esse respeito ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAFESP. Annablume, 1999, p. 262; PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Diamantina (MG), 6 a 10 de junho de 1995, vol. 1, p. 103.

<b>Santana do Garambéu</b>	78	31	4	--	113	39,3%	287
<b>São Domingos da Bocaina</b>	87	1	12	--	100	32,6%	306
<b>TOTAL</b>	<b>570</b>	<b>111</b>	<b>74</b>	<b>11</b>	<b>766</b>	<b>31,2%</b>	<b>2454</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

Ana Paula Rangel e Adriano Braga Teixeira, ao abordarem a região de Barbacena nas primeiras décadas do século XIX apresentam tendências demográficas semelhantes. Nos trabalhos destes autores ficou evidente o maior número de crioulos em termos gerais, bem como a superioridade numérica dos homens entre os africanos. Tais estudiosos puderam constatar também o maior percentual de crianças crioulas, concluindo que a inserção do tráfico não anulava o papel da reprodução endógena no quadro de reposição do contingente cativo da região<sup>11</sup>.

Além da origem dos cativos, da razão de sexo e da porcentagem de crianças crioulas, africanas, pardas e mestiças presentes nos seis povoados por nós analisados, o exame da Lista Nominativa permitiu-nos verificar também o estado-civil destes mancipios. Assim, dos 2454 escravos, 1291 foram designados como solteiros, 539 arrolados como casados, 127 descritos como “sem informação” e apenas 13 listados como viúvos. De acordo com os números expostos, foi-nos possível concluir que 53% da população cativa presente na localidade foram designados como solteiros e 22% como casados.

Todavia, os resultados referentes ao estado civil dos mancipios presentes no Alto do Termo da Borda do Campo permitiu-nos contemplar apenas parte desta realidade, uma vez que para que estes dados fossem confirmados seria-nos necessário realizar o cruzamento entre a Lista de 1831, os inventários *post-mortem* e os registros paroquiais de batismo que dispomos<sup>12</sup>. Outro fator a ser considerado na análise do estado-civil destes cativos foi a não

<sup>11</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial, Barbacena, 1791/1822*. (Dissertação de Mestrado em História) - Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 125-127; RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha: Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821*. (Dissertação de Mestrado) - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008. p. 81.

<sup>12</sup> Cabe-nos destacar que o resultado do cruzamento entre a Lista Nominativa de 1831 com as demais fontes por nós mencionadas serão apresentadas em trabalho futuro, visto que ambos os documentos, registros paroquiais de batismo e inventários *post-mortem*, encontram-se ainda em fase de coleta e análise.

constatação de uniões consensuais. Durante os séculos XVIII e XIX eram consideradas como uniões estáveis e legalmente oficializadas, somente aqueles matrimônios que contassem com as bênçãos da Igreja Católica, fazendo com que todas as demais relações estabelecidas por estes cativos, apesar de estáveis e duradouras, não fossem registradas nos documentos analisados<sup>13</sup>.

Caracterizada a população livre e cativa presente na localidade, resta-nos descrever a composição da chefia dos fogos presente nos seis povoados. Ao todo foram analisados 652 fogos, sendo 380 (58%) chefiados por indivíduos brancos e 272 (42%) chefiados por indivíduos não brancos livres<sup>14</sup>. Tanto entre os homens e mulheres brancos quanto dentre os homens e mulheres não brancos livres, a chefia dos fogos foi predominantemente masculina, pois dos 380 proprietários brancos, 314 eram homens e apenas 66 eram mulheres. Já entre os chefes não brancos livres, 215 domicílios contavam com a chefia masculina, e somente em 19% destes fogos as mulheres apareceram como a “cabeça” da residência.

Tais resultados corroboram com as análises de Donald Ramos, que ao verificar os fogos presentes em Vila Rica entre os anos de 1754 a 1838 percebeu que embora as residências chefiadas por mulheres alcançassem números bastante expressivos na localidade, a presença dos homens na chefia das propriedades era ainda preponderante<sup>15</sup>. Situação semelhante foi relatada por Romilda Oliveira Alves, que ao estudar a região de Mariana em Minas Gerais percebeu que os domicílios das áreas rurais eram chefiados majoritariamente por homens, havendo poucos fogos chefiados por mulheres<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Neste sentido ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*, 1998. p. 325; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 45; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*, 1988. p. 313; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 313; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava-Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 156.

<sup>14</sup> No que concerne ao total de fogos chefiados por homens e mulheres brancos e não brancos livres vale ressaltar que dos 529 homens contabilizados como chefes de domicílio, percebemos que 215 eram chefes não brancos livres, ou seja, 40,6% do total de homens chefes de domicílio eram pardos, crioulos, africanos ou mestiços, e 59,4% eram homens brancos. Já entre as mulheres, das 123 chefes de domicílio analisadas, 46,4% eram não brancas livres, e 53,6% eram mulheres brancas. Tais dados poderão ser confirmados por meio da análise da Lista Nominativa de 1831, a qual se encontra atualmente digitalizada e disponibilizada pelo site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>15</sup> RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Anais do Congresso sobre a História da população na América Latina*, 1989, Ouro Preto. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.155.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Romilda Alves. Mulheres solteiras chefes de domicílio: Mariana 1807 -1822. In: *Associação Nacional de História (ANPUH), XXIV Simpósio Nacional de História*. Anais. São Leopoldo, 2007. p. 5.

Por fim, resta-nos analisar o número de cativos presentes nas propriedades que compunham a localidade. Para melhor perceber a distribuição do contingente mancipio pelos 652 fogos analisados, delimitamos as seguintes estruturas de posse: as propriedades sem nenhum cativo em sua composição social, aqueles domicílios que contavam com um a três escravos em sua estrutura, as propriedades que detinham de quatro a seis mancipios, as que possuíam de sete a dez cativos, e as que contavam com 11 a 15, 16 a 20, 21 a 30 e mais de 30 escravos. O quadro abaixo relewa o tamanho das propriedades encontradas no Alto do Termo da Borda do Campo:

**Quadro 4: O tamanho das propriedades do Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**

POVOADOS	Nenhum Escravo		1 a 3 Escravos		4 a 6 Escravos		7 a 10 Escravos		11 a 15 Escravos		16 a 20 Escravos		21 a 30 Escravos		+ 30 Escravos		TOTAL DE DOMICÍLIOS EM CADA POVOADO
Ibertioga	51		10		9		4		4		4		5		1		88
N.S.C. Ibitipoca	70		23		16		10		7		1		4		1		132
R. Alberto Dias	63		33		14		7		5		2		1		2		127
S. Rita. Ibitipoca	67		20		9		6		15		6		4		2		129
S. do Garambéu	48		16		10		3		2		4		2		1		86
S. Domingos da Bocaina	60		12		3		5		4		1		3		2		90
<b>TOTAL</b>	<b>359</b>	<b>55%</b>	<b>114</b>	<b>18%</b>	<b>61</b>	<b>9%</b>	<b>35</b>	<b>5%</b>	<b>37</b>	<b>6%</b>	<b>18</b>	<b>3%</b>	<b>19</b>	<b>3%</b>	<b>9</b>	<b>1%</b>	<b>652</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

A partir do quadro exposto foi-nos possível perceber que dos 652 fogos analisados, 359 não contavam com a presença de nenhum escravo, ou seja, que 55% dos domicílios presentes na localidade não tinham mão de obra mancipia em sua composição social. Em seguida notamos a presença daqueles proprietários que continham de um a três cativos em suas unidades produtivas, os quais representaram neste contexto 18% dos chefes de domicílio, perfazendo um total de 114 homens e mulheres. Todavia, ainda que a presença

destas pequenas unidades produtivas mostre-se evidente, cabe-nos destacar que nesta localidade houve espaço também para o estabelecimento de médias e grandes propriedades<sup>17</sup>.

Como podemos perceber no Alto do Termo da Borda do Campo houve o predomínio das pequenas propriedades, em especial daqueles domicílios que contavam com a mão de obra de um até três mancípios. A supremacia de pequenas propriedades na região da Comarca do Rio das Mortes pôde ser comprovada também por outros estudiosos, como por exemplo, Adriano Braga Teixeira e Ana Paula Rangel, que ao estudarem a região de Barbacena verificaram a superioridade de unidades produtivas de pequeno porte<sup>18</sup>. Ademais, tais resultados ratificam as constatações de Francisco Vidal Luna e Douglas Libby ao destacarem que no território de Minas Gerais a presença do pequeno proprietário fez-se hegemônica<sup>19</sup>.

### **As escravarias com até três cativos**

A análise da Lista Nominativa para o ano de 1831 permitiu-nos perceber que no Alto do Termo da Borda do Campo houve o predomínio daquelas propriedades sem nenhum ou com até três cativos em sua composição social. Desta forma, após apresentar as características gerais dos seis povoados que compunham a localidade, passaremos a analisar

---

<sup>17</sup> Comumente a historiografia tendeu a designar como “pequenos proprietários” aqueles indivíduos com a posse de cinco a dez escravos. Ver: LIBBY, Douglas. C. As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria. E. L.; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 01*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na Praça do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos, In: LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo, FIFE/PIONEIRA, p. 31-55, 1982. Todavia, no nosso caso em específico, elegemos como “pequena propriedade” aquelas unidades que contavam com a presença de até três cativos em sua composição social, pois além da superioridade numérica dos domicílios com a presença de um a três mancípios, acreditamos que a posse de cinco ou mais cativos poderia vir a modificar o nível de produção destes pequenos proprietários, alterando conseqüentemente a estrutura domiciliar e a importância que a mão de obra familiar desempenhou dentro destas unidades.

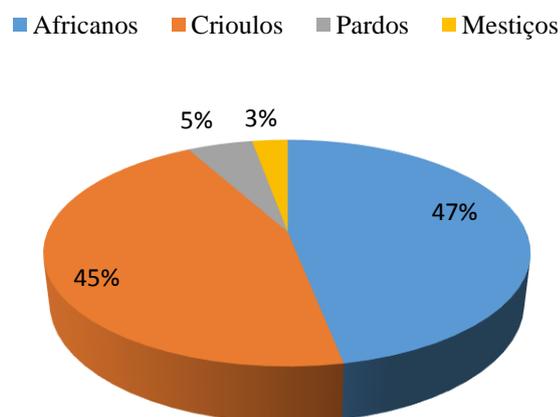
<sup>18</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial, Barbacena, 1791/1822*, 2007. p. 85; RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha*, 2008. p. 102.

<sup>19</sup> LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718), In: BARRETO, A. E.M. et alii. *História Econômica: Ensaio*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1983. p. 35-41; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1988. p. 135.

especificamente, aqueles domicílios em que foram constatados a presença de um a três mancípios<sup>20</sup>.

Nesta nova amostragem foram analisados 114 fogos, os quais em conjunto apresentaram um total de 213 escravos entre crianças, adultos e idosos. Destes cativos, 100 foram arrolados como africanos, 96 designados como crioulos, 11 como pardos e seis listados como mestiços. O gráfico abaixo nos apresenta os dados expostos em porcentagem:

**Gráfico 2: Origem Escravos - Propriedades com até três cativos - Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**



**Fonte:** Lista Nominativa, 1831 – CEDEPLAR. \* O gráfico 2 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 114 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social. Desta forma, a proporção de cativos africanos, crioulos, pardos e mestiços foi obtida através da contagem dos 213 escravos que foram contabilizados nestes domicílios.

<sup>20</sup> Vale destacar que todos os dados, quadros e gráficos que serão expostos nesta parte do trabalho referem-se, especificamente, àquelas propriedades que contavam com até três mancípios em sua composição social.

Nestas pequenas propriedades foi-nos possível constatar o predomínio, ainda que diminuto, dos escravos africanos sob os crioulos. Os africanos representaram neste novo contexto 47% da população mancipia, um número bastante expressivo se tomarmos como base o fato desta localidade estar mais afastada dos grandes centros mineradores do século XVIII e ser composta majoritariamente por pequenas propriedades.

No que se refere ao sexo destes cativos, em relação aos mancipios africanos constatamos o predomínio do sexo masculino, com 70 indivíduos homens e apenas 30 mulheres. Já entre os mancipios crioulos notamos um maior equilíbrio sexual, pois dos 96 cativos 46 eram homens e 50 eram mulheres. Dentre os cativos pardos constatamos a presença de oito homens e três mulheres, e entre os mestiços havia quatro mulheres e dois homens.

A razão de sexo encontrada entre os cativos presentes nestes domicílios permitiu-nos inferir que tal como nas demais propriedades existentes na localidade, a reposição da mão de obra nestas pequenas unidades produtivas se dava tanto pela reprodução natural quanto pelo tráfico de escravos. Como vimos anteriormente, o maior equilíbrio sexual encontrado entre os cativos crioulos tornava evidente a reprodução natural existente entre estes mancipios. Já a maior incidência de homens africanos e o consequente desequilíbrio sexual existente entre estes escravos, revelaram-nos que estes pequenos proprietários possivelmente utilizavam-se também do acesso ao tráfico de escravos como um dos mecanismos para reposição da mão de obra em suas pequenas escravarias<sup>21</sup>.

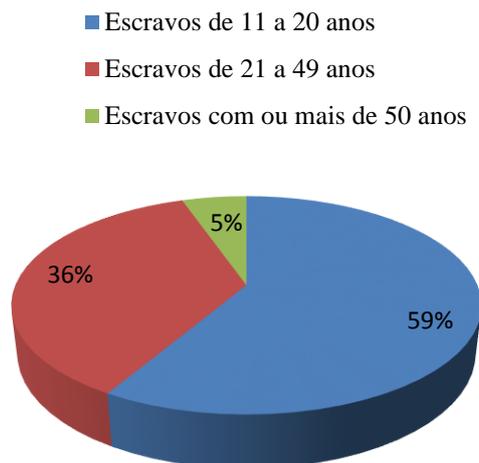
A confirmação de que estes pequenos proprietários recorriam ao tráfico de escravos para manutenção e/ou ampliação de suas unidades produtivas, tornou-se mais evidente ao analisarmos a idade dos mancipios que se encontravam presentes nestes domicílios. Na Lista de 1831 percebemos que a maior parte dos mancipios nascidos no Brasil enquadrava-se na faixa etária de 11 a 20 anos. Já a os cativos africanos, em sua maioria, apresentaram idades

---

<sup>21</sup> A esse respeito ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*, 1999, p. 262; PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e espaço no século XIX mineiro*, 1995, vol. 1, p. 103.

variáveis entre 21 e 49 anos, ou seja, estavam predominantemente inseridos na categoria de adultos<sup>22</sup>. Tais informações podem ser melhor observadas nos gráficos abaixo:

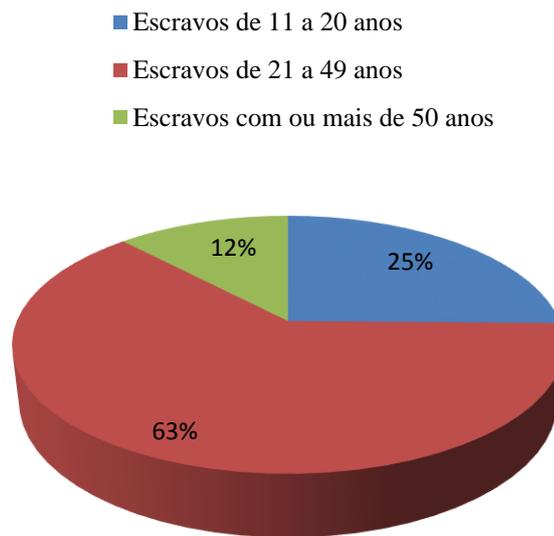
**Gráfico 3: Idade dos escravos Crioulos - Propriedades com até três cativos - Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**



**Fonte:** Listas Nominativas de 1831/ CEDEPLAR. \* **Fonte:** Lista Nominativa, 1831 – CEDEPLAR. \* O gráfico 3 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 114 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social. Desta forma, os dados obtidos referem-se as idades dos 96 crioulos que foram contabilizados nestes domicílios.

<sup>22</sup> A faixa-etária na qual estava inserido um escravo que se encontrava em idade produtiva poderia variar segundo as interpretações de cada autor. O estudioso Iraci Costa localiza a idade ativa entre 15 e 64 anos. Ver: *Arraia Miúda*: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP editores, 1992, p.25. Já o pesquisador Carlos Bacellar desloca essa faixa para entre 8 e 50 anos. Ver: BACELLAR, Carlos de Almeida. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*: Sorocaba séculos XVIII e XIX. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.148. Bergad fala em melhor idade útil para os escravos entre 15 e 40 anos. Ver: BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p.222. E Stuart Schwartz aponta essa faixa para entre 14 e 44. Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*, 1988. p. 127.

**Gráfico 4: Idade dos escravos Africanos - Propriedades com até três cativos - Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**



**Fonte:** Listas Nominativas de 1831/ CEDEPLAR. \*  
O gráfico 4 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 114 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social. Desta forma, os dados obtidos referem-se as idades dos 100 africanos que foram contabilizados nestes domicílios.

A análise dos gráficos três e quatro permitiu-nos constatar que 63% dos africanos que compunham as pequenas escravarias do Alto do Termo da Borda do Campo encontravam-se em idade produtiva. Estes escravos em idade produtiva eram considerados mais aptos ao trabalho do que os africanos idosos, mulheres e crianças, possuindo conseqüentemente, um preço aquisitivo mais elevado no mercado. Desta forma, segundo Marcia Mendes Motta, a sua posse por parte destes homens e mulheres detentores de poucos escravos era muito precária, restando a estes pequenos proprietários a compra de mancipios

africanos em idade mais avançada, bem como de mulheres e crianças, por serem os escravos com os preços mais acessíveis<sup>23</sup>. Entretanto, a análise da Lista de 1831 possibilitou-nos encontrar resultados diferentes dos supracitados, uma vez que foi computado um maior percentual de africanos homens na faixa etária de 21 a 49 anos de idade.

No que se refere à presença de crianças, foi-nos possível contabilizar 27 cativos inocentes entre as 114 propriedades analisadas. Destes 27 escravos, apenas quatro foram designados como africanos, 18 como crioulos, quatro como pardos e um como mestiço. O reduzido número de crianças africanas justificar-se-ia pela pequena importação de infantes advindos da África<sup>24</sup>. Já o maior número de crianças nativas, ratifica a hipótese de que o crescimento vegetativo esteve presente entre a população mancipia analisada.

Tais números, além de comprovar que a reposição de mão de obra escrava destes indivíduos livres se dava por meio de duas vias diferentes, natural e via tráfico, abre-nos margem para formulação de algumas questões: Como estes pequenos proprietários residentes em uma área rural, periférica e afastada dos grandes centros mineradores tiveram acesso a estes escravos oriundos da África? Qual a importância e o significado desta aquisição para estes homens e mulheres livres e detentores de poucos escravos?

Como demonstrado no quadro quatro, a maior parte das propriedades que compunha a localidade não apresentava nenhum cativo em sua composição social, o que nos permitiu afirmar que nem todos aqueles homens e mulheres livres e menos abastados tiveram acesso à mão de obra mancipia naqueles povoados. No entanto, em 114 domicílios foi-nos possível constatar a presença de um a três mancipios, revelando-nos que em algum momento ao longo da vida destes indivíduos a compra de escravos lhes foi acessível, possibilitando até mesmo aos mais pobres, inclusive aos pardos que tivessem acumulado algum pecúlio, a aquisição de um ou mais escravos. Outra suposição é que além do possível acúmulo de excedentes, estes africanos poderiam estar sendo adquiridos através de empréstimos feitos com os grandes proprietários da região. Todavia, como os inventários post-mortem

---

<sup>23</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas "bandas d'além": fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1989, p. 12-13.

<sup>24</sup> Neste sentido ver: KLEIN, Herbert. O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro, 1825-1830. In: *Anais de História*, Assis, n.5, 1973.p.85-101; FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790 - 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 136.

encontram-se ainda em fase de coleta e análise, torna-se impossível pelo menos por agora, comprovar a veracidade desta hipótese.

Apresentadas a origem, predominância do sexo e idade dos escravos que compunham os seis povoados, buscaremos analisar o estado-civil dos mesmos. Desta forma, dentre os escravos presentes nestas pequenas propriedades foi-nos possível constatar que dos 213 escravos contabilizados, 170 foram designados como solteiros, 18 como casados, 24 intitulados como “sem informação”, e apenas um listado como viúvo. Não obstante, torna-se necessário destacar que os números de escravos casados e solteiros presentes nestas pequenas propriedades não devem ser entendidos como uma representação completamente fidedigna da realidade, uma vez que esbarram nas limitações impostas pelas fontes.

Como já mencionamos, as Listas Nominativas tendiam a listar somente aquelas uniões oficialmente sacramentadas pela Igreja Católica. Porém, como muitos eram os entraves burocráticos impostos à realização dos matrimônios entre os mancípios<sup>25</sup>, mesmo quando as uniões matrimoniais nos moldes cristãos não se tornavam efetivas, estes escravos buscavam constantemente outros meios para formulação de laços familiares, como por exemplo, a realização de uniões consensuais<sup>26</sup>. Este parece ter sido o caso dos cativos que compunham a reduzida escravaria de Tomás da Silva Braga, proprietário casado, de 44 anos, residente no povoado de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca. Nesta pequena propriedade residia o crioulo Miguel de 49 anos, intitulado como solteiro, a africana Joana de 27, também listada como solteira, e a pequena Delfina, crioula de dois anos, referenciada como “sem informação”.<sup>27</sup>

Ademais, o baixo percentual de escravos casados ratifica a premissa historiográfica de que nas pequenas propriedades os escravos tendiam a se casar menos. Nestas pequenas unidades produtivas, devido ao reduzido número de escravos, fazia-se necessário a busca por parceiros livres ou mancípios residentes em outros plantéis, fator que acabava por minimizar as chances de se legalizar estas uniões. Inversamente, nas grandes propriedades as mulheres

---

<sup>25</sup> CASTRO, Faria, Sheila. *A Colônia em movimento*, 1998, p. 58.

<sup>26</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999, p. 47.

<sup>27</sup> Fonte: Listas Nominativas de 1831 disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

dispunham de melhores e maiores oportunidades de encontrar um parceiro, justificando-se assim o maior percentual de escravos legalmente casados<sup>28</sup>.

Ao contabilizarmos separadamente o estado-civil dos 96 crioulos, 100 africanos, 11 pardos e seis mestiços, nos deparamos com um total de 15 africanos designados como casados, e apenas três crioulos com o mesmo estado-civil. Nenhum dos pardos ou mestiços avaliados apresentou o estado-civil de casados, sendo todos eles designados como solteiros ou “sem informação”. O quadro a seguir apresenta o estado-civil dos 213 cativos contabilizados:

**Quadro 5: Escravos: Estado-Civil – Propriedades com até três cativos - Alto do Termo da Borda do Campo – 1831**

<b>Cativos</b>	Crioulos	%	Africanos	%	Pardos	%	Mestiços	%
<b>Casados</b>	3	3,2	15	15	--	--	--	--
<b>Solteiros</b>	78	81,4	81	81	6	54,5	5	83,3
<b>Sem informação</b>	15	15,4	3	3	5	45,5	1	16,7
<b>Viúvos</b>	0	-	1	1	--	--	--	--
<b>Total</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014. \* O quadro 5 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 114 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social. Desta forma, os dados obtidos referem-se ao estado-civil dos 213 cativos que foram contabilizados nestes domicílios.

Através do quadro cinco foi-nos possível verificar que a maior parte dos cativos designados como casados eram africanos. Assim, em hipótese e corroborando com a argumentação de João Fragoso, acreditamos que após serem desenraizados de forma violenta pelo tráfico escravo atlântico, estes africanos tinham pressa em constituir laços de sociabilidade na nova terra, buscando parceiros que lhes permitissem a constituição de uma família e, portanto, uma maior integração nos plantéis<sup>29</sup>.

<sup>28</sup> Para maiores informações ver: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*, 1999. p. 131; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*, 1999. p. 81, dentre outros.

<sup>29</sup> FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fatima, Maria, de. (Org). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Vol. 3. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 286.

Analisado o perfil dos cativos presentes nestas 114 pequenas propriedades, resta-nos expor o perfil destes homens e mulheres que detinham sob sua posse este reduzido número de cativos. Dos 114 indivíduos computados foram contabilizados 90 chefes de domicílio homens e apenas 24 mulheres, o que corresponde a 78,7% e 21,3% respectivamente. Destes 90 homens, 69 foram designados na Lista Nominativa como brancos, 19 como pardos e apenas dois como crioulos, perfazendo um total de 69 proprietários brancos livres e 21 não brancos livres. No que se refere às mulheres, 11 delas apareceram na Lista como brancas, dez como pardas e três designadas como crioulas. Constatamos assim um total de 11 mulheres brancas livres e 12 proprietárias não brancas livres. O quadro abaixo nos permite uma melhor visualização dos dados:

**Quadro 6: Chefes dos Fogos por sexo e cor – Proprietários com até três cativos – Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**

Cor	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
<b>Branco</b>	69	76,7	11	45,9	80	70,3
<b>Pardo</b>	19	21,1	10	41,5	29	25,4
<b>Crioulo</b>	2	2,2	3	12,6	5	4,3
<b>Total</b>	<b>90</b>	--	<b>24</b>	--	<b>114</b>	<b>100</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\* O quadro 6 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 114 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social. Desta forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos 114 chefes de domicílio que foram encontrados.

Dos 114 proprietários analisados, 70,3% destes homens e mulheres eram brancos, e 29,7% não brancos livres, dentre eles pardos e crioulos. Tais resultados permitiu-nos verificar que tal como na análise geral, dentre os proprietários com até três cativos também prevaleceu àqueles domicílios chefiados por homens brancos. Outra semelhança foi o predomínio dos pardos entre aqueles indivíduos que compunham o grupo dos não brancos livres, uma vez que dos 34 indivíduos não brancos chefes de domicílio, 29 foram listados como pardos e apenas cinco como crioulos.

No que concerne ao estado-civil destes proprietários, foi-nos possível perceber que 82 indivíduos eram casados, nove eram solteiros e 23 eram viúvos. Destes 82 chefes casados, 79 eram homens e apenas três eram mulheres. Já entre os viúvos, foi-nos possível perceber

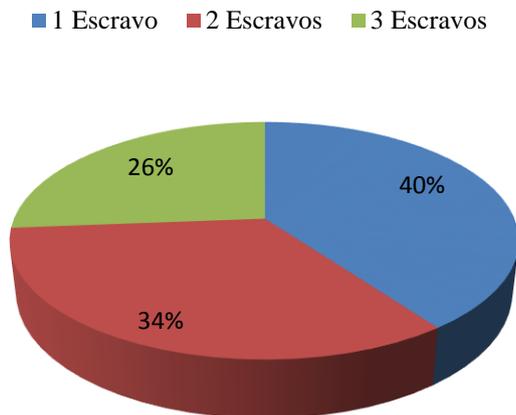
a maior incidência de mulheres assim designadas, uma vez que dos 23 viúvos listados apenas quatro eram homens e 19 eram do sexo feminino. Dentre os solteiros sete eram homens e dois eram mulheres. Tais números permitiu-nos inferir que a maior parte dos proprietários do sexo masculino que continham até três cativos eram casados, viviam com suas famílias e encontravam-se estabelecidos em pequenos domicílios autônomos. Estes fogos eram sustentados principalmente pela produção de subsistência e mantidos pela força do trabalho familiar associado à mão de obra cativa.

Já entre as mulheres que atuavam como chefes de domicílio, houve a superioridade das viúvas, as quais juntamente com seus filhos e escravos mantinham a propriedade. A maior incidência de mulheres viúvas permitiu-nos aventar a hipótese de que após a morte dos cônjuges estas passavam a atuar como as principais responsáveis pelo domicílio, herdando pelo menos em um primeiro momento, a propriedade e os cativos presentes na residência.

No que tange a idade destes homens e mulheres chefes de domicílio, foi-nos possível perceber que a idade média encontrada para os homens foi de 39,6 anos. Destes, 48,9% tinham mais de 40 anos. As mulheres apresentaram idade média superior à dos homens (57 anos), sendo que 54,7% delas tinham idade superior ou igual a 50 anos. Essas mulheres encontravam-se, portanto, em uma fase mais envelhecida do ciclo de vida que os homens proprietários, isto porque como já dissemos, entre elas predominavam as viúvas.

Por meio da Lista Nominativa para o ano de 1831 foi-nos possível também perceber a estrutura de posse destes indivíduos. Como sabemos, as escravarias destes pequenos proprietários contou com a presença de um até três cativos, assim, dos 114 proprietários analisados, 45 apresentaram a posse de apenas um cativo em sua residência, 39 tinham dois escravos e 30 possuíam três mancípios. Para melhor avaliar a estrutura de posse destes pequenos proprietários, analisamos separadamente a composição das escravarias dos chefes brancos e não brancos livres.

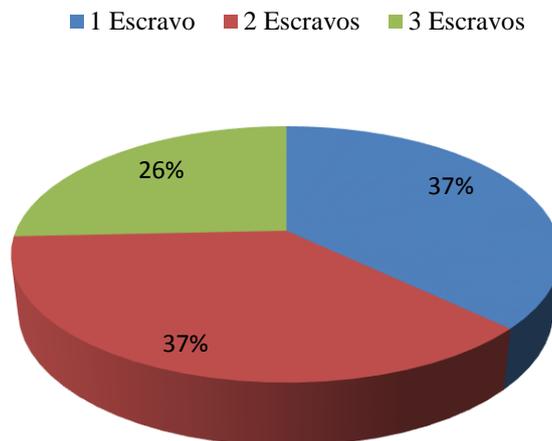
**Gráfico 5: Posse de Escravos dos Chefes Brancos - Proprietários com até três cativos - Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**



**Fonte:** Listas Nominativas de 1831/ CEDEPLAR.

\* O gráfico 5 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 80 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social, chefiadas por homens e mulheres brancos. Desta forma, os dados obtidos referem-se ao número de escravos que se encontravam presentes nestes 80 domicílios.

**Gráfico 6: Posse de Escravos dos Chefes Não Brancos Livres - Proprietários com até três cativos - Alto do Termo da Borda do Campo, 1831**



**Fonte:** Listas Nominativas de 1831/ CEDEPLAR.  
 \* O gráfico 6 foi elaborado a partir da análise da composição sócio-demográfica das 34 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social, chefiadas por homens e mulheres não brancos livres. Desta forma, os dados obtidos referem-se ao número de escravos que se encontravam presentes nestes 34 domicílios.

Em estudo recente, ao analisar a região do Paraná, Cacilda Machado constatou que os domicílios dos não brancos livres tendiam a ser menores, uma vez que aparentemente os proprietários brancos tinham uma maior capacidade de comportar parentes, agregados e incorporar escravos em suas residências<sup>30</sup>. O mesmo não pôde ser afirmado para o Alto do Termo da Borda do Campo, uma vez que tanto dentre os proprietários brancos, como entre os chefes não brancos livres houve o predomínio daquelas propriedades que contavam com a presença de somente um cativo em sua composição social.

Quanto à ocupação destes pequenos proprietários e cativos, só tivemos acesso a estas informações em duas das seis Listas Nominativas por nós analisadas<sup>31</sup>. Deste modo, apenas

<sup>30</sup> MACHADO, Cacilda. *Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, na passagem do século XVIII para o XIX*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 9, 2008, p. 11.

<sup>31</sup> A omissão destes dados parece ter sido uma constante, sendo destacada também por Godoy e Paiva. Estes autores ressaltaram que entre as variáveis do Censo de 1831, as informações sobre a ocupação dos habitantes

temos dados referentes à profissão desempenhada por estes indivíduos nos povoados de Ribeirão de Alberto Dias e Santana do Garambéu. Dos 49 proprietários analisados, 37 eram homens e 12 eram mulheres. Destes 37 homens, 17 tiveram a profissão designada como “de roça”, cinco foram descritos como lavradores, três como fazendeiros e três como carpinteiros. Além destes constatamos a presença de dois jornaleiros, dois agentes, um negociante, um rancheiro, um agricultor e um sapateiro. Das 12 mulheres analisadas, obtivemos informação somente para seis, das quais cinco foram listadas como fiadeiras e uma como costureira.

Como não dispomos destas informações para os outros quatro povoados que compunham o Alto do Termo da Borda do Campo, torna-se inviável deduzir ou inferir qualquer raciocínio prévio, todavia, tomando como base a avaliação dos dados expostos, cabe-nos destacar alguns pareceres iniciais. Como vimos, a maioria dos proprietários homens nestes dois povoados desempenhavam as ocupações “de roça” ou lavradores, resultados já presumíveis, uma vez que esta era uma localidade composta por pequenas propriedades que além de estarem voltadas para o abastecimento interno, encontravam-se mais distante dos grandes centros de revenda de produtos locais.

Em relação às ocupações femininas, alguns autores têm destacado a importância das atividades têxteis como a fiação, tecelagem e a costura desempenhada pelas mulheres nestes pequenos domicílios<sup>32</sup>. Como afirmou Sílvia Brugger, estas atividades têxteis eram compatíveis com as demais atribuições designadas às mulheres, pois além de serem executadas no recôndito do lar, em alguns casos podiam também contribuir na manutenção destas pequenas propriedades<sup>33</sup>.

No que concerne às profissões desempenhadas pelos cativos nestes dois povoados, constatamos que das 31 mulheres analisadas, 21 escravas foram listadas como fiadeiras, duas

---

presentes nos domicílios representaram o maior desafio de se trabalhar com esta fonte histórica. Segundo os mesmos, a complexidade das categorias apresentadas, a diversidade dos padrões informativos e principalmente, a inexistência de parâmetros ou técnicas dos recenseadores, acabaram por inviabilizar a consistência destas informações, criando uma grande lacuna no que se refere às atividades de ocupação desempenhada pelos chefes e demais membros da unidade domiciliar. Ver: GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura populacional da província de Minas Gerais, 2010. p. 163.

<sup>32</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1988, p. 187-199.

<sup>33</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007. p. 229.

como cozinheiras e uma como costureira. Para as outras sete mulheres não obtivemos nenhuma informação quanto as suas ocupações. Dentre os cativos homens, dos 43 mancípios computados, 22 tiveram a profissão designada como “de roça”, cinco foram descritos como lavradores, dois como ferreiros e um como carpinteiro. Para os demais cativos homens presentes nestes dois povoados a Lista Nominativa não nos forneceu qualquer informação.

Podemos perceber que como entre as mulheres chefes de domicílio, entre as escravas também houve o predomínio da profissão de fiadeiras. Tais dados nos permitiu inferir, que ao menos nestes dois povoados, estas atividades têxteis estavam disseminadas entre as mulheres de diferentes grupos sociais presente na localidade, o que tende a confirmar a importância do trabalho feminino para a manutenção destas pequenas unidades produtivas.

Vale ressaltar por fim, que mesmo se tratando de um ambiente rural, para os escravos a especialização de um ofício podia significar uma forma de distinção social, uma vez que como afirmou Stuart Schwartz, a realização de tarefas específicas podia contribuir para produção de excedentes no domicílio, sendo possível a estes mancípios conseguir em alguns casos, até mesmo a aquisição de pequenos rendimentos resultantes de seus aperfeiçoamentos profissionais<sup>34</sup>.

### **Considerações Finais**

A Lista Nominativa de Habitantes de 1831 permitiu-nos avançar um pouco mais no conhecimento da população livre e escrava da Província de Minas Gerais no século XIX. Por meio da análise desta fonte documental, foi-nos possível analisar as principais características sócio-demográficas dos seis povoados que compunham o Alto do Termo da Borda do Campo, contribuindo para um melhor entendimento a cerca da composição social da população presente nas áreas mais afastadas da Comarca do Rio das Mortes.

Inicialmente optamos por apresentar os aspectos gerais destes seis povoados, englobando na análise os 652 fogos presentes no local. Este levantamento geral nos possibilitou perceber que esta era uma localidade composta primordialmente por aquelas

---

<sup>34</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*, 1988, p. 45 – 59.

propriedades que não contavam com a presença de nenhum cativo em sua composição social, seguido por aqueles domicílios que contavam com a existência de um a três mancipios.

Ademais, esta análise geral permitiu-nos constatar também que embora esta fosse uma área mais afastada dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, com a produção voltada para a subsistência e a presença hegemônica de pequenas propriedades, houve também espaço para a inserção de indivíduos mais abastados com um considerável cabedal de escravos. Tais dados nos permitiu inferir que a escravidão foi uma instituição altamente difundida também em economias de abastecimento interno, como era o caso do Alto do Termo da Borda do Campo.

Mais especificamente, na análise das propriedades que continham de um a três cativos foi-nos possível verificar através dos 114 domicílios avaliados, o predomínio, ainda que diminuto, dos cativos africanos sob os crioulos. Estes resultados permitiu-nos concluir que apesar do alto custo despendido para adquirir escravos oriundos da África, estes pequenos proprietários recorriam também a esta mão de obra, utilizando-se do tráfico como uma das ferramentas para reposição de suas reduzidas escravarias.

Por meio da caracterização dos proprietários que continham até três cativos foi-nos possível identificar diversos aspectos acerca destes indivíduos, dentre os quais a baixa representatividade das mulheres atuando como chefes de domicílio, bem como a maior incidência de homens brancos, casados, com idade superior a 40 anos. No que concerne à estrutura de posse existente nestas pequenas unidades, constatamos a maior incidência daqueles domicílios com a presença de apenas um cativo, tanto entre os indivíduos brancos, quanto entre os não brancos livres.

Por fim, e como foi ressaltado ao longo do presente trabalho, esta é uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, sendo, portanto, o ponto inicial para futuras reflexões e análises. Vale advertir também, que a escolha da Lista Nominativa representa um corte no tempo e no espaço, ou seja, os dados apresentados se referem especificamente as características desses povoados no ano de 1831, não podendo ser estes resultados considerados válidos para os anos anteriores ou subsequentes a esta data.

# O tratamento pedagógico do patrimônio cultural nos livros didáticos de História Regional e as premissas para o ensino de história nos anos iniciais<sup>1</sup>

The pedagogical treatment of cultural heritage in textbooks of Regional History and the premises for the teaching of history in the early years

**Danielle da Silva Ferreira**

Mestre em História

Universidade Federal Rural de Pernambuco

[daniellesilvaferreira@hotmail.com](mailto:daniellesilvaferreira@hotmail.com)

**Marta Margarida de Andrade Lima**

Doutora em Educação

Universidade Federal Rural de Pernambuco

[martamargarida.lima@gmail.com](mailto:martamargarida.lima@gmail.com)

**Maria Ângela de Faria Grillo**

Doutora em História

Universidade Federal Rural de Pernambuco

[lagrillo@msn.com](mailto:lagrillo@msn.com)

Recebido: 15/06/2015

Aprovado: 22/07/2015

**RESUMO:** Esse texto busca analisar os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam o ensino de história nos anos iniciais da escolarização básica e a problemática da utilização do conhecimento histórico sobre o Patrimônio Cultural como arcabouço epistemológico para fundamentar as práticas educativas nesse nível. Consideramos que no universo educativo a utilização do livro didático permeia, por excelência, as práticas do ensino de história, por isso nosso olhar também é lançado sobre este, reconhecendo que ele pode ser um dos principais referenciais historiográficos tanto para professores quanto para estudantes. As discussões sobre a inserção de diferentes objetos de pesquisa histórica também nas perspectivas de ensino fazem parte de uma proposta contemporânea de aproximação do conhecimento histórico escolar com o conhecimento da ciência de referência, dadas as devidas esfericidades. Nesse sentido, compreendemos a presença dos estudos sobre

---

<sup>1</sup> Esse texto faz parte do trabalho de dissertação intitulado “O patrimônio cultural pernambucano nos livros didáticos de História Regional: tecendo a formação histórica nos anos iniciais da educação básica”, defendido em fevereiro de 2015 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultural Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Patrimônio Cultural nos anos iniciais, a partir da sua inserção como tema de estudo nos livros regionais, como caminho para fugir do verbalismo historicamente consolidado no tratamento do conhecimento histórico na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História, Anos iniciais, Patrimônio Cultural.

**ABSTRACT:** This text analyze the theoretical and methodological aspects underlying the history of education in the early years of basic education and the issue of using historical knowledge about the cultural heritage as epistemological framework to support the educational practices that level. We believe that the educational universe using the textbook permeates par excellence, the practices of history teaching, so our gaze is also released on this, recognizing that it can be one of the main historiographical reference for both teachers and for students. Discussions on the inclusion of different historical research objects also in educational perspectives are part of a contemporary approach proposed school historical knowledge with the knowledge of science reference, given the necessary esfericidades. In this sense, we understand the presence of studies on Cultural Heritage in the early years, from its inclusion as a subject of study in regional books as a way to escape the historically consolidated verbalism in the treatment of historical knowledge in school.

**KEYWORDS:** History teaching; Early years; Cultural heritage

### Preâmbulos de uma discussão

Patrimônio cultural é um tema bastante polêmico, tendo em vista a multiplicidade de sentidos e interpretações que podem ser atribuídas a este objeto de estudo. Ele pode ter seu sentido relacionado a questões arquitetônicas, questões políticas, de valor pecuniário, questões turísticas, questões históricas e educativas/educacionais, sendo estas últimas o foco desse texto. No trabalho que dá origem a este artigo a problemática da pesquisa foi analisar como o patrimônio cultural do estado de Pernambuco transformava-se em conteúdo de formação escolar em livros didáticos de História Regional, adotados no estado nos últimos 11 anos<sup>2</sup>, e como estes orientavam a abordagem histórica e pedagógica do Patrimônio.

Nesse sentido, fazemos aqui um recorte que inclui as formas de abordagem do patrimônio cultural pelo seu viés do conhecimento histórico escolar, inserido nos livros didáticos de História Regional – publicações que atendem aos quatro e quinto ano a escolarização básica obrigatória. Nesse recorte pensamos a dimensão e o significado do trabalho com a temática patrimonial observando a que finalidades ele deve atender, ou seja,

---

<sup>2</sup> CAVALCANTI, Erinaldo. *Pernambuco de muitas histórias: historia do estado de Pernambuco*. São Paulo: Moderna, 2011; OLSZEWSKI, Katia. SOURIENT, Lilian. RAMOS, Lielba. *Interagindo e Percebendo Pernambuco: História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2001; SIELBERT, Célia. *História de Pernambuco*. São Paulo: FTD, 2001; SOURIENT, Lilian. RUDEK, Roseni. CAMARGO, Rosiane. *Pernambuco: Interagindo com a História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2005; TEIXEIRA, Francisco. *História: Pernambuco*. São Paulo: Ática, 2004, 2006 e 2011.

sobre o que se propõe o conhecimento histórico escolar para esse nível de ensino. As obras regionais contemplam o ensino de História Regional e, por inferência, espera-se que dediquem espaço à discussão sobre o Patrimônio Cultural do estado a que se referem, no nosso caso, Pernambuco.

As reflexões que seguem a partir de agora buscam compreender o que significa aprender e ensinar História Regional nos anos iniciais, as definições sobre o livro regional, a relevância da abordagem do conhecimento sobre o Patrimônio Cultural para os anos iniciais da escolaridade básica partindo do que pode ser ofertado nas obras e as contribuições dessa temática para o atendimento das demandas educacionais curriculares para o ensino de história nesse nível.

### **Sobre aprender e ensinar História Regional nos anos iniciais**

A abordagem de temáticas locais/regionais se situa no contexto de renovação historiográfica mais recente, remetido especialmente ao final da década de 1980<sup>3</sup>. Não que esse tipo de conhecimento não fosse antes trabalhado, mas ele passa a existir sobre novas bases.

A partir de então as propostas de ensino de História Regional vem se distanciando de narrativas apenas políticas ou de cunho folclórico e tem se situado no trabalho com as identidades locais, com a percepção sobre a memória mais próxima do aluno nas suas experiências e de seu grupo social, fugindo de dicotomizações hierárquicas ou de polarizações e padronizações culturais.

Cooper<sup>4</sup> e Cainelli<sup>5</sup> concordam que, para um ensino de História significativo, é preciso explicitar para os alunos que relevância histórica os temas de ensino possuem para eles, desenvolver atitudes de respeito e tolerância a partir do trabalho com identidades e diversidades, sem esquecer a relação da História com as demais disciplinas. Assim, ensinar História nos anos iniciais não significa despertar o interesse pelo passado apenas, mas

---

<sup>3</sup> SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de História Local e os desafios da consciência histórica. In. MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlette Medeiros, MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Org) *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2007.

<sup>4</sup> COOPER, Hillary. *Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais: Um guia para professores*. Curitiba: Base Editorial, 2012.

<sup>5</sup> CAINELLI, Marlene. *Educação Histórica: perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental*. Ver. Educar, Especial. Curitiba: UFPR, p. 57-72, 2006.

“proporcionar à criança possibilidades de dialogar com o passado através das vozes e vestígios que o tempo multifacetado permite”<sup>6</sup>.

Ensinar História nesse nível de ensino denota a promoção do fascínio pelo presente a partir do passado que lhe permeia, significa compreender e ler os sentidos que o mundo tem a partir da interpretação das mudanças sociais, da transição das experiências culturais, da percepção que há entre diferentes povos e experiências históricas que produzem diferentes memórias e identidades, do estabelecimento de parâmetros para análise da historicidade dos sujeitos, dos tempos, dos objetos.

O ofício do professor ao trabalhar com o conhecimento histórico regional nos anos iniciais é utilizar materiais didáticos e organizar estratégias de aprendizagem para mediar um conhecimento que contribua para o aluno conceber a sua experiência como uma produção histórica, o seu crescimento físico-intelectual como marco temporal, conhecer as histórias tradicionais do seu lugar de outras épocas, recriar tais histórias. Portanto, ensinar História para os anos iniciais significa oportunizar condições para que o aluno visualize na própria existência possibilidades de interpretação do passado.

Essas são premissas contemporâneas. Ao longo do tempo a trajetória do ensino de História nos anos iniciais foi fortemente marcada por uma suposta “impossibilidade” das crianças em apreender conhecimentos abstratos, de desenvolver saberes relacionados a um passado intangível<sup>7</sup>. Essa afirmativa está ligada às perspectivas sobre aprendizagem derivadas do pensamento piagetiano, produzidas, não só, mas com mais afinco em meados da década de 1980<sup>8</sup>, e que foram interpretadas para servir por muito tempo de justificativa para efetivação do ensino de História apenas a partir do segundo ciclo.

No Brasil, o contexto histórico do final da década de 1980 é caracterizado por uma forte transição política – da ditadura ao regime democrático. Sobressaiam-se nessa época, além das perspectivas epistemológicas da perspectiva piagetiana, os debates sobre a insuficiência da aprendizagem do conhecimento histórico nas bases da disciplina de Estudos

---

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *Educação Histórica*, p. 70-71.

<sup>7</sup> CAINELLI. *Educação Histórica*.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. *Educação Histórica*.

Sociais, discutindo-se sua retirada do currículo para o retorno da disciplina de História, tendo sua obrigatoriedade eleita mais tarde (1996) para os anos iniciais da escolarização básica.

A ideia de que as crianças eram impossibilitadas de abstrair uma forma de conhecimento histórico faz parte também de uma perspectiva metodológica que equacionava o ensino a partir do conhecimento do passado com fim em si mesmo, na ascensão de determinados personagens, de cunho narrativo-memorialístico, sem prezar pelo caráter contínuo do processo de formação histórica, desenhando-o como finito. Esse desenho fez por muito tempo a História escolar ter sua prática orientada através da “memorização de fatos, datas e nomes que podem ser esquecidos tão logo demonstrados nas avaliações escolares”.<sup>9</sup>

Temos hoje um outro caminho. As orientações curriculares atuais sobre o ensino de História nos anos iniciais assumem um caráter multidisciplinar. Tanto as diretrizes do ensino como as investigações acadêmicas sobre conhecimento histórico escolar consideram não só aspectos da psicologia, mas também da cultural local, da antropologia, da neurociência, da sociologia<sup>10</sup>. Essa tendência acontece muito face à dinamicidade do processo de aprendizagem hoje, engendrado de forma intensa, contínua e multifacetada. A superação da interpretação de que crianças não apreendem o conhecimento histórico é uma tarefa consolidada, fundamentada a partir de novas perspectivas de aluno, do professor e do próprio código disciplinar da História, que fortalecem a presença da História Regional nos anos iniciais.

Segundo Cooper<sup>11</sup> as crianças desenvolvem e possuem conhecimentos sobre o passado, mesmo que de forma fragmentada e não mediada sistematicamente pela escola. Em pesquisa realizada pela autora com crianças de 6 a 10 anos em países da Europa, ela percebeu que as crianças relatavam conhecimentos do passado de pessoas da sua família com as quais tiveram algum tipo de experiência mais próxima.

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. CAIMI, Flávia Eloisa. A História ensinada na escola: É possível pensar/agir a partir do todo? Campo Grande: *Revista Interações*, v15, n.1, p. 89-99, jan/jun. 2014.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. *A História ensinada na escola*.

<sup>11</sup> COOPER, Hillary. Aprendendo e Ensinando sobre passado de três a oito anos. *Educar*, Especial, UFPR p 171-190, 2006.

Em suas vivências extraescolares as crianças estão inseridas em contextos que discutem diferentes noções e aspectos da formação histórica, como, por exemplo, sobre tempo – ao recordar de quando eram bebês, quando conversam sobre a vida das pessoas mais velhas do seu grupo de convívio, quando organizam uma narrativa com sequência temporal de eventos do seu cotidiano – quando são apresentadas às fontes – ao observar fotografias, quadros, canções, relatos orais<sup>12</sup> – ou ainda quando dialogam com o patrimônio cultural mais próximo de suas vivências – ao participar de uma prática religiosa em um espaço que podem, tanto a prática como o lugar, ser considerados expressões históricas patrimoniais do lugar onde a criança vive, quando escutam, ressignificam e transmitem contos locais, quando manipulam objetos de arte que caracterizam grupos sociais específicos.

Ao passo que as crianças conseguem organizar oralmente uma sequência lógica de ações, apontando o papel dos sujeitos, seja no reconto de uma história fictícia ou na organização do que aconteceu no seu dia, é possível estabelecer e demonstrar valores culturais, temporalidades e espacialidades distintas indispensáveis à formação do conhecimento histórico.

É no tempo e no espaço vividos que são ancoradas as suas primeiras percepções do mundo e também suas primeiras referências acerca da história. Assim, as propostas de história para tais níveis tomam como ponto de partida os saberes dos estudantes e da cultura escolar, fazendo-os dialogar com os fragmentos de memória da comunidade para se aproximar da história viva, vivida.<sup>13</sup>

Tais informações reforçam que as crianças são familiarizadas e aptas a aprender as noções do conhecimento histórico. Nesse caso é interessante frisar a importância da sistematização dessas informações e a necessidade de organização dos objetivos e conteúdos do ensino de História, contemplando em essência a formação dos estudantes a partir das suas próprias experiências históricas e o seu contexto de vivência.

### **História Regional nas indicações curriculares: algumas críticas**

---

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *Aprendendo e Ensinando sobre passado de três a oito anos*.

<sup>13</sup> CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margaria Maria Dias. *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 71 (Coleção Explorando o Ensino v. 21).

Observando as orientações dadas por documentos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) para os anos iniciais já anunciavam o entendimento de que a construção do conhecimento histórico escolar para esse nível se dá, dentre outras coisas, através do diálogo entre elementos do passado que estão no nosso cotidiano, do conhecimento e questionamento das mudanças e permanências de cunho social, cultural, econômico e político empreendidas na comunidade do aluno, sem negligenciar outras esferas históricas.

Nessa esteira, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010) indicam que as propostas curriculares devem articular os conhecimentos historicamente acumulados por homens e mulheres ao longo do tempo com as vivências e saberes dos sujeitos de hoje, a fim de contribuir para a construção das identidades dos alunos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (2010) orientam que os alunos sejam entendidos como sujeitos históricos com modos de vida e experiências socioculturais próprias.

O documento atual que deve orientar o ensino de História no estado de Pernambuco, os Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco – História (2013), entra em consonância com a perspectiva de ensino anunciada nos documentos curriculares de nível nacional elaborados anteriormente. Para os anos iniciais, os Parâmetros de Pernambuco para o ensino de História organizam expectativas do que o aluno deve aprender na escola a partir dos núcleos conceituais, esses núcleos contemplam os eixos do conhecimento histórico: sujeitos históricos, tempo e fonte. São abordados ainda questões de cidadania e participação política, História Local, cotidiano e História de Pernambuco.

Apesar de tornar-se uma orientação relevante, Caimi<sup>14</sup> aponta algumas dificuldades para o desenvolvimento de propostas vinculadas a História Regional. A carência de subsídio teórico-metodológico que fuja dos guias e encartes produzidos por prefeituras ou instâncias do governo local, o saber docente com reduzida orientação acadêmica em História Regional tendo em vista a especificidade da formação dos profissionais, tanto da História quanto da Pedagogia, que possuem pouca carga horária dedicada ao trabalho com referenciais historiográficos regionais, e a apresentação da História Regional em contextos

---

<sup>14</sup> CAIMI. *Meu lugar na história*.

localistas apenas para explicar desdobramentos de uma história nacional são algumas limitações citadas pela autora.

Oliveira e Caimi<sup>15</sup> apontam ainda para a falta de clareza nos objetivos a serem alcançados pelos alunos no ensino de História nessa fase, o que dificulta mensurar que conhecimentos sobre o local são necessários para uma progressão da aprendizagem histórica. Precisam ainda ser superadas a falta de articulação do ensino de História com outras áreas do saber, a ênfase na alfabetização linguística e matemática, que comumente condicionam as crianças a mecanizar tais saberes sem compreender seus usos sociais ou o que de fato significam, desqualificando a importância da formação integral do sujeito, que vai muito além de saber ler, escrever e contar. É urgente o fomento a uma cultura educativa que encare a aprendizagem da criança como algo mais importante do que o espaço ocupado por determinada disciplina, ou seja, todas as disciplinas devem corroborar para a sua formação, que deve se sobressair em relação ao ordenamento das disciplinas no tempo escolar.

As autoras<sup>16</sup> fazem uma crítica a exacerbação de temas do cotidiano nos anos iniciais. A perspectiva dos estudos regionais tem relação ainda com as concepções de aprendizagem que vinculam o conhecimento histórico a uma necessidade de abstração, o que não seria “possível” para as crianças e que para o saber histórico ser apreendido nesse nível deve-se partir de perspectivas mais concretas e próximas aos alunos. Para as autoras isso não chega a ser um problema, mas as questões do cotidiano devem “avançar no aprofundamento dos conhecimentos científicos que possibilitariam ir além das vivências cotidianas ou da aparência dos fenômenos sociais”<sup>17</sup>.

Por isso, trabalhar com o conhecimento histórico regional nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda apresenta-se como um desafio. O seu engendramento está à altura do compromisso que guarda: atender as complexas e diversas demandas de formação do sujeito social no início da sua escolarização, especialmente cobrando que essa formação dê possibilidades aos sujeitos de se constituírem como protagonistas e conscientes desse protagonismo social diante da sua trajetória de vida.

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. CAIMI, Flávia Eloisa. *A História ensinada na escola: É possível pensar/ agir a partir do todo?*.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *A História ensinada na escola*.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. *A História ensinada na escola*.

## Imersões no Livro didático regional

O livro didático hoje é entendido como um objeto sedimentado na cultura escolar e que tem seu lugar garantido nas práticas educativas cotidianas. Essas obras são tidas enquanto representação das disciplinas escolares e do currículo, propagador de ideologias e perspectivas culturais, objeto comercial, recurso permeado por ações de diversos agentes desde sua concepção, editoração, venda e utilização, pensando para situações e ações pedagógicas.

Para construir tal definição apoiamo-nos em Choppin<sup>18</sup> e Freitas<sup>19</sup> ao indicarem que o livro didático é dotado de múltiplas funções, situado em um contexto social, político, econômico e cultural, veiculando valores de natureza múltiplas, sendo instrumento efetivo na formação de crianças, jovens e adultos. Para Choppin<sup>20</sup> o livro pode ter duas faces, uma enquanto instrumento pedagógico que propõe metodologias, técnicas e estratégias de aprendizagem próprias e outra, como objeto fabricado, próprio do seu tempo, com limitações, regras de uso e dimensões comerciais.

Diante da profusão de denominações, o livro para ser caracterizado como uma obra didática deve seguir algumas diretrizes. Assim, afirma Choppin que:

...os manuais refletem manifestadamente as preocupações pedagógicas. O que significa que um manual não é simplesmente um livro utilizado na escola. É, de preferência, um livro que foi conscientemente concebido e organizado para servir aos objetivos da instrução<sup>21</sup>.

E complementa:

...a intenção manifestada pelo autor ou editor de destinar expressamente a obra para uso escolar; a apresentação sistemática dos conteúdos; a adequação ao trabalho pedagógico, a complexidade dos conteúdos deve ser proporcional à maturidade intelectual e afetiva dos alunos; a conformidade com a regulamentação que há sobre os conteúdos de ensino, sua extensão e a maneira que eles devem ser tratados; a intervenção administrativa e política do Estado, pelo conjunto da regulamentação

---

<sup>18</sup> CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educ. Pesqui. [Online]. 2004, vol.30, n.3, pp. 549-566.

<sup>19</sup> FREITAS, Itamar. *História regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

<sup>20</sup> CHOPPIN. *História dos livros e das edições didáticas*, 2004.

<sup>21</sup> CHOPPIN, Alain. *O manual escolar: Uma falsa evidência histórica*. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009. Disponível em: [http://www.fae.ufpel.edu.br/asph\\_e](http://www.fae.ufpel.edu.br/asph_e)

evocada anteriormente (seleção, hierarquização ou exclusão dos saberes e dos valores) e/ou da autorização explícita ou implícita definida após a publicação da obra.<sup>22</sup>

Estas obras movimentam de forma significativa o mercado editorial, pois estão inseridas em uma lógica mercadológica atenta às exigências dos programas governamentais, seja no âmbito das estruturas de aquisição, avaliação e distribuição dos livros ou nas diretrizes curriculares. Para isso devem estar atreladas a um suporte e a um perfil.

Livro didático é, portanto, um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar<sup>23</sup>.

Entendemos que o livro didático e a História escolar nele materializada possuem um corpo teórico envolvido igualmente no escopo da operação historiográfica, ocupa-se do estudo dos homens no tempo, pois quem seleciona o que deve ser incorporado ao ensino e produz a narrativa histórica didática são sujeitos situados em um tempo e espaço localizados, seu contexto de vivência corrobora para a construção do discurso empreendido no livro. Seus autores escrevem dentro dos mesmos domínios da ciência de referência – dadas as devidas especificidades – situam-se nos âmbitos cultural, social, econômico, político, “aplicando as mesmas escalas (micro e macro), ritmos (lento e rápido) e durações (longa, conjuntural e breve) inventadas pela historiografia.”<sup>24</sup>

Assim, a escrita histórica do livro didático possui especificidades e singularidades consonantes ao público que visa atender, ligados aos objetivos didáticos específicos e constituídos com base em uma teia de relações de poder (Estado, sociedade civil, editoras), visando compor uma interpretação acerca do processo histórico experienciado ao longo do tempo, sem, no entanto, deixar de estar atento à organização e orientações curriculares destinadas aos contextos escolares.

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *O manual escolar*.

<sup>23</sup> FREITAS, Itamar. Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix de. *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: Editora da UFRN, 2009, p. 14.

<sup>24</sup> FREITAS. *História regional para a escolarização básica no Brasil*, p. 26.

Em se tratando das especificidades do livro regional, a necessidade de ofertar uma obra para agregar aspectos da história e da cultura dos estados é legalmente reconhecida ainda em 1985 quando o Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, no seu Artigo 2º, Parágrafo 1º, referindo-se à escola e a quem os livros didáticos devem ser ofertados, indica que “a seleção far-se-á escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País<sup>25</sup>”. As demandas regionais também podem ser interpretadas no Artigo 26º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – quando designa que os currículos além de uma base comum, devem contemplar “uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

A promulgação da LDB em 1996 teve também importante papel para corroborar a importância da História ao legitimá-la como disciplina legalmente instituída não só para os anos finais, como também para os anos iniciais do Ensino Fundamental, ao passo que tira da organização curricular a disciplina de Estudos Sociais.

Ao mencionar o atendimento as especificidades regionais, as orientações legais abrem precedente para que as singularidades da formação histórico-cultural do país fossem contempladas. Entretanto, observando o próprio desenho das políticas públicas de universalização do livro didático ao longo do tempo, é possível reconhecer a demora em seu atendimento de forma efetiva no panorama dos editais e, por conseguinte, da escolha e da avaliação.

A discussão sobre a necessidade de uma obra regional, embora só contemplada pelo Programa Nacional do Livro Didático – instância responsável pela seleção, avaliação, aquisição e distribuição dos livros didáticos para a educação básica no Brasil – em 2004, estava também em consonância com o pensamento da época sobre o empreendimento de mudança e novos olhares sobre a História ensinada. Estas discussões emergiram em essência e com mais intensidade depois da abertura política do país nos finais dos anos 1980.

---

<sup>25</sup> Grifo nosso

Oliveira<sup>26</sup> aponta o que nós compreendemos como outro marco para novas discussões em relação a instituição das obras regionais no processo de avaliação do PNLD, o documento elaborado com base em análises das experiências das avaliações empreendidas entre 1997 e 2001 intitulado “Recomendações para uma Política Pública de Livros Didáticos<sup>27</sup>”. Esse documento foi importante para a solidificação do processo avaliativo, resultando na produção de uma série de indicações do que poderia ser feito para aperfeiçoá-lo. A partir das suas indicações as avaliações do PNLD foram aprimoradas sendo cada vez mais rigorosas, dialogando com as novas diretrizes para o conhecimento histórico e com outros programas do próprio Ministério da Educação.

A partir disso, entendemos aqui o livro didático regional de História como uma obra circunscrita em um recorte que contempla um sistema histórico-cultural dotado de dinâmica simbólica específica – expressões culturais, normas, rituais – relacionado a outros contextos sociais. Conforme o Guia do Livro Didático<sup>28</sup> “são classificados como Livros Didáticos Regionais aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país.”

O livro didático regional de História possui a especificidade da sua utilização para os 4º ou 5º anos do ensino fundamental, com um recorte para situar o educando em seu contexto de vivência, em articulação com a complexa teia de acontecimentos sócio-históricos mais amplos. O estudo do regional nessa perspectiva busca a superação de paradigmas que distanciem o aluno da formação histórica da sua região, assim como se preocupa em situá-lo enquanto agente do fazer histórico do seu estado e do seu país.

Os livros se propõem a abordar a formação das definições territoriais, os diálogos estabelecidos para a construção da culturalidade dos sujeitos da região, no sentido de

---

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Margarida. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. In: GALZERANI, Maria Carolina Boverio; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR, Arnaldo. *Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre Livro Didático de História*. Campinas: UNICAMP, 2013.p 357-74.

<sup>27</sup> BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

<sup>28</sup> BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2013: história*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012; BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2007: história*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006; BRASIL. *Guia de livros didáticos: PNLD 2010: história*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

oportunizar o trabalho com o resultado das criações humanas, dentro dos movimentos históricos engendrados no entorno do aluno.

Assim, compreender o processo de ocupação do solo, as transformações sócio-políticas e culturais como não determinadas, mas criadas, perceber as relações de poder e as possibilidades de resistência, a força do coletivo, as diferenças culturais que compõem um todo, a necessidade de ousar para criar, passam a ser elementos vitais ao processo formativo, sendo inteligíveis a partir do olhar sobre os problemas cotidianos<sup>29</sup>.

Nesse direcionamento do trabalho formativo o diálogo entre o regional e o nacional também é uma prerrogativa, porque o livro regional de História tem a atribuição de trabalhar a partir de um saber específico, com clareza de que ele não finda em si mesmo. Nesse sentido, o livro didático regional ocupa um importante posto de apresentar os diferentes nuances da formação do estado atrelada à promoção de diálogos entre o micro e o macro. Assim eles se propõem a

...exploração da história local, partindo da realidade mais próxima do aluno, levando-o a conhecer a história da sua cidade e região, estabelecendo as relações necessárias para com os aspectos regionais e nacionais, na perspectiva da construção da identidade e da formação do sujeito-cidadão<sup>30</sup>.

Fazem parte dos seus pressupostos também a percepção da identidade e da memória regional, assim como a discussão sobre os processos de construção histórica e cultural enquanto confluente e a valorização da diversidade de manifestações culturais. Esses movimentos passam a ser inseridos no ensino, na medida em que são eleitos pelos livros para compor o seu conteúdo, em consonância às diretrizes curriculares.

Estudar esses pressupostos nas publicações didáticas regionais não é uma tarefa trivial. Para isso precisamos transitar por vários caminhos, pois pensar o regional provoca considerar suas implicações das mais diversas ordens: econômicas, sociais, culturais, territoriais, político-administrativas. Por muito tempo o trabalho com o regional foi engolido

---

<sup>29</sup> NIKITUIK, Sonia Maria Leite. Por que Livros Regionais de História? In: OLIVEIRA, Margarida Dias de. STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007, p. 202.

<sup>30</sup> LIMA, Marta Margarida de Andrade. A cultura local e a formação para a cidadania nos livros didáticos regionais de história. In. OLIVEIRA, Margarida Dias de. STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRN, 2007, p. 182.

apenas pelas perspectivas político-administrativas, pensamento que a História Cultural aponta para a superação, quando, a partir dela, podemos compreender que esse recorte vai muito além de um determinismo geopolítico ou administrativo.

Cada lugar, cada região possui uma formação histórico-social específica, o que não quer dizer que se deva fomentar um cotejamento entre o nacional e o regional. Mais significativo é pensar o regional como uma especificidade dentro de uma totalidade maior. Levar tal afirmativa para o trabalho naquilo que temos enquanto ofício de professores de História é considerar os conhecimentos a respeito da formação do regional a partir da identidade e da memória, necessários para solidificar a formação de uma sociedade mais consciente do seu papel, situada em um momento histórico e em uma região

### **O conhecimento escolar sobre o Patrimônio Cultural**

Consideramos que a construção do saber histórico local, assim como de qualquer conhecimento acontece a partir da criação e gradual ampliação de estruturas cognitivas, tecidas em interações culturais entre os sujeitos e o mundo físico e simbólico. Todo conhecimento se constrói em um meio cultural, que possui significados próprios, dessa forma todos os espaços são espaços de saber. Assim, o conhecimento, e nele incluímos o saber histórico local, se constrói e se complexifica ao longo do tempo, no que chamamos de espaços formais e espaços não-formais de aprendizagem como a família, os amigos, instâncias religiosas, a escola, nos grupos de convívio variados.

Nesse sentido, reconhecemos a importância dos espaços não-formais de aprendizagem também para a estruturação do conhecimento sobre o Patrimônio Cultural, em especial por esse se constituir como um objeto que está, não só mas, intimamente ligado às práticas socioculturais não-vinculadas ao saber institucionalizado.

Além das práticas sociais do dia-a-dia, no estado de Pernambuco podemos enxergar essa afirmativa a partir da existência de experiências históricas e grupos culturais locais específicos como, por exemplo, em povoados que possuem práticas religiosas historicamente

consolidadas como o caso de Santa Quitéria de Freixeiras<sup>31</sup> na cidade de São João<sup>32</sup>, ou ainda com a produção artístico cultural de Mestre Noza de Taquaritinga no Norte<sup>33</sup>, dentre outras expressões da cultura que fazem parte da formação histórica do estado de Pernambuco, sendo interpretados como patrimônios da população pernambucana, mesmo sua prática não estando necessariamente ligada a sistematizações governamentais, acadêmicas ou escolares.

E é essa a essência da interpretação do Patrimônio Cultural hoje, objeto de princípio formativo de cunho artístico, histórico, social e cultural, material e/ou simbólico, com a função social de resguardar práticas e memórias singulares de grupos específicos, atrelado ou não a orientações de instituições oficiais, mas que podem também vir a ser por elas legitimadas legalmente, bem como autenticadas pelas práticas sociais dos grupos as quais pertencem.

Os sujeitos transitam, participam do seu fomento, vivenciam o patrimônio de alguma maneira em diversos lugares e momentos da sua vida, mas nem sempre tem clareza sobre a importância histórica, cultural e social desse patrimônio para a comunidade da qual faz parte. São esses espaços e ocasiões de aprendizagem não-formais que fomentam em grande medida os saberes sobre o Patrimônio Cultural regional.

Entretanto, é na escola, dentre outras instituições, que o Patrimônio Cultural pode tornar-se objeto de interpretação e investigação sobre os conhecimentos históricos do lugar.

---

<sup>31</sup> O Santuário de Santa Quitéria em Freixeiras surgiu como canto de refúgio espiritual, para escravos e camponeses, que buscavam na fé o remédio para suas dores físicas e morais. Sua história gira em torno de relatos populares, que pregam seu surgimento por volta do ano de 1695. [...] Ao longo de três séculos de peregrinação, foi reunido um rico arquivo de ex-votos, formado por artes plásticas primitivas, esculturas de pedras, cerâmicas e madeira além de pinturas, retratos e mamulengos, com obras de grandes nomes da Cultura Popular Nordestina como: Mestre Vitalino, Zé Caboclo, Antônio Francelino, Zezinho de Tracunhaem. As esculturas ou pinturas simbolizam uma cura ou graça alcançada, representando um inevitável apelo artístico, [...] fazendo de Freixeiras um ponto de diversidade étnica, artística religiosa, expressando a inventividade da mão humana... DIAS, Juliana Karlla Paes. *Freixeiras: um retrato de fé*. Vídeo-documentário sobre o santuário de Santa Quitéria em Freixeiras. 30f (Monografia de graduação. Jornalismo) Caruaru: Faculdade do Vale do Ipojuca. 2011, p. 11-12. Acesso 22 set. 2014. Disponível em: <http://repositorio.favip.edu.br:8080/bitstream/123456789/1443/1/relatorio+correto.pdf>

<sup>32</sup> Cidade do Agreste Meridional de Pernambuco, situada a 228 km de Recife.

<sup>33</sup> Mestre Noza tornou-se conhecido como artista popular, imaginário (escultor de imagens) e xilogravurista. [...] O tamanho de suas esculturas varia de 15cm até 70cm. Usava preferencialmente a madeira da imburana (árvore comum na região de caatinga) e seus instrumentos de trabalho resumiam-se em canivetes, serras, machadinhas, formões, limas e duas furadeiras. GASPARD, Lucia. *Mestre Noza*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 05 ago 2010. Site institucional. Acesso em 22 set 2014. Disponível em: [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=728%3Amestre-noza&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=728%3Amestre-noza&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1)

Para isso, deverá ter seu trabalho regulado por teorias e perspectivas de ensino e aprendizagem, dialogar com o código disciplinar da História, buscando uma problemática educacional específica, como a do ensino de História Regional aqui contemplada que mobiliza uma rede localizada de saberes.

Para que as expressões patrimoniais tornem-se objeto de conhecimento escolar entendemos ser necessário reconhecer que as criações históricas no presente e no passado possuem mentalidades e materialidades que podem ser lidas no cotidiano. A escola é ambiente privilegiado e o livro didático regional um dos subsídios possíveis para a articulação dessa leitura. Ao assumir questões de formação histórica e cultural em um recorte espacial específico, a obra regional admite o compromisso de forjar o conhecimento sobre a História Regional na escola, reconhecendo que o seu patrimônio está na criação da experiência histórica.

Nesse sentido, trabalhar com o Patrimônio Cultural no livro regional significa analisar através de uma abordagem pedagógica os sentidos e funções singulares atribuídas a experiências, expressões, objetos e lugares históricos, observando que esse entendimento “se materializa na ação dos homens no mundo, ou seja, no curso de suas experiências históricas, nas quais se inserem os atos de nomear, leiam-se identificar e localizar, os lugares onde vive”.<sup>34</sup>

Assim, há a possibilidade de problematização do Patrimônio como um referencial social, não apenas para a contemplação da criação histórica, artística ou estética, mas buscando entender os arranjos políticos, econômicos e simbólicos que o construíram diante de determinado grupo e como esse grupo dele se apropria e com ele se relaciona.

O trabalho pedagógico a partir desse direcionamento contribui para que os alunos percebam hábitos, formas de interpretar o mundo específicas de um recorte histórico, conveniências que serviram/servem a um ordenamento político/cultural, com função específica. Assinalando cada patrimônio com características específicas é possível apreender a época que o produziu, os interesses, os sujeitos históricos envolvidos, as memórias e

---

<sup>34</sup> GONÇALVES, Márcia de Almeida. História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2007, p.178.

identidades que foram tecidas e preservadas, percebendo as escolhas empreendidas e as identidades culturais cultivadas e/ou ressignificadas.

É importante também destacar o papel do patrimônio na colaboração da superação de postulados fragmentários que não incluíam o papel dos diversos grupos sociais na formação das identidades e da memória do lugar. Por muitas vezes ao contemplar grupos étnico-culturais, o ensino da história e da cultura regional os apresentou folclorizados, pitorescos, que ao invés de valorizar o grupo social, estereotipa. Nesse sentido, percebemos que ao estudar o Patrimônio Cultural de Pernambuco na escola contribuimos para a uma compreensão democrática da diversidade cultural que constituiu/constitui a cultura pernambucana.

É nessa esteira da diversidade cultural que os grupos indigenistas e o movimento de consciência negra, desde o final da década de 1970, vem exigindo a afirmação dos seus direitos de cidadãos<sup>35</sup> e fazemos a interpretação dessa reivindicação também na leitura de um patrimônio diverso. Uma parte desse debate resultou nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que contemplam, respectivamente o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e da história dos povos indígenas. Essas iniciativas abriram precedentes para que hoje seja possível visualizar um embate menos desigual na tentativa de formar uma sociedade mais democrática.

Em consequência dessa ampliação, os estudos sobre Patrimônio Cultural na esfera regional também devem corroborar para o atendimento dessas demandas e para o entendimento da formação histórica a partir dos patrimônios de diversos grupos, contribuindo para a concepção de história e de sociedade plural.

Coadunar esforços para contemplar um patrimônio diverso significa que o trabalho pedagógico do ensino de história local nos anos iniciais parte do princípio da quebra de estereótipos culturais e de um movimento de descentração identitária<sup>36</sup> do sujeito, surgido muito pela ineficácia atual de considerar a formação dos indivíduos a partir de uma identidade “mestra”.

---

<sup>35</sup> ORIÁ, José Ricardo. Ensino de História e Diversidade cultural: Desafios e possibilidades. *Cad. Cedes*, Campinas, vol.25, n. 67, p. 378-388, set./dez, 2005.

<sup>36</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Todos os grupos possuem identidades e memórias, criações históricas que trazem consigo características que dizem sobre eles, seu tempo e espaço, e não podem ser estratificados do processo histórico estudado.

Precisamos, pois, propiciar, por meio do ensino em todos os níveis, o conhecimento da nossa diversidade cultural e pluralidade étnica, bem como a necessária informação sobre os bens culturais de nosso rico e multifacetado patrimônio histórico. Só assim estaremos contribuindo para a construção de uma escola plural e cidadã e formando cidadãos brasileiros cômicos de seu papel como sujeitos históricos e como agentes de transformação social<sup>37</sup>.

Muitas das experiências dos nossos alunos estão inseridas nessa problemática dos grupos “marginalizados” e precisam também ter os seus patrimônios problematizados. Para Oliveira e Caimi<sup>38</sup> os saberes históricos escolares, e nós reconhecemos essas contribuições também para o trabalho pedagógico com o Patrimônio, devem reservar espaço para discussões que sejam significativas na vida dos sujeitos. Assim, aprender e ensinar História na perspectiva do Patrimônio é gerir problemas cotidianos, é desafiar os alunos a confrontar saberes para melhor compreender as situações da sua vida cotidiana na relação com um passado.

Assim, esse trabalho pedagógico contribui para o atendimento do que sugere pesquisadores e diretrizes curriculares ao orientarem que, dentre outras coisas, o ensino de História deve conduzir a formação do pensamento histórico, a partir do movimento de conhecer as diferentes experiências históricas das sociedades, bem como o reconhecimento da diversidade de formação de memória e identidade a partir dos diferentes contextos de vivência, sem a eles se resumir, como se houvesse um fim em si próprio.

Nessa articulação o Patrimônio Cultural, tanto nas diretrizes da ciência de referência quando estudado na escola com os alunos, apresenta uma significância na historicidade dos sujeitos. Os seus direcionamentos apontam para a aproximação entre os alunos e a sua historicidade na relação com o grupo social do qual fazem parte, no diálogo com outros tempos, sujeitos e espaços de formação histórico-cultural diferentes.

---

<sup>37</sup> ORIÁ. *Ensino de História e Diversidade cultural*, p. 386.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. CAIMI, Flávia. Entre Paulas, Martas, Pedros, Anas... para entender as complexas relações sujeitos/saberes no contexto da aprendizagem histórica. *Antíteses*, v. 6, n. 12, p. 148-167, jul./dez. 2013.

### **Para além**

O trabalho pedagógico centrado no patrimônio necessita considerar alguns aspectos. Em primeiro lugar a realidade local/regional na qual o Patrimônio Cultural está inserido não tem fim em si mesma, sendo preciso relacioná-la a realidades mais amplas; segundo, considerar que apesar de ser um artifício para formação da identidade local/regional, o processo de globalização amplia a construção de identidades, portanto o patrimônio torna-se um referencial na formação desse indivíduo, conhecedor da existência de outros referenciais a níveis nacional e mundial.

Portanto, fugindo do perfil de uma História sempre construída por outrem e considerando aspectos da cultura enquanto componentes da formação histórica, defendemos que o estudo do Patrimônio Cultural como tema para as aulas de História Regional se propõe a situar o aluno no seu contexto de vivência, fomentando a percepção da sua historicidade e o diálogo com historicidades mais próximas ou mais amplas, num movimento de produzir, interpretar e dialogar com as suas e com as outras histórias.

Disso também nasce a possibilidade de criação de estratégias investigativas conforme as experiências cotidianas em suas múltiplas dimensões – política, social, cultural, étnica – de maneira que seja possível perceber as continuidades, descontinuidades, conflitos, desordens, protagonismos, antagonismos e incompletudes, ingredientes próprios da formação do processo histórico.

Nesse contexto, o Patrimônio Cultural empreendido pelas obras didáticas pode ser entendido como um aporte para a compreensão de que o que é hoje nem sempre foi como o vemos, que a disposição dos objetos na nossa “realidade” mostra e esconde comportamentos passados e formas de atuação social importantes para compreendermos o agora, não como algo dado *a priori*, mas como fatia circunstancial da história, que não começa tampouco tem fim no presente e o presente não é uma contingência imperiosa que não pode ser transformada.

Assim, a interpretação do patrimônio como um recurso para fugir do verbalismo autoritário historicamente atrelado às práticas do ensino de História nos anos iniciais

acontece a partir de caminhos trilhados no bojo de uma nova interpretação, novas formas de sentir, ouvir e olhar a História Regional e o Patrimônio Cultural.

# História e Psicologia Analítica: da objetividade à subjetividade e os modos de sentir do homem e da sociedade

## History and Analytical Psychology: from the objectivity to subjectivity and the feeling modes of the man and of the society

**Amanda Muniz Oliveira**

Mestranda em Direito  
Universidade Federal de Santa Catarina  
[amandai040@gmail.com](mailto:amandai040@gmail.com)

**Joanna Ribeiro Nogueira**

Mestranda em História Social  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[joanna.r.nogueira@gmail.com](mailto:joanna.r.nogueira@gmail.com)

**Rodolpho Alexandre Santos Melo Bastos**

Mestrando em História Social  
Universidade Estadual de Montes Claros  
[rodoxbastos@gmail.com](mailto:rodoxbastos@gmail.com)

Recebido: 13/06/2014

Aprovado: 08/08/2015

**RESUMO:** Esse artigo trata da relação epistemológica entre História e a Psicologia Analítica de Jung. Busca avaliar as estruturas de funcionamento dos dois campos, a fim de evidenciar as diferenças e, principalmente, as similitudes entre eles. Da mesma forma, propõe-se a discutir as relações análogas entre a História das Mentalidades e os Arquétipos e Inconsciente Coletivo de Carl Gustav Jung. Tanto as formulações junguianas quanto a História das Mentalidades partem da premissa de que existe, em qualquer sociedade, uma espécie de mentalidade coletiva, algo referente a uma *estrutura mental*. O trabalho objetiva uma análise epistemológica e relacional sobre o conhecimento em torno da teoria da História e Psicologia analítica junguiana. Assim, com base nestes pressupostos, este trabalho objetiva contribuir para as discussões acerca da Teoria da História, promovendo o alargamento da percepção sobre a construção do conhecimento histórico a partir do entendimento do indivíduo em seu tempo e sua subjetividade, para alcançar, então, as dimensões da coletividade.

**PALAVRAS-CHAVES:** História, psicologia analítica, teoria do conhecimento.

**ABSTRACT:** This article deals with the epistemological relationship between History and Jungian Analytical Psychology. It aims to evaluate the operating structures of the two fields in order to highlight the differences and, especially, the similarities between them. Similarly,

it proposes to discuss the analogous relation between the History of Mentalities and the Archetypes and the Collective Unconscious by Carl Gustav Jung. Both Jungian formulations as the History of Mentalities come from the premise that there is, in any society, a kind of Collective Mentality, something referring to a mental structure. The article aims at an epistemological and relational analysis on the knowledge around the Theory of History and Jungian Analytical Psychology. Thus, based on these assumptions, this paper aims to contribute to discussions about the Theory of History, promoting the extension of perception about the construction of historical knowledge from the individual's understanding of his time and subjectivity, to achieve, then, dimensions of the collectivity.

**KEYWORDS:** History, analytical psychology, theory of knowledge.

### Introdução

Os gregos, por meio da Poesia – de Homero ou Hesíodo – ou mesmo pela Filosofia clássica normativa, que surgiu no século V a.C, apresentavam um pensamento bem distinto quando pensavam sobre o mundo e o Homem. Partiam de uma dada universalidade e manifestavam uma concepção antropológica, epistemológica e ontológica, imune à corrosão do tempo, um viés a-histórico. Dentro deste contexto intelectual (desfavorável), a criação da História por Heródoto no século V a.C representa uma verdadeira revolução cultural, já que segundo José Carlos Reis:

O historiador optou pelo sublunar, pela temporalidade, que, para ele, é o verdadeiro lugar da inteligibilidade da vida humana. Essa foi uma atitude inaugural, original, uma ruptura com a tradição mítica e filosófica. “Os homens no tempo”, os homens em sua vida particular e pública, com os seus nomes, iniciativas e valores, experiências e esperanças, em sua finitude, em sua historicidade, em suas mudanças – eis o novo objeto do novo conhecimento. Heródoto argumentaria contra Aristóteles: é pouco sério falar do vivido humano? Na verdade, não é o vivido que interessa a um pensamento realmente sério? Sem desvalorizar a ficção e a poesia, a filosofia e a ciência, o vivido não é o que mais exige reflexão, análise e investigação? Eis a convicção de Heródoto e dos historiadores que então surgiam. A história foi a “ciência nova” das ações humanas no tempo.<sup>1</sup>

O autor prossegue afirmando que enquanto o poeta se prestava a ouvir as musas, o historiador busca a verdade, interrogando/ouvindo os fatos, ou escrevendo sobre o que ele mesmo viu. “Diferentemente do mito e da poesia, o conhecimento histórico é escrito, o que permite a comparação, a correção de contradições, a incredulidade em relação ao fabuloso e

---

<sup>1</sup> REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994, p. 11-12.

maravilhoso.<sup>2</sup>” Ao mesmo tempo em que Heródoto valoriza o tempo dos homens, também funda uma nova ciência, ou pelo menos uma nova forma de pensar o homem.

O tempo histórico só existe relacionado a uma época histórica e a uma construção simbólica determinada; ele se dá numa representação histórica e não em relação ao conceito, à teoria. As renovações em História, como todas as suas “escolas históricas”, realizam sempre uma mudança significativa na representação do tempo histórico, com base nas mudanças ocorridas na História efetiva, o que corresponde a uma “Nova História”.

Tem-se, por exemplo, a Escola dos *Annales* que faz uma história influenciada pelas ciências sociais, e que, além da sua nova representação temporal como grande inovação epistemológica, traz na interdisciplinaridade o impulso para uma diversidade de estudos históricos. José D’Assunção Barros trata deste assunto expondo o enriquecimento desta interdisciplinaridade para os estudos históricos:

Dentro de uma fascinante profusão de campos intradisciplinares que tem revelado um sensível enriquecimento dos estudos históricos no que se refere ao interesse por novos objetos e por novas abordagens, a historiografia da segunda metade do século XX assistiu à significativa emergência de campos do saber historiográfico que passaram a valorizar o universo mental dos seres humanos em sociedade, os seus modos de sentir, o Imaginário por eles elaborados coletivamente. As modalidades já tradicionais na historiografia como a História Política, a História Econômica ou a História Social, os novos historiadores propuseram acrescentar a História das Mentalidades, a Psico-História, a História do Imaginário. Teremos aqui campos que com alguma frequência se interpenetram no que concerne aos seus objetos, às suas fontes privilegiadas, às suas abordagens e aportes teóricos, às suas conexões com outros saberes e aos seus padrões de interdisciplinaridade.<sup>3</sup>

O campo da História passou, então, por significativas transformações com a chamada crise dos paradigmas explicativos da realidade, decorrente do fim da crença em uma verdade absoluta. Sobre este contexto de crise, Bronislaw Baczko<sup>4</sup> afirma ser fruto da perda da certeza nas normas fundamentadoras de um discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade. Este período ficou, assim, marcado pelo rompimento com antigos modelos de

---

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. *Nouvelle Histoire e tempo histórico*, p. 12.

<sup>3</sup> BARROS, José D’Assunção de. *Imaginário, mentalidades e psico-história – uma discussão historiográfica*. Captado em: [http://www.cei.unir.br/artigo71.html#\\_ftn1](http://www.cei.unir.br/artigo71.html#_ftn1). Acesso em 20mai.2014.

<sup>4</sup> BACZKO Bronislaw. *A Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi, Vol. 5, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

pesquisas historiográficas, que privilegiavam apenas fontes oficiais, e vimos emergir uma História Cultural, agora aberta às Ciências Humanas e Sociais. O conceito de fonte foi ampliado e novos objetos de análise, bem como novos aparatos teórico-metodológicos ganharam espaço e, desde então, a narrativa da História vem sendo rediscutida a partir de questões mais elaboradas e da escolha de novas fontes. Para Reis, é a problemática que orienta o pesquisador e não a documentação:

Essa abertura e ampliação do campo dos objetos, das fontes e técnicas históricas estão associadas à inovadora proposta teórica da história-problema. O historiador não estaria mais submetido à tirania da heurística. (...) É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico.<sup>5</sup>

A História, nesta conjuntura, abandona o individual em favor de um estudo social, desviando-se dos fatos únicos, dos eventos acidentais e das rupturas para se ater à repetição de eventos, ou seja, às regularidades e permanências; a visão marcada unicamente pelo pensamento racional e científico passou a ser vista como ultrapassada e tornava-se cada vez mais obsoleta.

Marc Bloch e Lucien Febvre, com a Revista dos *Annales*, foram os precursores de um novo tipo de História, que deveria ser mais ampla e mais humana. Fazia-se necessário compreender o homem em um contexto mais abrangente, que perpassasse por outras instâncias além das concretas e racionais. Foi neste ensejo que o estudo do mental ganhou espaço, debruçando-se agora não apenas sobre temas políticos, econômicos e grandes eventos sociais, mas também sobre as atitudes coletivas, as crenças, valores e costumes em comum de determinado grupo.

A História se abriu a um estudo que concebia a interdisciplinaridade e o ecletismo teórico e, sobre este período, Sandra Jatahy Pesavento<sup>6</sup> fala-nos do surgimento de novos parceiros da História que, advindos dos mais diversos campos, como a Literatura, a Antropologia, a Psicologia, estabelecem um diálogo que não impõe hierarquia. A História passa a trabalhar com um acúmulo de possibilidades, ou seja, com a pluralidade de pontos

---

<sup>5</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 78.

<sup>6</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 107.

de vista. Esta encruzilhada de incertezas, ainda de acordo com Pesavento, tornou mais fácil a percepção das decontinuidades do que das permanências, o que automaticamente levou à utilização de um novo método de análise para os acontecimentos históricos.

É, todavia, o estabelecimento de um novo olhar temporal que viabiliza a aliança entre a História e as ciências sociais. O campo da História das Mentalidades se apresenta como área preferencial de atuação da longa duração<sup>7</sup>, tempo histórico conceituado pelo historiador da segunda geração dos *Annales*, Fernand Braudel. As mentalidades tratam de temas universais, fruto das permanências existentes no seio das sociedades, gerando uma inércia. A ruptura, a mudança relegada ao tempo curto, do superficial, não é capaz de nenhuma transformação significativa, afinal, sua estrutura é prisioneira do tempo longo.

A abertura da História para novos métodos, objetos e sentidos serve-nos como ponto de partida para que possamos estruturar o caminho até a aproximação deste saber com a Psicologia, sobretudo, com a perspectiva analítica junguiana. Serve-nos de suporte para este estudo a postura exposta por Bloch em seu célebre livro *Apologia da História ou o ofício do historiador*, em que ele propõe que não se negligenciem os sentimentos, mas sim que estes sejam considerados em sua importante dimensão humana, capaz de definir o fazer histórico, já que acredita que a História é a ciência do homem no tempo e “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”<sup>8</sup> Evidenciaremos, portanto, a necessidade de analisar os sentimentos, ou melhor ainda, os modos de sentir, quando da realização de um estudo historiográfico, para que, a partir da compreensão da subjetividade do indivíduo, possam-se alcançar dimensões da coletividade, em um entendimento mais amplo do mundo e da sociedade.

Compreendemos a importância deste trabalho no campo da epistemologia, acerca da teoria da História, em especial, sobre a compreensão de como o conhecimento referente à História se apresenta, pois se trata do estudo científico da ciência e/ou área de conhecimento, sua natureza e suas limitações. Encontra-se no estudo epistemológico o interesse em se analisar a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento, o que lhe confere

---

<sup>7</sup> Conceito de tempo histórico criado pelo historiador Fernand Braudel. É principalmente caracterizado pelas permanências na sociedade, pelas fases lentas, isto é, uma história quase imóvel. O conceito de *longa duração* será melhor apresentado no decorrer desta pesquisa, já que é o ponto central da mesma.

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 79.

outro nome: teoria do conhecimento. A epistemologia torna-se fundamental para a verificação da validade do conhecimento das áreas do saber, uma vez que avalia a fundamentação lógica de teorias e de suas habilitações científicas.

### **A História Cultural e o estudo do mental nos limites entre realidade e ficção**

Já na década de 1940, Bloch alertava os historiadores para a importância de explorar as necessidades secretas do coração, em uma análise de áreas mais subjetivas do indivíduo. Defendendo que a consciência humana é objeto da História, este autor inaugurava um espaço de investigação e, em consonância com este pensamento, Febvre<sup>9</sup> conclamava os historiadores a mergulhar “nas trevas da psicologia”, para compreender como a mente humana decodifica e convive com o mundo material em cada época.

Era preciso, porém, neste momento, descobrir quais instrumentos teórico-metodológicos poderiam ser utilizados nesta empreitada para apreensão do imaterial. Era necessário desenvolver um procedimento de investigação capaz de conectar a subjetividade individual à objetividade que se atribuía ao fazer histórico. Foi neste contexto que a cultura passou a ser considerada fator de mudança social, momento em que se assistiu ao resgate dos processos empíricos e à valorização da pesquisa de fontes.

Do final dos anos 1960 até meados dos anos 1980, portanto, a História Social avançava para os domínios do Cultural. A este respeito, Pesavento afirma que a proposta da História Cultural era “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e ao mundo.”<sup>10</sup>

Ainda de acordo com ela, autores como Paul Veyne, Hayden White, Michel de Certeau, e Paul Ricoeur sobressaíram ao estudar a História Cultural sob uma perspectiva narrativa, analisando a ficcionalização dos fatos. Este ponto foi, inclusive, uma questão polêmica que gerou intensos debates entre os historiadores que, de um lado criticavam esta História que não se atinha ao factual, entendido como real, não merecendo, neste sentido, ser levada a sério, dada sua veia fantasiosa e ficcional; e de outro os que defendiam a

---

<sup>9</sup> FEBVRE, Lucien. *A Psicologia*. In: *Combates pela História*. 3a. Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

<sup>10</sup> PESAVENTO. *História e História Cultural*, p. 42.

inexistência de um real, de uma verdade absoluta, em detrimento de uma percepção objetiva, só possível a partir da apreensão de instâncias subjetivas do indivíduo.

A História Cultural, deste modo, definiu-se entre as fronteiras do conhecimento, por se situar no limite entre verdade e ficção, e foi fortemente marcada pelas contribuições da terceira geração da Escola dos *Annales*, que tinha como objetivo uma “Nova História”, baseada na incorporação de temas que se referiam ao imaginário popular e aos costumes de um povo. Foram várias as inovações propostas pelos *Annales*, e aqui nos é especialmente relevante destacar a História das Mentalidades que, com contornos imprecisos, buscava tratar de hábitos cotidianos e relacionamentos sociais, ou seja, aspectos da vida humana; “(...) era uma maneira de ser, conjunto de valores partilhados, não-rationais, não-conscientes<sup>11</sup>” que muitas vezes relacionavam-se com a Psicologia Social.

A respeito da contribuição do estudo do mental, Michel Vovelle, grande nome da História das Mentalidades, afirma que a História pôde ampliar seu campo de pesquisa “englobando comportamentos mediante os quais o homem se define em sua plenitude, isto é, a família, os costumes, os sonhos, a linguagem, a moda etc.<sup>12</sup>” Corroborando com a assertiva deste autor, Márcia D’Alessio afirma que “não se pode estudar a mentalidade sem levar em conta os aspectos psicológicos.<sup>13</sup>” Os historiadores, então, empenharam-se no estudo dos modos de sentir, analisando-os em um tempo longo, em que as persistências eram verificadas historicamente, a exemplo dos sentimentos do homem diante da morte.

É mister destacar outro campo de interação entre História e Psicologia que, no século XX, começa a se impor: a Psico-História. Este campo, como nos mostra Barros, é “definido ou atravessado por preocupações oriundas da Psicologia – de maneira ainda mais intensa que

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *História e História Cultural*, p. 31.

<sup>12</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 13.

<sup>13</sup> D’ALLESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 92.

na História das Mentalidades e na História do Imaginário<sup>14</sup> – e por conceitos de diversos tipos desenvolvidos no interior deste campo do saber.”<sup>15</sup>

A História passou, assim, a trabalhar com uma elasticidade conceitual, enfocando a realidade sob outra óptica, recorrendo a ciências que até este momento não eram bem quistas pelos historiadores, como a Antropologia e a Psicanálise, esta última, cuja aproximação com a História é objeto de nosso interesse neste estudo.

### **História e Psicanálise: uma articulação entre objetividade e subjetividade**

História e Psicologia são duas ciências humanas que, cada uma à sua maneira e com seus próprios referenciais teóricos, prestam-se ao estudo dos comportamentos dos homens em sua vida social. Logo, a aproximação crescente entre estas duas áreas do conhecimento não é algo intrigante, já que, no decorrer do século XX, a interdisciplinaridade foi, conforme afirmação de Barros, destacando-se “como uma tendência importante tanto para o desenvolvimento conjunto dos saberes científicos como para, em particular, os desenvolvimentos específicos de uma historiografia mais moderna e complexa.”<sup>16</sup>

Freud, considerado o pai da Psicanálise, pode também ser considerado um dos precursores da História Cultural, tendo sido responsável pela introdução da noção de inconsciente no campo histórico, o que revelou a possibilidade de alcançar realidades que não se encontravam enraizadas na concretude dos fatos. Assim, percebíamos o início de uma aceitação para a existência de uma outra realidade, esta de caráter subjetivo. A teoria psicanalítica, neste ensejo, passa a ser utilizada como ferramenta de interpretação do passado.

O aparato teórico-metodológico da Psicanálise freudiana, todavia, provocava ainda animadas discussões nos meios acadêmicos, em que se questionava a validade destes postulados para o fazer historiográfico. A ideia de contradição que se tem, à primeira vista,

---

<sup>14</sup>O imaginário, segundo Tânia Navarro Swain, vem representar a composição/decomposição de sentidos, fornecendo uma gama de imagens, símbolos e representações recheados de valores que determinam os papéis, tipos e perfis definidores de comportamentos, atitudes e decisões, ora instaurando ou eliminando poderes, ora revigorando ou desativando tradições. Pode-se dizer que “o imaginário seria a condição de possibilidade da realidade instituída, solo sobre o qual se instaura o instrumento de sua transformação.” Ver mais informações em: SWAIN, Tânia Navarro. *De Deusa a Bruxa: Uma História de Silêncio*. Brasília: UNB, 2000, p. 41.

<sup>15</sup> BARROS, José D’Assunção. *História e Saberes PSI – Considerações interdisciplinares*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 8. n. 2, p. 273, jul/dez 2011.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *História e Saberes PSI*, p. 253.

sobre a relação entre estas duas áreas do conhecimento, deve-se, principalmente, aos métodos que cada uma utiliza: a História trabalha com evidências concretas e palpáveis, como documentos, registros literários e decretos, com vistas à objetividade, enquanto a Psicanálise dedica-se integralmente ao indivíduo e à sua subjetividade, levando em conta seus sonhos, impulsos e devaneios.

Muitos historiadores criticavam o fato de que os resultados a que é se possível chegar por meio da Psicanálise não são irrefutáveis e, deste modo, não seriam confiáveis. Celso Ramos Figueiredo Filho<sup>17</sup> cita os estudos de Peter Gay<sup>18</sup>, que considera que esta crítica revela a ignorância sobre as possibilidades epistemológicas da Psicanálise, além de ser também ingenuidade exigir que esta apresente resultados inquestionáveis. Ora, nenhuma ciência pode oferecer esta pretensa inquestionabilidade e, de acordo com Gay, manter este pensamento seria retroceder ao reducionismo positivista.

Na obra *Freud para historiadores*, Gay examina trabalhos de historiadores que defendem e criticam o uso da Psicanálise pela História e realiza, ele mesmo, uma defesa em favor da aplicação da Psicanálise como ferramenta possível para escrever uma história dos sentimentos humanos, e também como forma de possibilitar a leitura de novos objetos, como sonhos, relatórios médicos e as fantasias inconscientes. Este autor alega que o historiador tem sido sempre um psicólogo, já que “atribui motivos, estuda paixões, analisa irracionalidades e constrói o seu trabalho a partir da convicção tácita de que os seres humanos exibem algumas características estáveis e discerníveis de lidar com suas experiências<sup>19</sup>”.

Outro autor que contribuiu de forma importante para a validação desta interface entre História e Psicanálise foi Castoriadis<sup>20</sup> que, em seu texto intitulado *Freud, a sociedade e a história*, acastelava o uso da Psicanálise para o entendimento das sociedades e refletia sobre as possibilidades de utilização desta em uma análise do pensamento político.

---

<sup>17</sup> FILHO, Celso Ramos Figueiredo. *História e Psicanálise: possíveis afinidades*. Revista eletrônica da FIA: Academos. v. 2, n. 2, p. 12-21, jul/dez, 2006.

<sup>18</sup> GAY, Peter. *Freud para Historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *Freud para Historiadores*, p. 25.

<sup>20</sup> CASTORIADIS, C. Freud, a sociedade, a história. In: *As encruzilhadas do labirinto: a ascensão da insignificância*. v. 4. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 163-180.

Ainda em defesa deste diálogo, destacamos o texto de Carlo Ginzburg<sup>21</sup>, célebre historiador da Micro-História que, em seu ensaio *Freud, O Homem dos Lobos e os Lobisomens*, descreveu o caso clínico de um jovem que desenvolvera psicose durante a infância e a adolescência; ao ser tratado, quando adulto, relembrou um sonho que tivera quando criança, no qual lobos apareciam sentados em uma árvore, em frente à janela de seu quarto. Ginzburg atrela parte dos dados de sua pesquisa a informações contidas nos textos de Freud, desvelando a possibilidade de reflexão sobre o uso da Psicanálise por historiadores. Este mesmo autor compara a teoria Psicanalítica a seu Paradigma Indiciário, cujo princípio é a investigação de vestígios do passado, em suas minúcias e detalhes, ao que Ronaldo Vainfas nos diz ser “uma concepção de história essencialmente indutiva, como prática de pesquisa, e não baseada em modelos hipotéticos-dedutivos, calcada na exaustiva pesquisa documental, na erudição e rigor factual.”<sup>22</sup>

Michel de Certeau<sup>23</sup>, por sua vez, no livro *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, problematiza a conflituosa analogia entre estas duas ciências humanas, e empreende uma reflexão sobre as possibilidades desta relação. Certeau, então, discorre sobre a pretensão de realidade do discurso histórico e assevera que este, embora deseje um efeito de real, não outorga uma verdade sobre o passado, de modo que não cabe ao historiador a ambição de chegar a verdades absolutas. Nesta discussão sobre a subjetividade na fronteira entre História e Psicanálise, este autor destaca a influência da Psicanálise na historiografia como uma intervenção cirúrgica, por meio da qual acredita ser possível compreender as diferenças e as permanências entre as sociedades. De acordo com ele, o próprio Freud teria provado que os processos mentais que ocorrem na formação da *psique* individual ocorrem também na coletividade, argumento que serve para validar o uso da Psicanálise pela História. A este respeito Celia Szniter Mentlik acrescenta:

(...) o surgimento do método psicanalítico corresponde ao início de uma busca que envereda pelo solo da fantasia, mas à procura da razão, ou do que há de *real* no sintoma psíquico, que, com a investigação, passa a ganhar *significação*, como numa linguagem. Assim, podemos dizer que o método

---

<sup>21</sup> GINZBURG, C. Freud, o Homem dos Lobos e os Lobisomens. In: *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 207-217.

<sup>22</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro, Campus, 2002, p. 110.

<sup>23</sup> CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. In: SIMPÓSIO SOBRE FERTILIZANTES NA AGRICULTURA BRASILEIRA, 2º, 1984, Brasília. *Anais...* Brasília: Embrapa, 1984. p. 37-94.

surge mesmo quase como um procedimento epistemológico. O sentido de *realidade* de um relato será conferido pelo lugar e significados que se estabelecem no diálogo próprio da história [...] As sucessivas teorizações a respeito dessa relação correspondem ao desenvolvimento do método propriamente dito, que tem contribuições importantes a dar quanto aos meandros da racionalidade humana: esta, frente à vida instintiva e aos impulsos irracionais, configura-se mesmo como uma dura conquista para a Psicanálise.<sup>24</sup>

O que podemos perceber, a despeito de todas as críticas contra o uso da Psicanálise pela História, é que há confluências e complementaridades entre essas duas disciplinas. A Psicanálise, ao dedicar-se a investigar o indivíduo, este concebido em sua realidade interna, permite a compreensão de suas relações com a realidade exterior, por meio da sua subjetividade e de seu tempo particular. Assim, ao utilizar-se da teoria psicanalítica, a História obtém maior aproximação de contextos representativos da macro-história, cujo alcance só é possível através da percepção individual e subjetiva de determinados eventos e contextos. Tais elementos, de acordo com Mentlik<sup>25</sup> podem configurar-se como valiosas informações sobre a maneira como atuam ou são percebidas as relações de poder vigentes e as mudanças de ambiente cultural, ampliando a percepção do historiador para a construção do conhecimento ao proporcionar maior entendimento do indivíduo em seu tempo e sua subjetividade, com conseqüente e posterior apreensão da coletividade.

São evidentes as convergências e benefícios desta interconexão, tornando manifesto o enriquecimento proporcionado por este diálogo, principalmente no que diz respeito aos estudos culturais, o que se prova relevante ao considerar os dados apresentados por Pesavento<sup>26</sup> acerca da produção historiográfica atual, que está 80% concentrada sobre a História Cultural.

Não só a Psicanálise de Freud exerce influência sobre o ofício dos historiadores, desvelando as possibilidades desta interface na produção do conhecimento histórico, mas também a de um outro psicólogo ( antigo seguidor de Freud) conhecido: Carl Gustav Jung. As formulações de Jung acerca do Inconsciente Coletivo e dos Arquétipos mostram

---

<sup>24</sup> MENTLIK, Celia Szniter. História e Psicanálise: temas e trajetórias possíveis. In: ENCONTRO REGIONAL DA HISTÓRIA ANPUH, 2006, São Paulo. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP/Assis, 2006, p. 4.

<sup>25</sup> MENTLIK. *História e Psicanálise*, p. 2.

<sup>26</sup> PESAVENTO. *História & História Cultural*, p. 7.

claramente as possibilidades de analogias e aproximações entre estes dois campos de saber, como é o caso da História das Mentalidades. São as imbricações entre estes dois conceitos, sobretudo suas semelhanças, o objeto investigativo que se segue neste trabalho.

### Os modos de sentir da História das Mentalidades

A estrutura da História das Mentalidades, traduzidas pelos seus modos de sentir o mundo, através das afecções e temáticas ligadas aos sentimentos e percepções da sociedade, como o amor e a morte, aproxima-se de outro referencial teórico, o dos Arquétipos e Inconsciente Coletivo, de Jung, que tratam de uma memória coletiva, ligada às repetidas experiências humanas em torno de situações típicas confrontados pelos homens e suas sociedades. Em relação à História das Mentalidades<sup>27</sup>, percebe-se que ela antecede Fernand Braudel, segundo afirmativa de Vainfas:

Marc Bloch, por exemplo, celebrizado pelos estudos rurais em perspectiva comparativa, e particularmente pelo clássico *La société féodale*, escrito nos anos 30 (...), foi verdadeiramente precursor da história das mentalidades e de uma antropologia política ao escrever *Les rois thaumaturges*. (...) Bloch e Febvre inauguram, pois, nos primórdios dos *Annales*, o estudo das mentalidades, delas fazendo um legítimo objeto de investigação histórica. Mas não pense que foram eles os primeiros a se dedicarem ao estudo de sentimentos, crenças e costumes na historiografia ocidental. Para citar alguns autores que lhes antecederam ou foram deles contemporâneos nessas preocupações, vale lembrar o próprio Michelet, autor de *La Sorcière*, em 1862 (...), Norbert Elias, sociólogo e historiador alemão, antecipando-se a Foucault em décadas, publicou em 1939 o seu *processo civilizador*, livro sobre a sociedade de corte e o surgimento da etiqueta na Europa moderna.<sup>28</sup>

Michel Vovelle escreve, em 1980, um artigo intitulado *Ideologias e Mentalidades: um esclarecimento necessário*, que nos conta sobre uma pré-história da historiografia das mentalidades, relatando “(...) o que é *La grande Peur* (o terror) de Georges Lefebvre, o estudo mais impressionantemente moderno de um dos últimos grandes pânicos de estilo antigo na

---

<sup>27</sup> É importante ressaltar que a *longa duração*, ou seja, o tempo histórico formulado por Braudel, não é exclusividade da História das Mentalidades, pois outros campos da historiografia dos *Annales* também se beneficiam deste tempo histórico, como é o caso da História Social, dos historiadores que trabalham com cultura e dos pesquisadores na área de história econômica, entre muitos outros.

<sup>28</sup> VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural, In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 132-135.

sociedade francesa?<sup>29</sup>” Para este autor, o conceito de mentalidade integra o que não está formulado, o que à primeira vista permanece como “não significante”, conservando – mesmo encoberto – o patamar das motivações inconscientes.

As mentalidades implicam e privilegiam a lembrança/memória e as formas de resistências; indicam aquilo que se convencionou definir como a força da inércia das estruturas mentais. Vovelle adota o termo “Imagário Coletivo” ao invés de Inconsciente Coletivo, associado ao conceito de mentalidades, uma vez que o considera mais operacionalizável e menos suscetível às extrapolações ligadas ao domínio da Psicanálise. O mesmo autor utiliza uma afirmativa de Phillipe Ariés sobre a concepção de mentalidades.

De meu ponto de vista, os grandes pólos de atração das mentalidades – atitudes diante da vida e da morte – dependem de motivações mais secretas. Mais imbricados no limite entre o biológico e o cultural, isto é, o inconsciente coletivo anima forças psicológicas elementares, que são a consciência de si mesmo, o desejo de superar-se ou, ao contrário, o sentido do destino coletivo, da sociabilidade, etc.<sup>30</sup>

A História das Mentalidades que, em meados da década de 1960, passou a predominar na historiografia francesa, tratou de temas preferencialmente ligados ao cotidiano e às representações, como o amor, a morte, a mulher, as bruxas, os homossexuais, os loucos, a família, o corpo, a criança, os modos de vestir, comer, chorar, beijar, etc.<sup>31</sup>. Segundo Barros, a História das Mentalidades busca captar modos coletivos de sentir, como o sentimento de medo. São padrões de comportamentos e atitudes recorrentes daqueles complexos mentais/emocionais que estão por trás das coisas, como as práticas de feitiçarias, crenças, o comportamento do homem diante da morte.

(...) Está muito associada à ideia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que para alguns seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem às permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem estar se operando rapidamente nos planos econômicos e políticos).<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> VOVELLE. *Ideologias e Mentalidades*, p. 14-15.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_, *Ideologias e Mentalidades*, p.108.

<sup>31</sup> VAINFAS. *História das Mentalidades e História Cultural*, 1997.

<sup>32</sup> BARROS, José D’assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 94.

Braudel surge com a intenção de conceituar um tempo-histórico capaz de sustentar as ambições de estrutura mental da História das Mentalidades, pautada nas permanências existentes na sociedade. Tais permanências causam uma forte impressão de inércia estrutural no tecido social, uma vez que não se operam transformações de fato, e sim continuidades. A longa duração apresenta-se como a temporalidade referente à História das Mentalidades, sendo o tempo das estruturas, da quase imobilidade entre a relação do homem e a natureza. Para Braudel, “equivale a familiarizar-se com um tempo<sup>33</sup> que se tornou mais lento, por vezes, até quase ao limite da mobilidade. (...) A totalidade da história pode, em todo o caso, ser respondida como a partir de uma infraestrutura em relação a estas camadas de história lenta<sup>34</sup>”.

Em seu texto, Braudel enfatiza a continuidade, a permanência, a estrutura, a longa duração e não a mudança histórica. Para a História, são as permanências que darão sentido aos eventos. Segundo Reis, “a estrutura sofre o ‘vento da história’, que são seus eventos, e é obrigada a se rearticular, a mudar lentamente; a estrutura é o ‘não há nada de novo’, que envolve o evento, a novidade; ela é uma articulação dos ‘elementos’ já presentes nela.<sup>35</sup>” De acordo com o próprio Braudel:

(...) muito mais útil, é a palavra *estrutura*. (...) Os observadores do social entendem por *estrutura* uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitectura; (...) Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas (...) apresentam-se como limites (...) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reacções espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões da longa duração.<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> Reis chama atenção para três tipos heterogêneos do tempo em Braudel: estrutural, conjuntural, acidental. O primeiro - estruturas - são fenômenos geográficos, ecológicos, políticos, culturais, psicológicos, que “permanecem constantes durante um longo período ou que evoluem de maneira quase imperceptível. As conjunturas são flutuações de amplitudes diversas, que se manifestam nesse quadro estrutural.” Ver mais informações em: REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 105-106.

<sup>34</sup> BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 17.

<sup>35</sup> REIS. *Escola dos Annales*, p. 104.

<sup>36</sup> BRAUDEL. *História e Ciências Sociais*, p. 14.

Reis<sup>37</sup> afirma ainda que o conceito de *longa duração* apoia-se na geografia de Vidal de La Blache, que fala de uma História ao ritmo lento, “estrutural”. Enquanto Vainfas afirma que “Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na teoria histórica dos *Annales*, [ao] relaciona[r] as ‘tenazes’ prisões da longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem com a noção de *estrutura* do antropólogo francês<sup>38</sup>”. Já o próprio Braudel diz que “o homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas (...) repare-se na duradoura implantação das cidades (...), na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações. As mesmas permanências ou sobrevivências dão-se no imenso campo do cultural<sup>39</sup>”.

Em suma, a História das Mentalidades está associada à ideia de que existe, em qualquer sociedade, uma espécie de mentalidade coletiva, uma estrutura mental, e que se transforma lentamente – longa duração – originando permanências que são incorporadas aos hábitos mentais daqueles que participam da formação social. As mentalidades buscam captar os modos coletivos de sentir, padrões de comportamentos, dos complexos mentais ligados às emoções, compartilhados por todos que estão inseridos nas prisões da longa duração.

### **Os modos de sentir do Inconsciente Coletivo e os Arquétipos de Jung**

Na Psicologia Junguiana, o inconsciente é compreendido em Inconsciente Pessoal e Inconsciente Coletivo. O Inconsciente Pessoal forma-se juntamente com o indivíduo e suas camadas referem-se às camadas mais superficiais do inconsciente; constitui-se de coisas esquecidas e também reprimidas, penosas de serem lembradas. De acordo com Jung:

Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente é indubitavelmente pessoal. Nós a denominamos *inconsciente pessoal*. Esta, porém, repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo Inata.<sup>40</sup>

O Inconsciente Coletivo, por sua vez, pode ser entendido como um conhecimento *a priori* a todo homem e referente às repetidas experiências humanas, gravadas na *psique*. Além de se manifestarem nos sonhos como um depósito de imagens e símbolos, revelam-se através

---

<sup>37</sup> REIS. *Escola dos Annales*.

<sup>38</sup> VAINFAS. *História das Mentalidades e História Cultural*, p.34.

<sup>39</sup> BRAUDEL. *História e Ciências Sociais*, p. 14-15.

<sup>40</sup> JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 15.

das ações do homem no tempo, as quais conseguem trazer à tona os Arquétipos, perpetuando-os. Ainda de acordo com Jung:

Esta camada mais profunda é o que chamamos de *inconsciente coletivo*. Eu optei pelo termo “coletivo” pelo fato do inconsciente não ser de natureza individual, mas universal; isto é contrariamente à psique pessoal ele possui conteúdos e modos de comportamentos, os quais são ‘cum grano salis’ os mesmos em toda parte e em todos os indivíduos. Em outras palavras, são idênticos em todos os seres humanos, constituindo, portanto, um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo.<sup>41</sup>

O Inconsciente Coletivo é constituído por coisas herdadas e anteriores à consciência e é universal, uma herança repassada de geração em geração, de acordo com a repetição das experiências vividas por nossos ancestrais e/ou sociedades humanas. Os Arquétipos junguianos são as revivências desses materiais culturais manifestados nos indivíduos que os herdaram. São as situações e experiências típicas da vida, repetidas, que irão proporcionar serem gravadas na *psique*, transmitindo uma memória comum a todos os seres humanos (Inconsciente Coletivo). Para Jung,

(...) (primeiramente observado e comentado por Freud) de que num sonho muitas vezes aparecem elementos que não são individuais e nem podem fazer parte da experiência pessoal do sonhador. A estes elementos, (...) Freud chamava “resíduos arcaicos” – formas mentais cuja presença não encontra explicação alguma na vida do indivíduo e que parecem, antes formas primitivas e inatas, representando uma herança do espírito humano. Assim como nosso corpo é um verdadeiro museu de órgãos, cada um com a sua longa evolução histórica, devemos esperar encontrar também na mente uma organização análoga. Nossa mente não poderia ser jamais um produto sem história, em situação oposta ao corpo (...) refiro-me ao desenvolvimento biológico, pré-histórico e inconsciente do homem primitivo (...) esta psique, infinitamente antiga, é a base de nossa mente (...) o pesquisador experiente da mente humana também pode verificar as analogias existentes entre as imagens oníricas do homem moderno e as expressões da mente primitiva, as suas “imagens coletivas” e os seus motivos mitológicos.<sup>42</sup>

Os “resíduos arcaicos” que Freud determinou são chamados por Jung de “arquétipos<sup>43</sup>” ou “imagens primordiais” que, conforme Nise da Silveira“(…) são as

---

<sup>41</sup> JUNG. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, p. 15.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 67.

<sup>43</sup> Segundo Cacilda Cuba dos Santos, Jung entendia a herança do arquétipo como uma hipótese de trabalho, porém chama atenção que, para ela, os trabalhos bioquímicos sobre transmissão hereditária de memória, em especial de Magoun, podem ser entendidos como confirmadores da ideia de Jung. “Um dado a mais: sabemos

possibilidades herdadas para representar imagens similares, são formas instintivas de imaginar<sup>44</sup>”. São iguais e/ou semelhantes a ele próprio, imagens conscientes e vazias dos seus instintos, assim como são padrões de comportamentos instintivos. Em outras palavras, o Arquétipo é uma tendência instintiva, assim como o impulso das aves para fazer seu ninho ou a organização das formigas em formato de colônias. Para Jung, “a sua origem não é conhecida; e eles se repetem em qualquer época ou em qualquer lugar do mudo – mesmo onde não é possível explicar a sua transmissão por descendência direta ou por ‘fecundações cruzadas’ resultantes da migração”.<sup>45</sup>

Existem tantos Arquétipos<sup>46</sup> quanto situações típicas na vida cotidiana e acontece como uma tendência instintiva/ compulsiva, ignorando qualquer razão e vontade. Calcida Cuba dos Santos afirma que Jung foi o primeiro a explicar a mitologia como uma projeção de um inconsciente universal totalizante, e sua ação é paralela à força inerente aos motivos mitológicos. “Graças a esse modo de ação (...) da influência dos arquétipos na vida das sociedades. (...) sob ponto de vista psicológico (...) a segunda grande guerra foi (...) ativação de um arquétipo – o da suástica.”<sup>47</sup>.

### **Sentindo os modos de sentir: A História das Mentalidades através do Inconsciente Coletivo**

É possível traçar algumas analogias e aproximações entre os discursos sobre o conceito de História das Mentalidades e os Arquétipos junguianos. As Mentalidades estão ligadas a temas universais, que buscam captar modos coletivos de sentir, daí exemplos como

---

no presente, por relato de Jouvett, do grande número de horas de sono que, na criança de pouca idade, são cheios de sonhos. Perguntamo-nos com o que há de sonhar a criança que mal começa a viver, quer o recém-nascido de 7 a 8 meses, quer o recém-nascido de termo. Só podemos julgar, pensamos de novo pessoalmente, é que os arquétipos é que estejam em jogo no caso, motivando as representações oníricas do homem já assim bem no início de sua vida.” Ver mais informações em: SANTOS, Cacilda Cuba dos. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976.

<sup>44</sup> SILVEIRA, Nise da. *Jung: Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 77.

<sup>45</sup> JUNG. *O Homem e seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 69.

<sup>46</sup> Os Arquétipos têm sua principal forma de manifestação através dos sonhos e são exatamente os símbolos oníricos que provêm do “Inconsciente Coletivo” que é a “parte da *psique* que retém e transmite a herança psicológica comum a toda humanidade” (HENDERSON, 1977, p. 107). E a relação de alguns destes símbolos produzidos pelo inconsciente com as fases da vida de um indivíduo (influência e a transição para a adolescência; maturidade, velhice ou a própria preparação para a morte), é de suma importância e de enorme valor prático para o analista.

<sup>47</sup> SANTOS, Cacilda Cuba dos. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976, p. 37.

o medo, o amor, a mulher, dentre outros. Todos estes temas integram uma mentalidade que, não por acaso, é coletiva e indica uma estrutura mental comum, entre o limite do biológico e o cultural, a do Inconsciente Coletivo; uma estrutura mental que se transforma lentamente, a quase inércia, o que gera permanências incorporadas nos hábitos mentais.

É como se esses modos de sentir (temas universais das Mentalidades) participassem da estrutura mental dos indivíduos em determinada sociedade, o que legitimaria permanências e continuidades nas ações humanas. Esses atos humanos são frutos desses modos de sentir que, ao mesmo tempo, são alimentados por essa ação humana, perpetuando-se mutuamente. Com isso, percebe-se uma possível aproximação entre estes dois conceitos, no qual a História das Mentalidades (re)significa os Arquétipos junguianos em temas histórico-sociais e objeto investigativo da História, para compreender o homem e suas ações ao longo do tempo. Os Arquétipos que, segundo Santos, “(...) são revivências de materiais mitológicos que se manifestam no indivíduo porque ele os herdou<sup>48</sup>”.

Estes materiais mitológicos se relacionam com o que Jacques Le Goff relata, no final do século XIX e no início do XX, sobre a mentalidade designar o psiquismo dos primitivos, que se apresenta ao observador como um fenômeno coletivo, indiscernível no seio de um psiquismo individual “(...) e próprio dos indivíduos cuja vida psíquica é feita de reflexos, de automatismos; reduz-se a um mental coletivo que exclui praticamente a personalidade.<sup>49</sup>” Jung afirma que:

*O conceito de arquétipo, que constitui um correlato indispensável da ideia de inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas da psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar. A pesquisa mitológica denomina-as “motivos” ou “temas”; na psicologia dos primitivos elas correspondem ao conceito *représentations collectives* de LEVY-BRUHL e no campo das religiões comparadas foram definidas como “categorias da imaginação” por HUBERT e MAUSS. ADOLF BASTIAN designou-as bem antes como “pensamentos elementares” ou “primordiais”. A partir dessas referências torna-se claro que minha representação do arquétipo – literalmente uma forma preexistente – não é exclusivamente minha, mas também é reconhecida entre outros campos da ciência.<sup>50</sup>*

---

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. *Individuação Junguiana*. São Paulo: Sarvier, 1976, p. 31.

<sup>49</sup> LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1995, p. 73-74.

<sup>50</sup> JUNG. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*, p. 53-54.

Nessa perspectiva, em que Jung admite que sua representação de Arquétipo não seja exclusivamente dele, uma vez que pode ser reconhecida em outros campos da ciência, é que identificamos o Inconsciente Coletivo e seus Arquétipos com as Mentalidades. Neste encaixe, alguns dos temas (não todos) da História das Mentalidades podem coincidir com algumas imagens arquetípicas. Para Mestre e Pinotti, as imagens religiosas representam as crenças partilhadas da herança espiritual. Assim, compartilhamos, com nossos pares de espécie, sentimentos e pensamentos adquiridos através do Inconsciente Coletivo.

O medo do escuro, por exemplo, torna o homem sujeito a uma impotência de defesa contra aquilo que não é capaz de ver, portanto, de conhecer. Isso talvez explique a necessidade da religião como fato universal de qualquer cultura em toda a história do homem, como forma de tornar neutro o que se desconhece, através da proteção de divindades. E nessas explicações religiosas, outros medos são criados como mecanismos de controle social e de manutenção da identidade em face do desconhecido<sup>51</sup>.

Desta forma, podemos identificar a religião como Arquétipo importante do Inconsciente Coletivo, sendo um campo de interesse do próprio Jung que escreveu algumas obras sobre o tema, como *Psicologia da religião ocidental e oriental*, além de sempre trazer a religião à tona em seus outros escritos. Essa temática é muito conhecida entre os historiadores das Mentalidades, como é o caso do Historiador Lucien Febvre, um dos fundadores dos *Annales*.

Todavia, os Arquétipos junguianos são verificados como permanências gravadas na *psique* humana e são comuns a todos e referentes ao Inconsciente Coletivo. Essas permanências irão participar das atitudes conectadas aos modos de sentir dos homens, e a forma como a sociedade reflete estas percepções pouco se transformou. Tudo isso nos permite entender que essas permanências são aprisionadas por um tempo longo, ou seja, a mesma *longa duração* braudeliana, como uma estrutura mental coletiva das afecções e agir humano, que também pode ser referir à História das Mentalidades. Le Goff postula que o objeto do historiador das mentalidades “(...) é o coletivo. A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem em comum com outros homens do seu tempo<sup>52</sup>”.

---

<sup>51</sup> MESTRE, Mestre; PINOTTI, Rita de Cássia. As representações sociais e o inconsciente coletivo: um diálogo entre duas linhas teóricas. In: *PsicoUTPonline*. n. 04, Curitiba, jul. 2004, p.4.

<sup>52</sup> LE GOFF; NORRA. Pierre. *História: novos objetos*, p. 69.

Desta forma, pode-se entender que as iconografias com seus símbolos e imagens, através dos meios de informações e comunicações, são, ao mesmo tempo, uma consequência que deriva e origina permanências de uma dada mentalidade, na qual se arrasta por um tempo longo. Trata-se da mesma estrutura mental que, por vezes, resulta numa quase inércia e suas continuidades, que está vinculada aos temas universais.

Enquanto a História das Mentalidades refere-se à esfera do social e do coletivo, o Inconsciente Coletivo, através do *panteon* dos Arquétipos, retrata cada ser humano, individual, a partir de uma premissa universal. Desta maneira, o Inconsciente Coletivo pode encontrar uma ferramenta na História das Mentalidades, na medida que cada homem, munido desta estrutura mental, nas aglomerações humanas, traduzidos na sociedade, coloca em prática esta coletividade, ou seja, os reflexos dessa estrutura mental.

Vovelle recorre mais uma vez a Philippe Ariès em *La Nouvelle Histoire* quando pontua que as mentalidades não têm relação com o Inconsciente Coletivo “(...) em termos de psicanálise – exceto talvez Jung, eventualmente – nem segundo os critérios de uma antropologia inspirada em Lévi Strauss.<sup>53</sup>” Percebemos aqui que as mentalidades dialogam com a perspectiva junguiana, que colabora com os preceitos de estruturas mentais coletivas através de seus ritmos e causalidades próprios.

Através da existência de uma longa duração (as permanências) referentes aos (temas) universais da História das Mentalidades e que podem ser (re)interpretados em Arquétipos junguianos, é possível afirmar que toda a estrutura social não sofreu transformações em seus alicerces. Com isso, resulta em ações – inconscientemente já estereotipadas e determinadas – dos indivíduos que carregam uma estrutura mental coletiva e comum, fruto de um Inconsciente Coletivo. Tudo isso pode ser entendido quando Le Goff situa as mentalidades, colocando-as “(...) no ponto de junção do individual e do coletivo, do longo tempo e do cotidiano, do inconsciente e do intencional, do estrutural e do conjuntural, do marginal e do geral<sup>54</sup>”.

Deste modo, o Inconsciente Coletivo sugere ao homem como seu comportamento deve funcionar, ou seja, ele deve agir conforme o arcabouço de Arquétipos já impregnado

---

<sup>53</sup> VOVELLE. *Ideologias e Mentalidades*, p.21.

<sup>54</sup> LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre. *História: novos objetos*, p. 71.

na sua *psique*. Observa-se aqui a possibilidade de conversão, ou melhor ainda, de (re)interpretação do Inconsciente Coletivo com os próprios universais (temas) da História das Mentalidades e as conseqüentes permanências geradas pela longa duração braudeliana. Assim, não há nenhuma transformação de fato, não sendo a curta duração capaz de provocar uma ruptura que provocasse descontinuidades relevantes nas bases da estrutura social, levando em consideração que as mentalidades são o resultado das ações estereotipadas e inconscientes dos indivíduos, que carregam a herança de uma estrutura mental coletiva, comum e universal, decorrente do próprio Inconsciente Coletivo.

Estes postulados talvez justifiquem a afirmativa de Le Goff quando ele diz que a mentalidade parece se apresentar preferencialmente do irracional ao extravagante. “Daí a proliferação de estudos – alguns notáveis sobre feitiçaria, heresia e milenarismos; daí também, que dirigindo a sua atenção para os sentimentos comuns ou de grupos sociais integrados<sup>55</sup>”, dão preferência a temas limites como as atitudes em relação ao milagre ou à morte.

O Inconsciente Coletivo se apresenta como um pilar categórico para explicar a existência das permanências referentes à sociedade e demonstradas pela História das Mentalidades e salvaguardadas pela longa duração. Em outras palavras, é no Inconsciente Coletivo que se encontram modos de apreensão através dos Arquétipos junguianos e a longa duração, na qual esses Arquétipos ou temas se apresentam, propagam e permanecem na sociedade.

Em suma, Inconsciente Coletivo e Mentalidades buscam os modos de sentir do homem e da sociedade. Cada homem tem basicamente a mesma estrutura mental, resultando mais ou menos nos mesmos hábitos mentais, o que garante os mesmos Arquétipos e/ou temas universais dentro do processo histórico, como assinalam as mentalidades. Neste sentido, a longa duração se apresenta como o conceito da representação do tempo que estes Arquétipos e/ou temas propagam e permanecem. A História das Mentalidades equivale ao Inconsciente Coletivo e os temas universais da primeira remetem aos Arquétipos do segundo.

---

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. *História: novos objetos*, p. 75.

Concordamos com Reis<sup>56</sup> quando este pontua que o tempo longo e as permanências ultrapassam o quadro geográfico, as quais se manifestam também no campo cultural. Dessa forma, o homem perde sua historicidade e sofre muito mais a temporalidade do que a produz, pois suas ações não dependem de sua vontade e acontecem sob limites geográficos, sociais, mentais, culturais, econômicos, demográficos, conscientes e inconscientes. Tudo isso contribui para o descentramento do homem, vez que o torna seriável e não evento singular.

Esta genialidade de Jung, contudo, pode ser fruto da sua maior proximidade com autores e pensadores românticos do que com Freud. Segundo Maroni<sup>57</sup>, citações de Goethe, Schiller, Schopenhauer, Burckhardt, Otto e outros, são mais frequentemente encontradas em seus trabalhos, proporcionando um deslocamento efetivo em relação à Psicanálise, sendo Carl Gustav Craus o intelectual mais presente na formação e construção do pensamento junguiano. Essa qualidade de Jung certamente permitiu seu diálogo e intercâmbio com outras áreas, como a História das Mentalidades – que o antecede cronologicamente – e que, desde o século XIX, já vinha sendo praticada por outros autores, como é o caso de Michelet, autor de *La Sorcière*, em 1862 e que no século XX, com a segunda geração dos *Annales*, vai encontrar seu auge.

### Considerações finais

Este artigo buscou desenvolver uma análise relacional entre História e Psicologia analítica, desvelando as possibilidades desta interface na produção do conhecimento histórico. Para tanto, buscamos empreender uma relação epistemológica e das proximidades conceituais entre as duas áreas, a fim de clarificar as semelhanças entre elas, com vistas ao melhor entendimento do indivíduo e da sociedade, dos modos de sentir da História das Mentalidades e do Inconsciente Coletivo com seus Arquétipos.

Pudemos perceber que relatos, diários e enunciados de natureza subjetiva passaram a ser considerados documentos preciosos ao ofício do historiador, na medida que permitiram detectar elementos que viabilizam a melhor compreensão das vicissitudes históricas. A

---

<sup>56</sup> REIS. *Escola dos Annales*.

<sup>57</sup> MARONI, Amnérís. *Jung: Individuação e Coletividade*. São Paulo: Moderna, 1998.

subjetividade, outrora criticada, passou a servir como uma ponte entre a objetividade aspirada pelo conhecimento histórico e a as instâncias mais íntimas do indivíduo e da coletividade.

Carl Gustav Jung, com suas formulações sobre o Inconsciente Coletivo, consegue captar os modos de sentir e as afecções de cada ser humano através de uma estrutura mental comum a todos, através de um conjunto de arquétipos traduzidos em imagens criptografadas na memória de cada indivíduo, decorrente das repetições de cada experiência fundamental de cada um. Essa estrutura de Jung traz uma série de elementos passíveis de comparação com o conceito de História das Mentalidades, tema amplamente conhecido pelos historiadores.

É imprescindível destacar, porém, que o historiador que se utiliza dos campos da Psicologia deve estar sempre atento para que não recaia em impulsos psicologizantes dos processos sociais e para que não se perca em análises excessivamente interpretativas. Pesavento alerta para os riscos de se levar mais longe que o admissível a capacidade de estabelecer relações de significado e afirma que as conclusões devem ser assumidas como provisórias. Esta autora acrescenta que a História Cultural pressupõe uma “carga de leitura ou bagagem acumulada, para potencializar a interpretação por meio da construção do maior número de relações possível entre os dados.<sup>58</sup>” Fica evidente, portanto, o papel imprescindível da erudição ao ofício do historiador, que deve ser capaz, diante de todo seu conhecimento e estudos, de propor versões possíveis para os acontecimentos, chegando a certezas provisórias.

---

<sup>58</sup> PESAVENTO. *História & História Cultural*. p. 119.

# Iconologia e iconografia no estudo da arte paleocristã

## Iconology and iconography in the study of paleochristian art

**Cláudio Monteiro Duarte**

Doutorado em História

Universidade Federal de Minas Gerais

claudiomonteiroduarte@gmail.com

Recebido: 31/10/2014

Aprovado: 11/06/2015

**RESUMO:** Neste artigo, propõe-se um exercício metodológico de aproximação entre duas abordagens da História da arte, a iconologia e a iconografia, aplicando-as a alguns temas e objetos da arte paleocristã, na busca da elucidação de seu significado. Primeiramente, são propostas algumas reflexões sobre a semelhança de um dos esquemas compositivos estudados por Erwin Panofsky com o simbolismo geométrico da Trindade citado por Louis Réau. É esboçada uma hipótese a respeito da “genealogia” dessa iconografia, buscando-se ao mesmo tempo detectar a continuidade das formas simbólicas antigas. Em seguida, elabora-se uma discussão sobre continuidade e ruptura em relação à iconografia de Cristo na Antiguidade Tardia. Buscou-se, em suma, utilizar simultaneamente a iconografia e a iconologia, como formas de leitura mutuamente complementares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iconografia, Iconologia, Arte Paleocristã.

**ABSTRACT:** In this article, a methodological exercise of approximation between two approaches of Art History is proposed, the iconology and the iconography, by applying them to some themes and objects of paleochristian art, searching to elucidate their meaning. Firstly, some reflections are proposed about the similarity of one of the compositional schemes studied by Erwin Panofsky with the geometrical symbolism of the Trinity quoted by Louis Réau. A hypothesis is sketched as to the “genealogy” of this iconography, searching at the same time to detect the continuity of the old symbolic forms. After that, a discussion is elaborated on continuity and rupture in respect to the iconography of Christ in Late Antiquity. It was our goal, in short, to use simultaneously the iconography and the iconology, as mutually complementary ways of analysis.

**KEYWORDS:** Iconography, Iconology, Paleochristian Art.

Erwin Panofsky (Hannover, 1892 – Princeton, 1968) foi um historiador da arte judeu-alemão, emigrado para os Estados Unidos devido à expansão nazista. Foi bastante influente nos estudos sobre iconografia e levou adiante o estudo da iconologia, proposto primeiramente por Aby Warburg. Seu principal objeto de estudo foi a história da perspectiva,

desde o mundo antigo até o século XVII. Ele defendia que os sistemas perspécticos são historicamente plurais, e que cada um deles se baseia em uma determinada concepção de espaço e de visão. Suas obras mais famosas são *A perspectiva como forma simbólica* (1927), *Estudos de iconologia* (1939), *Vida e obra de Albrecht Dürer* (1943), além de *Arquitetura gótica e escolástica* (1951), sendo que somente este último foi publicado no Brasil, assim como *Significado nas artes visuais* (1955), obra na qual se encontra *A história da teoria das proporções humanas como reflexo da história dos estilos*.<sup>1</sup>

Nesse ensaio de Panofsky, são passados em revista os princípios utilizados para a representação do corpo humano ao longo da história da arte. Nesse estudo, percebe-se que ele utiliza o mesmo método constatado em seus estudos sobre a perspectiva. Assim como os sistemas de representação perspéctica são plurais e denunciam concepções diferentes do espaço, os sistemas de representação da figura humana são igualmente plurais, revelando concepções diversas do trabalho artístico. Para ele, as diferenças nas teorias das proporções humanas são índices mais confiáveis das mudanças estilísticas do que o são as artes “prontas”, como a arquitetura, a escultura ou a pintura, pois revelam com mais clareza o *Kunstwollen*. Esse conceito, derivado da obra de Alois Riegl, designa o impulso estético que guia as criações artísticas de cada época ou estilo, e ajuda a explicar suas transformações.<sup>2</sup> Mas aqui já nos encontramos no terreno da iconologia, pois não se trata somente de decifrar o significado convencional das imagens, e sim de investigar o seu sentido cultural intrínseco.

E assim, nessa busca da “vontade de arte” de cada época e/ou povo, que não é senão o objetivo primordial da iconologia, Panofsky se baseia sempre em fontes escritas relevantes para compreender as diversas teorias de proporções. Para a teoria egípcia das proporções, por exemplo, ele se utiliza de papiros com esboços de trabalho e de esculturas inacabadas, nos quais é possível perceber o método construtivo que os artesãos seguiam, em que era mais importante a coerência da figura do que sua semelhança com o real: “Esse método egípcio de empregar uma teoria de proporções reflete claramente sua *Kunstwollen*, dirigida não à variável, mas à constante, não à simbolização do presente vital, mas à realização da eternidade

---

<sup>1</sup> PANOFSKY, Erwin. Known as “Pan”. Captado em: <https://dictionaryofarthistorians.org/panofskye.htm>. Acesso em: 10 abr. 2011.

<sup>2</sup> CAMPOS, Jorge Lucio de. *Do simbólico ao virtual: a representação do espaço em Panofsky e Francastel*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: UERJ, 1990.

intemporal” .<sup>3</sup>

Já para estudar o que os gregos pensavam sobre as proporções ele utiliza o *Cânone* de Policleto e o *Tratado de arquitetura* de Vitruvius. Em relação aos bizantinos, o *Manual do pintor do monte Ato*; para os góticos, o *Caderno* de Villard de Honnecourt; e para os renascentistas os tratados de Leon Battista Alberti e Leonardo da Vinci, bem como os *Quatro livros sobre as proporções humanas*, de Albrecht Dürer.

Interessamo-nos aqui especialmente pelo *Manual do pintor do monte Ato*. Segundo Panofsky, nesse escrito preconiza-se um método para a representação frontal da figura humana, no caso a cabeça, baseado num esquema de três círculos concêntricos. Esse é o esquema usado nos ícones frontais de Cristo e dos santos. Sendo o nariz o raio do círculo mais interno, o círculo intermediário teria um raio equivalente a duas vezes o nariz, e o círculo externo a três. Os ícones de Maria, como são geralmente executados a “três quartos”, seguem um método ligeiramente diferente, mas os princípios básicos são os mesmos.

Já Louis Réau (Poitiers, 1881 – Paris, 1961) foi um historiador da arte francês, autor de *Histoire de l'expansion de l'art français* (1924-1933) e de uma obra com o título curioso de *Histoire du vandalisme: les monuments détruits de l'art français* (1959). Esses títulos poderiam sugerir que Réau fosse um especialista em arte francesa, mas *L'Art russe* (1921-1922), uma obra anterior, desfaz a impressão, e a sua obra principal, *Iconographie de l'art chrétien*, publicada entre 1955 e 1959, nos mostra que na verdade ele se dedicava ao estudo da arte cristã em geral, desde a arte paleocristã até o barroco tardio, sendo primariamente um iconógrafo, isto é, dedicava-se ao estudo da interpretação temática das obras de arte religiosa.<sup>4</sup>

Esse antigo livro de Louis Réau é um compêndio verdadeiramente enciclopédico de iconografia cristã. São três grandes volumes, abrangendo todas as temáticas fundamentais da iconografia da religião cristã, até o século XVIII. Mesmo para quem já tenha familiaridade com a iconografia cristã, a obra é bastante útil, pois o autor revela a origem de certas representações, esclarece tradições peregrinatórias relativas a determinados anjos e santos, mostra as iconografias que se fundiram, que se separaram, que decaíram ou que triunfaram

---

<sup>3</sup> PANOFSKY, Erwin. A história da teoria das proporções humanas como reflexo da história dos estilos. *Significado nas artes visuais*. Trad.: Maria Clara Kneese e Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 98.

<sup>4</sup> Réau, Louis. Disponível em: <https://dictionaryofarthistorians.org/reaul.htm>. Consulta em 10 abril 2011.

com o tempo, ilumina as tendências mais fortes de certos países e de certas épocas, comenta sobre o papel de grandes artistas da história no reforço ou na transformação das temáticas representacionais.

Assim é que, por exemplo, podemos conhecer a variedade de maneiras pelas quais foram representados Deus e a Trindade divina, sendo que algumas já estão em desuso há séculos. Ao comentar sobre as representações geométricas da Trindade, afirma: “Tres círculos concéntricos pueden también dar una idea bastante adecuada de la Trinidad. Dicho simbolismo, de origen astronómico, deriva de tres antiguas representaciones del Sol. Esta filiación aparece muy claramente en un mosaico del baptisterio de Albenga, en Liguria (siglo VI)”.<sup>5</sup>

A semelhança do esquema compositivo estudado por Panofsky no *Manual do pintor do monte Ato*s com o simbolismo geométrico da Trindade citado por Réau não deixa de ser intrigante. Propõe-se, aqui, uma pequena reflexão a respeito da “genealogia” dessa iconografia, buscando-se entender também as raízes culturais antigas do esquema compositivo. Aproximar, em suma, a iconografia e a iconologia. Pode ser útil vislumbrarmos o esquema compositivo lado a lado com o mosaico de Ligúria:

---

<sup>5</sup> RÉAU, Louis. *Iconografía del arte cristiano* (1955): Tomo I. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996, p. 40.



**Figura 1** - Mosaico no batistério de Albenga - Ligúria - Itália - sec VI. Fonte: Grupo Flickr Italia Medievale. Público. Disponível em: [https://www.flickr.com/photos/ana\\_sudani/378659959/in/photostream/](https://www.flickr.com/photos/ana_sudani/378659959/in/photostream/). Acesso em: 31 out. 2014.



**Figura 2** - Esquema bizantino de proporções para representação de cabeça com halo. Fonte: PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Trads.: Maria Clara Kneese e Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Vê-se, na figura 1, o mosaico da pequena abóbada do batistério de Albenga, na região de Ligúria, Itália, com os três círculos concêntricos mencionados por Réau. Repare-se como o *crismograma*, o símbolo formado pelas letras gregas  $\chi$  e  $\rho$ , foi colocado três vezes sobre si mesmo, bem como as letras “alfa” e “ômega”, que aparecem três vezes cada uma, percebendo-se até mesmo uma leve sugestão de tridimensionalidade. Na figura 2, vemos os três círculos aplicados ao desenho de um ícone, na ilustração utilizada pelo próprio Panofsky. O centro dos três círculos se encontra entre os olhos de Cristo. Embora não se possa afirmar que esses três círculos concêntricos preconizados pelo manual do monte Atos “representem” a Trindade, visto se tratar tão somente de um princípio técnico e compositivo para se desenhar a figura humana, não se pode excluir a hipótese de uma possível alusão trinitária. Não deixa de ser interessante refletirmos sobre o sentido, tanto iconológico como iconográfico, dessa confluência de motivos. Por um lado, o símbolo está atestado na igreja italiana. Se a datação de Réau estiver correta (século VI), trata-se de uma iconografia muito mais antiga que o manual do Monte Atos, atribuído a Dionísio de Fournas, monge do Monte Atos que viveu no século XVIII. Mas, como diz Panofsky,<sup>6</sup> embora o manual seja recente, os cânones nele ensinados remontam a práticas da Alta Idade Média. A velha iconografia, portanto, pode ter influenciado o pensamento iconológico dos pintores de ícones, embora não possamos afirmá-lo peremptoriamente.

Por outro lado, Réau afirma que, na origem, tratava-se de um simbolismo astronômico, provavelmente mais antigo que o cristianismo: “tres antiguas representaciones del Sol”.<sup>7</sup> Panofsky também supõe uma origem mais antiga para o cânone dos ícones:

Nos escritos dos “Irmãos da Pureza”, uma irmandade erudita árabe que floresceu nos séculos IX e X, encontramos um sistema de proporções que antecipa o sistema ora em consideração [...]. E embora esse cânone pudesse provir de fontes ainda mais antigas, sua linhagem não parece ir além do final do período helenístico [...].<sup>8</sup>

Esses escritos árabes poderiam ser, segundo Panofsky, a origem do sistema de proporções dos ícones. O que é interessante, por se tratar de uma fonte não cristã. Mas o

---

<sup>6</sup> PANOFSKY. *Significado nas artes visuais*, p. 112.

<sup>7</sup> RÉAU, *Iconografia del arte cristiano*, p. 40.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. *Significado nas artes visuais*, p. 114.

mais importante é que o estudioso alemão deixa claro que as proporções humanas não são estudadas nesses escritos árabes com um objetivo artístico; expressam na verdade um sistema numérico-harmonístico de fundo místico. Essa fonte pode ter sua origem, conforme Panofsky, na Antiguidade, mas não além do período helenístico. Mas basta nos lembrarmos da visão cosmológica antiga, nomeadamente do modelo aristotélico-ptolomaico, para nos apercebermos que os antigos sempre associaram o círculo à ideia de perfeição, como se pode ver claramente no tratado de Aristóteles, *Sobre o céu*, no qual ele busca provar a perfeição dos astros e a existência do éter, a substância celeste:

[O] movimento circular é necessariamente originário. Pois o que é perfeito é naturalmente anterior ao que é imperfeito, e o círculo é uma coisa perfeita.<sup>9</sup>  
[...] Essas premissas levam claramente à conclusão de que existe na natureza uma substância material diferente daquelas conhecidas por nós, anterior e mais divina que elas.<sup>10</sup>

Os gregos, portanto, já identificavam a suposta perfeição dos céus com os movimentos circulares; seu modelo astronômico era composto de várias esferas concêntricas, nas quais giravam os planetas. Alguns elementos de fundo da concepção simbólica mencionada por Panofsky podem então ir além do período helenístico, e remontar até mesmo ao pitagorismo. Quando os cristãos resolveram usar três círculos concêntricos para representar a perfeição da Trindade divina, tal configuração formal tinha já um longo passado, simbolizando a perfeição celeste. Pode-se dizer, portanto, que os pintores de ícones estão inseridos numa antiga tradição. Os gregos acreditavam encontrar no céu físico elementos de concepções que podem ser consideradas, com mais propriedade, metafísicas. Os cristãos, ao representar o Divino com esferas concêntricas, estavam de certa forma devolvendo aquela simbologia ao seu verdadeiro lugar.

Na verdade, a continuidade entre concepções pagãs e cristãs, em diversas esferas, como arte, filosofia, simbolismo religioso e concepções políticas, é uma questão que tem ocupado historiadores já há algum tempo. No que diz respeito a Cristo, as fontes antigas se concentram sobre a questão da legitimidade ou não de sua representação figurativa, mencionando pouco ou nada a respeito de sua aparência física, o que fez com que existissem,

---

9 Grifo nosso.

10 Aristotle. *De Caelo*, I, § 2, 269a. Tradução para o inglês: J. L. Stocks. Oxford: Clarendon Press, 1922. Tradução nossa.

na Antiguidade, diversos “tipos” de Cristo. Um desses tipos, mais recente, é o assim chamado *Ancião dos Dias* (ou *Antigo de dias*), que nada mais é que um Cristo transformado em ancião, com barbas e cabelos brancos, e que no Ocidente pode ter inspirado a tradicional iconografia de Deus Pai; ao comentar sobre essa iconografia de Deus, Louis Réau afirma que seus exemplos mais antigos aparecem na arte bizantina no século XI. Porém, segundo o padre Georges Gharib, arquiemandrita do Patriarcado de Antioquia, existe um exemplar muito mais antigo. Trata-se de um díptico de marfim, datado do século VI, atualmente no Museu de Arte Bizantina de Berlim, que mostra, de um lado, Cristo e dois apóstolos, e do outro, Maria com o Menino (figura 3). Gharib afirma: “Temos, nesta obra excepcional, dupla representação de Cristo: aquela, profetizada por Daniel, do Antigo de dias, Senhor do mundo, igual ao Pai, que senta para julgar os vivos e os mortos; e a do Emanuel, o ‘Deus conosco’ profetizado por Isaías”.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> GHARIB, Georges. *Os ícones de Cristo: história e culto* (1993). Trad.: Pe. José Raimundo Vidigal, C. Ss. R. São Paulo: Paulus, 1997, p. 120.



**Figura 3** - *Díptico de marfim com Cristo entre Pedro e Paulo (esquerda), Maria, o Menino e anjos (direita)*. Século VI. Fonte: Banco de Dados online do Skulpturensammlung und Museum für Byzantinische Kunst, Staatliche Museen, Berlim. Disponível em: [http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=direct/1/ResultLightboxView/result.t1.collection\\_lightbox.\\$TspTitleImageLink.link&sp=10&sp=Scollection&sp=SfilterDefinition&sp=0&sp=2&sp=1&sp=Slightbox\\_3x4&sp=0&sp=Sdetail&sp=0&sp=F&sp=T&sp=6](http://www.smb-digital.de/eMuseumPlus?service=direct/1/ResultLightboxView/result.t1.collection_lightbox.$TspTitleImageLink.link&sp=10&sp=Scollection&sp=SfilterDefinition&sp=0&sp=2&sp=1&sp=Slightbox_3x4&sp=0&sp=Sdetail&sp=0&sp=F&sp=T&sp=6). Acesso em 05 set. 2003.

Realmente o Cristo retratado nesse marfim apresenta feições que lembram as de um homem mais idoso, principalmente as orelhas curiosamente grandes, a longa barba, a boca por demais rasgada, os olhos oblíquos. Tudo, em suas feições, sugere uma grande ancianidade. O fato de estar ao lado de uma representação de Maria com o Menino, pensamos, é um argumento a favor de uma interpretação da obra como o Antigo de Dias, pois que sentido teria o paralelismo das duas representações senão para sublinhar o mistério da Encarnação e o fato de que uma sabedoria imemorial, “antiga”, encarnou-se num corpo

de menino, através da Virgem? Se a interpretação do padre Gharib estiver correta, trata-se de uma das mais antigas representações do Antigo de dias. A questão só poderia ser esclarecida se houvesse alguma outra obra semelhante e contemporânea àquela, e, surpreendentemente, essa obra existe.

Com a descoberta, nos anos 1950, dos ícones do *Mosteiro de Santa Catarina*, do Egito, por Georges e Mary Soteriou, e seu exaustivo estudo por Kurt Wietzmann e vários outros estudiosos, a história da pintura cristã foi reexaminada sob uma nova luz.<sup>12</sup> Muitos objetos até então inéditos puderam finalmente ser estudados. Entre os ícones descobertos, está um curiosíssimo Cristo, que os estudiosos dataram como sendo do século VII, sentado sobre um arco-íris como sobre um trono, com a terra embaixo de seus pés. Seus cabelos e sua barba são perfeitamente brancos, mas ao mesmo tempo suas feições são as de um adolescente. Combinam-se, numa mesma representação, três iconografias: a do Pantocrator, ou governante do mundo, a do Ancião dos Dias, com os seus cabelos brancos, e as feições juvenis exprimem a idéia da Encarnação, através de um jovem salvador. E para que não houvesse dúvidas, o pintor do ícone escreveu verticalmente, em grego, dos dois lados da figura em majestade, a palavra *Emanuel*, para bem exprimir a idéia da Encarnação (figura 4). Pode-se afirmar, portanto, com alguma segurança, que a iconografia do Antigo de Dias é mais antiga do que afirmava Réau nos anos 50, pois está atestada nesse ícone do século VII e no marfim do século VI.

---

<sup>12</sup> BELTING, Hans. *Likeness and presence: a history of the image before the era of art* (1990). Trad. para o inglês: Edmund Jephcott. Chicago; Londres: University of Chicago Press, 1996, p. 25.



**Figura 4** - *Cristo pantocrator, Emanuel e Ancião dos Dias*. Encáustica sobre madeira. Século VII. Fonte: WEITZMANN, Kurt. *The Monastery of Saint Catherine at Mount Sinai: The Icons. Vol 1: From the Sixth to the Tenth Century*. Princeton: Princeton University Press, 1976.

Mas o processo de “envelhecimento” de Cristo já havia começado um bom tempo antes, em meados do século IV. Antes disso existia somente o Cristo “apolíneo”, um jovem taumaturgo que operava curas e outras maravilhas. Imberbe, com cabelos fartos e cacheados, e que às vezes segura em suas mãos um rolo ou um bastão. Para Robin Margaret Jensen esse tipo de iconografia de Cristo seria derivado dos deuses gregos mais jovens e heroicos, como Apolo, Hércules ou Dionísio: “a aparência de Jesus, em contraste com os outros [personagens], é quase espetacular, e a conclusão quase inevitável é que ele representava o

tipo, ou mesmo a substituição, dos jovens deuses salvadores da religião greco-romana”.<sup>13</sup> Essa leitura de Jensen segue a linha defendida por Thomas Mathews num livro polêmico e já bem conhecido, sobre o qual se discutirá mais adiante.

Contra essa interpretação se posiciona Paul Zanker, que propõe, em seu lugar, que esse Jesus seria a manifestação da nostalgia de um passado heroico:

Isto é claramente um exemplo de “helenização”. Na literatura especializada, esse jovem radiante foi frequentemente identificado com Apolo, o que não constitui uma ligação iconográfica concreta, pois a beleza de Apolo é revelada através de seu corpo nu. Ao invés, seria melhor invocarmos a tradição dos retratos romantizados de jovens com longos cabelos do século II, que conjuram a lembrança de vários heróis gregos, de Aquiles a Alexandre o Grande, como um tipo de expressão nostálgica da fé no renascimento e na preservação da cultura clássica<sup>14</sup>.

Apesar dessas diferenças, há uma relativa concórdia historiográfica de que esse Cristo é derivado das tradições clássicas. Em contraste, Cristo começa a aparecer mais maduro em meados do século IV, na era constantiniana e pós-constantiniana, quase um século após o nascimento da arte cristã. Com cabelos mais longos e barbas patriarcais, ele se apresenta de forma cada vez mais frontal, às vezes entronizado, mas outras vezes permanece em pé, mostrando a S. Pedro e S. Paulo o rolo da “lei” (*traditio legis*), do Evangelho ou da “paz” (*traditio pacis*). Apesar de não ter ocorrido uma substituição, e sim uma sobreposição de tipos, percebe-se uma forte tendência em mostrá-lo como uma autoridade ou como um revelador. Ao invés dos deuses jovens e heroicos, ele passa a se assemelhar mais aos deuses governantes, como Júpiter ou Netuno. As figuras 5 e 6 podem dar uma precisa ideia do contraste; ambas mostram sarcófagos do século IV, pertencentes ao Musée de l’Arles antique, no sul da França, que abriga um bom número de sarcófagos paleocristãos.

---

<sup>13</sup> “Jesus’ appearance in contrast with these others is almost startling and the nearly inescapable conclusion is that he was either a type of, or even the replacement for the young savior gods of Greco-Roman religion”. JENSEN, Robin Margaret. *Face to Face: portraits of the divine in early Christianity*. Minneapolis: Fortress Press, 2005, p. 150. Tradução nossa.

<sup>14</sup> “This is surely an instance of ‘Hellenization’. In the scholarly literature the radiant youth has often been identified with Apollo, but this does not provide a concrete iconographical link, since Apollo’s beauty is best revealed in his nude body. Rather, we may recall the tradition of romanticized portraits of young men with long hair of the second century A.D., which conjured up various Greek heroes from Achilles to Alexander the Great as a kind of nostalgic expression of faith in the revival and preservation of classical culture”. ZANKER, Paul. *The mask of Socrates: the image of the intellectual in antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1995, p. 299. Tradução nossa.



**Figura 5** - *Detalhe do Sarcófago das Árvores* - mármore – Musée de l'Arles Antique – Arles - França - c. 375 - Foto própria.



**Figura 6** - Detalhe do Sarcófago *Traditio Legis* - mármore - Musée de l'Arles Antique – Arles - França - fins do séc. IV – Foto própria.

Um interessante exemplo desse tipo de Cristo maduro, já do final do século IV, está nesse fragmento de sarcófago, localizado na escadaria lateral externa da Basílica de Sant'Agnese, em Roma, que apresenta um Cristo bem maduro, sozinho e centralizado, e outras duas características bem interessantes: a presença de cortinas abertas que emolduram Cristo, de interpretação muito difícil, e a contradição entre o livro que Cristo segura, um códice encadernado, e os rolos dentro do cesto, no chão, um formato escritural que já estava entrando em desuso no final do século IV (figura 7).



**Figura 7** - *Cristo* - fragmento de sarcófago - mármore - Escadaria da Basílica de Sant'Agnese - Roma – fins do séc IV ou início do V. Foto própria.

Essa peça levanta questões muito pertinentes para o estudo da iconografia paleocristã: esse Cristo é maduro pela influência dos deuses pagãos ou para testemunhar sua divindade e sua igualdade com o Pai? As cortinas representam uma revelação, uma autoridade monárquica ou um símbolo do mundo celeste? O que significa a diferença de formato entre os rolos no cesto e o livro em suas mãos? O respeito pela sabedoria antiga, pagã, ou a afirmação de uma nova sabedoria, até então ignorada?

Explicar as razões precisas dessas variações iconográficas não é tarefa tão simples. Pois, embora esse Cristo maduro adquiriu proeminência, o tipo jovem ainda continuou sendo

usado durante muito tempo, e mais tipos foram incorporados, como o Ancião. As fontes escritas falam pouco da questão. Mas se podem coletar indicações esparsas, quando se analisa conjuntamente os textos e as imagens produzidas na época. Em primeiro lugar, a semelhança “física” de Cristo com os filósofos pagãos se tornou cada vez maior; eles ainda tinham um papel importante na sociedade romana tardia, sendo inclusive chamados de “homens santos” ou “divinos”, e pode ser notável a semelhança entre as representações de Cristo em meio ao seu Colégio Apostólico e aquelas dos filósofos pagãos entre seus alunos:

Os cristãos também adotaram essa forma de comemoração, com Cristo, que aparece em meio aos apóstolos, aos santos e doadores fiéis, diretamente comparável aos homens divinos pagãos, junto com seus autores clássicos, os adeptos já em estágio avançado, e discípulos ainda jovens. [...] Na falta de um contexto unívoco, pode ser difícil, em casos singulares, distinguir uma figura a meio-busto de um dos “homens santos” do retrato de Cristo dentro desse mesmo esquema <sup>15</sup>.

Como exemplo de um desses filósofos que pode ser confundido com Cristo, Zanker menciona um busto pertencente ao Museu Arqueológico de Istambul (figura 8). Não há nenhuma fonte escrita para estabelecer definitivamente a identidade desse busto, e somente a faixa na sua cabeça leva os historiadores a identificar esse busto como um filósofo-sacerdote pagão, pois no século V, desde a legislação de Teodósio que fechou os templos, os filósofos haviam acumulado as funções sacerdotais a seus afazeres intelectuais. Esses filósofos tardo-antigos eram acompanhados de uma aura de santidade, e em torno deles existia todo um imaginário maravilhoso. Marino de Neápolis relata, a respeito do filósofo Proclo, que “os seus olhos cintilavam como raios e todo o seu rosto era repleto de um esplendor divino. Um dia um alto magistrado [...] veio a uma aula sua e viu, de fato, uma luz que girava em torno de sua cabeça; depois da aula, ele se levantou, lançou-se aos pés do filósofo e relatou, sob juramento, esse fenômeno divino”.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> “Anche i cristiani adottarono questa forma di commemorazione, com Cristo che compare in mezzo agli Apostoli, ai santi e ai donatori credenti, direttamente confrontabile com gli uomini divini pagani insieme ai loro autori classici, agli adepti a uno stadio già avanzato e ai discepoli ancora ragazzi. [...] In mancanza di un contest unívoco, nei singoli casi può essere difficile distinguere la figura a mezzo busto di uno degli ‘uomini santi’ dal ritratto di Cristo nello stesso schema”. ZANKER, Paul. Dal culta della “paideia” alla visione di Dio. In: ENSOLI, S. e LA ROCCA, E. (orgs.) *Aurea Roma: dalla città pagana alla città cristiana*. Catálogo da exposição. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2000, p. 410. Tradução nossa.

<sup>16</sup> MARINO de Neápolis. Vida de Proclo. *Apud* ZANKER, Paul. Dal culta della “paideia” alla visione di Dio. In: ENSOLI, S. e LA ROCCA, E. (orgs.) *Aurea Roma: dalla città pagana alla città cristiana*. Catálogo da exposição. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2000, p. 411.



**Figura 8** - *Busto de filósofo* - mármore - Museu Arqueológico de Istambul - séc IV ou V. Fonte: ZANKER, Paul. Dal culta della “paideia” alla visione di Dio. In: ENSOLI, S. e LA ROCCA, E. (orgs.) *Aurea Roma: dalla città pagana alla città cristiana*. Catálogo da exposição. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2000, p. 411.

Em segundo lugar, o século IV foi marcado pela luta da Igreja contra a heresia arianista e suas variantes, que defendiam, para dizer de uma forma bem simplificada, que o Verbo divino, que havia se encarnado em Cristo, também tinha sido criado no princípio dos tempos. Assim, embora fosse uma criatura divina, Jesus não seria nada mais que uma criatura. Contra essa concepção que negava a divindade de Cristo e colocava o Filho bem abaixo do Pai, os ortodoxos defendiam a doutrina do Concílio de Nicéia, que em 325 tinha estabelecido a Divindade de Cristo, a natureza não criada do Verbo e a igualdade entre as Pessoas da Trindade, todas igualmente eternas, desde sempre existentes. Alguns historiadores defendem que a luta contra as concepções arianas teria deixado uma marca na arte sacra do século IV. Tornou-se urgente apresentar Cristo em pé de igualdade com o Pai, e para isso ele tinha que ser envelhecido e ser mostrado em uma posição de autoridade. Por outro lado, muitos vêm

nesse novo Cristo um influxo da iconografia imperial e, portanto, uma prova da influência do imperador sobre a Igreja. Mas isso é estranho, se se lembrar que Constantino inclinou-se grandemente ao arianismo e também alguns de seus filhos. Talvez não fosse interessante, para imperadores que defendiam o arianismo, incentivar a representação de Cristo com uma imagem de soberano, pois isso poderia torná-lo demasiado divino, semelhante por demais ao Pai.

No entanto, essa é a posição dominante na historiografia há muitas décadas, e contra ela se posiciona o mencionado livro de Thomas Mathews: o bizantinista norte-americano defende, como interpretação alternativa, que as representações de Cristo são derivadas dos deuses antigos, dos jovens deuses salvadores como Apolo e Dionísio, no caso de sua figura imberbe, e dos deuses governantes e maduros, como Júpiter e Netuno, quando a controvérsia ariana levou os fiéis a procurar uma representação que expressasse plenamente a sua divindade. Mas, além de herdar a aparência dos deuses antigos, ele diz que Cristo era apresentado, na linha de Paul Zanker, não só como um filósofo, mas também como um mago, portando muitas vezes um bastão, com o qual realiza seus milagres. Mas a sua hipótese mais polêmica foi a afirmação de que a figura do Rabi foi mostrada de forma um tanto andrógina em alguns mosaicos e sarcófagos, tendência que, para Mathews, Cristo herdou de outras divindades igualmente andróginas, como Dionísio, e que seria mais uma forma de expressar sua divindade. Em suma, o livro afirma que os cristãos do período viam Cristo como um deus, não como um imperador, e que isso transparece em imagens que expressam um universo bem mais vasto que o da corte.<sup>17</sup> A obra gerou, como seria de se esperar, um grande debate, mas o próprio Peter Brown, por exemplo, numa resenha do livro, afirma que “ninguém pode negar que esse é um livro que precisava ser escrito, [...pois a] tendência em reduzir tanta coisa da arte pós-constantiniana a modelos imperiais também pressupôs um mundo claustrofobicamente centralizado, no qual toda a pompa e a cerimônia giravam somente em torno do imperador. O Império Romano tardio não era assim”.<sup>18</sup>

Nessa resenha, Brown invoca a condenação de Santo Agostinho, em *De consensu*

---

<sup>17</sup> MATHEWS, Thomas F. *The Clash of Gods: a reinterpretation of Early Christian art*. Princeton: Princeton University Press, 2003. A primeira edição do livro é de 1993, e uma segunda edição, acrescida de um novo capítulo, apareceu em 1999, quando a maioria das resenhas já havia sido publicada.

<sup>18</sup> BROWN, Peter. Resenha de *The Clash of Gods: a reinterpretation of Early Christian art*. *The Art Bulletin*, Vol. 77, No. 3 (Set., 1995), p. 500. Tradução nossa.

*evangelistarum*, à identificação de Cristo com um mago, e o debate nos mostra o desafio de se harmonizar as fontes escritas e as iconográficas; com efeito, o bispo de Hipona diz que “realmente merecem incorrer em erro todos os que procuram Cristo não nos livros sacros, mas em imagens nas paredes”.<sup>19</sup> Mathews, por sua vez, reafirma que “o bastão é o mais frequente atributo de Cristo depois do rolo de seu ensinamento”. Ou seja, diante dos dados visuais, a “desaprovação de Agostinho não podia fazer o mago desaparecer”.<sup>20</sup>

Voltando à questão do arianismo, note-se que os bispos de Roma mantiveram-se fiéis à ortodoxia de Niceia, tendo inclusive convidado e acolhido Atanásio, bispo de Alexandria, que tinha sido exilado justamente por causa de sua posição radicalmente anti-ariana. Durante seus anos em Roma, Atanásio defendeu a postura ortodoxa e também divulgou os feitos dos monges e eremitas egípcios, o que nos leva a um terceiro fator, importantíssimo na Antiguidade Tardia, que é o impacto do surgimento do monasticismo, movimento que granjeou uma grande influência na Igreja ao longo do século IV. Quando publicou sua *Vida de Antão*, livro que foi logo traduzido para o latim, Atanásio contribuiu para divulgar em todo o Império a admiração por esses ascetas místicos, que passaram a ter condições para concorrer, no nível do imaginário, com o prestígio dos sábios e filósofos pagãos.

Talvez não se possa dizer que eles tenham sido tomados como modelo direto, mas os ascetas, com certeza, impactaram a imaginação da época com suas atitudes. Os mártires não tinham uma aparência diferente das outras pessoas, e ninguém podia dizer, entre vários cristãos, quais iriam fraquejar e quais se tornariam mártires. Os monges e eremitas, ao contrário, se destacavam, tinham uma aparência peculiar, usavam trapos ou hábitos, e tinham longos cabelos e barbas. Com o tempo, podem ter gerado um modelo para a aparência de um santo, que poderia ser aplicada a Jesus, guardadas as devidas proporções. Com efeito, não seria apropriado representar o Senhor sujo, nu (com exceção da cena do seu Batismo), ou vestindo trapos, mas não haveria problema em atribuir-lhe uma barba e longos cabelos. Na verdade, se fosse somente pela barba, a questão poderia ser respondida simplesmente a partir de dentro da tradição clássica. Afinal, a barba sempre havia sido a marca dos filósofos e homens letrados em geral, e, no mundo romano, embora o mais tradicional fosse o rosto

---

<sup>19</sup> Agostinho. *De consensu evangelistarum*, 1.10.15-16, *apud* BROWN, Peter. Resenha de *The Clash of Gods: a reinterpretation of Early Christian art*. *The Art Bulletin*, Vol. 77, No. 3 (Set., 1995), p. 501. Tradução nossa.

<sup>20</sup> MATHEWS, Thomas F. Reply to Peter Brown. *The Art Bulletin*, Vol. 78, No. 1 (Mar., 1996), p. 178.

liso, a barba foi reintroduzida pelo exemplo do imperador Adriano, em meados do século II, e tornou-se comum entre a população masculina do império, pois concedia um ar sério e erudito a quem a usasse. Mas ainda temos os cabelos, longos demais mesmo se levamos em conta a tradição dos heróis e filósofos, como nos sarcófagos já mencionados (ver figuras 7 e 8).

O modo de vida desses personagens pode ter moldado uma nova concepção de santidade e de como um santo deveria se parecer; sua doutrina, que pregava o desapego dos bens materiais, a reclusão solitária (ou comunitária) e a concentração mental, contínua e exclusiva no divino, geraram novas maneiras de contemplação religiosa, um novo modo de se encarar a Deus, frontalmente, sem intermediários, como se o fiel estivesse face a face com o Senhor, o que pode ajudar a explicar o incremento da frontalidade na iconografia. Por fim, seus esforços ascéticos prolongados e, muitas vezes, espetaculares, alimentaram o imaginário maravilhoso, dando ensejo ao surgimento de inúmeras novas lendas. Com efeito, os monges buscavam um esvaziamento da mente e uma contemplação exclusiva de Deus. Com efeito, no tratado *Sobre a oração*, Evágrio Pôntico (345-399) diz: “O monge se torna igual aos anjos através da oração, por causa do seu anseio em ‘contemplar a face do Pai que está no céu’”.<sup>21</sup> Embora Evágrio condene veementemente o uso de imagens mentais durante a prática da oração, seu ideal último é expresso com uma metáfora visual: a contemplação da face do Pai, que poderia, em última análise, justificar uma iconografia. É, além disso, um ideal de quietude que traz implícita uma concentração absoluta em Deus, presente igualmente no tratado *Sobre a guarda do intelecto*, de Santo Isaías, o Solitário: “A não ser que um homem odeie toda atividade deste mundo, ele não pode adorar a Deus. O que significa, então, a adoração de Deus? Significa que não temos nada a não ser Deus em nosso intelecto quando oramos a Ele”.<sup>22</sup> Pois bem: essa atitude de contemplação, que transforma Deus no único conteúdo do pensamento, encontra um paralelo na iconografia religiosa a partir do momento em que se passa a representar Jesus frontalmente, sem nenhum contexto narrativo, como se

---

<sup>21</sup> Evagrius the Solitary. On Prayer. PALMER, G. E. H.; WARE, Kallistos; SHERRARD, Philip (orgs. e trads. p/ o inglês). *The Philokalia: The Complete Text. Volume 1* (1979). Nova York: Faber and Faber, 1983. A autoria desse tratado já foi atribuída a S. Neilos, mas estudos recentes reforçam a autoria de Evágrio.

<sup>22</sup> St. Isaiah the Solitary. On Guarding the Intellect. PALMER, G. E. H.; WARE, Kallistos; SHERRARD, Philip (orgs. e trads. p/ o inglês). *The Philokalia: The Complete Text. Volume 1* (1979). Nova York: Faber and Faber, 1983. São Nicodemos (1749-1809), o organizador original da *Filocalia*, pensava que Isaías era contemporâneo de Macário, o Grande (século IV), mas hoje se pensa que ele teria morrido em Gaza em 491.

estivéssemos frente a frente com ele, tão somente contemplando-o.

Por tudo isso, não é realmente estranho que Santo Agostinho, ao comentar o Salmo 132 (na Septuaginta e na Vulgata, e 133 na numeração hebraica), tenha feito um duplo elogio: à barba e aos monges, e tenha também imaginado o Senhor como um homem de barba. Com efeito, esse curto salmo traz:

1 Oh, que prazer, que felicidade / encontrar-se entre irmãos! / 2 É como o óleo que perfuma a cabeça, / e desce pela barba, / pela barba de Aarão, / que desce pela gola da sua veste. / 3 É como o orvalho do Hermon, / que desce pelas montanhas de Sião. / Lá, o SENHOR decidiu abençoar: / é a vida para sempre!<sup>23</sup>

Comentando sobre esses versos, Agostinho defende os monges da acusação de serem todos hereges como os donatistas, e faz um elogio ao monasticismo. Mais à frente, comentando o verso que compara a unidade dos irmãos ao óleo descendo pela barba de Aarão, ele escreve:

Deixemos que o Salmo nos diga com o que [os monges] se parecem. “É como o óleo que perfuma a cabeça, / e desce pela barba, / pela barba de Aarão, / que desce pela gola da sua veste”. O que Aarão era? Um sacerdote. Quem é sacerdote, exceto o único sacerdote, que entrou no Santo dos Santos? Quem é sacerdote, salvo Ele, que foi a um tempo vítima e oficiante? Salvo Ele, que, ao não encontrar nada puro no mundo para oferecer, ofereceu a Si mesmo? O óleo vem de sua cabeça, porque Cristo e a Igreja são um só, mas o óleo vem da cabeça. Nossa cabeça é Cristo, que foi crucificado e sepultado; ressuscitou e subiu ao Céu; e o Espírito Santo vem da cabeça. E para onde vai? Para a barba. A barba significa os corajosos; a barba distingue os homens adultos, sábios, ativos e vigorosos. *Quando explicamos isso, dizemos que Ele é um homem de barba.*<sup>24</sup> Assim, aquela unção desceu primeiramente sobre os apóstolos, sobre aqueles que suportaram os primeiros assaltos do mundo, e por isso o Espírito Santo desceu sobre eles.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Salmos, 133 (132): 1-3. *BÍBLIA*: tradução ecumênica brasileira (TEB). São Paulo: Loyola; Paulinas, 1994.

<sup>24</sup> Grifo nosso.

<sup>25</sup> AUGUSTINE. *Expositions on the Book of Psalms*. (Org. e trad. p/ o ingles: Rev. C. Marriott e Ver. H. Walford) Psalm CXXXIII, § 6. Oxford: James Parker & Co., 1857, pp. 116-117. Texto latino: “Et cui rei similes sunt, dicat Psalmus: ‘Sicut unguentum in capite, quod descendit in barbam, barbam Aaron; quod descendit in oram vestimenti ejus. Aaron’ quid erat? Sacerdos. Quis est sacerdos, nisi unus sacerdos, qui intravit in sancta sanctorum? Quis est iste sacerdos, nisi qui fuit et victima et sacerdos? nisi ille qui cum in mundo non inveniret mundum non offerret, se ipsum obtulit? In capite ipsius unguentum; quia totus Christus cum Ecclesia; sed a capite venit unguentum. Caput nostrum Christus est, crucifixum et sepultum, resuscitatum ascendit in coelum; et venit Spiritus sanctus a capite: quo? Ad barbam. Barba significat fortes, barba significat juvenes strenuos, impigros, alacres. Ideo quando tales describimus, Barbatum homo est, dicimus. Ergo illud primum unguentum descendit in Apostolos, descendit in illos qui primos impetus saeculi sustinuerunt; descendit ergo in illos Spiritus sanctus”. *Collectio Selecta SS. Ecclesiae Patrum*. Tomus CXIX. Patres Quinti Ecclesiae Saeculi. S. Augustinus, XII. Paris: Parent-Desbarres, 1837, pp. 216-217.

Assim, a interpretação do texto bíblico se torna uma dupla apologia: dos monges cenobitas e do simbolismo da barba como símbolo de uma vida virtuosa. As duas coisas já pareciam naturais para o bispo de Hipona, que vivia no início do século V, em plena era da ascensão vitoriosa do monasticismo, cerca de cinquenta anos depois do surgimento da narrativa de Santo Atanásio. Portanto, mesmo Agostinho, tão “iconoclasta”, decidiu-se a imaginar o Senhor como um homem de barba para melhor explicar a sua metáfora. Para ele, como certamente para muitos, isso já não seria tão difícil no final do século IV e no início do V.

Mas os monges cristãos não eram, com certeza, o único modelo disponível. Pois existia, no paganismo, não só a tradição dos filósofos citadinos e de aparência bem cuidada, aos quais faz referência Paul Zanker,<sup>26</sup> mas também uma tradição de ascetas místicos andarilhos, desde a corrente dos cínicos até os filósofos neopitagóricos como Apolônio de Tiana, suposto contemporâneo de Cristo. Filóstrato, que escreveu uma biografia de Apolônio nos inícios do século III, esforçou-se em mostrar que o filósofo era um homem santo, e em defendê-lo da acusação de ser um charlatão ou de aderir a práticas de magia negra. Vê-se que também os filósofos pagãos não estavam livres da acusação de serem “meros magos”. Após narrar o aprendizado de Apolônio em várias doutrinas filosóficas, a sua preferência definitiva pela via pitagórica, e como ele renunciou à carne e ao vinho, Filóstrato nos conta: “Após ter assim purificado seu interior, ele passou a andar sem calçados adornados, e vestia-se somente com linho, recusando-se a usar qualquer coisa de origem animal; ele deixou seus cabelos crescerem e vivia no templo [de Asclépio]. E as pessoas que iam ao templo eram tomadas de admiração diante dele”.<sup>27</sup> Que pensar desse trecho, que torna o filósofo pagão tão semelhante aos ascetas cristãos?

Como se pode ver, o século IV foi uma época complexa, e com certeza é difícil encontrar-se uma explicação simples e unívoca para as variações na iconografia de Cristo. Se, em um primeiro momento, no século III, Ele tomou emprestada a aparência dos jovens

---

<sup>26</sup> ZANKER, Paul. Dal culta della “paideia” alla visione di Dio. In: ENSOLI, S. e LA ROCCA, E. (orgs.) *Aurea Roma: dalla città pagana alla città cristiana*. Catálogo da exposição. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2000, p. 408-409.

<sup>27</sup> PHILOSTRATUS, Lucius. *The Life of Apollonius of Tyana*. Trad. p/ o ingles: F. C. Conybeare, M. A. Londres: William Heinemann; Nova York: The McMillan Co., 1922, p. 21. Tradução nossa.

deuses do panteão romano, também era mostrado, e isso era uma novidade, como um poderoso operador de milagres, portando o bastão que assinalava seus poderes, ao mesmo tempo em que se frisava sua atenção para com os problemas humanas, mesmo os de um simples cego ou uma hemorroíssa anônima. Essa é a tese de Thomas Mathews. A seguir, no século IV, o calor da controvérsia ariana fez com que Ele assumisse o porte dos deuses soberanos, mais maduro e magisterial, ao mesmo tempo mostrado como revelador da “verdadeira filosofia”, ladeado por Pedro e Paulo. Mathews também afirma isso. Propõe-se, aqui, porém, que, ao longo do século IV, essa concepção plástica foi se tornando cada vez mais forte e natural, devido à influência dos filósofos-sacerdotes pagãos, que prolongavam a tradição de figuras lendárias como Apolônio, herdeiros de um imaginário fantástico ao qual nem a Igreja conseguia se furtar, e também dos monges e ascetas cristãos, que impressionavam a todos com sua conduta e sua doutrina, e que, também eles, dinamizaram o imaginário com novas maravilhas.

O estudo da arte paleocristã se vê, muitas vezes, limitado pela escassez e pelo silêncio das fontes escritas, nas quais se percebe muitas vezes uma censura à cultura figurativa, o que nos força a lançar mão da iconologia, ou seja, a análise dos dados propriamente visuais, com o fim de se buscar hipóteses sobre os conteúdos culturais subjacentes às obras. O risco da iconologia é a interpretação subjetiva, se ficar presa num círculo hermenêutico vicioso. Lembremo-nos como mesmo Panofsky sempre buscou fontes escritas para apoiar as suas conclusões iconológicas. Por outro lado, o risco de se considerar essas fontes como critério último para a interpretação das obras é a possibilidade de deixar escapar a peculiaridade da cultura artística dos artífices e de seus clientes, que pertenciam a universos culturais nos quais nem tudo derivava da cultura escrita. Deve-se, portanto, abordar as fontes escritas de forma sutil, buscando-se os elementos que possam indicar a influência de uma visualidade.

# Sobreviver e se organizar: a classe trabalhadora e os movimentos contra a carestia no Rio de Janeiro (1913-1917)

## Survive and organize: the working class and the movements against famine in Rio de Janeiro (1913-1917)

**Kaio César Goulart Alves**

Mestre em História

Universidade Federal de Ouro Preto

kaio.goulart@yahoo.com.br

Recebido: 27/03/2015

Aprovado: 15/06/2015

**RESUMO:** O artigo busca compreender o processo de organização da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, considerando a relação existente entre os movimentos contra a carestia, promovidos em 1913 e 1917, e a propaganda e a formação de associações de tipo sindical, por meio do estudo de jornais operários e da grande imprensa do Distrito Federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalhadores, Carestia, Sindicalismo.

**ABSTRACT:** The article seeks to understand the process of organizing the working class of Rio de Janeiro, considering the relationship between the movements against famine, promoted in 1913 and 1917, and the propaganda and training of union type associations through the newspapers of study workers and the mainstream media of the Federal District.

**KEYWORDS:** Workers, Famine, Syndicalism.

### Trabalhadores contra a carestia

Em sua formulação sobre os três povos da República (o das estatísticas, o das eleições e o das ruas), José Murilo de Carvalho observa dois aspectos importantes. Inicialmente, o historiador afirma que entre 1904 e 1922 a República brasileira viveu uma fase caracterizada pela combinação de “cooptação e repressão” dos insatisfeitos e insubordinados. Em segundo lugar, ao que parece como um desdobramento do sucesso dessa estratégia, Carvalho nos fala que a participação popular na política, durante esse período, manifestou-se apenas

em alguns poucos momentos, como na Revolta da Vacina, na Revolta da Chibata, e nas greves de 1917 e 1919.<sup>1</sup>

Levando a sua reflexão adiante, Carvalho nos mostra que o “povo das ruas”, nas cidades, era composto por militares de baixa patente, operários e trabalhadores urbanos em geral (trabalhadores do serviço doméstico, empregados da prefeitura, do setor de transportes, e etc). No Distrito Federal, as ocupações ligadas à indústria eram maiores se comparadas ao trabalho agrícola, e lá o movimento operário se mostrou protagonista na organização e na condução dos movimentos sociais, sob uma nova roupagem, “secular”, distinta, portanto, do corte “tradicional” que havia configurado os protestos populares conduzidos no período imperial.<sup>2</sup>

Mas o “povo das ruas” mencionado por Carvalho não foi apenas aquele da Revolta da Vacina, das greves de 1917, ou da Revolta da Chibata. Observamos, com a intenção de contribuir para a compreensão das manifestações políticas do “povo das ruas”, que um episódio importante, com destaque para a história da participação popular do povo do Rio de Janeiro na Primeira República, merece ser mais conhecido pela historiografia.

O presente artigo tem a intenção de apresentar os elementos chaves de um movimento social popular que agitou a cidade do Rio de Janeiro em duas ocasiões, a primeira, no ano de 1913, e a segunda, pouco tempo depois, em 1917. Pressionada pelo aumento do custo de vida e pelo desemprego, a classe trabalhadora preparou e lançou um conjunto de movimentos de protesto, cujo interesse inicial era a manutenção de sua sobrevivência.

Os assim chamados movimentos contra a “carestia de vida” envolveram dezenas de pessoas, na organização e na participação dos protestos. Reuniões, assembleias, passeatas e comícios públicos foram os métodos de enfrentamento adotados pela classe trabalhadora. Colunas em jornais, boletins, circulares, cartas e moções registraram um pouco da dinâmica daqueles movimentos. Adiante falaremos sobre a história desses acontecimentos, que influenciaram o dia a dia da Capital Federal durante um certo período.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*, São Paulo, n.59, p. 96-115, setembro/novembro 2003, p. 96-98.

<sup>2</sup> CARVALHO. Os três povos da República, p. 100-109.

## **Ideologia, composição das forças sociais e propaganda sindicalista: o movimento contra a carestia de 1913**

Era noite, 20 fevereiro de 1913. Nas mesas de muitas famílias da classe trabalhadora a farinha, a carne seca e o feijão já não constavam como antes. O custo de vida era alto, e os salários insuficientes para subsidiar as despesas básicas. A fome rodeava a porta de muitas casas do Distrito Federal. Na sede do Centro Cosmopolita, situado na Rua do Senado, nº 215, reuniam-se 300 pessoas. Associações de classe faziam-se presentes, pelo envio de delegados.<sup>3</sup> Concluídas as intervenções, foi deliberado que o comício público seria a forma de protesto utilizada pela classe trabalhadora em seu combate à carestia. Assim começava o movimento.

Trabalhadores de correntes políticas variadas participaram daquela reunião, bem como participariam ativamente da organização e da condução dos protestos contra a carestia no primeiro semestre daquele ano. Foram oradores nos comícios públicos militantes socialistas, como o advogado Caio Monteiro de Barros e o cigarreiro Mariano Garcia, e membros de organizações clientelistas, ou colaboracionistas, à exemplo de Manoel Corrêa da Silva e José Hermes de Olinda Costa. Anarquistas e lideranças de associações de tipo sindical, como Cecílio Villar, Rozendo dos Santos, Pedro Matera, Maximiano de Macedo e Valentim de Brito, participaram assiduamente das manifestações.

Caio Monteiro de Barros assim expressou o seu o interesse de que as ideologias não “contaminassem” o combate à carestia.

Pode a carestia de vida ser sentida mais dolorosamente por uns do que outros, mas a verdade é que o operário, o funcionário público, o jornalista, o agricultor, o empregado no comércio, o advogado, o médico, o soldado, todos sem exclusão, sentem-na muito. É necessário, pois, que, agindo, o povo ponha de lado, como inconvenientes, impróprias, inteiramente prejudiciais à sua ação e à vitória da causa em debate, outra questão qualquer. Nesse momento não se trata de civilismo ou de hermismo, de republicanismo ou de monarquismo, de socialismo ou de libertarismo, de clericalismo ou de anti-clericalismo, ou de coisa semelhante terminada em *ismo*. Não.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de fev. 1913. p. 3.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 25 de fev. 1913. p. 3.

No Engenho de Dentro, região suburbana da cidade do Rio de Janeiro, um dos primeiros comícios contra a carestia foi organizado. Lá destacou-se uma presença ainda pouco pesquisada nos estudos sobre o movimento operário da Primeira República. Do alto da tribuna improvisada, vestido de terno e gravata, discursava um operário negro. Era 2 de março de 1913.<sup>5</sup>

Logo no próximo dia 4, na Praça da República, a repressão veio montada em cavalos e com espadas nas cinturas, dispersando a multidão e impedindo a realização de um novo comício, chamado pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ).<sup>6</sup> *A Voz do Trabalhador*, jornal porta-voz da Confederação Operária Brasileira (COB), divulgou uma nota sobre o incidente.<sup>7</sup>

Para confirmar tudo o que temos dito a propósito das perseguições e falta de garantias constitucionais para o povo, no dia 4, às 5 horas da tarde, pelotões de cossacos, guardas-civis e policiais às ordens das autoridades superiores invadiram a Praça da República, correndo a pata de cavalo numerosa concorrência de povo que ali se reunira em comício convocado pela Federação. Os que estavam presentes, diante da brutal atitude da polícia, percorreram várias ruas da cidade, em manifestação de protesto.<sup>8</sup>

Violência e fome constituíam uma combinação que poderia provocar reações pouco amistosas da parte do povo. O jornal *O Gato*, que publicava caricaturas sobre temas diversos, dedicou uma parte de seus desenhos para criticar a carestia. Em uma das caricaturas, a “fome” entregava ao “povo” vestes militares, numa alusão aos jacobinos radicais que defendiam um modelo alternativo de República para o Brasil. Ao fundo estava um edifício, que, ao que nos parece, representava a República, presidida pelo marechal Hermes da Fonseca.<sup>9</sup>

---

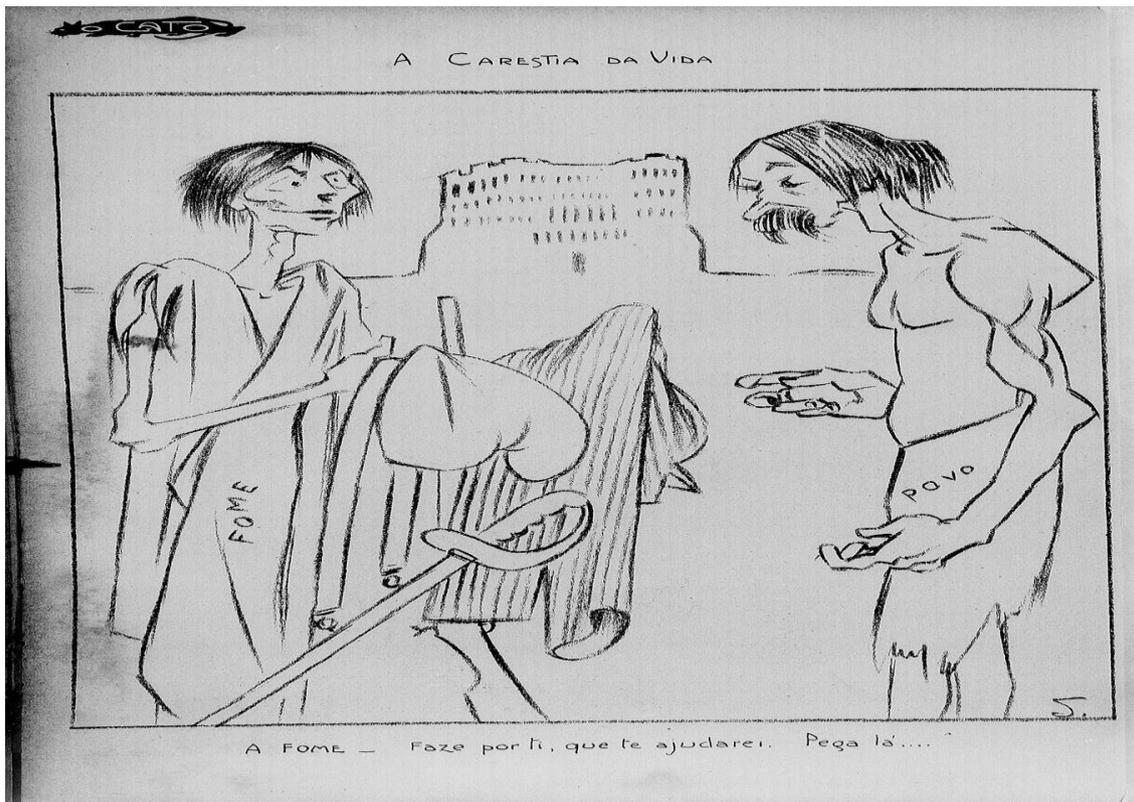
<sup>5</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 03 de mar. 1913. p. 3.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 05 de mar. 1913. p. 1.

<sup>7</sup> A FORJ e a COB foram duas associações de tipo sindical orientadas pelo método de ação sindicalista revolucionário. A primeira era formada por sindicatos locais, sem distinção de ofício. A segunda possuía filiações de associações sediadas em outros estados do país. Ambas prepararam e conduziram uma série de assembleias, protestos e greves da classe trabalhadora carioca, destacando-se a organização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, em setembro de 1913 no Rio de Janeiro. Cf. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes (org.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

<sup>8</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 15 de mar. 1913. p. 1

<sup>9</sup> *O Gato: Álbum de Caricaturas*, Rio de Janeiro, 01 de mar. 1913. p. 8.



**Figura 1** “A revolução do povo contra a fome”. Fonte: *O Gato: Álbum de Caricaturas*, Rio de Janeiro, 01 de mar. 1913. p. 8.

A ideia de “revolução contra a fome”, presente em algumas colunas do jornal *Correio da Manhã* - uma folha diária da grande imprensa carioca -, guardava em si duas questões de fundo. A primeira era desestabilizar o governo do marechal Hermes da Fonseca, que venceu o pleito, em 1910, numa das poucas eleições disputadas, contra Rui Barbosa, então apoiado pela oligarquia paulista. O segundo desdobramento dessa “ideia revolucionária” seria aumentar o cerco contra as lideranças operárias, especialmente os anarquistas, se por acaso eles pronunciassem apoio à dita “revolução do povo contra a fome”.<sup>10</sup>

O movimento da classe trabalhadora contra a carestia que estava em curso foi representado em alguns poemas. Na coluna “Fora do Sério”, de *A Época*, um recado era enviado em tom irônico.

<sup>10</sup> É oportuno mencionar que os jornais *Correio da Manhã* e *A Época* faziam oposição ao governo Hermes da Fonseca (1910-1914), de modo que a exposição dessas ideias “revolucionárias” em suas páginas não era feita de maneira despropositada.

Zé povo anda exaltado.

Com o calor asfixiante que tem feito  
Fervelhe o sangue: e fica de tal jeito  
Que não se sente em casa sossegado

Vem para a praça pública  
Grita, protesta contra a carestia;  
Dá vivas à república  
E vivas à anarquia.

Porém, ouvido o popular protesto,  
Em lugar de acatá-lo  
O governo num gesto  
Dá-lhe a resposta: a pata de cavalo

Meus senhores cuidado  
Com o paiol da opinião  
Excessivo é o calor, e em tal estado  
Não espanta que ele arda  
Numa 'espontânea combustão'  
E saia à rua a procissão  
- Da Bernarda!<sup>11</sup>

Após a realização de seis comícios no mês de fevereiro, dois deles com mais de três mil presentes,<sup>12</sup> as lideranças, em reunião na sede da FORJ, debateram a necessidade de dar um “caráter nacional” para o movimento contra a carestia. Dessa reunião, ocorrida no começo do mês de março, resultou um manifesto, bem como a indicação de realização de um grande comício, um “comício monstro”, com data e local pré-definidos. Um convite foi difundido na imprensa do Distrito Federal. Citamos:

Para reafirmarmos as reclamações populares contra a carestia de vida e as bases de ação com as quais melhor alcançaremos a vitória, convidamos o povo em geral a comparecer ao comício monstro que se realizará no domingo, 16 do corrente, às 4 horas da tarde, no Largo de São Francisco de Paula. Toda população sofredora deve concorrer a esta grande manifestação, de caráter nacional, pois, nela se farão representar quase todas as sociedades operárias do Brasil. **TODOS AO COMÍCIO!!**

*Confederação Operária do Brasil*

*Federação Operária do Rio de Janeiro*<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 06 de mar. 1913. p. 2.

<sup>12</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de fev. 1913. p. 3.

<sup>13</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 15 de mar. 1913. p. 3.

Às quatro da tarde, na sede da FORJ, já havia mais de 20 delegações com os seus respectivos estandartes, prontas para seguir em direção ao Largo de São Francisco de Paula, no centro do Rio de Janeiro. Diante da escadaria da Escola Politécnica, uma multidão “superior a 10 mil pessoas”<sup>14</sup> estava presente, e ansiosa para ouvir os oradores. Ao alto era possível visualizar estandartes com os dizeres “Querem é poder! Salve o 1º de Maio”, ou “A Voz do Trabalhador contra a carestia de vida”.<sup>15</sup>

O tipógrafo anarquista Cecílio Villar discursou primeiro, e destacou que a “classe trabalhadora estava sob a exploração dos *trusts*”, havendo, portanto, a necessidade de sua organização nos sindicatos de resistência. Rozendo dos Santos, secretário geral da COB, falou da importância dos sindicatos para as lutas econômicas dos trabalhadores, e convocou-os para associarem-se.<sup>16</sup> Logo em seguida, o tipógrafo socialista Ulisses Martins tomou a palavra, e de “modo surpreendente” passou a hostilizar a imprensa que apoiava o movimento. Após ser vaiado ele deixou a escadaria de onde falavam os oradores. Eustáquio Silva, representando a Fênix Caixeiral, discursou por último. Terminados os oradores, Cecílio Villar convidou a todos para seguirem em passeata até a sede da FORJ.<sup>17</sup>

Às cinco e meia, após o término do comício no Largo de São Francisco, os presentes passavam pela Rua do Ouvidor e pela Avenida Central. Aquela manifestação teve fim por volta das sete da noite, quando chegou a notícia de que o educador anarquista Pedro Matera havia sido preso pela polícia. Segundo *A Voz do Trabalhador*,

Num instante a rua ficou vazia. O povo todo dirigiu-se à Central de Polícia. Ao chegar, um esquadrão de polícia formou-se a frente do edifício. Inútil. O povo avançava. Subiu então uma comissão que foi se entender, em nome do povo, com o chefe de polícia, que nem falar podia. O camarada ia ser posto em liberdade no dia seguinte.<sup>18</sup>

A prisão de líderes do movimento contra a carestia ocorreu algumas vezes, considerando que tal ação constituía um recurso de intimidação dos trabalhadores. Havia um agravante, se o operário preso fosse estrangeiro, recaía sobre ele, além dos prejuízos do

---

<sup>14</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. vol. I. São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979, p. 216.

<sup>15</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 de abr. 1913. p. 3.

<sup>16</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de mar. 1913. p. 3.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 17 de mar. 1913. p. 3.

<sup>18</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 de abr. 1913. p. 3.

encarceramento, o risco de deportação, em decorrência da Lei Adolfo Gordo, promulgada em 1907, e endurecida em 1913. Essa lei permitia, na prática, que se expulsasse do país os estrangeiros que participassem do movimento operário.<sup>19</sup>

No “comício monstro” foi lida e aprovada uma moção. Citamos:

O povo do Distrito Federal e do interior do país, representado pelas delegações de muitos Estados e localidades, resolve reclamar para todo o país a abolição das tarifas alfandegárias, dos impostos internacionais; e para esta localidade e redução de 30 por cento sobre os impostos municipais que afetam os gêneros de primeira necessidade; 30 por cento de redução sobre os atuais alugueis das casas ou habitações; a jornada de 8 horas para as classes que ainda não conquistaram, e o aumento de salário para todos os assalariados, tomando como base mínima de 7\$000 diários. Tendo em vista que os poderes constituídos como dirigentes, ou pretendidos dirigentes do povo, e da sociedade atual, instituem para todos os cidadãos a obrigação de conhecerem as leis do regime imperante e o espírito dessas mesmas leis, com mais motivo os dirigentes têm o dever de conhecer as necessidades dos cidadãos; e tendo também em vista o profundo desprezo com que os poderes têm recebido as mensagens populares, o povo resolve levar ao conhecimento de todos essas reclamações, fazendo delas a maior publicidade possível, pela imprensa, comícios, conferências, etc., declarando que desde este momento decide lutar sem descanso até conseguir as suas reivindicações. *O Comitê*.<sup>20</sup>

Os redatores da moção chamam para o debate os adeptos da ideia de cidadania. O documento discorre sobre as obrigações mútuas, e expõe a assimetria que existia naquele contexto, uma vez que o Estado não cumpria os direitos dos cidadãos, mas exigia que a população respeitasse as leis do “regime imperante”.

A pauta de reivindicações do movimento também é expressa nesse documento. Ampliada, a carta de demandas abarcava a crítica ao aumento do custo de vida, passando pelas tarifas alfandegárias, pelos preços dos alimentos, e pelos altíssimos valores das habitações alugadas pelos mais pobres.

A jornada de trabalho de oito horas diárias e o aumento de salários também eram reivindicações apresentadas. Nos discursos dos oradores de alguns comícios que ocorreram

---

<sup>19</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 33.

<sup>20</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 17 de mar. 1913. p. 2.

até o mês de março, a exemplo do “comício monstro”, constava a propaganda dos sindicatos de resistência, e o chamado à classe trabalhadora para se organizar nos mesmos.<sup>21</sup>

A historiadora Ângela de Castro Gomes destaca a importância da militância anarquista nesse período e observa que “a bandeira do combate à carestia”, levantada pelas lideranças, encaminhava a partir do enfrentamento pela sobrevivência demandas propriamente sociais, como a jornada de trabalho de oito horas diárias, a abolição do trabalho infantil, a proteção a mulher, as melhores condições de higiene nos locais de trabalho, a diminuição dos alugueis e dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.<sup>22</sup>

De fato, a “questão da carestia” atormentava a população carioca há bastante tempo.<sup>23</sup> Durante a década de 1910, o aumento do custo de vida se deu em decorrência de três fatores: os baixos salários dos operários; a destruição dos cortiços e a especulação imobiliária; e a formação dos *trusts* que controlavam a produção dos alimentos. Sobre esse último fator, em 1913, por exemplo, um operário da seção de máquinas, segundo o índice produzido pela historiadora Eulália Lobo, destinava 72% de seu salário para a aquisição de alimentos.<sup>24</sup> Um operário tanoeiro, nesse mesmo ano, orientava a compra de gêneros de primeira necessidade 62% de seu vencimento.<sup>25</sup>

A avaliação da propaganda do sindicalismo empenhada no movimento de 1913 merece a nossa apreciação. Citamos:

Desde o início desta campanha vimos demonstrando a necessidade imperiosa da organização forte das classes trabalhadoras, meio único para lutar desassombadamente e com superioridade contra o regime da fome, luta esta que se devia traduzir pelo aumento do salário equivalente ao aumento da carestia dos gêneros indispensáveis a existência, e diminuição das horas de trabalho para as classes ainda sujeitas, pela sua desunião, ao trabalho de 9 a 10 horas. [...] Como resultado dessa campanha nós temos o prazer de ver a fundação de mais dois sindicatos de classe e o aumentar dos sócios que já existiam.<sup>26</sup>

<sup>21</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de mar. 1913. p. 3; \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 17 de mar. 1913. p. 3.

<sup>22</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988, p. 132.

<sup>23</sup> FICO, Carlos. *Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)*. 320f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 1989.

<sup>24</sup> LOBO, Eulália M. L. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978 (2 vols.), p. 764.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *História do Rio de Janeiro*, p. 766.

<sup>26</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 01 de mai. 1913. p. 5.

É oportuno destacar a dimensão ampliada da pauta de reivindicações e objetivos do movimento contra a carestia, uma vez que interpretações, como a do historiador Carlos Fico, não consideram esse elemento.<sup>27</sup> Segundo Fico, em 1913 o movimento teria sido direcionado para o combate dos impostos, considerando que somente em 1917, quando ocorreria outra “onda” de manifestações contra a carestia, questões propriamente sindicais seriam levantadas pelos trabalhadores.<sup>28</sup>

Dando continuidade à reflexão, a compreensão da composição das forças sociais que participaram do movimento de 1913 constitui uma tarefa importante, na medida em que dois grupos foram os responsáveis pela organização da maior parte dos 29 comícios promovidos no primeiro semestre de 1913.<sup>29</sup>

O advogado socialista Caio Monteiro de Barros liderou o “Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida”, criado após a reunião promovida no Centro Cosmopolita, em 20 de fevereiro. Seus adeptos defendiam a redução imediata dos preços dos alimentos, e adotaram como estratégia de pressão o texto da Lei da Receita Federal, aprovada em fins de 1912. Na prática, a lei era clara quanto à ilegalidade da formação de monopólios na economia brasileira.<sup>30</sup> Os trabalhadores, socialistas e colaboracionistas que atuaram no “Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida” promoveram nove comícios independentes.

Nas ruas a sua primeira manifestação teve início em 23 de fevereiro, por volta das quatro da tarde. A Praça Ponte das Taboas, no Jardim Botânico, foi tomada por três mil pessoas.<sup>31</sup> O primeiro a discursar foi Caio Monteiro de Barros. Críticas aos monopólios, e a definição do protesto como de natureza apenas econômica ocuparam a maior parte da sua exposição.<sup>32</sup>

---

<sup>27</sup> FICO, Carlos. *Cidade capital: abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro (1890-1945)*. 320f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 1989.

<sup>28</sup> FICO. *Cidade capital*, p. 147.

<sup>29</sup> ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, Mariana, 2014, p. 82.

<sup>30</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 24 de fev. 1913. p. 1.

<sup>31</sup> FICO. *Cidade capital*, p. 137.

<sup>32</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de fev. 1913. p. 3.

Ao caracterizar aquele comício como sem “cor política”, Caio Monteiro de Barros pretendia que as questões político-partidárias não fossem incorporadas ao movimento. O socialista defendia, no fim das contas, a formação de uma frente conjunta contra a carestia.

Ao todo, a parceria entre a FORJ e a COB promoveu 17 comícios independentes. Restam outros três dos 29, um deles foi organizado pela Sociedade Fraternidade e Progresso, outro pela Liga do Operariado do Distrito Federal, e mais um sem identificação. Pode-se concluir, assim, que o movimento de 1913 foi conduzido, sobretudo, por duas forças sociais, responsáveis, portanto, pela organização de duas campanhas.

É oportuno dizer que a “convocação” de Caio Monteiro de Barros para a formação de uma frente única contra a carestia desdobrou-se em 11 comícios, em que oradores socialistas, colaboracionistas e anarquistas compartilharam o mesmo canal de comunicação com a classe trabalhadora carioca. A carestia, por ser uma questão econômica fundamentalmente cara aos trabalhadores urbanos, sem dúvida serviu como um elemento de aproximação das lideranças. Os comícios em que houve a ação conjunta foram distribuídos da seguinte maneira: a parceria FORJ/COB convocou oito comícios; o “Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida” convocou dois; e a Liga do Operariado do Distrito Federal apenas um.

A partir do mês de maio, os comícios promovidos pelo “Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida”, bem como pela parceria entre a FORJ e a COB, diminuíram consideravelmente. A indiferença da prefeitura e da União em relação às demandas dos trabalhadores que foram às ruas foi um dos fatores de desagregação. No entanto, a necessidade de direcionar as forças para a continuidade da campanha de sindicalização dos trabalhadores fez com que parte das lideranças se concentrassem na preparação do Segundo Congresso Operário Brasileiro, previsto para acontecer em setembro na Capital Federal.<sup>33</sup>

A continuidade expressa, entre o movimento contra a carestia do primeiro semestre, e o Segundo Congresso, pode ser percebida no fato de que 14 trabalhadores, dentre eles Cecílio Villar, Joaquim dos Santos Barbosa, Candido Costa, Antonio Moreira, Rozendo dos

---

<sup>33</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. vol. I. São Paulo: Brasiliense/Alfa-Ômega, 1979, p. 216.

Santos, Caralampio Trillas e Joaquim Pinto de Leal Junior tomaram parte desses dois importantes movimentos da classe trabalhadora carioca.<sup>34</sup>

### **Primeiro de maio, greves e sindicalismo revolucionário: a campanha contra a carestia de 1917**

Logo na primeira semana do ano de 1917 constava na página inicial do *Correio da Manhã* o seguinte conselho:

Espalhar a fome entre os proletários de uma cidade, onde se ostentam os palacetes, os automóveis e o luxo dos que enriqueceram pelo peculato e pela fraude, é tentar o povo a repetir entre nós uma dessas lições, salutares talvez, mas sempre trágicas e dolorosas.<sup>35</sup>

O alerta presente no jornal mais popular do Rio de Janeiro indica-nos que a carestia atravessou os anos e chegara a 1917. Enquanto o custo de vida encontrava-se na razão de 128, os salários estavam na casa dos 107, segundo o índice produzido pelo historiador Sheldon Maram.<sup>36</sup>

O movimento de 1913 contou com a “renovação do movimento trabalhista carioca”,<sup>37</sup> visível na reativação, iniciada em fins de 1912, da FORJ, da COB, e do jornal *Voz do Trabalhador*. A organização e condução das campanhas contra a carestia foram desdobramentos desse bom momento vivido pelo movimento operário.<sup>38</sup> Diante disso, a recessão da economia brasileira, em virtude da redução das importações e da queda dos preços dos gêneros exportados,<sup>39</sup> não constituíram fatores de impedimento para a classe trabalhadora carioca ir às ruas protestar contra a carestia.

---

<sup>34</sup> PINHEIRO; HALL. *A classe operária no Brasil*, p. 182-185.

<sup>35</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 5 de mai. 1917. p. 1.

<sup>36</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 121.

<sup>37</sup> DULLES, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2 ed. rev. e amp. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 30.

<sup>38</sup> Registramos que Maram avalia o período que vai de 1908 a 1912-13 sob um outro olhar, mais pessimista, considerando que o pequeno número de greves implicava num “declínio vertiginoso” do movimento operário. Cf. MARAM. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*, p. 129.

<sup>39</sup> LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia e STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989, p. 104.

Ocorre que a retomada do desenvolvimento industrial, em 1916, convivia com o aumento do custo de vida, que vinha crescendo desde 1914.<sup>40</sup> O mercado de trabalho mantinha-se injusto, uma vez que a economia se recuperava, mas as condições de consumo dos trabalhadores continuavam precárias.

Logo em 9 de janeiro iniciaram as primeiras movimentações para a organização de uma nova campanha contra a carestia, chamada pelas lideranças da FORJ:

Em vista da crítica e espantosa situação em que as classes menos favorecidas ficaram, em consequência da carestia dos gêneros de primeira necessidade, motivada pelos exorbitantes impostos, monopólios e 'trusts', a Federação Operária resolveu realizar brevemente uma reunião popular, afim de promover um movimento de protesto contra a carestia de vida, que atualmente se tornou insuportável. Para essa grande assembleia serão convocadas as classes e associações operárias desta capital. Prepare-se, pois, o operariado para comparecer, em massa, a esse ato a fim de reclamar os direitos conspurcados pelos exploradores das classes laboriosas.<sup>41</sup>

Na noite de 17 de janeiro, em sua sede, a FORJ organizou a primeira de algumas assembleias dedicadas ao tema da carestia. Foi deliberado pelos presentes que a organização das "comissões de agitação nos bairros" seria a primeira estratégia adotada pela classe trabalhadora em seu combate à carestia. Os membros dos subcomitês de bairro foram escolhidos secretamente, uma vez que na reunião havia policiais à paisana.<sup>42</sup> Em nova reunião na sede da FORJ, no dia 21 de janeiro, foi aceita a proposta de realização dos comícios sempre aos domingos, considerando a possibilidade de maior assistência aos mesmos. Para o dia 28 de janeiro, domingo, foram programados cinco comícios em pontos distintos do Rio de Janeiro.<sup>43</sup>

Nos subúrbios foi distribuído o seguinte convite:

Federação Operária do Rio de Janeiro – Convida-se o povo em geral para assistir aos comícios que se realizarão, hoje, domingo, 28, nos seguintes lugares: Madureira, às 14 horas, na estação; Engenho de Dentro, às 17 horas, na estação; Vila Isabel, às 16 horas, Praça 7; Gávea, às 16 horas, na Ponte das Taboas. Por isso, pede-se ao povo que acorde, para que não se deixe morrer de fome. Abaixo aos impostos! Abaixo à carestia de vida!<sup>44</sup>

---

<sup>40</sup> MARAM. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*, p. 121.

<sup>41</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 9 de jan. 1917. p. 5.

<sup>42</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 18 de jan. 1917. p. 3.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 22 de jan. 1917. p. 1-2.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 28 de jan. 1917. p. 1.

No Engenho de Dentro, a partir das quatro da tarde, mil operários acompanharam Valentim de Brito, que havia chegado do comício ocorrido em Madureira, Bento Alves e Alvaro Silveira.<sup>45</sup> Na Praça Sete de Março, no bairro de Vila Isabel, local onde residia grande número de operários em virtude das fábricas têxteis lá instaladas, Manoel da Silva e Henrique Castanheda foram os oradores. Ambos “formularam violentos protestos contra os homens do governo e contra os exploradores da bolsa do proletariado”. O policiamento foi feito por 10 soldados de infantaria, 10 de cavalaria, 20 guardas civis e alguns agentes de polícia. Além disso, o 2º Delegado Auxiliar percorreu de automóvel todos os pontos onde se realizaram comícios naquele dia.<sup>46</sup> Madureira, Gávea e Engenho de Dentro inauguravam a série de comícios dominicais promovidos pela FORJ.

No Estácio de Sá, às cinco da tarde, em 31 de janeiro, “a despeito da calidez da temperatura e de não ser também o local apropriado para tal fim”, “regular concorrência” compareceu ao novo comício promovido pela FORJ. “Alguém se lembrou de arranjar uma escada e assim foi, de pronto, improvisada uma tribuna, tendo então começado o ‘meeting’”.<sup>47</sup>

Sobre os homens que às vezes subiam nessas tribunas improvisadas, o *Correio da Manhã* observou que

[...] Não cursaram academias, não usam gravatas de cores espetaculosas ou berrantes, não calçam luvas, jamais se sentaram a uma mesa do Assyrio e nem sabem mesmo o que isso seja, e tinham na sua linguagem o colorido mais exato e a expressão mais justa, porque, sendo os que produzem, são também os que nada tem!<sup>48</sup>

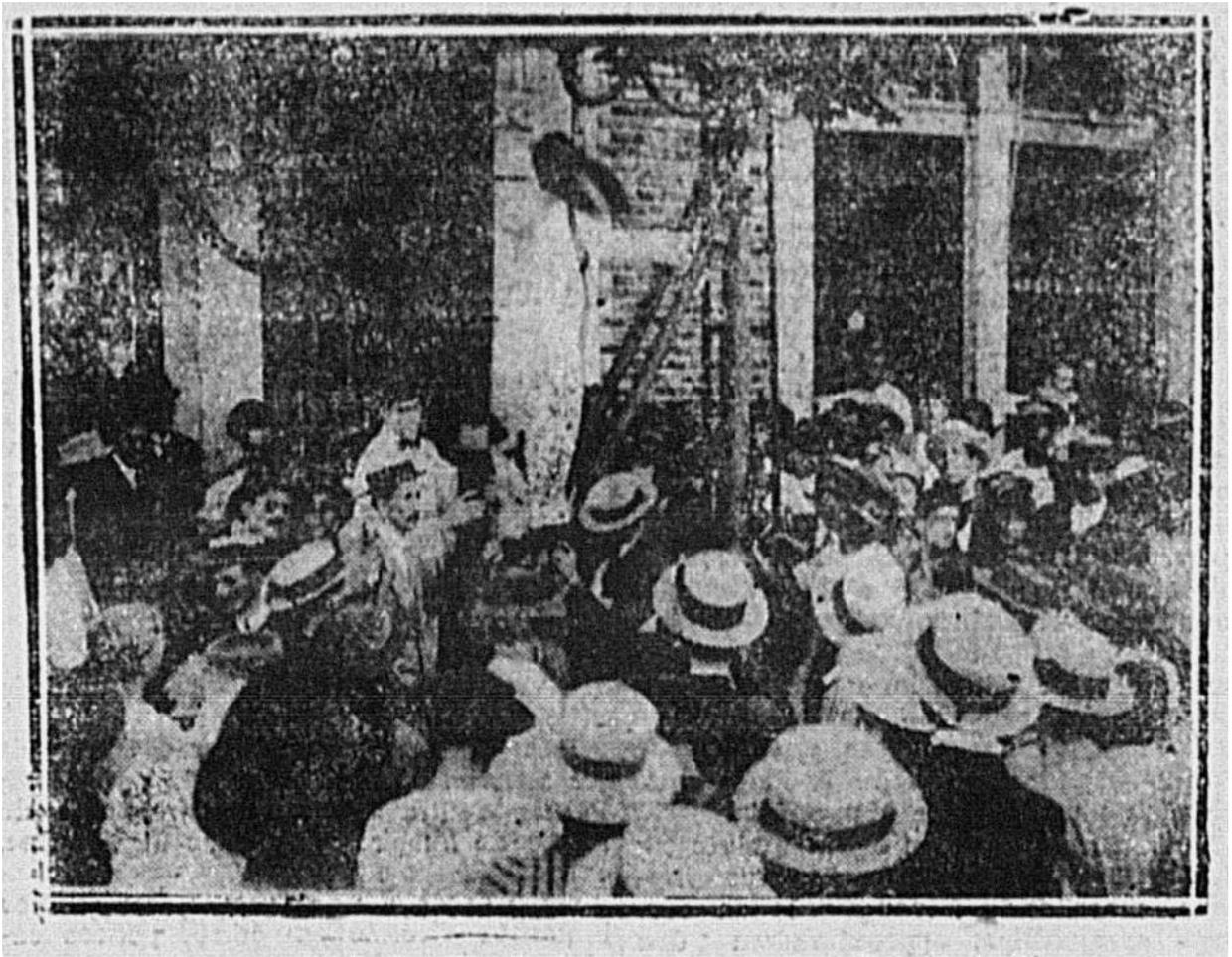
---

<sup>45</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de jan. 1917. p. 1.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 29 de jan. 1917. p. 3.

<sup>47</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 1 de fev. 1917. p. 1.

<sup>48</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de jan. 1917. p. 1.



**Figura 2:** Comício no Estácio de Sá. Fonte: *A Época*, Rio de Janeiro, 1 de fev. 1917. p. 1.

Em 25 de fevereiro foram organizados outros três comícios. Na Ponte das Taboas, Gávea, às quatro da tarde, Joaquim Campos “começou o seu discurso atacando o governo do Sr. Venceslau Brás com frases ásperas e violentas”. Pedro Matera, adiante, “passou a atacar, energeticamente, os que se aproveitam do trabalho do operário, deixando-o na miséria e com ele os que lhe são caros”. Embora estrangeiro, Pedro Matera fez questão de lembrar que vivia no Brasil desde os cinco anos de idade, e que “o operário, pugnando pelo seu direito, pugnava pelo povo”. Joaquim Campos tomou a palavra novamente, e disse que “combatia os que não trabalham vivendo do suor do operário”.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de fev. 1917. p. 3.

Novas manifestações foram promovidas pela FORJ. Em 4 de março dois comícios foram organizados, um na Praça Onze de Junho, e outro na Praça da Harmonia.<sup>50</sup> O que se destacou em ambos foi o pronunciamento de princípios da doutrina anarquista. Após se declararem libertários, “longas considerações elogiosas” foram feitas a ideologia.<sup>51</sup>

Em linhas gerais, o historiador Tiago Bernardon de Oliveira menciona que, mesmo tendo em vista “as múltiplas correntes internas”, e muitas delas “conflitantes entre si”, é possível afirmar que “a aversão ao Estado, a defesa intransigente da liberdade individual, e a ação direta são elementos presentes, pelo menos em teorias e discursos, dos que se diziam anarquistas no Brasil.”<sup>52</sup>

As distinções e assimilações entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário fazem parte do leque de questões atualmente discutidas pela História Social do Trabalho feita no Brasil.<sup>53</sup> O sindicalismo revolucionário, segundo a historiadora Edilene Toledo, era, antes de qualquer coisa, uma prática sindical, uma corrente autônoma que defendia a luta de classes. Por ser neutra em termos ideológicos, ela permitia a atuação de lideranças provenientes de correntes políticas variadas, como socialistas, “sindicalistas puros” e anarquistas.<sup>54</sup> Toledo também observa que se havia espaço para a pluralidade ideológica nas organizações sindicais de ação direta, não se pode afirmar a predominância de militantes anarquistas. Afinal, “o critério para a participação no sindicato era ser trabalhador, e não anarquista, socialista ou de outra tendência semelhante”.<sup>55</sup> Além disso, a luta reformista, “visando conquistas dentro do sistema existente”, era uma característica importante das organizações sindicalistas revolucionárias.<sup>56</sup>

---

<sup>50</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 5 de mar. 1917. p. 2.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 5 de mar. 1917. p. 2.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 267f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2009, p. 58.

<sup>53</sup> TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004a; \_\_\_\_\_. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: SP: Editora da Unicamp, 2004b; OLIVEIRA. *Anarquismo, sindicatos e revolução*; MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2008.

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*, p. 53.

<sup>55</sup> TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004a, p. 70.

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*, p. 53.

Oliveira destaca que a relação entre o sindicalismo revolucionário e o anarquismo é de difícil delimitação.<sup>57</sup> No entanto, de modo distinto ao que propõe a tese de Toledo, para Oliveira o sindicalismo revolucionário não foi uma corrente autônoma, mas sim um “método de ação”, cuja projeção atingida foi aumentada, sobretudo, pela intensa militância anarquista.<sup>58</sup>

O historiador Marcelo Badaró Mattos, por sua vez, destaca que mesmo havendo a possibilidade das diretrizes sindicalistas serem adotadas por diferentes correntes políticas, predominava, no âmbito de entidades sindicalistas revolucionárias como a COB, a combinação da concepção sindical com o ideário político anarquista, “como se observa pelos artigos doutrinários de fundo anarquista publicados no jornal *A Voz do Trabalhador*, portavoz da COB”.<sup>59</sup>

A campanha contra a carestia de 1917, em uma de suas reuniões, ocorrida em 26 de março na sede da FORJ, produziu um manifesto, a partir do qual podemos levar adiante a reflexão sobre a delimitação da experiência anarquista e sindicalista revolucionária. A ideia chave do “Manifesto de 26 de Março” era preparar uma grande manifestação para a celebração do Primeiro de Maio daquele ano.

Realizando o grande comício a Federação Operária do Rio de Janeiro tem em vista organizar o proletariado em geral para, de acordo com os seus princípios, preparar-se para as lutas de ação direta das nossas reivindicações, sendo o seu programa: a) a jornada de 8 horas, aumento de salário e fixação de salário mínimo; b) a abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas; c) equiparação do salário da mulher ao do homem; d) responsabilidade dos patrões nos acidentes de trabalho; e) a higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinha de hotéis, padarias e em todos os departamentos de trabalho; f) diminuição de 30% nos aluguéis das casas; g) criar escolas racionalistas; h) diminuição dos preços nos meios de locomoção, tanto terrestre como fluvial; i) diminuição imediata nos preços dos gêneros de primeira necessidade; j) pagamento pontual nas fábricas, nas oficinas e em todos os departamentos de trabalho; k) combater o álcool; Conseguiremos tudo isto?! Sim! Quando todos os trabalhadores tiverem a compreensão exata da necessidade inadiável de organizarem-se em sindicatos profissionais de resistência, para unidos em uma só comunhão de ideias construirmos a barreira indestrutível e

---

<sup>57</sup> OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 267f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2009, 64.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil*, p. 66.

<sup>59</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidãos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto, 2008, p. 128.

preciosa para a emancipação completa da humanidade. Avante, pois, trabalhadores! Uni-vos porque a União faz a Força! Viva a solidariedade dos trabalhadores! Viva a emancipação social. Viva a Liberdade.

Federação Operária do Rio de Janeiro, Liga F. dos Empregados em Padaria, Sindicatos dos Sapateiros, Sindicato de Ofícios Vários, Centro Operário dos Carmoristas, Centro Cosmopolita, Sindicato Operário de Pedreiros, Centro dos Carregadores do D. Federal, União dos Oficiais de Barreiro, Grupo dos Jovens Libertários, Associação dos Empregados das Capatazias da Alfandega.<sup>60</sup>

Destaca-se no Manifesto a combinação entre princípios como o combate ao alcoolismo e a criação de escolas racionalistas, com a luta por direitos sociais e pela melhora nas condições de consumo dos trabalhadores. Em alguma medida esse manifesto representa aspectos importantes do sindicalismo revolucionário carioca da Primeira República. De modo preciso, 11 organizações de tipo sindical assinaram um documento, que combinava demandas propriamente sindicais (salário mínimo, jornada de trabalho, abolição do trabalho infantil) e princípios anarquistas.

A atuação da FORJ e da COB, sobretudo a partir do movimento de 1913, contribuiu para a organização, para o desenvolvimento da cultura associativa da classe trabalhadora do Rio de Janeiro, entendida como o seu hábito de associar-se. Citamos:

O operariado do Rio de Janeiro, que estava na sua maior parte desorganizado, inicia agora entusiasticamente a sua organização em associações das diversas classes a que pertence. Os movimentos germinam por toda a parte. Os operários reconheceram a necessidade inadiável do congregamento de suas forças para, com altivez e dignidade, reivindicar os seus direitos. É assim que diversas classes já se organizaram e outras estão em via de organização. Na sede da Federação Operária organizou-se, no dia 28 do mês próximo passado, a classe da construção civil, fazendo ressurgir, com o número de quinhentos operários, a União Geral da Construção Civil. Em Vila Isabel fundar-se-á brevemente, contando já com cerca de oitocentos sócios, a União Operária de Vila Isabel. Na Gávea funda-se, na próxima semana, a União dos Operários das Fábricas de Tecidos da Gávea, que também já tem quinhentos e tantos associados. No Barreto, em Niterói, organizam-se hoje os cocheiros e carroceiros e classes anexas, por iniciativa de dois valentes companheiros da Federação Operária. Surge também um movimento surdo, mas intenso, em meio dos alfaiates, o que fara, por certo, reviver a União dos Alfaiates. Em Santa Cruz um 'comitê' local, incumbido de organizar os magarefes. E assim, por diversos bairros, estão várias classes em via de organização. Não há dúvida que os trabalhadores compenetraram-se de que só podem ser

---

<sup>60</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de mar. 1917. p. 2.

fortes quando unidos; que só podem defender firmemente os direitos quando fortes.<sup>61</sup>

As celebrações do Primeiro de Maio de 1917 foram influenciadas por esse clima de organização vivenciado pela classe trabalhadora carioca.

Os delegados da FORJ reuniram-se terça-feira à tarde, nas proximidades da casa de saúde do “Dr. Criciúma Filho”, e lá hastearam uma “bandeira vermelha, com os dizeres – ‘Salve Internacional Brasil’ –”.<sup>62</sup>

Vendedores ambulantes organizaram pela Praça do Senado seus tabuleiros de frutas, doces, sorvetes e refrescos. A força policial lotada para cobrir o comício de Primeiro de Maio na Capital Federal era de 30 praças de cavalaria, e 20 de infantaria, às ordens do tenente Mario Limoeiro. Havia também 30 guardas civis, subordinados ao major Bandeira de Mello, e mais um elevado número de agentes de polícia. Sob o comando de todos estava o 2º Delegado Auxiliar Osório de Almeida.<sup>63</sup> As forças de repressão fizeram-se presentes em grande número.

Uma “multidão” de aproximadamente 20 mil pessoas ocupou a Praça do Senado.<sup>64</sup> Antes de iniciarem os discursos, foi distribuído para os presentes o “Manifesto de 26 de Março”.

Maximiano de Macedo foi o primeiro a discursar, lembrando os comícios contra a carestia realizados aos domingos até aquele momento pela FORJ, e ressaltando a sua importância. Paschoal Gravina afirmou que “quando fosse chegada a hora suprema, era preciso que o povo agisse com energia, indo aos armazéns, onde os gêneros que faltam no lar do operário ali se empilham e se acumulam”.<sup>65</sup> Em seguida falou Bento Alonso, em nome do Centro Cosmopolita. Ele disse ser espanhol, e não temer por isso, pois, ali o que fazia era empregar “o melhor dos seus esforços em favor dos seus irmãos de trabalho e em favor da humanidade”. No mesmo sentido falou José Cayazzo, do Sindicato dos Sapateiros. Theodoro Silva, em “linguagem acalorada”, disse que havia participado dos protestos contra

---

<sup>61</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 1 de abr. 1917. p. 5.

<sup>62</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 2 de mar. 1917. p. 4.

<sup>63</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 2 de mai. 1917. p. 4.

<sup>64</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de mai. 1917. p. 1.

<sup>65</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 2 de mai. 1917. p. 4.

a vacina obrigatória em 1904, “e que do mesmo modo estava pronto à ação para a reivindicação dos direitos do proletariado”. Adiante falou Licínio de Almeida, pela União da Construção Civil. O operário José Romero o sucedeu, com um discurso “longo e vibrante”, que justificou a atitude de protesto dos trabalhadores do Distrito Federal em face “dos acontecimentos que absorvem o mundo e afetam a classe operária”.<sup>66</sup>

Marcos de Brito tomou a palavra, e justificou a carestia pelos “trapiches abarrotados de gêneros por conta dos exploradores”. Adiante, Maximiano de Macedo encerrou o comício, e pediu que após o cumprimento das sociedades operárias, em préstito no sentido à sede da FORJ, os presentes voltassem para as suas casas com calma.<sup>67</sup>

Por volta das 6 da tarde o comício foi encerrado. E a “multidão” saiu em passeata, passando pelo Centro Cosmopolita e o *Jornal do Brasil*, até chegar à sede da Federação Marítima. Havia à frente da passeata uma bandeira rubra na qual se lia: “Salve a Internacional dos Trabalhadores!”. Após a passagem pela Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, o préstito seguiu pela Rua Acre, cumprimentando, à sua passagem, os estivadores, carregadores, operários municipais, cigarreiros e operários de artes gráficas. Durante todo o trajeto foram cantadas canções de trabalho e a “Internacional”. Às sete da noite a passeata chegou à sede da FORJ, concluindo a celebração do Primeiro de Maio na Capital Federal.<sup>68</sup>

No movimento de 1917 foram promovidos 33 comícios, entre os meses de janeiro, fevereiro, março e abril.<sup>69</sup> Milhares de operários acompanharam os *meetings*, que se comparados ao movimento de 1913, alcançaram mais pessoas, devido à série dominical e à organização dos subcomitês de bairro, como os de Vila Isabel e Engenho de Dentro. A FORJ teve uma parcela de contribuição significativa na condução da campanha, expressa nos comícios, reuniões, assembleias e debates por ela organizados.

Após o refluxo dos comícios, o combate à carestia se fez em outros espaços. Episódios marcantes na história do movimento operário brasileiro, as greves que

---

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 2 de mai. 1917. p. 4.

<sup>67</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 de mai. 1917. p. 1.

<sup>68</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 2 de mai. 1917. p. 4.

<sup>69</sup> ALVES, Kaio César Goulart. *Em busca das formas de consciência: as lutas operárias contra a carestia no Rio de Janeiro (1912-1918)*. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em História, 2014, p. 117.

despontaram em julho de 1917, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram influenciadas pelos movimentos contra a carestia. No Distrito Federal, os grevistas utilizaram o “Manifesto de 26 de Março” no momento de apresentar as suas demandas.

A FORJ, em decorrência da greve geral ainda em desenvolvimento em São Paulo, declarou que “cada classe tinha o direito de agir com a máxima liberdade”, caso fosse de seu interesse acompanhar os movimentos grevistas do estado vizinho.<sup>70</sup>

A greve no Distrito Federal teve início nas fábricas de móveis Moreira Mesquita e Leandro Martins, em 18 de julho. Em 19 de julho, seguiram-se as paredes dos operários das fábricas Companhia Red-Star, Carlos Landis, Auler & C, Luzo Brasileiro e José Siqueira. Essas oficinas “conservaram-se fechadas e guardadas à distância por policiais”.<sup>71</sup>

Ainda em 19 de julho a FORJ pretendia realizar uma passeata, cuja finalidade era conseguir a adesão dos trabalhadores que estivessem em serviço. A polícia, no entanto, declarou através de Pereira Guimarães, delegado do 4º Distrito, que a passeata estava impedida.<sup>72</sup>

Em 1917 foram promovidas 13 greves no Distrito Federal.<sup>73</sup> Nesse contexto, as críticas à carestia não cessaram, uma vez que nenhuma medida jurídica havia sido tomada para solucionar a velha questão.

Com as vitórias parciais dos movimentos grevistas em São Paulo e no Rio de Janeiro, ficou mais claro para uma importante parcela da classe trabalhadora a força que ela possuía caso se organizasse para lutar por seus direitos. E essa consciência sem dúvida foi alcançada também em função dos movimentos contra a carestia, não somente pela propaganda do sindicalismo, ou pelos sindicatos criados, mas também pela reocupação das ruas feita pela classe trabalhadora, afinal, milhares de trabalhadores participaram dos 62 comícios promovidos. As classes dominantes, por sua vez, tomaram consciência de que o povo, quando organizado, possuía um poder que não deveria ser subestimado.

---

<sup>70</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 18 de jul. 1917. p. 3.

<sup>71</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 20 de jul. 1917. p. 1

<sup>72</sup> \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, 20 de jul. 1917. p. 1

<sup>73</sup> MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *Trabalhadores em greve, polícia em guarda*. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto / Faperj, 2004, p. 139.

## Conclusão

Tendo em vista encaminhar as considerações finais do artigo, julgamos oportuno mencionar a representação produzida pelo escritor Lima Barreto a respeito da carestia, em uma crônica publicada no jornal *O Debate*, em 15 de setembro de 1917. Citamos:

As várias partes do nosso complicadíssimo governo se têm movido para estudar e debelar as causas da crescente carestia dos gêneros de primeira necessidade à nossa vida. As greves que têm estalado em vários pontos do país muito têm concorrido para esses passos do Estado. Entretanto, a vida continua a encarecer e as providências não aparecem.<sup>74</sup>

Adiante o escritor afirmava que o aumento do custo de vida estava relacionado à lógica do capitalismo monopolista.

O açúcar, por exemplo, que descera de preço nestes últimos anos, é um caso típico da ladroeira capitalista, da mais nojenta. Os usineiros e os seus comparsas, comissários, etc., no intuito de esfolarem a população nacional ou residente no Brasil, descobriram que o melhor meio de o fazerem era vender grandes partidas, para o estrangeiro, pela metade do preço por que as vendem aqui.<sup>75</sup>

A carestia também atingia outros gêneros, como o feijão e a carne. A situação era crítica. Barreto então afirmava que o seu combate deveria considerar o uso da “violência”.

O povo até agora tem esperado por leis repressivas de tão escandaloso estanco, que é presidido por um ministro de Estado. Elas não virão, fique certo; mas há ainda um remédio: é a violência. Só com a violência os oprimidos têm podido se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica; e, ainda, infelizmente, não se fechou o ciclo das violências.<sup>76</sup>

Segundo Barreto, o ministro da economia era aliado dos empresários formadores de *trusts*. Já o congresso, os juízes e os tribunais, contavam com o apoio das forças de repressão, de modo que o “saque legal” obtinha suportes. A sua defesa de uma atitude pautada na “violência” merece ser avaliada em relação a esse contexto.

É doloroso chegar a semelhante conclusão; é doloroso ver tanto sangue generoso derramado, tanta lágrima chorada, tanto estudo, tanta abnegação, tanto sacrifício, tanta dor de grandes homens e daqueles que

---

<sup>74</sup> FARIA, Antonio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre os trabalhadores*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012, p. 34.

<sup>75</sup> FARIA, Antonio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre os trabalhadores*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012, p. 37.

<sup>76</sup> FARIA; PINTO. *Lima Barreto*, p. 38.

os amaram e apoiaram, é doloroso, dizia, ver acabar tudo isto nas mãos de um tipo alvar, idiota, ignorante, cômico e cínico, como Zé Bezerra, para, com o trabalho de tantas gerações e a meditação de tantos sábios, trabalho e meditação que estão nas máquinas de suas usinas e nos processos do fabrico, esfomear um país e rir-se de sua miséria.<sup>77</sup>

Diante dos desafios apresentados à classe trabalhadora, Barreto concluía em alto e bom francês: “*Rira mieux qui rira le dernier...*”.

Destacamos aqui que, diante das precárias condições de vida vivenciadas na Capital Federal, com ênfase no acesso à alimentação, a manutenção da sobrevivência da classe trabalhadora constituiu o objetivo primordial dos movimentos contra a carestia, em 1913 e em 1917.

Havia, no entanto, outras dimensões na participação daquele “povo das ruas”. Como pudemos observar, a classe trabalhadora estava interessada na conquista de um conjunto de direitos sociais que ia além da melhora de suas condições de consumo (alimentação, moradia, e etc), como a jornada de trabalho de oito horas diárias, a equiparação salarial entre homem e mulher, o salário mínimo, ou a abolição do trabalho infantil, considerando que para manter tais direitos, a organização nas associações de tipo sindical era fundamental. Os enfrentamentos contra a carestia, sobretudo a partir da campanha promovida pela “dobradinha” FORJ/COB, foram responsáveis por uma intensa propaganda do sindicalismo que se apoiava nas greves, e, segundo as avaliações das lideranças, em decorrência dessa propaganda novos sindicatos foram criados. Finalmente, alguns princípios do ideário anarquista eram difundidos nas manifestações, a exemplo do combate ao alcoolismo e a criação de escolas racionalistas.

Nesses termos, a luta pela sobrevivência, e a campanha pela organização da classe trabalhadora nos sindicatos, destacaram-se nos movimentos contra a carestia, em 1913 e em 1917. Esses movimentos merecem, por fim, serem identificados como expressões políticas do “povo das ruas” que habitava a Capital Federal.

---

<sup>77</sup> \_\_\_\_\_, Lima Barreto, p. 39.

## “O homem forte, todo o mundo tem por pátria”: a construção do homem *mundanus* em Antônio Vieira

"The strong man, has the country the entire world ": the  
construction of *mundanus* human in Antônio Vieira

Gil Eduardo de Albuquerque Macedo

Doutorando em História

Universidade Federal do Ceará

E-mail: gileduardo7@yahoo.com.br

Recebido: 26/06/2015

Aprovado: 15/08/2015

**Resumo:** Antônio Vieira é uma das notáveis figuras da história e cultura lusitana. Envolvido em grandes polêmicas, o audacioso jesuíta é amplamente conhecido pela defesa e apologia do império português, atestando isso em diversas documentações, tais como cartas, sermões e textos proféticos. Para fundar sua exegese, o engenhoso padre seiscentista construiu sobre a figura bíblica de Tubal o ideal de homem português. Para o jesuíta, a natureza desbravadora e indômita do povo português é resultado de uma herança que se origina em Tubal e aflora intensamente no processo de expansão marítima portuguesa. Homem de todo o mundo, o homem *mundanus* vieiriano tem por pátria toda a extensão do globo, fundamentando a noção de Império presente nas profecias do padre seiscentista. Tomando tal discussão por tema, a sequência argumentativa deste trabalho segue em duas correntes: compreender a construção dos conceitos de homem e mundo vieiriano e sua relação com a tradição profética portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antônio Vieira; Tubal; Império português; Mundo.

**Abstract:** Antonio Vieira is one of the outstanding figures in the history and Lusitanian culture. Involved in major controversy, the audacious Jesuit is widely known for defense and apology of the Portuguese empire, stating that in several documentation, such as letters, sermons and prophetic texts. To found his exegesis, the ingenious seventeenth-century priest built on the biblical figure of Tubal the ideal of Portuguese man. For the Jesuit, the taming nature and indomitable of the Portuguese people is the result of a heritage that originates from Tubal and emerges strongly in the Portuguese maritime expansion process. Man of the world, man *Mundanus* vieiriano has the country the entire length of the globe, basing the concept of Empire in the prophecies of the seventeenth-century priest. Taking this discussion by topic, the argumentative sequence this work follows two perspectives: to understand the construction of human concepts and vieiriano world and their relation with the Portuguese prophetic tradition.

**KEY WORDS:** Antônio Vieira; Tubal; Portuguese empire; World.

## Introdução

O termo mundo, do latim *mundus*, permeia inúmeras passagens do texto bíblico, nele está arraigado uma profunda polissemia<sup>1</sup>, horizonte aberto para diferentes interpretações. Uma rápida investigação bíblica já nos direcionaria a um labirinto de ambiguidades, pois ora o mundo é mostrado como espaço de desvio e transgressão moral – “Não ameis o mundo, nem o que há no mundo”<sup>2</sup> – ora é objeto de desejo e de intervenção divina – “pois Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu filho unigênito”<sup>3</sup>. Essas amostras evidenciam uma típica contradição com que teólogos e historiadores da religião se defrontaram em suas interpretações.

Não podemos ignorar o fato de que a Bíblia é um compêndio de livros escritos em momentos históricos distintos, um material heterogêneo. O esforço em construir uma unidade de sentido para todo o texto bíblico perseguiu a cristandade por um longo período, configurando-se como um fardo pesado para as primeiras empreitadas teológicas. Podemos perceber isso na tradução que culminou na bíblica *vulgata*, realizada entre os séculos IV e V, por São Jerônimo, a mando do papa Dâmaso I, cujo objetivo foi produzir um texto de ampla divulgação. Na tradução do *Novo Testamento*, escrita em grego, Jerônimo reuniu sob o vocábulo *mundus* uma gama de outros termos, tais como Gês (solo, terra), Oikumêne (toda a terra habitada), Aión (século) e Kosmós (conjunto de um universo ordenado)<sup>4</sup>, reduzindo-os a um só conceito. Podemos já pressupor uma nova abertura para interpretações, pois, no lugar dessas terminologias, surgiu um conceito pouco preciso. Os exemplares da bíblia *vulgata*, lida pelos homens medievais, criou, então, interpretações discrepantes de *mundus*: lá estava o mesmo mundo que Deus amou e o mundo pecaminoso, permeado pela presença maligna do diabo. Incoerente? Ocorre que hoje podemos desconstruir etimologicamente as suas origens, mas, para o cristão medieval, *mundus* sofreu uma tradução confusa, fonte de uma complexa polissemia.

---

<sup>1</sup>CARVALHO, Flávio Américo Dantas. *Clarissimo speculo bonitatus dei: o mundo de Tomás de Celano e sua leitura de mundus*. 2011. 135 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. p. 37-39.

<sup>2</sup>BÍBLIA SAGRADA: Antigo e Novo Testamento. 42. ed. rev. e atual. no Brasil. São Paulo: Editora Paulinas, 1986. 1 João 2; 15.

<sup>3</sup>BÍBLIA SAGRADA, João 3; 16.

<sup>4</sup>COENEN Lothar, BROWN, Colin. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1989. v. 3.

Sabemos que as interpretações bíblicas não são resultados unidimensionados pela mensagem interna do texto. Nesse sentido, ao concebermos Deus e fé enquanto constructo discursivo, compreenderemos a interpretação bíblica como fruto de uma identidade dinâmica, um fluxo perene entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”<sup>5</sup>. Dessa forma, a configuração poética e narrativa dos textos bíblicos está sempre suscetível a reatualizações<sup>6</sup>. Do ponto de vista teológico, pressupõe-se a relação entre o leitor e os textos bíblicos, estando circunscrita nela uma experiência histórica que, a todo momento, redimensiona a existência do homem em uma realidade transcendental. Os sentidos construídos a partir da tradução feita por São Jerônimo caminharam *paripassu* com as condições e demandas históricas que os seus teólogos viveram. De outro modo, também nos serve para pensar a associação entre religião, política e retórica como relação fundamental para compreensão da complexidade histórica da qual nós investigamos<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Vejamos a seguinte citação: “A identidade do texto narrativo não se limita ao que se chama de ‘dentro’ do texto. Como identidade dinâmica, emerge para a interseção entre o mundo do texto e o mundo do leitor. É nesse ato de leitura que a capacidade que tem a intriga de transfigurar a experiência é atualizada. O ato de leitura pode desempenhar esse papel porque seu dinamismo próprio enxerta-se no ato configuracional e o conduz a seu acabamento”. RICOEUR, Paul. *A hermenêutica bíblica*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 126.

<sup>6</sup> Paul Ricoeur alinha à sua perspectiva hermenêutica uma cuidadosa análise dos textos bíblicos. Para o filósofo, o funcionamento do texto bíblico passa pelos efeitos gerados por sua linguagem poética, mediante a metaforização que dimensiona uma nova reconfiguração do real, provocando uma prática renovada e revelada capaz de tocar a existência do leitor \_\_\_\_\_. *A hermenêutica bíblica*, p. 205.

<sup>7</sup> A historiografia tradicional vieiriana, a exemplo de João Lúcio de Azevedo, concebeu Vieira como nítido exemplo da contradição barroca entre religião e política. Sob essa premissa, as imagens que podemos criar do iniciano é certamente confusa, pois o analisa por meio de categorias exteriores a sua racionalidade histórica. Foi somente em 1989 que Alcir Pécora defendeu incisivamente que as perspectivas anteriores não historicizaram adequadamente a documentação do jesuíta, investindo sobre elas diferentes anacronias. Em 1994, Pécora publicou sua tese, *Teatro do Sacramento*, que tornou-se uma das mais citadas e importantes produções historiográficas sobre o padre Antônio Vieira, por demarcar novas perspectivas de análise para a saturada historiografia vieiriana. Haveremos de deixar claro que nos aproximamos da postura metodológica investida por Pécora sobre a documentação do padre seiscentista, pois pensamos que ela possa nos conduzir a um diálogo necessário entre espiritualidade, cultura, política e sociedade. Desse modo, ao afirmar que o “modo sacramental” fundamenta o pensamento de Vieira, Pécora demonstra como é indissociável a relação dos aspectos litúrgicos, retóricos e político-teológicos nas obras do jesuíta. Por mais que seu discurso evidencie as diversas facetas de um homem confuso, deveremos enxergar simultaneamente um Vieira missionário, pregador, crítico, político. Esses aspectos são elementos da construção de um teatro, no qual Vieira concebe sua realidade e interpreta a materialidade do mundo terreno sob uma linguagem divina e religiosa. É nesse sentido que devemos entender a compreensão religiosa seiscentista como indissociável do fazer político e retórico: agir politicamente é também proporcionar uma mudança social e, portanto, religiosa. Certamente as tensões que o discurso do jesuíta apresenta devem ser incorporadas como parte de um jogo em que a Companhia investiu nos seus três primeiros séculos de existência. Ser um jesuíta é lançar-se ao mundo, no qual existem vicissitudes políticas, missionárias e teológicas, na expectativa de que a interseção delas conduza a uma transformação na humanidade. Ver em: PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008. ECHEVERRÍA, Bolívar. *La Compañía de Jesús y la primera modernidad de América Latina*, ed. Petra Schumm, Barrocos y Modernos. *Nuevos caminos en la investigación del Barroco Iberoamericano*, Verveut, 1998, p.49-65. LEITE, Edgar. *Concepções jesuíticas*

Em suma, a polissemia *mundus* foi fonte de pelo menos duas leituras acerca da materialidade terrestre, apoiando-se no pressuposto de que existe uma natureza precedente a sua existência. Para os neoplatônicos, a vida em sociedade e a relação do homem com o corpo ou com a natureza física são práticas que desviam o cristão de Deus<sup>8</sup>. Essa postura deve-se à concepção de que o homem e o mundo foram corrompidos quando conheceram o pecado. A respeito de uma das mais conhecidas passagens bíblicas, quando Adão come o fruto proibido, costuma-se afirmar que o momento demarcou o período em que a humanidade foi condenada ao pecado e ao desvio; assim, o termo mundano passou a agregar forte teor depreciativo. Dessa forma, a primeira etapa do caminho para a contemplação divina consiste no isolamento, prática que reforçou o monasticismo. Negar as coisas do mundo – a personalidade, o convívio em sociedade aberta, o corpo, os prazeres – tornou-se o único e legítimo meio de alcançar a santidade.

A partir do século XIII, a transformação da sensibilidade cristã acerca do mundo produziu práticas que levaram o cristão ao sentido inverso do que fora instituído na Alta Idade Média. Em outros termos, a busca por Deus não estaria mais no ato de isolar-se, mas de congruir-se com o mundo e nele operar transformações. A postura estivera em compasso com as emergências políticas e sociais do século XVI: expansão ultramarina e os desafios gerados pela Contrarreforma solicitavam uma nova práxis cristã.

---

sobre a relação entre a "conquista espiritual" e a "conquista material", séculos XVI-XVIII. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 410, p. 11-22, jan./mar. 2001.

<sup>8</sup> O neoplatonismo vigente na Alta Idade Média, uma reformulação dos escritos de Platão feita por Plotino, fez-se presente em um dos mais influentes teólogos cristãos, o bispo de Hipona, Agostinho. Em 386, Mânlio Teodoro apresentou a Agostinho os tratados de Plotino, o que demarcou a transição do maniqueísmo para o neoplatonismo experienciada pelo bispo. Nesse novo período, Agostinho produziu duas de suas mais importantes obras, *A Cidade de Deus* e *Confissões*. Quando escreveu a *Cidade de Deus*, o teólogo cristão pensou o processo histórico como desenvolvimento espiritual do cristianismo. São dois planos que compõem o universo: a Cidade de Deus e a Cidade dos Homens. A primeira, por ser eterna, não existe no tempo, mas em um plano simultâneo onde tudo é uno e absoluto. Em contrapartida, a Cidade dos homens é criação divina e, como tal, foi construída em associação ao tempo que divide e limita o intelecto humano. Para o teólogo, a natureza do mundo foi corrompida quando Adão comeu do fruto proibido, instaurando o pecado na materialidade. Segundo ele, essa condição degenerativa haverá de perseguir o homem até o dia em que a Cidade dos homens se fundir com o plano celestial; nesse momento a realidade sensível haverá de inexistir e com ela também a corrompida natureza humana. Agostinho negava qualquer tipo de interpretação milenarista do Apocalipse bíblico, pois acreditava que o homem, vivendo no tempo e sendo limitado por ele, não poderia prever o desenvolvimento da história. Restava-lhe, então, esperar no âmago do interior, longe das tentações mundanas, o início do Reino de Deus. Ver em: LÖWITZ, Karl. *O sentido da História*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 161-173. ULLMANN, Reinhold Aloysio. *Plotino: um estudo das Enéadas*. 2. ed. Porto Alegre: EDUPCRS, 2008.

## O círculo perfeito

A figura mais perfeita e mais capaz de quantas inventou a natureza e conhece a geometria é o círculo. Circular é o globo da terra, circulares as esferas terrestres, circular toda esta máquina do universo, que por isso se chama orbe, e até mesmo Deus, se sendo espírito pudera ter figura, não havia de ser outra se não a circular.<sup>9</sup>

Questionamo-nos sobre qual seria a reação de Gaston Bachelard ao ler essa passagem. Provavelmente nos explicaria que o recurso à circularidade está ligado a uma ontologia pura do ser, que, mesmo sob todo o efeito da cultura, haverá de remeter à circularidade como fenômeno da perfeição, um fenômeno invariavelmente humano<sup>10</sup>. Não estamos querendo aqui nos apropriar da perspectiva fenomenológica de Bachelard, pois relegaríamos os fatores culturais a um plano de análise secundário<sup>11</sup>, mas entendemos que a forma esférica do globo terrestre indica para Vieira uma relação estreita entre natureza e perfeição.

Nesse mesmo sermão, Deus é considerado criador de espaços (sensíveis ou imaginários) e sua criação, por mais mensurável que seja, é envolvida pela infinita extensão divina, ou seja, na constituição física do mundo, Deus também revela a sua existência<sup>12</sup>. Vieira vislumbra na circularidade a ideia de perfeição, pois a forma geométrica do círculo representa a infinitude, é a manifestação da imensidão divina em matéria mensurável. A ideia de criar uma relação transcendental com a dimensão planetária do mundo, produzida no século XVI pela cultura ocidental, foi uma resposta a um problema que surgiu com a descoberta da

---

<sup>9</sup> VIEIRA, Antônio. Sermão da Nossa Senhora do Ó. In: \_\_\_\_\_. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. X, p. 207.

<sup>10</sup> Para Bachelard, o fenômeno do “redondo” precede a cultura; artistas como Van Gogh, Joê Bousquet, La Fontaine ou Jaspers referenciaram o “redondo” e atribuíram-lhe o mesmo sentido: perfeição. O filósofo afirma que os referidos artistas viveram em épocas distintas, não se conheceram, mas tomaram a forma do círculo para designar um só sentido. Isso lhe permite concluir que “o redondo” é a forma ontológica mais pura do ser: “O ser é redondo” se tornará para nós um instrumento que nos permita reconhecer a primitividade de algumas imagens do ser. As imagens da *redondeza plena* nos ajudam a nos congregar em nós mesmos, a dar a nós mesmos uma primeira constituição, a afirmar nosso ser intimamente, pelo interior. Porque vivido a partir do interior, sem exterioridade, o ser não poderia deixar de ser redondo”. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 350.

<sup>11</sup> Nesse sentido, a análise cultural lhe serve para desmascarar os intermédios que restringem a ontologia pura do ser. Bachelard assim afirma: “A fenomenologia, no domínio restrito em que trabalhamos, deve suprimir qualquer intermediário, qualquer função superposta. Para se ter a pureza fenomenológica máxima, é preciso tirar da fórmula jaspersiana tudo o que mascararia o valor ontológico, tudo o que complicaria a significação radical” \_\_\_\_\_. *A poética do espaço*, p.350.

<sup>12</sup> “Esta imensidade de Deus no mundo, e fora do mundo, está em todo lugar, e onde não há lugar: está dentro, sem se encerrar, e está fora, sem sahir, porque sempre está em si mesmo: o sensível e o imaginário, o existente e o possível, o finito e infinito, tudo enche, tudo inunda, por tudo se estende.”. VIEIRA. *Sermão da Nossa Senhora do Ó*, p.209.

América e o fim da imensidão do *orbe terrarum*. Vieira engenhosamente funde a finitude material do mundo à infinitude espiritual de Deus.

Mesmo que a esfericidade terrestre já não suscitasse mais dúvidas, partia-se da ideia de que antes do século XVI a extensão do planeta ainda era uma incógnita. O mistério que rondava os mares extremos tornava o mundo algo imensurável, poucos eram os que se aventuravam em seu ingresso; a maioria tinha medo de se perder ou de se deparar com monstros. O fato é que, desde os gregos, sabe-se que o mundo é esférico<sup>13</sup>, mas nenhum homem até então comprovava tal teoria. Em termos práticos, o mundo era imensurável, pois ninguém pode medir o que não se conhece, e como parte de sua extensão ainda se mantinha desconhecida para o Ocidente, o manto de mistério e temor envolvia as mais diversas especulações. A postura do homem perante o mundo era de subserviência, pois este se apresentava ainda imponente e ameaçador.

A descoberta da América expandiu o horizonte da cultura Ocidental, ao mesmo tempo em que despiu a imensidão do planeta, tornando-o um objeto capaz de ser medido. Sabemos que a abrupta revelação de territórios antes não conhecidos transformou profundamente a sociedade Ocidental. Hannah Arendt, em *A condição humana*, considera que “no instante em que se descobriu a imensidão do globo terrestre, começou o apequenamento do globo”<sup>14</sup>; esse processo, inaugurado na Idade Moderna, contribuiu para a visualização de um mundo que o homem conhece tanto quanto as linhas de sua própria mão<sup>15</sup>. A verticalização da percepção espacial ao reduzir a distância entre percursos antes inimagináveis transformou o mundo em um grande lar, desmitificou e transfigurou o temor em desejo. Talvez nunca se tenha falado tanto em mundo na história Ocidental quanto a partir desse período.

O simples fato de o globo terrestre poder ser vislumbrado em um planisfério<sup>16</sup> afetou profundamente a relação entre homem e natureza; para Edmundo O’Gorman, esse processo

---

<sup>13</sup> Eratóstenes (276 a.C. - 194 a.C.) lançou a tese de que a Terra era esférica. O geógrafo e astrônomo grego, fazendo uso da trigonometria, chegou a precisar o perímetro da terra em 46.250 km, não muito distante do valor convencionado atualmente, 40.076 km.

<sup>14</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007. p. 262.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. *A condição humana*, p.262.

<sup>16</sup> O Planisfério de Martin Waldseemuller, publicado em 1507, atesta a difusão de uma mentalidade vigente no século XVI, fundamentada na prerrogativa de um total reconhecimento planetário. Nessa cartografia já estão mapeadas a zona territorial americana e algumas ilhas próximas ao que hoje concebemos como Austrália. Mais

histórico vai culminar em uma postura ativa do homem perante sua realidade<sup>17</sup>. Com isso, o homem deixa de servir-se da natureza para tomar-lhe a posse<sup>18</sup>, o que gera um problema para a cristandade: o homem, ao se tornar dono e senhor da natureza, em tese, se equipara a Deus. Contudo, não se pode negar a difusão de uma mentalidade que circula intensamente, visto que, de fato, a descoberta da América impulsionou o homem ao desbravamento e à conquista. A solução para isso foi envolver a materialidade do mundo e sua dinâmica de exploração em um véu de simbologia divina, pois “fazem-no proclamando que obtêm de Deus este domínio e esta posse”<sup>19</sup>.

Por outro lado, esses novos eventos também serviram para suplantar definitivamente a perspectiva agostiniana da mundaneidade. Ora, a potencialidade catequética presente no Novo Mundo não se adaptava à reclusão interior que agostinianos vislumbraram sobre o mundo e, de certa forma, o conhecimento da extensão planetária da Terra contribuiu para isso, pois a transformou em um lar seguro, rodeado por muros conhecidos. Mais do que isso, a circularidade é também a forma para delimitação de toda criação divina, tudo está circunscrito nela: “O certo é que as obras sempre se parecem com seu autor; e fechando Deus todas as suas dentro do círculo, não seria esta ideia natural, se não fosse fora parecida à sua natureza”<sup>20</sup>. Essa citação corrobora mais ainda a ideia de que o mundo é um legítimo objeto de desejo cristão, pois nele a graça divina aflora na forma e na matéria de toda a existência.

Caminhando por essa linha argumentativa, podemos inferir que a inserção do paradigma aristotélico-tomista na cultura Ocidental e o seu desdobramento na ideia moderna de natureza permitiram ao cristianismo sua adaptação ao novo contexto de expansão ultramarina. Esses acontecimentos, para Vieira, representam uma nova fase, indício de um novo tempo, pois a natureza mostrou ao homem o seu mais novo lar, o

---

do que apontar ou não precisões cartográficas, o mapa de Martin Waldseemuller dá uma ideia de circunferência, cobrindo toda a extensão planetária em um objeto de fácil visualização.

<sup>17</sup> O’GORMAN, Edmund. *A invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

<sup>18</sup> Vimos que, com as teorias aristotélico-tomistas, a aproximação entre natureza e graça divina trouxe cristãos a repensarem o mundo e, nele, suas práticas. No século XVI, esse pressuposto se desenvolve a tal ponto que a necessidade de conhecer a natureza se transforma no obsessivo desejo de esquadrihá-la, delimitá-la, tomar-lhe a posse: “se conhecermos as leis, podemos, pois, servir-nos das coisas e tornar-nos ‘donos e senhores’ da natureza”<sup>18</sup>. Ver em: LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002. p. 185.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *História da ideia de natureza*, p. 192.

<sup>20</sup> VIEIRA, *Sermão da Nossa Senhora do Ó*, p. 207.

“Mundo”: “quando o não conheceu, negou-lhe o domínio; quando conhecer, dar-lhe-á a posse”<sup>21</sup>. Esse será o lar, a promessa de Deus aos seus fiéis, e o “Mundo” que lhes é entregue deve seguir sob o propósito de expansão planetária do cristianismo, pois o tempo deverá ser conduzido por esforços humanos. O domínio concedido é a extensão do poder divino; é a ele que hereges, maometanos, judeus e gentios haverão de se curvar. Assim como o “Mundo” foi prometido a Adão e, devido ao pecado, revogou-se a sua posse, o “Mundo do Futuro” haverá de reconquistá-la, restabelecendo a paz e a palavra de Cristo até que se consuma o Juízo Final.

Partindo dessa perspectiva, o jesuíta reveste de sentido transcendental a descoberta da América e o conhecimento pleno da esfera terrestre. Las Casas já afirmava que Colombo fora ungido por Deus<sup>22</sup>, pois seu feito abriu um novo caminho para a difusão do cristianismo. Vieira vai além e afirma que os antigos profetas não puderam prognosticar o futuro do mundo, devido ao fato de sua plenitude ter sido revelada ao conhecimento humano apenas a partir do século XVI. O mundo coberto pela obscuridade dos mares extremos não dava conta de toda a existência humana, mas a descoberta da América e da *Austral*<sup>23</sup> iluminou o profeta moderno ao apresentar-lhe a plenitude da humanidade:<sup>24</sup>. O círculo que delimitava a totalidade da criação divina não havia sido apresentado aos homens. O conhecimento dessa forma da natureza foi o sinal que demarcou um novo período, levou Vieira ao anseio escatológico verificado em sua obra.

### **Filhos de Tubal**

Vimos no tópico anterior como a ideia de círculo perfeito circunscreve a totalidade da existência criada por Deus. Neste tópico, discutiremos de que maneira o jesuíta define o que está circunscrito pelo círculo divino, isto é, o gênero humano. Antônio Vieira parte do

---

<sup>21</sup> VIEIRA, Antônio. Livro Antepimeiro. In: ALEIXO, José Carlos Brandi (org.). *História do Futuro*. Brasília: UNB, 2005. p. 141.

<sup>22</sup> O’GORMAN, Edmund. *A invenção da América*. São Paulo: UNESP, 1992.

<sup>23</sup> Reconhecemos *Austral* como a atual Austrália. A descoberta oficial da Austrália foi realizada em 1770 por James Cook; no entanto, navegantes portugueses, a exemplo de Cristóvão de Mendonça e Gomes de Sequeira, já haviam feito (nos anos de 1522 e 1525, respectivamente) os primeiros reconhecimentos do continente.

<sup>24</sup> “O Mundo que conheceram os Antigos se dividiu em três partes: África, Europa, Ásia; depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte; espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos Austral.” VIEIRA, *História do Futuro*, p. 141.

princípio de que há, no “Mundo”, quatro tipos de infiéis: os hereges, os judeus, os gentis e os pagãos (maometanos)<sup>25</sup>. Mesmo estabelecendo tais categorias, o jesuíta crê piamente que todas elas haverão de se extinguir, curvando-se por livre arbítrio à fé cristã. Para corroborar o seu argumento, o jesuíta afirma a existência de uma natureza que perpassa todo o gênero humano, o que assegura o direito universal à salvação. No *Sermão XX do Rosário*, Vieira recrimina qualquer distinção de cor que diferencie os homens, traçando um paralelo entre as Irmandades do Rosário dos brancos e as dos pretos. Dessa forma, mesmo divididos por nítidas diferenças físicas, toda a humanidade é criação de Deus, proveniente de uma mesma raiz: "Fê-los Deus a todos de uma mesma massa para que vivessem unidos e eles se desunem"<sup>26</sup>.

Uma natureza humana idêntica em todo o percurso é que permite uma caracterologia seiscentista. Essa noção essencialista da natureza humana, fundada nas acepções de Aristóteles (*Ética a Nicômaco*) e de Teofresto (*Caracteres*), foi responsável por petrificar os seres, criando categorias de existência imóveis<sup>27</sup>. De acordo com Vieira, existe uma condição humana unívoca, a capacidade de converter-se, característica de uma essência divina na constituição espiritual humana. Diferente disso, as categorias de infiéis estão em um plano secundário, pois são derivadas das práticas pecaminosas cometidas em terra, são resultados de uma tendência humana ao pecado.

É importante termos dito isso, uma vez que a esperança de um futuro bom e glorioso só foi possível quando se enxergou no “Mundo” uma natureza potencialmente boa, passível de intervenção. Para o jesuíta, no núcleo da natureza do mundo, aqui denominada *mundanus*, também sobrevivem o bem e a vontade divina; entretanto, nela também se manifestam o desvio e o pecado humano, em consequência do pecado original. Em outros termos, ela é

---

<sup>25</sup> O segundo tomo da Defesa Perante o Quinto Império se propõe a defender a salvação universal do Mundo. Ver em: VIEIRA, Antônio. *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. [ed. Hernâni Cidade]. v. II. Salvador: Bahia, 1957.

<sup>26</sup> VIEIRA, Antônio *apud* RAMINELLI, Ronald. *Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750*. In: *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, v. 28, n. 48, 2012, p. 707. No artigo em que buscamos a referência de Vieira se encontra uma emblemática tese; nela o autor redefine o conceito de raça para o período colonial brasileiro, considerando que o conceito existe e é definido por critérios morais e físicos, construindo hierarquias sociais baseadas na cor da pele. Ao investigar os discursos que as sustentam, Raminelli também verifica opiniões contrárias a essas classificações raciais, considerando Antônio Vieira um veemente opositor.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Ana Lúcia M. de. *Por quem os signos dobram: uma abordagem das letras jesuíticas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 124-125.

simultaneamente santa e corrupta, o que deriva do fato de que o homem, na condição de criatura divina, resguardaria a santidade de seu Pai, mas se corrompeu no momento em que conheceu e praticou o pecado: “foi Adão peor e mais cruel Herodes que o de Jerusalém; porque Herodes matou os inocentes de dois anos para baixo, e Adão mata a todos os seus descendentes no mesmo instante em que são concebidos”<sup>28</sup>.

A todo instante Vieira associa a natureza humana à ambição e ao pecado, mas os contrapõe a uma natureza criada originalmente por Deus, mestra da vida, propulsora de toda a existência. Em um belíssimo discurso apresentado à rainha da Suécia, Cristina Alexandra, no ano de 1674, o jesuíta disserta sobre a tendência heraclitiana pelo pranto humano. Vejamos o trecho final do seu discurso:

Se o homem, pela transgressão não tivesse perdido a felicidade em que foi creado, choraria, ou não? É certo, que nunca chorariam os homens se fossem conservados n’aquelle estado, e as lagrimas que agora há, não as haveria então: logo, se na felicidade d’aquelle tempo estaria ociosa a potencia de chorar, na miséria d’este tempo esteja ociosa a potencia de rir, etc.<sup>29</sup>

Nesse sentido, por mais ociosa que esteja a faculdade do riso divino – afinal, para o jesuíta, existe uma tendência humana pelo pranto – a existência dela cria uma ambivalência essencial na concepção de “Mundo” do autor:

Dois mundos em um mundo; o mundo que fez o Verbo encarnado: Mundus por ipsum factus est, e o mundo que depois de humanizado o não conheceu: Et mundus eum non cognovit, são os dois mapas que universais que o Senhor e restaurador de ambos deu aos seus Apostolos.<sup>30</sup>

É essa ambivalência uma fonte para a prática missionária cristã, pois encontra no homem a potencialidade do bem, do amor, de Deus. Assemelhando-se ao garimpeiro, que separa o ouro do cascalho, Vieira mergulha na raiz da existência à procura de Deus e de seus desígnios.

Vejamos o quão importante foi essa discussão para os inquisidores do Tribunal do Santo Ofício. No vigésimo quarto exame, pergunta-se a Vieira se a fé ou a incredulidade é

---

<sup>28</sup> VIEIRA. *Sermão de Nossa Senhora da Conceição*, p. 241.

<sup>29</sup> VIEIRA, Antônio. As lágrimas de Heráclito. In: \_\_\_\_\_. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. XV, p. 445.

<sup>30</sup> VIEIRA, Antônio. Sermão Undécimo de seu dia. In: \_\_\_\_\_. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. XIV, p. 5.

natural ao gênero humano ou a algum povo<sup>31</sup>. Na ocasião, vale salientar, o Tribunal acusava Vieira de pró-judaísmo. Em sua defesa, o jesuíta responde afirmando que a fé cristã é consequência da graça divina, uma força sobrenatural que independe de qualquer predisposição política ou social. Nesse sentido, não existe tendência humana para a fé ou para a perdição, mas a salvação humana depende somente da ação voluntária de receber Deus. Percebe-se, a partir de seu discurso, o quanto o padre jesuíta enxerga na natureza humana a potencialidade para a conversão. É essa a premissa que sustenta a salvação universal do Quinto Império, pois todo o gênero humano é passível de salvação desde que a palavra divina, o efeito da graça, aja sobre ele.

O futuro da humanidade caminha para uma só unidade e retornará para a massa criada por Deus antes de o pecado acometê-la. Ao mesmo tempo em que produz uma natureza humana universal, o jesuíta cria uma centralidade para ela. Observemos como a Coroa e o povo lusitano destoam dos demais, já que a eles cabe o precioso dever de liderar o cristianismo: “Todos os reis são de Deus, mas os outros reis são de Deus feitos pelos homens: o rei de Portugal é de Deus, e feito por Deus e por isso mais propriamente seu”<sup>32</sup>. O jesuíta reveste de organicidade a sociedade portuguesa e sua estrutura política: Rei e súditos se diferenciam de toda a humanidade, pois compartilham entre eles uma identidade abençoada por Deus.

Questionamos, então, o que diferencia os portugueses do restante da humanidade cristã? O que teoricamente fundamenta o lusocentrismo vieiriano? Alguns historiadores preferem explicar esses questionamentos pela simples proximidade do jesuíta com a Corte, um típico oportunismo político. Todavia, haveremos de mostrar que suas bases estão assentadas na construção de uma tradição messiânica-milenarista, já difundida na sociedade lusitana desde o século XVI e apropriada pelo padre para a construção do “homem *mundanus*”. Dessa forma, investigaremos escritores com os quais Vieira dialoga, com vistas a, assim, entendermos como foi fomentado o ideal vieiriano de nacionalidade portuguesa.

A transcendentalidade do reino português foi germinada no século XII. Nesse aspecto, a figura histórica de D. Afonso Henriques foi fundamental para a construção do

---

<sup>31</sup> *Os autos do processo de Vieira na Inquisição* [ed. Adma Muhana]. São Paulo: UNESP, 1995. Tomo II, p. 371-384.

<sup>32</sup> VIEIRA *apud* PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008. p. 207.

mito do império português. O príncipe foi então reconhecido oficialmente como primeiro rei português e, por suas façanhas, recebeu o título de Conquistador ou Fundador. Sua importância reside no fato de que lutou pelo reconhecimento da independência monárquica de Portugal, só concedido pelo Santo Pontífice em 1179, por intermédio da bula *Manifestis Probatum*. A lendária *Batalha de Ourique*<sup>33</sup> se revestiu de um caráter mítico, pois, a partir dela, D. Afonso Henriques se proclamaria *Rex Portugallensis* (Rei dos portugueses). Nessa conjuntura, esteve investido um longo processo interno de reforma política. Não queremos nos aprofundar por essa via de análise, mas não podemos ignorar a importância desse evento para a consolidação do caráter eminentemente profético que esteve associado à formação da Coroa Portuguesa: um dia antes da batalha, Jesus teria aparecido em sonho a Afonso Henriques, prometendo a Portugal um futuro glorioso e afirmando que o surgimento daquele reino só poderia ser explicado por razões estritamente religiosas.

Escrita em 1602, a lenda é divulgada com a *Crônica do Císter*, cuja autoria foi concedida a Fr. Bernardo de Brito. Nela o religioso da ordem cisterciense afirma que a aparição de Cristo ao futuro rei era um presságio a um futuro messiânico e glorioso, fundamental para os propósitos divinos. Segundo Luís Palacín, a lenda se arraigou profundamente nos mais diversos estratos da sociedade portuguesa quinhentista<sup>34</sup>, criando um contexto de expectativa profética. Com base nessa crença, surgiram alguns dos mais importantes profetas lusitanos, como foi o caso do Bandarra, do Santo Isidoro e de Fernão Gomes.

Sem medo de incorrer em qualquer reducionismo, podemos considerar Bandarra, dentre os profetas não ortodoxos, a referência com a qual Vieira dialogou mais intensamente. Sapateiro de profissão, Bandarra dedicou-se à divulgação de profecias messiânicas, produzindo uma série de "Trovas", nas quais vislumbrava a vinda do Encoberto, messias que alavancaria o futuro de Portugal como reino universal. Mesmo não estando vinculado oficialmente a alguma ordem, o profeta sapateiro possuía um modesto conhecimento de passagens do Antigo Testamento, material por meio do qual fundamentava suas profecias.

---

<sup>33</sup>A batalha desenvolveu-se nos campos de Ourique, sul de Portugal, em 25 de julho de 1139. Segundo consta a lenda, a tropa de D. Afonso Henriques travou uma batalha com os mouros, que, mesmo em número maior, foram derrotados pelos cristãos. Nessa ocasião, D. Afonso vislumbrou a oportunidade de se declarar rei de Portugal, tornando a batalha um marco do surgimento da Coroa, sendo saudado por muitos como o fundador da nação portuguesa.

<sup>34</sup> PALACÍN, Luís. A crítica de Vieira ao Sistema Colonial: um estudo da consciência possível. In: *Vieira e a visão trágica do Barroco*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986. p. 31.

Era visto com muita descrença, já que o sapateiro não detinha os requisitos básicos de formação teológica que o autorizassem a produzir uma obra de caráter teológico-profético. A acusação inquisitorial que lhe chega é baseada no pró-judaísmo e, devido a isso, as Trovas de Bandarra permaneceram por longos anos na heterodoxia cristã.

Mesmo na ilegalidade, as Trovas ganharam mais força a partir de 1578. Devemos pensar que tanto a derrota portuguesa na batalha de Alcácer-Quibir quanto o desaparecimento de D. Sebastião em combate suscitaram o surgimento de um estado de expectativa na população portuguesa. Sabemos que o então rei não possuía herdeiros diretos, o que refletiu na crise dinástica de 1580 e que, conseqüentemente, levaria Portugal à perda de sua independência política, que passa a ser vinculada à casa Habsburgo, iniciando o período de união das coroas (União Ibérica). Nesse contexto, surgiu o mito do sebastianismo, com o qual Vieira dialogou intensamente. A sua primeira manifestação tendeu a vincular D. Sebastião ao rei Encoberto das Trovas de Bandarra. No regime Habsburgo, Portugal experimentou um significativo retrocesso econômico, político e bélico. Nesse período de desolação, segundo Luís Palacin, a sociedade portuguesa desenvolveu uma relação nada amistosa com os castelhanos, o que fomentou ainda mais o orgulho português<sup>35</sup>.

Em 1603, D. João de Castro reeditou as *Trovas* junto a uma obra intitulada *Paráfrase e concordância de algumas profecias de Bandarra*<sup>36</sup>; a ocasião era propícia para a difusão das profecias do sapateiro. Podemos, em meio a toda complexidade com que o tema foi abordado pela historiografia, definir o sebastianismo como a “fé na volta de um rei salvador que viria resgatar o reino português das mãos dos castelhanos e restaurar a honra e a soberania perdidas”<sup>37</sup>. A crença foi primeiramente desenvolvida no contexto da União Ibérica, no entanto, os desdobramentos que se seguiram diante de outros contextos implicaram em sua constante reelaboração.

As *Trovas* foram interpretadas como uma profecia do regresso do Rei D. Sebastião, cujo retorno haveria de reerguer Portugal e, ao mesmo tempo, estabelecer a ordem cristã em

---

<sup>35</sup> PALACIN. *A crítica de Vieira ao Sistema Colonial*, p. 30.

<sup>36</sup> CASTRO, João de. *Paráfrase e concordância de algumas profecias de Bandarra*. Paris, 1603. Captado em: <<http://books.google.com.br/books?id=22EuAAAAAYAAJ&printsec=>>>. Acesso em: 28 de jan. de 2013.

<sup>37</sup> COSTIGAN *apud* MARTINI, Marcus de. *As chaves do paraíso: profecias e alegoria na obra do padre Antônio Vieira*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria, 2011. 276 f. p. 23.

todos os recantos do globo. O seu posterior desdobramento culmina na década de 1640, precisamente em 1644, com a reedição feita por Guillelmo de Monnier, obra patrocinada por pessoas próximas a D. João IV. Nessa publicação, acrescenta-se o fato de que o então rei (D. João IV) seria o único e verdadeiro Encoberto. A margem para variações sobre o sebastianismo pode ser explicada pelas próprias lacunas deixadas por Bandarra em sua obra, portanto, não precisamos relacioná-las necessariamente ao rei D. Sebastião.

Na década de 1640, quando chegou a Portugal, Antônio Vieira deparou-se com o mito diferente daquele da tradição: o rei que esperavam restaurar o orgulho português era D. João IV. Nesse sentido, o jesuíta integra o sebastianismo a sua profecia, acreditando que o Quinto Império seria governado pelo rei restaurador. A experiência em Portugal na década de 1640 permitiu a Vieira tanto o contato com a identidade portuguesa que a florava no período de restauração quanto a referência aos mitos de Bandarra<sup>38</sup> e D. Afonso Henriques. Nessa sua passagem histórica, o padre foi contagiado por um forte sentimento de nacionalidade, responsável por envolver a Coroa em um manto de messianismo religioso.

Vejamos como, no oitavo capítulo do *Livro Antepimeiro*, o jesuíta faz menção a Afonso Henriques, citando-o para explicar o surgimento de uma dinastia de reis ungidos por Deus.

No juramento autêntico de El-Rei D. Afonso Henriques, em que se conta o miraculoso aparecimento de Cristo, quando por sua própria pessoa quis fundar o Reino de Portugal, são bem notórias aquelas palavras mandadas anunciar ao rei pelo mesmo Senhor, com o recado de que lhe queria aparecer: *Domine bono animo esto: vinces, vinces, et non vinceris. Dilectus es Domino, posuit enim super te et super semen tuum post te oculos misericordiae suae usque in decimam sextam generationem, in qua attenuabitur proles, sed in ipsa attenuata ipse respiciet et videbit*: «Senhor, estai de bom animo: vencereis, vencereis e não sereis vencido; sois amado de Deus porque pôs sobre vós e sobre vossa

---

<sup>38</sup> Na carta escrita ao padre André Fernandes, *Esperanças de Portugal*, em 1659, o jesuíta afirma que D. João IV ressuscitará dos mortos para inaugurar o *Reino de Cristo consumado em Terra*. A referência a Bandarra rendeu a Vieira a acusação de estar dialogando com um pensador herético. O primeiro tomo da *Defesa perante o Tribunal do Santo ofício*, escrita por Vieira entre os anos de 1665 e 1667, é a sistematização de argumentos que justificaram e legitimaram o uso das Trovas de Bandarra. Deus falou a um simples e analfabeto homem sobre um futuro que validaria perante os portugueses a sua eminente missão universalista. Segundo Vieira, o motivo dessa aparente contradição não pode ser compreendido pelo conhecimento humano, pois Deus fala de forma misteriosa e escolheu um homem simples dentre os diversos nobres que existiam em Portugal: “E o intérprete deste futuro que parecia tão impossível, e de tantos outros que logo se cumpriram e vão cumprindo, foi o sujeito humilde, também retirado do Mundo, posto que cá entre nós muito conhecido nele: aquele oficial de Trancoso, que, sem saber ler nem escrever, fez escritos prodigiosos destas maravilhas” VIEIRA, *História do Futuro*, p. 147.

descendência os olhos de sua misericórdia até a décima sexta geração, na qual se atenuará a mesma descendência, mas nela atenuada tornará a pôr seus olhos.<sup>39</sup>

Para Vieira, no momento em que se vislumbrou o surgimento da Coroa lusitana, iniciou-se também uma descendência de reis que haveria de cumprir um propósito divino universal. Nesse percurso, a partir da décima sexta geração, o então Rei de Portugal daria início ao *Millennium*. O autor defende a existência de uma natural inclinação da Coroa portuguesa a servir aos desígnios divinos, e essa inclinação antecede o próprio Afonso Henriques, pois germina na constituição natural do povo português.

Isso nos chama a atenção para o fato de que para Vieira a transcendentalidade não é um feito exclusivo às gerações de reis lusitanos, ela se desenvolve no cerne de uma comunidade eleita por Deus e que tem o rei como peça central para toda essa engrenagem. Vieira entende por eleição divina a disposição natural de um grupo ou comunidade de pessoas à vanguarda dos desígnios divinos em terra. Dessa forma, existe uma natureza que diferencia a comunidade eleita das demais. Entretanto, devemos nos ater ao fato de que a eleição divina só é reafirmada quando há conformidade com o livre arbítrio humano, ou seja, eleição e livre arbítrio caminham *paripassu*, pois é a vontade comum e a obediência aos pressupostos divinos que ratificam o *status* de “povo eleito por Deus”. Alcir Pécora define claramente essa relação: “o processo sacramental imediatamente, ao mesmo tempo, uma manifestação livre e ativa da vontade comum em direção a Deus e um gesto de intervenção do Mesmo, que elege como sua a vontade que o busca”.<sup>40</sup>

De acordo com o padre seiscentista, a eleição divina não é trans-histórica, pois, como vimos, isso contrariaria a noção de livre arbítrio; a eleição divina existe no núcleo de uma comunidade, mas pressupõe também o esforço humano em exercitá-la. Não devemos confundir a ideia de comunidade eleita com o conceito de *comunidade religiosa*<sup>41</sup>. No

---

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. *História do Futuro*, p. 199.

<sup>40</sup> PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: EDUSP, 2008. p. 211.

<sup>41</sup> O conceito é retirado da obra de Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas*, em que se discute a construção da nacionalidade moderna. O autor parte do princípio de que antes do século XIX não era possível pensar uma identidade nacional que cobrisse uma grande faixa territorial. Existem como antecessoras a comunidade religiosa, regida por signos universais e que não delimitava qualquer circunferência territorial, e o Reino Dinástico, que fazia uso de preceito religioso, mas se circunscrevia em um território com as fronteiras ainda porosas, insuficientes para delimitar a unidade de uma só identidade. Mesmo que o termo *nação* estivesse

cristianismo, a *comunidade religiosa* se materializou na concepção de Corpo Místico<sup>42</sup>, o qual corresponde à totalidade da existência humana cristã. Para essa materialização, instituíram uma escrita sagrada cristã, produzida em latim, por meio da qual os signos sagrados poderiam adquirir valores universais: “o latim não era só a língua que ensinava, como também a única língua ensinada”<sup>43</sup>.

---

presente nesse período, ele não correspondia à totalidade de um território monárquico. Somente no século XIX, quando o Estado conseguiu ter o controle de toda a faixa territorial, a nação passou a abranger a multiplicidade de etnias em uma só identidade. Ver em: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>42</sup> Tomando essa discussão como parâmetro, pretendemos neste tópico observar de que modo a corporalidade foi produzida pela cultura cristã e chegou ao século XVII como uma importante base da cultura moderna, servindo inclusive para espacializar a unidade da Igreja Católica. Em “Os Dois Corpos do Rei”, Ernst H. Kantorowicz investiga no pensamento político medieval como a ideia de corpo serviu para representar a constituição política e religiosa da monarquia, onde o rei possuiria um corpo físico, sujeito a imperfeições, e um corpo místico. Costuma-se afirmar que os teólogos da Alta Idade Média, geralmente os neoplatonistas, foram os responsáveis por criar o repúdio e a negação cristãos ao corpo humano. O embasamento para a essa postura certamente tem contribuição das passagens bíblicas nas quais se apresenta o corpo de Cristo sendo severamente açoitado. Resguardadas as devidas proporções, essa imagem tornou-se referência para a cristandade e reforçou a ideia de que o sacrifício, um dos alicerces da doutrina cristã, passa pela dor física, pelo desapego à materialidade humana. Nesse sentido, o corpo é manifestado como receptáculo de desvios e perdições, pois é nele que se consome o pecado. Só no baixo medievo o corpo se liberta das amarras que o descreviam pejorativamente. Isso se deve a uma mudança de paradigma, como explicamos anteriormente, que o tornou legítimo, sob o ponto de vista da escolástica. Desse modo, o corpo como imagem e semelhança de Deus passou a fazer parte da argumentação dos que defendiam o amor e o cuidado à condição corporal humana. Foi nesse panorama histórico que o corpo de Cristo serviu para espacializar a unidade da Igreja Católica. Entretanto, o termo possui divergentes fundamentações teológicas que geraram uma controvérsia dos cristãos a respeito do sentido do corpo de Cristo consumado na Eucaristia. O teólogo Pascásio Radberto, autor de *De Corpore et Sanguine Domini* (831), foi de encontro à ideia de que o corpo no qual Cristo havia sofrido era seu verdadeiro corpo enquanto a Eucaristia era o *corpus mysticum*. No que concerne a essa questão, o teólogo acreditava que na liturgia haveria a existência física do corpo e do sangue de Cristo, produto da transubstanciação do pão e do vinho. Rebatendo a tese do seu mestre, Ratramno de Corbie, autor do livro *De corpore et sanguine domini* (843), afirmava que o corpo presente na Eucaristia não era de fato o corpo de Cristo, mas antes o produto da fé do cristão que o percebe pela graça divina, o que séculos adiante fundamentaria a tese dos reformados protestantes na defesa da consubstanciação. É somente a partir do século XII, quando a Igreja tomou sua posição oficial, o corpo de Cristo definitivamente fundiu as noções de corpo físico e místico, defendendo a sua presença na Eucaristia, como já queria Radberto. Assim, o pão consagrado passou a receber a denominação de *corpus verum*, produto que sob a moldura física do pão transcende e cria um elo entre todos os que compartilham a liturgia. Ver em: KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *Corpo: território do sagrado*. Loyola: São Paulo, 2000. LIMA, Jairo Silva de. *O corpo do senhor: um estudo sobre a compreensão da Eucaristia em Francisco de Assis a partir de seus escritos*. Porto Alegre, 2014, 106 p. Dissertação (mestrado em teologia sistemática). Programa de Pós-Graduação em Teologia – PPGT, Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014, pp. 22-26.

<sup>43</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 46.

Segundo Benedict Anderson, a partir do século XV, os signos cristãos foram reprocessados por linguagens locais. O latim, linguagem universal cristã, foi progressivamente dissolvido e os livros religiosos passaram a ser escritos em línguas vernáculas, o que é atestado por March Bloch, quando percebe que, no ano de 1500, 23% dos livros já eram escritos em vernáculo<sup>44</sup>, um expressivo número que indicava uma nova tendência. As edições da *História do Futuro*, por exemplo, foram escritas em língua portuguesa, revelando os interlocutores específicos que elas almejavam alcançar. Por mais que as profecias de Vieira se colocassem como universais, o jesuíta acreditava que o Corpo místico não era uno nem indivisível, mas hierarquizado por comunidades sociais. No topo dessa hierarquia, encontrava-se o povo eleito por Deus, os portugueses, a vanguarda e o centro do corpo místico de Cristo.

Em Vieira a ideia de comunidade eleita divinamente se materializou na concepção política de nação. Queremos alertar o leitor para a distinção entre o conceito de nação moderno, vigente a partir do século XIX, e a concepção de *natio-onis*, comum aos séculos XVI e XVII, para que se evitem possíveis leituras anacrônicas. Robert Lenoble esgarça o conceito de *natio-onis* entendendo que seu matiz conceitual está estreitamente ligado à noção de natureza. Para tanto, o historiador investiga a origem etimológica de *natio-onis* e percebe que ela deriva da palavra latina *natura*, que, por sua vez, se liga à raiz *nasci* (nascer)<sup>45</sup>. Queremos dizer com isso que o termo *natio-onis* designou uma identidade forjada em uma experiência direta com o local de nascimento, pois nele se desenvolveu toda uma rede de parentescos e linhagens familiares<sup>46</sup>, explicação vitalista para um conjunto de existências que são compreendidas como “naturais”:

Antes ainda de tomar consciência do seu destino individual, o homem sente-se um elo na cadeia de uma vida que o ultrapassa. O seu nascimento, não, é tal ao mesmo tempo o que lhe dá a vida e o que lhe proporciona, com a vida e tal como ela, uma estrutura que recebe sem a ter desejado,

---

<sup>44</sup> BLOCH, Marc *apud* ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 46.

<sup>45</sup> LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002. p. 193.

<sup>46</sup> No núcleo da relação entre nascimento e linhagem familiar surgiu o conceito de *pátria*<sup>46</sup>, a terra dos pais, que fundamenta o local de nascimento e as suas redes de parentesco. Ver: ERNOUÏT e MEILLET, Dictionnaire étymologique de La langue latine, *apud* LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 2002. p. 357.

uma natureza. Ele pertence aos seus pais, a esse grupo humano em que os seus antepassados se revezaram de nascimento em nascimento, a nação”.<sup>47</sup>

Com base nisso, passamos a entender o termo nação (*natio-onis*) como referência a uma rede de parentescos, responsável por criar uma identificação com o local de nascimento. A diversidade étnica e o pouco controle político nem sempre permitiram a construção de uma identidade que abarcasse toda a extensão territorial que uma monarquia nacional tinha a seu dispor, ou seja, em uma zona territorial demarcada pelo Estado poderia haver diversas nacionalidades. O alcance das identidades nacionais (*natio-onis*) era relativamente curto, não cobria grandes faixas territoriais, elas ainda estavam presas a uma rede de parentescos e de linhagens carnis.

Embora parte da historiografia tradicional portuguesa sustente a tese de que no século XVII a identidade nacional já abraçava todo o seu território, sabemos que “os discursos seiscentistas sobre a identidade portuguesa apenas indiciem imaginários sectoriais, não permitindo globalizações válidas para toda a sociedade”<sup>48</sup>. Nem todos os portugueses conheciam o mapa territorial do país. Apesar de os discursos nacionais reivindicarem uma identidade que cobrisse toda a extensão territorial, na prática essa premissa não se confirmava; por mais forte e latente que a ideia de nação fosse em Portugal (isso é inegável), teremos de considerá-la uma manifestação setORIZADA à parte da sociedade.

Junto a Fernão de Oliveira, João de Barros e Camões, Antônio Vieira expressa um discurso tipicamente nacionalista, representa uma manifestação identitária nacional, mesmo que essa seja limitada. Poderíamos com isso apenas aplicar o conceito de nação (*natio-onis*) ao caso de Vieira, mas temos de salientar que esse ponto é envolvido por outro tipo de complexidade, pois Vieira critica o termo ao mesmo tempo em que propõe sua reelaboração.

No *Sermão de Nossa Senhora da Conceição*, pregado na Bahia em 1639, cita-se Hugo Victorino como referência para pensar a relação entre o homem e o pertencimento a sua pátria: “O homem mimoso e fraco só ama e tem por pátria a terra em que nasceu: o forte e valoroso todo o mundo tem por pátria”<sup>49</sup>. Nesse trecho, o jesuíta destila sua crítica à ideia de

---

<sup>47</sup> LENOBLE. *História da ideia de natureza*, p. 193.

<sup>48</sup> SILVA, Cristina Nogueira; HESPANHA, Antônio Manuel *apud* CABRAL, Manuel Villaverde. *A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 522, 2003.

<sup>49</sup> VIEIRA, Antônio. Sermão de Nossa Senhora da Conceição. In: \_\_\_\_\_. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. X, p. 239.

nação vigente em sua época. Toda a reclusão de um homem em seu local de pertencimento vai de encontro à mais sublime instância da natureza humana criada por Deus, que é difundir a sua Palavra por todo o mundo. Parte-se do princípio de que a única e verdadeira pátria, reservada por Deus ao homem forte e obediente, não se limita às fronteiras acordadas entre homens, mas se estende a toda a extensão global do mundo. É esse protótipo de homem que Vieira vislumbra como chave mestra para o desenvolvimento do cristianismo, ele é a superação da *natio-onis* vigente no século XVII.

Podemos questionar a aparente incoerência que brota do discurso vieiriano, pois a todo momento estamos nos remetendo ao lusocentrismo e repentinamente surge do próprio Vieira uma crítica ao conceito de nação seiscentista. Explanaremos a seguir como o jesuíta compõe sua engenhosa argumentação. Partimos da noção de que sua crítica não é composta somente por ruptura, já que o jesuíta toma do conceito *natio-onis* a ideia de descendência comum, que se manifesta na herança de uma natureza comum às gerações do desbravador Tubal:

Até os gentios souberam dizer que para o homem de valor todo o mundo é pátria: Omne solum forti pátria est – e se há nação no mundo, para o qual o mesmo mundo seja pátria, somos nós. O primeiro fundador de Portugal e pai de todos os portugueses foi Tubal, que quer dizer *mundanus*, homem de todo o mundo, e tal foi a benção ou herança que deixou a todos os seus filhos: uns na Europa, outros na África, outros na Ásia, outros nesta América, enfim, todos divididos nas quatro partes do mundo, como cidadãos do universo, para que nenhum português cuide que basta para satisfazer à obrigação e devoção que digo só com estar e longe de Portugal, pois, em qualquer parte do mundo está na sua pátria.”<sup>50</sup>

Para o padre, a nação portuguesa não é um simples recorte geográfico ou sistema político ramificado a partir da centralidade monárquica, mas uma linhagem de sangue que se perpetuou nos descendentes de Tubal, pai de toda uma nação, homem cujo modelo os portugueses haveriam de seguir. No cerne da linhagem lusitana, encontra-se uma força que impele o desbravamento e a exploração de novos territórios, uma força que impulsiona o povo português à quebra de fronteiras. É a partir dessa perspectiva que, antes de ser português, um homem nascido em Portugal é *mundanus*, pois o “Mundo” é a sua nação, nele está a sua finalidade.

---

<sup>50</sup> VIEIRA, *Sermão de Nossa Senhora da Conceição*, p. 258.

A respeito do propósito lusitano de desbravar o “Mundo”, Vieira pressupõe que Tubal, filho de Jafé e neto de Noé, dois séculos após o dilúvio, povoou a região da Ibéria. Esse mito surgiu com a obra de Flavius Josephus, *De Antiquitate Judaica*, no século I a.C., e ganhou força no final século XVI, com a obra de Fernão de Oliveira, *História de Portugal*<sup>51</sup>. De acordo com Manuel Cândido Pimentel, Fernão de Oliveira fundamentou a descendência portuguesa por meio de uma genealogia histórica que liga os tubales aos lusitanos<sup>52</sup>. Vieira parte dessa premissa e constrói sobre a figura de Tubal a áurea de um homem desbravador, do qual procedem os povos marítimos<sup>53</sup>. Para o jesuíta, no núcleo da descendência lusitana se preservou a natureza desbravadora e ela aflorou com Gil Eanes ao atravessar o temido Cabo Bojador:

Desde que Túbal começou a povoar a Espanha, que foi no ano da criação do Mundo, 1801, até o de Cristo, 1428, em que se passaram mais de 3600 anos, era o termo da navegação do mar Oceano junto somente à costa de África, o cabo chamado de Não, sendo os mares que depois dele se seguiam, tão temerosos aos navegantes, que era provérbio entre eles (como escreve o nosso João de Barros): quem passar o cabo de Não, o tornará ou não. Aparecia ao longe deste o cabo chamado Bojador, pelo muito que se metia dentro no mar, cuja passagem, tanto por fama e horror comum, como pelo desengano de muitas experiências, se reputava entre todos por empresa tão arriscada e impossível à indústria e poder humano, como se pode ver no IV capítulo da primeira Década. Mas quem ler o capítulo seguinte verá também como um homem português não de muito nome, chamado Gil Eanes, foi o primeiro que, dispondo-se ousadamente ao rompimento de uma tamanha aventura, venceu felizmente o cabo em uma barca, quebrou aquele antiquíssimo encantamento e mostrou com estranho desengano à Espanha, ao Mundo e ao mesmo Oceano que também o não navegado era navegável; o qual feito ponderando o nosso grande historiador com seu costumado juízo, diz breve e sentenciosamente: e a este seu propósito se juntou a boa fortuna, ou, por melhor dizer, a hora em que Deus tinha limitado o curso de tanto receio, como todos tinham, de passar aquele cabo Bojador.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> A obra de Fernão de Oliveira é editada no livro de José Eduardo Franco como anexo, com sua transcrição, atualização e anotação. Ver em: OLIVEIRA, Fernão de. *História de Portugal*. FRANCO, José Eduardo. In: \_\_\_\_\_. *O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Roma Editora e Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 2000. p. 349-494.

<sup>52</sup> PIMENTEL, Manuel Cândido. *O mito de Portugal nas suas raízes culturais*. p.27. Captado em: <[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Percursos\\_Intercultura/3\\_PI\\_Cap1.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/3_PI_Cap1.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. de 2013.

<sup>53</sup> Vejamos como essa ideia está presente no livro da Gênese, ao se afirmar que os jafetitas (filhos de Jafé), dentre eles o próprio Tubal, haveriam de dar origem aos povos marítimos: “Deles procedem os povos marítimos, os quais se separaram em seu território, conforme a sua língua, cada um segundo os clãs de suas nações” BÍBLIA SAGRADA, Gênese 10; 5.

<sup>54</sup> VIEIRA, *História do Futuro*, p. 245.

Sabemos que o conceito de *natio-onis* não corresponde exatamente à nacionalidade portuguesa projetada por Vieira, já que a ideia de pátria lusitana consiste em toda a extensão global, não se limitando apenas ao local de nascimento. No entanto, o jesuíta parte dessa relação entre nação e linhagem familiar ao afirmar que, dentre todos os povos, os portugueses resguardariam a natureza desbravadora comum aos primeiros descendentes de Tubal: “porque esta benção, esta herança, este morgado, este patrimônio, era só devido aos Portuguezes, por legítima sucessão de pais e avós: derivado seu direito de Noé e Japhet, de Japhet a Tubal, de Tubal a nós, que somos seus descendentes e sucessores”<sup>55</sup>. Vieira chega a essa constatação a partir da própria experiência lusitana no reconhecimento e na exploração de novas terras. Não é por menos que a própria condição de vanguarda ultramarina conquistada pelos lusitanos no século XV, cujo exemplo apresentado pelo autor foi a travessia feita por Gil Eanes, comprovaria a descendência de Tubal e reafirma, sobretudo, que o livre-arbítrio português está em compasso com sua natureza *mundanus*.

O fato de a experiência ultramarina ter aflorado a partir de um português não pode ser explicado pelo simples acaso ou por qualquer motivo socioeconômico. Para Vieira, esse acontecimento releva a eleição divina e é isso que permite diferenciar a nacionalidade portuguesa das demais: a Portugal está prometido o “Mundo” e o futuro que dele se presume. No *Sermão do Granulatório e panegyrico*, pregado em 1669, trinta anos após o *Sermão da Nossa Senhora da Conceição*, o jesuíta reafirma:

Tubal, como dizem todos intérpretes d’aquela primeira língua (que era hebraica) quer dizer: *orbis et mundanus*: homem de todo o mundo, homem de todo o orbe, homem de toda a redondeza da terra. Pois de todo o mundo, de todo o orbe, de toda a redondeza da terra um homem? Sim, porque este era o primeiro português, era o pai dos portugueses, aqueles homens notáveis, que não havia de ser habitadores de uma só terra, de um só reino, de uma só província, como os outros nomes, se não de todo o mundo, de toda a orbe, de todas as quatro partes da terra. E assim como o Romano se chama romano, porque é de Roma, e o Grego se chama grego, porque é da Grécia, e o Allemão se chama alemão porque é de Allemanha, assim o português se chama *Mundanus*, porque é de todo o mundo, e se chama *Orbis*, porque é de toda a redondeza da terra.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> VIEIRA, Antônio. Sermão do Granulatório e panegyrico. In: \_\_\_\_\_. *Sermões*. Lisboa: Lello e Irmão, 1951. v. XV, p. 10.

<sup>56</sup> \_\_\_\_\_. Sermão do Granulatório e panegyrico, p. 11.

A descendência em comum com Tubal, motivo pelo qual os portugueses seriam eleitos por Deus, resguardou nos portugueses a natureza sublime do bem divino: propagar a palavra até os confins da terra. Para que esse objetivo se concretizasse, não poderiam se confinar em fronteiras. Ocorre que a pátria portuguesa não era apenas a região litorânea da península ibérica, mas toda a extensão do globo terrestre, o lar prometido por Deus à Coroa e aos súditos portugueses, pois os descendentes e súditos de Tubal foram e serão “aquelles que por meio de suas prodigiosas navegações e conquistas, com o astrolábio em uma mão, e a espada na outra, se estenderam e dilataram por todas as quatro partes do imenso globo da terra”<sup>57</sup>.

Por mais antagônico que nos pareça, o conceito de nação vieiriana só pode ser entendido se associado a uma unidade que também extrapola as fronteiras lusitanas, pois em tese os portugueses são eleitos (divinamente) para homogeneizar o cristianismo, difundindo-o por todo o globo terrestre. Saraiva é feliz ao afirmar que essa “ideia era perfeitamente coerente com a concepção de povo eleito, enquanto realidade étnica, baseada no sangue e na carne, cujo destino se realizaria na terra, não como uma realidade puramente espiritual na procura da felicidade imaterial de um ‘reino que não é deste mundo’”<sup>58</sup>. Na *natureza mundanus* está o núcleo do futuro, e é isso que permite a Vieira construir uma linha que untou o desbravamento de Tubal, iluminou D. Afonso Henriques, encorajou Gil Eannes e haverá de alçar Portugal a centro do *Quinto Império*. Todavia, o jesuíta sempre chama a atenção para o esforço português em preservar a natureza, pois é por meio do livre-arbítrio que a nação portuguesa deve justificar a preferência perante os olhos do seu *Criador*.

---

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. Sermão do Granulatório e panegyrico, p. 10.

<sup>58</sup> SARAIVA, Antônio José *apud* PÉCORÁ, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. 2. ed. Campinas: Edusp, 2008. p. 21.

# A epidemia de gripe espanhola de 1918 na “Metrópole do Café”: a partir do diálogo entre Washington Luís e Altino Arantes

The Spanish flu epidemic of 1918 at the “Metrópole do Café”:  
from the dialogue between Washington Luís and Altino  
Arantes

**Leandro Carvalho Damacena Neto**  
Doutorando em História Cultural  
Universidade Federal de Goiás  
[lcdneto@yahoo.com.br](mailto:lcdneto@yahoo.com.br)

**Lara Alexandra Tavares da Costa**  
Especializando em História  
Universidade Federal de Goiás  
[laraaletavares@gmail.com](mailto:laraaletavares@gmail.com)

“A doença não era um simples problema patológico  
era muito mais um problema social”.  
(Dr. Victor Godinho<sup>1</sup>)

Recebido em: 30/06/2014

Aceito em: 20/06/2015

**RESUMO:** Neste artigo iremos apresentar o possível diálogo entre o Diário Íntimo de Altino Arantes – então Presidente do Estado de São Paulo – e o Relatório Oficial sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918 no município de São Paulo, o ofício nº 477, expedido pelo Prefeito da Capital Paulista Washington Luís Pereira de Souza, ressaltaremos também algumas obras historiográficas produzidas a respeito da Historiografia das doenças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gripe Espanhola, Washington Luís, Altino Arantes.

**ABSTRACT:** In this article we present the possible dialogue between the Intimate Diary of Altino Arantes - then President of the State of Sao Paulo - and the Official Report of the Spanish flu epidemic of 1918 in São Paulo, the official letter No. 477, issued by Mayor Capital Paulista Washington Luís Pereira de Souza, also will outline some historical works produced about pandemic flu.

**KEYWORDS:** Spanish flu epidemic, Washington Luís, Altino Arantes.

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Maria Alice. *História sem fim...* inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 128.

## A epidemia de gripe espanhola<sup>2</sup> e ascensão da Historiografia das doenças

A Epidemia de Gripe Espanhola no ano de 1918 atacou em quase todas as localidades no mundo, com exceção de algumas ilhas no Oceano Pacífico, segundo consenso entre os pesquisadores da epidemia, a espanhola no ano de 1918 vitimou cerca de 20 milhões de pessoas em todo o mundo. A epidemia de gripe chegou ao Brasil através de um vapor de bandeira Inglesa, o Demeara. Este navio atracou sucessivamente nos portos de Recife, em Salvador e no do Rio de Janeiro, então capital federal.

A denominação da epidemia de gripe com a acunha Gripe Espanhola surge após o ano de 1918 em consequência, que a gripe grassava na Espanha até então, país neutro durante a 1ª Guerra Mundial, a imprensa local não censurava e não era censurada sobre as notícias da existência da gripe em seu território. Por motivos políticos e bélicos, os países que estavam envolvidos no conflito não informavam da existência da epidemia de gripe em seus territórios, ocultavam a presença da gripe. Então naquele primeiro momento, somente a Espanha não ocultava as notícias da epidemia que grassava em todo mundo, ficando explícito que a epidemia havia iniciado na Espanha – o que é um equívoco.

Kolata<sup>3</sup> que faz uma contextualização global do flagelo ocasionado pela epidemia de Influenza espanhola. As cidades atacadas pela moléstia estavam completamente “despreparadas”, o que fazer com os mortos tornou-se um problema, pois eram necessários transportes especiais para os cadáveres, não existiam caixões suficientes, os agentes funerários se encontravam sobrecarregados em todas as localidades acometidas pelo vírus da gripe.

A moléstia de gripe que ocorreu no ano de 1918, mas especificamente o 2º ciclo mundial da epidemia alcançou um alto grau de mortalidade chegando a vitimar mais pessoas

---

<sup>2</sup> Existem outros estudos sobre a epidemia de gripe espanhola no Brasil. São eles: BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. 482f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986; BERTUCCI, Liane Maria. “*Conselhos ao Povo*”: Educação contra a Influenza de 1918. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abr. 2003; KOLATA, Gina Bari. *Gripe: a história da pandemia de 1918*. Trad. Carlos Humberto Pimentel Duarte da Fonseca. Rio de Janeiro: Record, 2002; SOUZA, Christiane Maria Cruz de Souza. A gripe espanhola em Salvador, 1918: Cidade de becos e cortiços. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan./abr. 2005, p. 81-82.

<sup>3</sup> KOLATA. *Gripe*.

que a Primeira Guerra –, sem uma explicação de como teria atingido tal gravidade deixando todos ainda mais perplexos de como começou, a gripe espanhola acabou.

A história das doenças se constitui um campo de estudos de fundamental importância para a historiografia, principalmente para a chamada História Cultural, vindo a substituir, metodologicamente, os estudos sobre enfermidades e epidemias, que em geral baseavam-se nos trabalhos realizados pelos próprios médicos, enfatizando estudos biográficos, institucionais e acerca do saber médico e sua prática. Para os historiadores que se “arriscaram” na realização de uma história da medicina e da saúde restou, por muito tempo, a descrição dos fatos sob um enfoque político tradicional.

Nos anos 1940, com a afirmação da historiografia dos *Annales*, se inicia um debate ainda tímido entre história, medicina e saúde. A partir da década de 1970, há um crescente interesse dos historiadores pela produção de uma história social da medicina. Essa nova abordagem se pauta não somente por características biológicas, mas também pelos aspectos sociais e culturais, ressaltando a heterogeneidade de cada grupo social em diversas realidades. A inclusão da doença entre os novos objetos da história pôde fornecer numerosos esclarecimentos sobre as articulações e as mudanças das sociedades. E como a doença é quase sempre um elemento de desorganização e reorganização social suas causas passam a ser compreendidas a partir de novos olhares, ampliando também a percepção da comunidade médica, ao estabelecer um diálogo interdisciplinar.

A pesquisa histórica das doenças, segundo Silveira e Nascimento, se concentra no estudo das doenças crônicas, endêmicas e epidêmicas, revelando suas implicações sociais, políticas e ideológicas, e ressaltando a diversidade dos contextos sociais analisados. Para Rosenberg<sup>4</sup>, a doença se constitui, simultaneamente, como problema substantivo e instrumento analítico: não é percebida somente como entidade biológica e material, mas como um complexo que envolve sua forma biológica assim como os significados que lhe são atribuídos pelas diferentes sociedades que assola.

Neste trabalho, a gripe espanhola será analisada a partir de suas representações sociais, pois a doença constitui-se um problema a ser explicado pela sociedade atacada; é

---

<sup>4</sup> NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana M. (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

imperativo que tenha sentido social e cultural, para tanto iremos analisar dois principais documentos produzidos no contexto social assolado pela epidemia, são eles, o Relatório nº 477 expedido pela Intendente municipal da cidade de São Paulo em 1918, Washington Luís e o Diário Íntimo do então Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes.

### **Poder Público Municipal e Estadual: medidas profiláticas contra a epidemia de gripe espanhola**

O Prefeito Washington Luís no ofício nº 477 informa, que é muito grato à confiança que a Câmara Municipal lhe concedeu durante a moléstia de gripe na cidade de São Paulo:

Correspondendo à nobre confiança da Câmara Municipal, vendo desempenhar-me do dever de honra de dizer-lhe o que a Prefeitura em virtude dos poderes extraordinários e excepcionais que lhe foram outorgados pela Resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, fez durante os calamitosos dias em que fomos flagelados pela peste<sup>5</sup>.

Por este ato insólito a edilidade paulista recebe severas críticas da sociedade e, especialmente da Imprensa:

O dever da Câmara Municipal não era esse. A Câmara Municipal de São Paulo, vendo a cidade invadida por um mal terrível, e tendo a vista o exemplo assustador do Rio de Janeiro, ocorria-lhe mais era o dever de se reunir em sessão permanente, de prever aquilo que se ia passar na cidade, aquilo que todos prevíamos, e chamar a si, espontaneamente, uma parte da tarefa, que está recahindo desigual e tumultariamente sobre os ombros de todos nós.<sup>6</sup>

A sociedade e a imprensa paulista demonstravam duras críticas a Câmara Municipal. A resolução nº 131, expedida pelos vereadores paulistas era uma medida provisória que dava plenos direitos para a edilidade se evadir da cidade, alegando ter que cuidar de parentes enfermos em outros locais. Desde os primeiros rumores até o momento em que Arthur Neiva, diretor do Serviço Sanitário Estadual (S.S.E.)<sup>7</sup> declarou estado epidêmico no Estado de São Paulo a 15 de outubro de 1918, a edilidade não tomou sequer uma medida no sentido de debelar a gripe. Após dez dias da declaração de Arthur Neiva, nenhum vereador se encontrava na capital. O prefeito Washington Luís teve de enfrentar o flagelo epidêmico sem

---

<sup>5</sup> Relatório Ofício nº 477. AESP – *Arquivo do Estado de São Paulo*.

<sup>6</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e Sociedade*, p. 181.

<sup>7</sup> Serviço Sanitário Estadual, doravante S.S.E.

o apoio do legislativo municipal. Digno de nota o fato de que o prefeito ter ocultado no Ofício nº 477, o conteúdo da resolução nº 131, certamente para aumentar seu prestígio no momento que lhe foi delegado amplos poderes.

Na Bahia, a pesquisadora Christiane Souza<sup>8</sup> ressaltou também o atraso no reconhecimento da chegada da epidemia pelas autoridades públicas, o presidente do estado informou que a epidemia se iniciou “oficialmente” por volta de 27 de setembro de 1918; já o jornal *A Tarde* informava que a epidemia teria se iniciado um pouco antes, a partir do dia 24. Se considerarmos o período de transmissibilidade da doença e o intervalo de tempo necessário para que os primeiros sinais se manifestassem, percebe-se que a moléstia se difundia em Salvador muito antes destas datas.

Segundo Adriana Goulart<sup>9</sup>, na cidade do Rio de Janeiro, notícias sobre a gripe espanhola estavam presentes em jornais e demais periódicos, sem, contudo, despertar a atenção das autoridades públicas e da população. Predominavam a desinformação e o medo de medidas sanitárias coercitivas – é preciso lembrar que a população do Rio de Janeiro sofreu com as medidas profiláticas das autoridades sanitárias no final do Segundo Império e início do período republicano: a higienização da cidade realizada pelo prefeito Barata Ribeiro; a demolição de cortiços; e a vacinação obrigatória que desencadeou a Revolta da Vacina em 1904, no esteio das reformas modernizadoras empreendidas pelo governo de Rodrigues Alves (1902-1906).

No início de seu Relatório sobre as medidas tomadas pelo poder municipal durante a pandemia gripal (ofício nº 477), o prefeito faz uma analogia entre a situação vivida pela população da capital com a Idade Média durante a qual a perspectiva da morte assombrava a todos diante das guerras e pestilências que se seguiam anos a fio. No entanto, ressalta que com o progresso da ciência e os ensinamentos da higiene as epidemias teriam se afastado dos homens. Washington Luís faz ainda uma breve alusão à bacteriologia que naquele contexto histórico da Primeira República era bastante propalada na perspectiva de uma nova era na qual o homem venceria os males epidêmicos. Nessa perspectiva a gripe espanhola era

---

<sup>8</sup> SOUZA. *A gripe espanhola em Salvador*, 1918, p. 81-82.

<sup>9</sup> GOULART, Adriana da Costa. *Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro*. 253f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2003.

considerada como apenas uma batalha perdida que atingia a todos em qualquer parte do mundo:

A invasão insólita da epidemia, a violência de seu ataque, a inutilização completa, si bem que periódica, da grande maioria da população vitimada, o coeficiente altíssimo de mortalidade em toda a peste, nos climas quentes, como nos frios, nas estações hibernais como nas estivais, terras de sábias organizações como naquelas mal aparelhadas, vieram, trazendo o pânico e deixando o luto e a desolação, mostra mais uma vez a contingência das coisas humanas.<sup>10</sup>

É perceptível que a intenção de Washington Luís seja a atribuir as mortalidades e o flagelo que abateram a cidade de São Paulo a algo acidental, portanto imprevisível, não havendo como atribuir a responsabilidade a alguma autoridade pela mortalidade gripal visto que se tratava de um fato fortuito. Se a peste era mortal em todos os locais independentemente das melhorias urbanas ou não e do clima atmosférico seria difícil estabelecer medidas preventivas. O prefeito tenta dar um sentido metafísico ao flagelo quando se refere a “contingência das coisas humanas”, tentando enfatizar a ocorrência desses acontecimentos que são inerentes ao homem e, sem explicações.

Na esfera do Poder Público Estadual, o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, já estava ciente da epidemia de gripe desde o dia 23 de setembro de 1918, antes da virulência gripal chegar em São Paulo conforme registra em seu diário íntimo: “(...) telegraphiei ao Dr. Nilo Peçanha, solicitando notícias da Missão Médica Brasileira, por constar esta sendo ella dizimada, a bordo do ‘La Plata’, pela terrível ‘influenza hespanhola’.”<sup>11</sup>

Altino Arantes e Arthur Neiva, diretor do S.S.E., já estavam cientes que a epidemia de gripe estava rondando a capital, entretanto, as medidas preventivas contra o flagelo somente foram tomadas quando a moléstia já atingia proporções alarmantes. Como vimos anteriormente a diretoria do S.S.E. demorou a reconhecer oficialmente o estado epidêmico (decretado em 15/10/1918). Altino Arantes relata algumas das medidas tomadas pelo governo estadual, especialmente na capital:

O commandante Nunes – chefe da nossa divisão naval ancorada em Santos-, fallando commigo pelo telephone, pediu-me que lhe facultasse [remeter] a guarnição de seus navios ao Hospital de Isolamento, enquanto

---

<sup>10</sup> *Relatório Ofício nº 477*. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>11</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*: AESP. APAA. – Arquivo Privado Altino Arantes. Locus: AP91.01.001, vol.8. (23/09/1918).

se fizesse o expurgo dos barcos contaminados de ‘influenza hespanhola’. Accedi promptamente, dando eu, em pessoa, ao Dr. Neiva as instruções nesse sentido. Com este combinei também o fechamento dos Grupos Escolares da Capital, podendo os respectivos edifícios ser convertidos em enfermarias para os indigentes atacados de gripe.<sup>12</sup>

Se as medidas preventivas de isolamento e desinfecção nos portos do Estado de São Paulo e nas regiões fronteiriças tivessem iniciado no dia 23 de setembro e também a preparação de hospitais provisórios acontecesse naquele período, poderia ser que muitas mortes fossem evitadas. Parece ter prevalecido a lógica de se manter intacta a imagem do estado de São Paulo como guarnecido contra epidemias para evitar o conseqüente desgaste político do governo estadual. Que há muito tempo vinha sendo intensamente criticado pela imprensa, pela inação diante da crise econômica, a carestia generalizada e o aumento do desemprego que afetava singularmente a população da capital que havia alcançado a quantidade populacional de quase 500 mil habitantes. A Greve Geral que estourou em setembro de 1917 expôs de forma escancarada esse quadro de efervescência social.

### **Conjugação entre as ações da esfera pública estadual e municipal no combate à epidemia de gripe espanhola na “Metrópole do Café”**

Em outro trecho do ofício nº 477, o prefeito Washington Luís se refere à necessidade de um esforço conjugado entre a esfera pública estadual e municipal para distribuir tarefas e responsabilidades durante a crise epidêmica na capital:

Não obstante a Municipalidade de São Paulo, não obstante eletiva o seu órgão executivo, entendi, para evitar dispersão de esforços e de energias, e para afastar embaraços e atritos que, porventura, pudessem surgir – que a ação municipal deveria se conjugar com a estadual, com a qual está intimamente ligada, pois que muitos serviços locais se encontram distribuídos pelas secretarias de Estado, para atingirmos o almejado fim comum. Se, nos tempos normais, essa tem sido a regra do proceder administrativo, com mais forte razão deveria ela prevalecer no momento angustioso e aflitivo que íamos atravessar.<sup>13</sup>

O prefeito comenta sobre as boas relações que o mesmo mantinha com o Presidente de Estado. Embora as relações entre essas duas autoridades parecessem amistosas é certo

---

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_, vol.9 (17/10/1918).

<sup>13</sup> Relatório *Ofício nº 477*.

que Altino Arantes, conforme registra em seu diário, aparecia sempre contornando algum atrito que o prefeito provocava ou se envolvia:

[...] Num dos intervalos, o nosso amigo Washington dissertou, pela centéssima vez, com os mesmos argumentos e as mesmas palavras, sobre a sua thèse predilecta na actual phase: ? ‘Da influência perniciosa que o Commissariado da Alimentação Pública exerce na propagação da ankylostomóse e a moléstia de Chagas. Parece phantasia, mas não é...’<sup>14</sup>

No momento que Altino Arantes se reunia com seus secretários e com o prefeito da capital para discutir sobre a epidemia de gripe que atacava em São Paulo, impiedosamente, Washington Luís discursava novamente sobre um problema que não estava em pauta. Em outro trecho do diário íntimo percebemos o desfecho dessa discussão e os “assomos” do prefeito à crítica de Altino Arantes:

Este Washington, num de seus conhecidos assomos, contrariado com uma observação minha a propósito de sua ação ou, melhor, de sua abstenção no caso flagrante da alimentação pública nesta capital, achou que nessa observação se envolvia uma perfídia minha contra ao Prefeito [...]. Protestei vehementemente e contra a expressão e contra a injustiça que ella me arrogava gratuitamente.

Vieram dahi as explicações: o nenhum propósito de offensa a minha pessoa e sim uma amistosa allusão á minha ‘habitual malícia’, firme e constante desejo de auxiliar leal e desinteressadamente o meu governo, a ausência completa de ambição política – para o Ministério ou para a Presidência do Estado; e, finalmente, a renúncia immediata do cargo de Prefeito, caso, do incidente, restasse o mais leve resentimento de minha parte.

E tudo terminou estendendo-me as mãos para uma ‘despedida senza rancore’, a que eu correspondi sinceramente, convencido embora de que os nossos melhores amigos são, não raro, aquelles que menos reespeitam os nossos melindres... Paciência! Così/va il mondo, e inútil seria querer corrigi-lo...

Em todo caso, tomei a minha pequena vingança numa grande perfídia para com o meu interlocutor: deixei perversamente de comunicar-lhe a boa nova que, hoje mesmo, recebera do Oscar scientificando-me de que ‘conforme’ os meus desejos insistentemente manifestados, o Washington seria, quasi certamente o Ministro do Interior do Conselheiro Rodrigues Alves... Que desforra presidencial!...<sup>15</sup>

Neste longo trecho citado, se evidenciam as divergências entre as esferas de poder, no qual o prefeito afirma não ter ambições para nenhum Ministério supostamente oferecido

---

<sup>14</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9 (21/10/1918).

<sup>15</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, (23/10/1918)

a ele no governo de Rodrigues Alves, presidente da República eleito. Mesmo sabendo da informação positiva sobre a indicação do prefeito a ministro, Altino Arantes não a revela a seu interlocutor. Portanto, a referência às boas relações entre poderes estadual e municipal, contida em trecho do ofício nº477, constituía uma espécie de “cortina de fumaça” para esconder divergências que vinham de muito antes. É significativo que Washington Luís após ser empossado como presidente do Estado em 1920 acabou por isolar politicamente Altino Arantes e o grupo ligado ao Conselheiro Rodrigues Alves – que havia falecido em 1920 em consequências da gripe espanhola.

### **Ações do poder público municipal e estadual durante a epidemia de gripe espanhola de 1918 e o novo código sanitário de 1917.**

A divisão de tarefas a que se refere o Prefeito efetuou-se no transcorrer do flagelo epidêmico, sendo separadas as áreas de atuação de cada autoridade pública para evitar conflitos:

No começo da primeira quinzena de outubro entendi-me com o Senhor Presidente do Estado para combinar qual deveria ser a nossa atitude na defesa da cidade. Vossa Senhoria Excelência me fez saber estar assentada que toda a ação defensiva e agressiva em prol da saúde da cidade, na parte relativa a médicos, medicamentos, tratamentos, hospitais e enfermarias, ficava a cargo da Secretaria do Interior por intermédio da Diretoria do Serviço Sanitário; que a assistência à população – e nesta parte ficaria compreendida não só a prestação de recursos, como a prestação de serviços –, porque tão necessitado é aquele que não tem dinheiro para comprar gêneros, como aquele que não tem quem vá comprar esses gêneros, ou os transformar em comida que a assistência assim compreendida ficava entregue a Senhoria Excelência, o Senhor Arcebispo Metropolitano, que a teria por intermédio das Conferências Vicentinas, que são aproximadamente oitenta, socorrendo assim as pessoas sem distinção de credo religioso e fornecendo o Governo do Estado, os recursos [?] necessários.<sup>16</sup>

Mesmo com a separação das áreas de atuação de cada poder público e por entidades privadas, não constituiu uma garantia que os conflitos seriam evitados. Em seguida, assinala os encargos direcionados ao município durante o flagelo:

[...] de ficar naturalmente com os serviços municipais, neste momento imprescindíveis, feitos pela cidade, e que são: os serviços de comunicação

---

<sup>16</sup> *Relatório Ofício nº 477.*

a cargo da Companhia Telefônica; os de transporte, Luz e Força, executados pela “The São Paulo, Light na Power Co”.; o serviço funerário, concedido à Santa Casa de Misericórdia Municipal e que tem sido feito por intermédio da Casa Rodovalho; os serviços dos dez cemitérios municipais e os serviços da limpeza pública, tendo a Prefeitura ainda de prover ao abastecimento da cidade.<sup>17</sup>

A partir deste momento percebemos a autonomia do Município e do Estado no período da epidemia de gripe, mas adiante analisaremos as medidas que cada Poder Público exerceu. Ressaltamos que essas medidas fizeram parte do novo Código Sanitário de 1917, segundo o qual o Estado deveria exercer o papel principal no combate as doenças e epidemias, e que a autonomia municipal perdia força naquele momento. A capital paulista se configura como foco central de atenção do S.S.E., deixando as demais cidades praticamente a cargo dos municípios durante a pandemia gripal.

Altino Arantes, católico praticante, e seguro das responsabilidades do Arcebispo Metropolitano da Igreja Católica D. Duarte, incumbiu-lhe de prestar socorros à população carente:

De caminho para a cidade, estive no Palácio de S. Luís, onde combinei com o Sr. Arcebispo a distribuição de viveres e remédios às classes pobres, atingidas pela gripe, por intermédio dos Vigários e das Conferências de S. Vicente. A Secretaria da Fazenda pagasse as notas visadas por essas entidades.<sup>18</sup>

O Arcebispo D. Duarte se prontificou a ajudar a população carente junto com a Igreja Católica organizando hospitais provisórios, distribuindo alimentos e gêneros de primeira necessidade à população. Sobre a questão financeira referida por Arantes, a Secretaria da Agricultura privilegiou a Igreja na distribuição dos montantes destinados aos serviços de combate à gripe, conforme assinala Bertolli Filho:

[...] Acentua-se que esta resolução tornou-se praticável graças às vultosas doações feitas à Igreja, podendo D. Duarte contar com a maior verba posta à disposição de uma instituição não dirigida pelo Estado durante a epidemia, tendo recebido cerca de 253:500\$000 do próprio governo estadual e ainda outras significativas doações.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> *Relatório Ofício n° 477.*

<sup>18</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9 (25/10/1918).

<sup>19</sup> BERTOLLI FILHO. *Epidemia e Sociedade*, p. 286.

A sociedade paulista teve que se solidarizar durante a moléstia que atacava a cidade de São Paulo. Posteriormente analisaremos outras instituições filantrópicas, privadas e religiosas que angariaram fundos para ajudar a população carente, já que o Estado e o Município sozinhos não pareciam ter condições de salvaguardar a sociedade.

O historiador Nicolau Sevcenko expressou às agruras que assolavam à cidade de São Paulo naquela primeiras décadas do século XX, “logo, se falava da felicidade de um novo ano que anunciava o fim dos três flagelos que atingiram a cidade, os chamados “três Gês”: a Gripe (Espanhola), a Geadas e os Gafanhotos ou os “cinco Gês”, acrescentando a Guerra Mundial e as Greves”<sup>20</sup>.

A influenza espanhola, a geada, os gafanhotos, a Guerra Mundial e as greves explicitaram problemas econômicos e sociais que faziam parte do cotidiano dos trabalhadores e pobres da capital paulista. Questões como a carestia gerada pela Guerra Mundial, a falta de alimentos, de habitações, de melhorias urbanas, dos salários baixos, que formaram à pauta das reivindicações dos trabalhadores durante a greve geral de 1917 em São Paulo com a ocorrência do flagelo de gripe, se tornaram mais visíveis.

No mês de setembro de 1918, a capital sofria com a ameaça de greves por parte de várias categorias. Posteriormente estourou a greve dos padeiros e dos açougueiros que reivindicavam a elevação dos preços de seus produtos que haviam sido tabelados pela prefeitura, medida que evidentemente provocou ascensão dos problemas sociais e econômicos. Enquanto os padeiros e açougueiros informavam que estavam sendo prejudicados, a população reclamava dos valores praticados por estes e dos atravessadores. Altino Arantes se certifica da questão:

O Sr. Eugenio Ferreira apresentou-me o memorial e projecto, que organizou contra os açambarcadores de gêneros; e eu prometi-lhe encaminhar um e outro do Comissariado da Alimentação Pública. Sobrevindo o Cel. Luiz Ferraz, membro da Junta de Alimentação Pública deste Estado, expoz-nos elle largamente as suas impressões sobre as projetadas greves dos carneiros e dos padeiros, parecendo-lhe absolutamente desrazoável a destes e até curto ponto justificável a daquelles.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 24.

<sup>21</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9 (30/09/1918 e 01/10/1918).

A população de São Paulo, como os trabalhadores, os pobres e os indigentes além de não terem condições de comprar alguns gêneros de alimentos por motivos dos preços altos, ainda tiveram que contornar a falta de alguns desses alimentos, como a carne e o pão que estavam em falta por motivo da greve. Washington Luís manifestou-se sobre a questão da greve convocando uma reunião entre a esfera municipal e estadual para discutir o dispêndio que ela causava:

O Dr. Washington tratou do caso dos padeiros e dos carneiros, em face da tabella de preços apresentada pelo Commissariado da Alimentação Pública; e fez-me ver a conveniência de ser esse assumpto tratado directamente pela Junta desta Capital, com a indispensável audiência dos poderes estadual e municipal, a fim de se evitarem delongas e dificuldades, capazes de perturbar a vida desta Capital.<sup>22</sup>

As discussões da Junta de Alimentação (municipal) sobre a tabela de preços marcada pelo Commissariado Central que era um órgão federal e se encontrava no Rio de Janeiro ocasionaram mais inconvenientes, pois no trâmite burocrático a Junta de Alimentação acabava tendo de se entender ou levar suas reclamações diretamente ao prefeito da capital pela necessidade de resolução da questão como acabava acontecendo gerando conflitos de poder:

Dei audiência pública na cidade; e, em seguida, conversei com o Dr. Candido Motta sobre dois casos por elle trazidos a meu conhecimento: a resolução, em que se achavam dois membros da Junta de Alimentação Pública (os Srs. Antônio Assumpção e Luiz de Ferraz), de solicitarem exoneração de seus cargos, por terem recebido ordem do Commissariado Geral, do Rio, de se entenderem ellas aqui, sempre com o Prefeito Municipal.<sup>23</sup>

Após a exoneração dos funcionários da Junta de Alimentação, Washington Luís reportou-se a Altino Arantes para que o mesmo verificasse junto ao Commissariado Central a questão do valor dos gêneros alimentícios marcados na tabela de preços. Altino Arantes entra em contato com o Presidente da República Wenceslau Brás e com ele trata sobre a questão dos valores dos alimentos:

Sob representação verbal do Dr. Antônio Assumpção, telegraphiei ao Dr. Wenceslau, Presidente da República, pedindo-lhe que concedesse autonomia á Junta de Alimentação desta Capital, para fixar ella própria os

---

<sup>22</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9 (03/10/1918).

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_, vol.9, (05/10/1918).

preços a vigorarem neste Estado, numa tabella, que – para segurança das transações commerciaes – seria sempre mantida, nos seus máximos, por um espaço de 90 dias.

Pedi-lhe também que o preço da carne verde desde já elevado a 1400\$ por kilo – valor pelo qual/ poderiam os açougueiros [recucetar], sem prejuízo, o fornecimento de carne a população paulistana, privada della, há quatro dias... O Dr. Wenceslau, à noite, telegraphou ao Álvaro, attendendo as duas primeiras partes de meu pedido, mas recusando a terceira (preço da carne), ‘para não alterar a situação da Capital Federal, onde a carne se vende a 1300 por kilo, sem reclamação dos interessados.<sup>24</sup>

Nesse trecho do diário percebe-se a gravidade da situação do abastecimento da capital. Somava-se a elevação brusca dos preços dos gêneros de primeira necessidade, desde antes da decretação da epidemia, a questão da própria escassez dos alimentos agravada pela greve dos padeiros e açougueiros, e a ação dos atravessadores. A vitória parcial de Altino Arantes, visto que conseguiu apenas uma relativa autonomia da Junta de Alimentação da capital em relação ao preço dos produtos praticados no distrito federal, sem rebaixamento do preço da carne:

Logo após o almoço, conferenciei com a Junta de Alimentação Pública, communicando-lhe as deliberações tomadas pelo governo federal, a meu pedido para autonomia de sua acção dentro do Estado, sendo meu desejo que essa acção se exercesse sempre de accordo com o Prefeito Municipal.<sup>25</sup>

Altino Arantes atendeu à solicitação de Wenceslau Brás relativo aos víveres que seriam remetidos a capital federal:

Incumbi ao Dr. Malta de providenciar sobre a favorável aquisição dos gêneros – a serem enviados para o Rio [de Janeiro]; e ao Dr. Washington, encarreguei de velar pelo abastecimento desta Capital, de sorte a não faltar aqui os víveres indispensáveis à alimentação pública. As despesas, que esse serviço fizesse a Prefeitura, seriam indenizadas pelo Estado.<sup>26</sup>

Percebemos esse ato de Altino Arantes como uma aliança política que estava firmando com Wenceslau Brás para a candidatura de Rodrigues Alves à presidência da República. Essa situação demonstra o elitismo no tratamento da questão por parte do governo paulista, pois, mesmo com a situação de desabastecimento vivido pela população paulistana e do interior resolveu remeter gêneros alimentícios para fora do estado a fim de

---

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_, vol.9, (21/10/1918).

<sup>25</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9, (23/10/1918).

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_, vol.9, (23/10/1918).

atender interesses de ordem política. Esse mesmo governo preocupava-se em atender os interesses dos grupos de industriais que aproveitaram a situação de emergência para obter maiores vantagens no jogo de barganha que praticavam.

O Prefeito municipal, responsável direto pelo abastecimento durante o período epidêmico, informa no seu relatório uma situação completamente diferente da vivida pela maioria dos habitantes da capital:

Os três mil negociantes de gêneros estabelecidos em São Paulo e a grande quantidade de víveres deixavam a prefeitura perfeitamente tranqüila sobre o abastecimento da cidade, que se fez normalmente, sem a intervenção sempre prejudicial e nociva do poder público.<sup>27</sup>

Washington Luís discursa sobre a tranquilidade da prefeitura no abastecimento de alimentos para a sociedade paulista, sem a suposta “intervenção prejudicial e nociva do poder público”. Apesar disso, mesmo as camadas abastadas, que possuíam condições de adquirir os alimentos, passou por dificuldades durante a greve. Os trabalhadores e os pobres mesmo quando tinham dinheiro, não se encontravam em condições de adquiri-lo pelo preço elevadíssimo da carne negociada, assim como outros produtos que começaram a faltar. O argumento liberal sobre a intervenção “nociva” do poder público não se justificou, muito menos a ingênua noção de auto regulação do mercado no qual o prefeito parecia acreditar.

### **Entidades privadas, filantrópicas e poder público: todos e mais todos contra a epidemia de gripe espanhola!**

Sobre a participação de inúmeras entidades filantrópicas e privadas o prefeito informou ao Governo do Estado que:

[...] encarregou a Associação das Igrejas Evangélicas, à Associação Cristã de [?], aos Senhores Pastores Protestantes, ao Grande Oriente Autônomo, à Cruz Vermelha, à Liga Nacionalista, ao “Estado-Fanfulla” e a outras associações de iniciativa privada que, com tanta dedicação, têm trabalhado neste [argoso] momento, de [assessorar] na distribuição de recurso [pecuniários], [médicos], hospitais para os necessitados em São Paulo.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Relatório Ofício nº 477.

<sup>28</sup> Relatório Ofício nº 477.

As instituições privadas, religiosas e filantrópicas iniciaram medidas profiláticas, e de assistência aos enfermos, no momento que Artur Neiva informava a sociedade sobre a ineficácia do S.S.E., para debelar a epidemia. Grande parte dessas instituições angariou fundos com a própria doação da sociedade civil, salvo a Igreja Católica que recebeu gordas verbas estaduais, assim como doações de fiéis e, também, da sociedade. Os gastos da prefeitura de São Paulo durante a pandemia gripal foi baixo, segundo Bertolli Filho (Ano): a verba destinada à crise sanitária não ultrapassou a casa dos 10% de todas as despesas extras daquele ano, lideradas pelos gastos referentes à amortização e juros de empréstimos.<sup>29</sup>

A respeito dos estoques de leite na capital Washington informa em seu ofício nº 477 que era encontrado no município aproximadamente 35 mil litros, sendo que mais 11 mil litros eram importados de localidades próximas, totalizando 46 mil litros por dia para uma população estimada em 523.196 mil habitantes. Segundo o cálculo do prefeito a média de consumo do produto girava em torno de 11,36 pessoas para cada litro de leite por dia (consumo médio de 91 ml por indivíduo). Esses dados que propõem um levantamento *per capita*, considerava que todos consumiam leite, embora milhares de paulistanos não tivessem condições de adquirir o leite, assim como outros alimentos.

### **Higienização das vias públicas durante a gripe espanhola**

A limpeza pública em São Paulo se tornou um grande problema, mas não podemos generalizar esse agravante para toda a cidade, a região central da cidade não passou por transtornos na coleta e no destino do lixo durante a fase epidêmica. Os bairros operários e industriais como o Brás sofriam constantemente com a coleta de lixo na maioria das vezes demorada, gerando um ambiente propício para proliferação de insetos e ratos. A maior parte dos dejetos eram depositados as margens do rio Tietê, contaminando mananciais.

O prefeito relatava as providências tomadas nesse âmbito: aumento do salário e do número de contratações de pessoal para a limpeza pública e a aquisição de um irrigador automóvel para substituir o existente com seis anos de uso para a constante desinfecção das ruas durante a pandemia de gripe. Essa prática de desinfecção era pautada na teoria do miasma ou no infeccionismo, suas práticas profiláticas baseavam-se que as doenças surgiam

---

<sup>29</sup> BERTOLLI FILHO. *Epidemia e Sociedade*, p. 184.

pelas emanações do ar, da insalubridade da atmosfera, se constituía prática recorrente do S.S.E., no ano de 1918.

Os serviços concedidos por contratos a empresas ou instituições a pedido do prefeito da “Metrópole do Café” tiveram algumas mudanças em sua rotina durante a epidemia de gripe, como a Companhia Telefônica que tinha como Presidente o Sr. Antônio Lacerda Franco. Houve o pedido da suspensão do serviço de telefonia das casas comerciais devido à diminuição do pessoal enfermo pela gripe. As preferências das chamadas telefônicas seriam dadas às residências de médicos, às farmácias, às repartições do S.S.E., e à Assistência Pública.

O governo estadual determinou a desinfecção diária dos bondes pela Companhia concessionária do serviço a The São Paulo Tremway, Light & Power Co.

### **Serviço Funerário e o enterramento dos mortos durante a gripe espanhola: o caos alarmante estava por vir!**

A empresa que mantinha concessão do Serviço Funerário era a Santa Casa de Misericórdia junto com a Casa Rodovalho Júnior, Horta & Cia, gerando grandes gastos para a manutenção dos serviços de enterramentos e cortejos fúnebres:

Em São Paulo, desde 28 de março de 1901, está contratado exclusivamente com a Santa Casa de Misericórdia da Capital nos termos da Lei Municipal nº 461, de 17 de abril de 1900, transferido a Rodovalho Júnior, Horta & Cia., com aprovação da Prefeitura em 2 de Agosto de 1901. Em virtude da Lei Municipal nº 1401, de 5 de abril de 1911, foi esse contrato prorrogado por mais dez anos. Acercava-se a Prefeitura atualmente do monopólio de um serviço, com todas as suas características, devendo vigorar até 5 de abril de 1921.<sup>30</sup>

O Serviço Funerário da Capital paulista era realizado pela Santa Casa de Misericórdia enquanto a empresa Casa Rodovalho Júnior, Horta & Cia, cuidava da fabricação e transporte fúnebre dos mortos. No decorrer da crise epidêmica a situação se agravou ainda mais no município de São Paulo, a cada dia aumentava geometricamente o número de pessoas enfermas e de óbitos da gripe. No dia 21 de outubro de 1918 o número de enfermos chegava

---

<sup>30</sup> Relatório Ofício nº 477.

a 918 casos, no dia 22 aumenta para 1.023 casos de influenza e no dia 23 de outubro elevou-se para 1.500 casos novos de enfermos de gripe ao dia. A doença estava cada vez mais virulenta e mortal sendo que no dia 24 de outubro fez mais 1.900 casos novos. O número de óbitos na capital chegou a quintuplicar se levarmos em conta a informação fornecida pelo prefeito a Altino “atingiram ao número de 112, quando a média diária, normal, é de 22 óbitos apenas”.<sup>31</sup>

Com o crescente número de óbitos o serviço funerário entrou em crise, agravando o seu quadro dia após dia. No dia 29 de outubro o número de enterramentos chegou a 100 sendo que a média diária em dias normais era de 27 sepultamentos. A Casa Rodovalho informou ao prefeito que o número máximo como limite marcado de sua capacidade era de 87 enterramentos diários, depois de ultrapassado o número de mortos colocados como limite pela empresa, a própria declarava sobre a sua impotência para execução do contrato. Naquele momento não se tinha atingido o ápice da virulência da doença, a média de mortes durante a epidemia foi de 178,6 mortos por dia, chegando dias que ocorreram até 300 óbitos.

Washington Luís com a situação de inoperância da empresa funerária teria que tomar providências imediatas que poderiam incorrer na anulação da concessão da empresa, ou seja, a quebra do contrato antes do período estipulado. O próprio dono da empresa no momento não colocou nenhuma objeção à imposição do prefeito, mas este, referindo-se aos grandes custos que essa quebra de contrato poderia levar a Prefeitura futuramente não o fez, levando o Prefeito a manter a Casa Rodovalho como concessionária do serviço funerário:

Mas, o problema não se resolveria, porque não seria com a decretação no papel da livre concorrência que o serviço se organizaria. (...) Si a própria Casa Rodovalho, com organização anterior, com pessoal próprio e com material adequado, via-se prestes a [?], outra qualquer empresa ainda a instalar-se correria maiores riscos. O material [rodante] especial para tal fim, as oficinas para fabricação e forração de caixões, as fazendas [usadas] em tal mister, não se improvisam em horas, porque em horas deveriam estar esses serviços em funcionamento, e em horas [regras] da peste, em que principalmente falta o homem, afastado do trabalho pela moléstia. Nenhum comerciante arriscaria capitais avultados em empresas destinadas a [?] poucas semanas, nisto que teriam que encontrar com monopólios, prontos a fazer valer os seus direitos, apenas se estabelecesse a normalidade da vida.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9 (30/10/1918).

<sup>32</sup> *Relatório Ofício n° 477*.

Segundo o pensamento de Washington Luís desfazer da Casa Rodovalho naquele momento da epidemia, seria ainda mais difícil para a Prefeitura teria que contratar outra empresa no meio do caos social que se encontrava a cidade. Seguindo o caminho escolhido, o Prefeito dispôs de custos para ajudar no serviço funerário.

A Prefeitura contratou diversas serrarias e carpinteiros para a fabricação de caixões e contratou também tapeceiros para forração dos mesmos, designou pessoal capaz para instalação e colocar em funcionamento uma garagem para o transporte de cadáveres.

Washington Luís designou o seu Inspetor Geral de Fiscalização o Sr. José Steidel de contratar firmas para fabricação de caixões mortuários:

Gaspar Villa, Rua Miller, nº 47, a fabricação diária de 100 caixões, com De Devitis, a de 50, com Vicente Pironti, a de 30, ambos na Rua Sebastião Pereira, ns. 52 e 38, com Carlos Remedi, na Rua Ponte Grande, a de 100, no total de 280 diariamente. (...) ao Secretário de Justiça o ilustre Dr. Eloy Chaves, a quem estão subordinadas as Oficinas da Penitenciária e do Instituto Disciplinar, ao Sr. Owem, superintendente da São Paulo Railway, ao Sr. Ramos de Azevedo, Diretor do Lyceu de Artes e Ofícios, ao Sr. Dr. Jorge Street, Presidente da Companhia Nacional de Juta, ao Sr. Eduardo Lobo, do “The São Paulo Tremway, Light and Power Co”, mais tardes às Indústrias F. Matarazzo, apelando para o sentimento de solidariedade humana e, em nome da cidade de São Paulo e no meu desvalioso, solicitei-lhes a fabricação de caixões fúnebres para enterramentos.<sup>33</sup>

Essa solicitação feita para fabricações de caixões resultou em 5.941 caixões, foi oferecido pelo Coronel Alberto de Andrade, o seu estabelecimento da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 69 A, onde funcionou o Palace Theatre, neste local funcionou a garagem de transportes de cadáveres e o depósito de caixões fúnebres.

### **O cotidiano epidêmico na Metrópole do Café**

Durante o período epidêmico foi constante a falta de funcionários em determinados órgãos, tanto pelo fato de muitos terem contraído a doença e outros por abandonarem seus cargos, assim, foram solicitadas contratações diversas em vários órgãos públicos:

---

<sup>33</sup> *Relatório Ofício nº 477.*

O Dr. Pinheiro Lima, o Braz, veio comunicar-me, nos Campos Elyseos, que os colegas contractados para auxiliá-lo – a razão de dois contos e quinhentos por mez! – abandonaram o serviço, por encontrarem na clínica civil, melhor remuneração...<sup>34</sup>

O cargo que mais faltou trabalhadores durante a epidemia foi o de coveiro, pois a pessoa ficava propícia a se contaminar com os mortos, que muitas vezes já estavam em estado avançado de decomposição. Consequência da demora nos enterramentos, naquele momento a média de mortos chegou a um total de 178 por dia, enquanto nos dias normais a média de mortos era de 30 por dia. O serviço de coveiro era essencial no momento epidêmico e não podia parar, houve várias contratações de coveiros do interior, pois ocorreu um aumento significativo nos salários. No dia 23 de outubro os salários dos coveiros foram aumentados para 4\$500<sup>35</sup>, depois para 6\$000 e chegando a 10\$000 diários, tudo para atrair mão-de-obra vital para os sepultamentos.

Foram contratados também 25 motoristas, a 250\$000 e 50 ajudantes de motoristas, a 180\$000, além de mecânicos e coveiros que somaram um total de 93 contratações. O dispêndio para contratação de pessoal foi grande no auge da epidemia cerca de 6.000 a 8.000 pessoas foram utilizadas para o serviço.<sup>36</sup>

O Prefeito no momento epidêmico recebeu alguns automóveis emprestados por industriais para auxiliar no transporte funerário:

[...] esteve 13 automóveis de transportes concessão gratuita (um do “Correio Paulistano”, um do “Estado de São Paulo”, dois do Sr. Jorge Street, dois da Firma Rinotti Gambá & Cia., dois da Companhia Antarctica, um do Sr. Leopoldo Plaut (Continental Osasco), um do Sr. Jorge Vancocr, um da Cia., Mecânica, um do Dr. Rudge Ramos, um da Cia. Refinadora de Açúcar.<sup>37</sup>

A Influenza espanhola de 1918 alterou profundamente a rotina dos funerais na cidade de São Paulo em virtude de enterros e de pedidos de honras fúnebres feitas pela camada abastada da cidade, que naquele momento se tornavam dispendiosos e perigosos, devido à preocupação com a difusão de germes e o número elevado de enterramento.

---

<sup>34</sup> *Diário Íntimo Altino Arantes*, vol.9 (30/10/1918).

<sup>35</sup> As cifras no período eram os réis. Por exemplo: 4\$500 = Quatro mil e quinhentos réis.

<sup>36</sup> *Relatório Ofício n° 477*.

<sup>37</sup> *Relatório Ofício n° 477*.

A prefeitura elaborou uma nova tabela de enterramentos com o alvará da Casa Rodovalho para facilitar os serviços:

[...] reduzindo-os a três classes apenas, simplificando os caixões ao extremo limite, distribuindo todos os carros fúnebres pelas duas primeiras classes e mandando adaptar, com improvisada ornamentação fúnebre externa, para a terceira classe, caminhões automóveis e caminhões a tração por ordem e conta da Prefeitura na Casa A. Zutto & Cia., os quais também deveriam suprir as deficiências que forçosamente se iam verificar nas duas primeiras, a fim de que os enterramentos se fizessem a tempo e a hora.<sup>38</sup>

Nos dados sobre os enterramentos vemos a nítida distinção das camadas sociais, foram estipulados três tipos de funerais dois das camadas abastadas e um da camada pobre. A camada abastada tinha o direito de utilizar os melhores caixões e os melhores transportes, as famílias das camadas pobres ficavam com caixões mais simples e os transportes eram coletivos feitos em caminhões, sendo basicamente tratados como indigentes.

Os serviços nos cemitérios foram constantes durante toda a epidemia, nos cemitérios do Brás e do Araçá diversos foram os dias em que “os enterramentos foram superiores a 150 em cada um deles. Devido o grande número de sepultamentos foram feitas instalações de luz elétrica nos cemitérios do Araçá, da Consolação, do Brás e da Penha”.<sup>39</sup>

Washington assinala a disposição de industriais e empresas em oferecer matérias e mesmo a fabricação de caixões, fornecendo igualmente funcionários seus para auxiliar nos serviços públicos. A maioria destes caixões era construída para os enterramentos de trabalhadores pobres e indigentes, ressaltando que começaram a ser fabricados no dia 1º de novembro, momento no qual a epidemia já vitimava mais de 100 pessoas por dia. A camada abastada da sociedade tendo recursos não necessitaria dos caixões limitados encomendados pelo Prefeito.

Os enterramentos eram realizados nos dias normais da seguinte forma: caixões produzidos pela firma Rodovalho Júnior, Horta & Cia., o contrato especificava seis categorias de preços, o de primeira classe era descrito como:

Caixão de madeira coberto de seda de cor, bordado a ouro e forrado de cetim, guarnecido de galão de ouro fino e flor de 18 a 21 linhas de largura,

---

<sup>38</sup> Relatório Ofício nº 477.

<sup>39</sup> Relatório Ofício nº 477.

com quatro argolas e florões dourados, pés e cadeados também dourados, travesseiro da mesma seda do caixão, bordado a ouro: 80\$000.<sup>40</sup>

Já os caixões da sexta classe, dentro da classificação da empresa funerária, eram bem mais simples:

Caixão coberto de metim de cor, guarnecido com seis tiras de galão do Porto número três, com quatro argolas e cadeado, forrado de morim e com travesseiro da mesma fazenda: 11\$800.<sup>41</sup>

A diferença entre os caixões destinados à primeira classe e o da sexta classe e a disparidade de valores eram exorbitantes, enquanto o primeiro custava 80\$000 réis, o segundo era de 11\$800, quantia um pouco elevada para os poucos recursos de um jornaleiro. Segundo Ribeiro o valor do caixão da sexta classe era igual ao salário mensal de um inspetor sanitário, nesse valor do caixão não estava incluso o transporte fúnebre. Mesmo a sexta classe de caixões não estava ao alcance dos pobres do município de São Paulo, possivelmente eram destinados para esses os caixões gratuitos, que não foram especificados.<sup>42</sup>

As diferenças sociais se evidenciavam mesmo no momento da morte onde todos, ricos ou pobres não escapavam. O rico tinha pompa até na hora da morte e o pobre era desforrado até no momento desta, as pessoas abastadas tinham anúncios em jornais informando do seu óbito já o pobre muitas vezes era enterrado como indigente.

Durante a pandemia de gripe no município de São Paulo, a quantidade de óbitos foi muito elevada como se viu, contando os óbitos da epidemia e os óbitos normais que ocorriam na capital. Com esse aumento de sepultamentos as áreas dos cemitérios municipais tiveram que ser ampliadas e até um novo foi criado.

A quantidade de óbitos aumentados durante o período epidêmico trouxe mudanças nas formas de enterramentos nos cemitérios paulistas, esses passaram por intensas modificações no tamanho de sua área na quantidade de pessoas disponíveis trabalhando e o incremento da iluminação elétrica para os sepultamentos continuarem acontecendo no horário noturno, mesmo debaixo da chuva que caía bastante naquele período.

---

<sup>40</sup> RIBEIRO. *História sem fim...*, p. 115.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *História sem fim...*, p. 116.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_. *História sem fim...*, p. 116.

Algumas denúncias foram feitas contra os serviços de sepultamento nos cemitérios municipais. Havia acusações de que os mortos estariam sendo enterrados sem caixão e em valas comuns. A esse respeito o prefeito se manifestou discordando veementemente afirmando que todos os mortos haviam recebido tratamento cristão idêntico, ou seja, os sepultamentos estavam sendo realizados em caixões e em covas individuais. Para reforçar seu argumento respaldava-se nos relatórios dos superintendentes dos dez cemitérios.

A desconfiança aumentou quando o S.S.E., proibiu aos amigos e parentes o acompanhamento dos funerais, bem como a visita aos cemitérios. Segundo Bertolli Filho o administrador do cemitério do Araçá abordou essa questão dos enterramentos por ter sido essa necrópole uma das poucas que não lançou mão da medida de conformidade com o Ofício nº 477:

A consulta aos Livros de Cemitérios desmentem algumas das informações prestadas pelo prefeito (...) os volumes referentes à necrópole do Brás informam sobre a utilização de 5 valas comuns, nas quais foram efetivamente sepultados, sem caixões, um total de 337 cadáveres, sendo que uma única destas valas recebeu, entre 7 e 9 de novembro, 91 corpos, sendo que nem todos tinham sido vítimas pela influenza. Estes cadáveres tinham a pobreza como característica comum provinham do hospital provisório montado na Hospedaria dos Imigrantes ou trazidos por membros da Conferência de São Francisco de Paula. Alguns desses mortos vinham com anotações ao lado da ficha de sepultamento informando que os corpos foram simplesmente encontrados abandonados, junto aos muros do cemitério.<sup>43</sup>

Outro registro que vem a desconstruir o discurso ideológico minimizador do Relatório Ofício nº 477 durante a pandemia de gripe em São Paulo tem a ver com o subterfúgio do encarregado do cemitério para evitar problemas:

Já no cemitério da Vila Mariana, a estratégia utilizada pelo administrador no sepultamento dos cadáveres foi outra. O que aí ocorria com frequência eram sepultamentos sobrepostos, isto é, em uma única cova se depositavam 2 ou até 3 urnas funerárias, sem aparentemente haver permissão das famílias enlutadas.<sup>44</sup>

O historiador Nicolau Sevcenko, referiu-se ao mesmo assunto ao comentar sobre a ocorrência de enterramentos coletivos nos cemitérios paulistanos em 1918:

---

<sup>43</sup> BERTOLLI FILHO. *Epidemia e Sociedade*, p. 191.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Epidemia e Sociedade*, p. 191.

A epidemia da gripe espanhola, difundida pelo mundo todo a partir do foco dos campos de batalha da Europa, caíra sobre a cidade com uma voracidade que evocava a peste negra medieval: em alguns meses prodigalizou São Paulo de valas coletivas lotadas de cadáveres, com não poucos moribundos atirados às fossas ainda vivos de permeio, nas correrias desencontradas do pânico.<sup>45</sup>

O descrédito do discurso de Washington Luís neste momento se torna visível. Durante a pandemia de gripe espanhola que era considerada mais que uma doença patológica, ela se tornava um problema social, em que os destituídos das melhorias públicas, os pobres, os trabalhadores e os indigentes eram sepultados em valas comuns, sem urnas funerárias. Para a sociedade contemporânea esse fato, mais que uma lenda urbana, agravou ainda mais o medo presente na sociedade.

### **Como a gripe chegou!... ela se foi! Conclusão.**

Foram adotadas pelo S.S.E., medidas preventivas pautadas no isolamento da população baseada na teoria do contágio e do miasma realizando várias medidas preventivas na sociedade, como as proibições das aglomerações públicas e fechamento de estabelecimentos públicos. Percebemos que nos cinemas e teatros que o público frequentador era as camadas abastadas, esses recintos foram privados de funcionar, posteriormente, no ápice da epidemia.

Os locais como bares, botequins que onde se encontravam os trabalhadores ou as classes pobres foram fechados de imediato, pois eram considerados locais de prostituição e de práticas de vícios disseminadores de doenças. A maneira pejorativa como eram tratados os pobres pelas autoridades públicas, vinha para legitimar as medidas coercitivas que exerciam sobre os trabalhadores, as “classes perigosas” como eram chamados os pobres:

O conceito de classes perigosas amplia-se vendo uma relação entre pobreza e vícios: todos os pobres seriam viciosos, e a principal virtude do bom cidadão seria o gosto pelo trabalho, hábito da poupança que reverte em seu bem-estar. Daí o fato de que a pobreza indica suspeita de que o indivíduo ser um bom trabalhador – aos pobres, portanto faltaria a virtude social mais essencial, grassando, portanto os vícios – construção abstrata que não tem base na realidade: “pobres carregam vícios, os vícios

---

<sup>45</sup> SEVCENKO. *Orfeu Extático na metrópole*, p. 24.

produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; ... pobres são por definição perigosos.”<sup>46</sup>

O entendimento do conceito de “classes perigosas” se torna essencial para compreendermos as medidas de polícia sanitária praticada pelo S.S.E., durante a Primeira República, o discurso ideológico da higienização praticado pelas autoridades públicas que se desencadearam nas higienizações das regiões centrais das principais cidades brasileiras do início do século XX.

A epidemia de gripe espanhola de 1918 no município de São Paulo veio explicitar todos os problemas sociais que ocorriam na capital paulista naquele momento. Problemas urbanos: crescimento demográfico desenfreado, problemas de moradia para as populações trabalhadoras, falta de alimentos e melhorias na infraestrutura urbana dos bairros operários como rede de esgoto, água tratada, pavimentação das ruas, limpeza urbana: recolhimento do lixo e local de destino adequado.

A “Metrópole do Café” como era dita pelas autoridades públicas e pela elite cafeeira, era a cidade moderna e salubre, não se pode negar esta referência para a região central da cidade onde estava o poder executivo estadual, e a elite financeira cafeeira e industrial. Na Sé e na Consolação, distritos centrais da capital não faltavam melhorias urbanas como boas moradias, ruas pavimentadas, transportes de bonde, água tratada e esgoto, coleta de lixo constante, iluminação pública, cinemas, teatros e diversos serviços.

A cidade de São Paulo com o crescimento urbano passou por segmentações de seus espaços, foram criadas as zonas comerciais, zonas bancárias, zonas industriais e zonas residenciais, a cidade estendeu-se pelas planícies, as estradas de ferro passavam pelos terrenos mais baixos, pois se constituíam nos melhores locais para os assentamentos dos trilhos. Nessas regiões seguindo os trilhos instalaram-se muitas fábricas e desenvolveram-se diversos bairros operários. Na região central, onde se concentrava o comércio e bancos, o preço dos terrenos aumentou progressivamente, propiciando constante especulação imobiliária. Foi criado o bairro de Higienópolis onde residia à burguesia cafeeira e industrial da cidade. Na área central e nos bairros residenciais onde morava a elite paulistana percebemos o esplendor da arquitetura, baseada em estilos europeus.

---

<sup>46</sup> BERTOLLI FILHO. *Epidemia e Sociedade*, p. 16.

Nos bairros industriais e operários percebeu-se poucas mudanças nas melhorias urbanas, na maioria desses bairros não existia esgoto, água tratada, habitação adequada para a população trabalhadora que vivia em cortiços ou casas coletivas em meio a péssimas condições higiênicas e de salubridade. Na periferia era frequentes a falta de alimentos, de medicamentos e muitos outros produtos necessários para a sobrevivência.

É interessante ressaltar que as características da urbanização da cidade de São Paulo tiveram um cunho elitista, as melhorias urbanas na capital paulista se deram basicamente nas regiões centrais no sentido de manter o discurso modernizador da “Metrópole do Café”. Segundo, relatos de viajantes estrangeiros que visitavam a região central da cidade, não sabiam se estavam em São Paulo ou na própria Europa<sup>47</sup>, tudo isto pela diversidade da arquitetura, pelos projetos de urbanização apoiada no projeto do *Barão Haussmann* de Paris. Esses projetos urbanísticos iniciados por administradores do final do Segundo Império e crescente durante a Primeira República, que pautaram na europeização da arquitetura e da cultura das elites paulistanas.

Os trabalhadores operários e os pobres da urbe se encontravam no descaso do Poder Público, frente aos problemas sociais: de moradia, de alimentação, de falta de melhorias urbanas como: rede de esgotos, água tratada, falta de trabalho, presença de baixos salários, ausência de um código sanitário que primava à educação sanitária da população, a assistência médica individual permanente. A pandemia de gripe espanhola de 1918 se tornou paradigmática no momento que levou em “xeque” o modelo sanitário vigente (modelo tecnológico campanhista policial), pautado na polícia sanitária, medidas coercitivas, baseado em campanhas/focos para combater doenças e epidemias, após o final da moléstia iniciou-se as discussões para a reforma do serviço sanitário baseada na assistência médica permanente.

A influenza espanhola evidenciou muitas das mazelas que assolavam a população paulista desde o início do processo de urbanização e industrialização da “Metrópole do Café”, temos que compreender que a pandemia de gripe mais que um problema patológico, deste modo, a gripe espanhola foi a partir de suas representações sociais, um problema a ser

---

<sup>47</sup> SEVCENKO. *Orfeu Extático na metrópole*, p. 24.

explicado pela sociedade atacada; é imperativo que tenha sentido social e cultural. Historicizar as doenças é um dos caminhos para se compreender uma sociedade.

**Resenha: CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013. 248 p.**

Anne Elise Reis da Paixão  
Mestranda em História Social  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[paixaoanne@hotmail.com](mailto:paixaoanne@hotmail.com)

Recebido: 02/11/2014  
Aprovado: 20/05/2015

A obra *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro* é a publicação aprimorada da tese de doutoramento defendida por Adalgisa Campos em 1994, junto ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. Engavetada durante considerável tempo, a autora mobilizou sua publicação somente em 2013. Ao longo do livro, a historiadora coteja a documentação levantada com trabalhos consagrados sobre devoção cristã, representação dos lugares do além-mundo, etc. (destaque para os estudos dos historiadores Jacques Le Goff e Michel Vovelle).

O estudo de Adalgisa Campos tem como escopo a análise do culto às “Almas Santas” através de uma rica análise documental, sobretudo iconográfica. Esta fecunda gama documental permite ao leitor uma abordagem mais ampla sobre o tema, especialmente no tocante à religiosidade. Ainda que voltada para a realidade das Minas nos séculos XVIII e XIX, a autora não deixa de examinar as representações das Almas na iconografia portuguesa. Nesse sentido, o trabalho oferece uma comparação sobre a representação das Almas supliciadas no Purgatório em ambas as localidades.

Compreendendo que a religiosidade não deve ser meramente concebida por meio de modelos rígidos e fechados, Adalgisa Campos ressalta a importância das interações culturais existentes na Colônia devido à convivência entre diversas culturas que lá existia. Durante o processo de urbanização das Minas, houve, de acordo com Campos, um cuidado em transferir a mesma cultura barroca de origem, conjugada às próprias visões de mundo na Colônia, tendo em vista que, muitas vezes, pode ter sido influenciada pela multiplicidade

cultural intrínseca à história da formação de Minas Gerais. O dinamismo existente na cultura barroca nas Minas tornou possível sua existência até meados do século XIX. Desse modo, a conclusão da historiadora é que a estética barroca, em contraposição ao cenário da América Espanhola, pouco se transformou quando transplantada para aquela região, no entanto manteve dessemelhanças quando comparada aos exemplos paulista e baiano.

Ao longo do primeiro capítulo, a historiadora dedicou-se a analisar como o Purgatório e seus habitantes, as “Almas Santas”, foram representados iconograficamente. A autora apresenta o que a doutrina religiosa pregava sobre esse terceiro local através de diversas fontes, desde textos doutrinários até Compromissos de irmandades mineiras. A pesquisadora também analisa concisamente o Purgatório dantesco descrito em *A Divina Comédia*. O foco do capítulo é apresentar as Almas confinadas no Purgatório enquanto santas, isto é, enquanto Almas capazes de operar prodígios aos vivos, dada sua proximidade com Deus. As Almas se encontravam em estado de aflição, pois desejavam a visão beatífica o quanto antes e para conseguirem alçar aos céus mais brevemente se colocavam a rezar com mãos postas em sinal de oração. Esse cenário é o qual Adalgisa Campos encontra representado nas irmandades, nos altares e nas documentações da região das Minas. Diferentemente das Almas condenadas à danação, as Almas do Purgatório eram representadas imersas no fogo purificador que não as abalava, pois se dedicavam incansavelmente às orações a fim de suspenderem à Igreja Triunfante.

Conforme a crença da época, o corpo místico de Cristo era composto pela Igreja Triunfante integrada pela corte celestial, pela Igreja Padecente integrada pelas Almas suplicantes no Purgatório e, por fim, pela Igreja Peregrina ou Militante integrada pelos vivos. Os três componentes do corpo de Cristo possuíam relações entre si, o que legitimava a eficácia dos sufrágios. Para além de ajudar uma alma suplicante, a oração de um vivo para um morto podia resultar numa ajuda futura daquele morto para o vivo, isto é, havia um sistema de reciprocidade entre as partes desse corpo.

Em outras palavras, a noção “Almas Santas” estava relacionada ao fato dessas Almas serem capazes de auxiliar os vivos, ainda que estivessem encarceradas no Purgatório. Dessa forma, os vivos rezavam *pelas* Almas Santas, isto é, para que elas alcançassem mais rapidamente a Igreja Triunfante e também rezavam *para* as Almas Santas, visando que estas

intercedessem à corte celestial, dada sua proximidade com os céus. O termo “Almas Santas” foi encontrado recorrentemente por Adalgisa Campos no *corpus* documental por ela analisado.

No segundo capítulo, a historiadora analisa como se deu a devoção às Almas em Portugal e como tal devoção foi expressa iconograficamente. Em Portugal, era comum a existência das “Alminhas”, que eram pequenos oratórios em homenagem aos falecidos. As “Alminhas”, em cujo retábulo representavam as Almas suplicantes, eram comumente localizadas em beiras de estradas e encruzilhadas. Além das “Alminhas”, em Portugal também tinham os cruzeiros que demarcavam, através de cruzes, que aquele território. Ao fazer um levantamento sobre a devoção às Almas em Portugal, Adalgisa Campos conclui que os lusitanos possuíam uma forte devoção às Almas que não foi transplantada identicamente para as Minas.

O terceiro capítulo apresenta um minucioso estudo sobre a importância das missas nas Minas. A historiadora explora os significados do sacrifício eucarístico, bem como a forma na qual os clérigos deveriam administrá-los com muita decência. As missas constituíam uma das principais formas de sufrágios pelos mortos, sendo consideradas mais eficazes na trajetória da alma aflita para a Igreja Triunfante. Ao analisar os testamentos mineiros, Adalgisa Campos constata a crença no Purgatório e eficácia da missa na redenção através dos pedidos de missas pelas almas que os testadores especificavam em seus testamentos. Muitas dessas missas eram encomendadas às Irmandades de São Miguel e outras invocações. As irmandades, enquanto famílias espirituais, eram responsáveis pelo cuidado de seus mortos. Essas oravam e celebravam missas em intenção daqueles irmãos que integravam a Igreja Padecente.

No quarto capítulo, Adalgisa Campos analisa os ofícios, as procissões e os sepultamentos ocorridos nas Minas no Setecentos. É importante salientar que, na época em questão, sepultar um cristão conforme as prescrições da Igreja era uma prática dispendiosa. No adro (grosso modo o entorno da igreja paroquial) era possível abrir as sepulturas gratuitamente, necessitando arcar apenas com o culto divino. Mas eram as sepulturas localizadas no interior do templo que as irmandades almejavam. Ao analisar os Compromissos de irmandades nas Minas, Adalgisa Campos explora a preocupação dos

irmãos em conceder aos seus essas sepulturas diferenciadas, onde os corpos repousariam mais próximos ao sacrifício do altar. A historiadora cita que, na primeira metade do Setecentos, a Irmandade de São Miguel da Igreja Matriz do Pilar de Vila Rica pleiteou o direito de possuir dez covas na dita matriz, argumentando que o dito sodalício contribuía para a fábrica paroquial. O pedido não foi completamente atendido pelo bispo e a Irmandade conseguiu apenas seis covas no interior do templo paroquial.

As Almas também se beneficiavam com os ofícios e as procissões executadas pelos vivos. Os ofícios eram diversas orações ditas juntamente com a leitura de passagens bíblicas. Diferentemente da missa rezada, os ofícios barrocos eram repletos de pompa, logo eram também mais dispendiosos. Além desses conjuntos de orações, havia a Procissão dos Defuntos. Conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, toda segunda-feira o vigário devia realizar a procissão a fim de que se rezasse para os defuntos. Normalmente, a irmandade que desempenhava tal norma eram as de São Miguel e Almas.

Já no quinto capítulo, é analisada a representação iconográfica de São Miguel na Europa e nas Minas, bem como a devoção ao santo. Desde a Baixa Idade Média, o santo esteve vinculado à Paixão de Cristo e ao Final dos Tempos. Com a difusão da crença no Purgatório no século XIII, o santo passou a ser representado com as vestes de soldado romano, ao invés da túnica de anjo. A balança que carregava consigo, a partir do Renascimento, passou a significar o julgamento individual. São Miguel era tido como um juiz no *post-mortem*, cujo simbolismo era expresso por meio da balança pesando as almas para separar os pecadores dos puros.

Ao analisar as imagens de São Miguel nas Minas no Setecentos, Adalgisa Campos afirma que as representações do Arcanjo com almas nos pratos da balança rapidamente se esgotou nas Minas. Além da colonização tardia na região, a historiadora aponta como hipótese para as balanças vazias os gastos que as miniaturas de almas consumiriam para as irmandades.

A representação iconográfica de São Miguel e de seus atributos teve grande difusão no território colonial, sendo comum a ereção de altares ao santo, como também a criação de irmandades e igrejas em sua homenagem. Foram as irmandades de São Miguel e Almas, segundo a historiadora, as principais responsáveis pela representação do Purgatório e das

Almas Santas nas Minas. Eram esses sodalícios que se dedicavam a rezar pelos defuntos e convocar os demais fiéis para cuidar das almas de seus mortos. Desse modo, é possível afirmar a importante contribuição dessas irmandades para manutenção da crença no sistema do Purgatório nas Minas.

Por meio dessa breve resenha, intentou-se mostrar os principais objetivos de cada capítulo da obra de Adalgisa Campos. No entanto, para além de uma pequena descrição desses capítulos, é importante situar a pesquisa de Campos dentro dos estudos relativos à morte e às práticas fúnebres no período colonial e imperial. Hoje a historiografia brasileira já possui alguns trabalhos que podem ser considerados como referência no estudo da morte, como as pesquisas empreendidas por João José Reis, Cláudia Rodrigues e Luiz Vailati. Com diferentes perspectivas de análise, tais pesquisas abordam minuciosamente a temática da morte, no entanto, a preciosidade do trabalho de Adalgisa Campos reside na sua análise iconográfica do Purgatório e das Almas Santas que possibilitou à historiadora a examinar melhor a cultura do barroco, bem como sua duração nas Minas.

Sem dúvidas, a obra de Campos serve de inspiração para novas pesquisas que intentem trabalhar em qualquer dimensão a morte enquanto objeto de estudo. Ainda que amedrontadora para alguns, a morte tem sido alvo de diversos pesquisadores nos programas de pós-graduação do país, mas que, certas vezes, ficam restritas e sem divulgação. Nesse sentido, a publicação da tese de Adalgisa Campos possibilitará um acesso mais abrangente a sua pesquisa e, quem sabe, instigar pesquisas mais aprofundadas. Não seria exagero afirmar que a leitura de *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no Setecentos mineiro* é imprescindível para aqueles que trabalham com a morte cristã, mas sem se limitar apenas ao público que trabalha sob a perspectiva cristã, servindo de pontapé para diversas reflexões sobre a finitude humana e suas representações.